

O INSTITUTO

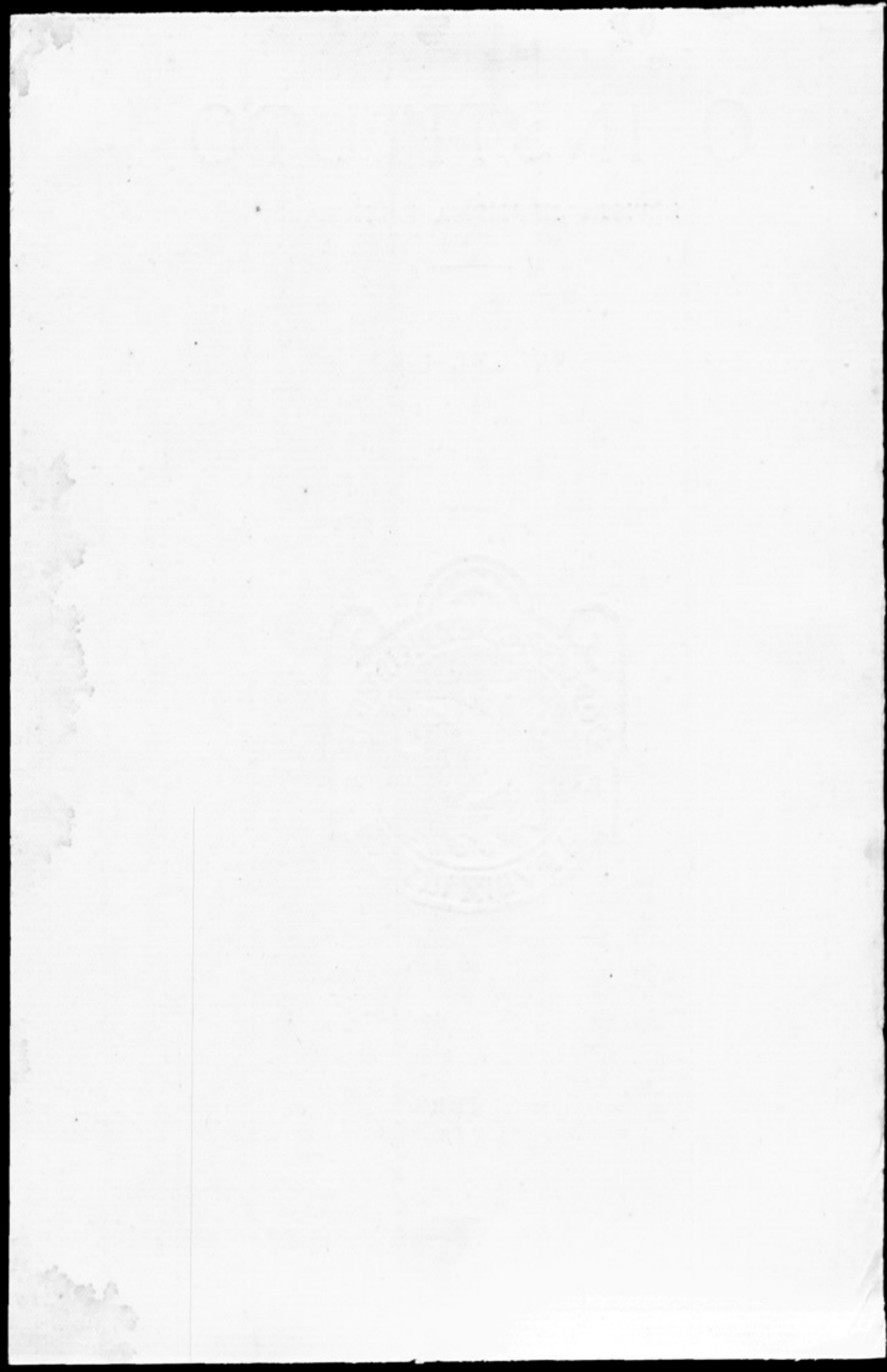
REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 102.º



COIMBRA

1943



O INSTITUTO



VOLUME 102.º

OTUTISIMO

ESTERIO

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 102.º



COIMBRA
1943

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Presidente

Prof. F. M. DA COSTA LÔBO, da U. C., D. O. A.

Vice-Presidente

Prof. ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO, da U. C., D. I. G.

Secretário Geral

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL, do A. U. C.

Vogais

AMADEU FERRAZ DE CARVALHO, da E. I. C. B.

Prof. ANTÓNIO AUGUSTO MENDES CORREIA, da U. P.

ANTÓNIO BAIÃO, D. A. N. T. T.

Almirante CARLOS VIEGAS GAGO COUTINHO.

Prof. DIOGO PACHECO DE AMORIM, da U. C.

Prof. DOMINGOS FÉZAS VITAL, da U. L.

Prof. EDUARDO AUGUSTO FERRUGENTO GONÇALVES, do I. S. T.

Prof. ELÍSIO DE MOURA, da U. C.

Prof. HENRIQUE TEIXEIRA BASTOS, da U. C.

Prof. JOÃO GUALBERTO DE BARROS E CUNHA, da U. C.

Prof. JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS, da U. C.

Prof. JOSÉ MARIA DE QUEIROZ VELOSO, da U. L.

JOSÉ PINTO LOUREIRO, da E. I. C. B., D. B. M. C.

Prof. MANUEL DE SOUSA DA CÂMARA, do I. S. A.

Prof. PEDRO JOSÉ DA CUNHA, da U. L.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

BAIRRO DE SOUSA PINTO (Edifício de S. Bênto)

COIMBRA

O CÉLEBRE SONETO DE FELIX ARVERS

No volume 86.º de *O Instituto* (4.ª série, vol. 15.º, n.º 5) publicou o falecido Dr. Ricardo Jorge um artigo àcerca-de *O soneto imortal de Arvers e as versões vernáculas*, em comemoração do centenário do aparecimento, em 1833, daquela formosa peça literária, em *Mes heures perdues*.

Liam-se nêle as seguintes linhas:

«Felix Arvers, poeta e dramaturgo, aliás sumido no claro-escuro de tantos outros, freqüentava a casa de M.^{me} Mennessier, filha do conhecido Charles Nodier. No album da dama exara um dia êste queixume melancólico de uma paixão tão solapada que nem à amada jãmais se revelara por gesto, olhar ou palavra. Mistério do amor que só uma vez, ao ejectar do soneto, traspas-sou o pericórdio que o guardava no peito enamorado, amor que nem antes a amada surpreendera nem então sequer compreendera. Era ela justamente a dona do album, a esposa de Mennessier.

«Deu brado a obra prima; poucas haverá que assim se tenham fixado na memória dos homens e refulgido nas antologias mais selectas. As imitações, talhadas nas mesmas rimas, soltaram-se a granel, exaltando-lhe a popularidade. Alguns dêstes pastíchios reviram o conceito do poeta; na crença da perspicácia feminina, afirmam a cegueira dêle.»

E cita o terceto final, como sendo de Luís Aigoïn:

*Celle qui veut rester à son devoir fidèle,
S'est émue en lisant vos vers tout remplis d'elle...
Elle avait bien compris, mais ne le disait pas.*

Parece todavia que não foi bem assim como o Dr. Ricardo Jorge supôs. Veio-me casualmente, ainda há pouco, às mãos um livro de Garcia Redondo, da Academia Brasileira, intitulado *Atravez da Europa*, editado em 1908 pela Livraria Chardron, no qual se dedica um capítulo ao *Centenário de Felix Arvers*. Tem a data de 25 de Julho de 1906, e refere se à inauguração, na casa onde o poeta nasceu, de uma lápide comemorativa, solenidade a que assistiu Luís Aigoïn Jolibois, que foi até um dos que ali discursaram.

O soneto que celebrizou Arvers «raro, inimitável, delicioso», segundo o conceito de Theodoro de Bainville, inspirou-lho efectivamente M.^{me} Mennessier. E a tal propósito conta o académico brasileiro:

«O poeta adorava-a em silêncio desde solteira e nunca lhe confessou o seu amor. Mas um dia ela, que também amava as letras e as artes, pediu-lhe que traçasse algumas linhas no seu Album, e foi ali que Arvers escreveu pela primeira vez o célebre soneto, dizendo-o «imitado do italiano.»

«O soneto corre mundo e não há quem o não saiba de cór, mas o que nem todos sabem é que M.^{me} Mennessier-Nodier respondeu ao poeta com outro soneto, aproveitando do de Arvers as quatorze rimas, com muita felicidade.»

E mais informa que o original dêste último existia então em poder de Luís Aigoïn Jolibois, a quem o Dr. Ricardo Jorge, como disse, atribui o terceto que reproduzi.

Eis os dois sonetos:

SONNET

Imité de l'italien

Mon âme a son secret, ma vie a son mystère:
Un amour éternel en un moment conçu.
Le mal est sans espoir, ainsi j'ai dû le taire,
Et celle qui l'a fait n'en a jamais rien su.

Helas! j'aurai passé près d'elle inaperçu,
Toujours à ses côtés et pourtant solitaire,
Et j'aurai jusqu'au bout fait mon temps sur la terre,
N'osant rien demander et n'ayant rien reçu.

Pour elle, quoique Dieu l'ait faite douce et tendre,
Elle ira son chemin, distraite et sans entendre
Ce murmure d'amour élevé sur ses pas.

A l'austère devoir pieusement fidèle,
Elle dira, lisant ces vers tout remplis d'elle:
«Quelle est donc cette femme?» et ne comprendra pas.

O soneto com que a inspiradora lhe respondeu, e não sei se lhe correspondeu, pelo menos, platonicamente, é concebido nos seguintes termos, repassados de sensibilidade e de ternura:

Ami, pourquoi nous dire avec tant de mystère
Que l'amour éternel en notre âme conçu
Est un mal sans espoir, un secret qu'il faut taire
Et comment supposer qu'Elle n'en ait rien su?

Non, vous ne pouviez point passer inaperçu
Et vous n'auriez pas dû vous croire solitaire.
Parfois les plus aimés font leur temps sur la terre,
N'osant rien demander et n'ayant rien reçu.

Pourtant Dieu mit en nous un cœur sensible et tendre,
Toutes dans le chemin nous trouvons doux d'entendre
Le murmure d'amour élevé sur nos pas.

Celle qui veut rester à son devoir fidèle
S'est émue en lisant vos vers tout remplis d'elle...
Elle avait bien compris, mais... ne le disait pas.

Garcia Redondo, de cujo livro transcrevi êstes dois notáveis espécimes de poesia amorosa, que mostram como ambos os autores sacrificavam os impulsos do coração à austeridade do dever, comenta dêste modo a segunda composição:

«É força confessar que este soneto vale bem o outro que o provocou e que se, por aquele, Arvers mereceu a placa comemorativa, a cuja inauguração assisti hoje, a sua musa merecia outra pela elegante resposta que lhe deu.»

O último verso

Elle avait bien compris mais... ne le disait pas

desmente a conjectura do crítico português de que «nem antes a amada surpreendera, nem então sequer compreendera» o amor de que era objecto.

Como se infere da informação do escritor brasileiro, êste encontrou-se com Luís Aigoïn na cerimónia do descerramento da lápide comemorativa, sendo talvez aí que teve conhecimento de que êle possuía o soneto-resposta. Ora, se dêsses versos fôsse o autor, não se afigura verosímil que os atribuísse à mulher querida de Arvers.

Deixo aqui, nas páginas da mesma revista onde o Dr. Ricardo Jorge recordou o poeta e a sua inspiradora, esta simples nota, por me parecer que alguma curiosidade ela terá para os que se interessam por tais assuntos. Além de que, havendo *O Instituto* arquivado o soneto discreta-

mente revelador da paixão solapada do autor, não será descabido que também aqui se archive aquêle com que a poetisa adorada em silêncio lhe deu o sinal de «entendido», e evidenciou que lhe descobrira o segrêdo e lhe percebera o affecto mal disfarçado.

Lisboa, Fevereiro de 1942.

ALFREDO DA CUNHA

ROTEIRO DOS MONUMENTOS DE ARQUITECTURA MILITAR DO CONCELHO DA GUARDA⁽¹⁾

EXPLICAÇÃO PRÉVIA

Antes de apresentarmos a resenha das fortificações antigas de que encontramos vestígios na área do Concelho da Guarda, daremos uma idéa sucinta da forma como eram caracterizadas as da prè-história e que nos serviram de guia, ao lado do estudo do terreno, das tradições e das lendas, nas nossas investigações.

Ora é bem sabido que, desde o princípio da humanidade, o homem elegia para sua habitação os lugares que lhe oferecessem mais seguro abrigo, ou onde mais facilmente se pudesse defender contra as feras e contra os ataques do próprio semelhante, como as cavernas, os lugares altos e escarpados, os cumes enfragados dos cabeços, a confluência de duas linhas de água, as margens abruptas dos rios e das lagoas, etc.

E em breve, com o seu espírito e engenho, procurou reforçar e afeiçoar êsses abrigos, socorrendo-se dos materiais postos à sua disposição pela natureza, como as pedras, as árvores, a terra, e a própria água, consoante as suas necessidades e as circunstâncias de tempo e lugar.

(¹) Êste trabalho que agora publicamos é um capítulo *specimen* de uma obra que há muito trazemos em preparação, referente a Portugal.

E assim é de supor que, desde o alvorecer da civilização, instituída a família, sob o domínio imperativo do sentido da defesa, que lhe permitia realizar o somatório das energias pessoais sob a autoridade do *Pater familias*, o *chefe natural*, o homem procurasse rodear as suas habitações de um muro de terra ou de pedras sobrepostas, tapando os intervalos das fragas, ou alteando estas, de forma a constituir um obstáculo permanente, contínuo e fechado para resistir ao assaltante, reforçando-o mesmo de uma abatiz

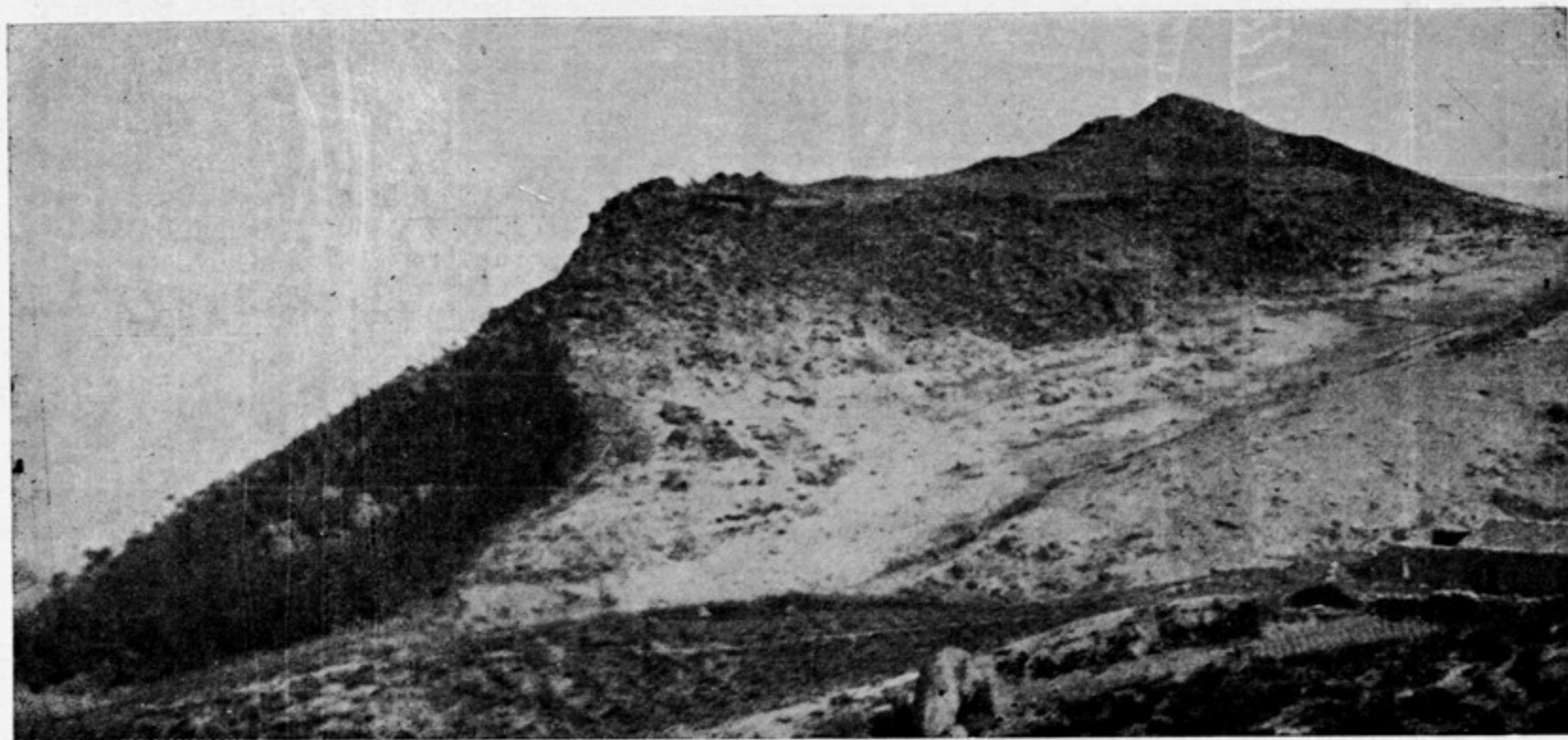


Vista do conjunto dos Castros de Tins (à esquerda) e do Picôto (à direita); por trás corre a ribeira da Velosa — antigo Mondego; a meio corre a ribeira do Sobral.

formada por grandes árvores, ou estacada, ou circundando-o ainda de um fôssco, quando possível e necessário.

É de crer portanto que, já no *paleolítico*, o homem, dispondo de certos instrumentos, embora muito rudimentares, desse às próprias habitações e à cêrca muralhada, um traçado com formas definidas e regulares, caracterizadas pelo emprêgo de blocos de pedra ensossa e toscamente aparelhada.

Milhares de anos depois, ao raiar do *neolítico*, a natureza e a perfeição das ferramentas permitiam já ao homem trabalhar a pedra em grandes blocos e afeiçoá-los, embora ainda grosseiramente; e dar ao traçado das fortificações um carác-



Monte e Fortaleza do Tintinholo em 1942.

ter técnico, e mais regular e perfeito (1), podendo dizer-se que é desta época que datam as primeiras fortalezas com caracteres definidos e que na Lusitânia chegaram até nós com a designação genérica de *Castros lusitanos* (2). As muralhas dêste novo tipo de fortificação, caracterizadas pelo emprêgo de grandes blocos de pedra, em forma de paralelepípedos regulares, ficaram sendo conhecidas pela designação de *muralhas ciclópicas*.

Nos primeiros tempos, cada fortaleza era apenas destinada a abrigar uma só família, completa, obedecendo a escolha do local somente às boas condições de defesa e ao espaço necessário ao alojamento dos moradores e seus gados, sendo geralmente preferidos os cumes dos cabeços isolados de encostas íngremes e cobertas de grandes fragas.

Geralmente a fortaleza era constituída por um torreão levantado na parte mais alta, e de uma muralha envolvendo as moradias dos casais da família, servos e clientes, e dos currais de gados, sendo também êstes castros neolíticos designados por *familiares* ou de *povoamento*.

Com o dobar incessante dos anos e dos séculos, as famílias foram crescendo e, não cabendo já no circuito da primeira muralha, transbordavam para o exterior, e uma segunda cêrca era construída para abrigar um novo terraplano; e quando faltava o espaço para novas construções ou o aumento dela atingia grandes proporções, a família ramificava-se, e novos castros se construía, desempenhando as funções de *séde* aquêle em que o chefe da *gens* ficava habitando (3).

Com a utilização dos metais, as ferramentas e os utensílios atingem tal eficiência e perfeição, que a técnica da fortificação e das construções castrenses sofre uma verda-

(1) B. Zanotte, *Fortificação Permanente*, pág. 18.

(2) Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, 1.º vol., págs. 18 e 19. Cristóvam Aires, *H. do Ex.º Português*, 1.º vol., pág. 394.

(3) Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, vol. 1, págs. 38 e 40.

deira revolução, sendo caracterizada pela maior variedade dos materiais de construção e dum mais perfeito aparelho. Por outro lado, o aumento constante da população e o seu desenvolvimento social e político, novas exigências impuseram para a escolha do local de construção da fortaleza, demandando maiores áreas, e impondo novos métodos nas construções castrenses, em correspondência com os novos processos do ataque e da defesa.

Desta forma muitas fortalezas são sucessivamente trans-



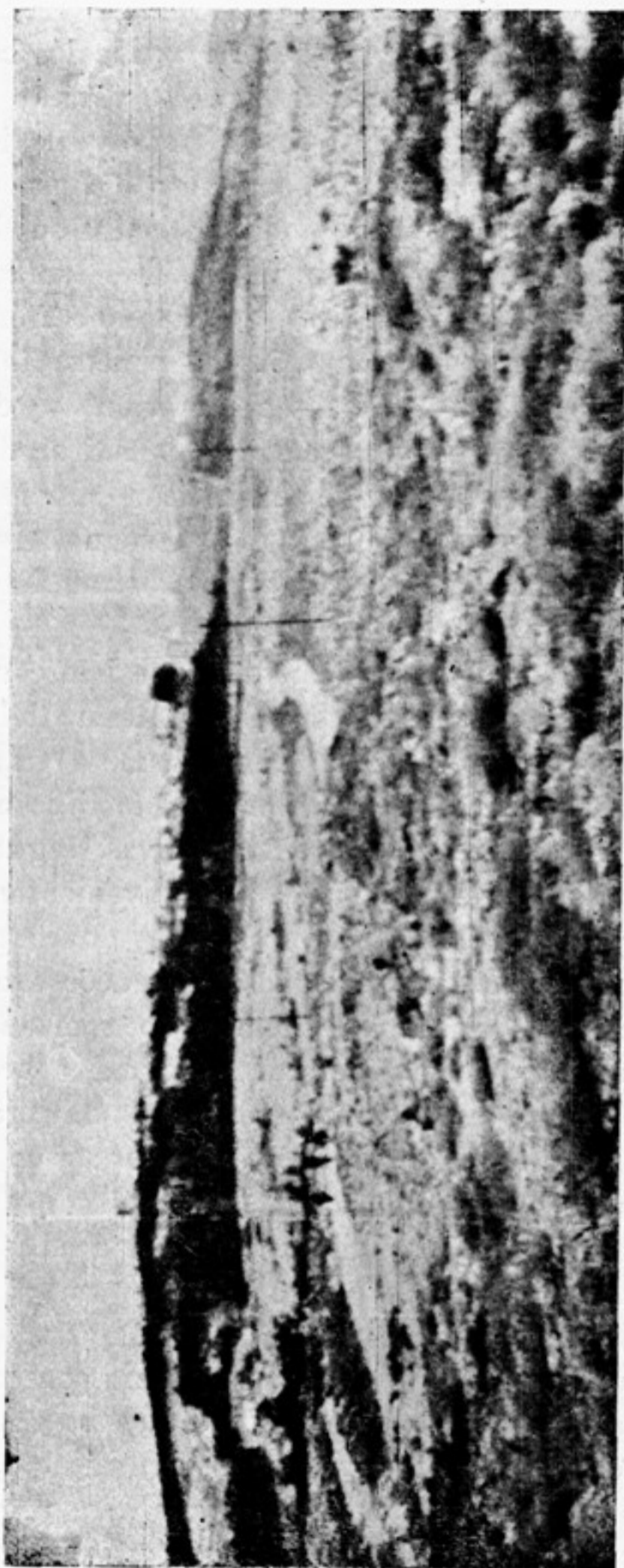
FORTE VELHO

Vista de noroeste, mostrando troços de muralhas lusitano-romanas.

formadas e ampliadas, e novos centros urbanos fortificados são constantemente criados.

E estas novas fortificações lusitanas assim criadas eram designadas, consoante a localização, grandeza e função a desempenhar, por *castros*, *castelos*, *crístelos*, *cêrcas*, *citânicas*, *cividades*, *cidadelhes*, etc.

À chegada dos romanos pode dizer-se que em tóda a Lusitânia não havia povoação que não estivesse protegida por uma fortificação, desde o simples castro neolítico de povoa-



GUARDA

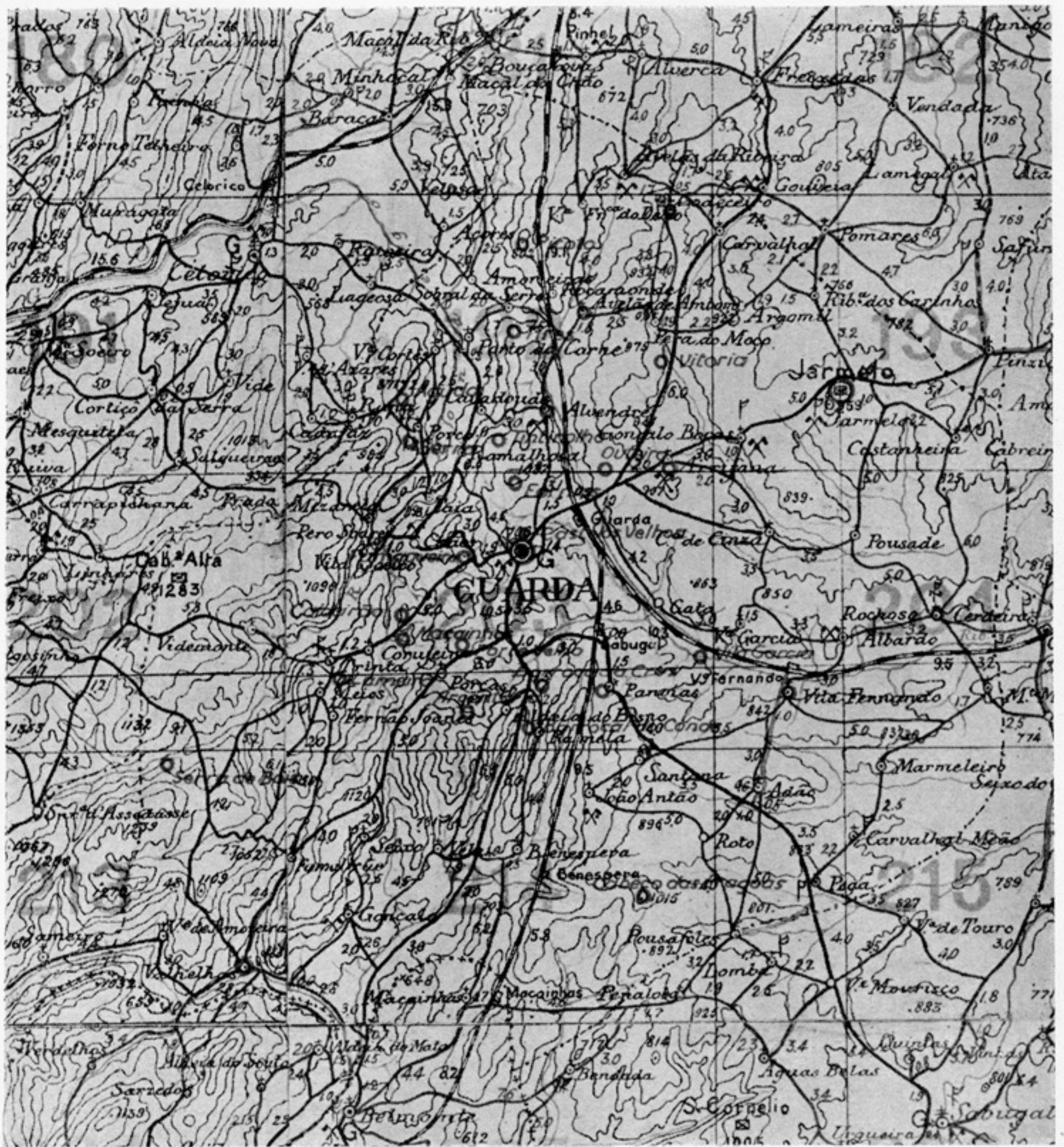
Vista geral do lado nordeste.

mento, até à grande citânia, de que se encontram ainda vestígios, num grande número de estações arqueológicas na área do concelho da Guarda, como adiante se verá.

E com um simples golpe de vista sôbre a sua localização, reconhece-se fácilmente que, enquanto algumas fortalezas satisfaziam simplesmente às condições militares locais de uma boa defesa, a grande maioria obedecia também já às condições políticas e estratégicas, guardando a fronteira do lado do nascente e as comunicações de penetração através dela e bem assim as estradas que ligavam os centros militares, económicos e políticos entre si, constituindo um perfeito sistema defensivo, cuja eficiência ficou demonstrada nos dois séculos de porfiadas lutas que os romanos tiveram que sustentar até conseguirem a subjugação completa dos lusitanos.

A seu turno, os romanos, à medida que iam conquistando a Lusitânia, faziam abandonar ou desmantelar as fortalezas lusitanas que lhes não convinham, e transformavam as outras em castros luso-romanos, modificando-as ou ampliando-as, ou edificavam outras novas, segundo a sua técnica militar, de forma a guardarem convenientemente as *vias militares* e a cobrirem as suas bases de ocupação. Grande foi a revolução executada nas construções castrenses e architectónicas durante a dominação romana, não só pelo aparelho mais perfeito das cantarias, mas sobretudo pelo emprêgo da cal e cimento, e dos materiais da cerâmica de construção, que, segundo parece, era ignorada ou, pelo menos, não usada pelos lusitanos.

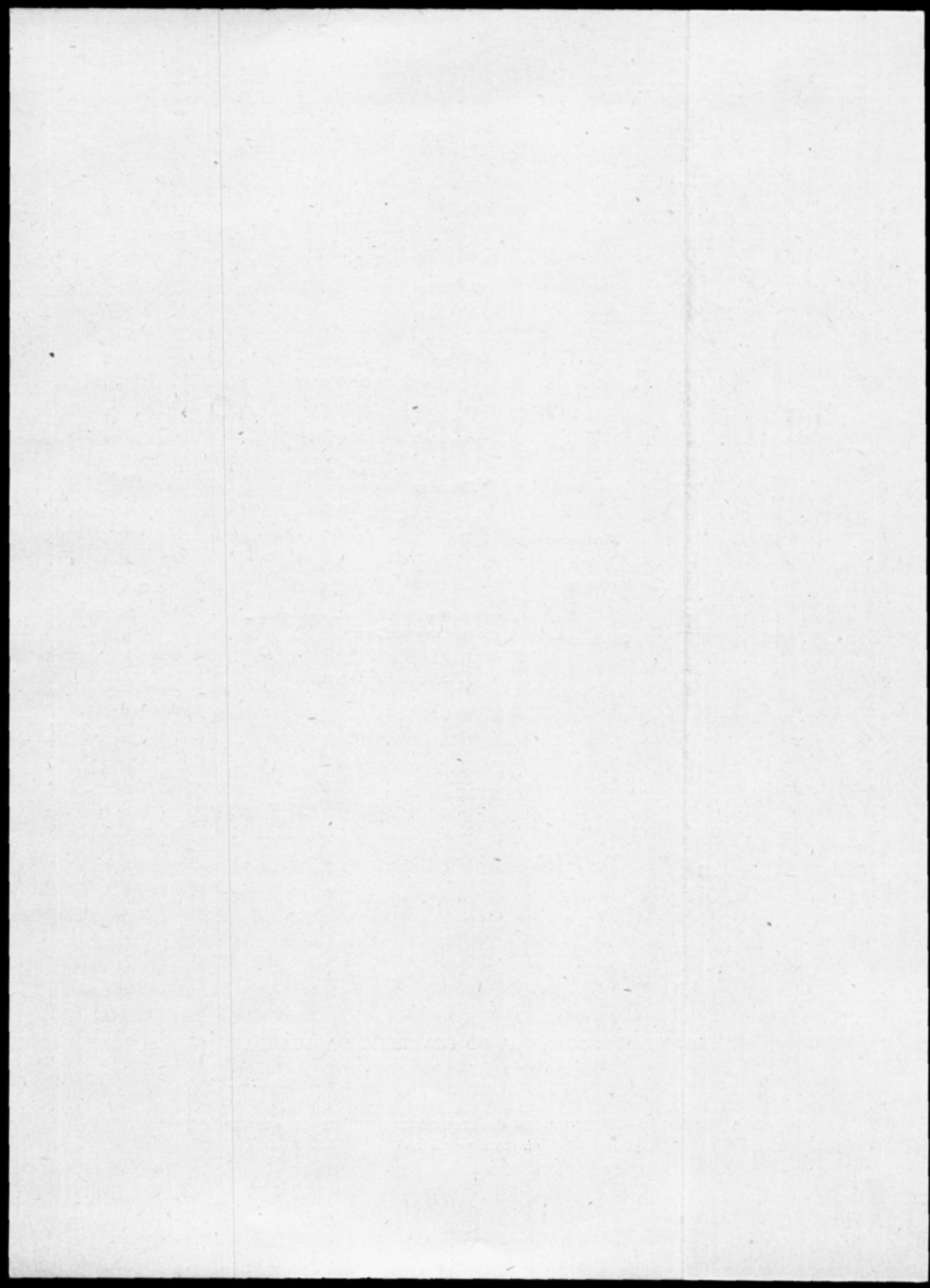
Mas, das fortificações levantadas ou restauradas pelos romanos, restam ainda muitos exemplares na antiga Lusitânia, que nos dão a conhecer tôdas as suas características, como igualmente sucede com as fortalezas construídas depois nos vários períodos históricos, até aos nossos dias, tornando-se, por isso, fácil fazer a sua identificação, pelo simples estudo das ruínas, ainda existentes na sua grande maioria; e por essa razão desnecessário se torna fazer mais qualquer consideração sôbre elas.



PLANTA TOPOGRÁFICA DO CONCELHO DA GUARDA

Escala 1:25.000

A encarnado — Monumentos de arquitectura militar de que ainda existem vestígios.



I

AS FORTALEZAS DA CIDADE DA GUARDA

1 — A fundação da Cidade da Guarda perde-se na noite dos tempos, podendo considerar-se coeva dos primeiros povoamentos da sua região. Dado o valor inigualável da



GUARDA

Ruínas do Castelo, vistas do Sudeste

As pedras que coroam as rochas não pertenciam às muralhas.

sua situação geográfica como ponto central e estratégico, levantada na parte mais alta da serra que tem o seu nome, numa posição que comanda as comunicações entre as bacias hidrográficas dos três rios, o Douro, o Mondego, e o Tejo, pode dizer-se afoitamente que ela deveria ter sido desde tempos muito remotos, e assim o devia ser, pelo menos, à

chegada dos romanos, a cabeça da grande *Civitas* ou Província lusitana que bordejava pelo poente os lagos e lagoas da Castela Velha, a êsse tempo ainda em dessecação, e abrangia todos os *pagus* ou *vicus* da grande tribu dos Vetões, situados entre o Douro e o Tejo.

Até aos nossos dias perduraram os testemunhos materiais e irrefutáveis da sua existência, que confirmam as lendas e tradições (1), tão vivas ainda na memória dos homens.

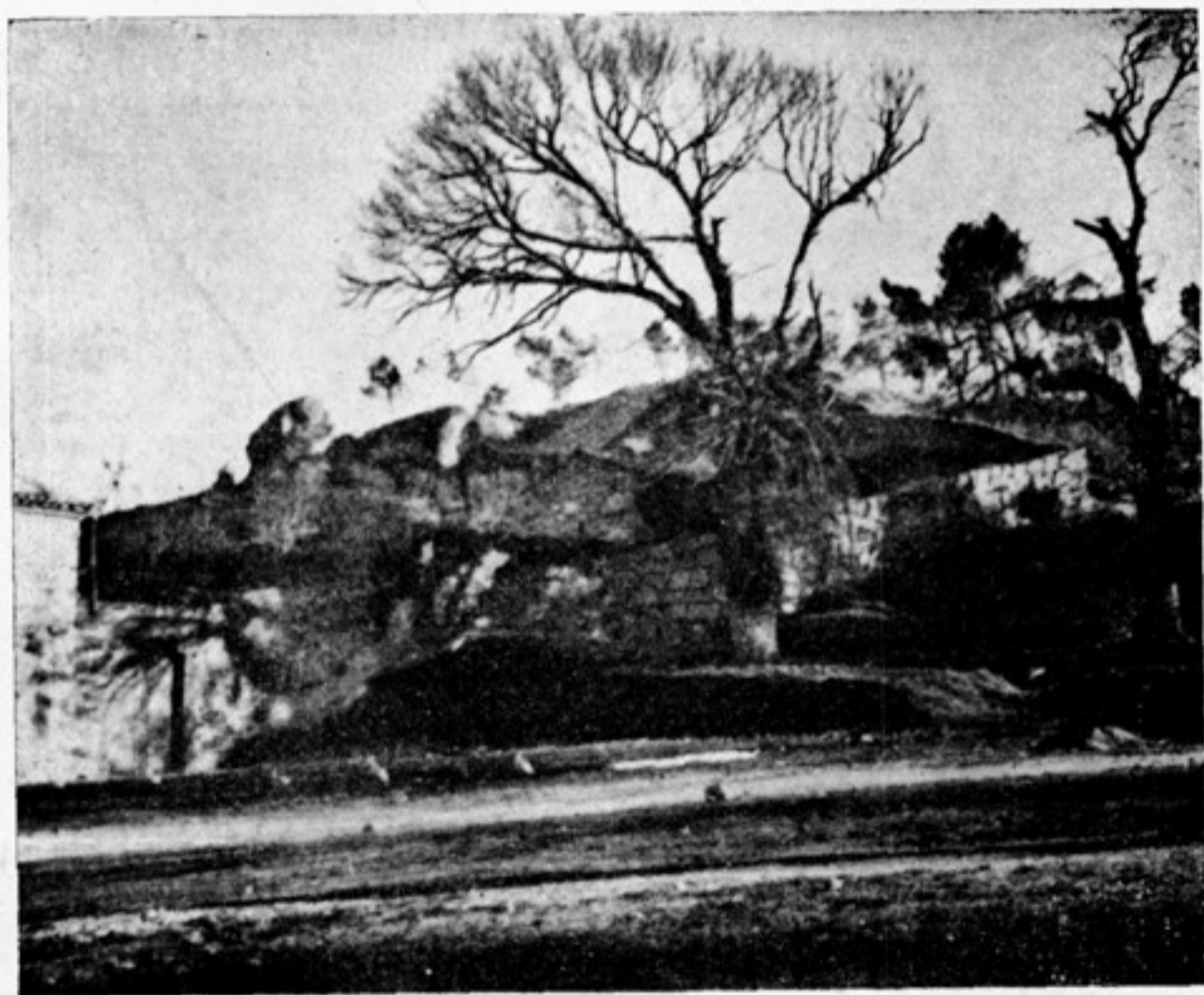
No arquivo da Câmara Municipal da Guarda deve certamente ainda existir uma planta topográfica dos terrenos da encosta do Castelo e campos da Dorna, por nós levantada no ano de 1897 (2). Nessa planta estão registados, no esporão que limita, pelo sul, a pequena chapada à raiz do morro do Castelo, sobranceiro ao colo das Lameirinhas, os restos de alicerces duma muralha formada por grandes blocos de pedra de aparelho tôsko, sem argamassa ou cimento, bem característica das construções prè-romanas ou, melhor dizendo, de tipo lusitano, apoiadas nas fragas que coroavam a encosta dêsse pequeno outeiro pelos lados do nascente, sul e poente.

A existência de tais restos de construção era bem conhecida de todos, e dela podem dar testemunho os oficiais de Infantaria 12 dêsse tempo, visto os exercícios de combate, então freqüentes nos campos da Dorna, terminarem sempre por um assalto à posição do Castelo e haver a necessidade de conquistar primeiro aquelas ruínas.

(1) Até 1900 era, entre as pessoas ilustradas, axiomática a origem lusitana da Guarda, já grande cidade quando foi conquistada pelos romanos, e cujas tradições, vivas e palpitantes, se sobrepunham às dos bárbaros e dos mouros, ofuscando-as quasi por completo.

(2) Esta planta esteve muito tempo exposta ao público, juntamente com o projecto de arborização do campo da Dorna, e há ainda muitos moradores da Guarda que dela se devem recordar e podem testemunhar a existência dos vestígios das fortificações lusitanas e romanas e de outros achados de que adiante faremos referência.

Mais para norte, já a meia encosta a oeste do Castelo, sôbre um grande barrocal, assinalavam-se nessa planta outros restos de muralhas de igual natureza, como ainda se registavam outras ruínas do mesmo estilo junto do Barroco da Moura, que coroa a forte escarpa em que assenta esta



GUARDA

Vista do Barroco da Moura, tirada da Dorna.

grande fraga, a cavaleiro do cruzamento das estradas do Mondego e da Estação, ao fim da rua de D. Luís I.

Também no antigo largo do Espírito Santo, fronteiro às Portas de El-Rei e circundando o adro da capelinha, existiu até pouco depois de 1910 um pano de muralha de traça lusitana, assentando, em parte, a casa solarenga que ainda hoje limita o terreiro, pelo lado norte, sôbre alicerces de uma muralha prè-romana, apoiada nas fragas que coroa-vam a encosta por êsse lado.

Restos de análogas construções existiam também no terreno onde em 1897 foi construído o Club Egítaniense; e uma parte do muro de suporte do largo fronteiro ao Mercado da Boavista, onde se levanta o Hotel do Turismo, assentava sôbre os alicerces de uma muralha lusitana. Os fundamentos dessa muralha estavam bem visíveis na aresta da dobra do terreno, a nascente do Lactário Dr. Proença e



GUARDA

Trôço de muralhas, vistas do lado norte, tiradas do Torreão.

do lado da cêrca do Quartel, até junto do forno da padaria do mesmo aquartelamento.

No Terreiro do antigo Mercado dos Porcos existiam ainda em 1898 restos de uma forte muralha, apoiada nas fragas que limitavam pelo sul a coroa do outeiro, formando uma espécie de curral semicircular, e cujas pedras foram aproveitadas na construção das casas que ladeiam a rua Batalha Reis pelo lado do poente.

Ao Senhor do Bomfim, existiam ainda em 1890 uns panos de muralhas também lusitanas que, partindo de umas fragas situadas a norte da Capela, circundavam pelo nascente o Moinho de Vento. E por uma porta, definida pelas

suas ombreiras, passava a calçada romana que ainda hoje desce a encosta da Senhora dos Remédios.

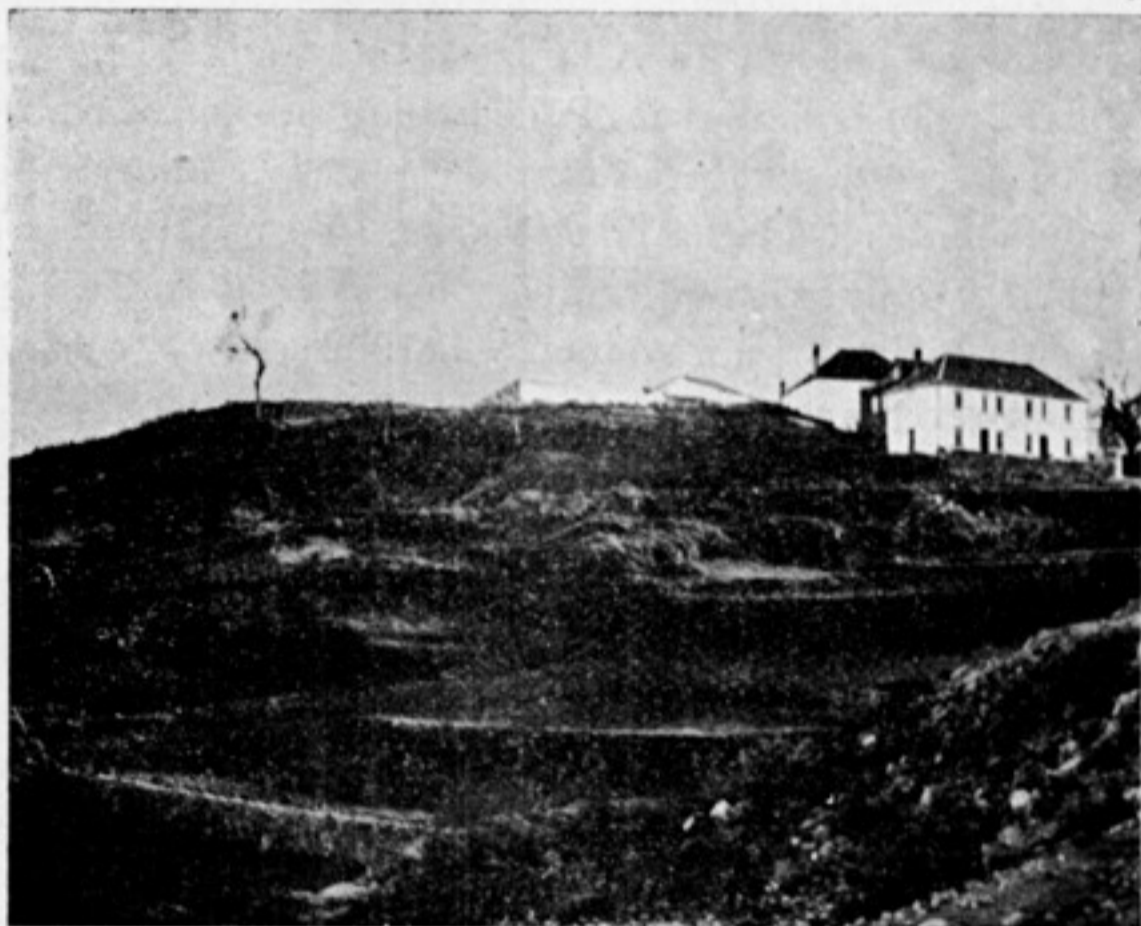
Êsses restos da antiga muralha e porta desapareceram com a abertura da estrada municipal que desce a entroncar com a estrada da Estação na curva da Quinta dos Bentos, e foi com pedras dessa muralha que o Padre Boaventura construiu aquela capela, e se fez o muro do terraço que a circunda.

Vestígios de muralhas semelhantes apareciam ao longo do vértice da encosta de Alfarazes até ao ângulo da cêrca do Quartel, por detrás do Paiol, como se verificava por alguns pedaços de panos de muros e restos de alicerces, em parte existentes ainda há poucos anos. No próprio outeiro ao sul do Paiol, existiam também restos de muralhas lusitanas cuja pedra foi aproveitada em 1902 na construção da Enfermaria regimental.

Por outro lado, é também conveniente notar a circunstância singular do terreno delimitado por estas ruínas de carácter nitidamente castrense, de estilo prè-romano, que vimos de enumerar, estar inteiramente raso e limpo do lado interior, sem saliências, nem ravinas ou depressões, nem tampouco se notar a existência de rochas por trabalhar. Esta particularidade pode, em parte, ainda hoje ser observada no terreno da encosta poente do Castelo, entre o barroco da Moura e o lanço da muralha sobranceira, de D. Sancho, bem como em todo o terreno que vai do Paiol ao Moínho de Vento, em parte do qual se edificaram várias casas, a norte do actual Seminário, e o bairro operário da Câmara, — o que bem demonstra ter sido já outrora urbanizado — em contraste flagrante com o terreno do lado exterior, ainda hoje em parte coberto por barrocos e fraguados em que essas construções se apoiavam (1).

(1) Para se poder fazer uma idéia da forma como teriam sido aproveitados os fraguados para apoiar as muralhas da Guarda Lusitana, bastará visitar qualquer das fortalezas do Cabeço das Fráguas ou Tintinholho, ou dos castelos de Sortelha, Castelo Bom ou Castelo Mendo.

Da existência e metódica disposição dêstes preciosos testemunhos, ainda palpitantes de verdade, conjugada com o estudo meticoloso, sob o ponto de vista militar, do terreno em que foram levantados, julgamos poder afoitamente concluir que, em épocas muito remotas, anteriores à chegada dos romanos, no lugar da Guarda actual, existiu uma grande povoação, cercada por fortes muralhas, apoiadas em núcleos



GUARDA

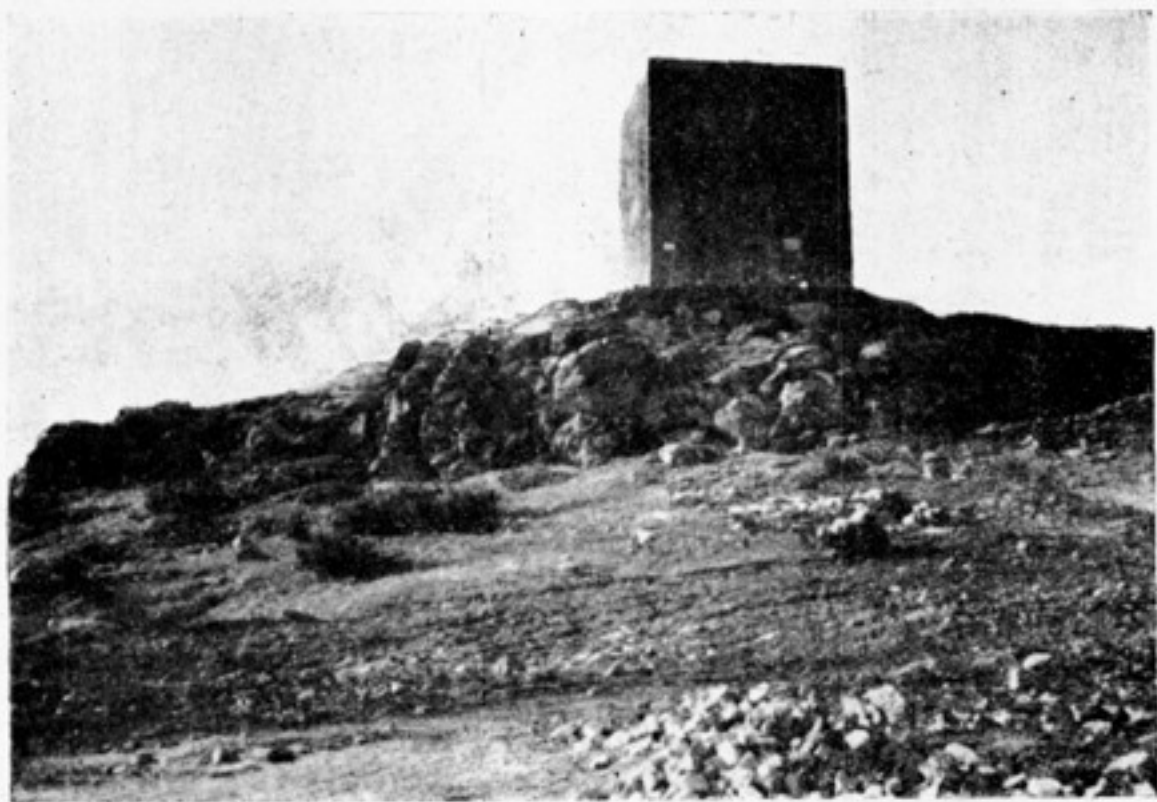
Alto da Eira-Velha, vista tirada dos Castelos Velhos.

ou centros de resistência militar como era de técnica dêstes tempos. E que os vestígios das construções militares existentes do Paiol ao Moínho de Vento e capela da Senhora do Bomfim, constituíriam obras de defesa avançada — como sucedia com os Castelos Velhos — unidos por uma forte cêrca amuralhada, encerrando um arrabalde, os currais de gados e as hortas, como ainda hoje sucede em certas cidades marroquinas.

As suas fortificações delimitariam portanto uma área muito superior à da actual cidade, que devia conter uma

população oito a dez vezes mais numerosa, sendo curioso notar como a presente expansão urbana da cidade se vem fazendo nos mesmos moldes e dentro do perímetro da povoação lusitana.

Com todos êstes dados, postos assim em clara evidência, e o conhecimento de outros factos e acontecimentos, testemunhados pelos coevos, e que nos chegaram através de documentos escritos ou da tradição oral, não é impossível



GUARDA

A Tôrre do Castelo, vista do lado nascente.

fazer a história das fortificações e fortalezas da Guarda, desde a sua fundação até aos nossos dias.

2 — Assim, a primeira povoação da Guarda, um *vicus* lusitano, deveria ter começado pela construção de uma fortaleza primitiva, um castro neolítico ou de povoamento, levantado sôbre o monte do Castelo, a parte mais alta da serra da Guarda, onde, para resistir ao ataque das feras e das tribus vizinhas, se abrigava a sua *gens* com os seus gados.

Êsse primitivo castro seria formado por uma muralha circundando a coroa do cabeço, tendo a residência do chefe

da *gens* num torreão construído no vértice, na parte mais alta, onde ainda hoje se levanta o Castelo de D. Sancho (1).

Com o perpassar dos tempos a população do pequeno castro foi crescendo, e de tal forma que foi obrigada a transbordar para fora da muralha, alastrando pela vertente sudoeste do cabeço, formando um segundo recinto, logo defendido por uma segunda cêrca. Por outro lado, o desenvolvimento social e as necessidades crescentes da defesa



GUARDA

Vista parcial tirada do lado do sul, vendo-se as alturas do antigo Mercado dos Porcos e do Asilo de Infância.

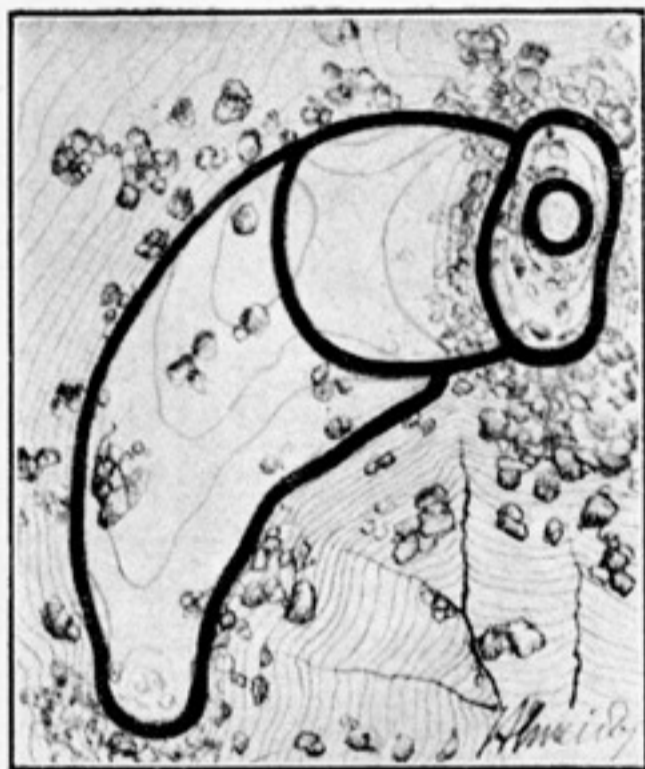
comum da grande família, levando à agremiação da tribu, leva a constituir nêle, mercê das condições excepcionais

(1) É preciso notar que a topografia actual está completamente modificada, pelo rebentamento das fragas, para obter pedra para as sucessivas construções. Nesses tempos o cabeço terminava por uma espécie de agulha rochosa, onde se levantava a residência do chefe, circundado por um terraplano mais baixo alguns metros, rodeado de grandes fragas sôbre as quais se construíra a primeira cêrca muralhada.

dêste novo castro, o seu *Oppidum*, séde do govêrno ou cabeça das várias aldeias das *gens* circunvizinhas.

Dêste modo nos aparece uma nova fortaleza, com duas séries de muralhas, a do primitivo castro e uma segunda cêrca envolvendo a nova povoação.

No primitivo recinto ou *cidadela*, ficaria alojada a guarnição militar e o seu governador; no segundo, as edificações urbanas da população com o seu *templo* comum, o *tribunal*,



GUARDA

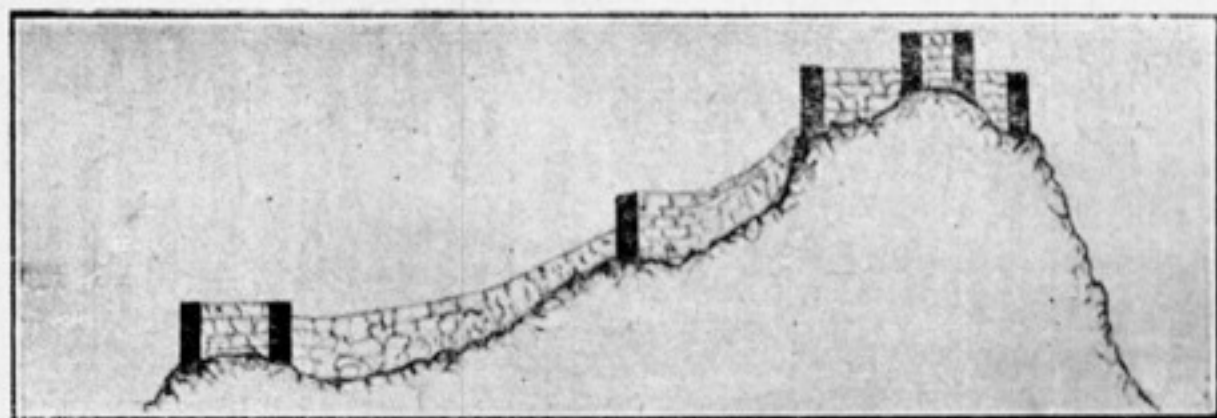
Planta hipotética do Castro Lusitano.

onde o chefe exercia as suas funções, e o respectivo *conventus vicinorum*, onde os *pais de família* dos vários *vicus* ou aldeias se reüniam e deliberavam em assembleia pública, reünida no *forum* ou no adro do templo, sôbre os interêsses comuns.

A aspereza do clima e a abundância de gados, principal riqueza dos povos da região, e a falta de pastos para a sua manutenção durante o inverno, levaram muito cedo os seus habitantes a procurar, naquela quadra do ano, as terras quentes das margens do Tejo e do Guadiana. Para guarda e defesa dos gados durante a hibernação, eram armados

não só os pastores, como se faziam acompanhar os rebanhos de fortes escoltas militares, para êsse fim expressamente preparadas, — criando-se assim um incipiente esboço de organização militar apropriada à satisfação de uma das mais instantes necessidades da população da região —, origem certamente das primeiras expedições militares, da criação de um forte e indomável espírito guerreiro, e do entranhado amor à terra natal.

Estas necessidades, devidas à transumância, interessando todos os povos da região dos Hermínios, conjugadas



GUARDA

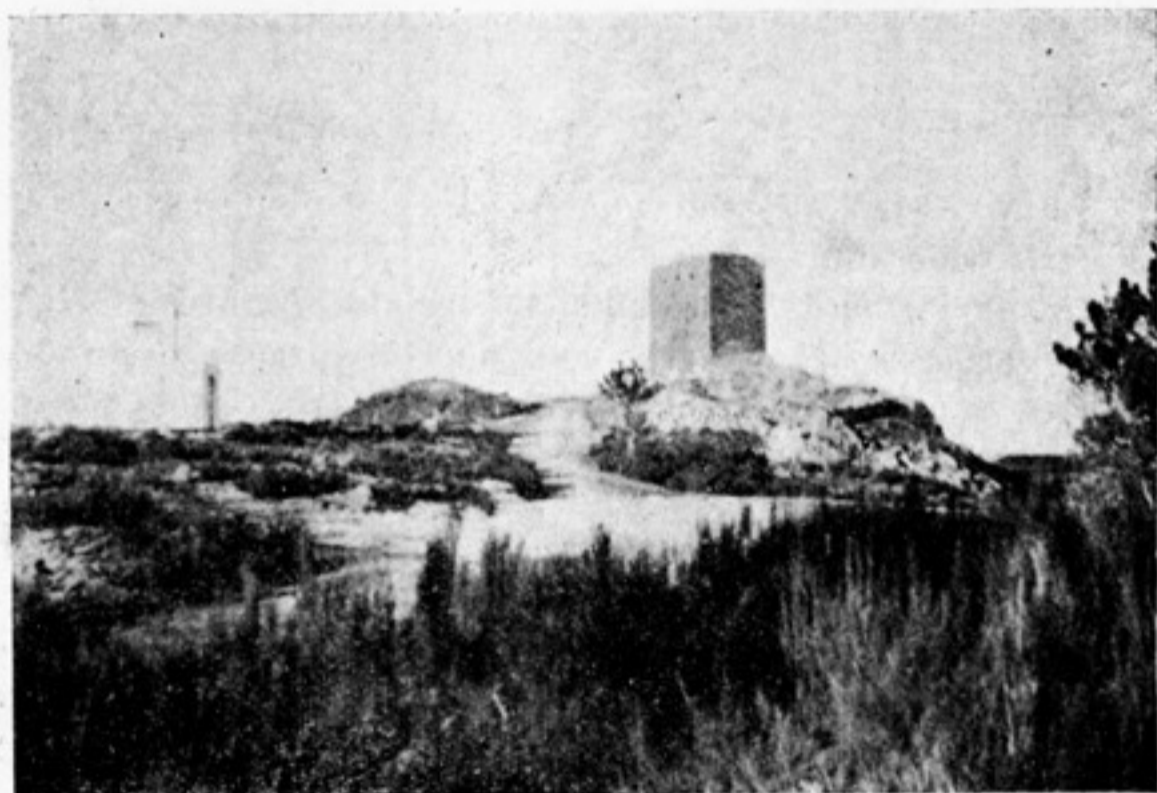
Corte hipotético do Castro Lusitano, no sentido nordeste-sudoeste.

com as de natureza política, provocariam um tão grande aumento da população, que em breve se tornou necessária a construção de uma nova cêrca muralhada, que abrangeria tôda a chapada a sul do Castelo, até englobar o pequeno outeiro a poente do cemitério, e cujos restos de muralhas, naquele local, chegaram até aos nossos dias.

E dessa forma se juntou uma nova povoação ao antigo castro lusitano aparecendo-nos assim uma fortaleza diferente, a *cividade* da Guarda.

Mas em breves anos, as necessidades de defesa contra as incursões e depredações de povos invasores vindos do nascente, de além dos lagos das Castelas, ainda em dessecação — os iberos primeiro e depois os celtas e os ibero-celtas —

levariam à união política de tôdas as tribus lusitanas de entre o Tejo e o Douro; formariam então a grande *Civitas* ou Província da Vetónia, elevando a Guarda como capital, mercê da sua privilegiada situação, e de ser já o centro de maior valor militar e mais populoso dêsses tempos—o que ocasionaria um extraordinário aumento de população, e



GUARDA

A Tôrre do Castelo, vista de sudoeste, tirada do esporão do Cemitério, mostrando o terreno onde se levantava o Castro Lusitano.

obrigaria a levantar novas construções castrenses, que a cidade já não podia comportar dentro das suas muralhas.

Por outro lado, a grande massa de gados a hibernar, que era forçada a passar pela Guarda, para dali baixar aos campos que das margens do Tejo se estendiam até para além do Guadiana,—dada a impossibilidade da passagem para sul do Tejo através das montanhas a ocidente e a sul da Serra da Estrêla, a tal ponto que ainda hoje não existe uma estrada regular que ligue transversal e directamente

os vales do Mondego e do Tejo (1), — contribuindo poderosamente para o aumento dos efectivos militares e da população flutuante — haviam de provocar também um aumento extraordinário da sua área urbana.

E assim é de supor que, para servirem de aquartelamento aos constantes aumentos dos efectivos da guarnição, e, em especial, das tropas em preparação e treino destinadas às longínquas expedições da transumância (2),

(1) À chegada dos celtas, já em plena idade do ferro, os lusitanos formavam uma forte e poderosa nação — uma espécie de federação das tribus — explorando os metais e cultivando de há muito as artes e as ciências, com uma civilização própria, em verdadeiro contraste com os iberos e os celtas, estes não passando de uma horda de bárbaros, sem a menor cultura. Os Vetões constituíam uma tribu das mais cultas e fortes da Lusitânia. Habitando um território montanhoso, então fertilíssimo, na extrema desta terra lusitana, na sua beira, mercê da sua natureza e da sua situação fronteiriça às planícies ainda sulcadas de numerosos pântanos e lagoas — a fronteira mais ameaçada e aberta às invasões — os seus moradores tinham a seu cargo a missão principal na defesa da raia contra o inimigo invasor.

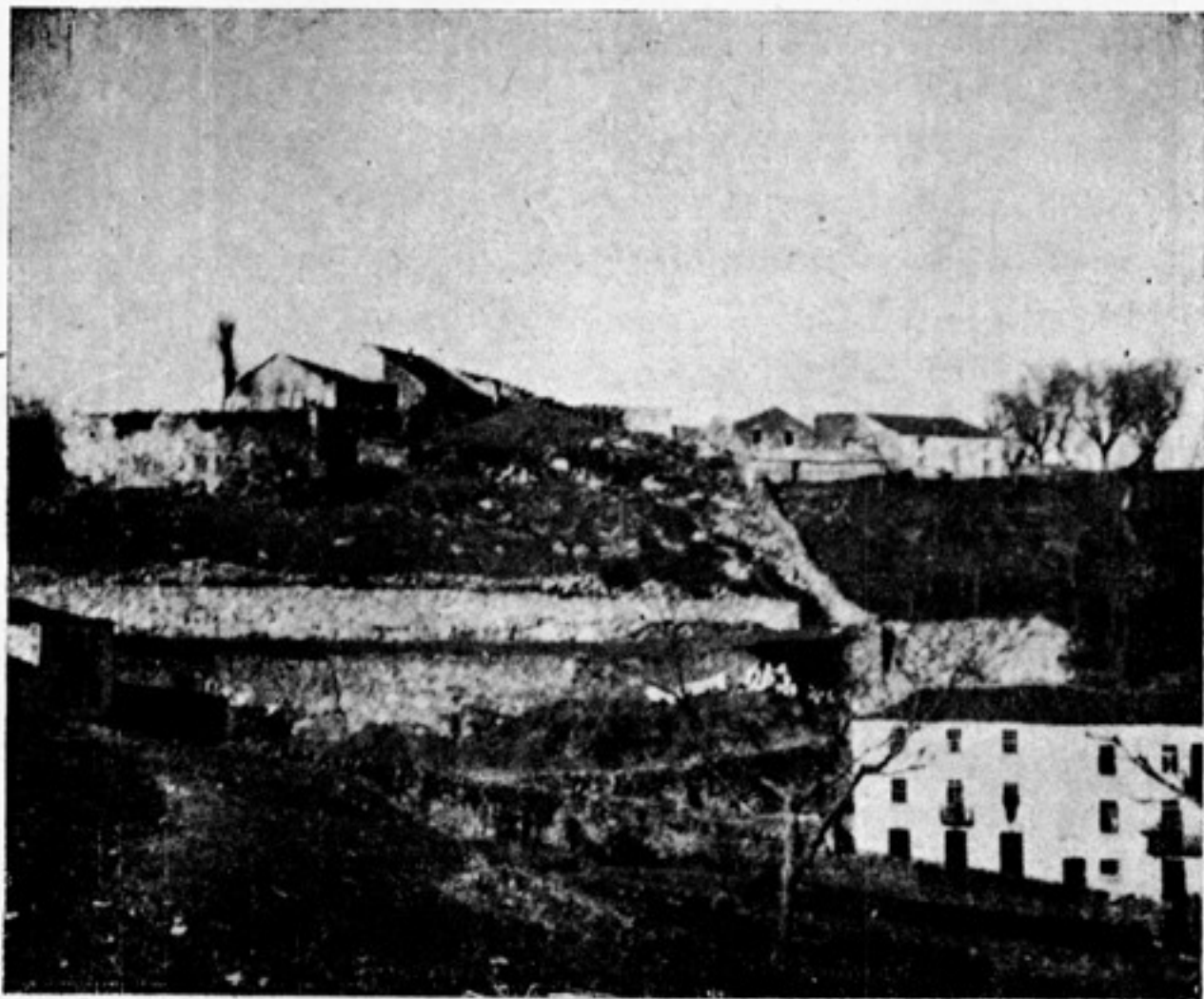
É curioso notar que todos os povos invasores, vindos do oriente por mar, ao pretenderem conquistar a parte central da Lusitânia, a região dos Hermínios, mercê do terreno, procuravam alcançar através dos vales do Guadiana e do Tejo as planícies de Salamanca, para depois atacar por leste a fronteira da Vetónia.

(2) A distribuição das terras, que levou muitas vezes os Lusitanos, povo inteiramente pastoril, mas que não era só pastoril, a fazer a guerra além-fronteiras, explica-se pela necessidade da transumância para a alimentação dos seus rebanhos, consoante as épocas do ano. Este facto, que ainda hoje se dá, embora em pequena escala, para os campos da Idanha e do Coa, existiu sempre como um direito dos povos da Lusitânia, desde os mais remotos tempos, e só em 1640, com a guerra da Restauração, terminou a transumância dos gados cavalari e bovino, que se dava entre as regiões de Trujilo, Don Benito, Serras de Guadalupe e de Gredos, que haviam pertencido à Lusitânia, para a nossa Mesopotâmia de entre o Tejo e o Sado.

A alínea 43) do foral concedido à cidade da Guarda por D. Manuel I, mantinha aos pastores da *Guarda e do seu termo* o privilégio antiquíssimo de não poderem ser *encoimados* nos campos e

fôsem sendo criados novos recintos muralhados independentes, apoiados em pequenos castros ou tôrres, levantadas nos pontos do terreno mais apropriados, como o Torreão, a Eira Velha, Alto do Paiol, Moínho de Vento, etc.

Depois, para satisfação das necessidades urbanas, novas



GUARDA

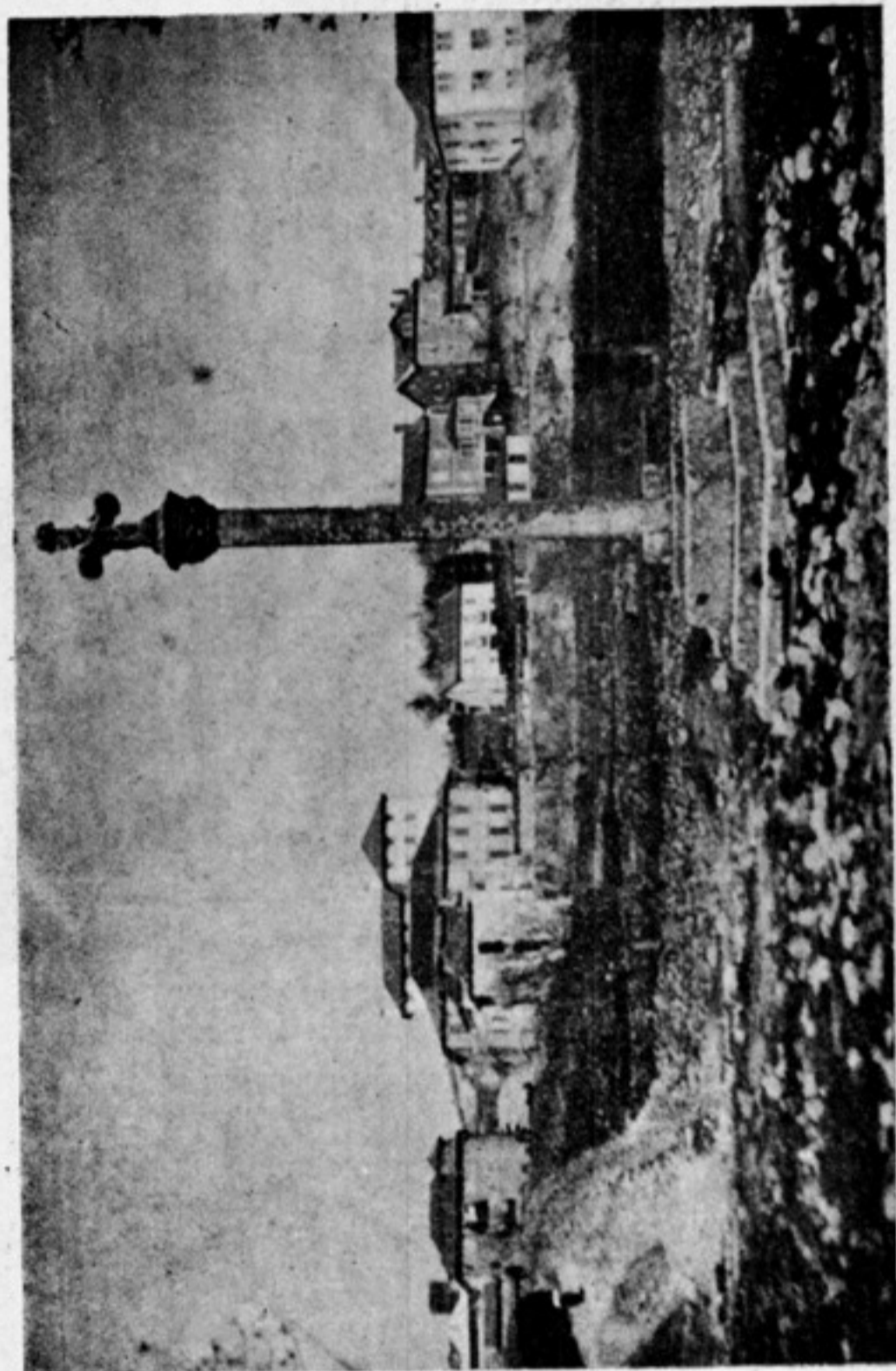
Ruínas do Torreão, vista tirada do nascente.

edificações iriam alastrando pelas encostas do Castelo, em novos recintos muralhados, unidos e apoiados sôbre os castros ou obras militares exteriores à Cividade lusitana da

coutadas por onde passavam, quando iam pastorear os gados para o Alentejo.

Êstes privilégios foram igualmente mantidos por D. Filipe I nas côrtes de Tomar, isentando os pastores da Serra da Estrêla «... quando iam pastar os gados fora do termo da Guarda e para o Campo de Ourique, Alentejo, Idanha e as ditas partes de ida e vinda, não serão encoimados por pastarem em baldios...»

Guarda, consoante um sistemático e conveniente aproveitamento do terreno, e onde ao lado das construções urbanas se instalariam os arsenais, os armazéns de víveres, as paradas de instrução e os currais de gados, até atingir a área



GUARDA

Vista parcial tirada do Sr. do Bomfim, mostrando os altos da Boa Vista e Hotel do Turismo.

que a Guarda lusitana, a grande *Citânia*, devia ter ao tempo da conquista romana.

A sua cêrca exterior, partindo do extremo sul da Cidade lusitana, devia passar pelo barrocal da encosta da Dorna, barroco da Moura, alto do Espírito Santo, esporão

do Torreão e outeiro da Eira Velha, quebradas do Club Egítaniense e do Quartel, outeiro do antigo Mercado dos Porcos, até às muralhas da Citânia pelo mesmo lado do sul.

Foi certamente à sombra desta fortaleza e sob a protecção da sua região militar fortificada, que se deviam ter organizado e amestrado a maior parte das forças militares que, com tanta bravura e sucesso, se opuseram ao domínio dos cartagineses e os auxiliaram, depois, nas lutas contra os romanos (1), como mais tarde se deviam ter preparado os exércitos lusitanos que, sob as ordens de Viriato, o Grande (2), e de outros chefes lusitanos, infligiram terríveis

(1) Convém aqui lembrar, que das primeiras tropas mercenárias que os cartagineses recrutaram na península Ibérica, fazia parte um corpo de soldados Lusitanos, sob o comando de Viriato, que se tornou notável pela sua bravura na batalha de Himera, na Sicília, no ano 480 a. C.; como mais tarde outro corpo de tropas lusitanas no ano 410 a. C., às ordens de Viriato, toma parte no assédio de Selimonte, perto de Siracusa, coopera no cerco de Agrigento em 408 a. C. e toma parte na batalha de Gela, às ordens de Amilcar contra Dionísio, rei de Siracusa, no ano 405 a. C. Isto implica a afirmação de que os lusitanos já em tempos tão remotos dispunham de uma forte e característica organização militar, e que, sendo a região dos Hermínios o coração da Lusitânia, natural seria que a sua capital, a Citânia da Guarda, constituísse a sua sede ou o centro de maior valor militar.

(2) É preciso porém não confundir este grande chefe lusitano com o Viriato que a lenda ou fantasia dá como tendo ganho as suas esporas de ouro numa grande batalha junto aos muros de Viseu.

Viriato o grande, que alcançou do Senado de Roma o reconhecimento do título de rei da Lusitânia, nasceu, segundo a tradição mais viva e persistente, em Vide Monte ou em Folgosinho, e morreu assassinado por três dos seus oficiais no seu acampamento do Monte Venus (hoje S. Vicente), na Serra do Guadarrama, a norte de Talavera de la Reina, no ano de 138 a. C. Este Viriato conquistou a sua autoridade de chefe numa noite tempestuosa do ano de 147 a. C., em que o exército lusitano, cercado pelas tropas de Vetúlio, junto ao Betis (Guadalquivir), e já prestes a render-se, rompeu sob o seu comando o cerco dos romanos, derrotando-os depois totalmente na batalha de Arunda (La Ronda de Andaluzia); Dr. Adolfo Schülten, *Viriato*, publicado nos «Boletins de La Biblioteca Menendez y Pelayo»

e memoráveis derrotas, e opuseram tenaz resistência à invasão das legiões romanas.

3 — Como se sabe, Júlio César, nomeado pretor da Província Ulterior em 68 a. C., vem à Lusitânia e consegue consolidar o domínio romano nos territórios a sul do rio *Anas* (Guadiana) e em todo o litoral até ao Douro.

No ano 61 volta novamente à Lusitânia com o intento de completar a sua ocupação. E logo na primavera dêsse ano, partindo de Mérida como base de operações, segue para norte, atravessando o Tejo em Alcântara, penetra na Vetónia, região dos Hermínios, —o coração da Lusitânia—, e em batalhas encarniçadas e sucessivas, derrota as tropas lusitanas e sobe às alturas da Guarda, que cai em seu poder.

As tropas lusitanas acolhem-se à protecção da grande fortaleza da Serra de Bois, situada junto ao Mondego, perto de Vide Monte.

Júlio César, porém, não se atrevendo a forçar os desfiladeiros que conduziam ao coração da Serra da Estrêla, atrai os lusitanos a uma planície da margem esquerda do Mondego, cercando-os, e vencendo-os numa memorável batalha ⁽¹⁾, no sítio que, para consagração do feito, ainda hoje se chama Ratoeira ⁽²⁾. Após esta batalha, em que foi ven-

n.ºs 3, 4 e 6, e Vasco de Carvalho, *A Guerra de Viriato*, em «Nação Portuguesa», Fevereiro de 1923.

Viseu foi tomada no ano 137 a. C., por Décimo Júnio Bruto, após a ocupação de todo o litoral da Lusitânia, sendo a célebre *Cava*, de características nitidamente de fortificação romana, ignoradas dos Lusitanos daquele tempo, construída muitos anos depois, já no I século da era cristã, para servir de estacionamento das forças legionárias, destinadas a manter a ocupação da região de entre o Caramulo e as Serras da Lapa e da Estrêla.

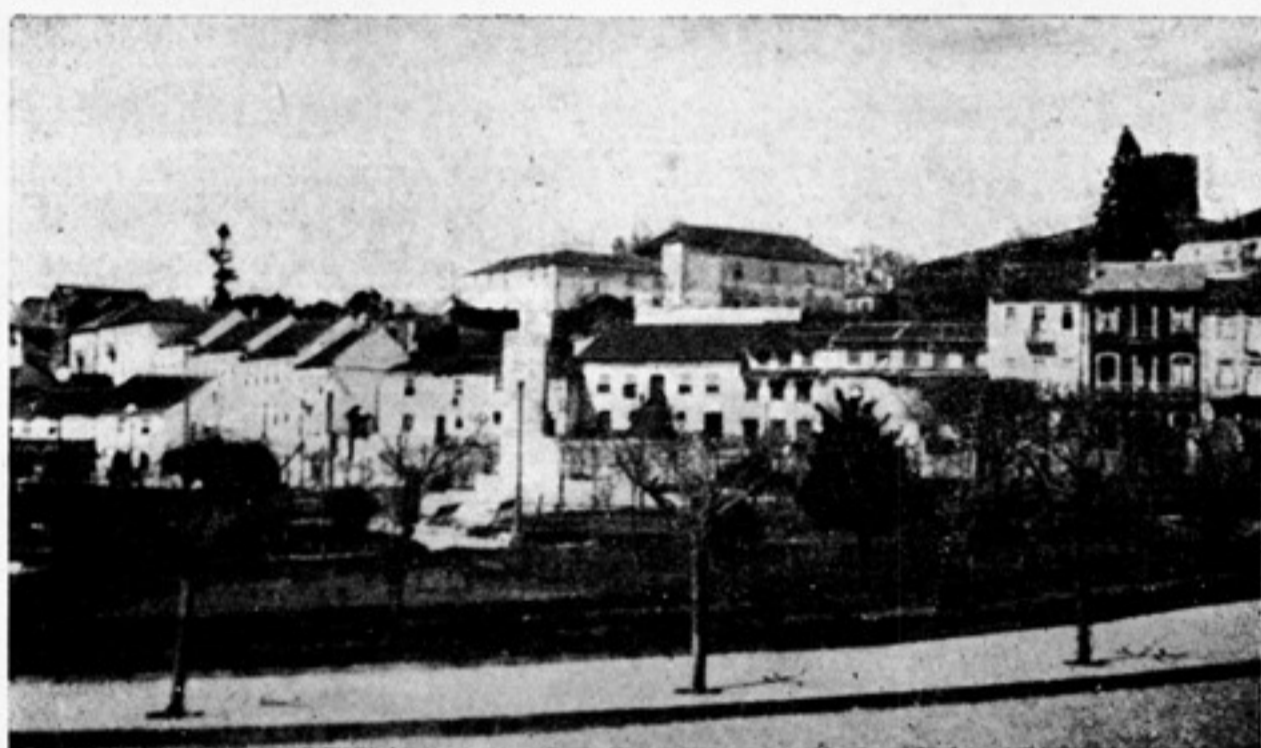
(1) Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, vol. 1, pág. 52.

(2) Júlio César chamou os habitantes dos Montes Hermínios à planície da Ratoeira para concertar com êles a paz e proceder a uma nova distribuição de terras; e interpondo-se entre êles e a Serra, cerca-os, derrota-os, indo aquêles que não quiseram submeter-se refugiar-se nas ilhas Berlengas, onde depois os foi aprisionar; rezando a tradição que os deportara para a costa do Mediterrâneo e

cida a última resistência no coração da Lusitânia, e antes de prosseguir na sua campanha para norte, Júlio César manda reconstruir a povoação lusitana da Guarda, na parte de mais fácil defesa, que cerca de alterosas muralhas, apoiadas em fortes tórres e torreões.

São grandes e numerosos os vestígios da existência da Guarda romana e das suas fortalezas dessa época.

Na identificação das suas muralhas deve tomar-se em



GUARDA

Vista parcial, tirada da porta de carros do Quartel.

linha de conta o facto de que os romanos erigiam dentro delas todos os seus monumentos, em especial os religiosos.

Ora, entre os vestígios de construções romanas que chegaram até aos nossos tempos, e que deviam estar dentro da cerca de muralhas, devem citar-se, em primeiro lugar, os restos de um templo cristão, sôbre cujos alicerces foi levantada a primeira catedral da Guarda por D. Sancho I em 1197, edificada dentro das muralhas em lugar hoje desconhecido,

aí fundaram a colónia de Valência. E dessa forma se explica certa analogia de costumes e feições hoje ainda existentes entre lusitanos e valencianos.

e que era muito pequena, substituída mais tarde por outra mandada levantar por D. Pedro I em 1360, num espaçoso terreiro fora de muros, a norte do postigo do Castelo (1). Nesse local existem ainda vestígios de alicerces que supomos serem dessa construção; e, nos muros de vedação dos terrenos, até ao Barroco da Moura, encontram-se muitas pedras trabalhadas, de aparelho nitidamente romano, provenientes certamente de edificações ali existentes e demolidas, antes da construção da muralha de D. Sancho I.

No quintal da casa apalaçada, situada em frente das portas de El-Rei, existia ainda há pouco uma fonte de traça romana; e fonte idêntica existe ainda hoje numa travessa ao lado da rua do Carvalho, a poucos metros a sul do chariz dêste nome. No alto da Eira Velha existiram, até há pouco, vestígios de muros romanos e várias sepulturas, umas presumivelmente lusitanas e outras lusitano-romanas. A capela de S. João, cujas ruínas subsistiram até 1884 no desaparecido largo de S. João, era de puro estilo romano (2).

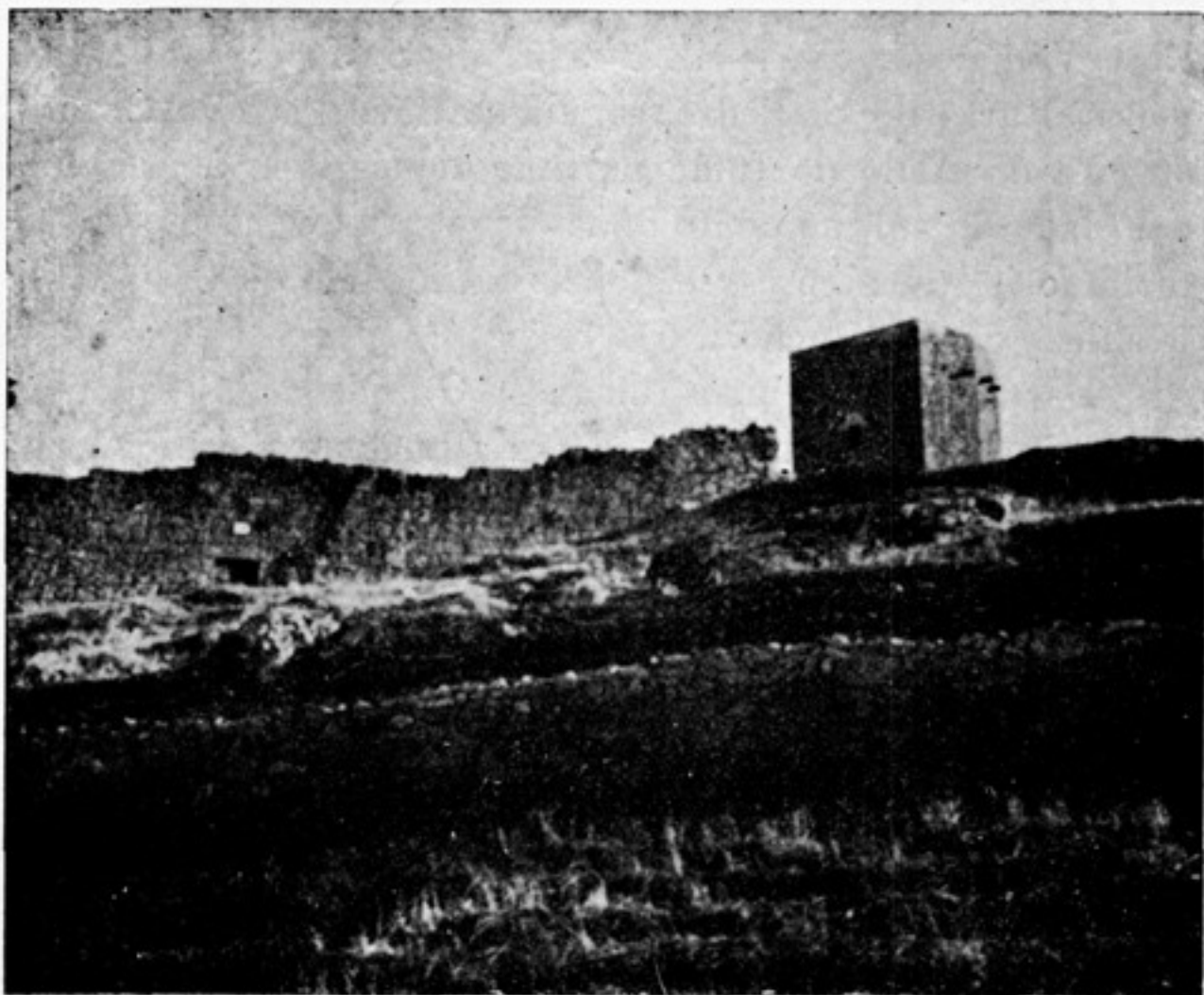
A igreja da Misericórdia foi também levantada sobre uma parte de um templo romano; e o muro de suporte do cemitério do Hospital Velho, vulgarmente designado das Malvas, derrubado quando foi aberta a actual rua de Vasco da Gama, assentava também em alicerces do referido templo. Deve lembrar-se que nesse muro e no terreno onde se enterrava, se encontraram muitas pedras provenientes de construções romanas e pedaços de telhões, mosaicos, etc. Também ainda há poucos anos, do lado sul do Coliseu da Beira, estavam bem visíveis os restos de uma muralha romana, cujo prolongamento para sudoeste fôra demolido quando

(1) Esta catedral foi mandada arrasar por D. Fernando I em 1372, afim de se desafrentarem as muralhas, por causa da guerra que teve que sustentar com os castelhanos. E só mais tarde D. João I, feita a paz com Castela, mandou erigir a actual Sé, para a qual, segundo reza a tradição, deu o riscó e muito dinheiro.

(2) Nessa capela existia uma inscrição latina referente à sua fundação, que remontava de facto à época da dominação romana.

em 1886 foi rasgada a rua do Marquês de Pombal, na altura da rua que corre por detrás da cerca do Hospital Velho.

Uma parte do actual Paço Episcopal, do lado do nascente, assenta sobre os alicerces de uma muralha romana; e em 1900 estavam ainda bem visíveis pedaços de muralha ligando este edifício com o do Asilo de Infância, e formando



GUARDA

A Tôrre do Castelo e trôço de muralhas, vendo-se a porta falsa à esquerda, quási tapada pelo entulho.

uma espécie de terraço, a cavaleiro sobre o antigo Mercado dos Porcos, que servia de mirante aos asilados.

Quando foi demolida a Tôrre do Mirante, facto que é já da nossa lembrança, apareceram igualmente no entulho que a enchia, muitas pedras lavradas e pedaços de colunas e capitéis e outros destroços de construções romanas.

Devemos também notar que em todos os lanços das muralhas de D. Sancho que foram derrubados, se encontraram pedras lavradas provenientes de edificios romanos.

Pela análise dêstes vestígios e achados, pelo estudo da topografia do terreno e forma de fortificar de então, podemos concluir que a cêrca dos romanos, partindo também da Cidade lusitana, devia seguir pelos lados do poente e norte quási o mesmo traçado das muralhas lusitanas, passando pelo Barroco da Moura, morro do Espírito Santo, ao alto do Torreão; dali descia ao chafariz do Carvalho e subia à Eira Velha; passava pela escarpa de S. João; continuava pelas alturas de S. Pedro, seguia ao novo Paço do Bispo e outeiro do Asilo de Infância, indo depois ligar à Acrópole pelo lado do sul, no ponto onde outrora se levantou o Castro lusitano de duas cêrcas e depois a Cidadela do Castelo, da fortaleza de D. Sancho I.

4 — Com a conquista romana a Guarda nada perdeu da importância que tinha como Citânia lusitana; e Júlio César, reconhecendo à nova cidade todo o valor da sua posição militar e política, faz dela um grande centro de ocupação e de administração, com um forte presidio militar, fazendo-a sufragânea do *Conventus* jurídico *Scallabitanus*, com a sede em *Scallabis* (Santarém) (1), mantendo-lhe as prerrogativas de capital de província e dando-lhe o nome de *Lancia Oppidana*. E seguidamente, com aquêle sentido prático de que os romanos eram dotados, projecta e manda iniciar a construção de duas grandes estradas militares: uma, saindo de Mérida para Alcântara na margem do Tejo, cruzava ali êste rio, e subia à Lancia Oppidana, passando por Idanha-a-Velha e Belmonte; da Lancia Oppidana continuava para norte por Freixedas, Coriscadã e Numão; atravessava o Douro no Pocinho, seguia por Moncorvo, Lagoaça, e Miranda, cruzava a fronteira espanhola em Cruz de Camima, entre as povoações de Cirouco e Constantim, indo terminar em *Astúrica Augusta* (Astorga); e a outra, partindo de Coimbra, vinha a Celorico, cruzava o Mondego na ponte de Aldeia Viçosa, e subia à Guarda pela calçada da Ramalhosa; da

(1) Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, vol. I, pág. 58.



GUARDA

Vista geral tirada do nascente, do Moínho de vento ao Torreão.

Guarda continuava para leste, pela Cerdeira e *Oppidania* (Verdugal), depois de cruzar o rio Coa na ponte de Sequeiros; passava por *Mirobriga* (Cidade Rodrigo), indo terminar em *Salmantica* (Salamanca). É tradição ainda hoje corrente, que esta estrada provinha de Madrid a Salamanca, passando por Ávila, e que de Mirobriga partia um ramal que, passando por Castelo Rodrigo, cruzava o Douro em Barca de Alva e ia entroncar em Lagoaça, além de Moncorvo, com a primeira estrada da Guarda a Astorga.

A primeira destas estradas está citada por Hübner e por êle identificada desde Mérida até à ponte de Alcântara sôbre o Tejo, (obra de Trajano) (1), e é fácil de reconstituir em território português pelas pontes ainda hoje existentes sôbre o Erges em Segura, sôbre o rio Ponsul em Idanha-a-Velha, e na Capinha sôbre a Ribeira da Meimôa e pelos troços da calçada romana junto desta povoação, pela ponte de Caria sôbre a Ribeira do mesmo nome, e troços de calçadas em Belmonte e do Noemi, quási em recta, a terminar na Guarda, nas portas da Covilhã.

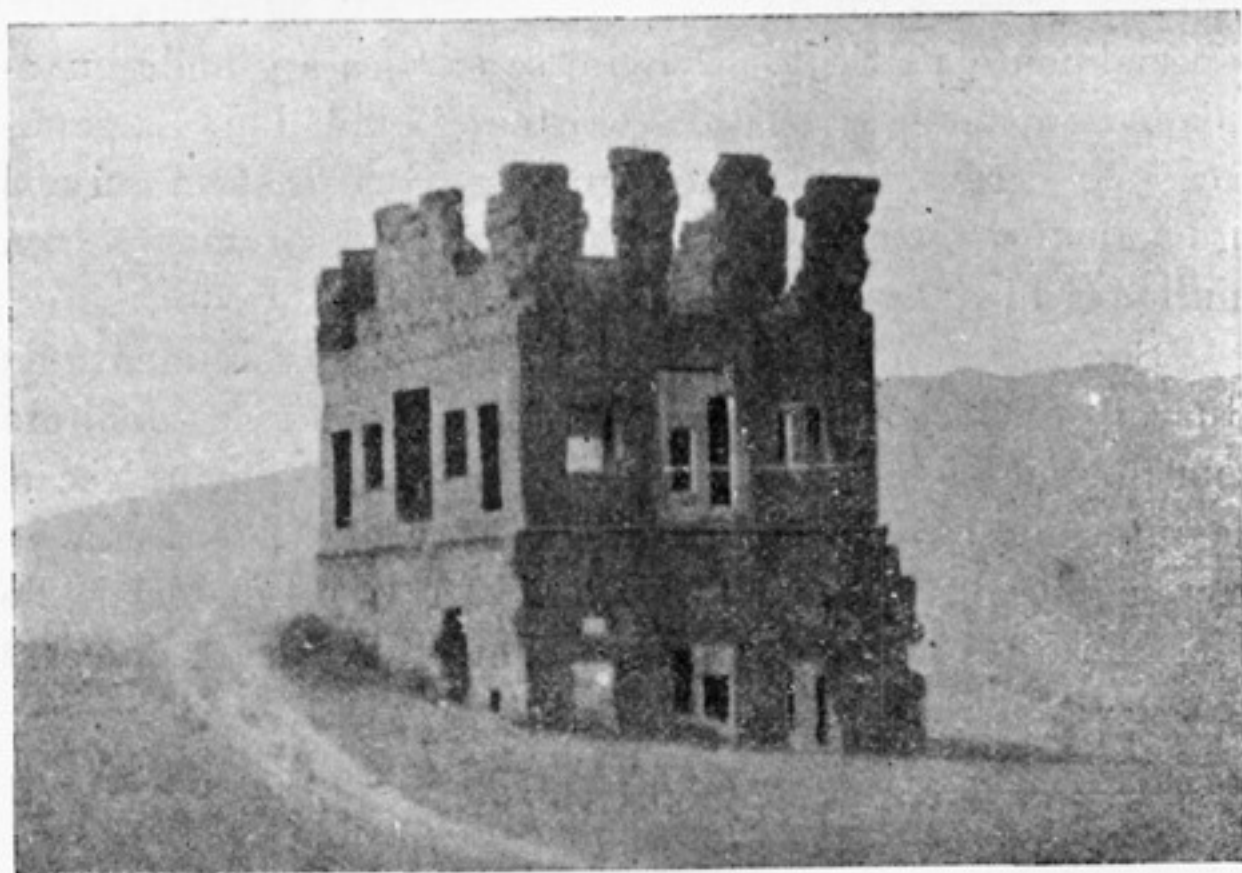
Para norte da Guarda, a estrada romana está também ainda balizada pela calçada do arrabalde do Carvalho, que desce ao Rio Diz, e pela ponte sôbre esta ribeira; pelos troços de calçadas nas Gouveias, e ponte sôbre a ribeira de Massueime, pelos lanços de calçadas em Marialva e em Longroiva, pela ponte sôbre a ribeira da Teja e pelas calçadas de Numão. A parte compreendida entre o rio Douro e a fronteira espanhola está indenticada por Cristóvão Ayres (2).

A segunda via romana está também ainda definida pelas calçadas a poente e nascente de Celorico, na Rapa e em Aldeia Viçosa, ponte sôbre o rio Mondego e calçadas da

(1) Cristóvão Ayres, *História do Exército Português*, vol. II, pág. 238. Esta ponte que só foi terminada em 106 da nossa era, mede 194 m. de extensão, com 54 m. de altura e só com 6 arcos, tendo os dois do centro 30 m. de abertura e 24 os imediatos.

(2) Cristóvão Ayres, *História do Exército Português*, vol. II, págs. 233 a 237.

Ramalhosa, Cruz da Faia e da Dorna. Para oriente da Guarda esta estrada está ainda bem definida pelas calçadas do Senhor do Bomfim, do Rochoso e da Cerdeira, e pela ponte romana sôbre o Noemi; calçadas da Miuzela e ponte de Sequeiros, sôbre o Côa; pelas calçadas perto de *Oppidânia* (Verdugal) e pelas pontes sôbre o Águeda, em *Mirobriga*



CENTUM CAELES

Restos de uma prisão política romana, de fins do 1.º século da nossa era

(Cidade Rodrigo), e sôbre a Tormes, em *Salmantica* (Salamanca).

Estas estradas militares pertenciam à categoria *viae stratae*, com 14 pés de largura, bombeadas no centro e normalmente formadas por três camadas sobrepostas: a *stratum*, a de fundo, feita com pedras de diversos tamanhos postas a granel umas sôbre as outras, a maior parte das vezes com argila ou argamassa; a *rueratis*, formada por pedra miuda, britada e misturada com areia e terra argilosa e bem batida; e a *summa crusta*, o leito de rolagem, formada por grossas lages rectangulares, bem trabalhadas nas faces de junção e

rolagem. É evidente que conforme a natureza do terreno do leito, eram suprimidas uma ou mais camadas e até a última quando o piso assentava em rocha.

Estas duas estradas militares, a partir da Guarda, foram de início construídas pelos *fabri* da *V Legião Alaudae*, que fizera parte do exército que acompanhou Júlio César na sua segunda vinda à Lusitânia, e fôra recrutada na Ásia Menor, especialmente na Síria. E assim se explica a grande quantidade de caracteres asiáticos existentes ainda hoje na população de certas aldeias da região da Guarda, sem dúvida provenientes do cruzamento dos legionários romanos com mulheres lusitanas.

Sob o ponto de vista económico, o desenvolvimento da Guarda foi também extraordinário durante o domínio romano, mercê de abertura de boas vias de comunicação, da intensificação da agricultura e da pecuária, e ainda do incremento das indústrias mineiras⁽¹⁾ e de materiais de construção. Igualmente foi um centro de cultura de certa

(1) É curioso notar, comó sinal de desenvolvimento social e económico, a existência da prisão política dominada *Centum Caeles*, cujos restos ainda hoje se contemplam a 3 quilómetros a norte de Belmonte, ao lado da estrada da Guarda, junto da qual existem também, do lado da Ribeira, os vestígios de uma grande povoação luso-romana, a qual era servida pela estrada militar romana Mérida-Lância Oppidana e de que falaremos quando tratarmos dos monumentos do Concelho de Belmonte. Nesta prisão esteve porventura encarcerado o papa São Cornélio, deportado para a Lusitânia no comêço do século II da nossa era, sendo esta região, ao tempo, já um dos maiores centros de exploração mineira. O estanho explorado e misturado com o cobre das minas de Rio Tinto formava o bronze que era consumido na Lusitânia e exportado desde tempos imemoriais pelo pôrto de Tarses e, mais tarde, devido ao assoriamento, por Huelva, para os países ribeirinhos do Mediterrâneo. Tão rica era esta região em minérios, que, ainda presentemente, há mais de 25 anos, uma draga mecânica explora com grande proveito, nas imediações da Gaia, a lavagem das aluviões depositadas nos vales das ribeiras.

importância, o que sempre se tem mantido com certo vigor através dos séculos, até aos nossos dias.

5 — Com a invasão dos bárbaros coincide o início da decadência da *Ward* como então passara a ser designada a Lância Oppidana dos romanos, e bem assim de toda a região da Beira Serra. As atrocidades e vandalismos praticados pelos novos dominadores, e os incêndios que durante dezenas de anos, segundo cremos, devastaram as mais frondosas florestas, que cobriam as serranias e as ásperas encostas dos vales, provocaram o empobrecimento da terra, resultando um grande definhamento na agricultura e a paralização de certas indústrias e, portanto, do próprio comércio. A sua população citadina foi decrescendo extraordinariamente e a maior parte dos seus melhores edifícios foram caindo em ruínas.

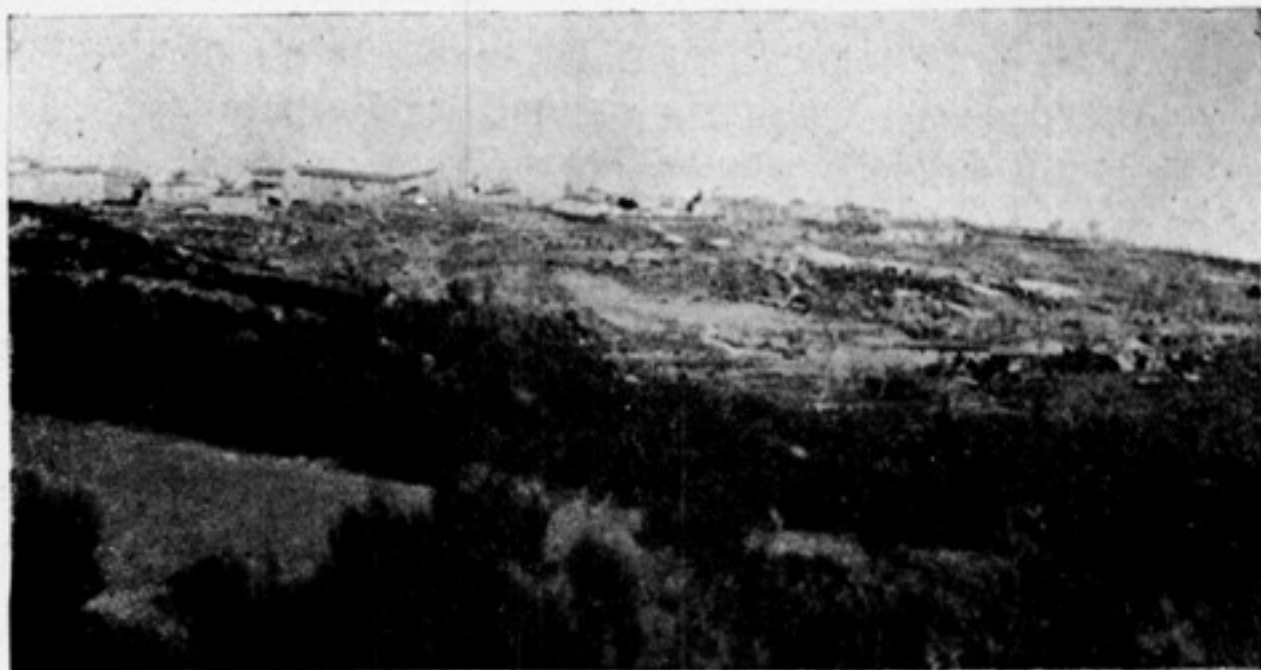
No entanto, para resistir às lutas e constantes correrias, com que os visigodos, durante perto de duzentos anos, assaltaram estas partes da fronteira da antiga Lusitânia, agora a monarquia suevo-alana, parece que as fortificações romanas da *Ward* (Guarda) foram sempre cuidadosamente conservadas e até restauradas em parte, segundo reza a tradição.

6 — No domínio dos mouros, mais se acentua ainda a decadência da fortaleza da Guarda. Os seus moradores viviam em paz com os vizinhos e, gozando de muitas liberdades e privilégios, mercê da tolerância gananciosa dos mouros, ficavam indiferentes à reconquista neo-goda, pelo que as suas muralhas, de nada servindo, foram caindo em completa ruína (1).

(1) João de Almeida — *A Guarda, Capital da Beira*, 1937, págs. 32 e 33:

«... Como se sabe, quando a reconquista neogótica chegou ao Douro, ficou ali parada por alguns anos, até que sob um novo impulso de fé cristã e de nacionalismo irrompe novamente para sul em duas direcções, uma, a dos lusitanos, — agora portugueses —, que prossegue ao longo da faixa do litoral atlântico, alcança as terras de Coimbra, sendo a sua expansão detida a leste nas faldas da Serra da Estrêla e da Lapa, tendo como limite as tenências ou os distritos

7 — Quando D. Afonso III, o Magno, rei de Leão, prosseguiu nas suas lutas de reconquista para sul do Douro, e toma em 879 a *Gard* mourisca, quasi êrma de moradores, desmantela completamente as suas fortalezas, e manda reconstruir em sua substituição uma simples tôrre acastelada, no alto do Castelo, com a simples missão de atalaia, transferindo o seu antigo poder e importância militar para o Castro de Tintinholo, por êste ser fortaleza mais fácil-



GUARDA

Vista parcial tirada do nascente.

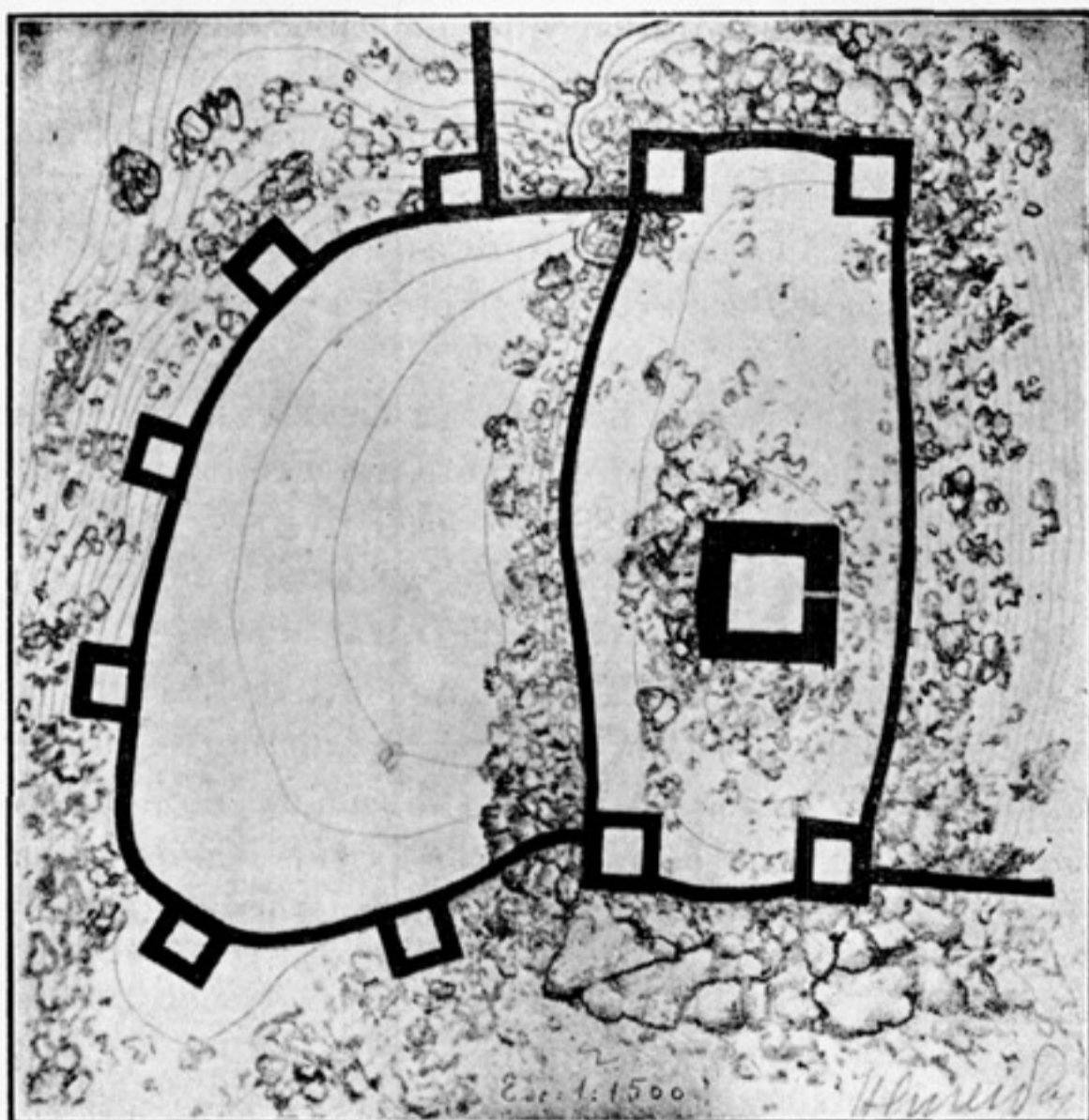
mente defensável e exigir menor guarnição militar do que as grandes fortificações daquela cidade.

militares de Lamego, Viseu e Seia; a outra, a leonesa, marchando para sul, alcança como limites as comarcas de Samora, Cividade e Salamanca, já na Vetónia.

Entretanto a Vetónia, como uma espécie de ilha impenetrável, fica estranha a essa expansão.

E após os vai-vens da sorte das armas e da política, numa ânsia de expansão, em luta de concorrência, portugueses e leoneses, marcham os primeiros para leste, trepando às faldas da Lapa e dos Hermínios, e os leoneses para sul, através das planícies da Castela Velha, alcançam as serras de França e de Gata, e vêem chocar-se nas terras entre o Coa e o Águeda. > ...

8 — Em 1187, D. Sancho I de Portugal, aproveitando um remanso de paz com os mouros e leoneses, mandou restaurar as fortalezas da Guarda, e de novo instituiu na velha Lância Oppidana um centro militar e administrativo,



GUARDA

Planta hipotética da Cidadela do Castelo.

abrangendo toda a região fronteiriça do Douro ao Tejo, com os mesmos limites por norte, poente e sul, da primitiva Civitas ou Província Lusitana; manda vir gente de fora para a repovoar, concedendo muitos privilégios e regalias aos seus moradores, ao mesmo tempo que transfere para ela a séde da diocese da Idanha, iniciando logo nesse ano a construção de uma pequena catedral dentro dos seus muros.

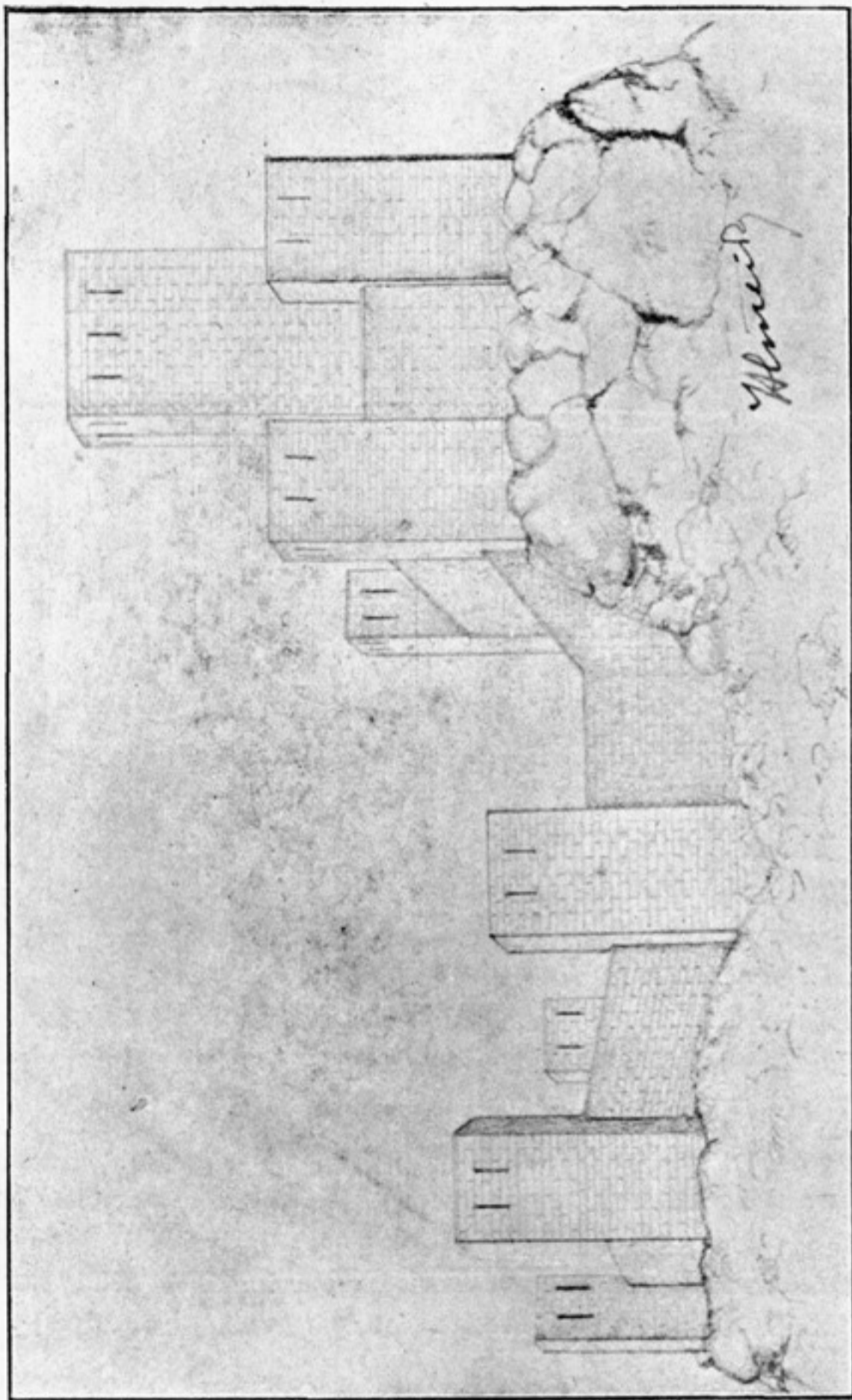
A fortaleza de D. Sancho, cujas muralhas os nossos olhos podem em parte contemplar, abrangia uma área mais restrita que a romana e constava da forte Cidadela do Castelo, com sua alcáçova e torre de menagem, levantada sobre os alicerces da Acrópole romana, e da do Torreão; e da resistente cerca de muralhas que, da Cidadela do Castelo, baixava quasi em recta para norte até às portas de El-Rei, se sobrepunha depois à muralha romana até ao Torreão e prosseguia em seguida em novo traçado até unir-se à Cidadela do Castelo, apoiada nas alterosas torres dos Ferreiros e do Campo (1), fortaleza esta que mereceu à Guarda o título de forte (2).

Tinha quatro portas de carro, a da Covilhã, aberta na Torre do Campo, mais tarde Mirante das Freiras, destruída a quando esta torre em 1889, a dos Ferreiros, sob a protecção da torre do mesmo nome, a da Estrêla ou da Erva, e a de El-Rei: estas três ainda existentes; e dois postigos ou portas falsas, abertas uma a Oeste, no lanço da muralha contígua à cidadela do Castelo, e a outra do lado norte, contígua à cidadela do Torreão. Devemos aqui chamar a atenção de quem pretender fazer a identificação da cidadela do Castelo, para o facto de que o terreno em que outrora se levantava

(1) As muralhas da Guarda tinham uma altura de 12 m., subindo a 15 nos pontos em que o terreno era menos íngreme e baixando raramente a 8 m. quando eram apoiadas em forte escarpa. As Torres das cidadelas tinham a altura de 15 a 18 metros, e as do Campo e dos Ferreiros, respectivamente a de 20 e 22 m. no cunhal mais alto.

(2) A Guarda que, por mercê das condições várias e da fortaleza dos seus muros, mereceu os títulos de forte, feia, fria, e farta honra-se também com o título de *fiel*, ganho com a acção do seu alcaide Álvaro Gil Cabral pela fidelidade mantida ao Mestre de Aviz, acrescida depois pelos actos dos seus moradores na Restauração de 1640, galardão concedido por D. João IV nas suas cartas, dirigidas aos Juizes, Vereadores e Procuradores da Cidade, *titulando-a de muito leal Cidade*, em que agradece a *Liberalidade e fidelidade de tão Nobre e Leal Cidade, como muitas vezes o tem mostrado*.

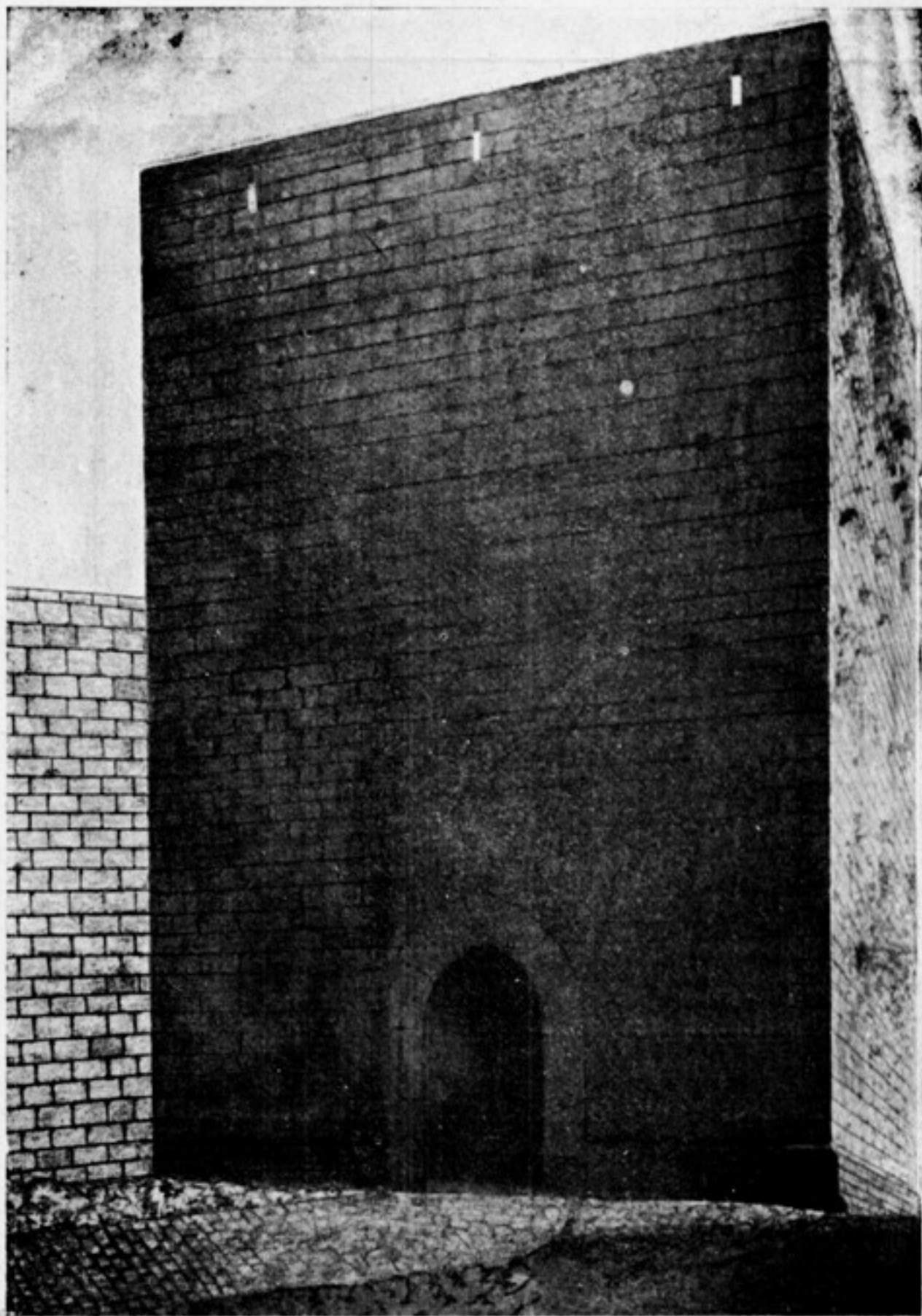
diferir hoje muito da forma primitiva, por, após serem derrubadas as suas muralhas, se ter feito o desmonte das rochas que formavam a plataforma em que estava erigida a alcáçova, para



GUARDA

Vista hipotética da Cidadela do Castelo.

exploração de pedras. Especialmente do lado do poente, o arranque foi levado até à raiz da Tôrre de Menagem, a ponto

**GUARDA**

Tôrre do Campo e Portas da Covilhã
(Reconstituição hipotética, do Autor)

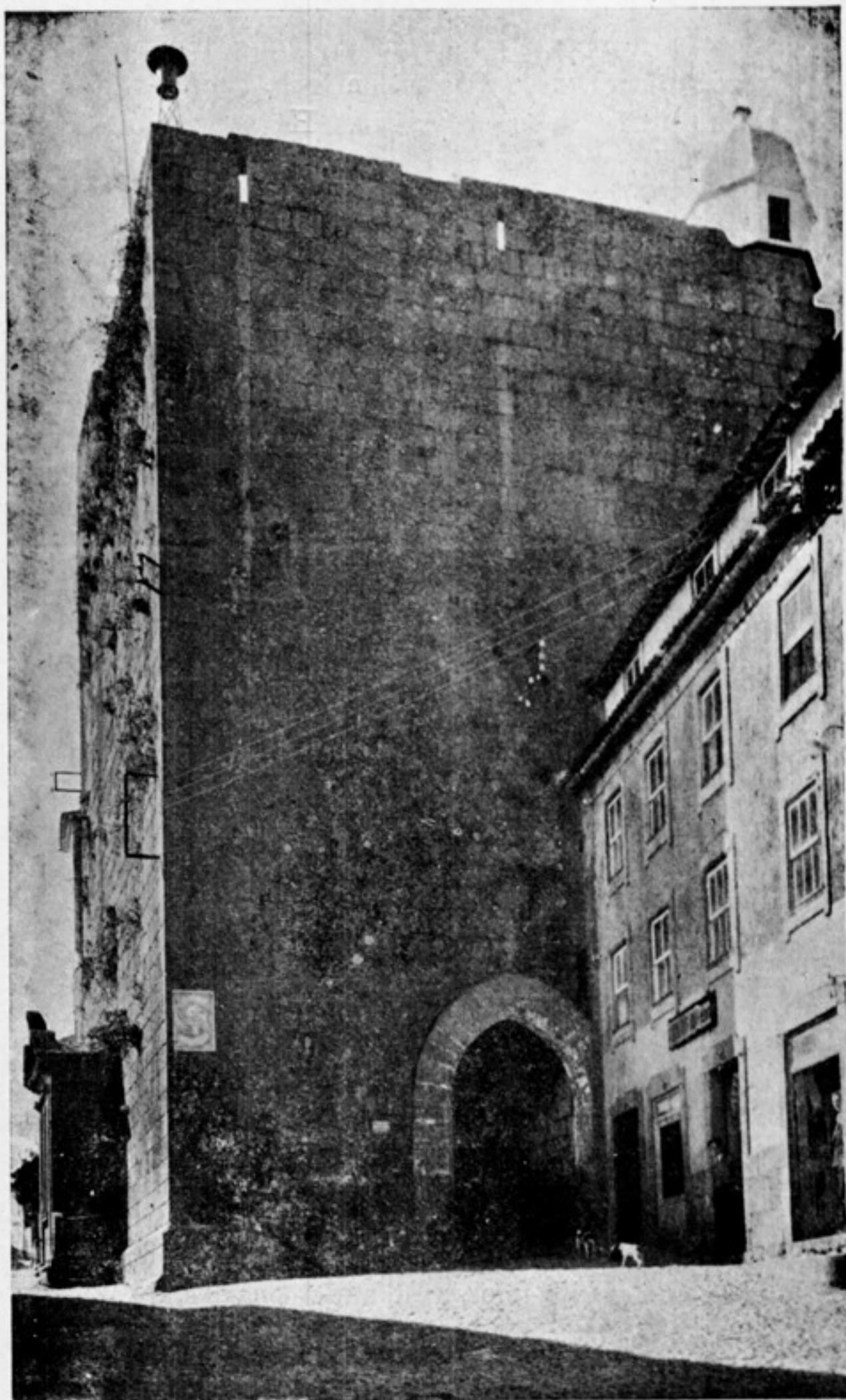
de ameaçar ruir um dos cunhais, dando a impressão de haver um terraplano inferior contíguo, limitado por um fôssco, que de facto nunca existiu. Há poucos anos igual vandalismo foi praticado com o rebentamento das fragas do lado norte, também para exploração de pedras para construções particulares e ainda últimamente para a construção dos dois depósitos para abastecimento de água à cidade.

De forma análoga se procedeu com a cidadela do Torreão, pois após a derruição da tórre de nordeste e muralhas contíguas, em 1847, foi alterada inteiramente a topografia local, com o rebentamento das fragas em que se apoiavam e a circundavam, para a construção do matadouro, abegoaria e nitreira municipais, e com a acumulação dos entulhos em frente destas, onde hoje existe um vasto terreiro.

A fortaleza da Guarda iniciada logo por D. Sancho, em 1187, com a construção da cidadela do Castelo, só veio a ser terminada no reinado de seu filho D. Afonso II, com a construção da cidadela do Torreão.

Até meados do século passado as muralhas da Guarda foram sempre conservadas intactas e mantidas em bom estado, com o maior disvelo e carinho dos seus moradores, sendo prontamente reconstruídas ou restauradas quaisquer partes que fossem danificadas.

O advento, porém, do liberalismo, dominado pela idéia do bota-abaixo, sem respeito pela tradição nem pelas glórias passadas, leva as autoridades estranhas à terra, e que só pensavam na política, a permitirem a demolição da cidadela do Castelo e do lanço de muralhas que dela baixava à tórre do Campo, com cuja pedra se construiu o Cemitério, e vários edificios particulares. Só por um estranho acaso foi poupada a tórre de menagem, que ainda hoje podemos contemplar. Segue-se-lhe depois a derrocada da cidadela do Torreão, como já dissemos, restando apenas os alicerces da tórre central e das muralhas do lado sul, e os alicerces de um pano contíguo à porta falsa. Mais tarde foram abertos rasgões nas muralhas para passagem das ruas do Comércio e de D. Luís, agora de 31 de Janeiro, e mais recente-



GUARDA

Tôrre e Portas dos Ferreiros.

mente um outro, para a abertura da rua da Fontinha, continuação da rua de 1820. Pena foi que essas partes destruí-



GUARDA

Portas de El-Rei, vistas do lado exterior.

das das muralhas não fôsem substituídas por graciosos arcos, para passagem das ruas, ou deixados à vista os rasgões, permitindo ver a sua continuidade.

Mas acto verdadeiramente criminoso foi o praticado por Alexandre da Conceição, distintíssimo homem de letras e director das Obras Públicas, e D. João de Alarcão, então governador civil do distrito, mandando destruir a Tôrre do Campo ou do Mirante, sem causa nem o menor proveito.

9— Impõe-se nesta hora de reintegração nacional, como instante dever, a reparação dos vandalismos cometidos



Vista da Guarda, tirada da Cruz da Faia.

nas fortalezas da Guarda, reconduzindo-as ao traçado de D. Sancho I.

E aqui deixamos o fervoroso apêlo a S. Ex.^a o Senhor Ministro das Obras Públicas e à Direcção dos Monumentos Nacionais, que com tanto acêrto e saber vêm prosseguindo na nobilíssima e patriótica cruzada da restauração dos monumentos nacionais, para que, sem delongas, estudem e mandem executar o plano da reconstrução integral das suas fortificações. Especializaremos em primeiro lugar as cidadelas do Castelo e do Torreão, aproveitando-as para instalações de serviços militares e de museus regionais, e da Tôrre do Campo ou do Mirante, que tanta beleza voltará a imprimir à perspectiva panorâmica da cidade, e realçará o cunho de forte grandeza das suas muralhas. Depois, o lanço da murá-

lha que ligue esta Tôrre com a cidadela do Castelo, agora com a vantagem de cercar o terreiro principal do Liceu, protegendo-o contra os ventos que sopram da Serra da Estrêla; e, finalmente, a construção de arcos nos rasgões da muralha, feitos nas ruas do Comércio, D. Luís, e da Fontinha, de forma a dar o sentido da continuïdade das muralhas, sem prejudicar o trânsito nem a boa estética, que desta forma ficará ainda realçada.

E à Câmara Municipal, que, com tanto amor e carinhoso acêrto vem trabalhando em prol do maior prestígio da sua Terra, da nossa Cidade e da nossa província da Beira-Serra, deve impor-se a si própria a obrigação de mandar, em participação com o Estado: restaurar e reparar as muralhas nas suas partes visíveis; desobstruir a face sul da Tôrre dos Ferreiros, não deixando reconstruir o antigo prédio em ruínas; aprovar uma *Postura* que proíba a reconstrução de qualquer prédio urbano encostado às muralhas pelo lado exterior, e expropriar e demolir outros, até seu completo desafrontamento; abrir uma rua ou avenida de circunvalação que, partindo da Tôrre do Mirante junto às portas da Covilhã, reconstruída, contorne a cidadela do Castelo, descendo à rua da Fontinha; outra que, partindo das portas de El-Rei, vá ao Torreão e continue depois encostada à muralha, a desembocar nas portas da Estrêla, onde formaria um pequeno largo; e uma ponte sôbre a rua do Carvalho a ligar êste terreiro com o largo de S. João.

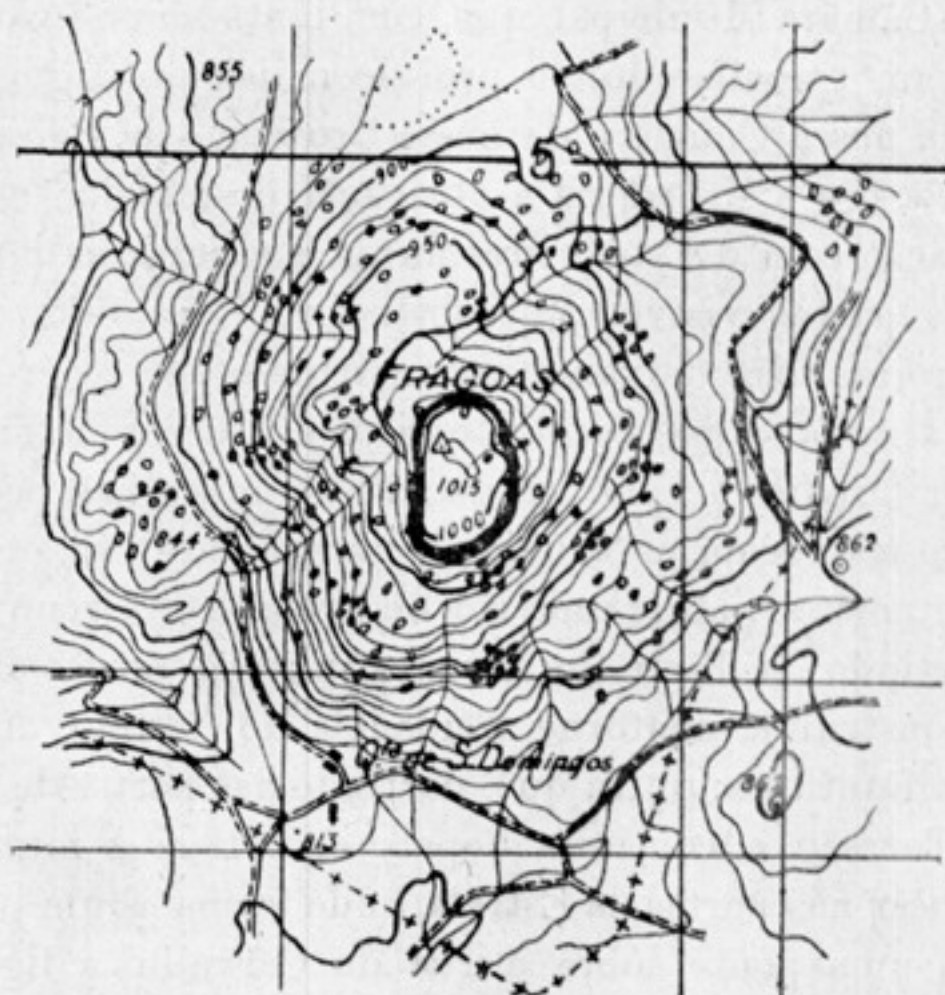
II

FORTALEZA DO CABEÇO DAS FRÁGUAS

Na planura cercada de uma série de pequenos cabeços enfragados, que encima o magestoso Cabeço das Fráguas, existem ainda os restos impressionantes duma antiqüíssima povoação fortificada luso-romana, de cuja existência há muito se havia perdido a memória.

Pelo exame dessas ruínas é ainda possível identificar todo o traçado mais recente dessa fortificação.

Assim, ela devia constar de uma grande torre ou cidadela, porventura uma *acrópole romana*, levantada sôbre as fragas que constituem o vértice do cabeço, no local onde foi construída a pirâmide geodésica, e de uma cêrca amuralhada, que corria apoiada nos cabeços que delimitam a planura em que assentava a povoação.



Planta Topográfica do Cabeço das Fráguas. {

Escala de 1:25 000. Equidistância das curvas, 10 metros. }

A marcar a torre ou castelo, segundo a linguagem popular, existem grandes blocos de granito, na maioria quási informes pelo desgaste do tempo e das intempéries, encastrados entre as penedias, definindo, sem dúvida, os alicerces de uma muralha lusitana; e bastantes blocos mais pequenos, de trabalho romano, também na maioria já muito deformados, espalhados à volta das mesmas rochas.

Quanto à cêrca amuralhada, da banda do sul e do sudoeste, coroando as vertentes enfragadas e de mais difícil

acesso ao Cabeço, encontram-se ainda muitos blocos ciclópicos, assentes sôbre as rochas que lhe serviam de apoio, ou esparsos por entre as penedias; enquanto que, pelo lado de nascente, norte e poente, as muralhas de construção romana existem ainda tôdas bem definidas, por panos de muro derrubados sôbre os alicerces, fechando os intervalos entre os cabecitos enfragados. E é curioso notar que,



Esc. 1:5.000 Eq. 2.5 m.


Cabeço das Fráguas. Planta da Fortaleza.

nos córregos escavados pelas águas entre êsses cabeços de amontoados de fragas, que constituíam pontos de mais fácil acesso, existe uma segunda muralha pelo lado de fora, apoiada nas mesmas fragas em que se apoia a primeira, deixando terraplenos anexos, num plano inferior ao do interior das muralhas.

A porta de entrada está ainda bem marcada, quási a meio da face virada ao poente, pelas suas ombreiras e por um grande trôço de calçada romana que lhe dava acesso. Vestígios dessa calçada existem ainda, em vários lanços, descendo a encosta norte do Cabeço, até entroncar, no sopé,

com uma grande estrada militar que, vinda do nascente, dos lados de S. Cornélio, seguia para a Guarda, a qual igualmente se encontra ainda também marcada por vários troços do seu pavimento.

É verdadeiramente sugestiva e impressionante a existência dos sulcos escavados nas rochas que formam a *summa crusta* do leito dessa estrada, pelo roçar das chapas de trilho das viaturas que por ali teem passado há milhares

OILAM·TRƏOILA
 INDIPORCOM·L·PO.
 COMOIAN·ICCONA·LOIM
 INPAOILAM·VSS·EAM
 TA AVL·INOITAVRON
 I PA OE
 RE V · 

Inscrição existente numa rocha no Cabeço das Fráguas.

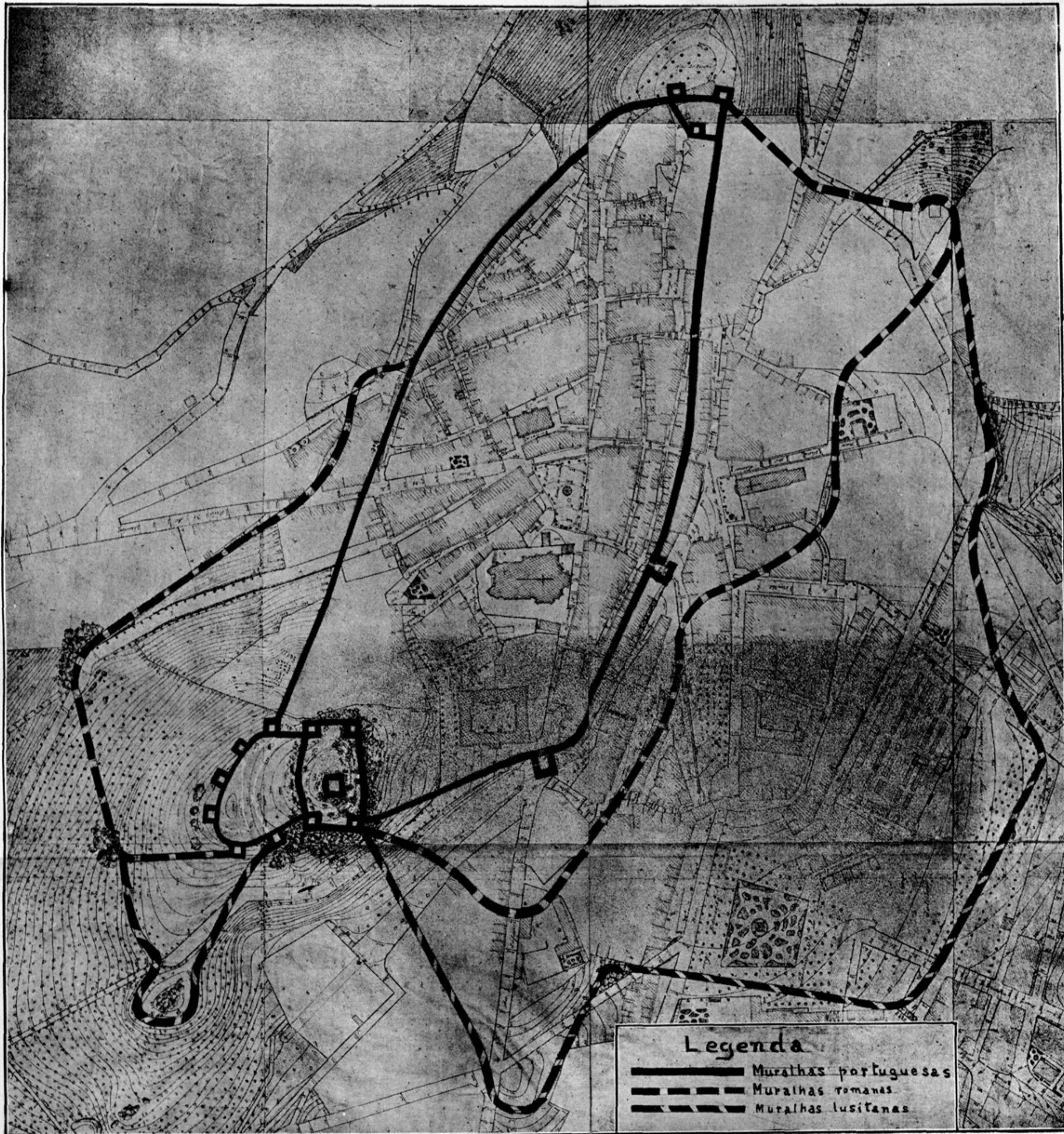
Cópia do Capitão Pina Tormenta.

de anos; e ali continuam a passar ainda agora os carros dos lavradores nas suas fainas agrícolas.

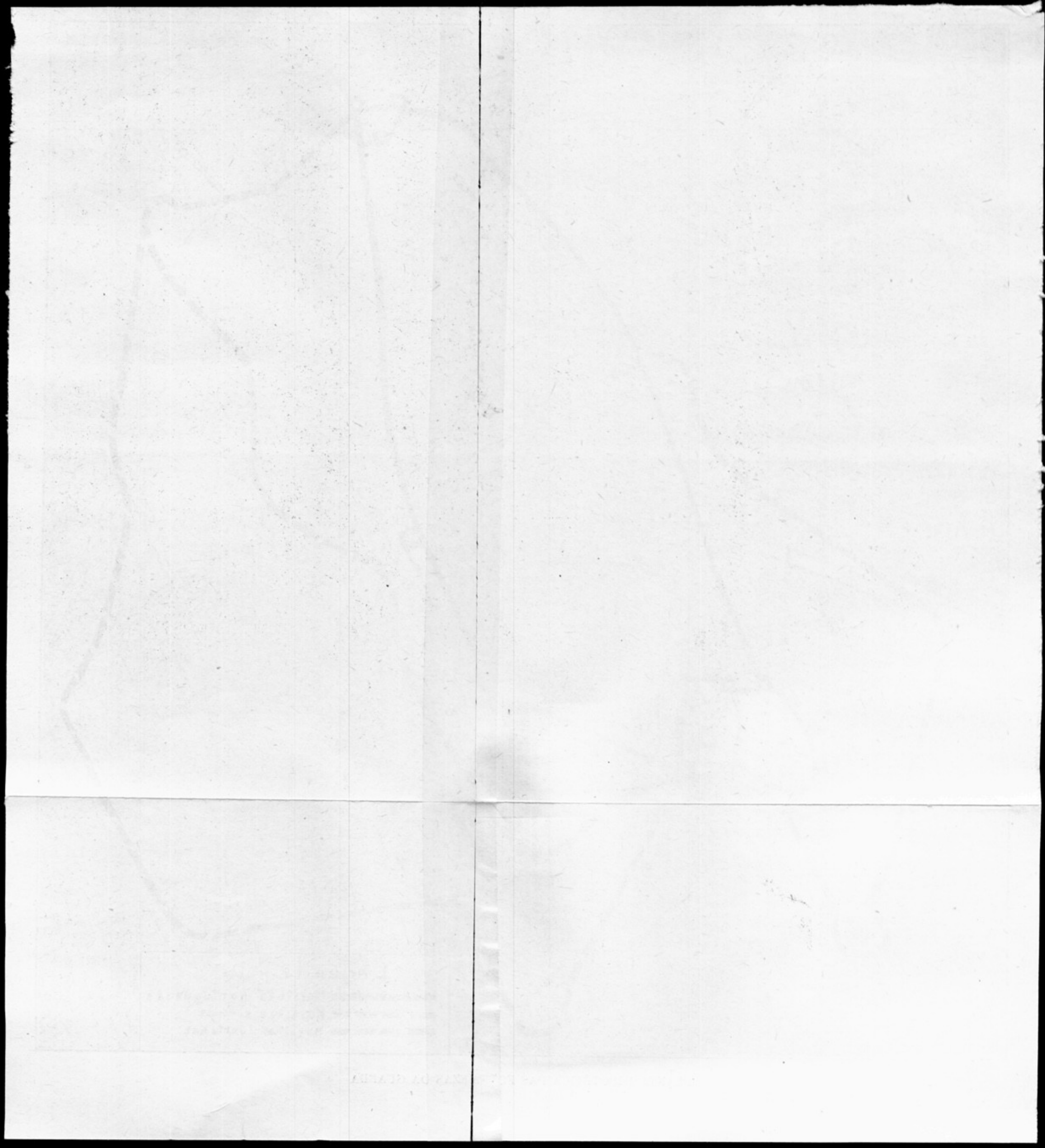
São numerosos e imperecíveis os documentos que atestam a grandeza passada da *cidade das Fráguas* desde os recuados tempos da Lusitânia pré-romana até à formação da nacionalidade portuguesa, e, em especial, dos tempos da ocupação romana, que mais vinca pela sua arte e cunho civilizador.

Além dos troços de calçada a que já nos referimos, encontram-se nos terraplenos protegidos pelas cinturas de muralhas, restos de edificações, muitas pedras lavradas, mós de moínhos manuais, etc.; e, se bem que não seja possível imaginar sequer como teria sido o traçado da urbanização, pode dizer-se que o terreno se encontra coberto de pedaços de telha, tejos, mosaicos, ladrilhos, etc. e de outros des-troços de construções urbanas.

Nas fragas do Cabeço que forma o saliente da face sul da fortaleza, encontram-se ainda intactas três sepulturas



PLANTA HIPOTÉTICA DAS FORTALEZAS DA GUARDA



escavadas nas rochas. E gravada numa fraga perto da muralha do castelo, encontrámos a inscrição aqui transcrita e que nos parece fazer referência a Vila do Toiro, povoação fortificada ainda hoje existente a 12 quilómetros para oriente.

A meia encosta do lado norte, existe uma boa nascente de água potável, e junto dela, as ruínas de uma fonte romana, que certamente devia abastecer a população da cidade, e ainda os restos de uma grande construção urbana.

A justificar o próprio nome de Fráguas e outros de aldeias próximas como Pousafoles, Quarteira, etc., centro duma região em que ainda hoje abundam os minérios de estanho, prata, ferro, etc., encontram-se, não só nas vertentes do Cabeço, mas numa zona de vários quilómetros em redor, restos de fundições muito primitivas, bem como escórias, jôrra de ferro e de outros minerais.

Muitas são também as lendas referentes à cidade das Fráguas que chegam até nós e comprovam a sua grandeza e importância passada. Entre elas queremos citar a que corre ainda entre o povo, de que, em tempos muito anteriores aos mouros, quando se construiu a primeira Sé da Guarda, era desejo do bispo que ela fôsse levantada na cidade das Fráguas. Iniciados ali os trabalhos, com grande espanto, as ferramentas deixadas pelos trabalhadores apareciam na manhã seguinte na cidade da Guarda. E tantas vezes se repetiu o facto, que o bispo teve que desistir da sua idéia, e concordou com a sua construção naquela cidade.

Dos mouros são também numerosas as lendas, e relataremos aquela que dá como existindo uma moura encantada numa gruta aberta numas grandes fragas que estão perto da fonte ao lado da calçada de acesso a que já atrás nos referimos, e na qual, na manhã de S. João, antes do nascer do sol, se ouve o ruído do tear em que a moura trabalha. É curiosíssimo que, quando há meses fomos pela primeira vez visitar o Cabeço das Fráguas, notámos que nesse local umas grandes fragas que foram derrubadas há poucos anos pelas intempéries, ocultavam uma grande gruta por detrás delas.

Da análise do conjunto de todos êstes factos, conjugados com a natureza e situação do Cabeço, que tornava, por assim dizer, inexpugnável a fortaleza construída no seu cume, na divisória das águas das bacias do Douro e do Tejo, em meio duma região então fertilíssima, poderemos fazer uma idéia aproximada da história daquela povoação.

E assim é de crer que, como a Guarda, de quem seria durante muitos anos émula e rival, tivesse a sua povoação começado por um castro neolítico, transformado anos após num *oppidum*, e ampliada com o decorrer das séculos numa *Cividade*, e mais tarde numa *Citânia*, que seria à chegada dos romanos. E êstes, à vista das suas excepcionais condições militares e políticas, e para o aproveitamento das suas riquezas e já existentes explorações mineiras⁽¹⁾, teriam remodelado e restaurado as suas fortificações, de harmonia com a sua técnica, fazendo dela uma forte base de ocupação e um importante centro industrial e agrícola.

III

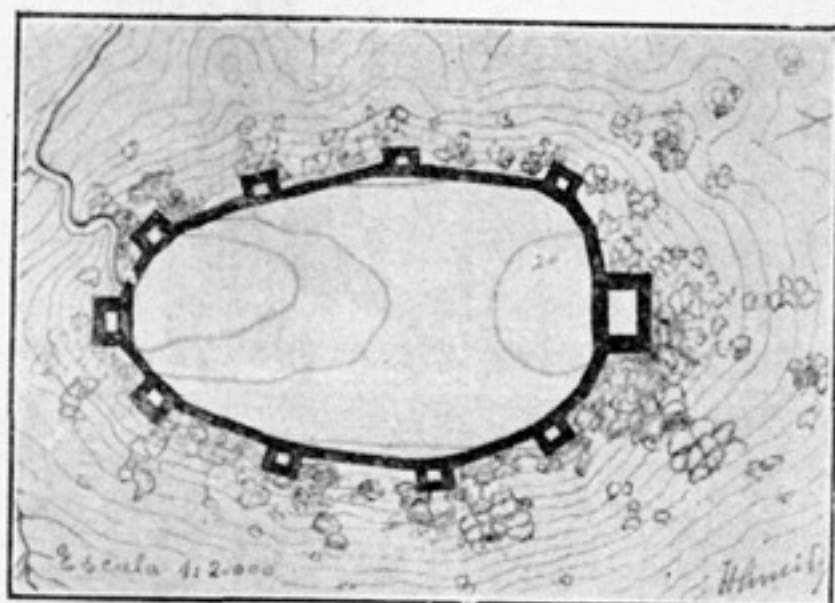
CASTELOS VELHOS

A norte da Guarda, a 800 metros do alto da Eira Velha, e na coroa de um outeiro rochoso e escarpado sobranceiro à Senhora do Mileu, levantavam-se ainda há poucos anos os restos de uma velha fortaleza designada por Castelos Velhos.

Pelo estudo dessas ruínas que ainda nos foi permitido fazer, e de harmonia com as tradições correntes, supomos que na sua origem teria sido um simples Castro lusitano,

(¹) Como se sabe, já antes da chegada dos romanos se fazia a exploração dos minerais, em especial do ferro e do estanho, êste desde os tempos da Lusitânia heróica, culta e rica, com o qual e com o cobre proveniente das minas de Rio Tinto, e outros jazigos ainda hoje abundantes no moderno Portugal, se formava o bronze.

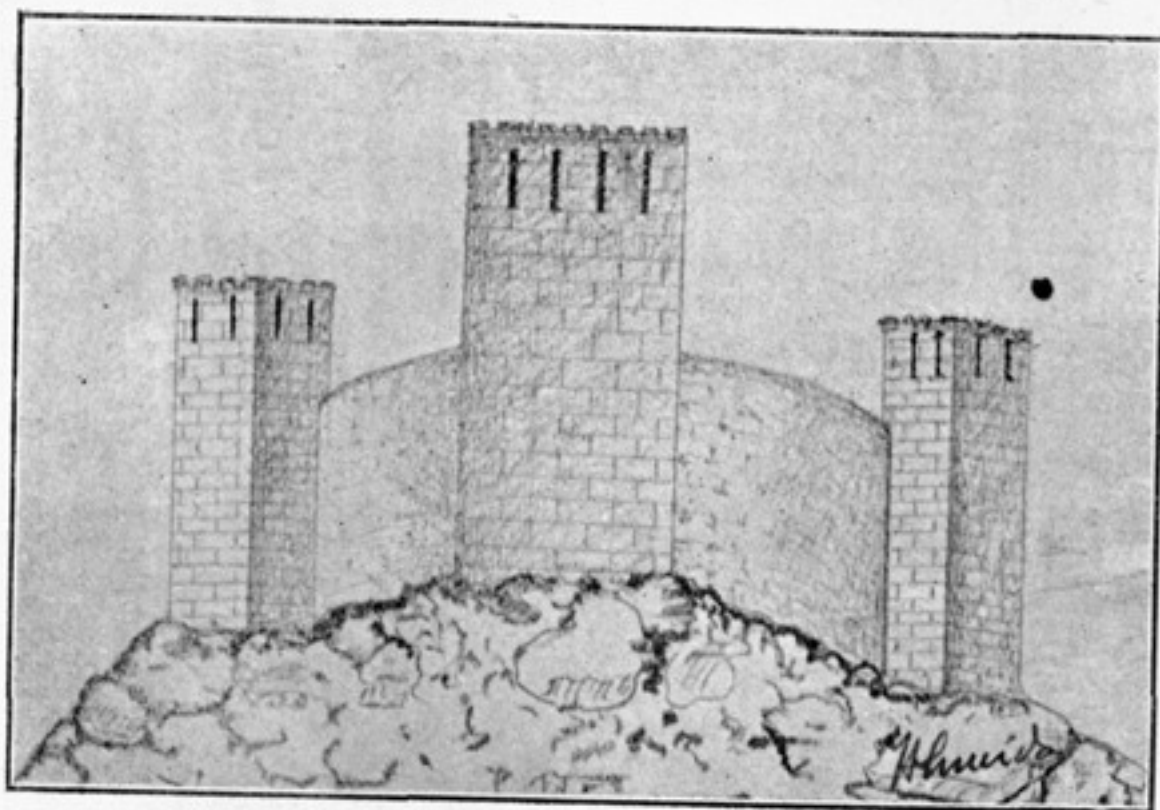
duma só muralha, passando, mais tarde, a constituir um pôsto avançado da defesa da Guarda, dificultando enormemente



CASTELOS VELHOS

Planta hipotética da Fortaleza

o seu acesso pelo lado do nordeste. Mais tarde os romanos transformariam aquêlo castro lusitano numa poderosa



CASTELOS VELHOS

Vista hipotética do lado do nascente

fortaleza, constituída por uma cêrca de muralhas torreadas, apoiadas em duas grandes tôrres ou castelos levantados nos



Vista do cabeço dos Castelos Velhos, tirada do lado sul.

extremos do nascente e do poente, e cujas ruínas chegaram até aos nossos dias (1).

Em 1900 existiam ainda alguns pedaços de muralhas do lado norte e estava a maioria dos alicerces bem visíveis, o que permitia reconstituir-se todo o traçado da fortificação romana.

Ali se devem ter alojado durante algum tempo os *fabri* da Legião V *Alaudae*, encarregados da abertura da estrada romana que ia da Lância Oppidana a Braga e Astorga.

No tempo dos suevo-alanos deve esta fortificação ter desempenhado um papel de grande relêvo nas lutas contra os godos, e com êsses castelos andam ligadas as lendas da Senhora do Mileu.

No local onde se levantava a fortaleza são ainda hoje abundantes os vestígios romanos: *tegulae*, *lateres*, mós de moínhos manuais, blocos de pavimentos romanos, restos de colunas, etc.

IV

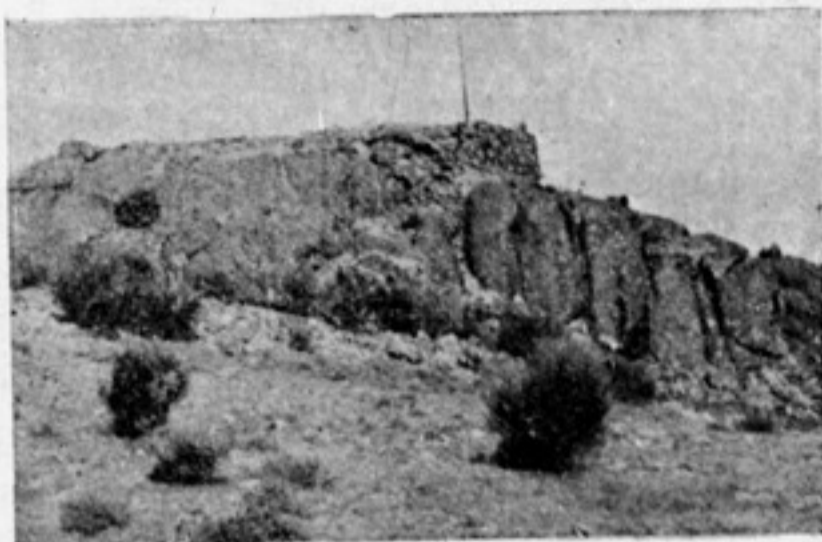
FORTE VELHO

A 3 quilómetros a sul do Castelo da Guarda, sôbre a cumiada da Serra dêste nome, numa posição dominando o colo do Vale da Estrêla, separação das águas do Côa das do Mondego, existem ainda as ruínas duma antiga fortificação denominada Forte Velho.

Por êsses restos de fortificações que chegaram até nós, e é ainda possível examinar, podemos concluir que primitivamente seria um Castro lusitano, fazendo parte do sistema

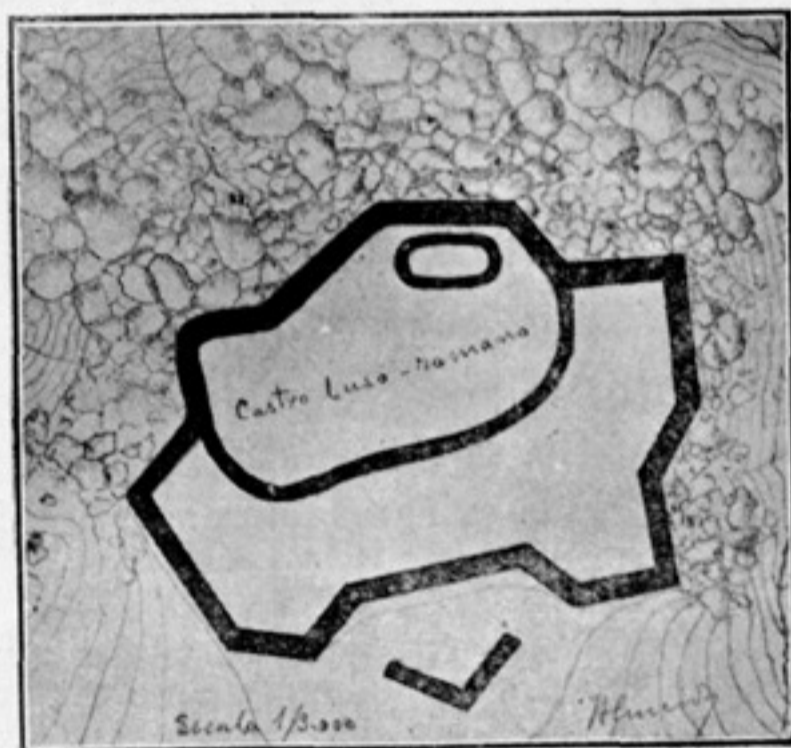
(1) As pedras dessas muralhas foram aproveitadas para vedações de terrenos e construções de casas na Póvoa do Mileu e quintas próximas. Em 1928, para reparação da estrada da Guarda à fronteira, como brita, foram aproveitadas as pedras que ainda restavam da fortaleza e bem assim rebentadas as fragas em que assentavam as muralhas e a maioria das que cobriam as encostas do cabeço.

da defesa da Guarda, e transformado mais tarde pelos romanos, após a tomada daquela cidade, num castro lusitano-romano. Ignora-se o papel que tenha desempenhado na luta



FORTE VELHO

Vista das ruínas do lado norte



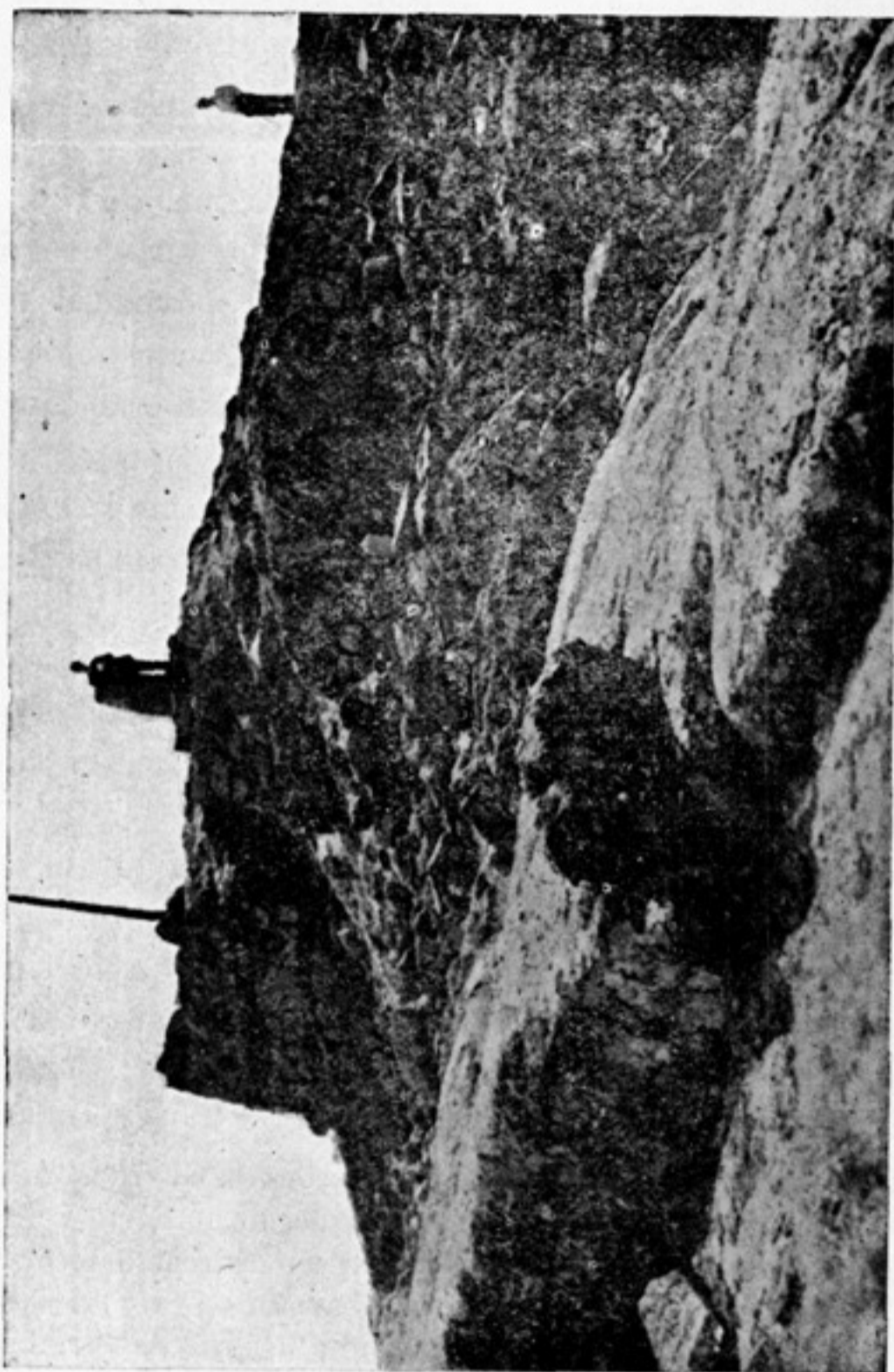
FORTE VELHO

Traçado de 1801

dos suevo-alanos e dos godos, bem como na reconquista deste território aos mouros.

Reza a tradição que D. Sancho I mandou restaurar a fortaleza romana, afim de servir de sentinela vigilante nas comunicações através da Serra, por sul da Guarda.

Em 1801, foi esta fortaleza mandada reconstruir pelo general Marquês de Alorna, ao tempo governador das armas



FORTE VELHO

Vista do Baluarte do nordeste; à direita vê-se um pedaço de muralha ciclópica.

da Beira, dando-lhe o traçado abaluartado, aproveitando-se assim a sua magnífica posição para evitar o torneamento pelo sul das fortes posições da Guarda.

Em 1811, desempenhou um papel importante no combate da Guarda, ferido na perseguição das tropas francesas

às ordens de Massena, pelo exército anglo-luso, comandado por Wellington (1).

Em 1890, quando foi construída a carreira de tiro, existiam ainda três baluartes quasi intactos, o pano completo de muralhas do lado do nascente, com várias casamatas abobadadas, onde se alojavam as forças que ali iam receber instrução.

Hoje, restam apenas os alicerces de um pedaço de muro do lado do nascente, uma parte do baluarte norte, parte das muralhas do lado poente sobranceiro à povoação de Maçainhas, cujos alicerces são formados por vários blocos de pedra mal trabalhados, sobrevivência da primeira construção lusitana.

Pela íngreme encosta, encontra-se esparsa uma grande quantidade desses blocos que sem dúvida pertenceram ao primeiro Castro lusitano ali construído.

Com a pedra proveniente da demolição desta fortaleza construíram-se em 1878 as novas enfermarias do Hospital da Misericórdia e vários edifícios particulares, na cidade da Guarda.

No local da Pedra do Vento havia indícios de ali ter existido uma atalaia, para melhor observação do terreno, bem como os vestígios de um pequeno castro ou fortim, reconstruído também em 1801 com o fim de flanquear o Forte Velho pelo lado do Norte.

(1) Massena ocupara fortemente as posições da Guarda, em 28 de Março de 1811, apoiando o seu flanco esquerdo no Forte Velho. Era sua intenção resistir ali o tempo necessário para restabelecer as comunicações com a Praça de Almeida e as forças do rei José Bonaparte, que estacionavam na Estremadura Espanhola, e retirar por Belmonte para o Vale do Tejo. Os anglo-lusos, porém, partindo do Vale do Mondego, atacam em 29 pela manhã, quasi de surpresa, em cinco colunas, convergindo sobre a Guarda, e com tal decisão e bravura que os franceses são forçados a retirar apressadamente na direcção do Sabugal, logo após o primeiro empenhamento das guardas avançadas das colunas aliadas. Mas a coluna de ataque ao Forte Velho só ali conseguiu penetrar muito depois dos franceses terem abandonado a cidade da Guarda.

V

FORTALEZA DO JARMELO

No cimo do Monte do Jarmelo, que isoladamente se levanta a meio do planalto da Guarda, contígua aos seus dois característicos cabeços, existem ainda os restos de uma



JARMELO

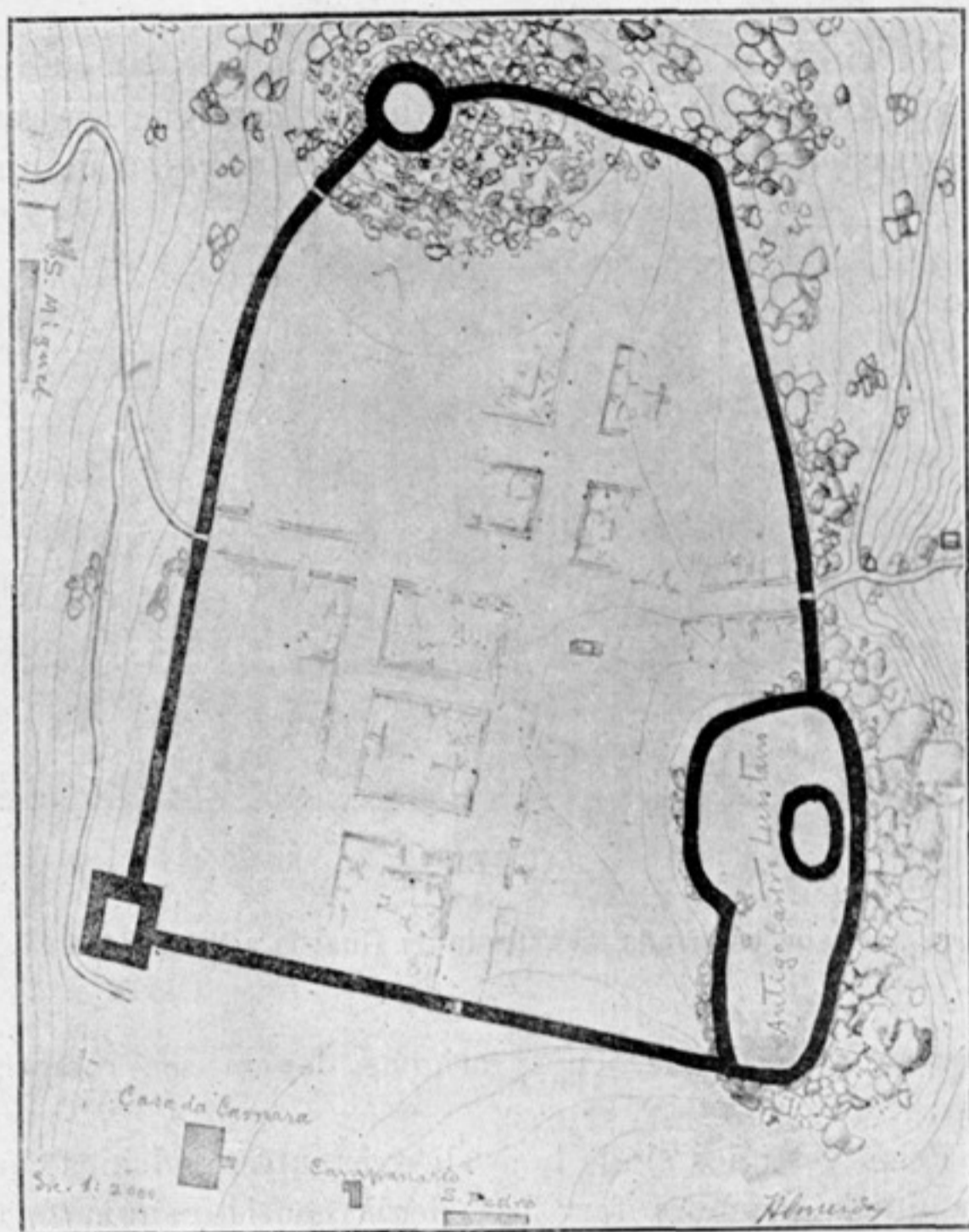
Vista dos cabeços, tirada da estrada da Guarda a Vilar-Formoso

povoação amuralhada, cujas origens devem ser remotíssimas.

Pelos vestígios ainda hoje ali existentes, podemos concluir que a primeira fortaleza devia consistir num forte Castro lusitano, levantado sôbre o cabeço sui, com seu reduto central e cêrca de muralhas envolvendo a povoação, um *Oppidum*, cabeça das várias aldeias circunvizinhas.

Dessa primeira fortaleza lusitana estão patentes ainda os alicerces e parte da muralha do lado do nascente, formados por grandes blocos de granito, com seu traçado bem identificado, muralhas estas que foram aproveitadas nas fortificações posteriores.

O segundo circuito de muralhas dessa fortaleza lusitana abrangia uma área muito maior do que o circuito das fortalezas posteriores, estendendo-se até ao Esporão a sul da



JARMELO

Planta da Fortaleza e parte dos arruamentos da vila

Igreja de S. Miguel, onde se encontram também vestígios de construções castrenses lusitanas, englobando o adro e o terreiro da Casa da Câmara.

Da fortificação romana, embora existam bastantes provas e documentos da sua existência, como alicerces de muralhas, calçadas, que ainda hoje dão acesso à povoação, duas fontes de mergulho, e se encontrem com frequência muitos restos de materiais de construção, de fabricação romana, não é possível identificar o seu traçado.

A fortaleza do Jarmelo desempenhou um papel importantíssimo nas lutas entre os suevos-alanos e os godos,



JARMELO

Vista das ruínas das muralhas lusitanas e romanas,
no ângulo sudeste.

mercê do seu solo ubérrimo e da sua riqueza agrícola e pecuária, bem como da privilegiada situação geográfica.

Reza a tradição que D. Afonso Henriques estanciou no Jarmelo, dando-lhe o primeiro foral, quando foi fundar além do Côa o Mosteiro de Santa Maria de Aguiar, junto à margem esquerda da ribeira dêste nome.

No comêço do reinado de D. Pedro I era o Jarmelo uma vila encantadora, cercada de muralhas, que a tradição diz haverem sido restauradas por mandado de D. Sancho I, e que a crueldade do rei justiceiro mandou arrazar em 1357,

por ser pátria de Diogo Lopes Pacheco, um dos assassinos de D. Inês de Castro, que conseguira homiziar-se em França.

Mais tarde, durante as lutas com Castela, foram as muralhas do Jarmelo restauradas por ordem de D. Fernando, em 1375, e reduzida a sua fortaleza ao traçado que hoje apresenta, voltando a povoação a ser habitada.



JARMELO

Vista do trôço de muralhas do lado do poente e restos do marco geodésico.

Nas lutas da Restauração e, mais tarde, durante as invasões francesas, foi a Vila do Jarmelo várias vezes assaltada e saqueada, e muito danificadas as suas fortificações. Êstes factos levaram os seus habitantes a dispersar-se, em volta do Monte, em pequenas aldeias, até que em 1853 ou 1855, suprimido o concelho, foi de todo abandonada pelos seus moradores. No entanto a sede das duas freguesias, S. Pedro e S. Miguel, mantém-se ainda hoje nas igrejas situadas na antiga povoação. Existe ainda do lado norte e

fora de muralhas a igreja de Santa Maria, que antigamente também fôra sede de freguesia.



JARMELO

Vista geral tirada do lado sul; à direita a igreja de S. Pedro, e por cima as muralhas do antigo Castro lusitano.



JARMELO

Vista geral tirada do marco geodésico; ao fundo as muralhas do antigo Castro lusitano.

Como o abandono da Vila se fêz sem lutas nem violências, não houve destruições, mas simples desmoronamentos

causados pelo decorrer do tempo, e todo o traçado da fortificação medieval se encontra intacto, apenas tendo sido der-



JARMELO

Ruínas das portas do nascente, vista exterior tirada da fonte moura.



JARMELO

Vista do poente.

rubada a torre castelã, levantada no cimo do cabeço mais alto, e mais esguio que o do sul, para em seu lugar ser

construída uma pirâmide geodésica de 1.^a ordem. Todo o traçado da cêrca amuralhada está bem visível, com muitos lanços intactos, e os restantes desmoronados sôbre os alicerces; o mesmo se dá com o torreão levantado no cabeço sul, cujos alicerces são ainda, como já dissemos, os do primitivo castro lusitano. O mesmo acontece com a maioria das construções urbanas, estando ainda bem definidos muitos dos seus arruamentos pelos edifícios em ruínas, com bastantes casas apalaçadas, algumas das quais ainda conser-



JARMELO

Vista do lado sul; ao fundo, o cabeço sul com as ruínas das muralhas do Castro lusitano; ao centro a igreja de S. Pedro; à esquerda a tôrre do Campanário e a casa da Câmara.

vam as paredes em pé, com os vãos das portas e janelas, e uma parte dos telhados.

A povoação era atravessada em tôda a sua extensão por duas largas ruas, perpendiculares uma à outra, e formando uma grande praça no seu cruzamento; uma que ia de nascente a poente, desembocando por portas de carro, cujas ombreiras estão quási intactas e das quais partem ainda as calçadas romanas que dão acesso à vila, e a outra que, partindo da base do cabeço do Castelo, vem desembocar no lado sul, por uma porta de carro, no vasto terreiro da

igreja de S. Miguel, e cujas ombreiras existem ainda enteradas no entulho.

Ao lado da calçada e a 20 metros da porta do nascente, existe uma fonte de mergulho coberta por abóbada, a que andam ligadas românticas tradições de mouras encantadas, e do lado interior, no ângulo das duas ruas, frente à praça



JARMELO

Ruínas da torre de sudoeste,
a Tôrre do campanário e Casa da Câmara.

principal, do lado sul, dorme a *pedra de montar*, da qual, segundo a tradição, se serviu D. Inês de Castro quando veio para Portugal, fazendo parte do séquito da Rainha Santa Isabel, — que de facto pernitoou na vila do Jarmelo —, pedra que por tal facto, segundo a crença popular, vencida uma tença ⁽¹⁾.

(1) Transcrevo uma quadra popular que se refere à tença atribuída à pedra:

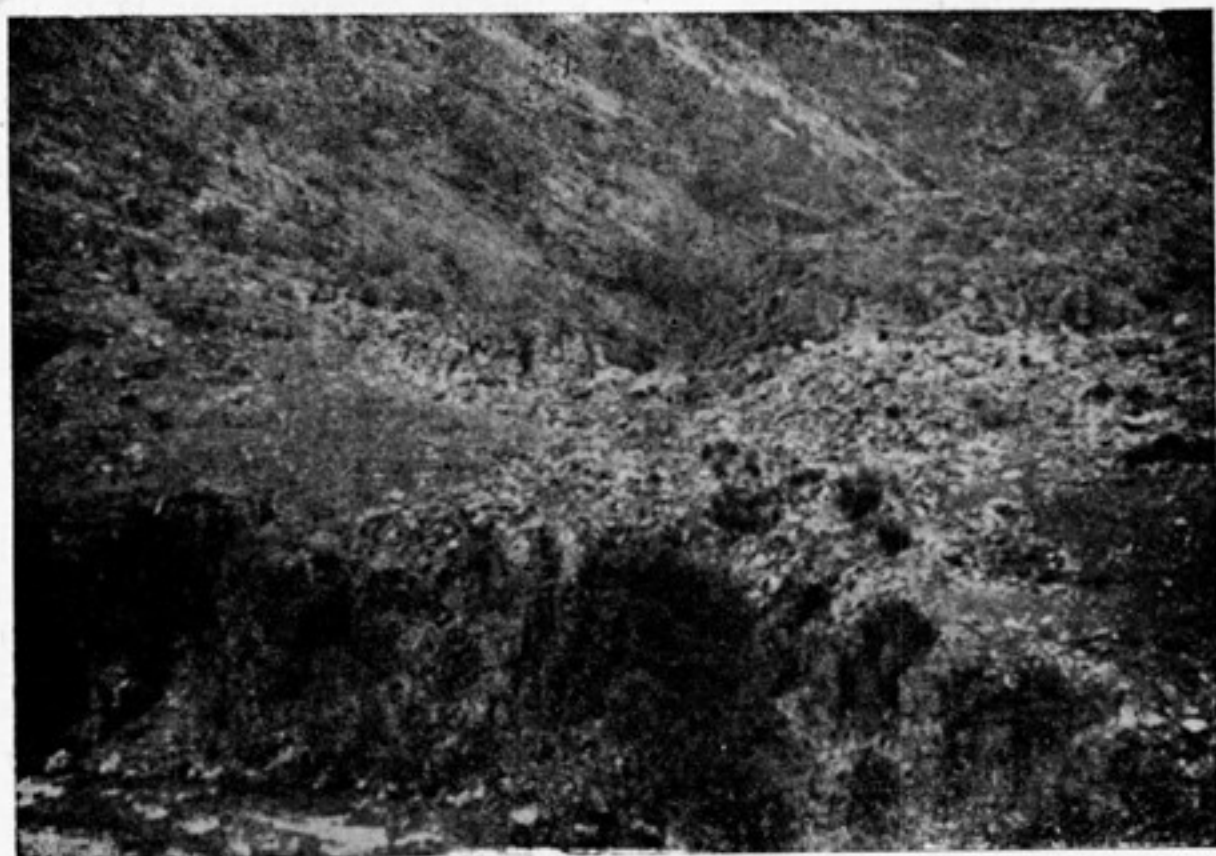
Adeus Vila do Jarmelo
Adeus pedra de montar
Enquanto o Mundo for Mundo
Dinheiro hás-de ganhar

Em toda a área da antiga povoacoo são abundantes, como já dissemos, os vestígios da ocupao romana, encontrando-se com frequência pedaços de telha, tejos, ladrilhos, mosaicos, etc. Teem também aparecido bastantes moedas romanas, visigodas e portuguesas.

VI

FORTALEZA DA SERRA DE BOIS

A 6 quilmetros a sudoeste da povoacoo de Videmonte, numa curva do rio Mondego,  sua margem direita e junto



SERRA DE BOIS

Vista parcial da Fortaleza tirada de jusante. No primeiro plano v-se a escarpa da margem direita do Mondego, e em cima as ruínas do Castelo.

ao sopé escarpado da Serra de Bois, em pleno coracoo da Serra da Estrêla, existem ainda as ruínas evocadoras de uma antiqssima fortaleza luso-romana.

Ns visitamos pela primeira vez esta *Estaco arqueolgica* quando em 1920 procedamos a um estudo hidrográfico

do Alto Mondego, e foi por mero acaso que descobrimos as suas emocionantes ruínas.

Martins Sarmiento, que faz dela menção no seu *Relatório da Expedição Científica à Serra da Estrêla*, organizada pela Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1881, cita-a apenas por mera informação obtida dos pastores da Serra como grande cidade, mas não a localiza, nem sôbre ela presta qualquer informação. Cristóvam Ayres, ao tratar dos Castros lusitanos, também lhe chama *grande cidade* (1), sem quaisquer outras indicações.

É curioso notar que sendo hoje um lugar êrmo e não tendo encontrado em Videmonte quem nos soubesse dar razão da sua existência, foi um pastor, soldado na Guarda, que por acaso nos serviu de guia nas nossas pesquisas de abril próximo passado; e por êle soubemos da tradição àcêrca desta memorável fortaleza que ainda vivamente perdura entre êles, tradição esta que é transmitida de pais a filhos, e que, segundo ela, fôra essa cidade governada por Viriato, um filho da sua terra de Videmonte.

As ruínas desta fortaleza estão localizadas numa espécie de península, ligada por um estreito istmo à margem direita do Mondego, lugar ideal para a construção de uma fortificação, por ser quási inexpugnável para os meios de ataque dêsses remotos tempos. O rio corre ali num fôssô de 20 a 30 metros de largura, escavado em rocha com margens de escarpa viva, variando de 6 a 20 metros de altura. Do lado do istmo não há a menor passagem ao longo da margem, sendo dominada por fragas a pique de algumas dezenas de metros de altura. Como os terrenos são de natureza xistosa, quási tôdas as pedras desapareceram arrastadas pelas chuvas, e os vestígios hoje existentes limitam-se aos alicerces talhados na própria rocha de uma tôrre quadrangular denominada *o castelo*. Igualmente, coroando a escarpa

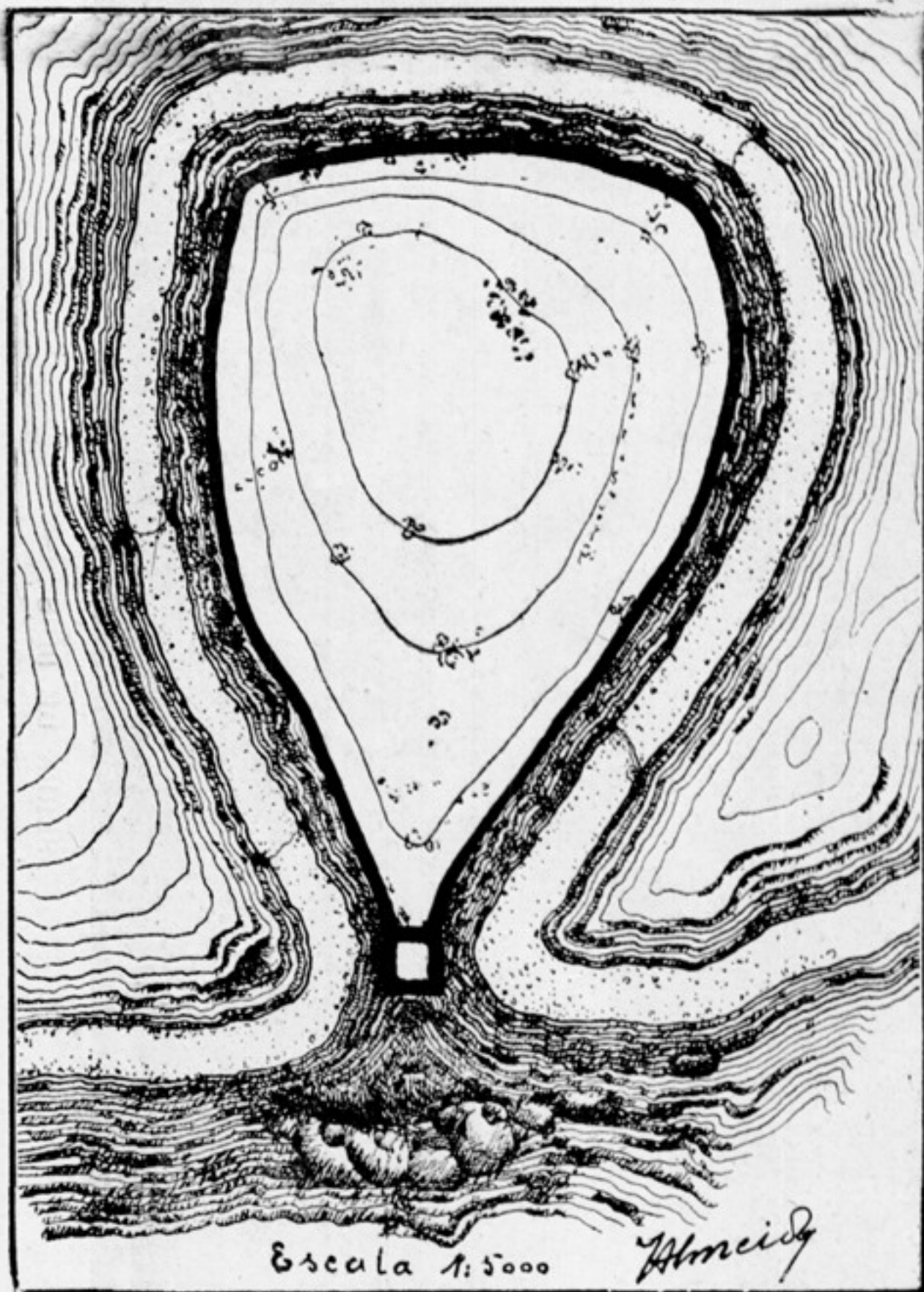
(1) Cristóvam Ayres, *História do Exército Português*, 1 vol. pág. 390.



SERRA DE BOIS

Vista geral do terreiro da fortaleza, tirada de nordeste, vendo-se ao fundo a grande escarpa, as ruínas do Castelo à direita, e o curso do Mondego.

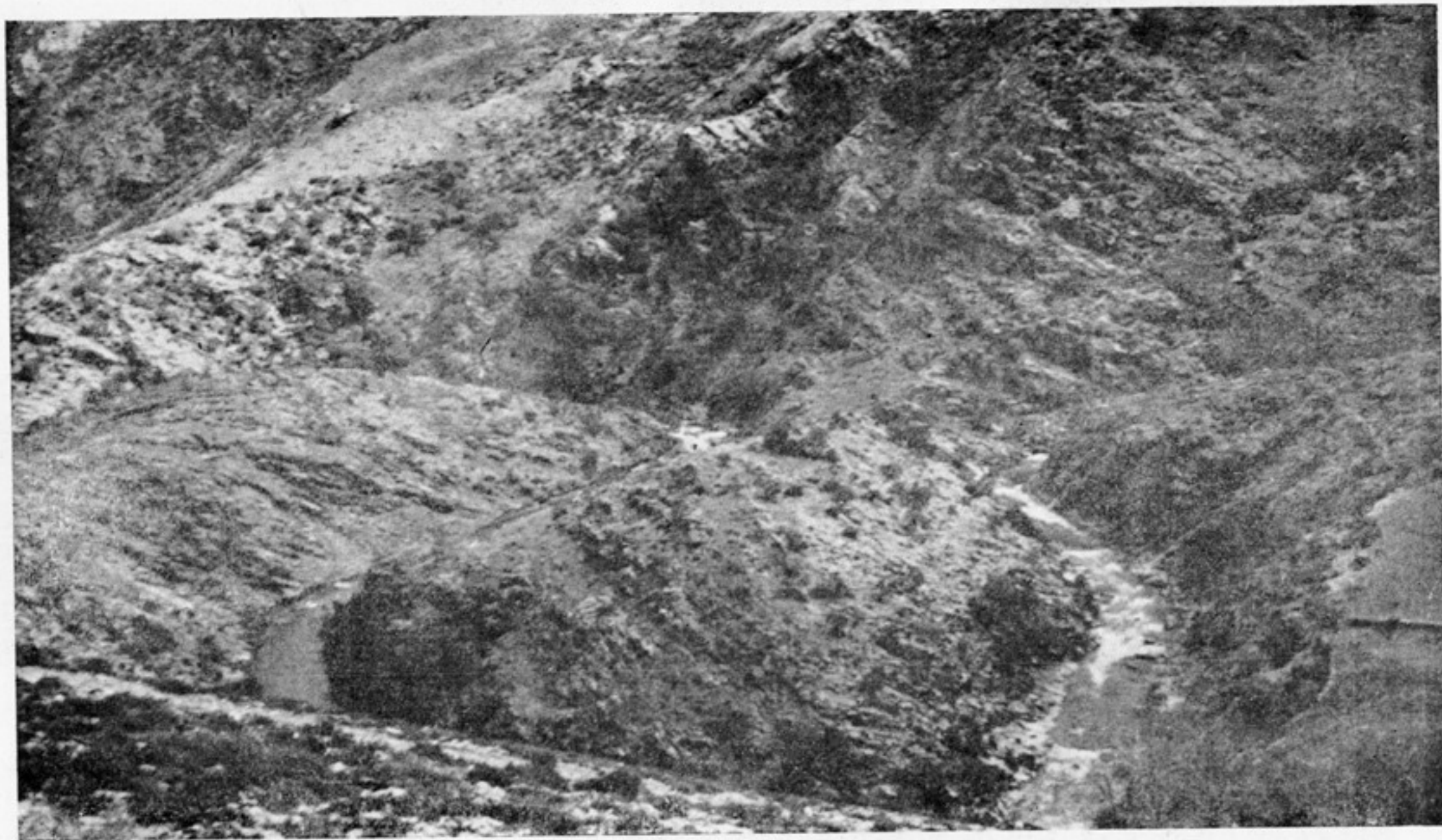
da margem direita do rio, aparecem vestígios de alicerces de muralhas, onde se encontram ainda algumas pedras de



SERRA DE BOIS

Planta hipotética da Fortaleza.

granito, pertencentes a uma hipotética cerca, a qual delimitava toda a fortaleza.



SERRA DE BOIS

Vista geral do terreno da fortaleza, tirada do noroeste, vendo-se ao fundo, no interior, as ruínas do Castelo.

Pela sua situação e natureza dos vestígios ainda existentes, pela sua configuração e pelas tradições orais correntes, nós somos de opinião que esta fortaleza teria sido inicialmente um grande Castro lusitano, em breve elevado a uma *Cividade* e mais tarde, com o decorrer dos séculos, transformada numa forte *Citânia*, onde estacionavam e se abrigavam numerosas fôrças lusitanas já muito antes da dominação romana. E que, mais tarde, os romanos, logo após a conquista desta parte da Serra da Estrêla, teriam reconstruído e modificado essa fortaleza segundo os processos da sua técnica militar, e ali estanciando por muitos e largos anos; do que não pode restar a menor dúvida, dada a grande quantidade de pedaços de telhões e outros vestígios de cerâmica de fabricação romana que ali se encontram com muita freqüência, e ainda pelo aparecimento de uma moeda ali encontrada, em abril passado, pelos pesquisadores de volfrâmio. Esta moeda foi identificada pelo Dr. Carlos Martins, reitor do liceu da Guarda. Trata-se de um grande bronze, bem conservado, tendo no *Anverso*: DIVVS AVGVSTVS PATER. Cabeça radiada de Augusto, à esquerda. No *Reverso*: PROVIDENT. Um altar, com o fogo do sacrifício. Dos lados AVG. PER.; Talvez cunhada no tempo de Tibério.

VII

FORTALEZA DO TINTINOLHO

A 7 quilómetros a Noroeste da Guarda, e a 2 a Nascente da povoação de Cavadoude, sobranceiro ao profundo Vale do Mondego, numa forte posição que comandava a grande *estrada militar* que da Guarda descia àquêle vale, existem ainda os restos impressionantes de uma grande fortaleza, tipo perfeito de castro lusitano-romano, com três ordens de muralhas, no dizer de Cristóvam Ayres (1).

(1) Cristóvam Ayres, *História do Exército Português*, vol. I, pág. 419.

A construção da primeira fortaleza deve ser remotíssima, e, certamente, coeva da primitiva fortaleza da Guarda, e largo papel deve ter desempenhado através dos tempos, na vida das populações do alto Mondego. As lendas e tradições de grandeza e bravura dos seus moradores, perduram ainda na memória das gerações actuais.

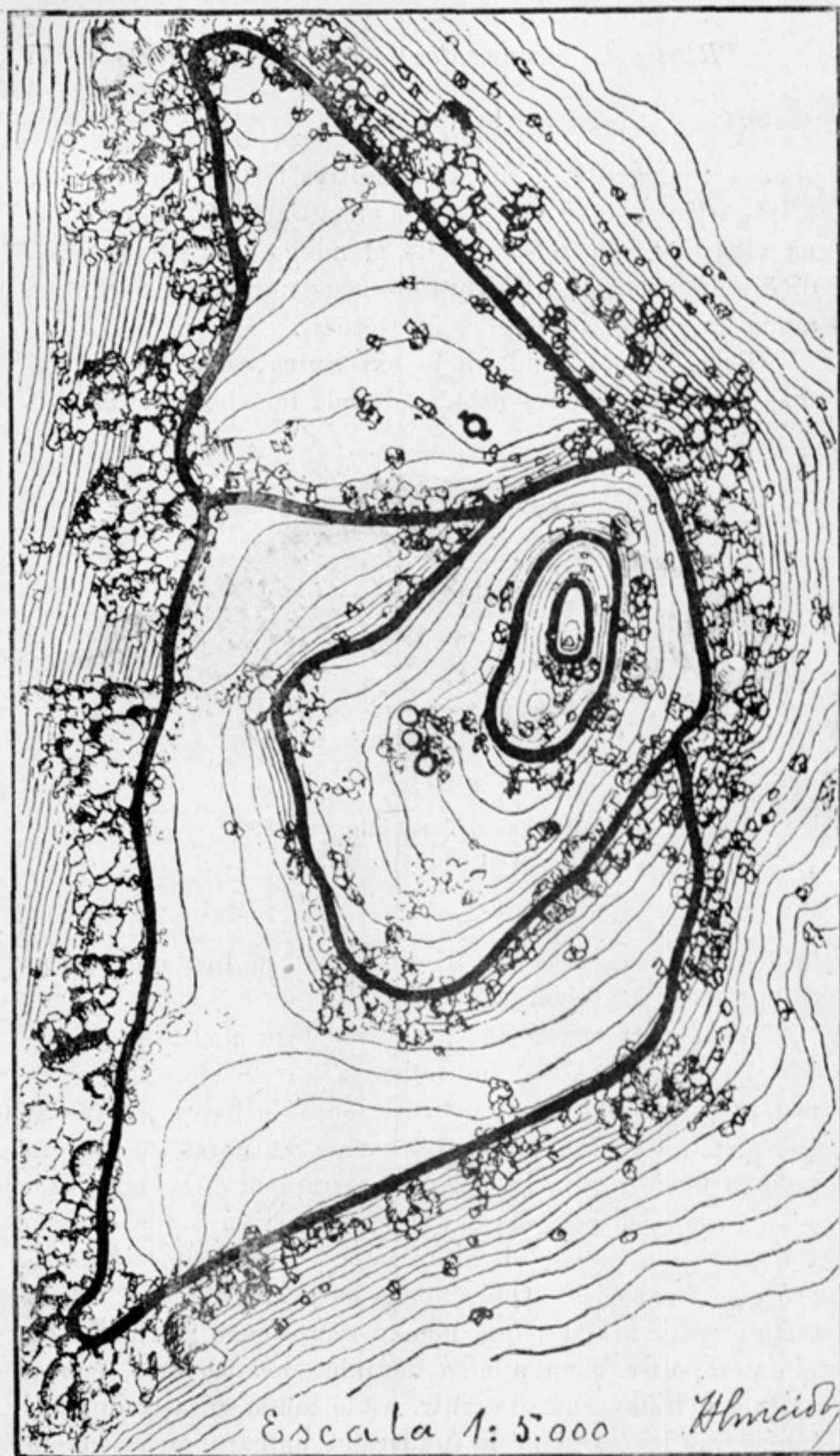
Pelas ruínas ainda hoje existentes estão bem claramente definidos todos os traçados da fortaleza na sua evo-



Fortaleza do Tintinholho em 1890,
vista do lado sul.

lução histórica, desde o primitivo castro lusitano, até às restaurações medievais.

Assim, encontram-se patentes e bem à vista os alicerces das várias cêrcas amuralhadas, arrancadas apenas as pedras aqui e além, nos pontos menos declivosos, para dar passagem ao arado que lavra as terras centieiras em que ora estão transformados os vários terraplenos da fortaleza; e extensos pedaços de muros se conservam ainda em pé, até maior ou menor altura, e outros derrubados sôbre as próprias fundações. Quási todos os grandes blocos dessas fortíssimas muralhas, que nem o tempo nem as chuvas ou as intempéries, nem a mão daninha dos pastores, conseguiram arrastar nem destruir, estão ainda encastrados nas fragas que lhe serviam de fundação e amparo, ou jazem em montões sôbre os próprios alicerces, ou dispersam-se pelas



EscaLa 1: 5.000

Almeida

PLANTA DA FORTALEZA DO TINTINOLHO

Mostrando o Castro Lusitano, o acrescentamento romano ao sul e o Padrasto de D. Afonso III de Leão do lado norte.

ingremes encostas, como que à espera que as mãos dos



FORTALEZA DO TINTINOLHO

Vista do Sul, mostrando à esquerda o acrescentamento dos romanos e à direita o Castro lusitano.

homens as venham repor nos lugares para que foram trabalhadas.

As três primeiras cêrcas de muralhas são nitidamente de construção lusitana, e elas deviam ter sido sucessivamente levantadas desde o primeiro *Castro de povoamento*, até constituírem o *Oppidum* do Tintinholho.

Depois, com o decorrer dos séculos, e a avaliar pelos vestígios da muralha ciclópica que ainda existem ao longo de tóda a crista da vertente do lado do poente, quási a prumo e inacessível, uma nova cêrca, a quarta, abrangendo vastos terraplenos, teria sido levantada ainda pelos lusitanos, constituindo uma grande *Citânia*, émula talvez da da Guarda.

Os romanos, conquistada esta poderosa fortaleza, teriam restaurado e remodelado tódas as suas muralhas, segundo a sua técnica, e construindo, porventura, uma nova pelo lado do sul, aquela que ainda hoje existe em quási tóda a sua extensão, de forma a ampliar êsse terrapleno e a reforçar por essa banda a defeza, fazendo desta fortificação uma das suas grandes bases militares da ocupação, e nela mantendo uma forte guarnição permanente.

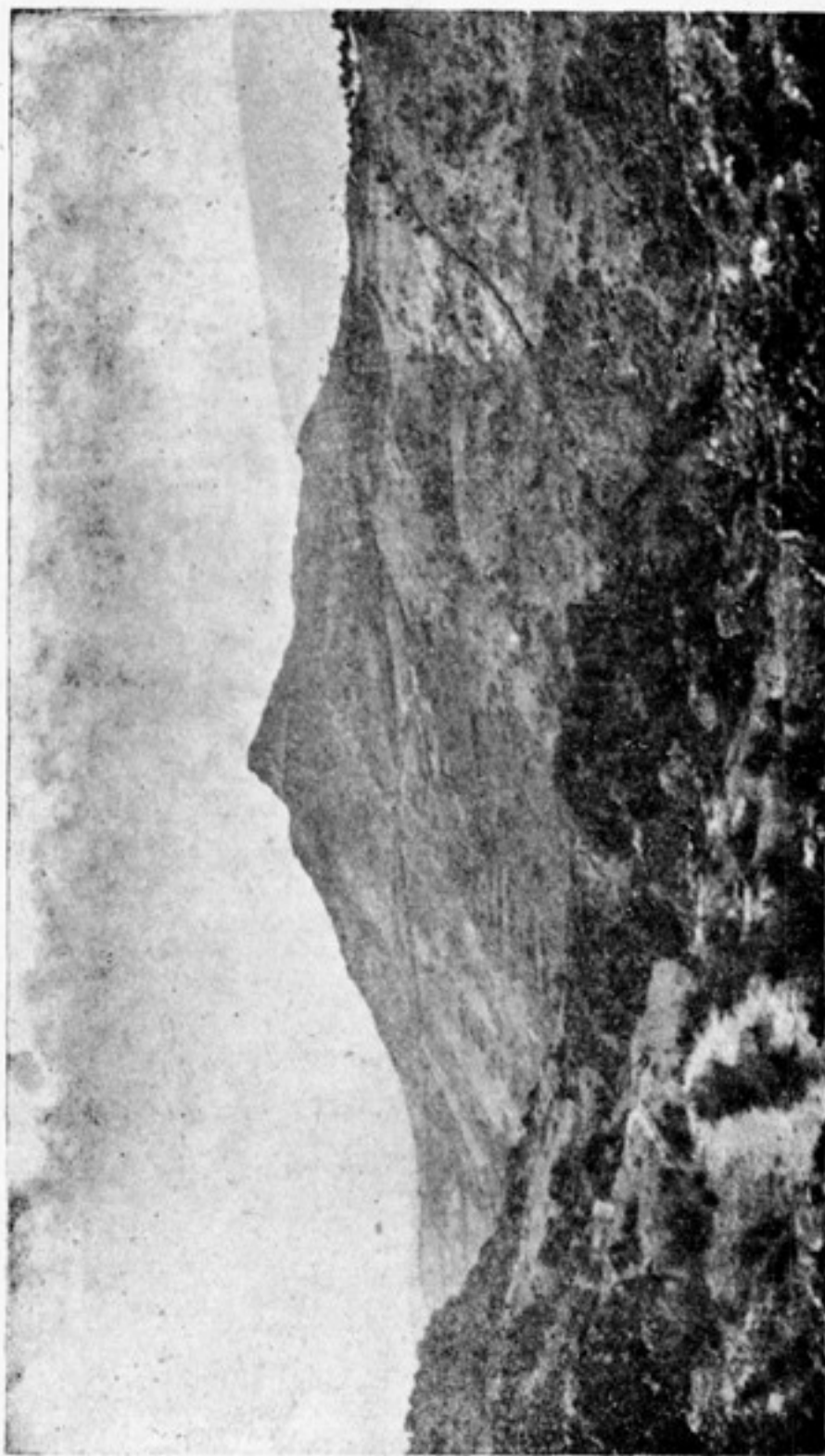
Durante o domínio dos bárbaros, é de supor que a fortíssima fortaleza do Tintinholho conservasse em parte a sua importância política e valor militar, embora o empobrecimento dos terrenos, devido à destruição pelos incendios das grandes matas que cobriam as encostas dos montes vizinhos, houvesse provocado um grande decrescimento na sua população urbana e conseqüentemente a sua desvalorização económica.

Com a reconquista neo-gótica, D. Afonso III de Leão, depois de tomar a Guarda aos mouros em 879, mandou reparar a fortaleza de Tintinholho, que parece ter ocupado sem luta, reforçando-a com um forte *padrasto* do lado norte, a parte mais fraca e de mais fácil acesso, e cujas muralhas dêste lado e uma porta de entrada, bem caracterizadas daquela época, estão ainda bem visíveis e quási completas.

Dentro dêste recinto, num plano inferior aos do *Oppidum* lusitano, existe ainda uma fonte abundante, de nascente permanente e de boa água potável, no extremo

sudeste do amplo terreiro defendido por êsse padraço, no local ainda conhecido pela designação de *a praça*.

Nesta fortaleza do Tintinholo deixou também o rei leonês uma bem provida guarnição militar, mas sem que



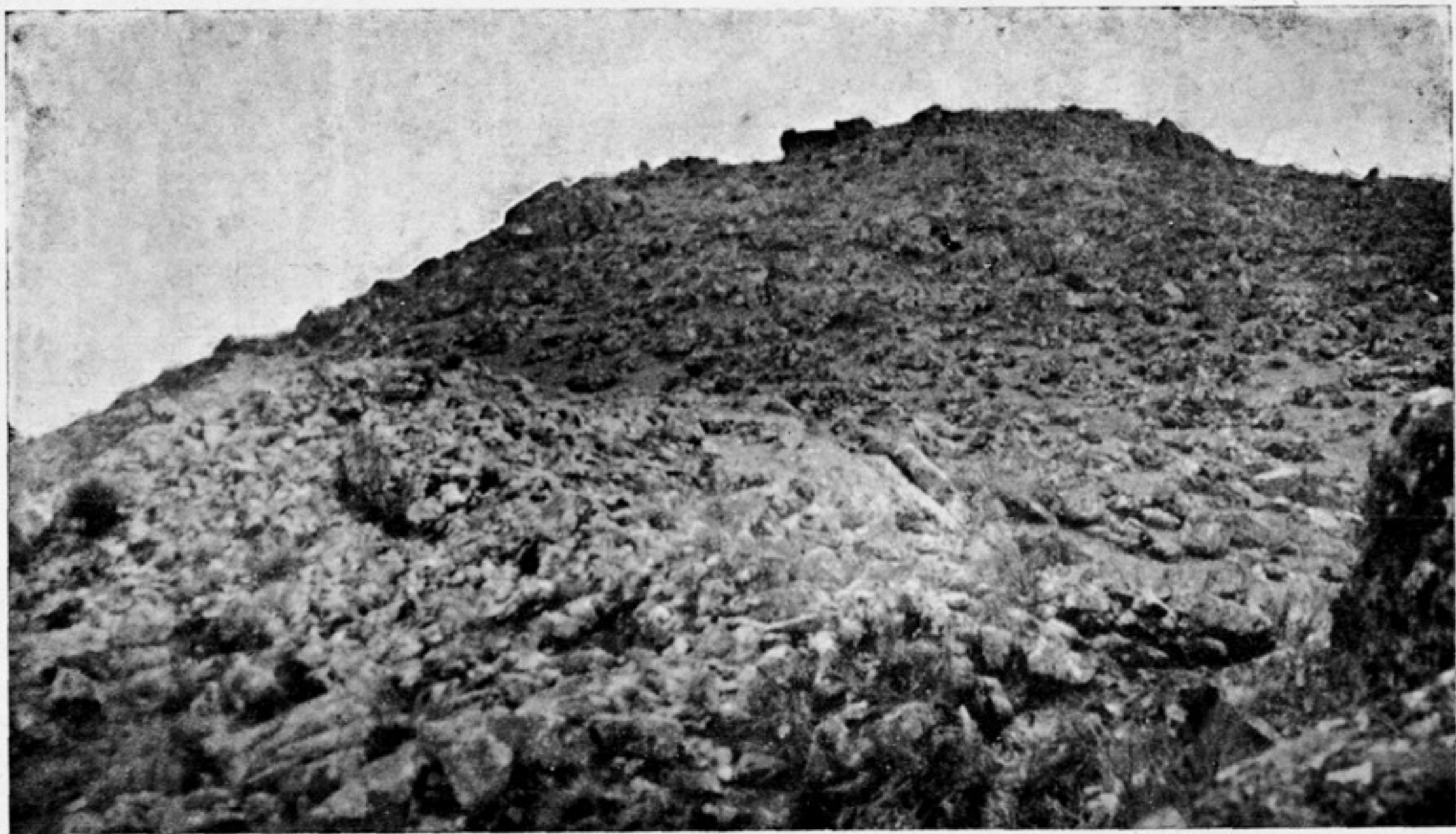
FORTALEZA DO TINTINOLHO

Vista do lado do norte,

No cimo do cabeço, o Castro Lusitano e à direita o Padraço Leonês.

por isso fôsse restaurada a sua antiga importância política.

Reza a tradição que ali esteve D. Afonso Henriques, quando foi fundar o Mosteiro de Santa Maria de Aguiar além Côa, e que, neste tempo, ali se conservava ainda uma



TINTINOLHO

Ruínas do Castro Lusitano, com as três cârcas de muralhas vistas do Nascente.

forte guarnição militar; e que D. Sancho I, apesar do seu pouco valor como centro urbano, mas tendo em atenção a sua forte posição e o seu poder militar, mandou restaurar as suas muralhas quando veio reconstruir a fortaleza da Guarda, e andou a organizar a defesa dos territórios da Beira.

Parece que em tempos de D. João I ainda tinha alguma população e conservava uma guarnição militar importante.

Ali teem sido encontradas várias moedas antigas, romanas e visigodas, -- ainda ultimamente um *triente* de ouro, de Sisebuto, rei visigótico, identificado pelo Dr. Carlos Martins, e várias moedas portuguesas cunhadas até ao tempo de D. João I.

Quando de uma das nossas visitas ao *Castro de Tintinholho*, como ainda é conhecido, em 1895, ainda ali existiam três casas circulares, baixas e cobertas com grandes lages, tipo das da Citânia de Briteiros, no terraplano a sudoeste da segunda muralha, do lado exterior, que depois foram destruídas, e a tal ponto que, nas últimas investigações, já não conseguimos identificar sequer os seus alicerces, ocultos certamente pelos enormes montões de pedras acumuladas pelos lavradores.

Em tóda a área da fortaleza e nas imediações, onde corre a ribeira do Valongo, encontram-se muitos vestígios da ocupação romana, e aparecem com freqüência pedaços de telhões, mosaicos, ladrilhos, etc., e vestígios de moradias.

VIII

CASTELO DO ALVENDRE

Encontra-se a povoação de Alvendre situada no extremo do flanco norte da Serra da Guarda, numa forte posição que comanda as comunicações de penetração da bacia do Mondego, através do vale da Ribeira de Massueime.

No cabeço enfragado situado a norte da povoação, existem restos de construções castrenses, a que ainda hoje se

chama o *castelo*. E pela análise dessas ruínas e de outros vestígios ainda bem visíveis, podemos concluir que devia



CASTELO DO ALVENDRE

Planta hipotética da fortaleza medieval



CASTELO DO ALVENDRE

Vista tirada do poente.

tratar-se de uma fortificação composta de uma torre ou castelo situada no cimo do morro e de uma cerca de muralhas envolvendo êste e a antiga povoação.

Dada porém a sua situação especial e as condições topográficas, a posição dominante e quasi inexpugnável, é de presumir que a primitiva fortaleza fôsse constituída por um castro de povoamento, neolítico, porventura coevo do da Guarda, e com o qual teria seguido uma evolução semelhante na arte de fortificar, constituindo a povoação, mais tarde, um *Oppidum*.

É de supor que, com o domínio romano, dado o grande valor da sua situação estratégica, seria a fortaleza lusitana transformada num castro lusitano-romano, com forte presidio e grande povoação.

Também é de acreditar que nas épocas posteriores, durante o domínio bárbaro e nas lutas da reconquista neogoda, a sua fortificação fôsse várias vezes remodelada e restaurada, de harmonia com os métodos de fortificar desses tempos.

Reza ainda a tradição que a fortaleza do Alvendro desempenhou um papel de grande relêvo durante as nossas guerras da Restauração, e ainda durante as invasões francesas.

IX

CASTELO DE AVELANS DE AMBOM

Na povoação de Avelans de Ambom existem ainda os vestígios de uma antiga fortaleza, que devia ser formada por uma forte tôrre ou castelo e uma cêrca amuralhada, envolvendo uma grande povoação.

Essa tôrre ficava no tôpo de um outeiro a 250 metros da margem direita da Ribeira de Massueime, desenvolvendo-se a cêrca amuralhada para norte, pela aresta da chapada em que ainda hoje assenta a povoação.

A primitiva fortaleza devia ter consistido num castro lusitano e construído no morro escarpado que se levanta a 300 metros a nascente da povoação actual, e ainda hoje

conhecido pelo nome de castelo, e onde se encontram realmente vestígios de uma fortificação dessa natureza.

Mais tarde, porém, os romanos, ou ainda os próprios lusitanos, reconhecida a importância da sua situação e de comando das comunicações com o vale do Mondego, em conjugação com o castelo do Alvendro, e ainda à falta de espaço no primitivo castro para edificação de uma grande



AVELANS DE AMBOM

Vista tirada de sudoeste, vendo-se à esquerda da povoação o morro do Castelo.

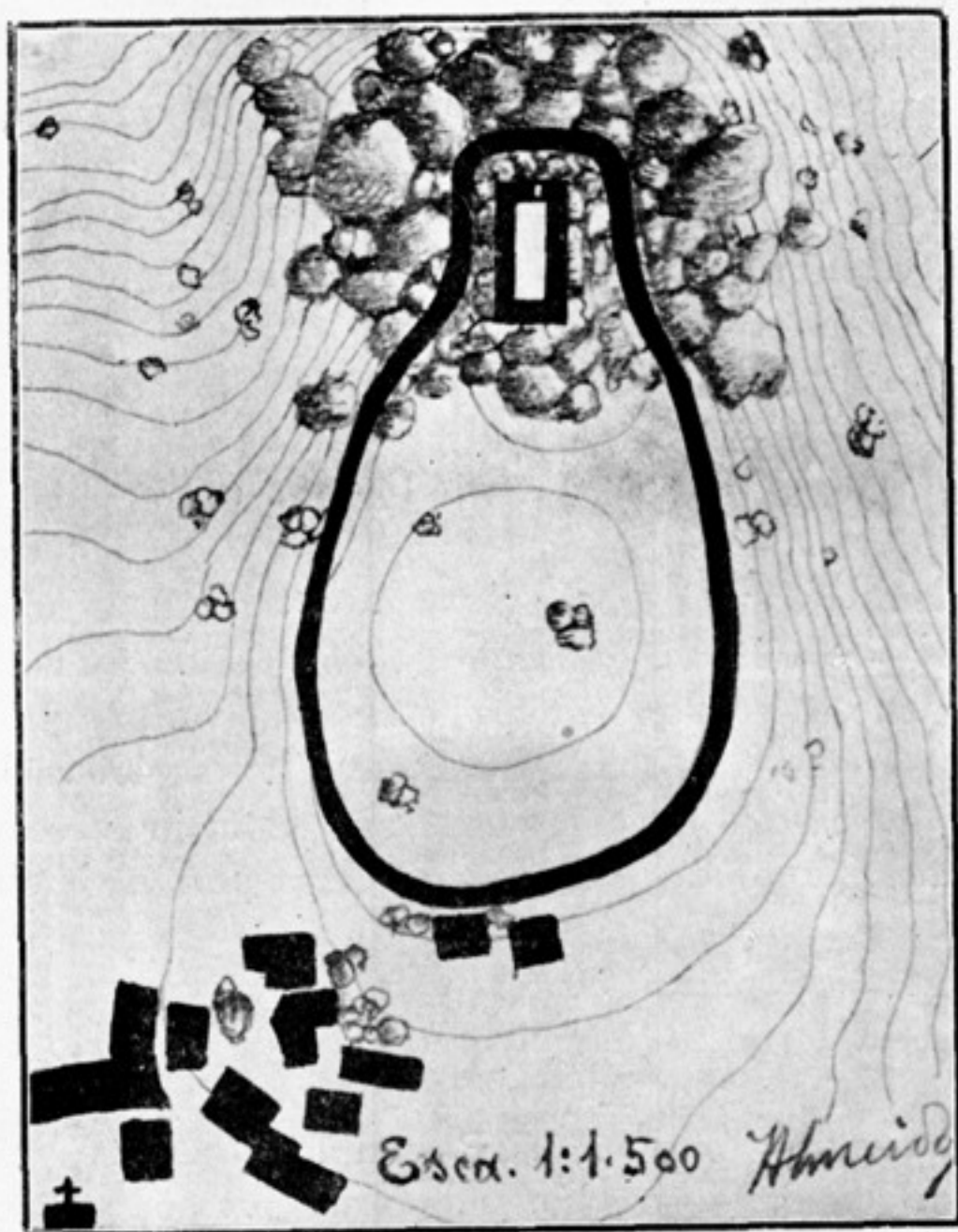
povoação, teriam transferido a primeira fortaleza para o outeiro a cavaleiro sobre a Ribeira de Massueime.

Tudo leva a crer também que esta fortaleza fôsse várias vezes restaurada, muito em especial pelos nossos reis da primeira dinastia, e é tradição corrente ter desempenhado acção de grande relêvo durante as lutas da Restauração e no decurso das invasões francesas, em que os soldados de Napoleão teriam saqueado e incendiado a povoação das Avelans.

X

CASTELO DO CODECEIRO

No pequeno cabeço que domina pelo norte a povoação de Codeceiro, existem ainda os restos de uma tórre rectan-



Planta hipotética do Castelo do Codeceiro

gular, denominada o *castelo*, de traça genuinamente romana. Esta fortaleza devia constar, além do castelo erigido sôbre as fragas que coroam o referido cabeço, de uma cêrca de muralhas envolvendo a povoação, a qual se devia estender

pelo tôpo do outeiro, em cuja vertente sul se espraíam as construções da actual povoação.

As paredes desta tôrre levantam-se ainda bem apuradas a uma altura de três a quatro metros, sôbre as fragas em que estão apoiadas, ficando envolvida pela muralha da cêrca, num plano mais baixo.

É possível que, dada a sua situação e configuração, e o forte comandamento do terreno circundante, quasi inacessível pelas três faces de leste, norte e oeste, essa fortaleza fôsse na sua origem um castro lusitano, um *oppidum*, mais tarde transformado pelos romanos numa nova fortificação, num castro lusitano-romano; como depois teria sido novamente restaurada durante o domínio dos alanos, afim de resistir às investidas dos visigodos.

A importância desta vila, a cavaleiro da estrada militar romana Guarda—Astorga, que lhe passava a nascente, devia ter sido muito grande durante o período da dominação romana, a avaliar pelas recordações que chegaram até nós. Dêsse tempo são os troços de calçada que ainda hoje dão acesso à povoação, encontrando-se com freqüência vestígios de construções romanas, como pedaços de colunas, e outras pedras lavradas, telhas, ladrilhos, etc. A uns 400 metros a oriente do castelo existem umas três sepulturas escavadas em rochas, junto dos alicerces de uma antiga construção romana.

Segundo é tradição corrente, ainda bem viva na geração actual, esta fortaleza desempenhou papel de certo relêvo nas lutas dos portuguezes com Leão e Castela, e mais tarde ainda durante o período da Restauração. A sua ruína e abandono datam apenas do tempo das invasões francesas, com as quais muito padeceram os seus moradores. Muitas moedas ali teem sido encontradas do tempo dos romanos, dos godos e dos primeiros tempos da monarquia portuguesa.

XI

CASTELO DO ROCHOSO

Na povoação do Rochoso, na sua orla norte, existem ainda as ruínas de uma tórre quadrangular, levantada sôbre uns grandes barrocos, a que ainda hoje se chama o *Castelo*. A uns 50 metros a norte dêste local, no sítio das Eiras, existem também ainda vestígios, embora mal definidos, de



VISTA GERAL DO ROCHOSO

Tirada do lado sul, no último plano vêem-se as Eiras,
o Calvário e as Guaritas

alicerces de muralhas, que parece se prolongavam na direcção do referido Castelo. E a 150 metros a nascente do Castelo, no outeiro do Calvário, existem também vestígios que podem ser tidos como sendo de muralhas antigas, e conhecidas hoje pelas *guaritas*.

De todos êstes vestígios poderá inferir-se a existência, outrora, de uma fortaleza, com seu castelo, e cêrca amuralhada para abrigo da povoação, construída, como tantos outros castelos, pelos alanos para se defenderem dos ataques dos visigodos.

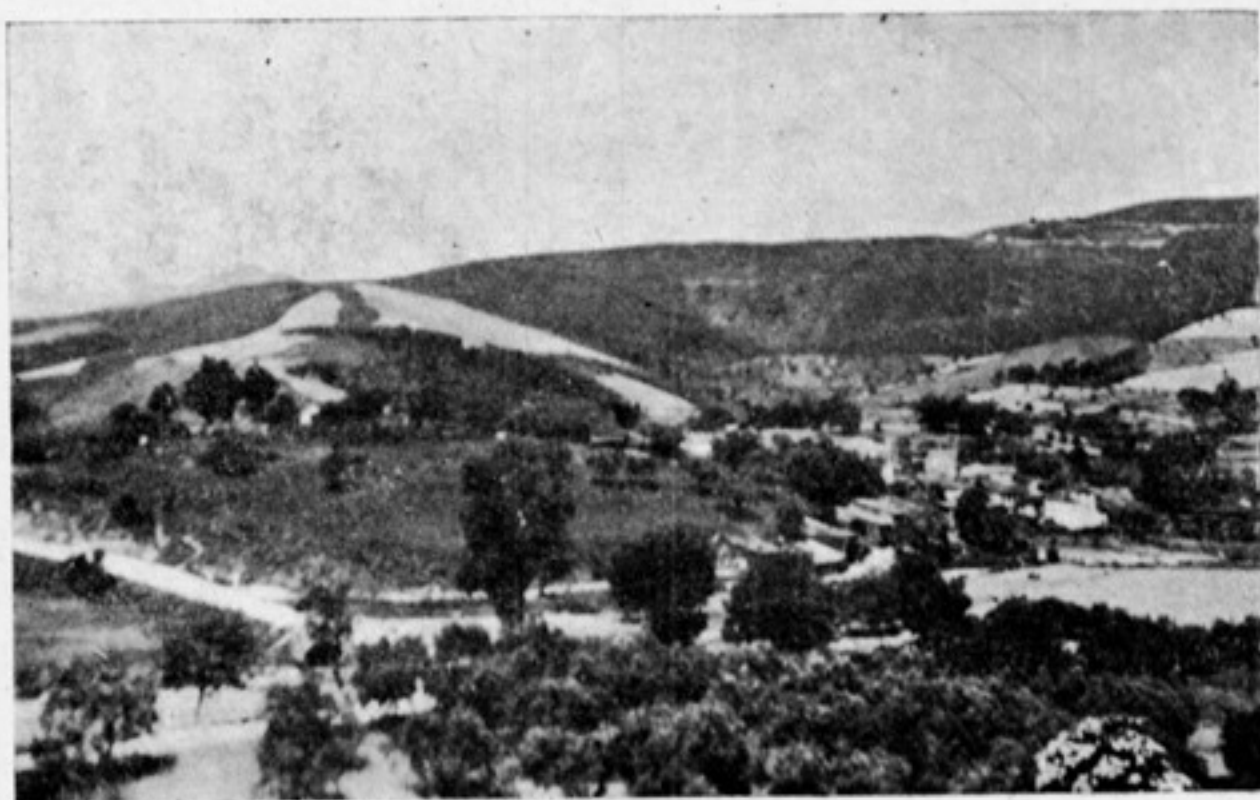
No outeiro da Vigia, a 1.500 metros a norte do Rochoso, e ao lado da antiga estrada militar romana Guarda — Cidade-Rodrigo — Salamanca, existem também os vestígios

de uma construção castrense, conhecidos pelo *Castelo*. Julgamos tratar-se de um antigo castro romano, que os bárbaros teriam destruído, vindo os seus moradores fixar-se na nova povoação do Rochoso, e que os alanos teriam cercado de muralhas, apoiadas no seu castelo.

XII

CASTELO DE VALHELHAS

A nascente da povoação de Valhelhas, num outeiro que se levanta na confluência da ribeira de Famalicão com

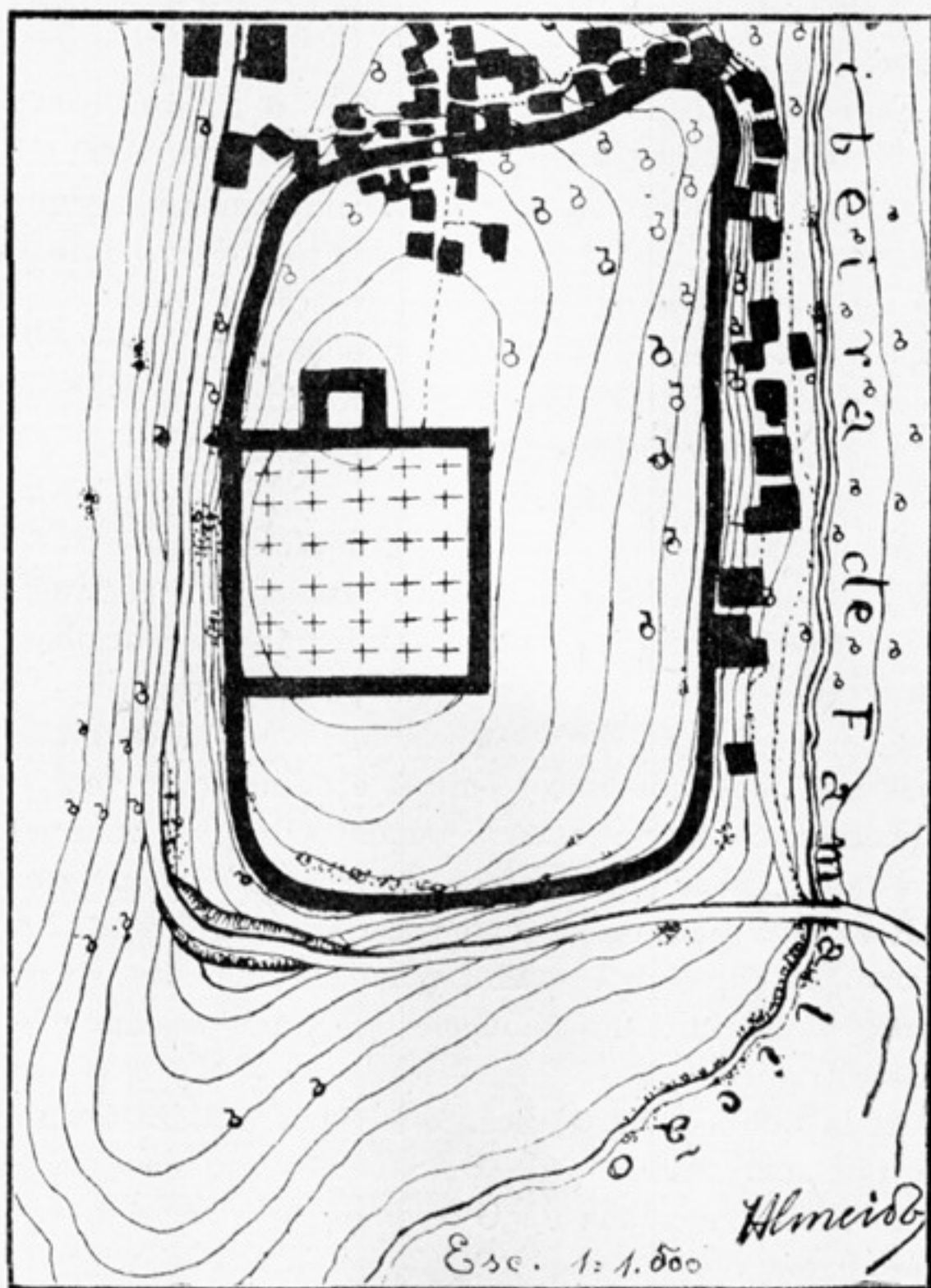


VISTA GERAL DE VALHELHAS

Tirada do nascente. No primeiro plano vê-se o cemitério e os restos da muralha coroando a escarpa, a cavaleiro sôbre a estrada, e a povoação velha.

o rio Zêzere, existem os restos de uma antiga fortificação cujo traçado está ainda bem definido. Trata-se, segundo Martins Sarmiento, que a visitou em 1881, quando por lá passou na Expedição científica à Serra da Estrêla, de um castro pré-romano, no que não estamos de acôrdo. É possí-

vel, podemos mesmo até ter como certo, que, primitivamente, tivesse sido um castro lusitano, um *oppidum* mesmo, mas as ruínas que ainda hoje estão bem visíveis e palpáveis,



Planta do Castelo de Valhelhas.

pertencem a uma fortificação de traçado e construção puramente romana. A posição em que foi levantada esta fortificação tem um grande valor militar, não só pela natureza da sua situação topográfica, mas por barrar a penetração,

através do vale do rio Zêzere, até à ubérrima bacia de Manteigas, e o acesso à parte central da Serra da Estrêla, razão porque não podia ter deixado de ser aproveitada pelos romanos, ampliando e modificando segundo a sua técnica o castro lusitano que certamente já ali devia existir.

Esta fortaleza levantada na coroa do outeiro, constava de uma cidadela ou grande torreão, de traçado rectangular, com uma torre quadrada ou *castelo*, como ainda é designado, encostado à sua face norte, pelo lado exterior, e de uma cêrca de muralhas, envolvendo a povoação, a qual se estendia pelos três lados, do norte, oriente e sul do torreão. O castelo está hoje completamente derrubado, e os alicerces em parte arrancados, e, no restante, cobertos pela pedra miúda de enchimento das paredes.

As muralhas do torreão foram derrubadas até uns três metros de altura, tendo sido aproveitado para cemitério o seu terraplano interior. De igual forma as muralhas da cêrca foram quasi tôdas derrubadas para aproveitamento da pedra na construção das casas da nova povoação, restando apenas uns pequenos lanços em pé, e na maior parte apenas os alicerces, cobertos de terra ou da pedra do enchimento, mas estando, no entanto, ainda bem patente o seu traçado.

Reza a tradição que os alanos teriam conservado sempre em bom estado êste castelo, como igualmente sucedera durante o domínio dos mouros, dos quais restam muitas lendas e tradições.

Anda também na tradição que esta fortaleza teria sido restaurada por mandado de D. Sancho I, quando em 1187 veio reedificar a cidade da Guarda e organizar a defesa da Beira-Serra.

Ainda durante as invasões francesas esta fortaleza serviu para impedir que os soldados de Napoleão pudessem prosseguir no vale do Zêzere, para além de Valhelhas, sendo Manteigas uma das poucas terras da Beira que, nesses tempos calamitosos, escaparam aos horrores da devastação e da pilhagem.

XIII

CASTELO DE VILA FERNANDO

Na viçosa e encantadora aldeia de Vila Fernando, assente sôbre um largo outeiro, situado na confluência do



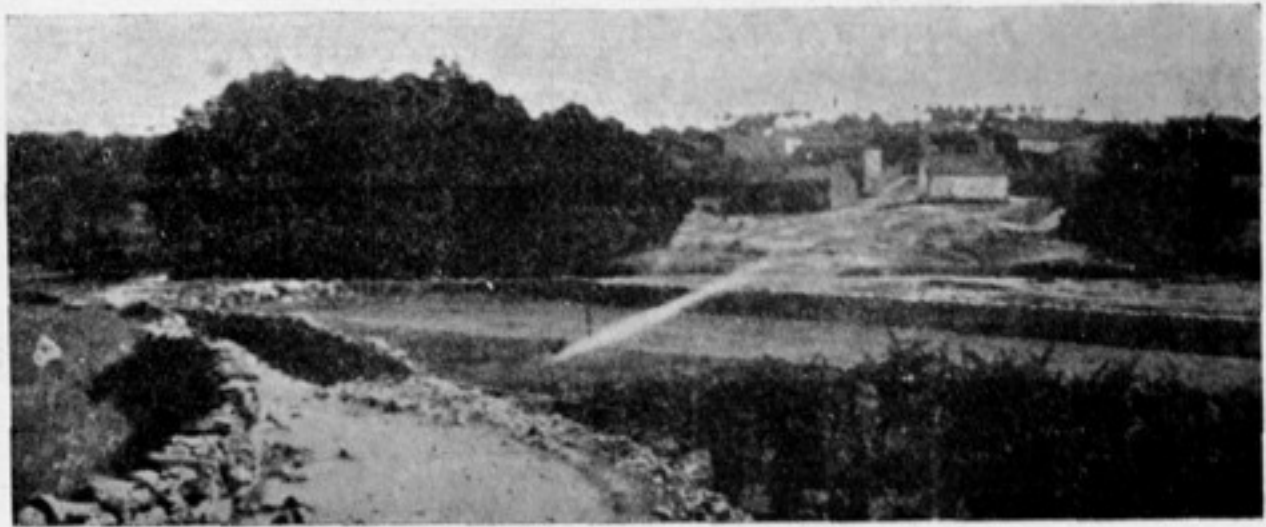
VILA FERNANDO

Vista da Tôrre do Relógio e do Campanário,
edificada nas ruínas do antigo castelo

ribeiro da Eira Velha com a Ribeira de Noemi, existem ainda os restos de uma tôrre ou castelo, em cujos alicerces se levantam as actuais tôrres do Relógio e do Campanário.

Não é possível determinar, pelos poucos vestígios ainda existentes, nem a natureza, nem a época da sua construção, se bem que tudo leva a crer que seja remotíssima. Dada, porém, a sua situação topográfica, comandando a passagem

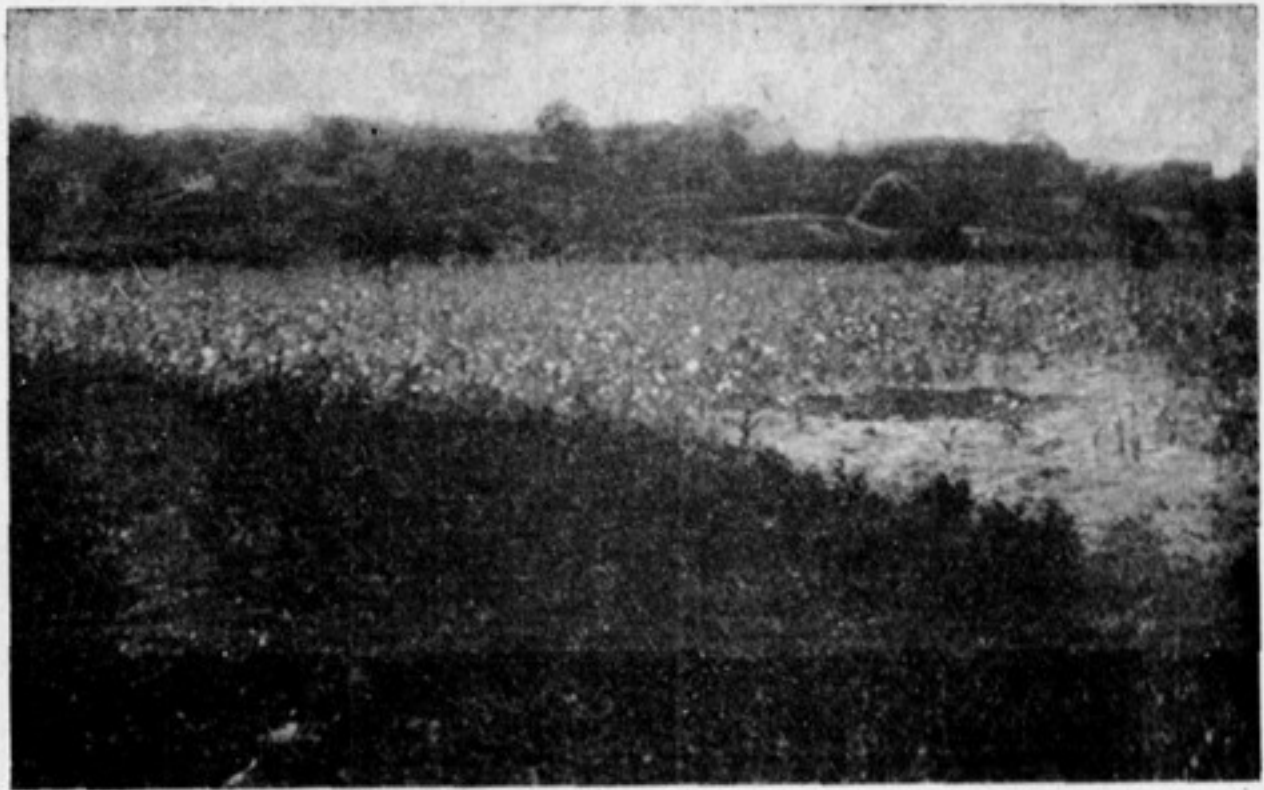
de uma linha de água, bastante caudalosa no inverno, em meio de fertilíssimas veigas e num vale de acesso à Serra



VILA FERNANDO

Vista da ponte e alto do Espírito Santo

da Guarda, para quem venha da fronteira, a fortaleza de Vila Fernando devia ter sido fundada ou reconstruída pelos



VILA FERNANDO

Vista do lado do poente.

luso-alanos, com o fim de proteger a sua população contra as incursões dos visigodos. A fortaleza devia constar, como

era de técnica dêsses tempos, de uma tôrre ou castelo, assente sôbre umas fragas sobranceiras ao adro da igreja, e da cêrca de muralhas envolvendo a povoação. Estas muralhas deviam sêguir, para nascente e norte, sôbre a dobra do terreno, até ao alto de S. Sebastião, a cavaleiro sôbre a ponte; e, encurvando para poente, seguiriam a dobra do terreno até unir à muralha do Castelo. Àcêrca desta fortaleza correm várias lendas de mouras encantadas, sendo certo que desempe-



VILA FERNANDO

Vista da Ribeira e da ponte.

nhou um papel importante nas guerras da Restauração, contra as correrias dos espanhóis, como ainda reza a tradição.

Vila Fernando foi vila importante até ao comêço do século passado, sendo quási totalmente arrasada durante as invasões francesas ⁽¹⁾. No tempo de D. Maria I, era ainda cabeça de concelho.

(¹) Em 1807, um forte destacamento de forrageadores, que procuravam abastecimentos para a Praça de Almeida, atacou de surpresa a povoação, saqueando e incendiando muitas casas e penetrando na igreja, onde o povo assistia à celebração da missa. Rou-

Até há poucos anos existia por detrás da velha casa da escola o *curral do concelho*, onde se guardavam as bestas dos forasteiros nos dias de festa e mercados, certamente restos do recinto sul das muralhas e sobrevivências de antigos usos e costumes castrenses.

XIV

CASTELO DE VILA GARCIA

Na margem direita da ribeira de Noemi e a 7 quilómetros a oriente da Guarda, existiu até aos princípios do século passado a rica povoação fortificada de Vila Garcia, edificada sobre um pequeno outeiro sobranceiro à passagem daquela ribeira.

Pelos insignificantes vestígios da sua fortificação, que chegaram até nós, não é fácil determinar-lhe a origem nem a arquitectura, sendo porém muito presumível que, como Vila Fernando, se compusesse de uma torre ou castelo e uma cerca amuralhada protegendo a povoação, que teve grande importância até aos princípios do século passado (1).

Incendiada pelas tropas francesas em seguida ao combate da Guarda, em 29 de Março de 1811, na sua retirada para a fronteira (2), foi sucessivamente abandonada, pas-

baram os vasos sagrados, indo espalhar as hóstias nas lameiras da ponte, depois de haverem aberto à espada uma cruz na cabeça do Vigário. Contava meu Pai que, quando era pequeno, e o velho pároco relatava este episódio da sua vida, lhe pediam para deixar apalpar a cicatriz.

(1) Na nave central da Sé da Guarda, existe a sepultura do Prior Francisco de Figueiredo e dos padroeiros de Vila Garcia Diogo de Figueiredo e sua mulher Guiomar de Almeida, dos fins do séc. XVI ou princípios do XVII.

(2) Reza a tradição que no soito ainda hoje existente nas ondulações da margem direita do ribeiro de *Ordenho*, bivacaram as tropas de *saiote encarnado*, certamente os *highlanders* escoceses, iluminados toda a noite pelos clarões dos incêndios de Vila Garcia.

sando os seus moradores para a margem esquerda do Noemi e espalhando-se por várias quintas e pelos lugares do Carapito, Cume e Cairrão.

Em 1870, segundo informações certas, restavam, na velha povoação de Vila Garcia, apenas a igreja matriz e três moradores, além do prior da freguesia, estando no entanto ainda bem patentes os restos de um castelo levantado no ponto mais alto do outeiro, a cavaleiro sôbre o vau de Noemi (1).

Na tradição andam ainda as lembranças da crueza dos bárbaros e dos mouros e as lendas de mouras encantadas, como estão bem vivas, na memória dos habitantes circunvizinhos, as correrias e vandalismos dos espanhóis durante as guerras da Restauração de 1640.

XV

CASTRO DA ARGENTÁRIA

No cabeço das Maias, da Serra da Argentária, a 1.500 metros a SE. da povoação de Vale da Estrêla, no local onde em 1940 foi levantado um cruzeiro comemorativo da Independência de Portugal, existiram até há poucos anos os restos de um grande castro lusitano-romano. A sua origem deve ser coeva dos primeiros castros de povoamento, destinado simplesmente a abrigo da população, como o foram na grande maioria os castros pré-romanos. Pelo exame das ruínas que ainda nos foi possível fazer, conseguimos identificar o seu último traçado e a sua natureza arquitectural. E, por isso, dada a sua situação topográfica, de forte

(1) Foi o nosso Avô materno que, contra a vontade do prior e autoridade eclesiástica, conseguiu que fôsse mudada a sede da freguesia para a povoação do Cume, por ser local mais central e mais cómodo para os seus moradores, que deixavam de ter necessidade de atravessar o Noemi.

comandamento e de domínio das comunicações de acesso ao coração da Serra da Estrêla, somos de parecer que esta fortaleza deve ter sofrido as evoluções exigidas pelas necessidades militares das épocas posteriores, e desempenhado, através da história da Lusitânia, um importante papel na vida dos povos da região. E assim esta fortaleza, tendo, como dissemos, começado por um castro neolítico, passaria anos depois a constituir um *oppidum* e mais tarde uma cidade lusitana; assim como os romanos a transformariam num



CASTRO DA ARGENTÁRIA

Vista tirada do lado do nordeste.

poderoso castro lusitano-romano, e sofreria depois a reconstrução dos suevo-alanos e medieval, para vir terminar a sua missão depois da reconquista neo-goda, ou, mais provavelmente, após as nossas guerras da Restauração.

Em ligação com êste castro deve ter existido, desde tempos imemoriais, uma *atalaia* no cimo do cabeço da Pedra do Ladário, a 500 metros a sul do castro, num ponto que goza de um dos mais vastos horizontes, alcançando a vista as terras desde Trás-os-Montes pelo norte até às serras do Alentejo pelo sul, e desde os píncaros das serras da Estrêla e da Lapa pelo poente, até aos confins da Castela Velha pelo oriente.

XVI

CASTRO DA ARRIFANA

No pequeno cabeço chamado o *Casteleiro*, situado a 300 metros a sul da povoação da Arrifana, existem ainda as ruínas bem caracterizadas de um castro lusitano-romano, que porventura seria na origem um castro de povoamento e constituindo já um *oppidum* lusitano quando foi conquistada pelos romanos.



CASTRO DA ARRIFANA

Vendo-se ao fundo o cabeço do «casteleiro», onde existem as ruínas.

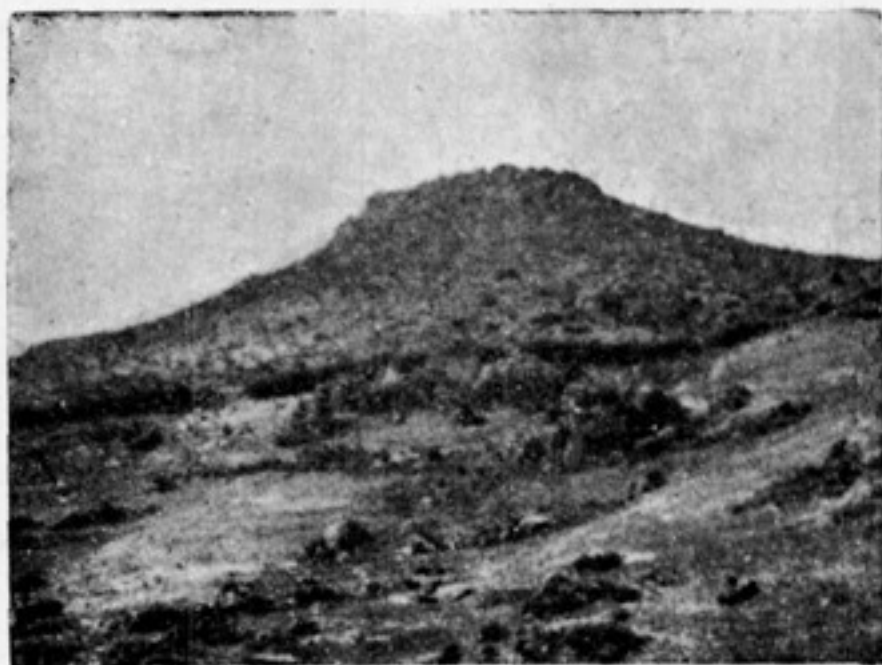
Esta fortaleza, situada numa região fertilíssima e dominando a estrada, que da fronteira conduz à Serra da Guarda e às nascentes da ribeira de Massueime, correndo através do vale da ribeira de Cabras, gozava de uma situação militar de grande valor, motivo pelo qual deveria ter sido transformada num castro lusitano-romano, e porventura conservada com todo o desvêlo pelos suevo-alanos, e restaurada mais tarde durante a reconquista neo-goda, vindo a perder tôda a sua importância, após as guerras da Restauração.

Estão ainda muito vivas na tradição, entre os povos vizinhos, muitos episódios de bravas lutas travadas à sombra desta antiga fortaleza contra os ataques e correrias dos mouros e dos castelhanos.

XVII

CASTRO DO BARROCAL DO CONDE

No tôpo do monte do Barrocal do Conde, a quilómetro e meio a sul da Capela de Santa Cruz, divisória das águas



CASTRO DO BARROCAL DO CONDE

Vista do lado nascente.

da ribeira da Ramela e da de Santa Cruz, afluente da Ribeira da Vela, existem ainda os vestígios de um castro lusitano-romano.

Esta fortaleza, comandando as comunicações através dos vales das duas ribeiras, e sendo passagem forçada dos gados nas suas viagens de transumância para as terras do Campo e de além do Tejo, e mais tarde ficando-lhe à ilharga, sob o seu comandamento, a estrada militar romana de Mérida à Lância Oppidânia, dispôs sempre de um grande valor militar, razão pela qual deve ter desempenhado um

papel importantíssimo desde os mais remotos tempos da Lusitânia até ao fim do domínio árabe em que, como fortaleza, deve ter perdido todo o seu valor e caído em completo abandono.

XVIII

CASTRO DO BARROCO DA CRUZ

No outeiro do Alto da Cruz, a 600 metros a NE. da capela de Santa Cruz, encontram-se ainda os vestígios de



CASTRO DO BARROCO DA CRUZ

Vista das ruínas tirada da estrada
da Covilhã.

um remotíssimo castro lusitano, sem dúvida um castro neolítico de povoamento. A importância desta fortaleza, nos tempos da Lusitânia pré-romana, era igual ou maior que a do Castro do Barrocal do Conde, e a missão das duas fortalezas estava nesse tempo intimamente conjugada, tanto nas expedições de transumância como na protecção das comunicações entre as bacias do Coa e do Zêzere.

XIX

CASTRO DO CALDEIRÃO

No cimo do cabeço que domina pelo sul a garganta do Caldeirão, por onde se despenha a ribeira da Corujeira, existem ainda os vestígios de um castro lusitano, possivelmente



CASTRO DO CALDEIRÃO

Vendo-se as ruínas no segundo plano, por cima do pinheiro do meio.

de fundação neolítica, e mais tarde transformado num *oppidum* lusitano. A sua posição, quasi inexpugnável, dava-lhe grande valor na defesa das comunicações e do acesso ao coração da Serra da Estrêla, através do vale do alto Mondego.

XX

CASTRO DAS FÓRNIAS

No flanco norte da Serra da Guarda, no sítio do Barrocal das Fórniás, a três quilómetros e bem à vista da cidade da Guarda, existem os vestígios bem caracterizados de um forte castro lusitano-romano.

Situado numa magnífica posição de comandamento a 1.035 metros de altitude, quasi igual à do Castelo da Guarda,



CASTRO DAS FÓRNIAS

Vista das ruínas tirada da Guarda.

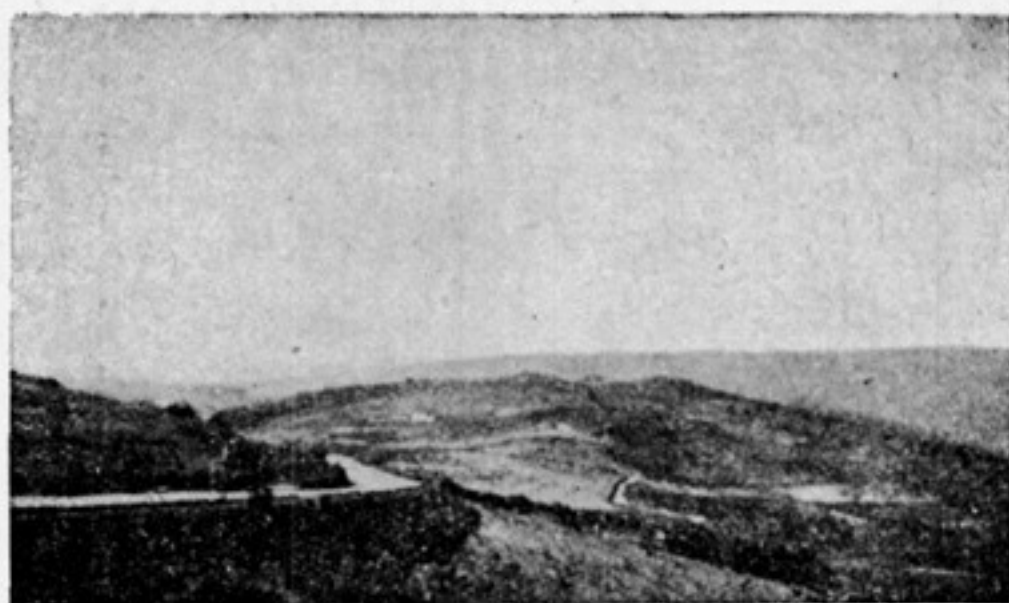
a fortificação primitiva devia certamente ter desempenhado um importantíssimo papel na vida e nas lutas sustentadas pelos povos da região nos tempos da Lusitânia pré-romana. Mais tarde os romanos devem ter, seguramente ⁽¹⁾, transformado a fortificação primitiva num forte castro luso-romano, o qual, no domínio dos bárbaros, bons serviços deveria ter ainda prestado aos alanos, na resistência contra as correrias e devastações dos visigodos. Deve ter caído em ruínas durante a dominação dos mouros.

(1) Não se encontram hoje vestígios da fortificação romana, devido certamente a ser construída sobre rochas compactas, e a pedra, pela sua natureza, muito boa para as construções, ter sido aproveitada em várias edificações na Guarda e quintas próximas.

XXI

CASTRO DA FUMAGUEIRA

No tôpo do monte das Cabeças, a 500 metros a noroeste da Sr.^a da Fumagueira, existem ainda os restos de um antigo castro lusitano. Numa situação que domina o abrupto



CASTRO DA FUMAGUEIRA

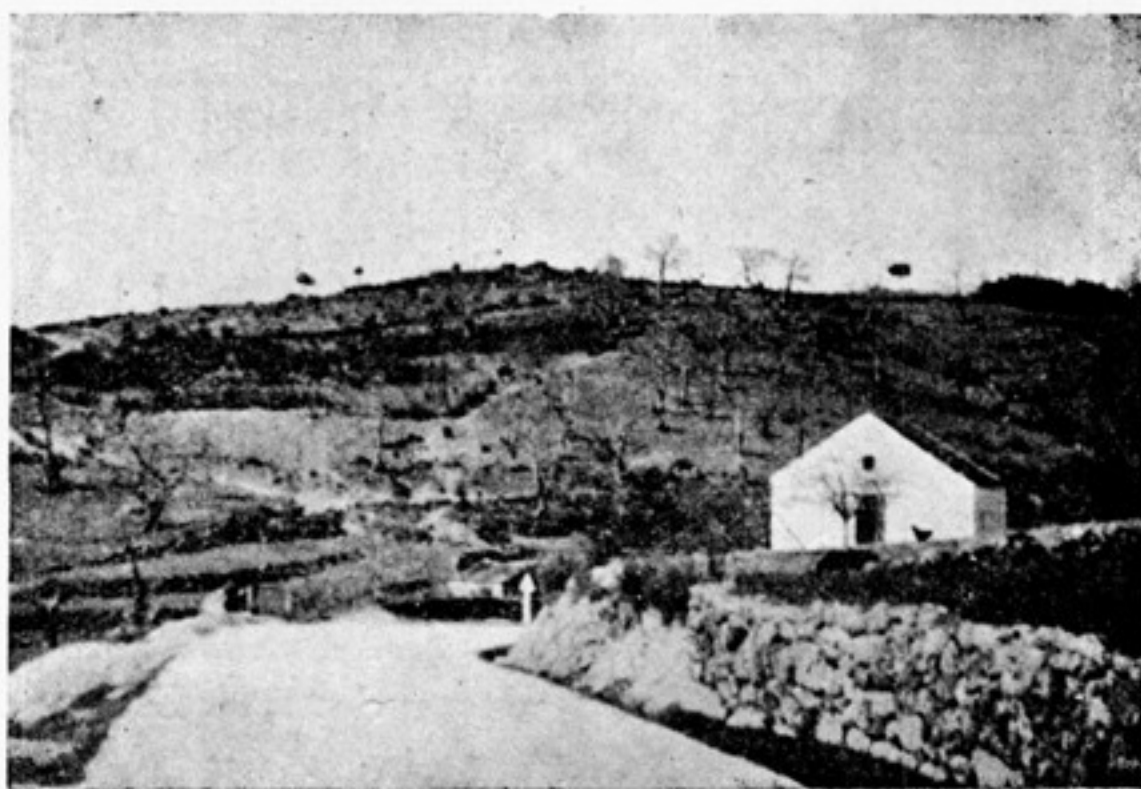
Vista tirada do nascente da estrada de Maçainhas.

vale do Ribeiro de El-Rei até à sua confluência com a ribeira do Caldeirão, e, portanto, as comunicações com o vale do Mondego, e de acesso ao coração da Serra da Estrêla, devia ter desempenhado importantíssimo papel nos remotos tempos da Lusitânia. Durante e após o domínio romano, devia ter sempre conservado a sua importância como atalaia, ligando as fortalezas do vale do Mondego com as da Serra da Guarda.

XXII

CASTRO DE MAÇAINHAS

No tópo do monte da Portela, a 300 metros a sueste da povoação de Maçainhas de Baixo, existem ainda bem



CASTRO DAS MAÇAINHAS

Vendo-se as ruínas no cimo do cabeço.

definidos os vestígios de um castro lusitano. Dominando a garganta por onde se despenha o ribeiro de Maçainhas, afluente da ribeira da Corujeira e do Caldeirão, por onde passa actualmente a estrada de acesso ao vale do Alto Mondego e à cumiada da Serra da Estrêla, a sua importância sob o ponto de vista militar fôra sempre grande, especialmente nos remotos tempos da Lusitânia pré-romana.

XXIII

CASTRO DO MONTE DA LAMEIRA

A dois quilómetros a sueste do Caldeirão, no Monte da Lameira, numa posição dominante sôbre a divisória de águas do Mondego e da ribeira da Corujeira, estão ainda bem visíveis os restos imponentes de um antigo castro lusitano. A sua importância militar era de grande valor por dominar as gargantas e a estrada de acesso ao coração da Serra da Estrêla.

XXIV

CASTRO DO MONTE DA SERRA

No monte da Serra, a 800 metros a sul da povoação de Aldeia Viçosa, a cavaleiro sôbre a margem esquerda do rio Mondego, mesmo em face do Tintinholho, existem ainda os vestígios de um castro lusitano. A sua posição tinha grande valor por defender o acesso à Serra da Estrêla por aquêle lado.

XXV

CASTRO DO OUTEIRO DE S. MIGUEL

Reza a tradição que, nas imediações do Outeiro de S. Miguel, a 1.500 metros a noroeste da estação do caminho de ferro da Guarda, onde hoje se encontram as instalações de um Colégio religioso de artes e ofícios, existiam ainda há poucos anos os vestígios de um castro lusitano-romano. Nas nossas pesquisas não conseguimos localizar a posição exacta desta fortaleza, crendo, no entanto, que ela teria existido no Cabeço da Munça ou do Seixal (cota 941), sôbre a cumiada da divisória de águas das ribeiras de Cabras e de

Massueime, onde passava a estrada militar romana da Guarda a Astorga.

Em ambos êstes locais se encontram ainda muitos vestígios de construções e pedaços de telha, tejos e ladrilhos de fabricação romana. Temos uma vaga notícia de ali terem sido encontrados alguns instrumentos de silex, quando se explorava cantaria para a construção do referido colégio.

XXVI

CASTRO DE PANOIAS

No cabeço das Cabras, situado a 700 metros a sueste da povoação de Panoias de Cima, divisória de águas do



CASTRO DE PANOIAS

Vista das ruínas tirada do lado norte.

ribeiro de Ordonho, afluente da ribeira de Noemi e da ribeira da Ramela, afluente do Zêzere, encontram-se ainda os restos de um antigo castro lusitano.

De fundação porventura neolítica, a sua posição na divisória de águas do Côa e do Zêzere, dominando as comunicações através dos vales daquelas ribeiras, dava-lhe grande valor e por isso é quasi certo que os romanos o teriam aproveitado, transformando-o num forte castro luso-romano.

XXVII

CASTRO DO PICOTO

A 2.300 metros a norte do Sobral da Serra, num alto cabeço dominando um vasto horizonte e sobranceiro à ribeira da Velosa (antigo curso do rio Mondego), existem ainda os vestígios de uma velha fortaleza, que tudo leva a crer que



CASTRO DO PICOTO

Vendo-se as ruínas no cimo do cabeço.

fôsse um castro luso-romano, embora nas nossas pesquisas não encontrássemos restos de materiais dessa construção. A forte posição em que se levantava e o facto de ligar com tôdas as fortalezas dêsse tempo existentes nas vertentes do Mondego, fazem-nos supor que ela teria sido aproveitada pelos romanos durante a sua ocupação, e que só em épocas muito recentes teria perdido a sua importância militar e caído em ruínas.

XXVIII

CASTRO DA SERRA DA AGUDA

Na serra da Aguda, divisória de águas do rio Mondego e da Ribeira da Cabeça, num local situado a 1.500 metros a NO. da povoação de Aldeia Viçosa, dominando a portela do mesmo nome ou da Rapa, existem ainda os vestígios de



CASTRO DA SERRA DA AGUDA

Vista das ruínas, tirada do nascente.

um castro lusitano-romano. De fundação neolítica, era grande a sua importância militar, por defender por este lado o acesso ao planalto de Videmonte, parte central da Serra da Estrêla, como mais tarde serviria para guardar a via militar romana da Guarda a Coimbra, passando por Celorico.

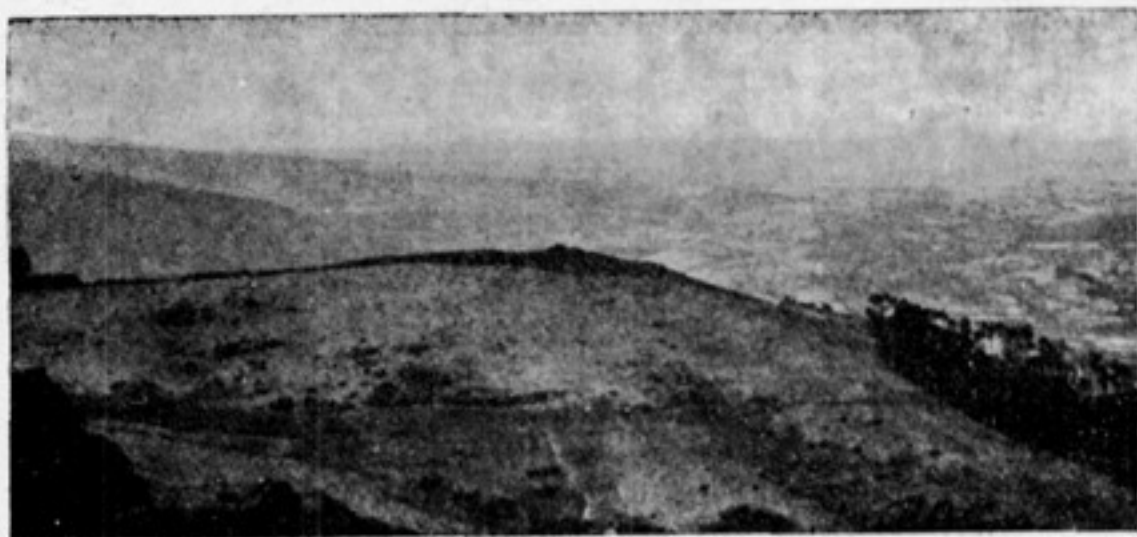
XXIX

CASTRO DE TINS

No vértice do pequeno cabeço de Tins, situado a 800 metros a norte do marco geodésico deste nome, e a 5 quilómetros a NNE. do Tintinholo e a 2 quilómetros a oeste

do Pôrto da Carne, existem ainda as ruínas de uma pequena fortaleza, de natureza luso-romana.

Com uma situação privilegiada, sôbre a vertente escarpada do Mondego dominando as comunicações do vale dêste rio como o da ribeira de Massueime, a sua importância foi sempre, através dos tempos, de grande valor estratégico, razão porque teria sido aproveitada pelos romanos. Ainda hoje as posições de Tins conservam uma grande importân-



CASTRO DE TINS

Vista tirada do nascente.

cia militar, sendo indispensável a sua utilização num ataque pelo nascente às actuais posições da defesa de Celorico da Beira.

Afastada das vias de comunicação e num local êrmo e sem água, perdeu tóda a sua importância como fortaleza, pelo que deve ter caído em ruínas já há muitos anos.

XXX

CASTRO DA VITÓRIA

No cabeço denominado Barroco da Vitória, a cavaleiro da Aldeia do Verdugal, situado a 1 quilómetro a SO. de Pera de Moço, na margem direita da Ribeira de Cabras, existem ainda hoje os restos bem definidos de um impor-



CASTRO DAS FRAGAS DA VITÓRIA

Vista tirada do nascente, vendo-se ao meio a antiga calçada romana.

tante castro lusitano-romano, cujo traçado não é difícil de identificar.

Neste cabeço tiveram quartéis por muito tempo os *fabris* da legião romana, que fôra encarregada da construção da *estrada militar* da Guarda romana a Astorga. Troços de calçadas dessa estrada encontram-se ainda nas povoações da Menoita e do Verdugal; e do trôço de calçada que fazia a ligação desta estrada com a fortaleza, existem também ainda claros vestígios.

São numerosos os documentos que atestam ainda hoje a ocupação romana neste local, encontrando-se em abundância restos de cerâmica, como pedaços de tejos, ladrilhos, etc., e ainda há pouco tempo foram encontradas nas imediações, entre o Verdugal e a povoação da Menoita,

cêrca de 300 moedas romanas, encerradas num vaso de barro dessa época, e que segundo o Dr. Carlos Martins (1) são denários dos tempos da república e do império romano, cunhados por várias famílias patrícias e plebeias, nos dois últimos séculos antes de Cristo, e no primeiro da nossa era.

JOÃO DE ALMEIDA.

(1) Nota dada pelo Dr. Carlos Martins. *Moedas do Verdugo*, identificadas (4) a saber: 2 dos tempos da república romana:

1. Da família Fannia (plebeia).

Anverso: ROMA. Cabeça de Palas, à direita, com ca pacete alado. Adiante, X.

Reverso: M. FAN. C. F. (= Marcos Fannius, Caii filius). Vitória na quadriga, galopando, à direita, com uma coroa.

Esta família era revestida da toga consular. Cavedon diz que esta moeda foi cunhada em 585 (169 antes de Cristo).

É um denário ou dinheiro, de prata.

2. Denário da família Licínia (família plebeia, mas consular). Prata. Doisco. I ou II antes de Cristo.

2 dos tempos do Império:

1. *Anverso*: CAESAR AVGVSTVS. Cabeça nua de Augusto, à direita.

Reverso: OB. CIVIS SERVATOS. Escrito em três linhas dentro de uma coroa de carvalho.

Denário, em prata, do tempo de Augusto.

2. *Anverso*: T. I. CAESAR DIVI AVG. F. AUGUSTVS. Cabeça laureada de Tibério, à direita.

Reverso: Lívia sentada à direita, com o cetro e uma flor. (Ano 768, de J. C. 15).

Denário, em prata, do tempo de Tibério.

A CULTURA E A FÉ

ALOCUÇÃO PROFERIDA NO CONGRESSO
EUCARÍSTICO REALIZADO EM ÉVORA
EM 2 MAIO DE 1941

EX.^m E REVERENDÍSSIMO SENHOR ARCEBISPO DA SÉ
METROPOLITANA DA ARQUIDIOCESE DE ÉVORA:
EXCELÊNCIAS REVERENDÍSSIMAS:
SENHORAS E SENHORES:

Por não me julgar no direito de desobedecer ao imperativo categórico da minha consciência de católico e eborense, aqui estou presente, para me associar, a despeito da exiguidade de recursos, a êste acto solene de exaltação grandiosa da Fé católica, homenagem de reparação e graças, súplica de protecção e amparo ao Pai Celeste e à Virgem Santíssima, Padroeira de Portugal, com algumas palavras, cujo único mérito, por serem tão pobres e descoloridas, consiste na sua sinceridade.

A Vossa Excelência Reverendíssima, Senhor Arcebispo de Évora, alma de apóstolo, sempre pronto a consolar e ajudar generosamente quem lhe bate à porta, cujos tesouros de coração e méritos de inteligência lhe asseguram sem favor lugar dos mais assinalados na galeria famosa dos inclitos prelados eborenses; aos Ilustres Antístites das Dioceses Portuguesas devo expressar os sentimentos de ardente affecto e filial obediência.

MEUS SENHORES:

Anda o homem porfiadamente à procura de um bem estar que a vida sempre lhe recusa. Necessidade é esta, por assim dizer, nêle inacta, anelo constante da alma insatisfeita, preocupação que o consome dia a dia. Na sua curiosidade crescente, esforça-se por desvendar os segredos da natureza, mas quantos mais descobre, tanto mais profundamente reconhece as limitações do entendimento humano, por muito fulgurantes que sejam as suas revelações e portentosas as suas conquistas. Perdido no dédalo dos fenómenos, atormentado pelos problemas da consciência, sente no meio da inquietude intelectual e moral, a sêde do Infinito, o anseio do Eterno, a aspiração de se elevar acima do particular, do contingente, do sensível, «para repousar o espírito num absoluto, suprema realidade em que se encontra a razão de ser de tôdas as coisas» (1).

«Não é preciso, comenta Pascal, ser muito esclarecido, para compreender que não há no mundo satisfação completa e sólida, pois os prazeres terrenos são pura vaidade, os males que nos espreitam em número infinito e a morte, remate irremediável da existência, ameaça-nos a cada instante» (2).

O ideal de felicidade eterna, inerente à nossa condição, só o podemos realizar trilhando o caminho aberto por Cristo à humanidade. Com a sua morte cruenta espiou Êle os pecados do homem e reconciliou-nos com Deus; pela ressurreição renovou o nosso ser moral, criou o *Homem novo*, retido nos laços da morte pelo pecado.

É a *Vida nova* operada nos fiéis pela ressurreição de Cristo que através dos séculos criou os fundamentos da

(1) Leone Nigris, *Crisi Nella Scienza*, Milano, Vita e Pensiero, pág. 3.

(2) Pascal, *Pensées*, Paris, Flammarion, pág. 66.

verdadeira cultura, pedra angular sôbre a qual deve elevar-se todo o edifício social. É a espiritualidade cristã que confere à pessoa humana a elevação moral, a dignidade de *valor não-autônomo* que procura e encontra o seu complemento e perfeição suprema na graça de Deus. «O homem, escreve com profundidade Berdiaeff, não pertence só à ordem natural e social, mas a outra dimensão do ser, ao mundo espiritual. A sua existência pressupõe o dualismo do espírito e da natureza, da liberdade e determinismo, do individual e do geral, do reino de César e do reino de Deus» (1).

Por esquecer tais verdades, supondo no seu orgulho insensato que a ciência representa o têrmo culminante da evolução humana, por não admitir restrições às orgias de um pensamento desregrado ou aos desejos da carne insatisfeita, por haver substituído «o ideal da perfeição e unidade pelo do progresso e divisão» (2) é que o mundo se debate de há muito numa das suas crises mais tormentosas e corre porventura o risco de se afundar em lodaçal de miséria e ignomínia. Os inimigos de Deus são sempre os inimigos do género humano.

A ilusão funesta, por paixão ou êrro intelectual, de que os progressos da ciência e da técnica demonstram, como pretendia Lenine, o absurdo do factor religioso; a convicção de que o engenho do homem com todo o vigor da sua iniciativa criadora consegue só por si valorizar os tesouros e as fôrças da natureza, ao serviço da comunidade; o ateísmo nas suas formas disfarçadas ou cínicas, a materialização da crença que metafisicamente como nova religião se manifesta com tendências universalistas, conduzem sem remédio à desespiritualização da sociedade, destruindo o mundo emocional, estancando as fontes da vida afectiva, o amor do próximo, da pátria, o ideal do sublime e do belo; numa palavra, levam ao aviltamento da pessoa humana.

(1) N. Berdiaeff, *Personne Humaine et Marxisme* in — *Le Communisme et les Chrétiens*, Paris, Plon, págs. 180 e segs.

(2) H. Massis, *L'Honneur de Servir*, Paris, Plon, pág. 252.

Chegou se mesmo — pobre França! — à aberração de formular em tom de autoridade indiscutível, como norma de ensino universitário, que «a Sorbonne expõe tôdas as doutrinas, mas abstém-se de dar preferênciã a qualquer delas. Quere dizer: a verdade é o que apraz a cada um que seja» (1).

Buisson não teve pejo de sustentar que ser professor é antes de mais ser professor da dúvida e que o verdadeiro espírito religioso é o que sobrevive a tôdas as crenças (2).

Êsse hipercriticismo nefasto encontrou a sua expressão completa em Renan que em *L'Avenir de la Science* chegou mesmo a admitir na evolução da humanidade o aparecimento de uma «época verdadeiramente científica, portadora para os povos de felicidade e bondade perenes» (Raymond Charmet, *O mito moderno da ciência*, in *Para além da ciência*, Tavares Martins, Pôrto, pág. 150).

O neto de Renan, Ernesto Psichari, católico praticante, respondendo ao inquérito de Agathon sôbre o que pensava do anti intelectualismo da moderna geração francesa, indicou com clarividência o defeito essencial do espírito francês, cujo malefícios estão bem à vista: «Por mais que façamos, pomos sempre a inteligência acima de tudo. É possível que a pureza do coração valha mais. Um francês acreditará, porém, que o pecado é mais agradável a Deus que a estupidez» (L. Jerrold, *La France Hier et Aujourd'hui*, Paris, Hachette, pág. 245).

Em nome dos direitos do puro pensamento, ou melhor, muito impuro, como rectifica Lasserre, estabeleceu-se o dogma oficial da crítica infinita e da negação ilimitada. Tais pioneiros da revolta moral tudo negam e alvejam em seus ataques satânicos: instituições, tradições, costumes, crenças, isto é, só os norteia o ideal da destruição.

(1) Pierre Lasserre, *La doctrine officielle de l'Université*, Paris, Garnier, pág. 482.

(2) *Ibidem*, pág. 473.

«No domínio do mecânico, observa Michael Antonowytch, não há indivíduos; só há tipos: os *homines technici* para o regime comunista não são personalidades, mas máquinas em série que podem realizar com admirável exactidão o seu trabalho, valorizar a capacidade de produção, mas não evitam o rebaixamento do nível espiritual, a degradação dos costumes, a standardização no domínio psicológico, o que representa a catástrofe de tóda a cultura» (1). É que o corpo apesar de enriquecido pelas conquistas do saber, espera sempre, como se exprime Bergson, um suplemento de alma. (*Les deux sources de la morale et de la religion*, pág. 335).

A concepção materialista da vida, nem psicológicamente, nem no ponto de vista teórico do conhecimento, se justifica: a atenuação das injustiças sociais, os remédios para muitas desgraças, filhas também dos nossos erros e desmandos, não os procuremos nas ideologias que negam a Cristo ou o ignoram; haja antes a coragem de proclamar bem alto que o verdadeiro fundamento da moral assenta na crença do transcendente, cuja forma superior lhe é dada pelo cristianismo; reconheçamos que a liberdade desenfreada das cátedras, absolutismo catedrático, na expressão de Tristão de Ataíde, os direitos ilimitados de um «*corps enseignant qui a mission d'enseigner l'athéisme et l'immortalité*» (2) no juízo insuspeito de Anatole France, muito contribuíram para a anarquia presente, fomentando a indisciplina, desorientando os espíritos, prejudicando a colectividade.

Os resultados da terrível experiência bolchevista ilustram bem a que extremos trágicos conduz a educação sem Deus, anti-cristã, incapaz de qualquer ideal nobre, só preocupada em crescer o cabedal dos bens materiais na terra,

(1) Prof. Dr. Bolko, Frh. v. Richthofen, *Bolschewistische Wissenschaft und Kulturpolitik*, Königsberg, págs. 55-70.

(2) Charles Maurras, *Anatole France, Politique et poète*, Paris, Plon, pág. 41.

geradora de autómatos sem psique nem vontade próprias, verdadeiros monstros e até criminosos. A criminalidade infantil na Rússia, reveste actualmente aspectos tão graves que a pena de morte foi alargada aos menores com mais de 12 anos, delinqüentes de roubo e assassinio, pelo decreto de 7 de Abril de 1935, assinado por Kalinine, Molotoff e Akudoff.

A sociedade que não acredita em Deus, na alma e na imortalidade, bem o proclamou um estável orador sagrado do alto da tribuna de Notre Dame, torna-se «le coupe-gorge, le mauvais lieu» que Taine tanto temia. (Chevrot, *L'homme Nouveau*, Paris, pág. 27).

*

Anotemos, de passagem que o autêntico sábio nunca descobriu incompatibilidades insanáveis entre os estudos que professa e a fé que o ilumina. A pleiade de sábios católicos do estofo de Pascal e Pasteur, Lapparent e Roussetot, de Branly e Obermaier, de Gomes Teixeira e tantos outros, são o testemunho vivo de que a pretendida irreduzibilidade do espírito dogmático e do espírito crítico, está longe de corresponder à realidade dos factos.

O grande Ramon y Cajal não desdenha mesmo escrever que «só o homem de ciência chega a compreender alguma coisa dessa linguagem misteriosa, escrita por Deus na natureza; a êle exclusivamente tem sido dado evidenciar a grande obra da criação para render ao Absoluto o culto mais grato e sincero, estudando as suas obras portentosas para nelas e por elas conhecê-lo, admirá-lo e reverenciá-lo» (*Reglas y consejos sobre Investigación científica*, Madrid, 1940, pág. 86).

¿Quem de mediana cultura ignora que à Igreja se deve a iniciativa da instituição das Universidades, organizações escolares de carácter corporativo, cuja origem se filia nas escolas abaciais e episcopais, de que citarei, como mais famosas, as de Paris, Chartres e Reims em França; as de

York e Canterbury em Inglaterra; de Saint Gall e de Rheinau na Helvecia, de Fulda na Alemanha; em Espanha as de Palência, Santa Bárbara e Santo Estevão de Salamanca e entre nós as de Santa Cruz de Coimbra, da Colegiada de Guimarães, de S. Vicente de Lisboa e de Alcobaça?

Constituíam as Universidades medievais «a verdadeira cidade democrática na qual um ideal cristão de ordem social e política se realiza espontaneamente, conjugando a aspiração sublime de servir Deus e a Igreja com a difusão dos conhecimentos necessários aos que querem ser úteis à Cidade» (1).

Não são ainda hoje as Universidades e Faculdades católicas, dispersas pelo universo, centros fulgurantes de elevada cultura, não apenas no campo das ciências sagradas, mas no das experimentais, estabelecendo o encontro da «ciência que o homem descobre e da que Deus revela?» (2)

Sem favor, devem incluir-se entre os institutos científicos da mais alta categoria a Universidade Gregoriana de Roma, o *Instituto Católico* de Paris, a multi-secular *Universidade de Lovaina*; a *del Sacro Cuore* de Milão, dirigida pelo eminente pensador e humilde franciscano, P.^o Gemelli, que há pouco nos visitou, assombrando a todos pela sua erudição em assuntos dos mais especializados de psicologia experimental e psiquiatria.

Muitos de vós, sem dúvida, estarão recordando neste momento que em Évora floresceu durante séculos, sob o govêrno da benemérita Companhia de Jesus, notável Universidade, onde se notabilizaram por seus talentos e virtudes mestres e graduados insignes, como Pedro da Fonseca, chamado o Aristóteles português, o doutíssimo Luís de Molina, o célebre gramático Manuel Álvares, o autor da História da Etiópia, P.^o Baltazar Teles, Luís António Verney, etc., etc.

(1) Stephen d'Irsay, *Histoire des Universités Françaises et Étrangères des Origines à nos jours*, Paris, Picard, vol. 1, pág. 5.

(2) René Aigran, *Les Universités Catholiques*, Paris, 1935, pág. 43.

E certamente não esqueceram que a instituição da famosa Academia se agradece aos esforços, canseiras e zêlo apostólico de um grande Arcebispo da Arquidiocese eborense, o Cardial Infante D. Henrique, mais tarde Rei de Portugal, a cujo patriotismo já hoje imparcialmente, à face dos documentos históricos, se presta a merecida justiça.

Não resisto à tentação de reproduzir a propósito um passo da monumental *História da Companhia de Jesus*, do P.^o Francisco Rodrigues, referente aos estudantes do Colégio do Espírito Santo desta cidade, mais tarde alçado à categoria universitária, porque bem ilustra os princípios elevados da pedagogia cristã. «Não se contentavam, porém, de procurar a santidade só em suas pessoas; estendiam o zêlo fervoroso aos próximos necessitados e faziam-se apóstolos de palavra e de obras. Muitos iam nos dias de festa aos hospitais, contava um dos seus educadores, visitavam os doentes, entretinham-nos afavelmente, consolavam-nos com boas palavras e obséquios; exortavam-nos a levar com paciência os trabalhos da doença, preparavam-lhes a cama com diligência e alegria, prometiam-lhes seu auxílio para quanto necessitassem» (1).

Pertence por igual à história da Ciência e da Caridade o registo das benemerências dos mosteiros dos beneditinos e dos hospícios dos basilianos, simultâneamente comunidades de piedade e assistência e centros transmissores da cultura greco-romana e mais tarde da árabe.

Quem não sabe hoje ter sido a Igreja, salvando das devastações da guerra muitas das riquezas da cultura latino-helénica, convertendo e disciplinando os povos que na caluniada Meia Idade, período do maior fulgor intelectual — uma das grandes possibilidades da História, no dizer de Chesterton — cavou os alicerces e assentou as paredes mestras da civilização actual?

(1) Francisco Rodrigues, *História da Companhia de Jesus*, vol. II, pág. 310.

«Nesses tempos conturbados, afirma o psicólogo Henri Joly, o monge parecia ser o único intérprete da voz do espírito, o representante, por excelência, do trabalho intelectual e do trabalho útil aos outros, o campeão da cultura moral, o prègador da paz. É à Igreja, ao convento, à abadia que ocorriam e aí encontravam asilo vencedores e vencidos, os civilizados e os bárbaros, os filósofos e os artistas, os que construíam as *Summas* de metafísica e teologia e os que levantavam as catedrais. A Igreja foi, na verdade, o refúgio da vida mental». (H. Joly, *Psychologie des Grands Hommes*, Paris, Hachette, 1883, pág. 27).

Uma das acusações mais insistentemente feitas à Igreja é de que a Inquisição que tem sido apreciada em regra com um critério manifestamente sectário e falho de senso histórico, foi a causa principal da decadência científica da península ibérica. Ouçamos o que a tal respeito nos diz com a sua autoridade incontestada Menendez y Pelayo:

«Nenhum dos grandes valores científicos e literários dos séculos xv e xvi foi impedido de cultivar livremente as ciências exactas, físicas ou naturais; o Santo Ofício só proíbia a profissão de conceitos teológicos, em oposição declarada à doutrina católica.»

«Abro os índices, continua o autor dos *Heterodoxos*, e não encontro nêles filósofo da antiguidade ou da Idade Média, cristão, árabe ou judeu; vejo permitida em termos expressos a «*Guia dos que andam*», de Maimónides e em vão busco os nomes de Averrois, de Avempace e Tofail; chego ao século xvi e verifico que os espanhóis podiam ler todos os tratados de Pomponazzi, inclusivamente o que escreveu contra a imortalidade da alma (apenas exclui o de *Incautationibus*) e quasi todos os filósofos do renascimento italiano: Marsilio Ficino, Campanella, Telesio (êstes dois com algumas expurgações) e o que é mais, ainda que pareça incrível, o nome de Giordano Bruno não figura nos nossos índices, nem o de Galileu (que está no *Índice romano*) nem o de Descartes, Leibniz, nem também, o que parece estranho, Tomaz Hobbes e Espinoza e só com insignifi-

cantes emendas Bacon». (In Marquês de Lozoya, *Los orígenes del Imperio. La España de Fernando é Isabel*, Madrid, Biblioteca Nueva, págs. 108-109).

Nada mais longe da verdade afirmar que o terror inquisitorial abafava a expansão da alma popular, a alegria da vida e quanto aos costumes havia uma liberdade que até nos pode parecer excessiva. Em pleno apogeu do Santo Officio, anota Lozoya, abundam as impressões e reimpressões da *Celestina* e das novelas cavaleirescas mais livres. Bem significativo é o facto que os mais notáveis escritores teatraes dos séculos XVI e XVII sejam eclesiásticos.

«A lista de religiosos, curas e frades, que nos séculos XVI e XVII escreveram para o teatro espanhol é magnífica e brilhante, sem par: Encina, Navarro, Castillejo, Palau, Cueva, Bermudez, Argensola, Amescua, Valdivielso, Tárrega, Montalbán, Arteaga, Diamante, Villaviciosa e muitos mais, todos eclipsados pelos três astros Lope de Vega, Tirso de Molina e Calderon de la Barca» (Karl Vossler, *Lope de Vega y su tiempo*, Madrid, «Revista do Occidente», pág. 242).

Se bem me recordo, li algures no trabalho do Dr. Augusto Ruegg — *Luis de Camões e o periodo aureo da história portuguesa, através da sua epopeia nacional* — (Luis de Camões und Portugals Glanzzeit im Spiegel seines Nationalepos, Basel, 1925) a observação seguinte, cheia de apurado espírito crítico: «quando noutros países se extinguíam tôdas as manifestações artísticas, em nome de um cristianismo falseado, nas caluniadas nações do jesuítismo, da inquisição e da censura, Rei, nobreza e povo compraziam-se em assistir a representações onde eram versados os assuntos mais diversos: aventuras amorosas, cenas românticas de salteadores, de camponeses a reclamarem justiça, feitos heróicos, etc.».

Quem poderá desconhecer que só o fervor religioso seria capaz de criar as catedrais góticas, «o mais belo florão da coroa da época medieva», no dizer de um escritor, que se ostentam como símbolo imorredoiro da comunhão do divino e do humano?

«Que impressão, exclama Goethe, produziu em mim a catedral de Estrasburgo. Extraordinária emoção que não podia explicar, por ser produzida pela harmonia de mil pormenores, apoderou-se-me da alma e dominou-a por completo! Quantas vezes voltei a admirar essa maravilha para gozar da alegria quasi celeste de abranger nas suas obras o gigantesco espírito dos meus antigos irmãos!»

As catedrais românicas e góticas, o cantochão e a polifonia são, para me servir da expressão de d'Irsay, grandezas do nosso mundo ocidental, obra da Igreja cristã (1). Poesia, música, pintura, arquitectura, escultura, atestam pelos séculos fora a grandeza da inspiração religiosa.

Huysmann exalta na Igreja «*la gardienne de l'Art*»; respira, como diz Nauteil, «o perfume do catolicismo através da sua litúrgia». As catedrais classifica-as de *surhumaines, vraiment divines* e no seu famoso romance rende o preito de admiração grata aos construtores medievais que criaram êsse monumento de beleza que é a Catedral de Chartres.

Com a sinceridade do artista que descobriu na crença católica a fonte sempre fresca e viva de inspiração para as suas produções literárias, define o poeta das *Geórgicas cristãs*, Francis Jammes no seu manifesto — *De l'immortalité envisagée au point de vue littéraire* — o poder criador da Fé, tanto no domínio do ético como do estético: «A literatura imoral é que está em desacordo, com as leis da Igreja, com a verdade e por consequência com a ordem e a beleza. A grande arte não pode existir no mal; tudo o que contrarie êste princípio, é falso. O que é feio em moral é feio em arte».

É o mesmo conceito de H. Ghéon: «Não há verdadeira arte sem o apoio da fé: fé em si mesmo, fé no homem, fé na natureza, fé em Deus» (2).

(1) D'Irsay, *Op. cit.*, pág. 3.

(2) Apud Hermann Weinert, *Dichtung aus dem Glauben*, Hamburg, 1931, págs. 50-51.

Por outras palavras, na mesma ordem de ideias se exprimem Maritain e Massis: «A arte só tem a ganhar com esta restauração do dogmatismo. O que é extraordinário e rico de aventuras não é a anarquia, mas a conquista da verdade. O admirável não é o irregular, o indefinido, o incompleto mas que o homem chegue à regra, à definição». «Nada mais monótono que a heresia; não pode assimilar nada. Só o dogma progride, só a verdade é susceptível de enriquecimento (1).

Permiti por último, que evoque, a propósito das considerações que venho expendendo os juízos autorizados de três espíritos de primeira grandeza: Balzac, Paulo Caudel e Jacob Kneip.

O autor da *Comédia humana* que foi não só escritor notável, mas pensador de vistas largas, vê na educação religiosa o único meio de diminuir a soma do mal e acrescentar a soma de bem estar em toda a sociedade. «O pensamento, princípio de males e bens, só pode ser convenientemente preparado, disciplinado e dirigido pela religião. A única religião possível é o cristianismo. Criou êle os povos civilizados; compete-lhe a sua conservação. O catolicismo, sobretudo, constitui sistema completo de repressão das tendências depravadas do homem; é o grande elemento de ordem social» (2).

Paulo Caudel, o notável poeta e filósofo, a quem o movimento de ressurgimento literário francês tanto deve, o revelador às novas gerações das realidades religiosas, reconhece no cristianismo «a grande força, a grande doutrina, a grande escola de energia que fez a Europa e de nós Europeus... Todas as nossas faculdades como que nos são estranhas; temos a sensação do nada que acompanha a ociosidade se não abraçamos esta cruz que nos estende os bra-

(1) *Ibidem*, pág. 47.

(2) In — Paul Bourget, *Sociologie et Littérature*, Paris, Plon, pág. 56.

ços... O homem sôbre a cruz sofre a sua tensão extrema em todos os sentidos. É a aplicação no domínio do moral das verdades perpendiculares: *Quantum potes, tantum audes...* A religião impede de nos comprazermos com uma introspecção estéril. Os nossos recursos interiores não são um fim; não somos nós que somos interessantes, mas o alto ideal que servimos e procuramos atingir cada um a seu modo. O que há em nós não são coisas inertes de que cumpre fazer inventário e parada; são fôrças que devemos exercitar em tôda a plenitude por um combate, cuja derrota se paga mais caro do que com a morte».

«Não receeis, diz êle eloqüentemente a Rivière ainda hesitante em marchar *à la trace de Dieu*, ser diminuído; pelo contrário, sereis maravilhosamente aumentado. É pela virtude que se é um homem... Iluminação da inteligência, purificação do coração, crescimento e ordenação da vontade, eis os efeitos da disciplina cristã. O cristão é alguém que sabe o que faz e para onde vai... Só há desenvolvimento perfeito e integral, quando é proporcionado ao seu fim que é Deus para o homem. Ainda que porventura assim não pareça, a verdadeira alegria só se encontra na sua fonte: em Deus, em Cristo. Tereis de vos privar de alguns prazeres aviltantes, mas em compensação conhecereis o ferro e o aço, as alegrias salubres, marciais, atléticas da vitória sôbre vós mesmos. Se praticardes o bem, estareis neste mundo como pessoa sempre útil e benvida; experimentando o prazer inefável duma boa consciência, em paz com as coisas que existem, com a segurança do filho que está acompanhado pelo pai, partilhareis a bênção de tôdas as criaturas inocentes⁽¹⁾.

Jacob Kneip, um dos líricos alemães contemporâneos de maior mérito, da linhagem de Claudius, Mörike e Storm, cuja obra pela musicabilidade da linguagem e pureza de inspiração, é quasi tôda ela uma jóia delicada, oferenda

(1) H. Weinert, *Op. cit.*, págs. 46, 59 e 188.

de valia ao Criador e à Virgem, hino de louvor às belezas da terra, ao amor do próximo, ao trabalho dignificado por Deus, chama à Igreja: *Kosmos des Geistes, Fülle des Lebens, Herz der Welt* (cosmos do espírito, plenitude da vida, coração do mundo) (1).

No pequeno e no grande presente a acção de Deus: na cotovia que se eleva no céu, atrás da charrua que sulca a terra, na Igreja e no lar doméstico, no estábulo do gado, nas sementeiras, no regato e no luar, nos dias de labor e nos domingos. Em tôda a parte a presença divina se anuncia (2).

Na sua querida e bela região renana encontra Kneip os testemunhos mais eloquentes da acção civilizadora do cristianismo. «No Reno, nas poderosas sés episcopais, fundou-se a grandeza medieva; com o poder e a magnificência da Igreja e os planos do «grande reino de Deus» uma atmosfera espiritual envolve o ocidente, criando verdadeiras maravilhas no domínio da arte e da erudição. E assim no decurso de milhares de anos ali se formou um mundo que na sua magestade e beleza não tem outro na Europa que se lhe equipare» (3).

Parafraseando as palavras de João de Salisbury, acêrca da Universidade de Paris, a cujo veredito se submetiam na Idade Média tôdas as dificuldades e dúvidas: — «Na verdade Deus está presente neste lugar e eu ignorava-o. Deus está onde se encontra a liberdade» (4) — não hesitamos em afirmar que onde se opera sólida e perdurável renovação espiritual, lá aparece Deus: o espírito de piedade cristã, *mens humilis* não contraria; só estimula e nobilita o labor intelectual.

Como se exprime eloquentemente A. D. Sertillanges, «a inteligência só desempenha plenamente o seu papel,

(1) Jacob Kneip, *Feuer vom Himmel*, Paul List Verlag. Leipzig.

(2) H. Langenbacher, *Volkhafte Dichtung*, 1933, pág. 67.

(3) Jakob Kneip, *Porta Nigra*, Paul List Verlag, pág. 288.

(4) D'Irsay, *op. cit.*, pág. 61.

exercendo uma função religiosa, isto é rendendo culto à suprema Verdade, por intermédio do verdadeiro e disperso. O real tem uma vida oculta como Jesus e esta vida é também uma vida em Deus; como que uma vida de Deus; revelação da sua sabedoria pelas leis, do seu poder pelos efeitos da sua bondade... Destacar êste corpo de Deus do seu espírito é profaná-lo, como é ultrajar Cristo, vendo nele exclusivamente o homem». (*La vie intellectuelle*, Desclée & C.^{ie} Paris, págs. 44-45).

MEUS SENHORES:

Hoje que Portugal reatou a tradição de País católico e se converteu em baluarte inexpugnável de equilíbrio e disciplina social, esteio indestrutível da cultura do ocidente, devem todos, especialmente aquêles a quem cabe a missão de formar o espírito da juventude, ter sempre na lembrança que a educação cristã é a condição essencial do reengrandecimento da Pátria portuguesa, cuja história desde o alvorecer da nacionalidade até o presente só se pode interpretar por verdadeiro milagre de Deus. O ensino que contrarie, hostilize e apregõe princípios opostos às verdades cristãs, tem de ser banido inexoravelmente, por anti-patriótico, inimigo da ordem, anti-nacional.

Como nos ensina S. S. Pio XII na luminosa encíclica *Summi Pontificatus*: «A reeducação da humanidade, se quiser ter algum efeito, deve ser sobretudo espiritual e religiosa, deve por isso partir de Cristo, como do seu fundamento indispensável; deve ser realizada pela justiça e coroada pela caridade».

Congratulemo-nos, pois, rendamos louvores à Providência, por haver vivido neste momento histórico da vida portuguesa, em que a colaboração da Igreja e do poder civil, firmada solenemente na concordata, veio abrir a uma e outro, campo mais vasto e livre para a sua actividade fecunda, permitindo no domínio do pensamento e dos princípios, no âmbito do intelectual e do moral, a aliança indis-

solúvel dos ideais mais nobres e sacrossantos: a crença em Deus e o amor da Pátria.

E para que as minhas últimas palavras perante os mais altos representantes da autoridade da Igreja e do Estado sejam um protesto de fé e compromisso sagrado, convicto repetirei com S. Ambrósio: *Ubi Petrus, ibi Ecclesia, ubi Ecclesia, ibi nulla mors, sed vita æterna.*

GUSTAVO CORDEIRO RAMOS

SOLUTO INJECTÁVEL DE AMILOCAÍNA (1)

(ISOTONIZAÇÃO, AJUSTAMENTO A pH CONVENIENTE
E ENSAIO BIOLÓGICO)

É notável a importância que o estado isotónico confere a um soluto injectável. Tal atributo evita eventuais alterações dos tecidos e glóbulos sangüíneos, facilita apreciavelmente a absorção medicamentosa, e atenua os fenómenos dolorosos.

Oferecendo a clínica tendência crescente para o emprêgo das vias imediatas na aplicação dos medicamentos no organismo (tecido celular subcutâneo, tecido muscular, aparelho vascular), é incontestável que o problema da isotonização dos solutos injectáveis adquire, cada vez, maior relêvo. O estado iso-osmótico não interessa, mesmo, somente aos solutos injectáveis; generalizado, pelo benefício terapêutico resultante da sua atribuição a tantas outras soluções medicamentosas, estende-se, presentemente, aos colírios aquosos, soluções para aplicação nasal, etc.

O farmacêutico pode encontrar, em bibliografia adequada, os valores dos pontos de congelação de algumas soluções medicamentosas, permitindo-lhe resolver, com simplicidade, a respectiva prática de isotonização. No entanto, essas indicações são muito restritas (2), podendo, a todo o

(1) Trabalho laboratorial realizado no IV Curso de Férias de Farmácia da Universidade de Coimbra.

(2) A Farmacopeia Suíça (*Pharmacopoea Helvetica*, Editio quinta, 1934, ed. franç., pág. 1104), inclui uma lista de pontos de congelação de algumas das soluções isotónicas mais correntemente

momento, serem-lhe apresentadas fórmulas, constituídas por uma ou várias substâncias não incluídas nas fontes bibliográficas (1). Em tal ocorrência, o problema exige uma determinação criométrica.

Daqui o interesse da inclusão de um trabalho desta natureza no programa do Curso de Férias.

Este exercício permitia ser, ainda, completado — valorizando-se — com a prática de outras determinações:

Dada a grande importância — traduzindo-se em variações de actividade farmacológica (modificações na intensidade do poder terapêutico, variações na sua toxicidade, etc.) — que representa para determinados solutos o valor de pH, não deixaria, também, de oferecer real interesse a apreciação do expoente hidrogeniônico do soluto injectável preparado, e o seu concomitante ajustamento a reacção conveniente.

Como, por outro lado, a Farmácia Galénica, renovada pelos mais eficientes métodos, recorre freqüentemente à avaliação biológica dos medicamentos, o trabalho tornar-se-ia, ainda, de maior valor profissional incluindo um ensaio fisiológico.

Restava-nos escolher, criteriosamente, um soluto onde se praticassem, com ajustado cabimento, tôdas essas operações. Utilizámos o soluto de amiloína, que oferece,

empregues, lista que se encontra transcrita em: *Cazzani (Ugo) — Ipodermoterapia*, 2.^a ed., 1939, pág. 188.

O trabalho interessante, de Fahmy, «*A Graphical method of calculation for the preparation of isotonia solutions*», (*Report of the Pharmaceutical Society of Egypt*, 9.^o ano, 1938, N.^o XIV) insere duas listas de compostos (uma para os solutos injectáveis e outra para os colírios), indicando a concentração que os seus solutos devem apresentar quando isotónicos. Com estes valores, aplicando um método gráfico, determinam-se os pontos de congelação de solutos hipotónicos.

(1) Ainda há bem pouco tempo, nos informou determinado profissional que se prescrevera soluto de fenol a 1 ‰, isotónico, — produto químico que, precisamente, não figura na referida lista da Farmacopeia Helvética.

ainda, a vantagem do crescente emprêgo próprio das substâncias anestésicas.

Se outras substâncias poderiam ser escolhidas no delineamento de semelhante conjunto de ensaios, o interesse dêste arranjo fica particularmente assegurado aplicando-se ao soluto referido (ou a outros anestésicos locais, similares, como ao cloridrato de cocaína, e à novocaína) (1).

Assim, a actividade farmacológica do soluto de amilocaína depende apreciavelmente do valor do pH; grande é, pois, a vantagem do seu ajustamento a concentração hidrogeniônica determinada. Por outro lado, o ensaio biológico assume, igualmente, aqui, o maior interesse: o facto do poder anestesiante do soluto se encontrar, estreita e grandemente, relacionado com o pH, seria já motivo a impor a sua prática, para perfeito conhecimento do valor terapêutico da presente prescrição. A necessidade, porém, da apreciação fisiológica é, ainda, realçada pela circunstância de outros factores interferentes (temperatura de esterilização, natureza do vidro das ampolas, etc.), se mostrarem, também, capazes de modificar a sua actividade.

* * *

Analisemos a prescrição:

R.^e

Soluta injectável de amilocaína a 1%
isotónico com o sôro sangüíneo e
ajustado ao pH do sangue n ampolas de 1 cc.

Nota — Determine a toxidade e o poder anestésico do soluto obtido.

(1) Semelhantemente ao nosso soluto, várias preparações de anestésicos (salificados) apresentam-se, hoje, no estrangeiro, ao consumo clínico, não em dissolução na água simples, mas em sôro fisiológico, e regulados a vários valores de pH.

Façamos a interpretação teórica do problema apresentado. Além da preparação de um soluto que, pela sua finalidade terapêutica, requiere cuidados particulares, mais duas operações distintas envolve:

- 1) O ajustamento a uma tonicidade própria (isotonização adequada);
- 2) A condução do pH a valor definido e conveniente.

Como se sabe, dois líquidos consideram-se isotônicos quando oferecem igual pressão osmótica. A sua avaliação executa-se, com muita simplicidade e rigor, por criometria. Um soluto injectável será iso-osmótico (ou seja isotônico) com o soro sangüíneo, quando determinar um abaixamento crioscópico de -0,56 — ponto de congelação do referido soro.

Sendo o pH do meio sangüíneo representado pelo valor, médio, normal, de 7,35, em princípio e *a priori*, estaria indicado conduzir a concentração hidrogeniônica do soluto até àquêlê têrmo de pH. No entanto, nem sempre subsiste a exeqüibilidade de tal prática. Sucede assim quando a reacção, interferindo com a natureza das substâncias, vem criar condições de incompatibilidade. Isso mesmo acontece no caso presente: dada a natureza alcalóidica da amilocaína, o soluto não pode ser levado além de certo limite de pH, por originar a precipitação da base medicamentosa (1).

Por ser assim, embora na prescrição clínica dada se peça o ajustamento ao pH do sangue, tal recomendação só poderá ser tomada, neste caso, restringidamente, como significando, apenas: *ao pH mais conveniente*.

Consideremos, por agora, o ensaio preliminar indispensável num trabalho desta natureza.

(1) A impossibilidade de conduzir os solutos de colírios, de substâncias alcalóidicas, ao pH do meio lacrimal (pH = 8,4 — 8,6) ainda é mais marcada, visto tal meio apresentar uma reacção bem mais alcalina que a do sangue.

¿Qual o momento vantajoso para conferir ao soluto a reacção adequada? Sem dúvida depois da esterilização e antes de se avaliar o abaixamento crioscópico. De facto, se é certo que a dissolução do isotonzante escolhido — neste caso cloreto de sódio — não modifica o valor de pH do soluto, o mesmo não sucede com temperatura de esterilização a que será submetido. O reconhecimento de tais factos, leva a antepor a prática esterilizante (num ensaio preliminar) ao ajustamento da reacção.

Como por outro lado, o emprêgo da substância ajustadora da reacção (álcali, no caso presente, visto o soluto de amilocaína oferecer valor de pH inferior ao do meio sanguíneo) vai modificar a tensão osmótica do soluto, sucede que tal ajustamento terá de ser praticado antes de se proceder ao ensaio criométrico.

Estas considerações justificam, cabalmente, o arranjo e ordem seguintes:

Ensaio preliminar

- a) Preparação, propriamente dita, do soluto;
- b) Esterilização;
- c) Determinação do pH do soluto esterilizado (à mesma temperatura e por igual espaço de tempo a que o soluto definitivo vem a ser submetido);
- d) Condução a pH conveniente (determinação da quantidade de soluto alcalino, titulado, a juntar a dado volume do soluto medicamentoso);
- e) Avaliação do abaixamento crioscópico;
- f) Aplicação da fórmula de Lumière e Chevrotier (cálculo da percentagem de isotonzante a empregar);
- g) Isotonização (dissolução da quantidade de isotonzante requerida);
- h) Nova determinação criométrica reverificando o ponto de congelação do soluto obtido (deve ser de -0,56 — igual ao do sôro sanguíneo).

Preparação definitiva

O soluto simples de amilocaína a 1%, não consumido no ensaio anterior, não é aproveitável para a preparação definitiva, visto que as operações complementares e subsequentes (junção de álcali e dissolução de isotonzante) reconduziriam a uma forma medicamentosa cuja riqueza em amilocaína seria inferior a 1%.

Torna-se, pois, mister preparar novo soluto em balão aferido, cujo volume só se completa depois daqueles tratamentos. Daqui a ordenação:

- a) Dissolução de amilocaína (em recipiente graduado, sem se perfazer o volume até ao traço de referência);
- b) Junção de sol. OHNa, N/1 (em quantidade correspondente ao volume do soluto final e de harmonia com os resultados colhidos no ensaio anterior);
- c) Dissolução do isotonzante (na quantidade calculada);
- d) Completação do volume;
- e) Enchimento das ampolas;
- f) Esterilização;
- g) Ensaio biológico.

Passaremos agora a descrever, em pormenor, a prática laboratorial, considerando, previamente e em conjunto, o material, reagentes, etc., precisos.

PRÁTICA LABORATORIAL*Material necessário:*

Crioscópio e respectivo termómetro, graduado em centésimos de grau; colorímetro e correspondentes discos corados para determinação de valor de pH; campânula de

vácuo para enchimento de ampolas; autoclave; cristalizadores; microbureta; funis, suporte e papel de filtro; ampolas de vidro de grande resistência química, lavadas, esterilizadas e secas; maçaricos; pinças para fechamento de ampolas; fio de crina; seringa graduada em 0,01 cc; e conta-gôtas normal.

Animais:

Coelhos (8 animais com peso à volta de 2 kg. cada, revelando reflexo corneano normal); rãs (vários indivíduos da espécie *Rana esculenta*, de peso médio de 20-30 gr.).

Reagentes:

Amilocaína; cloreto de sódio; água redistilada; solutos de OHNa, N/10 e N/1; e mistura frigorífica.

* * *

Dissolução

Empregar água redestilada (1), como veículo, de harmonia com as determinações da nossa Farmacopeia (2).

Filtração

Como elemento filtrante, de preferência ao papel, empregar-se á um filtro de vidro G4.

(1) É de notar que nem tôdas as Farmacopeias exigem o emprêgo de água redestilada na preparação de injectáveis. Citemos por exemplo a *Farmacopeia Suíça* (Pharmacopoea Helvetica, editio quinta, ed. française, 1934, pág. 520), — valiosa pelos seus conceitos modernos — que manda usar a água resultante de uma primeira operação destilatória, satisfazendo a certos quesitos, e conservada em determinadas condições.

(2) *Farmacopeia Portuguesa*, 1935, pág. 481.

Num exemplo como o presente, é impossível dissociar os elementos: temperatura de esterilização, alcalinidade das ampolas e valor de pH a que o soluto fôr conduzido. Tem de ser considerados em estreita interdependência e em conjunto. A sua actividade anestésica resulta desta associação de factores, mais até que da própria concentração do soluto.

Esterilização

Praticável à temperatura de 100° (vapor fluente por 30 minutos). Não ultrapassando esta temperatura, e empregando-se ampolas de vidro de fraca alcalinidade, a alteração é praticamente nula.

Nestas condições, segundo Mossler (1), a decomposição sofrida pela amilocaína seria apenas de 0,75 %.

Para Fourneau (2) a ebulição não altera os solutos dêste anestésico; a decomposição torna-se apenas sensível a partir de 120°. Jonesco-Matin e Sandovici (3) chegaram a igual conclusão.

Esterilizámos, porém, por tindalização (4), a 70° (3 sessões), por havermos modificado o valor de pH do soluto.

(1) *L'Union Pharm*, 1914, pág. 249 apud Cazzani (Ugo) — *Ipodermoterapia*, 1939, pág. 849; e Lesure (André) — *Préparation et Stérilisation des liquides injectables*, 4^e ed., 1923, pág. 188.

(2) *Un nouvel anesthésique local: la stovaine* — *Journ. Pharm. Chim.*, 1904, (6^e série), t. xx, pág. 109.

(3) Prof. Janesco-Matin (A.) e M.^{lle} Sandovici (M.) — Contribution à l'étude de l'alteration des produits médicamenteux par la détermination du pH — *J. Ph. Chim.*, XXI, 1935, p. 337.

(4) *A Farmacopeia Francesa* (Codex Medicamentarius Gallicus, 1937, t. II, pág. 961) também manda esterilizar por tindalização, a 70°.

Determinação ionométrica

A apreciação do valor de pH pode efectuar-se pelo processo colorimétrico. Foi este o processo seguido, tendo-se utilizado um colorímetro Hellige, com indicador universal e respectivos discos corados.

O soluto de amilocaína apresenta uma reacção nitidamente ácida. O valor de pH é tanto mais baixo quanto a sua concentração fôr mais elevada, e encontra-se relacionado, ainda, como é evidente, com o próprio valor de pH da água utilizada na sua preparação.

Esta acidez é sobretudo devida à formação do ácido clorídrico resultante de hidrólise parcial sofrida pela molécula do cloridrato.

A temperatura de esterilização aumenta ainda a acidez (precisamente porque acentua esta dissociação), tanto mais fortemente quanto mais elevada fôr essa temperatura.

Segundo Roy, (1) a solução aquosa a 1 0/0 apresentaria um pH inicial de 5,4 que desceria, respectivamente para 4,3 e 4,0 quando submetido a 100° e a 120° por igual tempo (2).

O poder anestésico do soluto depende fundamental-

(1) Roy (L.) — *Étude de la concentrations en ions hydrogène de quelques liquides injectables. — Influence de la stérilisation (Stovaine)* — J. Ph. Chim. (8) t. I, 1925, pág. 529; Roy (L.) — *Étude de la réaction des liquides injectables au moyen des nouvelles méthodes physico-chimiques. — Influence de la stérilisation et de qualité du verre sur la concentration en ions hydrogène* — Thèse Doct. Pharm. (Paris) 1925, pág. 73.

Nota: O A. não indica, nestes dois escritos, valores precisamente coincidentes; na tese, lê-se, antes, 4,3 quando submetido a 100° durante 30 m., e não por 20 m.

(2) Em ensaios por nós praticados, empregando ampolas de um vidro de notável resistência química, encontramos os seguintes valores: utilizando uma água redestilada, recente, com pH = 6,7, obtivemos solutos com pH = 6 e pH = 5,35 correspondentes às concentrações de 0,5 0/0 e 1 0/0, valores que desciam respectivamente para pH = 3,6 e pH = 3,3, depois de esterilizações a vapor fluyente, a 100°, por 30 minutos.

mente da reacção. A alcalinização aumenta, progressivamente, o seu poder anestésico sobre a célula viva.

Para o soluto de cloridrato de cocaína (anestésico local com particularidades idênticas à amilocaína), verificou Régnier que o poder anestesante sobre a córnea do coelho chega a mostrar-se 7,8 vezes superior ao da solução, ácida, inicial, quando o seu pH atinge o valor, limite, de alcalinização de 8,4 (1).

Os trabalhos experimentais de Régnier (2) demonstraram que o facto não pode ser explicado pela libertação da base alcalóidica, nem tão pouco pela diminuição de tensão superficial do soluto alcalinizado — teorias estas apontadas por autores alemães.

Régnier aceita o aumento do poder anestesante como devido à actuação do alcali sobre a célula, colocando-a em condições de se deixar influenciar, de modo mais acentuado, pelos anestésicos, criando, possivelmente, condições particulares de penetração e fixação.

Alguns autores propõem aumentar a acidez inicial, do soluto, com o intuito de impedir a decomposição por efeito da esterilização e da alcalinidade eventual do vidro das ampolas. Assim, preconiza-se o emprêgo de soluções de diversos ácidos: salicílico (Watson-Williams), benzóico (Breteau), láctico (*Manuale dei Medicamenti per uso degli Stabilimenti Sanitari Militari* — Roma, 1934).

Foi, porém, contrário o critério adoptado, aumentando-se a actividade do medicamento e aproximando-nos da prescrição clínica (limitada, neste caso, pelas exigências de de operar *secundum artem*).

(1) Com êste valor de pH, tem já lugar em alguns minutos, a precipitação da cocaína base.

(2) Régnier (Jean) — *Influence de la concentration des ions H sur un phénomène physiologique: anesthésique de la cornée par le chlorhydrate de cocaïne* — Thèse Doct. Scienc. Nat., Paris, 1935, págs. 59 e seg.

Pede-se o ajustamento do expoente hidrogénio ao pH sangüíneo. Já frisámos a restrição que se impõe neste caso.

Se a passagem de pH do soluto a valor 7,35 (pH do sangue) determina a precipitação parcial da amilocaína, sobretudo depois da esterilização, outro tanto não sucede neutralizando-o, apenas, e tomando o concomitante cuidado de o esterilizar a baixa temperatura.

Removendo, assim, a dificuldade, implicitamente justificada fica a escolha da temperatura a que se praticou a esterilização. A 70°, o soluto, não sofrerá sensível modificação do valor de pH, e, portanto, nenhum risco de precipitação persistirá.

* * *

Há tóda a necessidade em utilizar ampolas de vidro oferecendo apreciável resistência química à dissolução.

A estovaina pode ser profundamente influenciada (em grau variável consoante a temperatura de esterilização) pela natureza do vidro do recipiente acondicionador do soluto. A alteração será tanto mais acentuada, em condições de igualdade, quanto mais alcalino fôr o vidro das ampolas. A caracterização do ácido benzóico, nas soluções de amilocaína (cloridrato de dimetilaminobenzoilpentanol), mostra, na verdade, que a saponificação sofrida se acentua à medida que sobe a alcalinidade do vidro.

Sem se atender a êste pormenor, poderia julgar-se, erradamente, que o emprêgo de um vidro alcalino, não determinaria qualquer prejuízo, no presente caso, mas sim benefício. A acidez do soluto — que a esterilização ainda acentua — seria, parcialmente, neutralizada pela alcalinidade cedida pelo vidro das ampolas, sobretudo durante a esterilização.

O aproveitamento de tal rodeio, com o objectivo de atenuar a acidez do soluto, é, evidentemente, de rejeitar, dada a decomposição apontada.

Por outro lado, os dois fenómenos — aumento do valor de pH do soluto, por solubilização do álcali do vidro das ampolas (o silicato alcalino cinde-se em álcali livre e ácido silícico) ⁽¹⁾ e o agravamento da hidrólise sofrida pelo sal anestésico, por essa mesma alcalinidade durante a esterilização — conjugam-se sobrepondo-se. Daqui, uma constante, compensação entre a tendência de pH do soluto, alterado, a descer, por virtude de libertação hidrolítica de ClH, e a propensão para subir, como consequência da alcalinidade cedida pelo vidro.

Resultaria, pois, que, não obstante o emprêgo de ampolas de vidro alcalino, o soluto continuaria a manter-se ácido, — embora mais atenuadamente — depois de esterilizado, e apesar da alteração sofrida.

A chave do problema consistirá, ao invés, tal como praticámos, no emprêgo de ampolas de vidro neutro ⁽²⁾, aumento de pH do soluto a valor compatível, e esterilização a baixa temperatura.

Embora Cazanni ⁽³⁾ aconselhe o acondicionamento do soluto de amilocaína em ampolas de vidro amarelo, achamos preferível o emprêgo de ampolas incolores; o vidro corado, de um modo geral, é mais alcalino ⁽⁴⁾ — inconveniente a tomar

(1) Mylius e Foerstr — *Bull. Soc. Chim.*, [3], 1884, II, pág. 499.

(2) As ampolas que utilizámos eram de excelente qualidade. O ensaio de apreciação da alcalinidade cedida à água destilada, e previamente neutralizada, por tratamento no autoclave a 120°, durante 1/2 hora, revelou serem suficientes, após arrefecimento, apenas alguns décimos de cc. de ClH, N/100, para se atingir, de novo a neutralidade, em presença da alizarina sulfoconjugada como indicador.

Segundo Lesure, (André Lesure — *Préparations et stérilisation des liquides injectable*, 1923, 4ª ed., pág. 13), as ampolas que determinem, nestas condições, consumo inferior a 1 cc. de ClH, N/100, devem reputar-se de vidro ótimo.

(3) Cazzani (Ugo) — *Ipodermoterapia*, 1939, pág. 848.

(4) O vidro corado é, geralmente, mais alcalino por a coloração, obtida introduzindo óxidos metálicos diversos, ser tanto mais intensa quanto o vidro fôr mais básico. Por outro lado, como, em

na devida conta —, e a desvantagem de o vidro incolor não privar o soluto da acção da luz, anula-se, praticamente, por as ampolas se manterem, durante a conservação, nas respectivas embalagens, só abertas nos momentos de emprêgo, e, portanto, ao abrigo daquele elemento alterante. A Farmacopeia Espanhola (1) é de igual opinião.

Nota — Actualmente, o emprêgo de vidro corado é limitado, em Farmácia, ao amarelo alaranjado, mais ou menos intenso, mais raramente ao violeta escuro, e ao azul (vidros corados com o óxido de cobalto), para a detecção dos raios ultravioletas.

geral, os vidros plúmbicos sejam mais facilmente coráveis, maior número de vezes figura o chumbo na composição de vidros corados — elemento que, em princípio, deve ser banido do vidro de ampolas.

A côr amarela é produzida por uma mistura de peróxido de ferro, de peróxido de manganésio e de pequenas quantidades de enxôfre. O sulfureto alcalino que se forma (as substâncias orgânicas adicionadas à mistura transformam os sulfatos alcalinos em sulfuretos), dissolve-se no vidro conferindo-lhe uma coloração amarela alaranjada. O sulfureto de cádmio proporciona um amarelo de ouro, intenso, com uma tonalidade esverdeada. O amarelo brilhante é devido à prata metálica dissolvida no vidro.

O óxido de urânio, só, fornece um amarelo acentuadamente verde; empregue com um pouco de óxido cuproso, origina um tom amarelo canário.

Os vidros corados em violeta, usados também em Farmácia, embora mais restrictamente, são obtidos pela junção de óxido de manganésio. O vidro torna-se completamente negro empregando uma forte proporção deste óxido, mas a coloração depende, também, da temperatura, uma vez que o MnO_2 decompõe-se, a 1400° , dando MnO , que é incolor. (Stanislas Radovitch — *Contribution à l'essai pratique de la verrerie utilisée en Pharmacie et au Laboratoire*, Thèse Doct., Pharm., Nancy, 1935, pág. 26).

(1) Farmacopeia Oficial Española — Octava edition, 1930, pág. 429.

DETERMINAÇÃO DO ABAIXAMENTO CRIOSCÓPICO

Utilizámos o crioscópico de Beckman (1). Compõe-se das seguintes peças:

Um recipiente cilíndrico, de vidro, com a capacidade de litro e meio, aproximadamente, destinado a receber uma mistura frigorífica, funcionando de banho de arrefecimento;

Uma placa metálica, servindo de cobertura a êste vaso, suspende na sua parte central um tubo de vidro que mergulha no banho refrigerante.

Êste tubo envolve, em parte, um outro, mais estreito e de maior comprimento (tubo de ensaio longo e provido de uma tubuladura lateral), fixo ao anterior, por meio de uma rôlha, ao nível da cobertura do banho.

É o tubo interno que recebe o líquido cujo ponto de congelação se pretende determinar, servindo o exterior apenas para permitir interpor uma camada isoladora de ar (poder-se á empregar o álcool) entre o banho de arrefecimento e o líquido a congelar, funcionando de manga envolvente reguladora da descida da temperatura.

O tubo interior é fechado por uma rôlha com dois orifícios: um, destina-se à montagem de um termómetro; e o outro deixa passar a haste de um agitador de vidro, constituído por delgado tubo terminando em anel horizontal (esta parte anelar pode ser constituída por um fio de platina ou de níquel puro).

A abertura do ramo lateral do tubo crioscópico (e que

(1) O crioscópio de Beckmann foi gentilmente cedido pelo Laboratório de Química da Faculdade de Ciências, facto que nos leva, mais uma vez, e neste lugar, a apresentar ao Ex.^{mo} Prof. Doutor Couceiro da Costa os nossos sentidos protestos de agradecimento.

— Na Escola de Farmácia existe um crioscópio de Claude et Balthazar; não o utilizámos, porém, por medida de economia, visto implicar consumo apreciável de éter.

poderia servir para introdução de substância sólida no dissolvente) está igualmente vedada por uma rôlha.

A tampa metálica do reservatório que contém a mistura frigorífica apresenta, além da abertura central, que dá passagem aos tubos, mais dois orifícios: um, destina-se a receber um agitador, metálico — para a mistura frigorífica; e outro a ser atravessado por um termómetro vulgar — que dará indicações sobre a temperatura dessa mistura (1).

O termómetro diferencial de Beckmann, que utilizámos, era graduado em centésimos de grau — graduação mais adequada para o ensaio a efectuar.

Os números da escala não indicam, por leitura directa, valores térmicos reais. Apreciadas as divisões da escala, correspondentes ao ponto de congelação do dissolvente, e ao do soluto em ensaio, o abaixamento crioscópico a determinar é dado pela diferença entre êsses dois valores.

A-fim-de se poderem apreciar fracções centésimais do grau, a escala termométrica mede, apenas, diferenças de temperatura que pouco excedem 5° (aproveitável, portanto, para a determinação do abaixamento crioscópico, — que se traduz por pequenas deminuições de temperatura).

O termómetro diferencial de Beckmann oferece construção e manejo particulares, podendo utilizar-se para quaisquer temperaturas, quando previamente regulado para cada ensaio.

(1) O crioscópio pode apresentar, ainda, outras peças:

Tubo de vidro envolvente do agitador, provido de ramo lateral com duas bolas destinadas a conter ácido sulfúrico — agente exsiccador do ar que o atravessa. É empregue com dissolventes higroscópicos que fixariam a umidade do ar, variando a temperatura de congelação.

Invólucro isolador do banho refrigerante — só a empregar em ensaios a temperaturas muito baixas.

Dispositivo agitador com altura de elevação regulável.

Sifão para descarga do líquido refrigerante. Etc.

O tubo capilar (vide figura junta) (1) apresenta na extremidade superior, depois de sofrer uma curvatura, uma dilatação, constituindo um verdadeiro depósito, que pode recolher fracções de mercúrio.



Esta configuração torna regulável, *ad libitum*, a quantidade de mercúrio a deixar no reservatório principal do termómetro. Em relação com estas quantidades, variáveis, o termómetro presta-se a ser utilizado a temperaturas diversas, servindo, portanto, para determinação de pontos crioscópicos com solventes congelando a temperaturas bastante diferentes (2).

Assim se consegue obter, com uma escala não muito extensa (o comprimento correspondente a um grau é, no termómetro utilizado, de cerca de 4 cm, abrangendo a escala 5,5 graus), uma leitura expressa em centésimos de grau; de outro modo, seria necessário um termómetro (para utilizar a várias temperaturas) com uma escala muitíssimo longa, e, mesmo assim, de aplicação sempre limitada.

Nota:— Existem termómetros diferenciais graduados em fracções de $\frac{1}{500}$ de grau, mas nestes a escala abrange apenas a diferença térmica de 1 grau.

(1) Figura extraída de Ostwald (W.) et Luther (R.) — *Manuel pratique des mesures physico-chimiques* (traduzido da 2.ª ed. alemã por Ad. Jouve), pág. 323.

(2) O termómetro é, em geral, construído de tal modo que, em rigor, só à subida de 0° a 1° corresponde uma deslocação de 100 divisões exactas da escala. Nas determinações a temperaturas diferentes, poder-se-á praticar a respectiva correcção, para o que se dispõe de tabelas apropriadas.

No entanto, como a capacidade do reservatório principal é muito superior à do outro pequeno depósito, o erro torna-se desprezível.

TÉCNICA

I — REGULAÇÃO DO TERMÓMETRO

O termómetro de Beckmann tem de ser regulado, previamente, para cada ensaio. Torna-se necessário estabelecer a existência da quantidade adequada de mercúrio, no reservatório principal do termómetro, transferindo parte daquele metal para o depósito superior ou deslocando-o dêste para aqueloutro.

Assim se consegue que, em cada avaliação criométrica, a extremidade da coluna de mercúrio estacione dentro do espaço graduado da escala.

É indiferente a divisão de paragem. Apenas se torna necessário satisfazer a uma condição: localizar a extremidade da coluna, na parte superior da escala, no ensaio, em que se determina o ponto de congelação do solvente; dêste modo, ao determinar-se o abaixamento crioscópico do soluto (apreciação de uma temperatura um pouco inferior à primeira), não se correrá o risco da coluna termométrica vir a estacionar fora da escala.

Regulado o termómetro, proceder à determinação da divisão da escala correspondente ao ponto de congelação do solvente.

II — DETERMINAÇÃO DO PONTO CRIOSCÓPICO DO SOLVENTE

Montar o termómetro no crioscópio de Beckmann, em posição perfeitamente vertical, de modo que o reservatório de mercúrio não toque nas paredes do tubo e fique completamente mergulhado no seio do líquido cujo ponto de congelação se pretende determinar. Avaliar, num primeiro ensaio, qual o valor da escala corres-

pondente ao ponto de congelação da água destilada, — solvente no nosso caso.

Nota: — Operámos usando um volume de 20 cc., em todos os ensaios, o que nos permitiu, depois de imerso o termómetro, ficar com líquido até cêrca de 1^{cm},5 acima do reservatório.

Mercê do esfriamento, provocado pela mistura frígida (gêlo e sal das cozinhas) através da manga de ar isoladora, que uniformiza e regula a descida, nota-se o progressivo abaixamento da coluna termométrica.

Levar êste abaixamento, por agitação lenta e persistente (impeditiva de se formarem cristais junto das paredes do tubo), além do ponto de solidificação.

Obtém-se assim, um estado de sobrefusão que se destroi por uma agitação mais rápida (1).

Nota I: — A agitação pratica-se sem o agitador sair do seio do líquido; deve, ainda, ser suficientemente enérgica e regular para que as diferenças de temperatura, entre os diversos pontos da solução se tornem inferiores ao centésimo do grau.

Nota II: — A sobrefusão será moderada porque, de contrário, no momento em que a temperatura estacionar, a concentração poderá variar duma maneira

(1) Nos vários e múltiplos ensaios que temos praticado, nunca verificámos que agitando enérgicamente se promovesse, acto contínuo, a rotura do estado de sobrefusão. Dêste modo, mostrou-se-nos ser impossível escolher, prévia e voluntariamente, o grau de sobrefusão a que provocar o comêço de congelamento.

O estado de sobrefusão pode, ainda ser destruído juntando um fragmento de gêlo, ou de dissolvente congelado (não se tratando da água). Em rigor, ao determinar-se o abaixamento promovido pela substância dissolvida, dever-se-ia adicionar uma partícula congelada, do próprio soluto em ensaio, evitando modificar a concentração.

sensível, devido a solidificar uma massa apreciável de solvente (1).

Evitar que o agitador roce sobre o reservatório do mercúrio do termómetro, a fim de não interferir na sua marcação.

A coluna termométrica descerá, lentamente, até dada altura, verificando-se, em seguida, a sua ascensão rápida; acaba por se fixar, num certo ponto da escala, durante toda a congelação (solvente homogénio).

Fica, assim, determinado o valor a da escala correspondente ao ponto de congelação da água.

III — AVALIAÇÃO DO ABAIXAMENTO CRIOSCÓPICO PROMOVIDO PELA DISSOLUÇÃO DA AMILOCAÍNA

Praticar, em seguida, ensaio semelhante (2), substituindo a água redestilada pelo soluto, hipotónico, de amilocaína a 1 %.

Determinar, assim, o valor da escala b correspondente ao novo ponto de congelação ($a > b$).

O abaixamento crioscópico procurado, Δ_1 , é dado pela diferença $a - b$.

(1) Faivre-Dupaigre, Lamirand (J.) et Brizard (L.) — *Cours de Physique*, II, Chaleur, 1933, pág. 313.

(2) O ensaio é praticado em condições absolutamente idênticas: o mesmo volume, a mesma mistura frigorífica, mantida à mesma temperatura, de modo a operar-se descendo a temperatura a uma velocidade sensivelmente igual. Se estas velocidades forem diferentes, também um pouco dissemelhantes serão as indicações termométricas, até certo ponto sob a sua dependência. Breteau (Pierre) — *Journ. Pharm. Chim.*, XXIX, 1924, pág. 549.

IV — CÁLCULO DO DISSOLVENTE

Entrar com o valor Δ_1 obtido na fórmula de Lumière et Chevrotier (1), para determinar a quantidade de isotonzante a usar:

$$X = \frac{0,56 - \Delta_1}{\Delta_2}$$

Δ_1 _____ Ponto de congelação do soluto hipotónico a isotonzar.

Δ_2 _____ Ponto crioscópico do soluto do isotonzante a 1 0/0.

DETERMINAÇÃO BIOLÓGICA DO PODER ANESTÉSICO DO SOLUTO PREPARADO

O ensaio do poder anestesante do soluto, é de enorme importância, se não de uma inteira necessidade, no caso presente, para se avaliar o seu valor terapêutico. Ao preparar-se o soluto, o valor de pH foi corrigido, e d'êste depende, como se mencionou, a sua actividade anestésica. Além do coeficiente hidrogeniónico, e dos outros factores também interferentes, já apontados, poderá suspeitar-se que a própria isotonzação vá influenciar essa actividade. Diversos autores estudam, a influência dos electrólitos (tanto pela quantidade como pela qualidade).

* * *

A prova de apreciação do poder anestésico local de uma substância compreende dois ensaios: Avaliação da toxicidade, e a do poder anestesante.

(1) Lumière et Chevrotier — *L'isotonie en thérapeutique* — Bull. Sc. Pharmacol., t. xx, 1913, pág. 711.

I — DETERMINAÇÃO DA TOXICIDADE

Aprecia-se estabelecendo *a)* a dose mínima mortal (d. m. m.), ou seja a menor quantidade de substância capaz de matar num tempo determinado, a unidade de pêso do animal empregue; *b)* determinando o coeficiente da relação entre a toxicidade do produto em ensaio e a toxicidade duma substância tomada como padrão.

1) — DETERMINAÇÃO DA DOSE MÍNIMA MORTAL

Animal utilizado

Para apreciação da toxicidade dum anestésico recorre-se, em geral, ao ratinho branco, com o pêso de 16-24 gr., alimentado em condições normais mas tendo-se suprimido o alimento (exceptuando a água, que se deixa *ad libitum*), nas 6-8 horas que imediatamente antecedem o ensaio.

São, também, utilizáveis a rã e o coelho.

Dada a dificuldade, momentânea, de obter o ratinho, trabalhámos com a rã.

Empregar a *Rana esculenta*, — utilizando animais machos, sadios, com um pêso médio de 40 gr.

Nota: — A Organização de Higiene da SDN recomenda o emprêgo da *Rana temporária* ou *pipeus* — espécies não representadas na fauna portuguesa (1).

Preparação do animal

Antes da experiência, abandonar as rãs, durante algum tempo, em aquários, a cêrca de 20°.

(1) M. Paulino de Oliveira — *Reptis e Anfíbios da Península Ibérica e especialmente de Portugal*, pág. 45.

Enxugar a pele, esvaziar a bexiga, e proceder à pesagem dos vários indivíduos (com aproximação de meio grama).

Injecção no animal

Praticar a técnica de injecção única (à custa de uma seringa graduada em centésimos de c.c.) adoptando, como via de introdução, o saco linfático torácico da rã, abordado pela planta sub-lingual.

É o local de aplicação preconizado por Dooley e Higley (1), oferecendo a vantagem de evitar perdas, mesmo mínimas, de soluto.

Ensaio preliminar

Aquecer o soluto a injectar, à ebulição, pelo menos durante 5 m., e esfriar seguidamente (Mc. Intyre e Sievers).

Para orientação da dose a injectar, praticar ensaios preliminares, aplicando (em grupos de duas rãs) doses variando entre si de 20⁰/₀, por grama de animal.

Obtém-se assim um valor — *d.m.m.* aproximada — e que nos proporciona indicações sôbre a dose a utilizar num ensaio definitivo.

Ensaio definitivo

Preparar um certo número de grupos de 6 rãs.

Nota: — Não se conseguindo que os grupos tenham todos igual pêsô, a sua diferença não deve exceder 10 gr.

Injectar, sucessivamente, em cada grupo ou série de animais doses variando de 10⁰/₀.

Nota: — Dentro de cada série injectar-se-á uma dose proporcional ao pêsô de cada um dos 6 animais, que devem o mais possível, apresentar pêsô uniforme.

(1) Dooley (M. S.) e Higley (C. D.) — *Journ. Am. Pharm. Assoc.*, 11, 1922, pág. 911.

Para se aplicarem as diferentes doses de substâncias, é preferível injectar iguais volumes de soluto, mas a concentrações diversas, ao emprêgo de volumes diferentes de uma mesma concentração (Bucciardi, pág. 40).

Tal técnica é menos cómoda, mas impede uma possível influência na uniformidade dos resultados. Como iguais quantidades de uma mesma substância, em volumes variáveis, podem actuar diferentemente (a maior superfície absorvente influi na rapidez da difusão), convém injectar os mesmos volumes para que não haja quebra de uniformidade, nem mesmo em função do tempo de absorção.

No entanto, na prática do nosso trabalho, por comodidade, não adoptámos êsse escrupuloso rigor, tendo-se injectado volumes diversos de soluto igualmente concentrado.

Após a injeção, colocar os vários grupos das rãs em aquários (um para cada grupo) e mantê-las à temperatura constante de 20°.

Isto constitui um pormenor de certa valia, pois a variação de temperatura ambiente influi, notavelmente, sobre o resultado.

O aumento de temperatura não só acentua a toxicidade do anestésico local, como abrevia a morte (1).

Interpretação dos resultados

A dose mínima mortal pode exprimir-se por duas formas: Pela menor dose, por unidade de pêso do animal, que provoca a morte de tôdas as rãs de um mesmo grupo; ou pela dose média entre duas doses consecutivas (diferindo apenas de 10%), das quais uma mata a maioria dos animais e outra apenas uma minoria.

(1) Sievers (R. F.) e Mc. Intyre — *Journ. Pharmacol. Ther.*, 59, 1937, pág. 90) reconheceram que a *d. m. m.* da novocaína para o ratinho, que é a 20° de 800 mg./kg. de animal, a 43° C é apenas de 200 mg./kg.

2) APRECIÇÃO DA TOXICIDADE RELATIVA

Praticar um ensaio semelhante ao anterior, e absolutamente nas mesmas condições (o mesmo volume injectado, o mesmo local de aplicação, o mesmo solvente) com soluto de cloridrato de cocaína, tomado como padrão (podia empregar-se a novocaína).

Tomar como unidade o valor encontrado, e relacionar com êle o obtido no ensaio anterior.

II — AVALIAÇÃO DA ACTIVIDADE ANESTÉSICA

Numerosos teem sido os métodos preconizados para apreciar o poder dos anestésicos locais. Uns aproveitam as propriedades gerais dessas substâncias (toxicidade, acção anestésica geral, acção sôbre determinados órgãos); outros exploram as suas propriedades específicas (actuação sôbre elementos nervosos).

De entre todos os processos propostos, aceitam-se, como mais idóneos, os fundamentados na apreciação da anestesia produzida sôbre a terminação nervosa da córnea do coelho, sôbre o ciático da rã e sôbre o nervo lingual do cão (1).

Empregámos o primeiro processo, que proporciona resultados constantes, como foi verificado por Régnier, e por Levy.

(1) Kochmann e Hoffmann apreciam o valor dum anestésico local determinando, simultâneamente: no homem, a concentração mínima que injectada na dose de 0,4 cc., na região cúbita do antebraço, mantém a anestesia local por um tempo superior a 2 minutos; e no cobaio a dose mínima mortal.

A relação *dose tóxica/dose anestésica* revela o valor terapêutico do anestésico, em exame que lhe é directamento proporcional. Quanto mais elevado fôr o quociente, menos perigoso é o anestésico.

Princípio do método

A anestesia da córnea do coelho, apreciada pela abolição do seu reflexo, foi estudada por um grande número de autores: Impens (1907), Morgenroth e Cinsberg (1912, 1913), Classon (1914), Sollmann (1918), Fromberz (1914 e 1922).

O método fundamenta-se no seguinte: enquanto o olho normal reage logo à primeira excitação mecânica, praticada com um fio de crina, o olho anestesiado só reage depois de uma série de estímulos. O facto deve atribuir-se ao fenómeno de *adição latente das excitações*.

A técnica consiste, em determinar o número necessário para se obter o reflexo da córnea. Aceita-se ser esse número proporcional ao poder anestésico do soluto empregue.

Nota:—A supressão do reflexo não se identifica, rigorosamente com a sua anestesia; no entanto, pode aceitar-se como forma de a apreciar. O reflexo corresponde à excitação das terminações nervosas sensíveis da córnea. A sua carência revela, pois, que essas terminações estão anestesiadas.

A avaliação da actividade de um anestésico, exprime-se por um valor relativo e não absoluto, — apreciado comparativamente com a acção de um padrão, em regra o cloridrato de cocaína.

Técnica

Executámos segundo as condições bem precisadas por Régnier (1).

(1) Régnier (Jean) — *Influence de la concentration des ions sur un phénomène physiologique: anesthésie de la cornée par le chlorhydrate de cocaïne* — Thèse Doct. Scienc. Nat., Paris, 1925, pág. 36; Lévy (Jeanne) — *Essais et dosage biologiques des substance medicamenteuses*, 1930, pág. 130; Bucciardi (Giulio) — *Valutazione biologica dei medicinali*, 1938, pág. 456.

a) *Verificação do reflexo normal*

No comêço do ensaio (minuto 0) verificar que basta uma única excitação provocando uma ligeira depressão da córnea com um fio de crina, para determinar o reflexo: cerramento, completo, das pálpebras.

Decorridos 4 minutos, certificar, de novo, que o reflexo é normal.

b) *Anestesia ocular*

Inclinar, para trás, a cabeça do coelho e descerrar as pálpebras de modo que o globo ocular fique revirado, para cima.

Aos 4 $\frac{1}{2}$ m., verter, directamente, sôbre a córnea:

Solução anestésica em estudo 1/20 cc. (1)

Nota:—Anteriormente a Régnier, os vários autores (Morgenroth e Ginsberg, Fromherz, Sollmann, etc.) introduziam a solução anestésicante no saco da pálpebra inferior, o que, evidentemente, determinava uma perda de anestésico, pois, deixava de se apreciar o soluto absorvido pela pálpebra. O facto foi, experimentalmente, confirmado por Régnier (2).

Manter as pálpebras abertas e decorrido exactamente, 1 m., lançar sôbre o corpo ocular, igual quantidade de soluto; fechar passado um minuto exacto.

Em seguida deixar o coelho em repouso, durante 1 minuto e $\frac{1}{2}$, ou seja até ao minuto oito.

(1) Em rigor, é preferível medir 1/20 de cc. a aplicar II gotas, pois pode interferir, no volume, a tensão superficial.

(2) Régnier, *ob. cit.*, pág. 40.

c) *Avaliação da anestesia*

Ao minuto 8, imobilizar o coelho, deixando a cabeça livre; praticar, então, sobre a córnea, excitações regulares, provocando sempre a mesma depressão (igual intensidade). Executá-las a um ritmo rápido (cêrca de 100 por minuto), atingindo a córnea perpendicularmente, sem que o fio de crina resvale (o que parece determinar uma excitação mais forte) e sem alcançar os cílios (o que levaria ao encerramento das pálpebras) (1).

Notar o número das excitações necessárias para se obter o fechamento completo das pálpebras, não tomando em consideração os resultados traduzidos apenas por ligeiros estremecimentos. O cerramento das pálpebras é obtido com um número de excitações superior ou inferior a 100.

No primeiro caso, ter-se-á uma «anestesia completa», convencionando-se tomar o valor 100; no segundo, anotar o número de excitações necessárias para o cerramento.

Repetir o ensaio, primeiramente, aos minutos 10, 12^{1/2}, 15; e em seguida, de 5 em 5 minutos, até ao fim de uma hora, isto é aos minutos 20, 25, 30, 35, 40, 45, 50, 55 e 60.

Com tais intervalos não passam despercebidas anestésias fugazes (intervalos menores no comêço) e evita-se a fadiga dos olhos do animal (excitações mais espaçadas para o fim).

Como é evidente, o número de estímulos necessários para se obter o cerramento das pálpebras vai progressiva-

(1) Uma anestesia, ainda que prolongada (meia hora ou mais), e a prática dum grande número de excitações com o fio de crina (400, 500 e mais) não altera duma maneira sensível o olho do coelho. Depois do ensaio, mostra-se ligeiramente exsicado, despolido e com um leve pontilhado à superfície, resultante da multiplicidade de excitações.

Fechando as pálpebras, o simples umedecimento, torna a córnea, de novo, clara e brilhante. Pouco tempo depois (no dia seguinte), o coelho está capaz de ser utilizado em novas experiências, podendo oferecer, apenas, o inconveniente da *acostumância*.

mente diminuindo, à medida que decorre o tempo de anestesia.

Quando a acção anestésica terminar, uma só excitação provoca o reflexo; anotar, então o valor 1 em cada uma das restantes pesquisas até ao minuto 60.

Somar o número de excitações praticadas durante o período de 1 hora. A totalidade dá uma indicação sobre o valor anestésico.

Como os resultados obtidos com o mesmo soluto não se mostram sempre concordantes (1), convém praticar um certo número de ensaios, e tomar a média.

Executar, pois, determinação análoga, no segundo globo ocular do mesmo coelho.

Repetir os mesmos ensaios, em mais três animais.

Referimos, já, que a apreciação do valor anestésico é relativa; consiste em determinar qual a concentração do soluto da substância tomada para padrão (cloridrato de cocaína) que ofereça um poder anestesiante igual ao do soluto em ensaio.

Simplesmente, torna-se deveras trabalhoso chegar a exacta concordância entre o poder anestésico dos dois solutos, isto é, torna-se difícil encontrar directamente, por estimativas, a concentração do soluto padrão.

Remove-se a dificuldade, procedendo do modo seguinte:

Efectuar duas novas séries de ensaios, sobre os mesmos coelhos, empregando soluções de padrão, em concentrações tais que forneçam valores compreendendo entre si os resultados obtidos com o anestésico em exame.

Avaliar, em seguida, interpolando, por meio da fórmula de cálculo usada por Valette (2), a concentração do soluto de cloridrato de cocaína que determinaria uma anestesia

(1) Régner, *obr. cit.*, pág. 41.

(2) Valette (G.) — *Sur quelques benzhydrylamines et phénylbenzylméthylamines alcoxylées et halogénées — Étude chimique et pharmacodynamique.* — Thèse Doct. Pharm., Paris, 1926, pág. 33.

traduzida pelo mesmo número de excitações encontrado para o soluto em estudo.

$$Y = \frac{T(X-n) + t(N-X)}{N-n}$$

em que

T — Concentração (%), do soluto mais concentrado de cloridrato de cocaína.

t — Idem, do soluto mais diluído.

N — Número de excitações correspondentes a *T*.

n — Idem, correspondente a *t*.

X — Idem, correspondente ao soluto anestésico em ensaio.

Y — Teor, por cento, do soluto de cocaína que lhe é equivalente.

Valor do anestésico

Uma solução de cloridrato de cocaína titulada a *Y*, terá a mesma actividade que o soluto em estudo.

Logo, o anestésico em ensaio (representando por *U* a sua concentração em percentagem) possui uma actividade, relativa, igual a $\frac{Y}{U}$ da actividade do referido padrão.

Estabelecimento de uma curva

Pode traduzir-se a anestesia por uma curva, obtida tomando, em abcissas, os tempos em que os ensaios foram executados (de 0 a 60 minutos), e, em ordenadas, o número de excitações necessárias para obter o reflexo (1 a 100).

Nota: — A parte da curva correspondente à *anestesia completa* representar-se-á por uma paralela ao eixo das abcissas, e equivalendo a 100 das ordenadas.

LUÍS DA SILVA CARVALHO

CONSIDERAÇÕES SÔBRE A PARTIDA DO PRÍNCIPE REGENTE D. JOÃO PARA O BRASIL

Os críticos históricos do constitucionalismo, Luz Soriano, Pinheiro Chagas, Oliveira Martins (1), e alguns outros de somenos importância, acoimaram de cobardia a retirada para o Brasil, quando em 1807, os franceses sob o comando de Junot invadiram Portugal, do Príncipe Regente D. João, que mais tarde havia de nos governar sob o nominativo de El-Rei D. João VI.

Os modernos críticos históricos, Alfredo Pimenta, Lopes de Almeida, Jaime Cortesão (2) e alguns outros de inferior importância consideram aquela retirada como um esclarecido acto de bom senso político, — única maneira de salvar a nacionalidade portuguesa, furtando a real majestade às humilhações de Napoleão que por intermédio do seu lugar-tenente se fariam sentir.

Os críticos históricos brasileiros, Oliveira Lima (3) à

(1) Pinheiro Chagas, *História de Portugal*; Oliveira Martins, *História de Portugal*; Luz Soriano, *História da Guerra Civil*.

(2) Alfredo Pimenta, *Elementos para a História de Portugal*; Lopes de Almeida e Jaime Cortesão, *História de Portugal*. Edição de Barcelos, vol. 6.º, cap. 16 e no mesmo vol., parte 4.ª, cap. 2, respectivamente.

(3) Oliveira Lima no seu livro *D. João VI no Brasil* diz que a partida para o Brasil foi uma inteligente e feliz manobra política e não uma deserção cobarde. Era como que uma ameaça viva e constante à manutenção da integridade do sistema napoleónico na Península.

Nada mais natural que Oliveira Lima aprove a resolução de D. João, porque ela determinou a sua qualidade excelsa de Funda-

cabeceira, e outros de relativa importância são concordes em exaltar essa retirada como um acto de sabedoria política que só trouxe ao Brasil benefícios que nunca teriam vindo, se elle se conservasse uma simples colónia.

E na verdade, o que o Príncipe Regente fêz logo que se estabeleceu no Brasil, e que transformou uma colónia num estado governado e civilizado por homens cultos e competentes, mandando abrir os portos ao comércio de tôdas as nações; fundando o Banco do Brasil; a Escola Real de Ciências, Artes e Offícios; o Museu Real; o Jardim Botânico; a Escola das Belas Artes; a Fábrica de lapidar diamantes; a Casa da Moeda; isentando de direitos o fio e tecidos de algodão, seda e lã no Brasil fabricados; concedendo isenções de décima urbana às casas que se construíssem no Rio de Janeiro; livrando de impôsto a cultura do trigo; concedendo privilégios para a extracção e fundição do ferro, e tantos outros benefícios, — foi formidável.

Portanto, não é para admirar que os críticos brasileiros, com verdadeiro patriotismo, aplaudam a retirada como um acto de grande alcance político e de uma finalidade real e produtiva.

Como teria sido possível que o Brasil seguisse as idéias de separatismo que levaram as colónias espanholas da América do Sul a declararem-se independentes, ao verem que o seu Rei e a Metrópole eram prêsa fácil e irrisória dos franceses, — aquella partida obstou a essa independência com a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, dando-lhe foros de um Estado que difficilmente poderia

dor da Nacionalidade Brasileira, da qual aquêlê escritor foi um dos seus mais brilhantes ornamentos, mas as razões apresentadas por êste não são de molde a convencer os partidários da opinião de que o Príncipe não devia ter-se afastado do País, para tão longe, havendo no Atlântico tanta terra portuguesa mais perto do continente.

Já no *Correio Brasiliense* de Agôsto de 1809, Hipólito perguntava porque razão D. João vi não tinha ido para as Berlengas.

desligar-se da mãe-pátria que o havia descoberto, colonizado, amamentado, defendido de estranhos, administrado com carinho e que nunca lhe sugara com perseguições e retaliações o sangue dos seus naturais, — somente sob o ponto de vista da independência é que nós deveríamos aplaudir tal resolução.

Mas quem obrigou o Príncipe Regente a êsse acto que impressionou tanto a opinião pública dêsse tempo que, pelas esquinas de Lisboa, os pasquins fervilharam com alusões pungentes (1)?

Foi o seu Conselho Privado? Foram os seus áulicos? Foi a sua Família? Foi a sua segurança pessoal no pavor de funestos acontecimentos futuros.

Quem não viu que a partida da suprema autoridade ia entregar a capital à ralé da população sujeitando-a a cenas de selvajaria, difficilmente reprimíveis?

O conselho da partida foi-lhe dado pela Inglaterra, pela bôca do ministro residente Visconde de Strangford, ou porque ela considerasse o nosso País como um irreductível baluarte de castigo (2) às ambições napoleónicas, ou porque ela pretendesse entre outras coisas a abertura dos portos brasileiros ao seu comércio, e ela, que foi sempre o *Deus ex-machina* do nosso proceder em política externa devia ter aconselhado com bons argumentos (3).

Não foi só o conselho inglês que actuou. Foi também o pavor de se ver prisioneiro infeliz ou juguete nas mãos

(1) Entre outros, êste: *Imperador dos Macacos, Rei das Poltronas, Príncipe da Marmelada.*

(2) Assim o diz a *Ordem Geral do Marechal Comandante do Exército Português Guilherme Carr Beresford de 15 de Março de 1809.*

(3) O conselho foi insinuado na Convenção secreta de 22 de Outubro de 1807 feita em Londres sôbre a transferêcia da Côrte e família real da Europa para o Brasil e occupação da Ilha da Madeira no caso de uma invasão de tropas francesas em Portugal. (Luz Soriano, *História da Guerra Civil*, vol. 3.º). O discurso proferido em 1829 sôbre as Relações de Inglaterra, por Lord Palmerston fala bem claro na interferência que aquêle país teve na ida para o Brasil.

de Junot (1), que acelerou a idéia da retirada para além-

(1) O Príncipe Regente ainda se recordava da maneira insólita com que Lannes, embaixador em Lisboa, subia as escadas do Palácio da Ajuda, sem respeito pelas conveniências e prerrogativas reais.

Li, algures, que o General Junot, ao chegar a Lisboa, perguntou onde estava a Família Real; e que, sendo-lhe dito que havia embarcado para o Brasil, êle, em galope desapoderado, foi pela margem do Tejo até Paço de Arcos, julgando poder deitar a mão à armada que, com pandas velas, a essa hora, singrava à barra de Lisboa.

Cristóvão Aires, na *História do Exército Português*, vol. 11.º, *Provas*, pág. 112, diz que êle chegou até S. Julião da Barra e mandou que a artilharia do forte atirasse sôbre os navios.

No Copiador das cartas que Junot enviava para Napoleão, apreendido depois da batalha de Vimeiro, diz-se que no dia 30 de Novembro êle entrou em Lisboa. Vários depoimentos não estão concordes com a verdadeira data da entrada. E há mesmo uma obra que tem êste título:

A concise and accurate account of the Proceedings of the squadron under the command of Rear admiral Sir Sidney Smith K. S. & C. in effecting the escapade of the Royal Family of the Portugal to the Brazils en November 29-1807 and also the sufferings of the Royal Fugitives & C. during their voyage from Lisbon to Rio de Janeiro... by lieut. Count Thomas O'Neil of the Royal marine. London. 1811,

em que se diz que êle entrou em Lisboa a 28.

(Esta relação foi traduzida por uma escritora brasileira e publicada em um número do *Jornal do Comércio*, do Brasil, de 30 de Setembro de 1934). No Arquivo Histórico Militar de Lisboa há um exemplar desta tradução (Cristóvão Aires diz que na Biblioteca Nacional de Lisboa há um exemplar, mas êle desapareceu).

O autor vai relatando dia a dia o que fez a esquadra inglêsa desde que saíu do seu País, e no dia 28 de Novembro de 1807 diz que neste dia, às 8 horas da manhã, o General Junot chegava a Lisboa, ficando muito desapontado quando soube que a Família Real havia embarcado e se destinava ao Brasil *pois o aprisionamento da pessoa do Regente era o objectivo principal da sua missão*.

E entre outras coisas, conta que Junot solicitou do Príncipe uma audiência que lhe foi concedida às 9 horas daquele dia e à qual assistiu sòmente o Ministro da Guerra e do Exterior (talvez seja

-mar, preferindo-a a uma resistência activa em qualquer

dos Negócios Estrangeiros) D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Junot exprobou ao Príncipe a sua idéia de partir, visto que elle vinha com intenções pacíficas, e esforçou-se por convencê-lo.

D. João que, durante o discurso do General, esteve sempre silencioso, quando viu que este nada mais tinha que dizer, censurou o modo de proceder pelo qual o imperador dos franceses invadia o País e teve frases amargas para com Junot e o seu imperial amo. Ordenou que Junot fôsse conduzido para terra e que, se elle intentasse outra vez entrar a bordo, *que metessem no fundo o bote onde elle viesse.*

O vento soprou sempre do quadrante contrario e assim a armada só saíu a 29 à tarde.

Até hoje não se publicou livro ou artigo algum que refutasse o que o Conde Thomas O'Neil disse na sua obra. Esse livro devia ter sido visto pelo próprio contra-almirante Sidney Smith comandante da esquadra, certamente bem informado de tudo quanto havia ocorrido, antes e depois do embarque. E O'Neil devia ter sido informado por alguém que embarcou também e que devia estar ao facto de tudo quanto se passara em Lisboa.

Esse alguém, era pessoa de condição, visto que O'Neil não iria pedir informações a um anónimo e elle não as teve em segredo até ao momento de serem publicadas, (alguém me disse que o almirante Sidney Smith deixara umas *Memórias*, mas procurei em todas as bibliotecas portuguezas esse livro, e não o encontrei).

Ricardo Raimundo Nogueira nos seus *Apontamentos* diz que Junot chegou a 30. O *Dietário do Mosteiro de S. Bento* (tanto aquelles como este publicados por Cristóvão Aires), a 29. Junot chegou à fronteira portuguesa a 20, a Abrantes a 25 e a Lisboa a 30 (segundo elle diz). Tendo vindo a marchas forçadas desde Salamanca a Abrantes, o que fez elle desde 25 a 30? Não sabemos, nem mesmo elle o diz. Não teria sido possível que elle chegasse também a marcha forçada no dia 28 ou 29 a Lisboa às 8 horas da manhã (todos os depoimentos são concordes em que elle chegou a esta hora) e fôsse recebido pelo Regente, no próprio dia da sua chegada, às 9 horas. Poderá surgir a objecção de que o próprio Junot diz ter chegado a 30. Mas o que é certo é que elle data a carta, dirigida a Napoleão, do ano de 1808, quando devia dizer 1807; e não só esta carta, mas a escrita de Alcântara, a de Abrantes e 4 de Lisboa; assim como se enganou no ano, podia ter-se enganado no dia.

Mas porque não declarou elle na carta de 30 que fôra recebido pelo Príncipe? O insuccesso do seu passo. Não queria elle aprisio-

canto das suas colónias atlânticas não longe do continente ou num ponto da terra portuguesa (1).

É certo que o Brasil era desde há muito tempo considerado como um refúgio seguro para os desiludidos da realza. Foi aconselhado ao Prior do Crato, foi insinuado pelo Padre António Vieira a D. João IV e mais tarde os políticos hábeis e previdentes, Pombal e D. Luís da Cunha, animaram também D. José a transferir-se para lá, fundando uma monarquia forte e vigorosa num país imenso, ainda virgem dos enredos políticos e longe das intrigas das potências europeias.

O Príncipe Regente sabia tudo isto. Nas suas conversas íntimas com a família e com os amigos, aparecia sempre a ameaça gauleza e as humilhações que decerto sofreria. Êle não queria abandonar o país, porque temia que Portugal perdesse a sua nacionalidade no embate das convulsões entre invasores e defensores.

E para não lhe pesarem os escrúpulos, houve que consultar o Conselho de Estado sôbre a insinuação inglêsa.

nar o Príncipe? Conseguiu-o? Não; daí a vergonha do insucesso e o receio da cólera do seu imperial amo e senhor. É o que o nosso raciocínio diz e, até prova em contrário, prevalece.

(1) A página 202 do volume 6.º do *Panorama* há um artigo sôbre a Vila de Peniche, no qual se diz: — «Em diversos tempos tem sido reconhecida a importância de Peniche. Reconheceram-na muitos, cuja opinião era, e será ainda que o Senhor D. João VI podia dentro de Peniche ter evitado os incómodos que a Família Real sofreu quando se passou ao Brasil, dando de mão à amizade e protecção de Napoleão. Reconheceu-a finalmente a Grã-Bretanha quando em 1809 e 1810, a fêz fortificar contra as tentativas de Massena que comandou a terceira invasão francesa contra Portugal».

Não só os ingleses reconheceram a importância da Praça de Peniche para uma defesa nas costas de Portugal contra quaisquer inimigos internos ou externos. Já em 1808, o Coronel de Engenharia francesa, Vincent, encarregado por Junot de examinar as fortificações costeiras, analisava a posição de Peniche e das Berlengas e encarava-a má para as tropas francesas e excelente para um ataque do inimigo (Aires, *ob. cit.*, vol. X).

Vários desembargadores da Relação, o fiscal da Junta dos Três Estados, o fiscal da Junta da Fazenda do Ultramar, o Presidente do Real Erário, e outras figuras de importância, discutiram o assunto.

Uns opinaram que as leis do Reino não permitiam a saída do herdeiro do trono, outros propuseram a Ilha Terceira, um ou outro o Brasil.

A partida do Príncipe Regente feriu a sentimentalidade portuguesa. O povo não gostou. Via-o partir, levando nos navios os porões abarrotados de tôdas as riquezas, (o cofre dos diamantes e o tesouro da capela real) ⁽¹⁾ que foi possível arrecadar naqueles três dias de indiscreto anciência, logo que constou que o invasor assomava a marchas forçadas na raia de Portugal.

O futuro não se apresentava benigno, a-pesar-das promessas feitas por Junot na sua primeira proclamação, e o povo, vendo o Príncipe e com êle uma grande caterva de amigos a porem-se no seguro, devia ter feito o peor juízo das obrigações que impendem aos governantes de não abandonarem o País nas ocasiões de grande perigo.

É verdade que a má vontade contra o Príncipe pouco durou. Logo que as tropas inglêsas, de mãos dadas com as portuguesas, conseguiram os primeiros sucessos, voltou a recordação saúdosa do Príncipe que todos consideravam um exilado, mau grado seu, com o coração retalhado pelas desgraças que afligiam a Pátria.

Tendo partido em Novembro de 1807, o Príncipe

(1) Tenho presente um officio assinado por João Diogo de Barros Leitão e Carvalhosa que foi depois o primeiro Visconde de Santarém e que era, em 1807, guarda-roupa do Príncipe Regente, seu guarda-jóias, tesoureiro do seu bolsinho, guarda-tapeçarias e inspector do Palácio Real, que diz que de tudo quanto D. João levou consigo não ficou inventário e que no cais de Belém ficaram muitos baús, uns pertencentes à Coroa, outros à Família Real. Êsses baús foram depois roubados pelo General Jeoffre. Recolhidos vasios no Palácio de Belém, ninguém soube o que êles haviam tido.

Regente voltou em 1821, Rei Constitucional de Portugal e Algarves, Imperador do Brasil. 14 anos, portanto, de afastamento da sua Pátria, da capital do seu Reino. Ausência regalada e contente visto que nada lhe faltava, nem mesmo a vinte mil léguas de distância o amor saudável dos seus súbditos que na terra portuguesa sofriam, depois das vicissitudes de uma guerra sanguinária, os vexames e as opressões que a administração de Beresford exercia com a aprovação dos Senhores Governadores do Reino e da indiferença principesca. De quando em quando vinham do Rio de Janeiro vários manifestos de lembrança (1) com que êle adormecia o povo lisboeta fazendo-lhe ver com palavras blandiciosas e hipócritas o pesar que sentia de se ver tão afastado dêle, e em todos êsses manifestos nunca deu uma esperança de regresso, nem mesmo quando nada havia a recear de um homem que havia cavado em 1815 a sua sepultura nas planícies de Waterloo.

De muitos sucessos tristes que em Portugal se deram, ou não teve conhecimento a tempo de os poder remediar com a sua autoridade, ou nunca os conheceu porque era inútil pô-lo ao corrente dêles.

Depois, mais tarde, no seu regresso, desfez-se em lástimas por não ter sabido a tempo ou por não ter sido bem informado (2).

Quando partiu, aconselhou o seu País a receber o

(1) Muitos manifestos vieram do Rio de Janeiro. Entre outros, um dirigido ao *Clero, Nobreza e Povo dos meus reinos de Portugal e Algarves, de 2 de Janeiro de 1809*. Impresso em fôlha volante.

(2) Haja em vista o que aconteceu com o triste caso de Gomes Freire. Se não fôsse o obstrucionismo de Beresford, acirrado por um dos membros da Comissão julgadora, José António de Oliveira Leite de Barros, mais tarde Conde de Basto, e sancionado pelo Governador do Reino D. Miguel Pereira Forjaz — tudo se teria feito sem sangue. A clemência real, não informada a tempo, resultou estéril.

E quando nada se podia fazer, ela lastimou-se do resultado (Raúl Brandão, *Gomes Freire*).

invasor (1) com afagos e carinhos, e todos, governadores do Reino, funcionários do Estado, Clero, Nobresa e Povo, e até o próprio exército, foram acolhedores, atapetaram de oferecimentos de serviços as escadas do Palácio Quintela, residência do invasor. Mas do Rio de Janeiro, desafiando bravamente a ameaça napoleónica e seguro da sua integridade física, declarava guerra à França e depois de historiar o procedimento dela para com Portugal desde o ano de 1793, dizia que *«teria podido reunir o corpo de tropas que tinha junto de si e fazendo entrar a esquadra inglêsa no pôrto de Lisboa; reduzir a pó o pequeno e miserável corpo a cuja frente o General Junot avançava com uma temeridade que seria incrível, se a sua conduta em Lisboa e Veneza o não tivesse feito conhecer e se êle não confiasse no coração do virtuoso príncipe que nunca exporia a terríveis revezes os seus Povos, a trôco de um primeiro successo seguro que só serviria de castigar um homem que como muitos outros abusava do poder que lhe havia sido confiado ou que executava ordens que de modo algum se podem justificar»* (2).

E a-pesar-de tantas provas em seu desabôno, quando os franceses foram expulsos, em todos os teatros se recitaram poesias festivas e em tôdas as Igrejas se pronunciaram orações gratulatórias e odes heróicas e pindáricas, ditirambos épicos e festivos, elogios encomiásticos, dedicatórias apoteóticas se imprimiram rebaixando-os em louvor da união conjugada de portuguezes e inglêses, — o nome do Príncipe Regente em tôdas estas produções literárias, era citado, elogiado, turibulado, como se êle tivesse presidido com o seu

(1) Decreto de 26 de Novembro de 1807 onde se nomeava o Conselho de Regência que devia governar o Reino durante a sua ausência até à Paz Geral, como êle dizia. (Impresso em fôlha volante).

(2) Manifesto ou exposição fundada e justificada do procedimento da Côrte de Portugal a respeito da França desde o princípio da Revolução até à época da invasão de Portugal e dos motivos que a obrigaram a declarar a guerra ao Imperador dos Franceses, etc. datado de Lisboa aos 12 de Maio de 1809. (Impresso em fôlha volante).

esfôrço ou com a sua égide a esta restauração nacional (1).

O exílio em terras de além-mar deu à figura de D. João e às outras três de sua família: D. Miguel, D. Pedro, e da nóvel D. Maria da Glória, uma auréola de martírio só concebível nesta época em que o exaltado delírio dos sentimentos era o apanágio dos corações.

Essa adoração continuou mesmo depois do seu regresso à terra portuguesa e, mais tarde, quando se travaram as lutas entre o absolutismo e o constitucionalismo, êsse culto afirmou-se de um fanatismo com sacrifício da própria vida, tornando êste período um dos mais interessantes da História de Portugal.

Veja-se êste *Credo Constitucional*, em honra de D. João VI:

Creio em o Soberano Congresso Nacional, sábio e poderoso, criador da liberdade portuguesa e da actual constituição, com em D. João VI único Rei nosso, o qual foi concebido de seu pai D. Pedro III, nasceu de D. Maria I, padeceu debaixo do poder do tirano da Europa, foi por êle oprimido e tiranizado, desceu do Trono Português a buscar refúgio nas suas Américas, ressuscitou ao terceiro dia da sua partida nos corações

(1) Até a Academia Real de Ciências, por meio de prospecto impresso volante, resolveu conceder um prémio a quem escrevesse um *Preliminar histórico* seguido de um *Panegírico Gratulatório* dirigido a S. M. Britânica e aos seus generais. O *Preliminar* devia mencionar todos os benefícios que a Inglaterra tinha feito a Portugal desde a Revolução Francesa!

O prémio era uma colecção de tôdas as moedas de ouro, desde o dobrão até ao cruzado, em número de 12, e duas estampas, uma representando o Príncipe Regente de Portugal, outra o Rei de Inglaterra.

Não se sabe se a erudição nacional acorreu ao convite, porque as lacónicas actas das sessões da Academia nada dizem sôbre o assunto.

dos portugueses. Subiu ao Céu, sua eminência, está à direita dos corações dos seus súbditos, há-de vir a julgar unido à constituição os crimes dos rebeldes que nada quiseram reconhecer. Vive no espírito patriótico em a unidade da generosa Nação Portuguesa, na santa causa que defende, na comunicação das ordens militares e civis e no perdão generoso dos que se arrependem.

Espero na ressurreição do antigo valor, na punição total dos egoístas, no triunfo da nossa sábia Constituição contra o castigo dos malvados que atizam o fogo da discórdia, na vida e prosperidade do Reino de Portugal.

Pelo seu génio irrequieto e aventureiro, D. Miguel começou, desde infante, a conciliar simpatias. A Vilafranca conseguiu-lhe partidários. O seu efémero reinado, súbditos fiéis, ardentes e dedicados.

CREDO REALISTA

Creio no Poder do Senhor Dom Miguel primeiro, Criador do sistema realista e do exército do Marquês de Chaves, hum só seu filho, nosso libertador, o qual foi concebido por obra dos apostólicos. Nasceu em Trás dos Montes, padeceu debaixo do poder dos maçons, foi crucificado pelos constitucionais, sepultado com o nome de rebelde. Desceu à Espanha, donde há-de surgir glorioso, subir ao Trono e sentar-se à direita do seu legítimo Rei o Senhor Dom Miguel, aonde há-de julgar os maçons de vivos e mortos.

Creio no espírito da Junta Apostólica, na destruição geral do maçonismo, na constância da Senhora Dona Carlota Joaquina, na remissão dos enganados, na eterna precisão da nossa Santa Inquisição e no extermínio total dos constitucionais. Para a Vida Eterna. Amen.

Os constitucionais, malhados, liberais, odiando mortalmente os legitimistas, burros, corcundas, punham tôdas as suas esperanças em D. Pedro e por isso tinham, para seu uso, êste:

PADRE NOSSO LIBERAL

Padre e Rei nosso que estais no Brasil, glorificado seja o vosso nome, venha a nós o benéfico influxo do vosso reinado, seja feita a vossa vontade assim no Brasil como em Portugal, os nossos direitos de cada dia nos dai hoje e sempre, perdoai-nos nossas leves faltas involuntárias assim como nós perdoamos aos nossos inimigos, não deixeis que vos faltem ao respeito, mas livrai-nos do mal que nos podem fazer por sua perversidade. Amen.

E para que nada faltasse neste catecismo político, a Sr.^a D. Maria da Glória era adorada nesta:

SALVÈ RAÍNHA CONSTITUCIONAL

Salvè Rainha, a Sr.^a D. Maria da Glória, mãe dos verdadeiros portugueses, vida do amortecido Portugal, Esperança dos verdadeiros constitucionais, Deus vos salve na vossa viagem para Portugal.

A vós bradamos os refugiados,
Por vós suspiramos para gosarmos nossa liberdade,
pois estamos gemendo e chorando no mais atroz despotismo,

Eia pois, advogada nossa, a nós volvei os vossos olhos, e depois no vosso govêrno,

Nos mostrai com vossa sabedoria

Que somos dignos de ser vossos súbditos,

Oh! Clemente Senhora

Oh! Piedosa Rainha,

Oh! Doce Esperança
 Oh! Virgem Maria II
 Rogai por nós, Mãe dos Constitucionais,
 Para que sejamos dignos,
 Das promessas de Dom Pedro. Amen. (1)

Concluindo:

A resolução da partida para o Brasil, filha de um conselho encapotado de pensamentos reservados e de uma suposição injustificada de pavores, foi, sob o aspecto político-social, de um extraordinário alcance porque deu origem à criação de um Estado que é hoje como que um facho de luz na civilização da América Latina.

Sob o aspecto moral, foi de uma triste lembrança, porque o Príncipe Regente D. João foi o único soberano da Europa que desertou do seu País perante os exércitos de Napoleão. Ainda os outros sofreram quietos a fôrça do seu génio dominador e êle perante um corpo de exército reduzido (como disse num seu manifesto e foi confessado pelos próprios franceses, *Mémoires de Joseph*, tomo 4.º, pág. 361; *Mémoires du General Tiebault*, tomo 4.º, pág. 149) que se os portugueses se tivessem oposto, tudo teria ficado reduzido a zero e dizimado pela fome, pelo frio, pelo desalento da fôrça moral (como diz a História); — abandonou o País, à mercê do acaso, com menosprêzo da sua real autoridade que o obrigava a acompanhar o seu povo e com êle a naufragar, se isso tivesse de acontecer, — o que, felizmente, não aconteceu, unicamente devido ao heroísmo de uma raça

(1) Mas não eram só estas orações que passavam de mão em mão entre os fervorosos partidários daqueles quatro reis. A musa anónima também havia produzido poesias — algumas com duplo sentido — que se não eram trabalhadas com correcção, denunciavam engenho e paciência dignos de nota.

Eu considero inéditas tanto as orações como as poesias porque nem Alberto Pimentel, na *Musa das Revoluções* nem Tomás Pires no *Cancioneiro Político* falam de umas nem de outras.

que nasceu em Campo de Ourique, se avigorou em Aljubarrota, se fortaleceu em Montes-Claros, heroísmo que a fêz afrontar tantos perigos em Amarante, na Roliça, no Vimeiro e no Buçaco e é hoje e há-de ser sempre o *ilustre peito lusitano* da imortal epopeia camoneana.

BIBLIOGRAFIA

Nas notas vão referidas as obras consultadas. As fôlhas volantes impressas, os originaes manuscritos do officio do Visconde de Santarém, do pasquim (e escolheu-se o mais decente), das orações e poesias, fazem parte de uma collecção de papéis da época, herdada do político Dr. Joaquim António de Aguiar.

JOÃO JARDIM DE VILHENA

SANSOVINO EM PORTUGAL

PREFÁCIO

Ao estudo da introdução e evolução da Arte do Renascimento em Portugal, tem sido ligado, com várias alternativas, o nome de Andrea Sansovino, o escultor italiano cuja vida e obras abraçam a época áurea daquele brilhante período histórico-artístico.

A estada e actividade de Sansovino em Portugal, descritas pelo seu biógrafo Giorgio Vasari, foram, durante muito tempo, tomadas como axiomáticas, sem que, no entanto, jamais se tivessem concretizado por provas documentais ou monumentais. A viagem de Sansovino, tal como Vasari a descreve, era a mais simples maneira de explicar a introdução das formas renascentistas na Arte portuguesa, sucedendo-se cronològicamente àquela feição híbrida e transitória do gótico-manuelino. À comodidade da explicação presidida pelo texto de Vasari — a qual resolvia tão simplesmente o cruciante problema — juntava-se a falta de exigência documental que só modernamente constitui a base de toda a investigação histórica, e que, para os críticos do século passado, era substituída por deduções mais ou menos fantasiosas e puramente ditadas pela apreciação subjectiva dos monumentos.

Não é de estranhar, portanto, que os críticos e historiógrafos da arte — mórmente os estrangeiros — tenham perfilhado sem hesitações o texto do escritor de Arezzo e procurado até reforçar aquêle texto com a identificação de um não pequeno número de obras, que, a seu ver, se ajus-

tavam às que Vasari apontava como tendo sido executadas por Sansovino.

Raczynski, Justi, Haupt, Watson, Bertaux, e Dieulafoy, aceitam sucessivamente o nome de Andrea Sansovino como o do introdutor da Arte renascentista em Portugal, alguns abertamente e sem reticências, outros, como Watson, dando mostra de certa relutância em face da escassez de provas.

O problema sansovinista mantém-se latente durante muitos anos, não sem que a êle se refiram bastas vezes autores nacionais ao tratar da Renascença, mas sempre abordado sem profundidade e apresentado como facto incontroverso.

Em 1929, o professor italiano Guido Battelli, ao tempo em Coimbra, suscita, com a publicação de um artigo, longa polémica na qual se envolveram alguns dos mais autorizados investigadores portugueses, polémica esta que teve o condão de destruir em grande parte a teoria sansovinista a que o professor Battelli tentava dar foros de «canon» para a futura história do Renascimento.

O artigo de Battelli apareceu em Novembro de 1929, publicado no n.º 37 da *Ilustração Moderna* — a última das publicações periódicas dedicadas à Arte portuguesa. Desta vez não eram meras hipóteses que se formulavam, não eram apreciações ou tentativas de identificação, mas afirmações dadas num tom peremptório e catedrático, ditadas por um professor italiano, demais, pessoa que se preparara durante cerca de 30 anos em Florença, estudando e ensinando História da Arte.

Battelli declarava no seu artigo — aliás repetição de uma conferência que, um mês antes, pronunciara na Universidade do Pôrto — que Sansovino era o incontestado introdutor do renascimento artístico em Portugal, reforçando os dizeres de Vasari com a apresentação de «provas monumentais» e que seriam, ainda além das que Raczynski, Haupt e outros haviam alvitado, mais a Ermida da Conceição, e o corredor das celas do Convento de Cristo, ambos em Tomar.

O aparecimento dêste escrito provocou imediatamente uma reacção no meio da crítica d'arte, e, no número seguinte — o n.º 38, de Dezembro de 1929 — da mesma revista, vem o Coronel F. A. Garcez Teixeira — o erudito investigador das coisas de Tomar — refutar por forma superior as afirmações de Battelli, refutação feita à face de documentos «dos quais não é lícito duvidar».

O Sr. Battelli volta no número seguinte a contestar certas afirmações de Garcez Teixeira, estribando-se em relatos espanhois do século XVI, mas a sua argumentação desde logo dá a entender que, pelo menos no que respeita aos monumentos de Tomar, era falha de valor pela razão simples de que nem sequer os conhecia «de visu». Êste duelo, ainda com carácter ameno, suscita a atenção de outros investigadores, particularmente depois que o professor Battelli publica no *Jornal de Notícias*, de 28 de Dezembro de 1929, um artigo que seria a resposta ao do Coronel Garcez Teixeira. O Dr. Virgílio Correia publica em *O Século*, em Janeiro de 1930, dois artigos violentos nos quais rebate afirmações anteriores de Battelli, defendendo a teoria dos «artistas franceses de Coimbra» que êste igualmente criticava ao apreciar as obras renascentistas de S. Marcos.

A polémica atinge então o auge e Guido Battelli faz novas e ousadas afirmações, desta vez recorrendo à revista *Biblos* no número de Novembro-Dezembro de 1929. A estas, responde novamente Garcez Teixeira acumulando documentação vasta na qual alicerça uma argumentação calma e concisa, «pulverizando» as afirmações de Battelli (artigo no n.º 40, Fevereiro, da *Ilustração Moderna*). Por esta altura havia-se generalizado a discussão em cujo calor já se confundia a parte pròpriamente doutrinária com o acento pessoal, e, num infeliz artigo publicado no número de Março de 1930, da mesma *Ilustração*, o professor Battelli, procura, num último esfôrço, responder aos seus críticos propondo novos argumentos mas em que transparece já o acinte especial de defender à *outrance* uma posição e um ponto de vista, senão falsos, pelo menos insustentáveis.

Garcez Teixeira contesta ainda no número seguinte, dando por terminadas as respostas, às quais, aliás, a própria direcção da revista põe termo com a publicação, no número de Maio de 1930, de uma nota-esclarecimento onde se lamenta o tom a que chegara a polémica, ou «contenda», entre o Coronel Garcez Teixeira e o Professor Guido Battelli. Nesta nota a própria direcção da revista confessa que não esperava que o primitivo artigo de Battelli viesse a suscitar uma tão acesa e apaixonada discussão, estranhando que êste senhor não conhecesse, sequer, alguns dos monumentos que tratava de identificar com as misteriosas obras de Sansovino.

Nessa mesma nota-esclarecimento transcreve-se uma outra de Joaquim de Vasconcelos publicada no seu livro *Francisco de Holanda* (Da Pintura Antiga), julgo que na 2.^a edição, de Agôsto de 1918. A nota do Professor Joaquim de Vasconcelos é muito interessante, principalmente porque nega autoridade crítica a Haupt, Bertaux e Dieulafoy, os quais emparelha com Raczynski. Também nesta nota-esclarecimento, J. de Vasconcelos, instando para dar a sua opinião, propõe que, para o estudo do problema de Sansovino, se examinem os monumentos e provas que deveriam existir em Évora, Água-de-peixes, o Fogão de Sintra, etc., terminando por declarar que «afinal, o verdadeiro estudo das Obras de Sansovino está ainda por fazer em Portugal».

A questão parecia liquidada, e, se não com a derrota da teoria sansovinista, pelo menos com o seu enfraquecimento. De facto, nem Garcez Teixeira nem qualquer dos outros interventores ousaram repudiar pura e simplesmente o texto de Vasari, e, portanto, a hipótese da estada de Sansovino em Portugal prevalecia, ainda que só como hipótese.

O Professor Battelli não deixou, porém, de continuar os seus estudos e trabalhos de investigação sôbre Sansovino em Portugal, e, sucessivamente, nos números da *Ilustração Moderna* de Dezembro de 1930, Janeiro, Março, Abril, Novembro-Dezembro de 1931, Janeiro-Fevereiro e Julho-

-Agosto de 1932, aparecem artigos seus focando vários assuntos presos à hipotética actividade de Andrea Sansovino no nosso País. Verdade seja que em nenhum dos citados artigos consegue o Professor apresentar qualquer prova que reforce a sua opinião pessoal ou que modifique, de qualquer maneira, o estado do problema.

No número de Novembro-Dezembro de 1931, e sob o título de «Sansovino em Portugal», apresenta o autor fotografias e desenhos, os quais se destinariam a um estudo completo que o autor faria publicar em Florença e subordinado ao mesmo título do artigo.

A obra apareceu, de facto, em 1938, com o título «Sansovino in Portogallo» e não é mais do que a reedição pura e simples dos mesmos argumentos e lucubrações já conhecidas através da polémica e artigos publicados em Portugal.

A estada e actividade de Sansovino em Portugal, agitada por esta longa série de discussões e controvérsias, não ficou, porém, mais esclarecida, bem pelo contrário o problema adensou-se com nítida perda de valor para os poucos «sansovinistas»; não mais se voltou a afirmar de forma dogmática a paternidade da introdução do Renascimento ligada ao grande artista italiano, e, como consequência, passou a tomar foros de maior verosimilhança a hipótese «coimbrã», ou seja a que preconiza os artistas franceses, que nos princípios do século XVI vieram trabalhar para Santa Cruz, como os verdadeiros introdutores das formas renascentistas na Arte portuguesa. Como quer que seja, e a-pesar-da pléiade ilustre de investigadores que a este magno problema da História da Arte se tem dedicado, continuar, incessantemente, os seus trabalhos de pesquisa e crítica, não há dúvida que a questão permanece mergulhada nas sombras do mistério, sem que se tenham produzido, até agora, quaisquer provas que enriqueçam os conhecimentos que já há anos existiam.

Já a introdução propriamente dita das formas, primeiro decorativas e logo construtivas, que caracterizam o renas-

cimento, já, principalmente, a sua evolução e expansão que abrange quasi todo o século XVI e que se encontra espalhada por todo o País em número de-veras desconcertante, seguem constituindo, quiçá, o mais importante problema artístico, e custa a acreditar que, dada aquela enorme quantidade de monumentos, não se encontrem mais provas documentais que permitam identificá-los com os seus autores, ou que autorizem a traçar a sua evolução. Falta precisamente um elo que estabeleça a ligação entre as formas gótico-manuelinas e as do Renascimento e que determinou a total transformação do «gosto» e do processo construtivo.

A Revolução do Renascimento, que em Portugal constituiu um problema de importância quasi nacional, vem apaixonando em todo o mundo culto os investigadores, pela extraordinária projecção universalista daquela brilhante época da história da Humanidade — a época da emancipação do espírito, das realizações humanistas, do regresso aos moldes clássicos, enfim, o verdadeiro início de uma civilização que é ainda aquela que gozamos. Verdadeiros cientistas da História surgem todos os dias interessados no estudo dessa época que vai do século XIV ao século XVI, abordando os mais íntimos aspectos em todos os campos da actividade espiritual.

Um americano, Mr. G. Haydn Huntley, interessado pelo estudo da transição das formas renascentistas primitivas para as clássicas, analisou pormenorizadamente a figura de Andrea Sansovino, precisamente o artista que melhor ilustra essa transição, e que foi, sucessivamente, um cultor das duas modalidades. Como não podia deixar de ser, teve Huntley que abordar o problema da estada de Sansovino em Portugal e Espanha, não se limitando a aceitar apenas o texto vasariano, mas, pelo contrário, procurando o que de verdade poderia haver no mesmo, tanto no que respeita àquela viagem como a outras asserções do biógrafo aretino.

O seu exaustivo trabalho foi publicado em 1935 sob os auspícios da Universidade de Harvard.

A obra de Haydn Huntley é um modelo de moderna história de arte, objectiva, clara, copiosamente documentada, e ostentando aquela apresentação gráfica impecável e sóbria que caracteriza as boas edições americanas modernas. O prefácio é datado de 1934, e a edição, da Imprensa da Universidade de Harvard, é de 1935. Em 1936 o Ex.^{mo} Sr. Coronel Garcez Teixeira chamou a nossa atenção para a obra, que nesse mesmo ano adquirimos.

Após a sua leitura, e constatando o interesse que, pelo menos o capítulo referente a Portugal, poderia ter, pensámos e elaborámos uma tradução a qual se destinaria a ser publicada em revista cultural, mas, por várias razões, ficou êste trabalho na gaveta de espera. Últimamente, porém, manifestou-se oportunidade para a sua publicação na Revista do *Instituto de Coimbra* e, desta forma, dispusémo-nos a rever a tradução já feita há cerca de seis anos. Impunham-se algumas palavras que, antecedendo o texto traduzido, procurassem explicar e actualizar a questão sansovinista, e até, à luz das novas provas produzidas pelo livro de Huntley, tirar delas conclusões que constituíssem como que uma revisão do processo.

Dissemos que se impunham algumas palavras que tentassem explicar e actualizar a questão sansovinista, tal como ela fica após o aparecimento da obra de Huntley e dos documentos por êste encontrados e publicados na sua obra. Se o tentássemos fazer, teríamos de transcrever na íntegra o notabilíssimo estudo que o Ex.^{mo} Sr. Dr. João Barreira publicou na secção de bibliografia da Revista da Faculdade de Letras de Lisboa, N.^{os} 1-2, vol. VI, de 1939, ao fazer a apreciação do livro de Battelli, «Sansovino in Portogallo». Êste estudo, que transcende muito a vulgar notícia de apreciação bibliográfica, analisa precisamente o problema sansovinista à luz das provas produzidas por Huntley, e conclui, como é lógico, relegando para o campo da lenda a passagem de Sansovino em Portugal, considerando-a «como um meteoro bastante misterioso».

Vejamos em resumo — reportando-nos às palavras do Dr. João Barreira — como fica o problema de Sansovino após o aparecimento do livro de Huntley.

Ao interêsse «patriótico» manifestado pelo Professor Battelli na atribuição de valor histórico incontestado ao texto de Vasari, contrapõe-se o desinteressado e objectivo exame do mesmo, feito por Huntley.

Sem repudiar em absoluto o relato vasariano — o qual segue constantemente — Huntley corrige-o notavelmente apontando certas divergências entre as afirmações contidas naquele e as provas documentais encontradas. Aliás, não foi Huntley o primeiro que pôs a descoberto algumas incorrecções do biógrafo aretino e outros críticos, preocupados com o estudo de personagens biografadas na «Vite», teem igualmente encontrado incorrecções, que a pouco e pouco võem diminuindo o valor histórico daquele texto.

Em primeiro lugar preocupa-se Huntley em conhecer quais as fontes de que Vasari se serviu para afirmar a viagem, estada e actividades de Sansovino em Portugal — afirmação esta que é apenas enunciada na primeira edição da «Vite» de 1550 e desenvolvida na segunda edição de 1568.

Desta primeira análise ressalta a dúvida de que essas informações, recolhidas por Vasari por intermédio dos herdeiros de Andrea, muitos anos depois da morte dêste, tenham consistência e representem a verdade, antes deverão talvez ser o produto de uma tradição alterada com o propósito de enaltecer o valor do mestre escultor apresentando-o como credor de favores régios. Certas cartas e desenhos que Vasari teria visto não aparecem, nem existem quaisquer outras referências a êles.

Segue Huntley, analisando o texto de Vasari, e alonga-se em considerações sôbre o prazo que êste aponta como sendo o da viagem de Sansovino ao nosso País — nove anos. Pelos documentos encontrados por Carlos Frey no «Spogli Stroziani» e transcritos por Huntley, deduz-se que o artista trabalhou em Florença em 1493, data compreendida no prazo

de nove anos apontados por Vasari como o da estada de Sansovino em Portugal.

O exame das «matricole» ou cotas de Sansovino no Grémio dos escultores de Florença, se lança dúvidas sobre a cronologia da sua actividade, desfaz em parte as afirmações de Vasari ajudando a acumular elementos que invalidam a infalibilidade dêste.

A longa lista de trabalhos tão categoricamente pormenorizada pelo biógrafo de Andrea, foi a mais sólida base em que se assentava a argumentação daqueles que defendiam a sua causa, e Huntley, impressionado certamente pelo tom de sinceridade de Vasari, veio a Portugal a-fim-de estudar *in loco* as obras que tanto ajudariam a estabelecer a transição nos processos artísticos do famoso escultor. Aqui esperava-o a mais total desilusão, concluindo, lógicamente, que nada se encontra no nosso País que se possa identificar com os trabalhos de Vasari e, desta forma, fica como afirmação dessa misteriosa viagem e actividade, apenas e sómente, aquilo que o biógrafo escreveu.

O estudo notabilíssimo do Dr. João Barreira constitui, até agora, a última palavra sobre a questão, e não podemos senão recomendar ao leitor estudioso a sua leitura, a qual, cotejada com a tradução que agora apresentamos, completa o conhecimento exacto do estado do problema.

À poderosa e brilhante argumentação do Dr. João Barreira nada há a acrescentar, a não ser, talvez por conclusão, que a estada e actividade de Sansovino em Portugal é pura lenda criada apenas pelo texto de Vasari.

Teria Sansovino trabalhado talvez para o Rei de Portugal, D. João II ou D. Manuel I, mas sem ter vindo a êste País. Que trabalhos seriam êstes? Não o sabemos, e seria arriscado aventar hipóteses, mas, quaisquer que êles fôsem — desenhos, esculturas, projectos, a tal cena da batalha, etc., — não chegaram certamente a realizar-se em Portugal, antes teriam ficado em Itália, quem sabe, mesmo, se já com êsse destino, constituindo presente ou dádivas reais.

.

O livro de Haydn Huntley merecia tradução integral para a vulgarização duma obra a muitos títulos interessante, e, de certo um dia se fará quando a cultura geral no nosso País justifique e compense êsse trabalho. Por agora, para satisfazer a curiosidade daquêles que acompanharam e ainda se interessam pelo problema sansovinista, e para juntar mais uma peça ao processo, julgamos mais necessária a tradução da parte do trabalho que directamente respeita a Portugal, não sem que aconselhemos vivamente a leitura de tôda a obra àquêle número mais restrito de pessoas que votem ao estudo da Arte em geral e ao do Renascimento em particular, maior atenção.

A Obra, que se intitula: *Andrea Sansovino / Sculptor and architect of the / Italian Renaissance / by G. Haydn Huntley / 1935 / Cambridge / Massachussets / Harvard University Press /*, é constituída por um curto prefácio, texto pròpriamente dito contido em VIII capítulos, um apêndice com duas partes — I, Cronologia da vida de Andrea Sansovino; II, Documentos — uma parte de notas, dividida por capítulos e apêndices, extensa bibliografia com 104 citações de autores consultados, índice alfabético, onomástico e didascálico, e, em *hors texte*, 57 fotogravuras.

No prefácio, o autor diz:

«Um estudo àcêrca-de Andrea Sansovino não necessita de justificações: mesmo as mais rudimentares histórias de Arte Italiana reconhecem a sua importância. «No entanto, apenas foi feita uma tentativa de apreciação do conjunto dos seus trabalhos desde o tempo «de Vasari: a pequena monografia de Schonfeld, que, «se bem que elogiosa e apreciável, pouco acrescenta ao «relato de Vasari.

«Além desta, são surpreendentemente poucos os «artigos em revistas de pretensões universitárias, e os «mais significativos foram os de Fabriczy, Mauceri, e, «muito recentemente — Middeldorf; Semper e Stegmann, «com os seus colaboradores, escreveram àcêrca-de alguns

«monumentos architectónicos de Sansovino e publicaram
«valiosos *clichés* fotográficos e desenhos cotados.

«A hesitação por parte dos eruditos em estudar
«o *opus* de Sansovino, deve-se, principalmente, a
«três razões: primeiramente, a dificuldade de deter-
«minar o trabalho de qualquer dos artistas que tenham
«colaborado na decoração da Santa Casa de Loreto;
«depois, a necessidade de investigar àcerca das activi-
«dades de Sansovino em Portugal, e, por último, a
«falta de interêsse geral pela arte do século desasseis.

«A publicação, por um autor anónimo, na «Civiltá
«Cattólica», dos documentos da Santa Casa que se rela-
«cionam com Sansovino, foram-me da maior utilidade,
«se bem que, anteriormente, eu houvesse já conseguido
«descobrir nos arquivos do santuário alguns factos rela-
«tivos à escultura.

«Tomei a liberdade de transcrever bastantes
«documentos que se encontram na «Civiltá Cattólica»
«em virtude da pouca acessibilidade desta publicação
«aos estudiosos. O leitor encontrará, no Capítulo II,
«o resultado de uma intensa e árdua investigação da
«Arte Portuguesa e Espanhola, na busca de trabalhos
«de Sansovino, ou feitos sob a sua influência. Lamento
«profundamente que os resultados destas pesquisas
«tenham sido tão negativos, mas tal investigação era
«o prelúdio necessário a um estudo completo da vida
«do artista.»

Do texto pròpriamente dito, alguns trechos merecem ser traduzidos porque se relacionam com a hipotética actividade em Portugal, mas preferimos fazê-lo em notas intercaladas na tradução do capítulo II, à medida que venham a propósito.

São cinco as gravuras que respeitam ao capítulo «Sansovino em Portugal», quatro com vistas gerais e de pormenor da Bacalhoa, e a última mostrando a estátua de S. Jerónimo (no mosteiro de Belém). Porque estas gravuras não apre-

sentam novidade, nem a sua inclusão é absolutamente necessária para a inteligência do texto, não as publicamos, podendo, aliás, encontrar-se em várias publicações de Arte.

Na tradução propriamente dita seguimos tão perfeitamente quanto possível o texto, apenas vertendo o original inglês para a mais semelhante forma portuguesa, conservando de maneira geral a ordenação das frases, pontuação, etc., isto é, não tendo juntado, pela nossa parte, qualquer primor literário. As transcrições que no texto estão em italiano e espanhol, vão tal como ali se encontram e apenas uma transcrição alemã foi traduzida.

As notas vão agrupadas no final da tradução, conservando a numeração do texto original.

Julgamos ter, com êste trabalho, contribuído para o conhecimento de uma obra que vem enriquecer de maneira notável a já extensa bibliografia respeitante à Arte em Portugal.

Tomar, Novembro de 1942.

TRADUÇÃO DO CAPÍTULO II DO LIVRO «ANDREA SANSOVINO»

DE G. HAYDN HUNTLEY

SANSOVINO EM PORTUGAL

Portugal era, nos fins do século quinze, uma das nações mais ricas e empreendedoras da Europa. Mais de cinquenta anos de explorações em África, culminadas em 1488, quando Bartolomeu Dias dobrou o Cabo da Boa Esperança, provaram que a Índia era acessível pela via marítima. D. João II (1481-1495) fortalecera o poder do trono, executando oitenta dos seus mais poderosos nobres. Assinando o famoso tratado de Tordesillas assegurou a Portugal o senhorio das terras novamente descobertas no ocidente a 370 léguas a oeste de Cabo Verde. Na verdade, pela sólida reconstrução do govêrno do País e pelo deliberado e liberal patrocínio das expedições de exploração e comércio, D. João II preparou o caminho do brilhante triunfo do seu sucessor D. Manuel (1495-1515), o mais rico monarca que a Europa conheceu desde a antiguidade.

O nome de Andrea (Sansovino) tornando-se famoso, o Rei de Portugal requisitou os seus serviços a Lourenço o Magnífico, em cujos jardins, se dizia, êle estudara desenho. Lourenço enviou-o, e êle executou para aquêle Rei muitos trabalhos de escultura e arquitectura, particularmente um esplêndido palácio com quatro tórres e muitos outros edifícios. Uma parte

do palácio foi pintado de acôrdo com debuxos da mão de Andrea acabados com a maior perfeição. Temos, além disto, em nosso poder, certos estudos architecturais de grande mérito. Para o mesmo Rei também esculpiu um altar em madeira com figuras de profetas. Igualmente fêz uma cena de batalha em barro, a qual deveria ser esculpida em mármore, representando cenas de vitórias das guerras daquele Rei contra os Mouros. De todos os trabalhos de Andrea não se pode ver nenhum mais inspirado ou poderoso do que êste, já pelo movimento e variadas atitudes dos cavalos, já pela carnação dos mortos, já pela fúria selvagem dos soldados em luta pela morte. Também êle fêz uma estátua de S. Marcos em mármore, coisa de rara beleza. Andrea experimentou igualmente a sua mão em certos e difíceis trabalhos de architectura, de acôrdo com o uso daquele País, com o intento de agradar ao Rei. Eu vi um livro com êstes (trabalhos) que os seus herdeiros tinham em Monte San Savino. Dizem êstes que está agora em poder de Mestre Girolamo Lombardi, que era seu discípulo, e, como direi mais tarde, a quem foram deixados, para acabamento, certos trabalhos de Andrea.

Após nove anos de estadia em Portugal, Andrea, cansado de servir ali, decidiu voltar a ver, mais uma vez, os seus amigos na Toscana; e, como havia juntado uma razoável soma de dinheiro, determinou, com o bom assentimento do Rei, regressar à sua Pátria. Conseguiu a licença do Rei, mas não sem dificuldade, e regressou a Florença, deixando em seu lugar quem pudesse completar os seus trabalhos incompletos.

Chegado a Florença começou, em 1500, um grupo em mármore de S. João baptizando Cristo (1) (*).

(*) Nota do tradutor: O trecho acima foi directamente traduzido do inglês, o qual por sua vez havia sido transladado do original italiano. A-fim-de tornar mais clara a intelligência e sentido da

Desta forma apresenta Vasari, na segunda edição das suas *Vidas* (1568), os elementos para o estudo de Sansovino em Portugal. Na sua primeira edição (1550) o biógrafo aretino apenas diz que Andrea fêz vários trabalhos de escultura e architectura em Portugal (2). Parece provável, portanto, que conseguiu mais pormenores acêrca da estadia de Sansovino no estrangeiro, durante o período de 1550-1568.

passagem original contida no livro de Vasari, vamos transcrevê-la tal como neste se encontra:

... Per queste, e per l'altre opere d'Andrea diuolgotosi il nome suo, fu chiesto al Magnifico Lorenzo vecchio de' Medici, nel cui giardino hauea come si è detto atteso agli study del disegno, dal Re di Portogallo; perche mandatogli da Lorenzo lauoro per quel Re molte opere di scultura, e d'architettura, e particolarmente un bellissimo palazzo cō quattro torri, & altri molti edifizij. Et vna parte del palazzo fu dipinta, come si puo vedere nel nostro libro un alcune carte di sua propria mano, finite con la punta d'un carbone, con alcune altri carte d'architettura benissimo intesa. Fece anco un'altare a quel Re di legno intagliato, dentvui alcuni profeti. E similmente di terra, per farle poi di marmo, una battaglia bellissima, reppresentando le guerre, che hebbe quel Re con i mori, che furono da lui vinti; della quale opera nō si vide mai di mano d'Andrea la piu fiera, ne la piu terribile cosa, per le mouenze, & varie attitudini de caualli, per la strage dé morti, e per la spedita furia dé soldati in menar le mani. Feceui ancora una figura d'un san Marco di marmo, che fu cosa rarissima.

Attese ancho Andrea, mentre stette con quel Re, ad alcune cose strauaganti, e difficili d'architettura, secondo l'uso di quel paese, per compiacere el Re, dellequalli cose io vidi gia un libro al Monte Sansovino appresso gl'heredi suoi: il quale dicono, che e hoggi nelle mani di maestro Girolamo Lombardo, che fu suo discepolo, & à cui rimase à finire come si dira, alcune opere cominciate de Andrea. Il quale essendo stato nove anni in Portogallo, increscendogli quella seruitu, e desiderando di riuedere in Toscana i parenti, e gl'amici; deliberó, hauendo messo insieme buona somma di denari, con buona grazia del Re tornarseue à casa. Et cosi hauuta, ma con difficultà licenza, se ne tornò à Fiorenza, lasciando chi la desse fine all'opere che rimaneuano imperfette. Arriuato in Fiorenza, cominciò nel M.D. un san Giovanni di marmo che battezza Christo. Vasari, Delle Vite de' piu eccelenti pittori Primo Volume della Terza Parte, Florença, 1568, Pag. 118 e seg.

Uma vez que Vasari menciona o livro de desenhos que êle viu na posse dos herdeiros do Monte San Savino, seria interessante saber quando poderia êle ter estado naquela vila. Em 1537-1538 pintava o grande fresco que ainda existe em Santo Agostinho (3).

Pelas cartas (4) de Vincenzo Borghini, o poeta e crítico de arte, e do Cardeal Giovanni del Monte, sabemos que Vasari foi a Monte San Savino em 1584 e 1552. Uma das vezes fêz aí paragem no seu caminho de Arezzo para Roma e na outra vez, ou outras vezes, provavelmente, foi ali a pedido do seu amigo cardial.

Os herdeiros mencionados, são, sem dúvida, os filhos de Andrea, os quais, poder-se-á deduzir, forneceram a Vasari informações precisas e minuciosas concernentes às actividades de seu pai em Portugal. Por outro lado, se considerarmos que Sansovino só casou em 1516 quando tinha cinquenta e seis anos, e apenas 13 anos antes de morrer, torna-se evidente que os filhos não teriam recebido muita informação directamente de seu pai, e que, com tôda a certeza, não a poderiam recordar, palavra por palavra, cêrca de vinte anos após o seu falecimento. É possível que em cartas e desenhos da sua estada em Portugal tivessem colhido as informações que passaram a Vasari. Em qualquer caso, parece-me que há margem para duvidar da exactidão do aretino, especialmente no que se refere ao tempo da permanência de Sansovino em Portugal, o qual, calculado pelas próprias palavras de Vasari, teria sido de 1491 a 1500 (5). O Dr. Carl Frey (6) encontrou no *Spogli Strozzi* (uma mina de informações documentais, muitas das quais hoje perdidas) a notícia seguinte, que eu transcrevo tal como Frey escreveu «1493. Andrea de Niccolo scultore lauora figure di marmo per la chiesa di S. Giouanni. (Zum zweiten Male verzeichnet sub 1495/06)».

Não há razão para pensar que Strozzi ou Frey cometeram erros na transcrição desta notícia. Além disto, torna-se claro, pelo documento de 28 de Abril de 1502 (7), que as «figure di marmo», nada teem com o grupo batismal

que agora se encontra sôbre as *Portas do Paraíso* de Ghiberti. O trabalho a que se refere, está pois, ou perdido, ou completamente inidentificável. Que tenha havido outro «Andrea di Niccolo scultore» é difícil de acreditar. Em um documento de data anterior a êste, o do Santo Espírito, o qual nós supomos se refira a Sansovino, o artista é mencionado precisamente nos mesmos têrmos. Há ainda razão de sobra para acreditar que Andrea voltou para Florença e aí ficou por bastante tempo, pela forma como estão dadas as entradas de cotas no último documento que possuimos precedendo a sua enigmática viagem a Portugal: o registo da sua matrícula no grémio dos «maestri di rietri e legname» (8).

«Andrea di nicolo di domenico dal monte sansovino de'dare a di 13 di febraio 1490 (1491 pelo nosso calendário) lire xxiiii per la sua matricola.....
 lire xxiiii et per sua tassa dell'anno 1490-91-92-93 e 1494..... lire iii et per sua tassa dell'anno 1495....
 lire — soldi xii et per la tassa dell'anno 1496-1497..... lire i soldi iiii et per l'anno 1498-99-1500-1501-1502-1503 lire iii soldi xii»

A *matricola* e a primeira entrada de cotas apresentam a mesma caligrafia, e, aparentemente, são do mesmo tempo. O facto de ter pago quatro anos adiantados parece sugerir que sabia que iria ausentar-se de Florença durante aquêl período. Se a notícia recolhida de Frey quer dizer que Andrea estava em Florença de 1493 a princípios de 1496 — e é difícil compreender como se poderá interpretar diversamente — podemos admitir o pagamento anual da taxa do grémio para o ano de 1495. O pagamento dos dois anos 1496 e 1497 em conjunto, sugere que pensaria ausentar-se por outro período de, pelo menos, dois anos. Segue-se então o pagamento de 1498 a 1503. Como se deverá interpretar? Teria Andrea pago seis anos adiantados? Isto é possível; mas não é mais verosimil que o pagamento se fizesse após

o seu regresso do estrangeiro? Já não se tratava de um novato procurando o favor do grémio e cuidadoso em ter as suas cotizações em dia: era o segundo grande escultor de Itália, um homem cuja inscrição fazia honra ao grémio. As cotizações poderiam ter sido satisfeitas, portanto, atrazadamente, em 1503. Resumindo, pareceria que Andrea Sansovino teria ido a Portugal em 1491 para trabalhar para D. João II, que entre 1493 e princípios de 1496 estava de regresso em Itália, e que então passou quatro ou cinco anos em Portugal ao serviço de D. Manuel. O tempo total passado no estrangeiro seria de cêrca de seis anos.

Encontramo-nos agora em melhor posição para compreender a resposta a uma palpitante pergunta que surge: Como seria possível que um escultor do *quatrocento*, Sansovino, o homem que esculpira o altar Corbinelli, passasse nove anos em Portugal e voltasse à Toscana perfeitamente apto a desenhar as clássicas e avançadas estátuas do baptistério de Florença e na Catedral de Génova? A resposta é que êle esteve em Itália durante os anos de 1493-1496, e que era o principal mentor dos novos desenvolvimentos em Itália. É também possível que tenha passado em Roma, com Pollajuolo, uma parte dêste período. Se assim é, a decidida transformação clássica da sua arte pode ser atribuída a Roma.

Dos trabalhos em Portugal, mencionados por Vasari, não se encontra o mais pequeno vestígio nem foram apresentados quaisquer monumentos que provem ter Sansovino estabelecido uma escola naquele País.

Por causa da controvérsia levantada na plácida Lusitânia àcêrca-dêste assunto, parece bom rever a literatura àcêrca-dos trabalhos de Sansovino em Portugal.

O «palácio com quatro tôrres» foi durante longo tempo dito, ser aquêle palácio da actual Praça do Comércio em Lisboa, destruído quando do terramoto de 1755. Haupt⁽⁹⁾ acreditou ao princípio nesta identificação, a qual não é concludentemente contraditada por velhos panoramas da cidade de Lisboa. Mais tarde, Haupt⁽¹⁰⁾ decidiu por descri-

ções — êle próprio não o viu — que o Castelo de Alvito, no Alentejo, correspondia à descrição de Vasari.

Parecia-lhe que tinha um pátio quadrado com arcadas, «coisa quási desconhecida em Portugal (isto foi negado por Vasconcelos ⁽¹¹⁾, mas corrente em Itália)». Na verdade o pátio não tem arcadas — há apenas uma fileira de arcos em rebôco rugoso ao longo de um dos lados; existem cinco e não quatro tórres; não há actualmente vestígios de nenhuma decoração pintada no interior; e, encurtando, é inconcebível que, mesmo para comprazer com um rei, um architecto do Renascimento italiano pudesse jamais ter desenhado um tal edificio ⁽¹²⁾.

Joaquim Rasteiro ⁽¹³⁾ pensou que o solar da Bacalhoa em Azeitão, Ribatejo (sic), com as suas *três* tórres e architectura clássica, era uma atribuição mais lógica do que o palácio de Haupt, no Alvito, com as suas *cinco* tórres e ornamentação moirisca. Além da presença de pormenores clássicos, da existência de tórres e do facto do solar ser uma obra prima — o que eu não nego — Rasteiro não tem argumentos convincentes. Não existem provas documentárias ou outras, de que o actual edificio tenha sido mandado fazer pela Infanta Dona Brites durante a estada de Sansovino em Portugal. Nem é verdade que a architectura seja florentina como Rasteiro assevera. Trabalhando com Rasteiro estava Theodor Rogge, uma autoridade alemã em cerâmica (o solar da Bacalhoa é justamente famoso pelos seus azulejos), o qual igualmente publicou um artigo attribuindo o solar a Andrea Sansovino ⁽¹⁴⁾. Para provar a autoria de Sansovino argumenta:

Êste interessante edificio meio palácio, meio «villa», mostra, com as suas Loggias arcadas as nobres formas da Renascença italiana como não encontrei em qualquer outro em Portugal. Um pedaço da arte florentina transplantado para êste país apparece-nos

sem qualquer diferença... As quatro (sic) tôrres de canto com as suas cúpulas, que conteem escadas, são incontestavelmente do mestre.

Existem também algumas escadarias com ornatos góticos e arcos flamejantes, os quais deveriam ser explicados da mesma forma.

«Com certeza», continua Rogge, «o edifício, tal como o vemos hoje na sua fachada poente, foi mandado fazer por D. Brites, a filha do Infante D. João e mulher do Infante D. Fernando». Pelo contrário, nada há de concreto sôbre a data da parte principal do edifício. A lápida sôbre a entrada principal, na fachada nascente, — parte integrante de todo o edifício — tem uma inscrição feita por Afonso de Albuquerque, o qual comprou a propriedade em Dezembro de 1528. O busto de terra-cota sôbre esta porta é tido como sendo o de seu filho.

A *loggia*, na fachada norte, que tão puramente florentina pareceu a Rasteiro e Rogge, não pode ser considerada como tal. A data é bem da primeira metade do século XVI. Rasteiro sugere que as cabeças esculpidas *in tondo* e que se encontram nas arcadas inferiores seriam os retratos do Infante D. João, Mestre da Ordem de Santiago, sua mulher, D. Isabel, a Infanta D. Brites e seu marido o Infante D. Fernando; talvez, mas, em qualquer caso, o estilo pertence a uma época mais recente, muitos anos após a morte de D. Brites em 1504.

É curioso notar que o palácio tem ainda um tecto de madeira pintado, do qual a fotografia mostra a parte melhor conservada. Completamente separada da parte habitável há um encantador pavilhão fazendo face a um tanque usado para regas. O estilo da sua architectura, como de tôda a obra renascença do palácio, datam-no de meados do século XVI.

Em conclusão, deve dizer-se que o palácio de quatro tôrres de Sansovino ainda não foi encontrado, ou pelo menos, identificado. Qualquer dos palácios propostos, com excep-

ção do da Bacalhoa, pouco teem de comum com a architectura italiana de 1500, e absolutamente nada com a feição de Sansovino.

Existe alguma bibliografia interessante tratando do alto relêvo da batalha e da estátua de S. Marcos em mármore. Loureiro, director da Academia de Lisboa, escrevendo cêrca de 1840 ⁽¹⁵⁾, diz ter visto a estátua de S. Marcos e o alto relêvo da batalha, em *mármore*, antes de 1810, na igreja do convento de S. Marcos de Tentúgal, próximo de Coimbra. «Mais tarde», acrescenta, «quando Massena invadiu a Beira, foram muito danificadas, mas pode-se ainda ver qualquer coisa». Fizeram-se bastantes esforços para ver «qualquer coisa» mas sem successo algum. Torna-se bastante duvidoso que o Sr. Loureiro tenha tido os conhecimentos necessários para julgar se os trabalhos seriam de Sansovino ou mesmo italianos. A história da Igreja do Convento de S. Marcos de Tentúgal, o panteão da nobre família Da Silva, conhece-se desde 1452 através as suas crónicas ⁽¹⁶⁾. Tanto quanto se sabe, nem D. João II nem D. Manuel tiveram qualquer interferência nela. O altar-mor é do escultor francês Nicolau de Chanterene, e os túmulos, dos séculos XV e XVI, não são seguramente de escultores italianos. De acôrdo com as crónicas, já no século XVII faltava num altar do poente da igreja uma estátua de S. Marcos. Como atrás se disse, não há razão para crer que tenha sido esta a estátua a que Vasari se refere. Acêrca-do baixo-relêvo da batalha não há outra notícia além da que nos fornece Loureiro.

António Nibby ⁽¹⁷⁾ tornou público um relêvo em madeira do cêrco de Arzila como sendo o trabalho perdido de que fala Vasari. Esta batalha passou das mãos do Duque de Altemps para as de um joalheiro romano, Castelani, o qual a vendeu a D. Fernando, o príncipe consorte da Rainha D. Maria II de Portugal. Provavelmente êste baixo-relêvo encontra-se em Inglaterra no espólio do falecido Rei D. Manuel. Até à publicação de uma fotografia por Guido Battelli ⁽¹⁸⁾, era forçoso aceitar a versão de Nibby.

Actualmente é aparente que o baixo relêvo que existe é muito mais moderno. Nem êste trabalho é em terracota, como diz Vasari.

Do altar de talha com figuras de profetas não existe qualquer indício, nem sequer tem havido a preocupação de o identificar com qualquer altar existente.

O Sr. Battelli indicou numerosos monumentos que êle associou a trabalhos de Sansovino em Portugal, mas, de todos, apenas o pórtico da ermida de Santo António da Castanheira (19) poderia, possivelmente, ser obra de um seu discípulo. É um pórtico com medalhões nos cantos superiores, os quais são emoldurados por duas colunas com arabescos, encimadas por capiteis corintios, arquitrave e cornija. As colunas semicirculares nascem de plintos, os quais estão decorados com bustos de um filósofo e um guerreiro. As cabeças teem uma distante semelhança com a cabeça em terracota de Galba, em Arezzo, e o uso dos medalhões pode ser derivado de Sansovino, o qual, como o seu mestre, Pollajuolo, tinha predilecção pelo seu uso. Os arabescos com motivos de animais e plantas só aparecem a partir de 1500.

A arquitectura de Tomar que Battelli (20) atribuíra a Sansovino, isto é, a Capela da Senhora da Conceição e o corredor das Celas no Convento de Tomar, nem sequer é, ao de leve, semelhante ao seu estilo. O Sr. Teixeira e Dr. Correia (21), (22) encontraram provas evidentes que os atribuem a João de Castilho (*).

Joaquim de Vasconcelos, nos seus últimos anos (23), dizia ter feito uma colectânea de material relativo à estada de Sansovino em Portugal. Instado para concretizar a sua opinião (24), referiu-se ao fogão de Almeirim no Palácio de

(*) Nota do tradutor: Huntley deve ter feito confusão. Nem Garcez Teixeira, nem Vergílio Correia encontraram provas evidentes àcêrca-da paternidade da Ermida da Conceição. Há de-facto uma forte presunção que a obra seja de Castilho, mas esta não está ainda comprovada documentalmente.

Sintra, Graça de Évora, os baixos relevos existentes no Museu de Évora, a quinta de Água-de-peixes, Bacalhoa, Vila Viçosa, Portalegre e ao Museu de Arte Antiga de Lisboa. Visitei todos os locais mencionados, com excepção da quinta de Água-de-peixes e a cidade de Portalegre. A primeira é um palácio rural dos fins do século xv com pormenores arquitectónicos de inspiração árabe, e a sua relação com Sansovino, a julgar pelas fotografias, só poderia ser considerada, se existisse documentação. Os trabalhos renascentistas de Portalegre, dos quais vi fotografias, são de uma data posterior a 1520 e semelhantes a trabalhos do mesmo estilo e daquele período, encontrados noutros locais de Portugal.

Se é que existem em Portugal trabalhos arquitectónicos de Andrea Sansovino, serão provavelmente aquêles no «extravagante e difícil» estilo manuelino. Na ausência de documentos comprovativos seria loucura atribuir tal architectura ao seu desenho.

Encontrei, de-facto, uma estátua em Portugal, a qual poderá ter alguma coisa que ver com Sansovino. Refiro-me a uma terracota pintada de S. Jerónimo na capela do transepto da igreja do convento de Belém nos arredores de Lisboa. O santo está retratado de pé, meio-nu, olhando extasiado uma cruz suportada por um tronco de árvore, na qual repousa a sua mão esquerda. Na mão direita tem uma pedra com a qual bate no peito descoberto. O leão, bastante pequeno, está deitado atrás da perna esquerda do santo. A cabeça calva e a barba curta são de-veras desconcertantes. A fixidez do olhar e a boca entreaberta em êxtase, lembram o S. Tiago do altar Corbinelli. O tratamento da frente, a forma do nariz, os tendões do pescoço, a posição do braço, a postura geral e o arranjo da tósca indumentária assemelham se ao Baptista de Génova. Se bem que os pormenores do Baptista estejam mais bem acabados, a anatomia é quási a mesma nas duas figuras. São necessárias melhores fotografias para se definir a relação entre aquela figura e os trabalhos de Sansovino (25).

Sebastiano Resta (²⁶) mencionou cêrca de 1700, numa carta para Giuseppe Ghezzi, um desenho perdido destinado ao tûmulo de D. João II. Resta escreveu que êste desenho para o monumento architectónico era da autoria de Sansovino o Velho.

Vasari fala uma vez de Sansovino como tendo trabalhado em Portugal e *Espanha*. É possível que tenha sido êle o «Andrés florentin» mencionado em documentos da catedral de Toledo e que dizem: «En 15 de Julio de 1500 se pagó á Andrés florentin, la imagem de San Martin, que hizo por muestra del retablo y por ir y venir á Benavente, con 3,750 maravedis» (²⁷).

Com relação com esta citação há de interêsse o tûmulo do grande Cardial, Don Pedro de Mendoza, na capela mor da catedral de Toledo.

Êste monumento, começado em 1494, tem sido várias vezes associado ao nome de Sansovino (²⁸). Nunca ninguém sugeriu que tenha sido êle o desenhador ou escultor das estátuas: apenas se lhe tem atribuído a parte architectónica. A verificação desta atribuição torna-se bastante difícil: o estilo não é diferente do seu, como mostra a comparação com o altar Corbinelli e os desenhos para os tûmulos do Populo, se bem que, com a excepção dos pequenos fanais e dos balaústres entre êstes, possa bem ser considerado o trabalho de um dos muitos artistas italianos daquela época. Se Sansovino fêz os debuxos para o tûmulo de Mendoza, os canteiros não os seguiram de perto.

NOTAS

- (1) Giorgio Vasari, *Opere*, ed. Milanese, iv (Florenza, 1879) 513-514.
- (2) Idem, *Le Vite*, 1.^a edição (publicada novamente por C. Ricci) (Milão e Roma, s. d.).
- (3) W. Kallab, *Vasaristudien* (Viena e Leipzig, 1908), pág. 248; C. Frey, *Der Literarische Nachlass Giorgio Vasaris* (Munique, 1923), pág. 100.
- (4) Frey, *Idem*, 225-230.
- (5) Como acima vimos, Vasari indica a data de 1500 para o comêço das esculturas do batistério. Isto é, evidentemente, um erro; no entanto, Sansovino, estava, provàvelmente de regresso, na Toscana naquêle ano.
- (6) Vasari, *Le Vite*, ed C. Frey (Munique, 1911) I, 347.
- (7) G. Milanese, *Giornale Storico Degli Archivi Toscani* (Florença, 1860) iv, 66 ff.
- (8) Archivio Reale dello Stato di Firense, Maestri di Pietri e Legname *Libro delle matricole*, pág. 300.
- (9) A. Haupt, *Geschichte der Renaissance in Spanien und Portugal* (Stuttgart, 1927), I, 6.
- (10) Idem, II, 149.
- (11) J. Vasconcelos, «Sansovino», in *Ilustração Moderna*, v (1930), 119.
- (12) W. C. Watson, *Portuguese Architecture*, (London, 1908), pág. 130.
- (13) J. Rasteiro, *Quinta e Palácio da Bacalhoa em Azeitão*, (Lisboa, 1895), págs. 9-10.
- (14) T. Rogge, «Ein Palast Andrea Sansovino in Portugal» in *Zeitschrift für Bildende Kunst*, N. F., VIII (1869), 280-282.
- (15) A. Raczinski, *Les arts en Portugal* (Paris, 1846) nota da pág. 345.
- (16) Vasconcelos, *Francisco de Holanda* (Eitelbergers Quellen-schriften, N. F., IX) (Viena, 1899) cxlvi-cl.
- (17) In *Giornale Arcadio*, CXIII, 357.

(18) G. Battelli, «Sansovino em Portugal», in *Ilustração Moderna*, IV (1929), 439.

(19) G. Battelli, «Uma lembrança de D. João II no Santuário de Santo António da Castanheira», in *Ilustração Moderna*, V (1930), 221-222.

(20) G. Battelli, «Sansovino em Portugal», in *Ilustração Moderna*, IV (1929), 437-440; «Sansovino, Terzi e a Renascença Italiana em Portugal», in *Ilustração Moderna*, V (1930), 58-63.

(21) F. A. G. Teixeira, «Sansovino em Tomar», in *Ilustração Moderna*, IV (1929), 465-469; «A Ermida da Conceição em Tomar», in *Ilustração Moderna*, V (1930), 11-13.

(22) V. Correia, in *O Século*, Jan. 10, 1930.

(23) In *Ilustração Moderna*, V (1930), 34'-45.

(24) Vasconcelos, «Sansovino» in *Ilustração Moderna*, V (1930), 119.

(25) Justi atribuiu êste São Jerónimo e outros dois trabalhos em terracota pintada, no Mosteiro de Belém, a Sansovino. Os outros são a imagem da Madona «do tipo de Filippino Lippi» e um jovem *S. Leonardo*. — C. Justi, «Die Portugiesische Malerei des XVI Jaharhunderts», in *Preuss, Jahrb.*, 1888, pág. 234.

(26) C. Bottari, *Raccolta di lettere, sulla scultura, ed architettura* (Roma, 1759), III, 333.

(27) F. Pérez Sedano, *Notas del Archivo de la Catedral de Toledo* (publicado pelo Centro de Estudos Históricas, Madrid, 1914), pág. 23. Ver também: C. R. Post, *A History of Spanish Painting* (Cambridge, Massachusetts, 1933), IV, 384.

(28) A. Haupt, *Geschichte der Renaissance in Spanien und Portugal* (Stuttgart, 1927), pág. 26. O. Schubert, *Geschichte des Barock in Spanien* (Esslingen, 1908), pág. 17.

Pela tradução,

J. M. DOS SANTOS SIMÕES

SINDROMAS HIPERÉRGICOS PÓS-OPERATÓRIOS (1)

No sucesso ou insucesso duma operação cirúrgica ocupou sempre o primeiro lugar o estudo do doente no que interessa às suas condições de resistência geral e local.

Tal conceito, por elementar e axiomático, não sofre contestação. Só tem par, em importância, no conceito da própria indicação operatória, da competência, *primeiro*, do clínico e, *depois*, do técnico. O atributo de *cirurgião* exige, claro é, o concurso destas *duas qualidades*. Com tal hierarquia pretende-se, apenas, significar que no campo da cirurgia a facêta clínica sobreleva em valor a facêta técnica, por muito que em contrário possa julgar o vulgo e com êste alguns raríssimos operadores.

Se o âmbito da clínica médica parece reduzir-se, de dia para dia, com a transferência de determinadas afecções para o domínio da cirurgia, esta, por sua vez, não dispensa um contacto perfeito com as ciências biológicas e médicas gerais. Quere dizer, o médico não deixará de ser médico só porque necessita de recorrer, hoje mais do que ontem, à cirurgia, mas o cirurgião deixará de ser um cirurgião perfeito se não souber, ou não quiser, recolher do arsenal da medicina e da biologia aquêles dados que só aqui se encontram e se tornam indispensáveis para o bom êxito do tratamento cirúrgico.

(1) Êste trabalho serviu de base a uma lição proferida pelo autor no V Curso de Férias da Faculdade de Medicina de Coimbra (1941-1942).

De como se menospreza o rigor científico de certas indicações operatórias, tantas vezes levianamente postas e aceites por médicos e cirurgiões, não é meu desejo ocupar-me, embora o assunto seja curioso e de grande actualidade.

*

Até ao comêço da 3.^a década do século corrente o cirurgião pouco se preocupava com o estudo aprofundado do doente em matéria de testes funcionais, trocas metabólicas e dados analíticos, numa palavra, de todo e qualquer índice de resistência orgânica em face da nova situação criada aos tecidos e humores pela acção do bisturi e do anestésico.

Uma auscultação cardíaca e pulmonar superficial, uma análise de urinas, e eis praticamente tudo! Se insucessos havia, desde que não resultassem duma falta de assepsia ou de técnica, não se hesitava: punham-se à conta do doente, como muito bem diz René Leriche.

Quem não se recorda, por exemplo, de ouvir explicar certas mortes inesperadas de doentes operados de há pouco, com o célebre estribilho: ia tudo muito bem, mas surgiu uma síncope, uma bronco-pneumonia... e o desastre deu-se!

E a explicação colhia. Ficava satisfeita a curiosidade leiga e, porventura, a profissional; lamentava-se o incidente; incriminava-se ou absolvía-se o cirurgião, segundo as simpatias dos comentadores, sem outras razões que não fôsem as sentimentais e passava-se adiante!

Quero crer, porém, que no sub-consciente do cirurgião alguma coisa lhe espicaçava a dúvida; efectivamente, a explicação, por demasiado simplista, não devia satisfazê-lo inteiramente. Mas, se um exame de consciência — quando o havia por parte dos mais escrupulosos — não revelava pécadilho de maior, cedo a triste ocorrência se apagava na memória e a rotina continuava.

O progresso das ciências médicas breve havia de demonstrar como eram insuficientes os exames de então; por isso,

se impunha o estudo do candidato à operação, não só pelo que respeita à qualidade e quantidade dos produtos excretados, mas, sobretudo, à composição do meio sangüíneo, através da dosagem da glicemia, da azotemia, da clorotemia, da determinação do equilíbrio ácido-básico e do valor do pH, por não se ignorar que têm mais valor os produtos retidos do que os eliminados; por isso, se torna necessário o estudo clínico e fisiológico dos diferentes órgãos, lançando mão da electrocardiografia, da medição da tensão arterial, da análise da expectoração, do estudo da fórmula hemo-leucocitária, da radiologia, e, se necessário, das provas funcionais hepáticas e renais de preceito; por isso, deve interessar ao cirurgião o conhecimento do biótipo, do complexo psíquico e do sistema neuro-vegetativo, ciente de que todo e qualquer elemento colhido nestes sectores pode ter um valor incalculável nas seqüências operatórias e nos resultados a distância da própria operação.

Sobre o valor e meticulosidade dos diferentes métodos e exames falam-nos entre outras publicações os *Rapports* de Louis Sauvé e Lambret ao *XXXIX Congresso Francês de Cirurgia*, reunido em Paris de 6 a 10 de Outubro de 1930.

Não resisto à tentação de transcrever do relatório de Sauvé as seguintes palavras: «Passou o tempo em que o cirurgião se contentava, acima de tudo, de ser um operário manual, ou pelo menos um bom técnico: tôdas as noções gerais que um médico deve possuir, o cirurgião deve igualmente possuí-las, em proveito do seu futuro operado».

«E numa época em que a técnica se vulgarizou extraordinariamente, o futuro deixou de pertencer ao cirurgião prestigioso para pertencer àquêle que sabe prever os riscos orgânicos do doente. Longe de restringir a sua acção esta previsão aumenta-a, pelo contrário, e alarga os limites do seu poder, fazendo recuar os inconvenientes das deficiências orgânicas.» (1)

(1) *Journal de Chirurgie*, t. xxxvi, 1930, pág. 561.

O acto operatório, porém, oferece uma complexidade tal, na sua rudeza aparentemente simplista, que nem por isso deixaram de continuar a dar-se dissabores e fracassos, apesar de aperfeiçoados os métodos científicos de os evitar. A realidade excede por vezes a previsão, como que a lembrar-nos que a intervenção cirúrgica, embora salvadora, deve tomar-se como anti-natural, no respeitante aos meios de que se serve.

Um corte a bisturi representa, para todos os efeitos, uma violência e, como as intenções não contam, o acto cirúrgico tem de considerar-se, em certa maneira, como uma agressão ao complexo humoral e tecidual do organismo que a sofre.

Múltiplos factores contribuirão para tornar mais ou menos violenta a agressão em causa. À cabeça de todos tem de figurar, sem dúvida: 1.º a intensidade e a violência do ataque; 2.º as condições de resistência de quem o sofre.

Do razoável equilíbrio destes dois factores resultará, necessariamente, a melhor ou pior forma de agüentar o embate, continuando a observar-se, contra tôda a expectativa, que em certos casos o organismo mal dá conta da agressão sofrida, mas em outros se ressentirá extraordinariamente, podendo acontecer, uma vez ou outra, que sucumba na emergência, não obstante serem perfeitas as indicações operatórias e normais os exames preliminares a que o doente foi sujeito.

Na verdade, no caso geral, temos de contar, por efeito da operação, com um verdadeiro estado mórbido mais ou menos sério, mais ou menos duradouro, consoante fôr maior ou menor a gravidade da operação realizada. A êste estado mórbido tem-se chamado, com certa propriedade, *doença pós-operatória*. René Leriche consagra-lhe um artigo interessante na *Gazette des Hôpitaux*, n.º xxxi, 1934, pág. 551. «A verdade é que tôda a operação — diz êle — acarreta, fatalmente, um certo número de sobressaltos leucocitários, nervosos e humorais, cujo conjunto constitui uma verda-

deira doença pós-operatória, que importa conhecer em tôdas as suas minúcias».

A sua importância clínica merece bem que lhe consagramos algumas palavras, à guisa de introito às considerações adiante expostas, que, afinal, pertencem, também, a uma modalidade da referida doença pós-operatória.

Comporta ela reacções locais e gerais.

Reacções locais: — Citam-se, como mais importantes, a hiperemia regional com hipertermia, o edema tecidual e a hiperleucocitose. Tais fenómenos, que visam à cicatrização, são essencialmente dependentes da secção das fibras simpáticas e não, como se pretendia, da reabsorção de albuminas desintegradas.

Reacções gerais: — Pertencem a estas o abatimento, a palidez, a sede, a secura da língua, as modificações da tensão arterial e da fórmula leucocitária.

As manifestações gerais repartem-se por três síndromas bem caracterizados, embora raras vezes distintos, a saber:

a) *Síndrome humoral.* — A êle pertencem a secura da língua, a sede ardente e a paresia intestinal, que por vezes chega a simular uma verdadeira peritonite ou oclusão.

Segundo as investigações de Robinson, Lévy, Leguen e Fey, Pierre Casamati, Picot e Lambret, muitos operados são a um tempo hiperazotémicos, hipocloretémicos e hipoclorúrios. O facto deverá atribuir-se à reabsorção de substâncias proteicas libertadas na zona operatória e à saída de cloro do meio sangüíneo. O cloro passa para os tecidos, onde se faz a desintegração das albuminas, não com o fim de neutralizar esta desintegração, mas por determinantes osmóticas de etiopatogenia ainda discutida. Daqui resultará, como é natural, hipocloretemia e hipoclorúria. A recloreção tem, na realidade, um efeito salutar no tratamento destas perturbações (Leon Blum, Robineau e Max Lévy).

Leriche frisa que o síndrome hiperazotémico é habitualmente pouco intenso e — palavras suas — «Se se intervem

com doçura, sem nada traumatizar, mesmo nos casos graves, tal síndrome falta muitas vezes nos operados. Não vem longe o dia, talvez, em que nós o consideraremos como a consequência de faltas operatórias, como a tradução duma técnica defeituosa, por muito brutal».

b) *Síndrome vascular*. — Em grau maior ou menor é raro que nas operações delicadas se não observem alguns sinais de colapso vascular, traduzidos por queda tensional, taquicardia compensadora, algumas extra-sístoles, cianose e suores frios.

Nas formas graves estas manifestações conduzem a um autêntico estado de choque; nas formas ligeiras quasi passam despercebidas.

Estas perturbações parecem não ter relação alguma com a concentração do cloro no sangue; efectivamente, não melhoram com a reloretação. O Mestre diz-nos, sobre o síndrome em questão: «Os choques bruscos, as tracções violentas, os golpes de afastadores brutais, o forte abalo produzido pela brusca colocação duma valva, repercutem-se, imediatamente, sobre o conjunto da circulação. É fácil de verificar no homem». Mais adiante, a reinsistir: «Eu creio, sobretudo, que é necessário pôr de parte as grossas pinças esmagadoras, as pinçagens em massa. Melhor vale cortar entre duas laqueações passadas por transfixão com uma pequena pinça curva. É necessário, enfim, abandonar as brilhantes luxações dos órgãos para o exterior. Tive a curiosidade de ver o que faz sobre a tensão arterial a brusca tracção de um fibroma seguida do grito da Douglas bem conhecido dos ginecologistas: a tensão desce, de uma a duas divisões do Pachon».

«Tudo isto deve ser evitado de futuro, porque quando se opera em meio de sangue, sem preocupação de hemóstase, sem respeito pelos tecidos, com grandes golpes de dedos, de afastadores e de pinças traumatizantes, o choque é frequente e à mais pequena coisa observa-se palidez, angústia, taquicardia, cianose, uma importante queda de tensão — sinais precursores de colapso, quere dizer de choque.»

«Em suma, os fenómenos circulatórios que fazem parte da doença pós-operatória são, sobretudo, produto da operação. São evitáveis. Um dia virá em que serão considerados como o teste duma má técnica operatória e a assinatura de brutalidade nas manobras.»

A transcrição é longa mas devemos concordar que é muito oportuna.

Bem sei que hoje em dia não deve haver centro cirúrgico algum onde se ignorem estas verdades, mas o certo é que a formação de muitos médicos, em *plena prática clínica*, se fêz, ainda, sob o signo das operações em tempo «record», autênticas provas *contra-relógio*. Para êsses, pelo menos, não serão descabidas as palavras do ilustre cirurgião francês.

c) *Síndrome hemo-leucocitário*. — Como regra observa-se nos primeiros dias após a operação um certo aumento dos leucócitos. O facto só se tornará inquietante quando atinja proporções notáveis. Onde, porém, maiores alterações se verificam é na cifra das plaquetas. Segundo os estudos de Hueck sabe-se que o número destas desce nos primeiros três dias, sobe depois acima do normal, atingindo o seu máximo por volta do 12.º dia, em seguida ao que volta para a taxa tipo. Qualquer perturbação no mecanismo desta descida pode acarretar sérios inconvenientes. Segundo Leriche devemos procurar aqui a razão de ser das trombozes, das flebites e das embolias (1).

Em resumo: a doença pós-operatória, na modalidade acabada de descrever, tende a diminuir em freqüência e a atenuar-se em gravidade desde que o doente seja preparado

(1) Pelo que respeita às *complicações pulmonares* sabe-se, hoje, que se limitam extraordinariamente: a) — com a adopção de uma técnica minuciosa que reduza ao mínimo os acidentes embólicos sépticos; b) — com o isolamento dos operados do contacto com o exterior; c) — com a prática de repetidas e pequenas inalações de anidrido carbónico durante 2-3 dias a fim de evitar a congestão passiva das bases.

e estudado convenientemente e desde que o cirurgião conheça os perigos duma técnica imperfeita, tomando-se como tal não apenas a derivada de faltas grosseiras no decurso da operação, mas, também, a resultante de pressas injustificáveis, de movimentos intempestivos, de repuxamentos e eviscerações dispensáveis, numa palavra, de traumatismos inúteis e prejudiciais. Evidentemente, que em cirurgia: *prudência* não é sinónimo de *lentidão*. Tudo tem o seu lugar.

*

O estudo clínico, citológico e físico-químico do candidato à operação e uma técnica perfeita no acto cirúrgico, podem, em muitos casos, aliviar o prognóstico operatório, mas nem sempre nos colocam a salvo de acidentes a todo o ponto delicados e sérios, os mais importantes, porventura, de quantos há a temer nas seqüências das intervenções cirúrgicas delicadas.

Refiro-me a certas complicações, inesperadas e de evolução grave, que surpreendem o cirurgião pela sua brutalidade e pelo seu tipo e em face das quais, tantas vezes, se fica perplexo sobre a verdadeira causa, sobre o verdadeiro mecanismo e sobre a verdadeira entidade nosológica. Designo-as, de comêço como *síndrome de tipo infeccioso*, mas na realidade devem corresponder a um autêntico *síndrome hiperérgico*.

A estas se vai reportar o meu trabalho e bem feliz me considerarei se conseguir, ao menos, despertar a curiosidade de alguém que estude o problema com mais profundidade, de maneira a colher novos dados que nos habilitem a evitar certos fracassos pouco prestigiantes do cirurgião, e também, mui pouco dignificantes da Medicina.

— Não há cirurgião de carreira que não tenha sido surpreendido com um ou outro caso do género daqueles que relato a seguir.

*

OBSERVAÇÃO I

M. C., de 41 anos.

Internou-se no Serviço de Ginecologia em 7 de Junho de 1930 por *miomas do corpo do útero*.

O exame ginecológico não revela alterações por parte dos anexos. A curva térmica nos dias que precederam a operação não mostra qualquer indicação digna de registo especial; todavia, a marca vespertina, em muitos dias, sôbre a linha dos 37° e um dia ou outro uma ou duas décimas acima, talvez signifique um leve sinal de reacção infecciosa, de ponto de partida ignorado. Esta nota faço-a agora, depois de ter conhecimento da forma como evolucionou o caso a seguir à operação. Outra fôsse a marcha e de certo tal pormenor passaria despercebido.

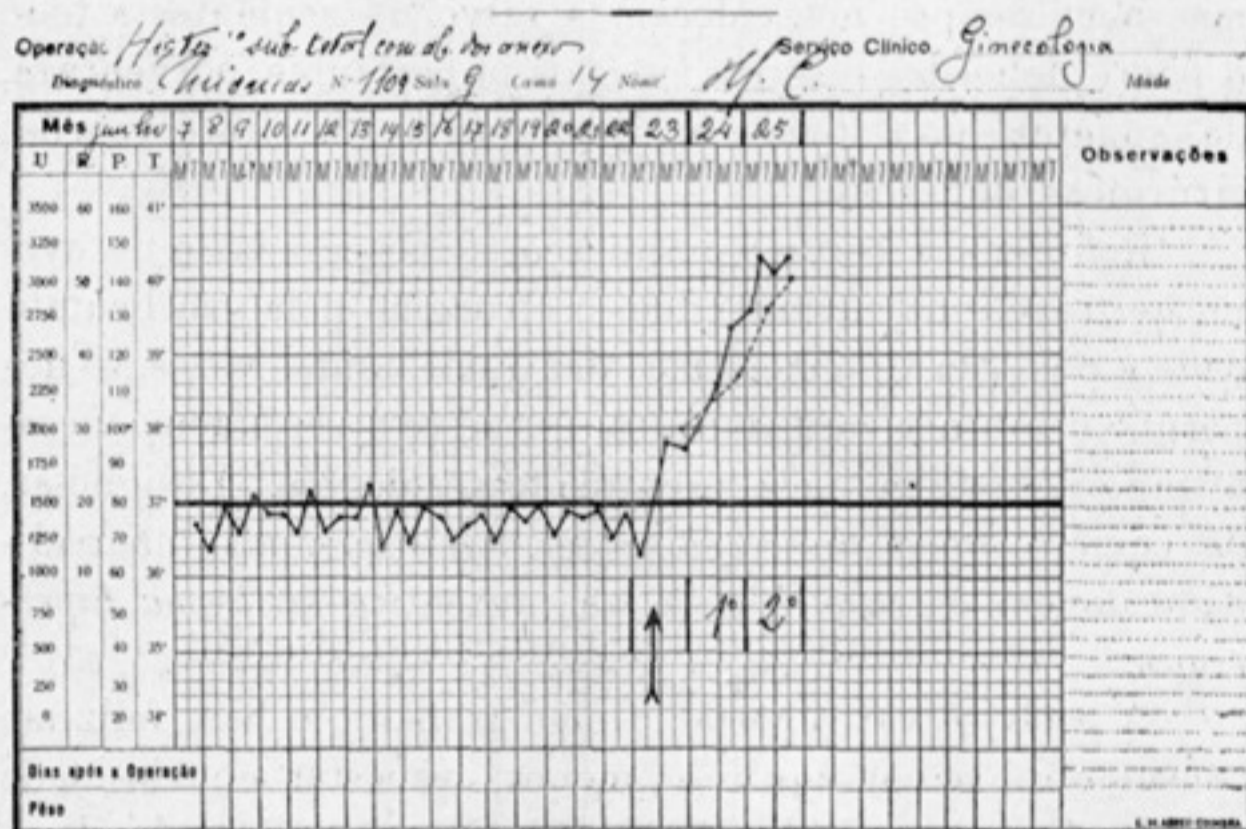


Fig. 1

A doente foi operada em 23 de Junho de histerectomia abdominal sub-total com ablação dos anexos. Não fui eu o operador, mas sei, no entanto, que a operação decorreu sem qualquer incidente, não se tendo observado durante o acto operatório nenhum sinal revelador de inflamação apreciável.

O registo clínico não refere, também, a existência de qualquer foco supurado na espessura dos miomas.

Não há nota de se ter feito um estudo hematológico antes da operação. Aceito que se não fizesse por não haver, para o efeito, qualquer indicação especial.

Seqüências pós-operatórias:— No dia da operação a temperatura não excedeu 37°,9.

No primeiro dia o termómetro marcou à noite 39°,5 e o pulso 120.

No segundo dia a febre, em linha ascendente, atingiu de manhã 40° e cêrca das 19 horas 40°,4.

Ausência de sinais clínicos de afecção pulmonar ou peritoneal. Faleceu às 19 horas.

Fêz-se uma medicação toni-cardíaca intensa, durante os dois dias do pós-operatório. Não se apontou qualquer outra medicação, decerto por não se observar nenhuma localização peritoneal ou pulmonar que a exigisse.

Quere dizer, esta doente sucumbiu pouco depois de 48 horas a seguir a uma histerectomia sub-total, em meio não infectado, sem qualquer outra sintomatologia que não fôsse uma hipertermia progressiva e um pulso muito freqüente (fig. n.º 1).

Esta observação oferece o quadro típico das hipertermias graves do síndrome pós-operatório tido como infeccioso. Evolução e desfecho estranhos, difficilmente explicáveis fora da hipótese duma reacção hiperérgica. É de crer que existisse previamente um estado alérgico e eu não excluo que a levíssima reacção febril pré operatória constitua um sinal de sensibilização a um determinado gérmen.

*

OBSERVAÇÃO II

A. da C. de 24 anos, solteira.

Diagnóstico: *apendicite crónica.*

Nos antecedentes não há doenças dignas de registo.

Refere dores freqüentes no ponto de Mac-Burnay, com obstipação e algumas náuseas. Menstruações fáceis, sem dismenorrea. A dor do ponto de Mac-Burnay não se agravava nos períodos menstruais. Não tinha febre, nem jámais referiu crises agudas apendiculares. Operada de apendicectomia, com incisão de Jalaguier, em 4-XII-35.

A operação decorreu sem incidentes e foi extremamente fácil. O apêndice estava livre, não aparentando sinais muito pronunciados

de inflamação. Secção dêste a termocautério e invaginação do coto perfeita. Raqui-anestesia com 0,10 grs. de novocaína Corbière.

Seqüências pós-operatórias: — Em matéria de febre e de pulso o gráfico junto dá-nos uma idéia precisa (fig. n.º 2).

Observada por mim e pelo médico assistente numerosas vezes nunca notamos a mais ligeira reacção peritoneal nem o mais pequeno sinal de afecção pulmonar, renal, ou da ferida operatória. Expeliu gases espontaneamente ao 2.º dia e algumas fezes no terceiro. Ventre mole.

Não se notava qualquer outro sintoma além de febre alta e de freqüência exagerada do pulso.

Hemocultura ao 3.º dia: negativa. Nesta altura a urina mostra vestígios de albumina e alguns cilindros hialinos. Diurese razoável.

Terapêutica de base: tonicardíacos, sôro fisiológico e glucosado. Morreu na tarde do 5.º dia (1).

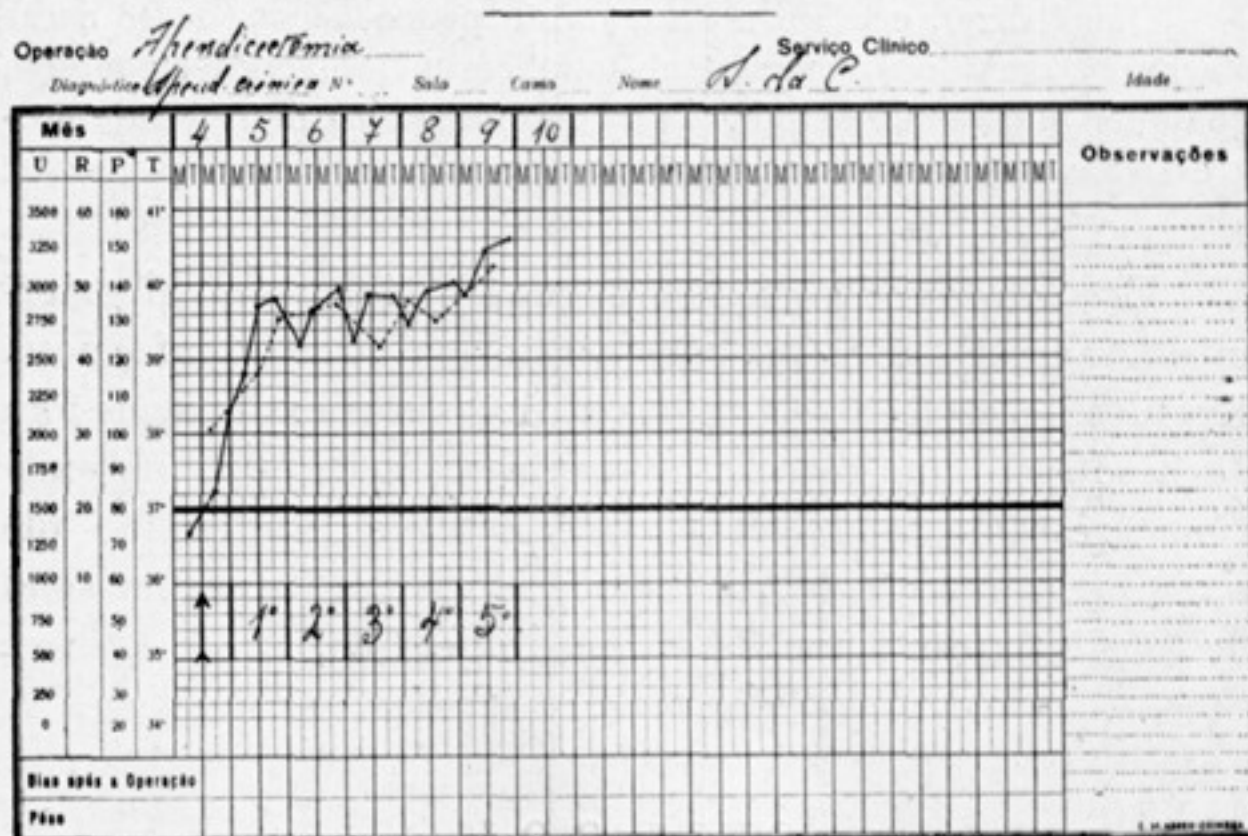


Fig. 2

Bizarro caso, também, onde no momento não foi possível pôr qualquer diagnóstico de verosimilhança, sobretudo etiológico.

Hoje não duvido que se tratou dum síndrome de hipersensibilidade.

(1) Não fui operador nem clínico assistente desta doente. Ajudei, contudo, à operação e observei-a várias vezes no pós-operatório. Devo à gentileza do seu médico a cedência da Observação.

*

Duma maneira geral o que impressiona nestas doentes e nos intriga é: 1.º a subitaneidade da «poussée» febril, a sua difícil explicação em confronto com a benignidade aparente da intervenção e, sobretudo, com a ausência de complicações sépticas manifestas; 2.º o negativismo de sintomas que nos permitam encaixar a doença nesta ou naquela variante nosológica, por falta de elementos que nos levem a pensar numa afecção bronco-pneumónica, propriamente dita, com os caracteres das usuais, ou numa peritonite generalizada, por impossibilidade de a admitir visto não ter havido qualquer contaminação durante o acto cirúrgico.

— Em muitos casos o síndrome de tipo infeccioso é caracterizado, apenas, por hipertermia, com todo o aspecto clínico das septicemias, nem sempre confirmadas pelo Laboratório; em outros, podem aparecer sintomas pulmonares, peritoneais, vasculares e hemorrágicos; em todos, porém, o cirurgião fica perplexo e por vezes se põe um diagnóstico não é por convicção íntima, mas apenas por conveniência de momento — que mais não seja porque lhe fica mal mostrar-se ignorante perante a «entourage».

Nas formas essencialmente febris, a curva térmica, em geral, obedece ao paradigma representado pelo gráfico de qualquer das Obs. I e II.

Os fenómenos sépticos, ou tidos como tal, instalam-se, como regra, precocemente. No primeiro dia a temperatura ronda pelos 39°. No segundo atinge os 40° e não raro vai mesmo até 41° ou 42°. Isto nos casos graves, porque nos benignos a hipertermia é mais moderada.

A forma hipertérmica a que me refiro é extremamente delicada; todos os cirurgiões a temem e com razão.

Habitualmente, estas afecções hipertóxicas pós-operatórias observam-se, apenas, nos operados de ventre, o que não deixa de ter um certo valor na concepção patogénica modernamente aceite.

Nos casos autopsiados, ora se não registam alterações apreciáveis, ora se notam infiltrados hemorrágicos viscerais, ora se observam congestões pulmonares de tipo edematoso e hemorrágico difusas, distintas dos focos clássicos de pneumonia ou bronco-pneumonia.

Localmente, é raro manifestarem-se lesões de carácter séptico, mas pode haver, não obstante, uma certa infiltração edematosa e hemorrágica dos tecidos.

Nos doentes que curam, os sintomas retrocedem progressivamente sem elementos que nos ponham numa pista de confiança em matéria de diagnóstico.

Naqueles que morrem, a perplexidade longe de diminuir aumenta, até porque a rudeza e rapidez da evolução do caso se não compadecem com os vários estados mórbidos sob que costumam etiquetar-se as complicações infecciosas banais das operações.

Quando a evolução é fatal só raramente a morte se não dá antes do sexto dia.

Eu não sei como muitos cirurgiões classificam a afecção mórbida a que me refiro, autêntica doença, ou melhor *síndrome de tipo infeccioso pós-operatório*, mas, o que posso dizer é que o meu espírito se não satisfaz com os rótulos que vulgarmente lhe são apostos (1).

Modernamente, a explicação procura-se numa reacção de hipersensibilidade, num verdadeiro estado hiperérgico despertado pelo acto cirúrgico em indivíduos sensibilizados para êste ou para aquêle alérgeno, microbiano ou não.

Convém recordar, antes de mais, algumas características dos sindromas alérgicos. Em seguida interessa firmar as analogias clínicas, biológicas e anátomo-patológicas dos estados hiperérgicos com as diferentes formas do síndrome pós-operatório de tipo infeccioso.

(1) Por definição, bem entendido, excluem-se dêste número os casos bem caracterizados de bronco-pneumonia, de peritonite ou de quaisquer outras modalidades infecciosas nitidamente individualizadas.

Depois, resta averiguar se é possível a hipersensibilidade, infecciosa ou não, em certos doentes operados, e, finalmente, qual o mecanismo dos sindromas hiperérgicos e qual a forma de os evitar.

Imunidade: — Visto que muitos dos sindromas hiperérgicos pós-operatórios devem ser tidos como de natureza infecciosa é bom lembrar algumas noções gerais respeitantes à imunidade para mais fácil compreensão dos ensinamentos contidos neste trabalho.

A imunidade traduz, como é sabido, um estado refractário à acção patogénica dum determinado micróbio ou dos seus produtos tóxicos. Assim, é-se imune em relação a esta ou àquela doença quando o organismo não é atacado pelo respectivo agente causal ou pelas suas toxinas.

A imunidade tanto pode ser natural como adquirida. Quasi todas as doenças infecciosas, depois de curarem, deixam no indivíduo um estado de imunidade, de maior ou menor duração, conforme.

Em certos casos a imunidade é permanente (sarampo, coqueluche, etc.); em outros, não passa de temporária (gripe, estreptococcias, estafilococcias, pneumonias, etc.).

Segundo Ch. Nicolle: «algumas vezes a imunidade parece ligada, não ao estabelecimento dum estado de resistência consecutivo à cura, mas à persistência no indivíduo curado, de alguns gérmes microbianos particularmente difíceis de destruir. A presença destes gérmes entretém o estado refractário. Logo que desaparecem, o organismo perde a imunidade, isto é, cessa de estar vacinado».

A vacinação, quando bem feita, pode levar, também, à imunidade.

Se existe imunidade em face dum determinado gérmem e este toma contacto com o indivíduo imunizado, tanto pode observar-se a sua destruição sem qualquer reacção, geral ou local, como pode o gérmem continuar a viver sem originar doença, com perfeita tolerância, portanto, do organismo.

Alergia e hiperergia: — A alergia foi definida por Pirquet (1906) como a modificação qualitativa, quantitativa ou cronológica, da reacção do organismo em face dum antigénio.

Duma maneira geral existe analogia entre as expressões: hipersensibilidade, anafilaxia e hiperergia. Qualquer delas traduz uma reacção do tipo alérgico, equivalendo a uma *exaltação* das condições normais de resistência do organismo em face dum determinado alérgeno.

As reacções de hipersensibilidade não se observam, apenas, em relação às proteínas e aos soros; verificam-se, igualmente, em relação aos gérmes infecciosos. As primeiras são mais conhecidas do que as segundas.

Tais reacções são, antes, um produto da defesa desordenada dos humores e tecidos do que, pròpriamente, um efeito da acção do próprio alérgeno.

Segundo F. Klinge, na alergia têm mais importância as modificações teciduais, biológicas e humorais, do que, pròpriamente, o antigénio que as desperta.

Êste não actua como causa principal do processo, mas, sim, como adjuvante, embora indispensável.

A hipersensibilidade deve comparar-se a uma imunidade perturbada.

No caso especial da infecção parece-me imprudente pôr tôdas as reacções e lesões a que podem dar lugar os fenómenos de hipersensibilidade como dependentes, exclusivamente, do exagêro e anarquia da defesa. Na verdade, não há um estado refractário absoluto em face dum antigénio infeccioso.

Um gérmem ao atacar um organismo sensibilizado, se determina reacções desordenadas e excessivas, também age em maior liberdade, por não ser frenado pelas condições habituais de resistência que se observam no indivíduo normal quando é alvo dum ataque pelo mesmo gérmem.

Sem dúvida que prevalecem as reacções de intolerância, mas com isto não devem menosprezar-se as acções de ataque.

No caso da hipersensibilidade às albuminas a acção agressiva do antigénio é praticamente nula. Aí marcam, apenas, os fenómenos reaccionais de intolerância.

A imunidade e a hipersensibilidade aparecem, pois, como fenómenos diametralmente opostos, embora susceptíveis de suceder um ao outro na hierarquia imunológica.

Uma vacinação incompleta, assim como a acção continuada de certos gérmes, em quantidade pequena para determinar a imunidade, podem criar no organismo estados de alergia susceptíveis de se revelar graças a qualquer causa que desencadeie o mecanismo próprio.

Não é fácil uma destrição exacta entre alergia, por um lado, e hiperergia por outro.

Em certo modo a alergia representa um estado estático de sensibilização, ou melhor, talvez, um estado de alerta; enquanto que a hiperergia representa um estado dinâmico ou de alarme, biológica e clinicamente despertado mercê do ataque dum alérgeno, anaflactogénio, ou reactogénio.

A hiperergia (anaflaxia ou hipersensibilidade) constituirá, pois, a expressão clínica e biológica da exaltação dos estados de alergia. A alergia guarda a essência do estado; a hiperergia mostra os atributos clínicos e biológicos desse mesmo estado. A alergia equivale a uma condição de receptividade; a hiperergia à sua revelação activa.

Resumindo, *as expressões: hipersensibilidade, anaflaxia e hiperergia, traduzem estados equivalentes e são sucedâneos, na ordem biológica e clínica, da alergia.*

— É quasi inútil insistir na diferenciação clássica dos fenómenos anaflácticos e dos fenómenos tóxicos. Desde Richet a Tzanck tem sido feita por numerosíssimos autores, de tal maneira que hoje não há confusão possível entre uns e outros. Sob o aspecto etiológico, enquanto na intoxicação há relação entre o poder do tóxico e os seus efeitos, na anaflaxia doses mínimas dão por vezes efeitos grandes. Sob o ponto de vista patogénico as manifestações de hipersensibilidade resultam dum processo activo, reaccional, enquanto que na intoxicação derivam de alterações passivas. Sob o aspecto anatómo-patológico e clínico, na anaflaxia as lesões resolvem-se espontaneamente e de maneira completa nos casos que curam, o mesmo não acontecendo nas intoxicações, onde oferecem um carácter destrutivo. Na anaflaxia o papel do terreno é superior à acção do antigénio; na intoxicação dá-se o inverso. Naquela evita-se a acção dessensibilizando o organismo; nesta só se impede eliminando o tóxico.

Pelo que respeita à hipersensibilidade à infecção importa, igualmente, que a tomemos como idêntica à anaflaxia não infecciosa. Na verdade, a morfologia das lesões é semelhante nos dois estados: a mesma forma congestiva, hiperémica e edematosa, do tipo das lesões de fluxo, a nível dos pulmões ou em outros órgãos tocados; as mesmas alterações vasculares, particularmente da rede capilar.

Segundo Pehu e Woringer a alergia infecciosa varia com a porta de entrada, com a constituição química e biológica do antigénio e com as mudanças celulares e teciduais que se observam no organismo. Para estes autores os sindromas alérgicos, infecciosos ou não, «têm um «substratum» anatómico e um comportamento físico vizinhos, mas a tradução sintomática está na dependência de factores diversos» (1).

Certas diferenças observadas na estrutura hematológica resultam, antes, da variedade especial do reactogénio.

Evidentemente que a anaflaxia microbiana, de gérmens vivos, tem de acarretar modificações hemáticas distintas das que se encon-

(1) *Revue Française de Pédiatrie*, t. x, 1934, pág. 1.

tram na anafilaxia não microbiana. Explica-se, assim, a inconstância da eosinofilia nas alergias infecciosas. Além de que a leucocitose não costuma atingir nas manifestações de hipersensibilidade à infecção cifras tão altas como no caso geral.

Experimentalmente, a hipersensibilidade à infecção é absolutamente demonstrada pelo clássico fenómeno de Koch (1).

Quere dizer, num organismo já tuberculoso a inoculação de novos bacilos provoca reacções defensivas intensas, com carácter destrutivo, que traduzem uma exaltação da sensibilidade em relação ao b. de Koch. Revela-se, assim, por fenómenos de hipersensibilidade ou intolerância, um estado alérgico que se mantinha oculto antes do ataque do reactogénio bacilar (2).

(1) *Fenómeno de Koch*: — Koch verificou que: «se se inocula um cobaio com uma cultura pura de bacilos a ferida fecha ordinariamente e parece curar a partir dos primeiros dias. Só por volta do 10.º ou 15.º dia é que aparece no ponto de inoculação um nódulo duro que se abre dentro de pouco tempo e produz uma úlcera persistente até à morte.

Ora os cobaios já infectados de 4 a 6 semanas e que se inoculam de novo, comportam-se de maneira diferente; nêles não se forma nódulo no lugar da reinoculação, mas, a partir do dia que segue ou no imediato, o ponto torna-se duro e toma uma cor vermelho-violácea, depois negra, numa extensão de 5 a 10 milímetros. Nos dias seguintes a pele necrosa. Não tarda em se eliminar deixando em seu lugar uma úlcera superficial que cura rapidamente, de maneira definitiva, sem que os gânglios vizinhos estejam tumefeitos. Assim, os bacilos da tuberculose actuam de maneira diferente quando inoculados sob a pele dum animal já tuberculoso ou dum animal são. Êste efeito curioso não é especial dos bacilos vivos; observa-se, igualmente, com bacilos mortos».

(2) A hipersensibilidade microbiana é um facto incontestável em medicina veterinária. Para exemplo basta lembrar que Leclainche e Vallée quando estudaram a vacinação contra o carbúnculo nos bovídeos observaram que os animais que viviam em terrenos conspurcados com bacilos do carbúnculo eram portadores de gérmes em estado de latência.

Êstes animais estão de tal maneira sensibilizados para os gérmes de que são portadores que uma injeção de vacina, com vírus atenuados. — que o animal normal suporta admiravelmente — provoca nêles ou a eclosão da infecção até aí latente, ou um acidente específico no ponto de inoculação da vacina; isto é, os vírus atenuados comportam-se como uma cultura virulenta.

Existe analogia entre o fenómeno de Koch e o fenómeno de Arthus. Naquele o bacilo de Koch, neste o sôro de cavalo, produzem lesões a todos os títulos semelhantes (1).

Mais um motivo, pois, para se pôr no mesmo plano a hipersensibilidade à infecção e a anafilaxia não microbiana. Mas, não vale a pena insistir no caso porque hoje não se nega a identidade em questão.

Mais interessante para o meu ponto de vista é sabermos que os fenómenos de alergia infecciosa nem sempre são específicos; efectivamente, ao conceito de *homo-alergia* dos primeiros tempos há a juntar, hoje, a noção de *hétero-alergia*.

O fenómeno de *Sanarelli-Shwartzman* demonstra, cabalmente, a não especificidade da hiperergia à infecção.

Com efeito, Sanarelli observou, em 1924, que os coelhos injectados nas veias com culturas de vibriões coléricos suportavam perfeitamente a inoculação, mas vinham a falecer com fenómenos de algidez e lesões hemorrágicas do intestino se, secundariamente, se fazia uma injeção intravenosa dum filtrado inofensivo dum cultura dum micróbio banal.

Shwartzman, em 1928, verificou que a injeção na derme de um coelho de certos filtrados microbianos conduz a uma reacção hemorrágica necrótica se no dia seguinte se faz uma injeção intravenosa do mesmo filtrado.

A. Gratia e R. Lins, consideram estes dois fenómenos como idênticos, equivalendo um e outro a uma reacção alérgica hemorrágica, sem especificidade no primeiro caso, com ela no segundo. Têm eles as mesmas particularidades biológicas, anátomo-patológicas e, certamente, patogénicas, distinguindo-se, apenas, nos seus aspectos etiológicos.

O fenómeno de Sanarelli-Shwartzman, ou, se quisermos ser mais exactos, o fenómeno de Sanarelli, embora fuja às condições da anafilaxia clássica, tem características anafiláticas absolutamente

(1) *Fenómeno de Arthus*. — «Injectando na pele dum coelho 10 c. c. de sôro de cavalo não se observa nenhuma reacção; mas se se repetem as injeções em doses mais fracas (5 c. c.) verifica-se, primeiro, um pouco de edema, depois infiltração pseudo-flegmonosa, estéril à sementeira, e, no fim, gangrena ou necrose asséptica (por volta da 6.^a injeção). Uma injeção endovenosa de 2 c. c., num animal assim sensibilizado, provoca ou a morte imediata no meio de fenómenos nervosos, ou a morte tardia, ao cabo de algumas semanas, em caquexia. O fenómeno é específico». Le Bourdellés, *Precis d'Immunologie*, 1930, pág. 255.

inconfundíveis. Trata-se, como diz Gratia e Linz, «duma reacção de hétero-alergia, na qual a hemorragia constitui o carácter comum».

Este achado tem extrema importância; sem êle seria impossível a interpretação de certas reacções de hétero-hipersensibilidade à infecção. Como diz Lortat-Jacob «todo o terreno portador de gérmenes vai poder, em certas condições de *preparação*, ser a sede de manifestações mais ou menos graves de hipersensibilidade à infecção, sem que por isso o carácter específico tenha necessidade de ser respeitado (1).

ANALOGIA DOS ESTADOS DE HIPERSENSIBILIDADE COM O SINDROMA DE TIPO INFECCIOSO PÓS-OPERATÓRIO

As manifestações clínicas e as lesões anátomo-patológicas dos estados de hipersensibilidade e do síndrome de tipo infeccioso pós-operatório, ajustam-se bem, não havendo antagonismo que as separe, mas, antes, enormes pontos de contacto que as unem.

Manifestações clínicas: — As manifestações clínicas dos estados de hipersensibilidade, tal como as do síndrome de tipo infeccioso pós-operatório, podem ser gerais ou locais, consoante se reportam a perturbações do automatismo geral, (febre, arrepios, língua saburrosa, colapso e inibição dos processos de assimilação), ou se limitam a alterações teciduais, atingindo em especial um determinado órgão (rim, fígado, pulmões ou cérebro).

Neste particular, observa-se sincronismo com as manifestações de anafilaxia geral, esquematicamente relatadas por Tzanck no seu livro: *Immunité, Intolérance, Biophylaxie* (1934).

Evidentemente, que não é possível fazer-se uma discriminação exacta entre as perturbações gerais e as mani-

(1) Lortat-Jacob, *Les réactions d'hipersensibilité à l'infection en Chirurgie*, 1939, pág. 35.

festações locais, porque a partir de certo ponto imbricam entre si, visto serem raros os casos puros de alterações humorais sem repercussão sobre os órgãos e mais raras, ainda, as lesões teciduais que não se refletem sobre o equilíbrio dos humores. Qualquer divisão, pois, não tem outro alcance que não seja a sistematização indispensável num estudo do carácter dêste.

Entre as manifestações clínicas gerais contam-se as térmicas, as respiratórias, as circulatórias e as nervosas.

Entre as locais avultam as peritoneais e as pulmonares.

Perturbações térmicas: — De todos os sintomas do síndrome de tipo infeccioso pós-operatório o mais impressionante é, sem dúvida, a febre. Por vezes êste síndrome revela-se só por febre—são as formas *hipertérmicas simples*, em outros casos, a febre acompanha-se de outras perturbações.

— Não estamos devidamente autorizados a considerar como manifestação de hipersensibilidade a reacção febril moderada que costuma observar-se nos primeiros 2-3 dias após as intervenções cirúrgicas, mas, com isto, eu não pretendo excluir do seu mecanismo de aparecimento a influência de factores que agem sobre os humores, sobre o sistema neuro-vegetativo e dum modo particular sobre os centros reguladores térmicos, à maneira de reactogénios.

Com efeito, não sabemos, ainda, de maneira perfeita, através de que mecanismo se observa a reacção febril peculiar dos primeiros dias a seguir à operação. O velho conceito da reabsorção sangüínea não satisfaz em absoluto, porque conhecemos muitos casos de extravasamento sangüíneo abundante para a intimidade dos tecidos, ou das cavidades, sem reacção febril apreciável e, também, porque em muitos operados, em que a hemóstase foi rigorosamente feita, se regista naqueles dias hipertermia notável. Não contestemos, em todo o caso, um certo valor à desintegração e reabsorção das proteínas a nível da ferida operatória.

A secção dos filetes simpáticos e a sua repercussão no sistema neuro-vegetativo e através d'êste nos fenómenos de oxidação e regulação térmica, não pode deixar de ter alguma influência.

Quere dizer, a pequena reacção febril dos operados não corresponde, sem dúvida, a fenómenos inflamatórios locais ou gerais, nem, talvez, a um estado ligeiro de hipersensibilidade; a verdade, porém, é que o mecanismo patogénico que geralmente lhe é atribuído, não deixa de ter uma certa semelhança com o invocado para explicar as perturbações térmicas dos sindromas de hipersensibilidade.

Em um e outro caso predominam as manifestações reaccionais da parte do indivíduo e não tanto a agressividade dos agentes que as originam.

A influência do terreno revela-se, ainda, através da diversidade de comportamento da parte do doente em matéria de reacção febril. Na verdade, certos operados não apresentam a mais ligeira elevação térmica, enquanto outros, porventura de menor gravidade, acusam hipertermia manifesta.

Não deixa de ser curioso constatar, também, que a ligeira reacção febril pós-operatória a que me venho referindo, não se observa em muitos doentes sujeitos a operações por processos supurados arrefecidos.

À primeira vista parecia deverem constituir êstes exemplares meio ótimo para uma reacção febril em certa maneira aparatosa. Ocorre perguntar-se se a vacinação activa que os doentes sofreram não terá influência no não aparecimento da febre?

— Do exposto ressalta a dificuldade em que por vezes nos encontramos de estabelecer a destrição entre um síndrome pós-operatório banal e um síndrome grave, ou pelo menos delicado, de hipersensibilidade.

Em ambos os casos comparece, como regra, a sede intensa, a secura da língua, a polipneia, a taquicardia excessiva e, não raro, uma certa excitação nervosa e mal estar geral.

Duma maneira genérica tomaremos como síndrome febril benigno, pós-operatório, aquêles casos de febre não superior a 38°,5 e nos quais se não observam sintomas inquietantes no que respeita a outras manifestações gerais.

Como síndrome de tipo infeccioso considerar-se-ão os casos restantes.

A febre constitui o sintoma dominante do síndrome em questão. Como regra, instala-se nas primeiras 24 horas em redor dos 39°, mantém-se ou eleva-se nos dois dias seguintes, terminando, nos casos mais felizes, por uma descida em lisis e nos mais graves pela morte a breve trecho (3-4 dias), em hipertermia muito acentuada, que por vezes atinge 41°-42°. A auscultação pulmonar não revela, habitualmente, qualquer alteração.

Feitas hemoculturas podemos encontrar um germen microbiano, mas na maior parte dos casos os meios ficam estéreis.

Não é raro aparecerem certos sintomas de paresia intestinal e, até mesmo, fenómenos de peritonite. Se o incidente surge num operado de ventre tal sintomatologia só possui valor real, para efeito de diagnóstico do síndrome de tipo infeccioso pós-operatório, quando não tenha havido abertura de cavidades infectadas (vísceras cavadas, ou locas supuradas).

Orienta-nos no diagnóstico a própria perplexidade em que ficamos depois de bem esquadrihadas as possíveis causas da reacção febril. De facto, os síndromas febris pós-operatórios de causa desconhecida são quasi sempre filhos duma reacção alérgica.

O síndrome de tipo infeccioso pós-operatório é sempre um estado dos primeiros dias após a operação. Nasce com esta, praticamente, sendo muito raro que não se revele nas primeiras 48 horas.

Os síndromas febris tardios não devem ser considerados como daquele tipo.

Quando pensamos em estabelecer analogia entre os fenómenos febris do síndrome de tipo infeccioso com outras

manifestações de hipersensibilidade podemos, porventura, ficar embaraçados com o facto de não serem freqüentes as elevações térmicas nos estados banais de anafilaxia. Mas, o não serem freqüentes não quiere dizer que sejam raras. O *favismo* (alergia às favas) tão corrente na Sicília e na Sardenha, dá, habitualmente, temperaturas a 39°.40° e a própria doença sérica dá, por vezes, acessos febris a 40°. Por outro lado, a hiperergia pulmonar, altamente hipertérmica, é hoje um facto bem averiguado (Busche e Leitner).

Na hiperergia infecciosa a febre é usual, ora o síndrome pós-operatório a que me refiro se traduz hipersensibilidade traduz, quási sempre, infecção. Natural é, pois, que não falem as perturbações térmicas comuns aos estados infecciosos.

Não quero deixar de dizer que podem observar-se estados de hipersensibilidade à infecção sem febre. O próprio síndrome pós-operatório revela, por vezes, êste aspecto, particularmente nas formas, onde predomina o estado de choque.

Perturbações respiratórias: — Determinadas crises de dispneia, sem lesões pulmonares ou cardíacas, que podem observar-se após as operações, são da mesma índole das manifestações peculiares de alguns estados anafilácticos gerais.

Na verdade, no síndrome de tipo infeccioso, certas manifestações, essencialmente respiratórias, são nitidamente, de tipo hiperérgico. A Observação III parece-me dever ser considerada como tal.

OBSERVAÇÃO III

M. da C., de 23 anos, residente em Areosa.

Internou-se na Enfermaria de Ginecologia em 17/10/1941.

Nada de especial nos antecedentes. É bem menstruada.

Há cêrca de um ano sofre de dores abdominais no baixo ventre. O exame ginecológico nada revela de anormal. A palpação desperta dor viva na região apendicular.

O exame radiológico ceco-apendicular pronuncia-se pelo diagnóstico de apendicite crónica. Clinicamente há elementos suspeitos em favor de tal hipótese, pelo que se decidiu a operação.

Reacção de Wassermann: negativa. Urina: sem elementos anormais.

Foi operada em 1 de Novembro passado de apendicectomia. Raqui-neocaina Corbière (0,10). Operação sem incidentes. Apêndice livre, mas nitidamente inflamado. Secção do apêndice a galvano-cautério e invaginação do coto.

Seqüências: — Na tarde do dia da operação esteve extremamente mal. A temperatura subiu a 40° e o pulso a 140. Acusava, ao mesmo tempo, taquipneia intensa (55 ciclos) e côr cianosada da face, torax e braços. De onde a onde viam-se manchas de aspecto vinoso. Sensação de opressão torácica, que a simples hipertermia não explicava.

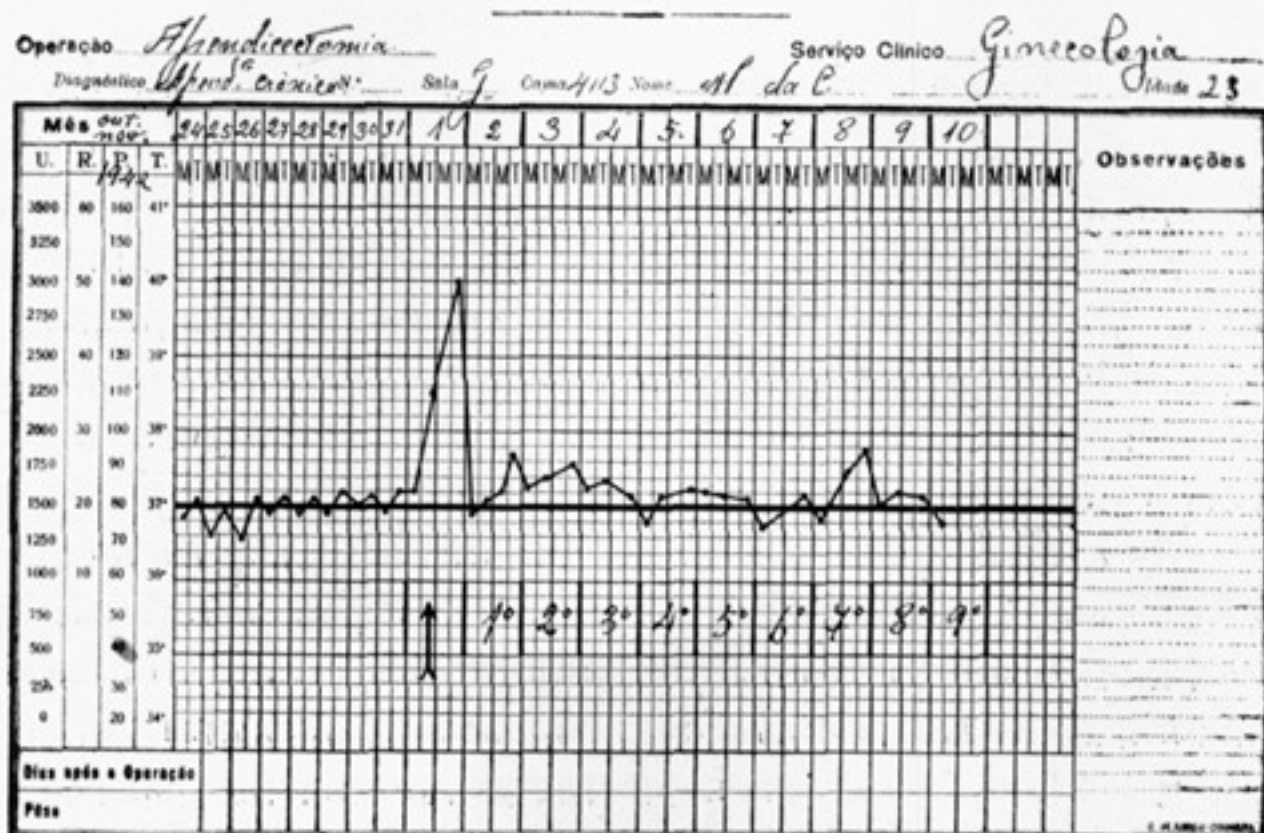


Fig. 3

A dispneia aparentava ser mecânica. A auscultação não revelava sinais especiais.

Predominava nesta doente um síndrome vascular e respiratório. O Dr. A. Matos Beja, chamado à noite de urgência, encontrou a doente muito mal. Como não viu onde filiar o seu péssimo estado geral, vascular e respiratório, pensou, e muito bem, num acidente de hipersensibilidade.

Mandou injectar meio mmgr. de atropina. A enfermeira informou no dia seguinte que após a injeção a doente começou a

melhorar, de tal maneira que 4 horas volvidas já mal se notavam a asfixia e as manchas de aspecto vinoso a que me referi. Na manhã seguinte a temperatura veio para os 37°. Nos dias ulteriores, a curva térmica não acusou alterações de maior (fig. n.º 3).

Teve alta curada em 10/11/1941.

Em favor da hipótese dum síndrome de hipersensibilidade à infecção encontramos nos dias que precederam a operação uma ligeiríssima febrícula no género da registada na Observação I (a temperatura foi colhida, como de costume, na axila). Além deste facto, a subitaneidade do acesso febril, a crise de dispneia, as perturbações vasculares cutâneas e o bom efeito da atropina, constituem outros tantos elementos em favor dum síndrome de hipersensibilidade.

Perturbações circulatórias: — O aparelho circulatório costuma ser muito tocado no síndrome de tipo infeccioso pós-operatório, como o é em todos os estados anafilácticos.

As perturbações são similares; assim, não faltam a hipotensão arterial, em grau maior ou menor, e a frequência exagerada do pulso, como não é raro aparecerem hemorragias. Estas manifestam-se, como regra, em órgãos sãos (rins, estômago, intestino, útero).

As hemorragias constituem, sem dúvida, uma das manifestações mais importantes em favor da hipersensibilidade, porque tem sido possível reproduzi-las experimentalmente em animais de Laboratório, devidamente hipersensibilizados.

Quando se observam hemorragias ou enfartes, em exames clínicos ou necrópsicos, em exemplares que sofrem, ou hajam sofrido, dum síndrome de tipo infeccioso pós-operatório, febril ou não, podemos afoitamente pronunciar-nos em favor dum estado hiperérgico.

Lembro, a propósito, um caso de Wilmoth, de apendicectomia simples, em apêndice pouco doente, cuja operação decorreu sem o mais ligeiro incidente e no qual, todavia, se observou: no 1.º dia — 39°, no 2.º — hematemeses, no 3.º — ventre abaúlado, sem emissão de gases, e hematórias. Reintervém-se e nada se nota na zona operatória, nem

sequer se dá pela presença de serosidade; em contra-partida observa-se um extenso enfarte do intestino delgado, cujas paredes, de cor vermelho-escuro, têm o aspecto clássico do chouriço de sangue; não obstante, o mesentério não apresenta nenhuma lesão de enfarte. Ao 4.º dia o doente morre.

Perturbações nervosas:— Nas formas graves do síndrome de tipo infeccioso pós-operatório não faltam nunca as perturbações nervosas. Sobressaem, entre estas, o torpor e a adinamia, a insónia e a agitação e uma vez por outra, a euforia.

Por si só os sintomas nervosos não nos permitem pôr o diagnóstico de síndrome de hipersensibilização, embora na hiperergia infecciosa e na anafilaxia clássica tais sintomas sejam freqüentes.

Como já disse e agora repito, o síndrome pós-operatório pode revelar-se, apenas, por manifestações febris, respiratórias, circulatórias, ou nervosas; em muitos casos, porém, comparecem umas e outras.

Louis Bazy, em vários trabalhos publicados sobre o assunto, cita algumas observações de sintomatologia mixta. Devo acrescentar serem, até, mais raras as formas unívocas do que as outras.

As reacções de hipersensibilidade não apresentam uma modalidade imutável, nem geral nem local. Variam com os alérgenos como variam com os indivíduos. De comum oferecem, não obstante, os traços principais e em especial o mecanismo de produção.

Nesta ordem de idéias não devemos estranhar que o estudo do sangue não revele, rigorosamente, as mesmas características na hiperergia infecciosa e na não infecciosa. Nesta última, a leucocitose pode substituir a leucopenia, como a eosinofilia pode dar lugar à neutrofilia sem por isso invalidarmos o seu carácter hiperérgico.

Manifestações locais:— Como manifestações locais mais importantes do síndrome de tipo infeccioso pós-operatório citam-se certas peritonites e algumas pneumopatias.

Não é minha intenção demorar-me em considerações sobre estas variedades porque compreendo quão difícil se torna poder afirmar que uma determinada peritonite ou pneumopatia provém de um síndrome de hipersensibilidade.

Em princípio, tôdas as complicações infecciosas desta ou de outra ordem deixarão de tomar-se à conta de reacções hiperérgicas desde que possam explicar-se por qualquer outro mecanismo.

Não obstante, admito, perfeitamente, que se observem peritonites e pneumopatias em resultado de fenómenos de hipersensibilidade.

As peritonites que surgem fora de qualquer contaminação no acto operatório, talvez devam enfileirar naquele tipo de afecções.

Quanto às manifestações pulmonares não podemos, em alguns casos, deixar de conceder valor ao estado alérgico do indivíduo, se tivermos em atenção que modernamente se liga muita importância à alergia no aparecimento de certas pneumopatias. Busche, Leitner e entre nós o Dr. Guilherme de Oliveira publicaram casos típicos de pneumopatias hiperérgicas. A própria tuberculose, em muitos aspectos, começa a ser encarada sob o prisma da alergia (Franz Ickert, H. Alexander, Burger, Curschmann, etc.).

O edema pulmonar, principia a ser tido, também, como uma manifestação de hipersensibilidade.

O catarro sufocante e o pulmão vagal constituem duas formas de manifestações alérgicas bem averiguadas de certos estados infecciosos; pois bem, certas alterações pulmonares pós-operatórias oferecem semelhanças impressionantes com este tipo de lesões.

Leon Binet, Pierre Duval e outros, atribuem grande valor na génese das lesões pulmonares pós-operatórias à acção dos polipeptidos desintegrados e absorvidos a nível

da ferida cirúrgica. Tal facto seria nitidamente de ordem hiperérgica (1).

Segundo esta doutrina, haveria, primeiro e fundamentalmente, uma reacção hiperérgica a nível dos pulmões, devido a hipersensibilização do indivíduo pelos polipeptidos e logo depois observar-se-ia uma localização microbiana nêsse ponto, que daria ao processo a forma de congestão pulmonar, de bronco-pneumonia ou simples bronquite.

Determinadas alterações vasculares da pequena circulação, igualmente de ordem alérgica, poderiam condicionar, da mesma forma, o aparecimento de focos inflamatórios.

É curiosa a êste respeito a história clínica que relato a seguir. Em certa maneira, parece-me absolutamente integrada no tipo das infecções pulmonares hiperérgicas.

OBSERVAÇÃO IV

J. C. R., de 17 anos, solteira, residente em Coimbra. Internada em Ginecologia em 12/3/942.

Refere desde há muito crises dolorosas na fossa ilíaca direita. É regularmente menstruada e não sofre de dismenorreia. É heredo-sifilítica.

A palpação no ponto de Mac-Burnay é dolorosa. Sofre, habitualmente, de obstipação. Foi observada no meu consultório várias

(1) Segundo Duval e Binet as lesões pulmonares hiperérgicas pós-operatórias oferecem dois tipos:

a) *Tipo atelectásico*: — (colapso, vaso-dilatação, engorgitamento dos vasos, sem inundação dos alvéolos e com espessamento do parênquima pulmonar);

b) *Tipo da apoplexia pulmonar*: — (enfarte, sem obliterações vasculares, inundação sangüínea dos alvéolos, que estão ectasiados, e dilatação dos vasos arteriais e venosos).

Em experiências feitas em cães sensibilizados com polipeptidos autógenos os A. A. obtiveram lesões idênticas às referidas, quando injectavam nas veias polipeptidos igualmente autógenos.

Nos cães não sensibilizados a injeção de polipeptidos não dava a mais pequena alteração. (*Presse Medicale*, n.º 29, pág. 1800, ano de 1936).

vezes. Pôsto o diagnóstico de apendicite crónica, internou-se no Serviço de Ginecologia para ser operada.

A urina não contém elementos anormais.

Apendicectomia em 14/3/942 sob anestesia geral pelo clorofórmio. Apêndice não aderente mas bastante inflamado. Secção a gálvano-cautério e invaginação do coto, sem incidentes.

Seqüências: — Na tarde do dia da operação e no primeiro dia

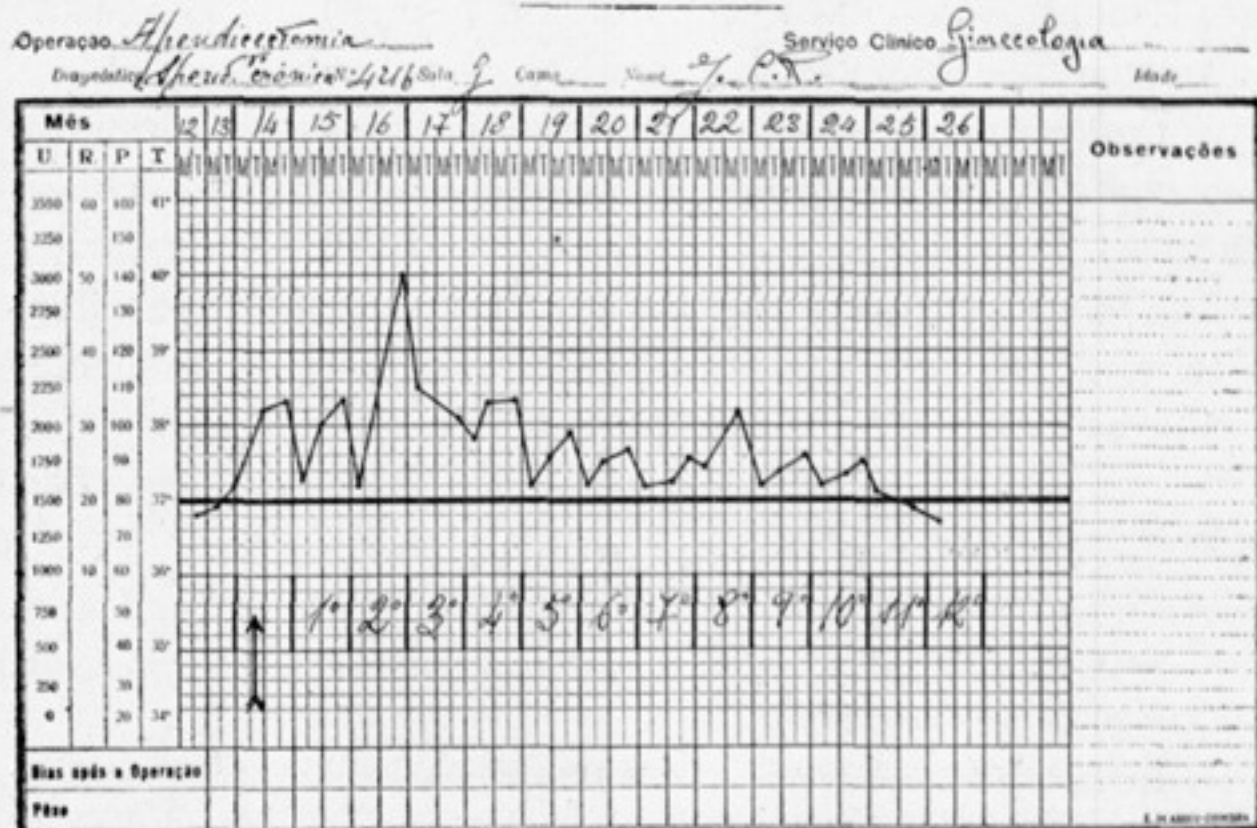


Fig. 4

após, a temperatura atingiu 38°,4. Na tarde do segundo dia foi a 40°. O pulso neste dia era praticamente incontável. Havia dispneia intensa e notava-se, tal como na Observação III, um tom arroxeadado que traduzia uma péssima hematose. Opressão torácica grande e agitação muito pronunciada.

Como o seu estado inspirasse cuidados fui chamado na noite desse dia para a observar.

A auscultação revelava fervores disseminados pelos dois campos pulmonares. Dir-se-ia tratar-se de edema pulmonar e, por mim, não vou longe de que assim era.

Injectei 1 c. c. de atropomorflina, pensando numa reacção essencialmente hiperérgica.

Pouco depois começou a sossegar e na manhã seguinte parecia outra — pulso bem batido, dispneia ausente, côr normal. Persistiam os fervores e alguma expectoração.

A partir do 9.º dia os campos pulmonares ficaram limpos e a temperatura veio para o normal ao 11.º dia (fig. n.º 4).

Teve alta em 26/3.

Houve, manifestamente, uma infecção na árvore brônquica, que evoluiu a partir do 3.º dia segundo as normas clínicas de uma bronquite. O acesso, porém, do 2.º dia, com a crise de dispneia, os fervores brônquicos e a elevação brusca da temperatura para os 40º, autoriza-nos a suspeitar dum síndrome hiperérgico. A eficácia da atropomorfinina reforça a hipótese.

— Não obstante, parece-me arriscado levar a maior parte das pneumopatias pós-operatórias (pneumonias, bronco-pneumonias e bronquites) para o campo da hipersensibilidade.

As pneumopatias explicam-se melhor, duma maneira geral, por embolias sépticas ou por fenómenos de anergia transitória resultantes da operação em si, através de modificações inibitórias gerais e locais. Como consequência os gérmenes da árvore brônquica aumentariam de virulência dando lugar a qualquer dos tipos das afecções inflamatórias pulmonares.

Nas formas graves do síndrome de tipo infeccioso pós-operatório, encontramos, quasi sempre, associados em pleno, os caracteres definidos por Marquézy e M.^{lle} Ladet em 1938 no *X Congresso dos Pediatras de Língua Francesa*, como típicos do síndrome maligno das toxi-infecções: a mesma hipertermia desobstinada (40º-41º-42º), as mesmas lesões respiratórias (pulmão vaginal, edema sero-hemorrágico), as mesmas hemorragias, as mesmas lesões renais e as mesmas lesões nervosas. Claro é que nem sempre comparece a totalidade das lesões citadas.

Sob o ponto de vista anátomo-patológico verifica-se, igualmente, uma identidade perfeita.

Daqui o termos de aproximar o síndrome grave pós-operatório, considerado como hiperérgico, do síndrome maligno geral toxi-infeccioso, ou este daquele. Deve verificar-se a segunda hipótese, em concordância com a doutrina em voga, que relega o síndrome maligno toxi-infeccioso para o campo das manifestações de carácter hiperérgico. Voltaremos ao assunto.

Lesões anátomo-patológicas: — A característica anátomo-patológica das lesões hiperérgicas é de ordem *congestiva, edematosa e hemorrágica*. Chegou-se a esta conclusão autopsiando animais vítimas de acidentes anafilácticos provocados.

Ora, os exames necrópsicos dos casos de síndrome pós-operatório, apresentam, justamente, lesões deste tipo, como no-lo afirmam Louis Bazy, Lortat-Jacob, Friedmann e outros.

Não puderam autopsiar-se os exemplares das observações I e II, o que lamento. Apesar disso, devo dizer que nas formas hipertérmicas simples é raro a autópsia fornecer qualquer elemento de valor.

Uma observação de Louis Bazy, muito semelhante à minha n.º II, e dizendo respeito, também, a uma doente operada de apendicectomia, não revelou na autópsia qualquer sinal de peritonite, nem qualquer perfuração do ceco à altura da bolsa de invaginação, estando bem invaginado o coto do apêndice.

Quanto ao exame geral das vísceras nada mais se notou além de engorgitamento sangüíneo e de edema nos dois pulmões.

Os experimentadores são unânimes em referir estados congestivos, edematosos e hemorrágicos, quer a nível dos pulmões, quer a nível dos rins.

Predominam, portanto, as lesões vasculares; todavia, podem não se notar alterações dignas de registro.

Se pusermos em confronto com a observação de Bazy, que acabo de referir, uma outra de Wilmoth, também já transcrita, na sua parte mais interessante, podemos concluir pela identidade absoluta de expressões lesionais. Nas formas hipertérmicas simples a semelhança, entre si, de lesões é completa, como é bem averiguada, também, a identidade anátomo-patológica dos estados infecciosos de hipersensibilização com os de anafilaxia geral.

A serosidade sangüinolenta contida no parênquima pulmonar dos exemplares autopsiados traduz um infiltrado

de tipo edematoso que é peculiar, repito, dos estados anafiláticos.

As lesões viscerais dos estados hiperérgicos resultam, sempre, de fenómenos de endotelite. Knepper demonstrou, experimentalmente, não ser possível provocar a localização duma reacção hiperérgica, neste ou naquele órgão, sem que primeiro sejam lesadas as células endoteliais da região.

A importância e o valor destas lesões tornou-se bem conhecido com os trabalhos de Reilly e da sua escola. As hemorragias das placas de Peyer na febre tifóide, certas hemorragias cerebrais e várias alterações do sistema reticular, são hoje vistas à luz deste critério.

As alterações vasculares constituem, sem dúvida, apnágio das lesões de tipo hiperérgico.

Em resumo: sob o ponto de vista anátomo-patológico, como sob o ponto de vista clínico, não faltam motivos de semelhança entre os estados anafiláticos gerais e certos sindromas pós-operatórios de individualidade clínica até aqui não determinada. Justo é, pois, que consideremos estes como verdadeiros sindromas hiperérgicos.

Só resta saber se a hipersensibilização é possível nos operados e, caso afirmativo, em que condições pode dar-se.

Nada se conhece de positivo sobre a natureza dos alérgenos que podem condicionar os sindromas alérgicos pós-operatórios. Pondo de parte as reacções tardias de ordem anafiláctica atribuíveis ao *cat-gut* e as que provém de reacções a substâncias medicamentosas (soros ou drogas), as restantes, isto é, as manifestações dos primeiros dias após a operação, as únicas, portanto, intimamente relacionadas com o acto operatório — e as únicas, também, a que se reporta o meu estudo — resultam, segundo alguns, da acção de proteínas não vivas, segundo outros da acção dum antigénio bacteriano e quiçá — 3.^a hipótese — da acção de alérgenos infecciosos ou não, consoante os casos, ou seja, conforme a inter-relação entre o alérgeno sensibilizante e o anafilactogénio hipersensibilizante.

Hipersensibilidade não infecciosa:— A sensibilização de certos doentes a alérgenos não vivos é possível, evidentemente, inclusive tem sido admitida em relação a polipeptidos ou outras substâncias de origem autógena. Ora, se a alergia pode estabelecer-se nestas condições, não repugna aceitar que sob a acção de reactogénios da mesma natureza se vá cair num estado hiperérgico.

Nas mulheres, por exemplo, tais fenómenos de auto-sensibilização observam-se durante a gravidez (febre dos primeiros meses, enjôos, vômitos, etc.) ou na dependência da menstruação (urticária catamenial).

No primeiro caso não são difíceis de compreender, porque, em certo modo, as albuminas ovulares funcionam como albuminas estranhas, mas no segundo trata-se bem duma hipersensibilidade autógena.

Segundo H. Gougerot, algumas dermatoses e pruridos seriam resultantes dum processo de auto-sensibilização por substâncias produzidas pelo próprio organismo na intimidade dos tecidos. Como agente hipersensibilizante actuaria a luz, o frio, a água, um choque nervoso, etc. (1).

Nesta ordem de idéias oferece-se perguntar se o acto cirúrgico não poderá, por si, desencadear um mecanismo hipersensibilizante não infeccioso, dando lugar a manifestações do tipo dos síndromas hiperérgicos pós-operatórios.

Nos últimos dez anos tem sido muito debatida a questão da polipeptidemia nas suas relações com a doença pós-operatória. Trabalhos de Marcel Darmaillacq, René Lançon, René Goiffon, Noël Fiessinger, Cristol e Jeanbrau, R. Reding e, sobretudo, do Dr. Esteves Pinto (Pôrto) dão-nos uma idéia do comportamento dos polipeptidos em vários domínios da patologia médica e cirúrgica, nomeadamente a seguir às operações.

Provêem, segundo geralmente se admite, da desintegração dos proteídos celulares. A sua transformação em ácidos

(1) H. Gougerot, «Dermatoses auto-anaphylactiques», *Le Journal Medical Français*, 1930, pág. 160.

aminados e em ureia faz-se, respectivamente, a nível dos pulmões e do fígado.

A toxidez dos polipeptidos é ainda objecto de discussão; muitos aceitam-na (Goiffon, Duval, Roux) e outras negam-na (Gosset e Jahiel).

No caso presente não temos que entrar em linha de conta com a sua acção tóxica, mas apenas com a sua possível acção anafiláctica.

No pós-operatório a hiperpolipeptidemia é de regra, começando pelo terceiro dia, para atingir o seu máximo ao sexto.

No parecer de Esteves Pinto, a hiperpolipeptidemia é «sintoma, efeito» e não causa dos acidentes pós-operatórios. De facto, mal se compreende que a taxa máxima se observe, justamente, quando a doença ou síndrome pós-operatório está em franco declínio.

Para Duval, Roux e Binet, os polipeptidos desintegrados a nível da ferida operatória e entrados, depois, na torrente venosa, podem funcionar como anafilactogénio capaz de provocar certas lesões pulmonares hiperérgicas. Poderão, igualmente, estes polipeptidos determinar outros síndromas, de um modo particular os estados de tipo infeccioso grave a que me tenho referido em especial?

É certo que nem sempre a hipótese da hiperergia à infecção se apresenta como a mais sedutora, dada a negatividade freqüente das hemoculturas e, sobretudo, a ausência averiguada duma fonte infectante; todavia, é fora de dúvida que na maioria dos casos os *síndromas graves de tipo infeccioso* são na realidade infecciosos, porque a marcha clínica e por vezes os exames bacteriológicos assim o demonstram e, também, porque a fórmula hemo-leucocitária depõe nesse sentido (1).

(1) Tomando como manifestação alérgica a reacção febril dos primeiros dias após a operação, devemos concordar que se fortalece o ponto de vista da hipersensibilização proteica nos sín-

Sem excluir a possibilidade da hipersensibilização proteica não microbiana, eu penso que a grande maioria dos síndromas pós-operatórios graves, de tipo infeccioso, corresponde, de facto, a uma manifestação de hipersensibilidade à infecção, em que o alérgeno e o anafilactogénio são ambos bacterianos, ou, pelo menos, em que um deles o é. Acresce que as indicações que possuímos condizem nesse sentido, como vamos ver.

Hipersensibilidade à infecção: — É inegável a alergia microbiana. De uma maneira geral podemos dizer que constitui apanágio das doenças infecciosas que não tendem para a cura espontânea, isto é, que evoluem para os estados crónicos.

Através de intra-dermos e cuti-reacções, com antigénios específicos, não é difícil fazer-se a prova da alergia em questão.

As doenças alérgicas não despertam da parte do organismo a criação duma verdadeira imunidade. Citam-se, entre as principais, a tuberculose, a sífilis, a lepra, e melitococcia, o paludismo e as micoses.

O quadro clínico geral das doenças alérgicas apenas se refere às afecções microbianas ou parasitárias mais importantes, que determinam necessariamente a criação dum estado alérgico.

Mas, repito, a tendência moderna é tomar como alerzizantes todos os estados infecciosos, latentes ou declarados, que não dão imunidade averiguada.

O estafilococo, o pneumococo, o colibacilo, o estreptococo, o gonococo e muitas outras variedades microbianas, não dão lugar a imunidade definitiva nos indivíduos de que são hóspedes, podendo determinar um verdadeiro estado alérgico susceptível de originar afecções específicas mercê de

dromas graves. Tratar-se-ia de modalidades diferentes consoante o grau de sensibilização ou de hipersensibilização. O ponto de vista é sedutor, concordo.

qualquer causa que condicione o seu aumento de virulência, ou crie um estado de intolerância da parte do organismo por fenómenos de hipersensibilidade.

Assim, a furunculose, a bronquite asmática, a gripe, certas colites e gastrites, etc., poderão considerar-se como outros tantos estados alérgicos capazes de certas reacções de hipersensibilidade em determinadas circunstâncias. Mais, qualquer destes estados pode equivaler a uma autêntica reacção de hipersensibilidade por parte do organismo. Daqui o bem fundado da terapêutica que visa a dessensibilizar estes doentes, por meio de vacinas, de auto-sangue, ou qualquer outra medicação do género.

Nesta ordenação biológica — aliás perfeitamente compreensível — nós vamos caindo na noção de hipersensibilidade à infecção.

É certo que alguns autores consideram a anafilaxia microbiana como muito rara.

Segundo Bourdellés e Sédallian «o poder anafilactogénio bacteriano é um facto de excepção; a regra é, pelo contrário, a aparição, em seguida a injecções de proteínas e de toxinas microbianas, de imunidade, que permite ao organismo tolèrar, sem reacções mórbidas, doses elevadas destes produtos. A prova está na ausência habitual de acidentes vacinais atribuíveis à anafilaxia, apesar de se multiplicarem as vacinações preventivas de toda a sorte na prática médica. A anafilaxia microbiana é desprezível aqui, o que contrasta com os múltiplos incidentes das medicações séricas» (1).

— O aparente antagonismo entre certos acidentes tidos como de hipersensibilidade à infecção e certos fenómenos de anafilaxia geral, deve ser filho da ignorância do mecanismo íntimo dos fenómenos anafilácticos, ou, porventura, da imperfeita diferenciação dos acidentes anafilácticos e dos acidentes de hipersensibilidade.

(1) *Op. cit.*, pág. 32.

A hipersensibilização do organismo em relação aos agentes microbianos não pode pôr-se em dúvida; mais, deve aceitar-se como muito freqüente.

Desde Kraus admite-se que os micróbios e os extractos microbianos têm propriedades anafilactizantes averiguadas.

O clássico fenómeno de Koch, a que noutro lugar me referi, constitui uma prova irrefutável de hipersensibilidade à infecção.

Também devemos interpretar como fenómenos de hipersensibilidade determinados accidentes infecciosos que aparecem nos indivíduos *portadores de gérmes*.

Em certas condições, na realidade, a persistência de gérmes banais, num determinado ponto do organismo, não acarreta, por parte deste, um estado de imunidade, mas, antes, de alergia, susceptível de se revelar sob um aspecto mórbido qualquer logo que por parte do organismo se observa modificação das condições de resistência, ou da parte dos gérmes se verifica um aumento do poder de agressão, isto é, logo que surge qualquer factor directa ou indirectamente hipersensibilizante da infecção.

Devemos dar razão a Louis Bazy quando, ao apreciar as coisas sob o ponto de vista cirúrgico, pergunta que diferença existe, em matéria de evolução das lesões e dos problemas terapêuticos respectivos, entre os tuberculosos e os desgraçados feridos de guerra que tantos anos mais tarde têm ainda focos sujeitos a incessantes «poussées» locais ou a distância, de tal maneira sérias que acabam muitas vezes por morrer como tuberculosos, com febre de grandes oscilações, com lesões bronco-pulmonares ou do endocárdio; no entanto, o agente responsável é o estreptococo. Da mesma forma se deve raciocinar em relação às osteo-mielites crónicas arrastadas ou às infecções urinárias antigas.

Sem dúvida, os accidentes tidos como de hipersensibilidade à infecção não se revelam com tôdas as características das reacções clássicas da anafilaxia, donde a impossibilidade de se encaixarem com precisão no quadro conhecido dos

sindromas anafilácticos, mas isto não obsta a que os tomemos como verdadeiros acidentes de hipersensibilização.

As manifestações clínicas, se não condizem em absoluto, nem por isso se contradizem. Na hipersensibilidade à infecção não há reacções humorais a todo o ponto análogas às observadas nas reacções anafilácticas clássicas, mas não esqueçamos que no primeiro caso o alérgeno é um ser vivo enquanto que no segundo tal não sucede; ora, esta circunstância, como já disse, pode e deve determinar uma modalidade diferente de reacção da parte do organismo sem que possamos ou devamos infirmar a sua natureza hiperérgica.

Compreende-se que em certas formas a marcha da doença obedeça ao tipo específico da infecção respectiva e em outras assumam proporções díspares, sem equivalência nas reacções por parte do indivíduo.

Assim, alguns estados de hipersensibilização devem poder conduzir à fórmula clássica de evolução dos estados infecciosos respectivos: é o caso das «poussées» agudas em certos antigos *portadores de gérmenes*; pelo contrário, outros poderão levar a uma forma atípica da reacção de defesa: é o caso das hipertermias muito pronunciadas, de marcha rápida, de certos sindromas hiperérgicos pós-operatórios.

No primeiro caso sobreleva a agressividade do germen infectante; no segundo há predomínio dos fenómenos reaccionais de defesa, com exagêro e desordenação dos mesmos.

A segunda modalidade entra nitidamente no quadro das reacções de hipersensibilização, tendo semelhanças grandes com os estados de anafilaxia geral; a primeira afasta-se dêste tipo, não havendo entre as manifestações clínicas pontos de contacto apreciáveis com os estados de hiperergia. Em qualquer dos casos, porém, devemos aceitar, repito, a noção hipersensibilizante de gérmenes infecciosos sobre um organismo em estado de alergia.

Sob o ponto de vista patogénico e clínico pode haver diferenças; sob o ponto de vista etiológico, porém, há manifesta concordância.

Não me interessando demonstrar a identidade absoluta das reacções típicas da anafilaxia com os fenómenos gerais de hipersensibilidade infecciosa, contento-me com frisar não oferecer dúvidas a hipersensibilidade à infecção, dentro do quadro dos estados alérgicos. Isso basta.

Se lembrarmos, agora, que a grande maioria dos casos de síndromas hiperérgicos pós-operatórios se observa em operados de apendicite ou de úlceras do estômago ou duodeno, talvez não seja difícil compreender a origem da sensibilização. Numa e noutra hipótese existem agentes infecciosos susceptíveis de criar um estado de alergia. Se se observa qualquer fenómeno que condicione, directa ou indirectamente, a hipersensibilização, compreende-se que possa instalar-se um síndrome infeccioso hiperérgico, de tipo igual aos descritos anteriormente.

Mas, a hipersensibilidade pode ser despertada fora, mesmo, de intervenções sobre os órgãos que constituem a sede ou o ponto de penetração do antigénio alergizante; com efeito, uma simples operação de cura radical de hérnia pode desencadear o mecanismo de hipersensibilização quando o organismo esteja sensibilizado para um alérgeno provindo de pontos estranhos à região operada.

O factor que origina as reacções de hipersensibilidade não precisa obrigatoriamente de oferecer condições de especificidade, isto é, pode observar-se um síndrome de hipersensibilização ao estreptococo sem que do exterior penetre no organismo uma colónia destes gérmes, mas tão somente por alteração do necessário equilíbrio entre o antigénio (estreptococo) previamente existente e o estado reaccional dos humores e dos tecidos, segundo a característica da alergia.

— Por que mecanismo preciso a operação pode desencadear os síndromas de hipersensibilidade à infecção, não se sabe, mas que constitui, não obstante, a razão de ser de tais fenómenos, por mim não tenho dúvidas em o crer.

O conhecimento da hétero-alergia pode contribuir para ajudar a compreender o fenómeno, embora, claro é, o não

esclareça por completo, porque, infelizmente, tal esclarecimento não é possível ainda.

Klinge aceita nos estados hiperérgicos infecciosos que certos gérmes possam actuar como antigénios em virtude duma modificação alérgica do organismo, estranha à presença de bactérias.

Se nos operados se observa um facto semelhante, não é difícil admitir a hiperergia infecciosa. Tratar-se-ia duma modalidade importante de hétero-alergia.

Experiências de Elie Friedmann, a que me refiro mais adiante (pág. 47) demonstram, de igual modo, ser possível provocar lesões hiperérgicas servindo-nos de antigénios diferentes dos que determinaram os estados de alergia. Quere dizer, o princípio da especificidade dos antigénios na criação dos estados de alergia e na eclosão dos estados de hiperergia, começa a abrir brechas, cuja extensão, nos domínios da doutrina da alergia, ignoramos, pelo momento, até onde possa ir.

O síndrome de tipo infeccioso pós-operatório só pode resultar, dentro do quadro da alergia, dum estado anérgico ou dum estado hiperérgico. Na primeira hipótese, isto é, a tomar-se como fundamental o *factor anergizante operatório*, o síndrome evolucionaria com predomínio do agente microbiano atacante e baixa das condições de resistência do organismo.

Na segunda hipótese, ou seja, tomando-se como principal o factor de hipersensibilidade à infecção, o síndrome resultaria da criação dum estado hiperérgico com predomínio da exaltação e desordenação das condições gerais de defesa do organismo em face do alérgeno infeccioso. Pertenceriam, de preferência, a esta modalidade as formas de evolução atípica e, sobretudo, aquelas em que se notam manifestações clínicas, biológicas e teciduais, nitidamente do tipo hiperérgico, como aquelas que mais atrás referi (hipertermias graves, síndromas vasculares e hemorrágicos).

A anergia, que é possível invocar na génese de certos estados mórbidos, não explica, de forma alguma, os restantes

e de maior importância, afinal. Para êstes é manifesta a existência dum estado de hipersensibilização.

O verdadeiro síndrome infeccioso pós-operatório deverá, pois, ser considerado como de hipersensibilidade; pelo menos, tudo concorre neste sentido.

Sôbre o valor dêste síndrome e sôbre a sua etiopatogenia falam-nos, sobretudo, os trabalhos de Louis Bazy, sem dúvida o maior apóstolo do conceito da hipersensibilidade pós-operatória à infecção.

Translado para aqui um trecho seu, por me parecer conter a essência clínica e biológica desta doutrina: «Como todos os cirurgiões, — diz êle, — pude notar que operando certos indivíduos que tinham sofrido antigamente duma infecção certa, tal como uma crise de apendicite ou de salpingite ou, ainda, que sofriam de lesões, tais como a úlcera de estômago, que são freqüentemente sede de infecção permanente, se observava um certo número de acidentes, cuja intensidade era variável, mas que muitas vezes conduziam rapidamente à morte. Coisa curiosa e que merece ser posta mui especialmente em relêvo, a gravidade dos acidentes não é proporcional à importância da operação que se realizou. Assim, alguns indivíduos suportam impunemente intervenções muito complicadas, enquanto outros, que sofreram intervenções tècnicamente muito simples, apresentam acidentes de tẽmer. O aspecto clínico dêstes acidentes pós-operatórios é igualmente muito peculiar. Aparecem extremamente depressa depois da operação e caracterizam-se, geralmente, por elevação considerável da temperatura e aceleração do pulso, algumas vezes extraordinária. Desde que se desencadeiam evoluçõem com grande rapidez, desaparecendo sem deixar nenhum traço depois de terem causado as mais vivas inquietações, ou, pelo contrário, determinando a morte num espaço de tempo por vezes extremamente breve. Como se trata de operações feitas em indivíduos infectados, por conseguinte *portadores de gérmenes* — suspeitos, em bom direito, de estarem hipersensibilizados (anafilactizados, se se prefere) — não podemos

impedir-nos de considerar que a presença dos gérmes no organismo goza o papel de injeção «preparante» e a operação o papel de injeção «determinante». Não parece que a hipótese que consiste em atribuir esta «toxemia» pós-operatória à hipersensibilidade seja uma simples vista de espírito» (1).

Diante de sindromas deste género não devemos incriminar, apenas, a virulência dos gérmes, mas, sobretudo, a qualidade do terreno. Neste facto reside o carácter essencial das reacções de hipersensibilidade aos gérmes ou às albuminas.

Em conclusão: tudo se concita para que a maior parte dos sindromas pós-operatórios, de tipo clínico e biológico mal definido, seja tida como resultante de fenómenos alérgicos.

Sobre a sua verdadeira etiologia, supõem alguns que provém da acção de alérgenos não microbianos, possivelmente polipeptidos desintegrados na ferida operatória, presumem outros que resulta, antes, de hipersensibilidade à infecção.

As formas mais graves do tipo infeccioso — únicas de que me ocupo — devem corresponder, na sua grande maioria, a esta última modalidade.

Sobre a essência do agente etiológico nada se conhece de positivo; quanto à patogenia, cujo verdadeiro mecanismo se desconhece, também, é fora de dúvida que está na dependência íntima do sistema neuro-vegetativo.

SISTEMA NEURO-VEGETATIVO E REACÇÕES HIPERÉRGICAS

Temo que constitua redundância a afirmação de que o sistema neuro-vegetativo tem influência capital no aparecimento dos estados de hipersensibilidade. E digo isto porque o seu papel e valor é geralmente aceite desde há muito.

«A hipervagotonia constitui a condição essencialmente

(1) Louis Bazy, «Les vaccinations preventives en chirurgie» — *Paris Medical*, t. LXXXIX, 1933, pág. 33.

favorável às manifestações rápidas, violentas e graves das acções anafilácticas ou anafilactóides; a hipovagotonia ou a hiper-simpaticotonia realizam, pelo contrário, as condições mais desfavoráveis a estas reacções, isto é, criam a insensibilidade ao choque» (J. Tinel, Santenoise e Garreton).

Dia a dia se torna mais patente o valor do sistema neuro-vegetativo na patologia médica e na patologia cirúrgica. Os distúrbios funcionais, em geral, não dispensam o concurso do complexo vago-simpático na sua génese ou, pelo menos, na sua patogénese. Na excelente conferência do Prof. Rocha Brito *Aspectos clínicos da patologia funcional*, publicada em *Clínica Higiene e Hidrologia* foca-se com clareza este ponto.

Do seu valor em certos estados lesionais (úlceras gástricas) constitui prova o magnífico estudo apresentado pelo Prof. Mosinger numa lição do V Curso de Férias da Faculdade de Medicina de Coimbra.

René Toupet pôde observar uma diminuição notável das complicações pulmonares (de 15 para 3-4%) nas operações sobre o estômago, sempre que se procede à infiltração da foice coronareana e do tecido celular junto ao cárdia, com um soluto de novocaína a 1/200. Este resultado seria devido ao bloqueio anestésico do vago.

Deve-se especialmente a Reilly (1935) e à sua escola, o conhecimento do papel do sistema neuro-vegetativo no determinismo das reacções de hipersensibilidade em geral.

Elie Friedmann (1936), fez, também, um estudo pormenorizado da sua importância nas reacções de hipersensibilidade. Traduzo e transcrevo a parte principal das conclusões do seu trabalho, servindo-me, também, de algumas figuras suas para melhor elucidação do assunto.

«I — Quando se consideram em conjunto as diversas reacções de hipersensibilidade, nota-se constância das *alterações vasculares* nos exames histológicos. Estas alterações são essencialmente caracterizadas por lesões de necrose e de endotelite»

.

«Ora, a semelhança destas lesões vasculares com as obtidas pelo toque — tóxico ou mecânico — do simpático abdominal, é notável.

Por outro lado, múltiplas investigações clínicas têm permitido, desde há muito, afirmar a importância do papel



Fig. 5



Fig. 6

do sistema neuro-vegetativo nas manifestações de ordem anafiláctica do homem

.

«III — O papel do sistema neuro-vegetativo na reprodução experimental das *manifestações alérgicas* é posto em evidência nos factos seguintes:

A — Enquanto a tuberculina, injectada ao contacto do esplâncnico dum cobaio são, não determina nenhuma perturbação, provoca no animal tuberculoso lesões hemorrágicas do estômago e do intestino. Tanto sob o ponto de vista macroscópico como sob o ponto de vista histológico estas lesões são idênticas às determinadas no cobaio novo com a injeção periesplâncnica duma substância tóxica (Figs. 5 e 6).

« — O antigénio metílico, incapaz, pelas vias usuais, de provocar uma reacção de hipersensibilidade no cobaio tuberculoso mostra-se tão tóxico como a tuberculina quando se injecta junto do esplâncnico» (Figs. 7 e 8).

« — A inoculação de tuberculina ao contacto do plexo

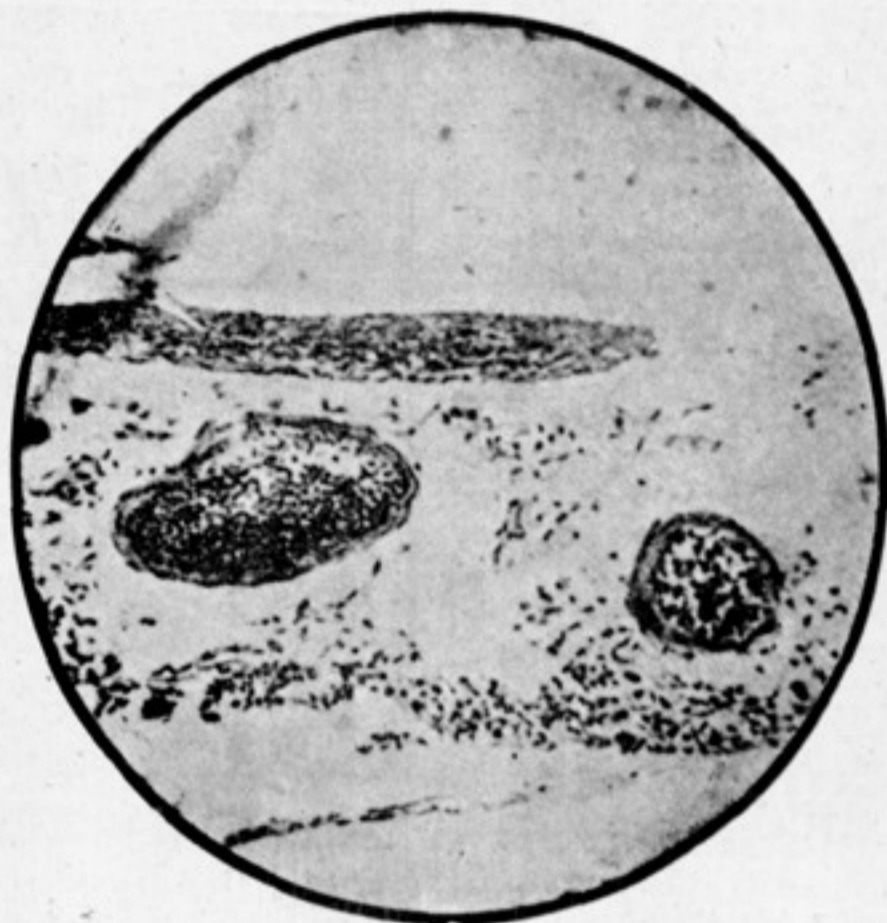


Fig. 7

perirenal de cobaios tuberculosos provoca albuminúria maciça, algumas vezes, mesmo, hematuria. No coelho tuberculoso tal injeção origina lesões hemorrágicas do rim correspondente.»

« — A tricofitina, injectada na via periesplâncnica do cobaio novo, dá lugar, por vezes, à morte do animal com lesões hemorrágicas discretas. As lesões são bem mais consideráveis quando uma tal inoculação se faz num cobaio portador de *tricotitia* recente. O quadro da intoxicação do simpático abdominal é então realizado.»

«B — A injeção em contacto imediato do esplâncnico de antigénios não específicos num cobaio em estado de alergia produz as mesmas lesões hemorrágicas que o antigénio

homólogo. Assim, a tricofitina ou o antigénio metálico comportam-se no cobaio tuberculoso como o faria a tuberculina. É possível, pois, reproduzir facilmente os fenómenos descritos em clínica humana sob o nome de hétero-alergia.»



Fig. 8

«c — Enquanto que a sensibilização dum animal novo à tuberculina não tem podido realizar-se, até agora, senão duma maneira excepcional, é muito fácil consegui-la depositando o antigénio em contacto do esplânchnico.»

«IV — Como o deixa prever o seu carácter hemorrágico, o fenómeno de Sanarelli-Shwartzmann pode ser reproduzido a nível das vísceras:

1.º) Pela injeção num órgão (parede gástrica, testículo) dum antigénio ao contacto dos filetes simpáticos que se dirigem ao órgão assim preparado;

2.º) Pela faradização do cordão espermático, seguida da injeção de peptona no testículo correspondente.»

«A intervenção do sistema neuro-vegetativo é, pois, essencial no fenómeno de Sanarelli-Shwartzmann» (1).

*

O valor do complexo vago-simpático nas reacções de alergia e hiperergia é, na realidade, indiscutível.

As perturbações térmicas de certos sindromas pós-operatórios (subitaneidade e marcha do acesso febril) cabem bem dentro dum desarranjo do centro termo-regulador, por viciação do estímulo neuro-vegetativo (2).

As perturbações respiratórias e sobretudo as alterações circulatórias e retículo-endoteliais, dos sindromas de que me estou ocupando, estão em íntima relação, também, com as perturbações do sistema neuro-vegetativo.

Numas e noutras predominam as perturbações vaso-motoras, edematosas e hemorrágicas, tantas vezes condicionadas, como se sabe, por disfunção dos nervos da vida vegetativa.

Algumas lesões pulmonares são nitidamente do tipo neuro-vegetativo (pulmão vagal, edema agudo) (Fig. 9).

As lesões vasculares, que correspondem histològicamente, como se disse, a endotelite necrótica, traduzem, igualmente, o modelo das lesões vago-simpáticas (Reilly, Rivalier, Marquézy, etc.).

Em qualquer dos casos o alérgeno parece actuar por intermédio dos nervos vasculares.

— Importante é, também, a influência do sistema neuro-vegetativo na determinação da imunidade específica.

(1) Elie Friedmann — *Le Rôle du Systeme neuro-vegetatif dans les réactions d'hypersensibilité* — 1936, pág. 183.

(2) Segundo Isenschmidt e Krehl, o centro regulador térmico encontra-se no infundíbulo. De facto a destruição do *tuber* acarreta uma hipertermia rapidamente mortal, ou, então, hipotermia. Da mesma maneira a picada do pavimento do 3.º ventrículo provoca, com freqüência, elevação térmica.

— Por outro lado, o seu papel é de igual modo primordial no estabelecimento dos estados de anergia.

Segundo Friedmann e V. Lavergne a *alergia* seria condicionada por um certo grau de *irritabilidade* do sistema neuro-vegetativo, enquanto que a *anergia* deve ser atribuída a uma inibição do referido sistema.



Fig. 9

Nada se sabe, de positivo, sobre a essência da inter-relação das diferentes manifestações clínicas e biológicas de hipersensibilidade com as perturbações do sistema vago-simpático.

PROFILAXIA

A doutrina da hipersensibilidade levanta no campo da cirurgia problemas curiosos e importantes.

Apenas me referirei à modalidade infecciosa, por me parecer a mais admissível e a de maior importância.

Interessa saber: A) Quando e como se revela a alergia microbiana; B) Qual a maneira de impedir a hipersensibilidade à infecção.

• A) **Provas da alergia microbiana:** — Não é fácil determinar quando existe alergia microbiana; todavia, é de supor nos doentes que sofrem de qualquer afecção inflamatória, recente ou antiga, de marcha aguda ou crónica, e da qual não resultou, possivelmente, imunidade.

Nos casos supurados e devidamente arrefecidos, quando operados em plena acalmia não há muito a recear, como regra.

O processo infeccioso agudo vacina o doente e decerto por isso não é freqüente tornarem-se inquietantes as seqüências operatórias, uma vez que, repito, o arrefecimento do processo seja completo. Tem-me confirmado isto dezenas e dezenas de doentes operados de piossalpinges, ovarites supuradas e abcessos peri-apendiculares.

Não deve intervir-se, nestas condições, com menos de um mês de arrefecimento, para termos a garantia da esterilização do pús, ou duma profunda atenuação da virulência dos gérmes e, ainda, para podermos contar com uma criação eficaz de anticorpos que imunizem, pelo menos temporariamente, o doente.

São mais de recear os casos onde não houve supuração, mas, apenas, infiltração, com ou sem rebate local ou geral apreciável. A acção dos gérmes pode não ter criado da parte do organismo imunidade suficiente, pior, pode ter dado lugar a um estado alérgico susceptível de permitir, quando da operação, uma reacção de hipersensibilidade.

A operação nestas condições pode ter sérios inconvenientes.

Uma intervenção em pleno período agudo de qualquer afecção inflamatória determina sempre uma certa ansiedade no respeitante às seqüências pós-operatórias.

Comparecem, efectivamente, nestas operações circunstâncias a todos os títulos inquietantes: a primeira derivada

da virulência dos gérmenes, a segunda proveniente da possível sensibilização do organismo em face dos agentes microbianos respectivos. Uma operação nestas condições não pode deixar de sobressaltar o cirurgião, pelo menos nas primeiras 48 horas.

Aflora aqui o problema curioso e interessante das operações a quente em certas afecções inflamatórias. A êle reservarei algumas palavras um pouco mais adiante.

Fora de casos especiais e urgentes, as operações devem fazer-se livres de tóda a possibilidade de evolução de qualquer estado infeccioso. Reside nisto grande parte do segredo do sucesso. Ponto é que saibamos discriminar quais os casos que estão sujeitos ou não às complicações referidas.

— A alergia à infecção deverá constituir um sinal de alarme por contribuir para os accidentes de hipersensibilidade.

— O conhecimento do equilíbrio vago-simpático deve constituir um outro sinal de valor, visto sabermos que a hipervagotonia favorece o desencadeamento das reacções de hipersensibilidade.

Pudéssemos nós determinar, com rigor, a existência dos estados alérgicos e dos estados hipervagotónicos e talvez fôsse possível evitar certas complicações sépticas, dum modo particular o *síndrome de tipo infeccioso*, mercê duma conveniente dessensibilização do doente.

Tal objectivo não pôde, ainda, atingir-se, duma maneira absoluta, por falta de elementos seguros na apreciação de todos os estados de alergia e, sobretudo, na previsão dos estados de hipersensibilidade pós-operatória. Contudo, não devemos deixar de utilizar alguns sinais de reconhecido, embora não indiscutível, merecimento. Refiro-me aos *testes* de sensibilização e de hipervagotonia.

Intradermo-reacção: — Não há um índice de sensibilização perfeito, repito, mas é incontestável que a intradermo-reacção possui a êste respeito um valor digno de registo.

Se a reacção é positiva concluimos a favor da sensibilização para os gérmes respectivos; se é negativa pronunciar-nos-emos em sentido contrário.

O significado é conhecido, devendo considerar-se em tudo semelhante ao das reacções de Pirquet e Mantoux na tuberculose, de Schick na difteria e de Dick na escarlatina.

Uma causa de erro provém, como se compreende, da dificuldade de se empregarem *vacinas alérgenos* específicas em relação aos possíveis agentes microbianos sensibilizadores, admitindo-se que uma intradermo-reacção possa ser negativa, não por que o organismo não esteja sensibilizado para um determinado gérmes, mas, apenas, por que se empregou na reacção uma vacina não correspondente a esse gérmes. Por vezes basta, para falsear os resultados, que divirjam as variedades dentro da mesma espécie microbiana.

Habitualmente, servimo-nos de vacinas mixtas em que entra o estreptococo, o estafilococo, o enterococo, o pneumococo e o colibacilo.

A presença do colibacilo é indispensável nas reacções dos doentes que vão ser operados ao apêndice, ao estômago ou intestino, visto primar nêles a sensibilidade a êstes gérmes.

Devem empregar-se culturas mortas, não muito antigas.

No Serviço de Ginecologia servimo nos das vacinas antiptogénica e anticolibacilar do Dr. Matos Beja. Tem-nos dado reacções mais nítidas do que outras vacinas do comércio (Bruschetini e Tetravacina Pasteur). Suponho que a diferença de resultados provém de serem mais recentes do que estas. É possível, também, que seja mais perfeita a identidade dos gérmes. Se as características das espécies microbianas variam de indivíduo para indivíduo, é de supor que maior variação se observe de país para país.

Uma outra causa de erro resulta da dificuldade de se distinguir se certas reacções são positivas ou negativas; efectivamente, o limite dumas e doutras confunde-se, por vezes.

Não devemos tomar como positivas as reacções *eritematosas simples*, de rubor mortíço, mas tão somente as *eritematosas intensas* e, sobretudo, as *eritemo-papulosas*.

Os casos duvidosos não tiram o valor à reacção, visto que pouco interessam as alergias discutíveis, praticamente equivalentes a ausência de sensibilização.

A técnica da reacção resume-se a injectar na espessura da derme, com uma agulha muito fina, uma a duas décimas da vacina que se deseja. A leitura do resultado faz-se 24 horas depois, a-pesar de a reacção poder dar-se, em alguns casos, nas primeiras horas. O grau de positividade é registado com cruces.

O emprêgo da intradermo-reacção foi preconizado por Bazy. Hoje constitui regra adoptada em muitos centros cirúrgicos.

Na preparação dos doentes de estômago, de apêndice, de útero e anexos (particularmente se há suspeitas de lesões inflamatórias ou se é preciso abrir a vagina) não deve dispensar-se a sua prática.

Uma intradermo reacção positiva deve tomar-se como um índice de reacção ao alérgeno respectivo.

Quando negativa exclui esta hipótese, senão de maneira absoluta, pelo menos de forma a tranquilizar o cirurgião quanto a complicações devidas ao alérgeno explorado.

Ressalva-se, mais uma vez, a possibilidade do alérgeno não oferecer a especificidade desejada em relação a um determinado estado de sensibilização.

Índice de vagotonia: — Tendo-se em atenção a grande importância do sistema neuro-vegetativo no aparecimento dos síndromas de hipersensibilidade e sabendo-se, por outro lado, que a hipervagotonia constitui uma condição essencialmente favorável às manifestações de carácter anafiláctico, compreende-se quão vantajoso será determinar o índice vagotónico.

Não pretendo, com isto, afirmar que só os vagotónicos estão sujeitos a reacções de hipersensibilidade.

Rigorosamente, nós não sabemos se a hipervagotonia que se observa nos estados anafiláticos é causa ou efeito da sensibilização. Segundo J. Tinel, por exemplo, o tipo vago-simpaticotónico pode ser congénito ou hereditário, mas, também, pode ser adquirido; nestas condições os factores de hipersensibilização podem muito bem influir na génese dos desequilíbrios neuro-vegetativos. A circunstância da sensibilidade do vago estar exagerada nos indivíduos que sofreram vários tratamentos pelos soros depõe um tanto neste sentido.

A verdade, porém, é que está demonstrado — e mais atrás referi-me ao facto, com certa minúcia — que muitas das manifestações anafiláticas são essencialmente do domínio do sistema neuro-vegetativo, pelo menos, ajustam-se, perfeitamente, às perturbações dêste sistema; nesta ordem de ideias não será descabido supor um agravamento das referidas manifestações sempre que se observe susceptibilidade vagal da parte dos doentes (1).

A hipervagotonia, por si só, não deve constituir motivo de receio de acidentes de hipersensibilidade pós-operatória, mas quando se lhe associe uma intradermo-reacção positiva importa que tentemos corrigi-la, ao mesmo tempo que procuramos dessensibilizar o doente.

Os testes correntemente indicados para a determinação do «tonus» vagal são: o *reflexo óculo-cardíaco* e a *prova da atropina*, de Danielopolu.

O segundo é, incontestavelmente, mais preciso, mas não me parece digno de se aconselhar, a não ser em casos especiais, porque não é prático e em certo modo tem um aspecto impressionante, embora, segundo Danielopolu seja

(1) Desde Eppinger e Hess tomam-se como sinais clínicos de hipervagotonia: a tendência natural à bradicardia e à hipotensão arterial, a aritmia respiratória, a hipertonia gástrica e intestinal, a sialorreia, a hiperidrose, a miose, o arrefecimento e cianose das extremidades, o temperamento calmo, o sono mais profundo, a actividade para o trabalho menos viva, mas mais regular.

isento de perigo. Isto dum coração, dum frequência de 70, passar em poucos instantes a bater a 140, sob a acção endovenosa dum droga (1 a 2 m.m. gr. de atropina), cujo efeito não podemos sustar imediatamente, se tal se afigurasse necessário, é, em certa maneira, pouco simpático. O «tonus» vagal nesta prova é dado, como se sabe, pela diferença entre a frequência inicial do pulso e a frequência depois do bloqueio do vago. Só acima de 44-56 se diz que existe hipervagotonia.

Como os testes de vagotonia têm, apenas, um valor relativo, entendo conveniente limitar-nos ao *reflexo óculo-cardíaco*, sem dúvida menos rigoroso como prova, mas em contra-partida muito simples e sem perigo algum. Bem sei que esta prova só tem valor quando é positiva, isto é, a sua negatividade não nos autoriza a afirmar a não existência de hipervagotonia, mas, o certo é que na grande maioria dos casos satisfaz (1).

O «tonus» vagal, aqui, é dado pela diferença de frequência antes e depois da compressão. Uma bradicardia de 10 pulsações, apenas, não se marca como extraordinária. Quando exceda este valor toma-se como traduzindo hipervagotonia. No mesmo indivíduo a prova varia de momento para momento e de observador para observador; donde só se atribuir importância a provas cujo grau de positividade não oferece dúvidas em mais de um exame.

B) *Vacinação pré-operatória*: — Se a propósito dos princípios fundamentais da vacinação pré-operatória não há dissídios profundos entre os cirurgiões, a verdade é que não se nota identidade de proceder, por parte destes, em matéria de actuação vacínica.

(1) O R. O. C. procura-se comprimindo progressivamente e com bastante intensidade, durante 10 a 15 segundos, os dois globos oculares, tomando nota, entretanto, da repercussão sobre a frequência do pulso.

Alguns são partidários intransigentes da vacinação; outros não a empregam nunca. Os primeiros fundamentam a sua conduta nos ensinamentos biológicos que lhes dizem que a vacinação cria da parte do organismo anticorpos específicos que o imunizam, ou quasi, para os gérmes usados; os segundos justificam a sua abstenção com o fracasso do método, talvez porque não há identidade absoluta dos gérmes empregados nas vacinas do comércio e de aquêles para os quais se procura o efeito da vacinação.

Qualquer dos grupos publica, como sempre, estatísticas brilhantes e convincentes.

Façamos uma análise rápida da questão e logo concluiremos das vantagens ou desvantagens do método.

Em princípio, todos os candidatos à operação deviam ser vacinados para os gérmes de que resultam com maior frequência complicações sépticas pós-operatórias.

A injeção de vacinas desperta as defesas do organismo, em particular a actividade leucocitária, e é susceptível de dessensibilizar os doentes postos em estado de alergia por qualquer infecção latente.

Na falta de uma auto vacina, não possível na quasi totalidade dos casos, lança-se mão de *stock vacinas* preparadas com estrepto, estafilo, entero e pneumococos e com o colibacilo.

A dispersão bacteriana referida se tem vantagens possui, também, alguns inconvenientes; na realidade, não é fácil obter-se uma imunidade capaz para tanto gérmes numa só vacinação. A pluridade de anticorpos necessários deve prejudicar a criação da imunidade em face de cada uma das espécies microbianas, a não ser que a vacinação para cada gérmes se faça em períodos diferentes, o que não é exequível.

O ideal seria vacinar para um ou dois gérmes apenas, mas fora um pequeno número de casos, onde é possível prever de que campo microbiano pode vir a agressão, tal previsão é impossível. Daqui a conveniência da vacinação mixta.

A vacinação pre-operatória só deve fazer-se quando possam respeitar-se, em absoluto, as normas clássicas em matéria de vacinação, expostas, aliás, em todos os livros da especialidade.

Há na vacinação uma fase negativa após a administração das clássicas 3 injeções de vacina, que importa não ignorar. Dura essa fase pelo menos 8 a 12 dias; algumas vezes, porém, vai mais longe. Nesse período o organismo está de preferência sensibilizado e não imunizado para os gérmenes em causa. Qualquer operação realizada nessa altura pode despertar o mecanismo de hipersensibilização e assim contribuir para o aparecimento de estados infecciosos de hipersensibilidade, ao contrário do que se deseja.

Bazy, que pontifica nestes assuntos, escreve: «a vacinação para ser eficaz exige um certo tempo que é impossível encurtar».

Este conceito é elementaríssimo, pois, não obstante, muitos cirurgiões operam num dos dois dias imediatos à 2.^a ou 3.^a injeção sem que previamente hajam averiguado da provável existência de imunidade, quere dizer, operam justamente em *plena fase negativa*. Correm, assim, o risco de despertar as complicações sépticas que pretendiam evitar.

A eficácia da vacinação deve ser contra-provada, na falta de outro teste mais preciso, com uma intradermo-reacção à vacina empregada. Enquanto a intradermo não seja negativa deve considerar-se o indivíduo como sensibilizado. Repetir-se-ão as injeções de vacina até se obter a negatividade desejada.

O facto da intradermo se tornar negativa — o que sucede por vezes — a partir da primeira ou segunda injeção, nem por isso nos autoriza a afirmar existência de uma imunidade suficiente sem *completarmos a vacinação e deixarmos passar o tempo clássico do período negativo*. A intradermo oferece, nestas circunstâncias, variações transitórias que não estão de harmonia com as condições biológicas de uma vacinação rigorosa e perfeita. Com isto não preten-

demos tirar-lhe o merecimento, mas apenas atenuá-lo. Já se disse que a intradermo-reacção não tem, infelizmente, valor absoluto.

— A forma como o doente reage à injeção da vacina orienta-nos, também, sobre a marcha da vacinação. Como regra, quando existe imunidade o organismo não reage de maneira apreciável, nem localmente, nem sob o ponto de vista geral. Pelo contrário, se há receptividade, ou sensibilização, observa-se reacção bastante forte.

É conveniente, também, que a vacina não seja muito atenuada na sua acção para não suceder que o produto resulte absolutamente anodino e ineficaz.

Pierre Monard chama a atenção para o caso num artigo publicado na *Presse Medicale* de 1927, pág. 1329, combatendo a tendência dos fabricantes «em atenuar, enormemente, a acção das vacinas para evitar o choque e assim agradar aos doentes e aos médicos».

As vacinas recentes são mais de aconselhar, por manterem mais elevado o poder antigénico.

— Como habitualmente se aplicam 3 injeções, com 2 ou 3 dias de intervalo, acontece que necessitamos de um mínimo de 15 dias para obter a imunidade, mas muitas vezes serão precisos 20 e mesmo 30 dias.

Segundo Monard não se deve operar antes do 18.º dia depois da 3.ª injeção de vacina, ou seja antes de 25 dias após o início da vacinação.

O método da vacinação sistemática levar-nos-á, por conseguinte, à pleora dos Serviços de Cirurgia e fora dos Hospitais vai criar aos doentes e aos cirurgiões desarranjos grandes de ordem económica, social e profissional, consoante os casos e as circunstâncias.

A penúria de camas nos Hospitais e a concorrência profissional fora dos meios hospitalares, constituem motivos praticamente impeditivos da vacinação sistemática em boas condições.

Por outro lado, nós sabemos que muitos doentes nada beneficiam da vacinação, quer porque a não precisam, quer

porque as vacinas empregadas não são eficientes, por falta de especificidade.

Com este conjunto de circunstâncias explica-se, em certo modo, a conduta daquêles que não vacinam os candidatos à operação.

Por mim, entendo que é preferível não vacinar a fazer uma vacinação imperfeita. Foge-se, assim, ao risco de sensibilizar os doentes e de despertar com a operação acidentes sérios de hipersensibilidade. E este risco é incomparavelmente maior do que o da simples hipersensibilidade operatória nos doentes não vacinados.

No Serviço de Ginecologia a norma adoptada é a seguinte: faz-se uma intradermo-reacção com uma gota de vacina antipiogénica num braço e outra de anticolibacilar no outro. Lê-se o resultado passadas 24 horas. Se a reacção é negativa, não vacinamos. Se é positiva, procedemos à vacinação segundo a técnica clássica. Passados 10-12 dias depois da última injeção de vacina repetimos a intradermo-reacção; se se mantém positiva, prosseguimos com a injeção de vacinas até à negatividade. Entretanto, exploramos a vagotonia por meio do R. O. C. e das indicações clínicas usuais. Nos grandes hipervagotónicos, com intradermos positivas, redobramos de cuidados e procuramos calmar o vago com atropina.

Não temos registado com esta prática complicações sépticas que possam tomar-se à conta do síndrome de tipo infeccioso pós-operatório. (Nas observações III e IV não se explorou a intradermo-reacção. Também não foram vacinadas).

Como profilaxia dos acidentes pulmonares febris damos três clisteres de xxx gotas de creosota pura emulsionada em 100 grs. de leite tépido, precedidos dum clister evacuator e administrados, respectivamente, na noite da antevéspera e na manhã e noite da véspera da operação. No dia da operação e seguintes, injectamos transpulmina ou um equivalente e nos casos mais suspeitos damos 2-3 gramas de Cibazol por dia. Felizmente, são extremamente reduzidas

as complicações pulmonares e quando aparecem é raríssimo assumirem aspectos graves.

Operações a quente: — Como já referi, o ideal é operar fora de crises sépticas agudas. Vai nisso o interesse do doente e o sossego do operador.

Esta doutrina é geralmente aceite e as razões que a impõem são suficientemente claras para que seja necessário insistir nelas.

Não obstante, em certas afecções de carácter inflamatório, nós vemos aconselhar, insistentemente, a operação a quente, sob condição de ser precoce. É o caso das apendicites e de certas colecistites.

Não vou trazer para aqui os longos e bem aduzidos arrazoados que se invocam em favor da operação imediata, sobretudo na apendicite aguda. Fazem parte de qualquer tratado de clínica cirúrgica. Na *Therapeutique Chirurgicale* de Lecéne e Leriche e nos *Diagnostics Urgents* de Mondor, encontra-se devidamente pormenorizada a questão e, também, claramente deduzida a apologia do método intervencionista.

Apenas desejo lembrar que em bastantes casos a operação a quente se faz seguir de seqüências delicadas e não raras vezes mortais.

Daqui o receio de certos médicos em aconselharem, sistematicamente, a operação; daqui a ansiedade dos cirurgiões nas primeiras 48 horas após a intervenção.

À vantagem da eliminação dum apêndice, cujo futuro é um ponto de interrogação, contrapõe-se o receio de contribuir para o aparecimento dum síndrome infeccioso de hipersensibilidade. O toque inflamatório do início pode criar ou despertar, com efeito, um estado de alergia e a operação pode desempenhar o papel de reactogénio hipersensibilizante.

É a melhor maneira, quanto a mim, de explicar certos acidentes pós-operatórios de carácter grave observados após apendicectomias a quente, com apêndice livre e não perfurado.

Esta nota não deve ser tomada como de oposição ao princípio de operar a quente as apendicites agudas. Seria injustificável da minha parte, tanto mais que reconheço não ter autoridade suficiente para preconizar a êste respeito mudanças de critério, e, também, porque tenho presente as afirmações de Mondor — que no assunto tem uma autoridade indiscutível — «a crise aguda é de futuro imprevisível» — «o primeiro dia de crise, por atenuada que esta pareça, não nos dá uma promessa segura de benignidade» (1).

Sempre que se suspeite de perfuração a intervenção é inadiável.

Entendo, igualmente, que devem operar-se de urgência aquêles doentes que apresentam nas primeiras 24 horas uma crise febril aparatosa, com manifesto rebate local e índice notável de hiperactividade leucocitária. A abstenção nestes casos é, certamente, mais perigosa do que a intervenção.

Quando, porém, a crise não é muito intensa, isto é, quando a reacção febril não é desde logo muito elevada, o pulso persiste concordante, a leucocitose não é muito pronunciada e os sintomas locais não são inquietantes, compreende-se uma certa hesitação, porque se de um lado não se ignoram os riscos a que pode levar-nos a abstenção, a inquietude por vezes criada ante a possibilidade duma perfuração do apêndice ou da formação dum abcesso peri-apendicular, do outro, não podem desprezar-se os perigos da operação imediata.

Como não é possível prever a evolução da crise, o cirurgião foge, com lógica, confessemos, da expectação. Mas o médico continua receoso e, vá lá, também não pode dizer-se que lhe faltem argumentos em que se estribe.

Qualquer dos caminhos tem perigos certos; a ajuizar, porém, pela voz corrente dos cirurgiões, o da abstenção tem mais do que o outro. E entre dois males deve preferir-se o menor, claro é.

(1) H. Mondor — *Diagnostics Urgents* — 1937, pág. 56.

Esperemos que a sanção do tempo esclareça melhor este problema, que é sempre de actualidade e de extrema importância.

Influências telúricas: — Conhece-se a influência das condições meteorológicas na nossa saúde e nas nossas doenças; todavia, ignora-se o seu mecanismo de acção e os pormenores do encadeamento dos influxos telúricos com o equilíbrio biológico dos humores e tecidos do organismo.

Segundo Sardou e Faure, verificam-se «relações constantes entre o ritmo da vida humana e o ritmo da vida regular das variações cotidianas ou periódicas do meio cósmico envolvente».

Com efeito, as influências meteorológicas manifestam-se nas mais variadas circunstâncias sobre os fenómenos da vida e, mais do que isso, sobre os fenómenos sociais.

É conhecida, por exemplo, a acção da luz sobre os seres previamente sensibilizados pela ingestão de certas substâncias alimentares e, outrossim, a acção dos raios ultra-violetas no aumento do valor anti-raquítico do leite.

Walter, Director do Instituto Epidemiológico de Hamburgo, estudou a relação entre a humidade e certas doenças, particularmente o tifo e a cólera.

Russel, entende que o nevoeiro e o frio têm uma influência grande na mortalidade das afecções pulmonares.

A primavera e o outono foram tidos sempre como estações críticas na marcha da tuberculose e da sífilis.

Certas depressões barométricas e as mudanças súbitas do tempo, têm sido consideradas como manifestamente agravantes das epidemias de gripe e de certos estados reumáticos.

Maignon e J. Risler, aceitam que a primavera e o outono influem nitidamente nos fenómenos metabólicos.

Para Cadiot o tétano seria mais frequente nos meses de fevereiro, março e abril, ou nos meses de abril, maio e junho, segundo os anos.

R. Charpentier, pensa, igualmente, que a maior parte das doenças tem íntima relação com as alterações meteorológicas.

As algias crónicas são por vezes verdadeiros aparelhos registadores das perturbações atmosféricas. Raras são as pessoas que não conhecem a questão por experiência própria.

Em suma, o homem é altamente influenciado, no estado de saúde e no estado de doença, por influxos telúricos os mais variados. Registemos o facto enquanto se continua a ignorar o seu mecanismo íntimo.

Nestas condições, parece-me de todo o ponto aceitável que os fenómenos de sensibilização e de anafilaxia hão-de sofrer, também, influências meteorológicas.

Experiências feitas, em 1934, por Robert Regnier, médico veterinário, demonstraram, cabalmente, como os acidentes anafilácticos variam com as estações do ano.

Tal facto é tanto mais de presumir quanto é certo dependerem êsses fenómenos de desequilíbrios físico-químicos dos humores, por si intimamente adstritos ao equilíbrio geral da matéria e da energia.

Por outro lado, compreendemos bem que o meio ambiente influi de maneira notável na vitalidade e virulência dos micróbios.

O calor excessivo prejudica, manifestamente, as condições de resistência do organismo e aumenta a agressividade dos gérmes microbianos.

Nestas circunstâncias não será de estranhar que o síndrome infeccioso — ou de tipo infeccioso — pós-operatório, se observe, de preferência, no verão. Assim é, de facto.

Todos os cirurgiões conhecem os perigos da estação calmosa, particularmente quando se trata de operações do ventre. No tempo quente só devemos operar casos urgentes para não nos sujeitarmos a riscos possíveis de evitar.

*

No t ermo das minhas considera es tenho de verificar que foram s brias as premissas de que me servi nas dedu es atrás referidas. Não podem, portanto, impor-se conclusões, de valor indiscutível, que sirvam para resolver o momentoso problema dos síndromas hiperérgicos p s-operatórios.

Confio que outros virão dar o seu contributo para a soluço do caso, porque o assunto é, sem d vida, da mais alta importância e de reconhecida actualidade.

BIBLIOGRAFIA

- A. LEMOINE et VARAZ — *Moyens d'exploration du syst me neuro-végétatif* — «Encyclopédie M d. Chirurgicale», janeiro de 1937, 13502.
- A. MARCHETTI — *Les protéides du sérum sanguin dans les  tats anaphylacto ides* — «Tese d'Alger», 1938.
- A. MARQUÉZY et M. ELLE LADET — *Le síndrome malin au cours des toxi-infections* — «X^e Congrès des Pédiatres de Langue Française», outubro de 1938.
- ANDRÉ DOTTAIN — *Contribution à l'étude de la vaccinothérapie préopératoire* — «Tese de Bordeaux», 1929.
- ANTÓNIO DE CASTRO CALDAS — *A doença operatória* — «A Medicina Contempor nea», n.^o 21, 1937.
- ARMAND TZANCK — *Immunité — Intolérance — Biophylaxie* — Masson & C.^{ie}, 1932.
- AUGUSTE LUMIERE — *Les problèmes de l'anaphylaxie* — Doin, 1924.
- B. LE BOURDELL S et P. SÉDALLIAN — *Précis d'Immunologie*, G. Doin, 1930.
- B SREDKA — *Le choc anaphylactique et le principe de la désensibilisation* — Masson & C.^{ie}, 1930.
- CH. RICH T — *L'anaphylaxie* — 1930.
- CL. OLIVIER — *Pneumopathies post-opératoires précoces des interventions abdominales* — «Tese de Paris», 1938.

- CHENUT — *Suites opératoires et état biologique* — «Revue de Chirurgie», 1922.
- CRISTOL et JEANBRAU — *La polypeptidémie en pathologie rénale* — «Le Journal Médical Français», n.º 1, 1938, pág. 24.
- DANIELOPOLU — *Schéma anatomo-physiologique du système nerveux-végétatif* — «Presse Médicale», n.º 34, 1938 pág. 567.
- DARMAILLACQ — *L'hyperpolypeptidémie post-opératoire* — «Thèse de Bordeaux», 1936.
- DESPLAS et RONCHESI — *Vaccination pré et post-opératoire des opérés* — «Presse médicale», 17 de fevereiro de 1932, pág. 259.
- DUCUING et MILETZKY — *La vaccination pré-opératoire* — «Monde Médical», abril de 1929, pág. 461.
- DUTHOIT et GERNEZ — *Recherches expérimentales sur l'anaphylaxie et l'antianaphylaxie* — «Annales de Médecine», t. XXXIV, 1933, pág. 447.
- DUVAL, ROUX et MOUTIER — *Essai sur l'intoxication par les polipeptides* — «Presse Médicale», 14 de novembro de 1934.
- EF.M WEINSTEIN — *Contribution à l'étude du rôle de l'anaphylaxie dans la pathogénie des maladies infectieuses* — «Thèse de Paris», 1931.
- ELIE FRIEDMANN — *Le rôle du système neuro-vegetatif dans les réactions d'hypersensibilité* — «Thèse de Paris», 1936.
- ESTEVEZ PINTO — *Polipeptidemia post-operatória*, 1938.
- F. KLINGE — *Deutsche Medizinische Wochenschrift*, 1936, n.º 6.
- FÈVRE — *Contribution clinique à l'étude de l'infection dans les ulcères chroniques gastro-duodénaux* — «Thèse de Paris», 1927.
- FRANZ ICKERT — *Allergie und tuberkulose*, 1940.
- FUNCK-BRENTANO — *Vaccins en gynécologie* — «Monde Médical», 1 de fevereiro de 1937.
- GILSON et GRATIA — *Sensibilisation au catgut* — «Journal de Chirurgie», t. LII, janeiro de 1938.
- GOSSET et THALHEIMER — *Vaccin en chirurgie* — «Monde Medical», 1 de fevereiro de 1937.
- *A propos des complications pulmonaires en chirurgie gastrique* — «Société de Chirurgie», t. LI, 1926, pág. 193.
- GRAEUWE — *L'examen pré-opératoire de la résistance des opérés* — «Journal de Chirurgie», t. X, pág. 433.
- GRATIA et LINZ — *Phénomènes de Sanarelli — Schwartzmann ou l'allergie hémorragique* — «Annales de l'Institut Pasteur», t. XLIX, 1932.
- GRÉGOIRE — *Infarctus de l'intestin par choc d'intolérance* — «Journal de Chirurgie», t. 48, n.º 3, 1936.
- J. BUSCHE — *Flüchtige Lungeninfiltrate als hyperergische Gewebsreaktionen* — «Münch. Med. Wochens.», 1938, n.º 3.

- J. CATHALA et A. BRAULT — *Catarrhe suffocant* — «Revue Française de Pédiatrie», t. XIV, n.º 2, 1938, pág. 105.
- J. KAHN and B. STOUT — *Allergy and infection* — «The Journal of the American Medical Association», vol. 99, n.º 18, 1932, pág. 1494.
- J. LEMANT — *Hyperthémie et système neuro-végétatif* — «Thèse de Paris», 1937.
- J. TINEL — *Le système neuro-végétatif* — Masson & Cie, 1937.
- et SANTENOISE — *Vago-sympathique et choc anaphylactique* — «Journal Medical Français», março de 1922.
- JACQUES BAYLE — *Les accidents anaphylactiques mortels* — «Thèse de Paris», 1939.
- JEAN SOYER — *Maladie post-opératoire et deshydratation* — «Thèse de Paris», 1937.
- JEAN LORTAT-JACOB — *Les réactions d'hypersensibilité à l'infection en chirurgie* — «Thèse de Paris», 1939.
- KOURILSKY et GUILLOT — *Étude sur le mécanisme des lésions hémorragiques d'origine allergique et anaphylactique* — «Revue d'Immunologie», t. IV, n.º 3, 1938, pág. 230.
- L. MAYER et VAN DOOREN — *L'hypochlorémie post-opératoire* — «Congrès Français de Médecine», XXV sessão, 1938, pág. 147.
- LADET (M.ELLE) — *Le syndrome malin au cours des toxi-infections* — «Thèse de Paris», 1937.
- LAMARE — *Contribution à l'étude des septicémies post-opératoires* — «Thèse de Paris», 1924.
- LAMBRET — *A propos de la vaccination préventive des complications pulmonaires dans les opérations gastriques* — «Société de Chirurgie», vol. LII, 1936, pág. 278.
- *A propos de la vaccination pré-opératoire dans les interventions gastriques* — «Soc. de Chir.», 2 de julho de 1930, pág. 906.
- *La préparation des malades à l'opération* — Rapport au XXXIXº Congrès de Chirurgie, Paris, 1930.
- LEITNER — «Beit. Klin. Tbk.», 1936, n.º 88.
- «Münch. Med. Wochens.», 1937, n.º 34.
- LÉVY — *Le microbisme latent* — «Thèse de Montpellier», 1916.
- LOUIS BAZY — *La vaccinothérapie en chirurgie* — «Presse médicale», 1925, n.º 21, pág. 329.
- *Les infections post-opératoires à type toxémique* — «Journal de Médecine», 19 de novembro de 1924.
- *Quelques considérations sur la bactériothérapie en chirurgie* — Masson & C.º, 1932.
- *Les vaccinations préventives en chirurgie* — «Paris Médical», t. LXXXIX, 1933, pág. 33.
- LUCIEN GIRARD — *La notion du terrain dans la vaccinothérapie* — «Le Bulletin Médical», n.º 35, 1938, pág. 619.

- M. BOURDE — *L'hypochlorémie en clinique chirurgicale* — «Congrès Français de Médecine», xxv sessão, 1938.
- M. PEHU et WORINGER — «Revue française de Pédiatrie», t. x, n.º 1, 1934, pág. 1.
- MARCEL MORTIER — *Contribution à l'étude de l'allergie vaccinale* — «Thèse de Paris», 1932.
- MASMONTEIL et J. VAUTIER — *Encyclopédie médico-chirurgicale — Urgences*.
- MAURICE LOEPER — *La vaccinothérapie en Médecine et en Chirurgie*, 1928.
- NEUMANN — *A propos de la vaccination préventive dans la préparation des malades aux opérations* — xxxixº «Congrès de Chirurgie», Paris, 1930.
- NOËL FIESSINGER — *La polypeptidémie en pathologie hépatique* — «Le Journal Médical Français», n.º 1, 1938, pág. 17.
- P. MONARD — *La vaccination pré-opératoire* — «Presse Médicale», 2 de novembro de 1927, pág. 1929.
- PHILIBERT — *Septicémie éphémère provoquée par l'intervention chirurgicale* — «Revue de Biologie», julho de 1922.
- PIERRE DUVAL et L. BINET — *Les lésions pulmonaires post-opératoires* — «Presse Médicale», n.º 92, 1936, pág. 1800.
- et CH. ROUX — *Les polypeptides et les «maladies à hyperpolypeptidémie» dans la pathologie chirurgicale* — «Le Journal Médical Français», n.º 1, 1938, pág. 3.
- PIERRE PLAN — *Les polypeptides de protéolyse tissulaire sont-ils toxiques?* — «Thèse de Lyon», 1938.
- R. GOIFFON — *Le dosage des polypeptides en pratique médicale* — «Le Journal Médical Français», n.º 1, 1938, pág. 9.
- R. LARICHE — *La maladie post-opératoire* — «Gazette des Hôpitaux», n.º 31, 1934, pág. 551.
- *Préparation des malades aux opérations* — xxxixº Congrès de Chir., Paris, 1930.
- R. REDING — *L'intoxication protéique: entité pathologique* — «Le Journal Médical Français», n.º 1, 1938, pág. 29.
- REILLY, LAPLANE et DU BUIT — *Rôle du système neuro-végétatif dans la genèse des lésions intestinales de la fièvre typhoïde* — «Annales de Médecine», t. xxxvii, abril, 1935.
- , TEISSIER et RIVALLIER — *Modes d'actions de la vaccinothérapie* — «Annales de Médecine», t. xxxv, n.ºs 2 e 3.
- RENDLE, SCHORT and FRASER — *British medical Journal* — n.º 3465, 4 de junho de 1927, pág. 1001.
- RENÉ LANÇON — *Étude de l'intoxication par les polypeptides* — «Thèse de Paris», 1934.
- RENÉ TOUPET — *Le rôle du pneumogastrique dans les complications pulmonaires après gastrectomie* — «Journal des Praticiens», n.º 3, 1936.

- ROBERT RÉGNIER — *Influences des Saisons sur les manifestations anaphylactiques*, 1934.
- ROCHA BRITO (Prof.) — *Aspectos Clínicos da Patologia funcional — Clínica, Higiene e Hidrologia*, janeiro de 1942.
- RÖSSLE — «Klin. Wochens.», 1936, pág. 809.
- SAUVÉ — *La préparation des malades à l'opération* — Rapport au xxxix^e Congrès de Chir., 1930, in «Journal de Chirurgie», t. xxxvi, 1930, pág. 554.
- V. HANSEN — *Deutsche Med. Wochens.* — 1941, n.º 8, pág. 197.
- W. MAYO — *Surgery, Gynecology and Obstetric* — 1921, t. xxxii, pág. 97.

LUÍS RAPOSO

MATIÈRE DE HONGRIE

«Ne sont que trois matières à nul homme entendant,
De France, et de Bretagne, et de Rome la grant.»

Dans une étude consacrée jadis à *La Légende de saint Honorat* (1), nous avons abouti à une conclusion qui put paraître risquée à maints lecteurs: nous nous sommes permis de déclarer sans détour que vers la fin du Moyen Âge il se forma dans les pays bordant le bassin occidental de la Méditerranée et au Portugal une «matière de Hongrie», qui, en fait sinon en titre, subsista encore à l'ère baroque.

Certes, nous convenons, il aurait été plus recommandable de faire escorter notre énonciation d'un essaim de réserves prudentes. Mais à ce moment-là, en face de perspectives nouvelles qui s'ouvraient devant nous, il ne s'agissait que de trouver et en toute hâte une formule claire et nette, un «slogan» pour exprimer les données pourtant terriblement complexes et nuancées de l'histoire littéraire ou de l'histoire tout courte.

Aujourd'hui que notre formule a déjà servi, nous jugeons utile de la conserver et c'est elle que nous inscrivons en tête de cette enquête. En reprenant nos recherches nous nous proposons de soutenir notre thèse à l'aide de preuves nouvelles. Nous sommes avertis qu'en élargissant le chantier du fond duquel nous puiserons les blocs de marbre — ou les morceaux de plâtre — pour ériger notre édifice, nous augmentons aussi le nombre des côtés faibles de notre théorie et qui se prêtent à la critique.

(1) Parue dans la *Bibliothèque des Études Hongroises*, tome xxvi, Paris 1937.

Nous n'efforcerons pas d'aligner nos documents, légendes en vers et en prose, chansons de geste et romans d'aventure, selon leur ancienneté. Fixer les dates de ces œuvres, même à une dizaine d'années de près, est une opération délicate, dont le résultat peut être cassé d'un jour à l'autre par la découverte d'un manuscrit, par l'interprétation inopinée d'un tronçon de phrase obscur. Il suffira aux exigences de notre travail si nous groupons et dépouillons les documents littéraires à notre disposition selon les motifs qui en ressortent et qui nous intéressent plus particulièrement. Mais avant de procéder de cette façon quelques remarques préalables s'imposent.

I

Pour assouvir sa soif d'évasion le Moyen Âge n'avait pas besoin de se tourner vers des terres lointaines dorées de splendeurs exotiques: tout le paradis lui était grandement ouvert (1). La Hongrie qu'évoque la littérature du siècle de saint Louis et de Don Dinis n'est donc teinte d'aucune couleur locale; elle fait partie du monde occidental comme l'Irlande ou le Brabant. Le ciel qui se voute au dessus de ses plaines est le même que celui qui bleuit l'Ile de France ou qui se reflète dans les flots du Mondego. Ses seigneurs et belles dames appartiennent à une société internationale qui sous tous les climats vibre de sentiments pareils et dont les manières courtoises, un peu précieuses aussi, se ressemblent. Cette Hongrie est comme vue à travers un voile; mais est-ce que «Rome la grant» possède-t-elle un relief plus plastique?

Les traditions se figent et à cause de cela les habitants du pays sont souvent pris pour des mécréants comme ils

(1) Tout récemment le problème de l'exotisme fut discuté par P. Jourda: *L'Exotisme* etc., Paris 1938 et, en ce qui concerne un cas spécial mais très intéressant, par E. Schaub-Koch: *L'Art Portugais du XV^e siècle* etc., Coïmbra, 1938.

étaient à l'époque des invasions. On les confond avec les Vandales⁽¹⁾ ou bien avec ces Maures de la péninsule ibérique contre lesquels Charlemagne conduisit ses armées. Ainsi dans la *Chanson de Guillaume*⁽²⁾ mention est faite d'une «grant targe duble» que Vivien «tolit a un Hungre / En la bataille es prez desuz Girunde / Quant il occist le paien Alderufe.» En pleine Renaissance encore Luigi Pulci parle des «Ungher congregati», gens récemment arrivés en Pannonie qui font la guerre au grand empereur⁽³⁾. En revanche dans la *Chanson d'Aspremont*⁽⁴⁾ le roi Burnos de Hongrie est devenu le vassal de Charlemagne, «il jure Dieu, le fil sainte Marie / Que Hongreie li menra en aïe» et se bat vaillamment contre les Sarrasins.

Constatons par parenthèse que ce roi Burnos ne figure pas dans les tables généalogiques de nos rois. Presque tous nos compatriotes sont baptisés de noms arbitraires. Passent encore des noms comme Charles ou Roger⁽⁵⁾. Mais que dire d'un Candobras, guerroyant avec Florimond, «filz du noble Mataquas, duc d'Albanie»?⁽⁶⁾ Nous n'avons reconnu avec certitude qu'un seul personnage, c'est Huce de Hongrie, chanoine de Hereford, dont la silhouette amusante s'aperçoit dans *Ipomedon et Prothesilaus*, poème de Hue de Rotelande, trouvère anglo-normand⁽⁷⁾.

Est-ce à affirmer qu'à cette littérature manque la valeur d'un témoignage historique? Que, p. ex., *Les Enfances*

(1) P. ex. dans la chanson de geste *Garin le Loherain*.

(2) Ed. H. Suchier, Halle 1911, vers 373 et ss.

(3) *Il Morgante*, c. xxviii. 96. — Voir aussi notre thèse *Marucelli Fiorentino e l'Ungheria*, Budapest 1938, p. 14.

(4) Ed. P. Paris, Paris s. d., p. 12. — Le nom du héros Agolant inventé par l'auteur du poème se retrouve dans la *Vida de Sant Honorat* du troubadour Raimon Féraud et dans *l'Orlando Furioso*.

(5) Cf. Un roi Roger de Hongrie aurait enseigné à Jean de Franchières, auteur d'une *Fauconnerie* etc. / Poitiers 1567 / le noble art.

(6) Voir le catalogue de la Bibliothèque Yemeniz, n.º 2360.

(7) Voir Ward, 1.728.

Ogier (1) sont mal renseignées, que jamais Constance, fille du roi Flore, soeur de Berthe aux grands pieds, et par ce fait tante de Charlemagne, n'était assise sur le trône de Hongrie? Mais ces mêmes *Enfances* ne racontent-elles pas aussi une chose advenue, l'invasion du royaume par les hordes cumaines? «Car à sa gent s'erent Coumain melle / Par force fussent en son pays entré». Et si on a le droit de douter que ce fut Gaufroi, duc de Danemarque et père d'Ogier qui sauva le fief de Constance «et des Coumain fist tel mortalité / K'en moult lonc tans ne furent recouvré», il est bien possible pourtant que plus d'un wiking désœuvré, plus d'un «lézengö ritter» se prélassa à la cour des derniers Arpáds.

Il vaut donc la peine de chercher le fait historique sous ces écorces d'une imagination exubérante. Par contre, on doit désespérer des inexactitudes qui embrouillent l'image géographique de la Hongrie. Le plus souvent c'est un pays riverain, quelque part aux environs de la Grèce, si ce n'est la Syrie (2), on y arrive par voie des mers, ainsi Robastre, héros de *Gaufrey* (3), y met dix jours et demi de navigation. Tous ces détails, et nous en verrons d'autres, baignent la Hongrie d'une ambiance méditerranéenne.

Les raisons de ce vague sont d'ordre spirituel. Le même style, le même «idéalisme» qui tailla les tympanes et les voussures des grandes cathédrales, créa aussi la littérature du Moyen Âge. Dans ses légendes et romans une Hongrie fabuleuse rayonne et se détache d'une autre Hongrie, de celle que les relations de plus en plus étroites et fréquentes font connaître à l'Occident. D'une part les pèlerinages à Compostelle (4) et le milieu cosmopolite de l'abbaye de

(1) Ed. A. Scheler, Bruxelles 1874, vers. 7979 et ss.

(2) Dans certaines versions de *Clamades et Clermonde* la Hongrie est située dans l'Afrique du Nord!

(3) Ed. Guessard, Paris, 1859.

(4) Il serait intéressant de dresser la liste de nos compatriotes qui jusqu'à l'avènement du chemin de fer se rendirent au «Jérusalem

Saint Honorat à Lérins qui se trouvait sur la route, élaborent et conservent la « matière ». De l'autre part il faut rappeler les ambassades (1), les alliances dynastiques et surtout les échanges commerciaux. *Li Charrois de Nymes* (2) nous fournit tout un traité de science économique. À la question: « où a conquis si riche menantie? » Guillaume d'Orange répond: « En douce France l'ai-ge aucques conquise / Or si m'en vois de voir en Lombardie / Et en Tosquane et d'iluec en Hongrie / Tout droit au Crac menrai-ge mon empire / À une foire de grant anceserie / Mon change fais el règne de Venice ».

« Encres et soffres, encens et vis argens » qui remplissent les tonneaux de Guillaume sont un peu la monnaie courante de l'époque. Mais les « peaux de martre qui bones sont en tens » et « bazenne » (3) indiquent peut-être les produits d'une industrie hongroise qui vient de naître. À côté d'eux on « n'oublie pas a querre » les chevaux de nos plaines; les « biaux pallefrois gros de Honguerie » (4) entrent dans la composition d'un dot seigneurial au début du XIV^e siècle.

Nous pourrions continuer à égrener le rosaire de menus détails et de longues citations. Mais ce qui importera plus d'être saisie c'est la tendance qui veut rassembler les faits épars, qui essaie de bâtir une Hongrie de rêve se tenant solidement debout. À l'aide de la connaissance que prennent

de l'Occident ». Nous connaissons le nom de Laurentius Ratholdi de Pastoth « magister dapiferorum et supremus dispensator » d'après une lettre du roi Sigismond / 1408 /. — Mentionnons aussi la visite de Martin Berzeviczy à Antibes, en face de l'île de Lérins. / Voir *L'Itinéraire* de Jérôme Maurand, ed. L. Dorez, Paris 1901, p. VII /.

(1) Nous avons parlé de celle de 1377 (*Magyar Művészeti*, 1937. n.º 9) et aussi de celle que Ladislas V. envoya à Charles VII. de France. / *Gazette de Hongrie*, 18 avril 1936 /.

(2) Ed. W. Jonckbloet, La Haye 1854, vers 1172 et ss.

(3) Cf. Le comte de Hainault, Guillaume, avait à son service Hongrois le Sie Siellier. Voir: Ch. Dehaisnes, *Documents etc. concernant l'Histoire de l'Art dans la Flandre etc.* Lille 1886, n.º 299.

(4) Dans *La Comtesse d'Anjou* / *Hist. Litt.* t. XXXI, p. 335 /.

mutuellement les auteurs de leurs ouvrages, à l'aide d'allusions qui s'entrecroisent ⁽¹⁾, les *disiecta membra* conglomèrent, un cycle se forme, la « matière » s'organise.

II

En 1318, date que les derniers vers de *Guillaume de la Barre* ⁽²⁾ assignent à ce poème, Marie, fille de notre Etienne v. et femme de Charles II. de Provence, habite encore la vallée de larmes. Si on songe à la protection que cette reine étendit sur les savants et les écrivains ⁽³⁾, si on tient compte aussi du succès remporté par la *Vida de Sant Honorat*, on devine que le troubadour Arnaut Vidal avait des bonnes raisons de mettre en parade une comparse hongroise dans son *Guillaume*.

Le poème, dédié à un seigneur Sicart de Montaut, débute très méthodiquement ⁽⁴⁾:

En una terra lay d'Ungria
Ac. j. rey qu'era de Suria
Ques ac nom lo rey de la Serra
Le quals estec lonc temps ses guerra
E lajssec so filh heretier.

Pour ce prince héritier « adreit e franc e placentier / Jove d'état entro xx. ans » les barons du Royaume voudraient trouver une épouse qui soit digne de lui. Ils chargent à cet effet un de leurs, le chevalier Guillaume de la

(1) Ainsi les allusions dans *Violette*, roman de Gibert de Montreuil et dans *Witasse* concernant *Florence de Rome*, dans *Gaufrey* concernant *Doon de Mayence* et *Parise la Duchesse* etc.

(2) Ed. Paul Meyer, Paris 1895.—Le ms. à Chantilly.

(3) C'est devant sa cour qu'Adam de la Halle fit représenter le *Jeu de Robin et Marion*.

(4) P. 1 de l'édition mentionnée.

Barre d'aller tout droit en Angleterre, car le roi de ce pays a une fille, Églantine, dont la renommée remplit le monde.

Hélas, Barre plus cauteleux que discret, remplit trop bien sa mission. Il ne se contente pas de ce qu'on raconte, ni même de ce qu'un manant quelconque est libre de voir. Il demande de pouvoir examiner sa future souveraine «tot nut cum de maire cazec» (1). Cette indiscretion qui nous choque fut peut-être dans les moeurs du temps, ainsi dans une version de *Berthe aux Grands Pieds* due à un compilateur vénitien, le messenger demandant en mariage la main de la fille du roi de Hongrie, exige aussi qu'on lui laisse voir la jeune fille tout nue (2). Mais qu'il en existent ou non des cas précédents, Barre, lui obtient ce qu'il désire :

La regina la despulhec
 En una cambra tota nuda
 La ifanta fo cum causa muda
 De vergonha no poc parlar.

Il dut être satisfait des résultats de son expertise car après cette intermède les noces entre les rejetons princiers ont lieu.

Mais bientôt l'inévitable parvient. Le roi, mari heureux d'Églantine, doit quitter son épouse un jour, «Quar en j. a. siutat d'Ungria / Eran grans gens per assetjar» (3). Pendant son absence c'est Barre qui gouverne le royaume. Va-t-il profiter de l'occasion pour se rapprocher de la reine? Non; la péripétie qui en suit fait honneur à la clairvoyance psychologique du troubadour Vidal: c'est Églantine, qu'on offrait nue aux regards de la Barre, qui s'enflamme pour le palatin. Elle ne cache point son amour. Mais Barre

(1) P. 19.

(2) G. Paris: *Hist. Poétique de Charlemagne*, Paris 1865, p. 165.

(3) P. 74.

reste féal à son seigneur et plus que glacé. Nous avons espéré — o tout en secret — que nous assisterons à la tragédie de Bánk et de Gertrude; on ne nous donne qu'une reprise, l'historiette de Joseph et de dame Putiphar. Quand le roi ceint de lauriers revient de la campagne, Églantine accuse le palatin de l'avoir voulu violer. Le traître est expulsé du royaume.

Il serait oiseux de suivre notre exilé dans ses randonnées qui le mènent à travers des pays connus et inconnus. Après d'avoir accompli des prouesses inouïes il rentre en Hongrie. Son innocence devient patente aux yeux de tous et la reine est forcée de confesser ses tentatives mal placées. Sa Majesté se disculpe légèrement: elle ne voulut que mettre le chevalier de la Barre à l'épreuve. Cette excuse dut être considérée comme valable aux alentours de 1300.

III

Si Guillaume de la Barre est le prototype de l'honnête homme calomnié, Florence de Rome ⁽¹⁾ est celui de l'épouse calomniée. Fidèle, elle aussi jusqu'au bout, repoussant des avances qui sont faites cette fois par un beau-frère, Florence aussi est condamnée de partir pour l'exil. Ayant trouvé un refuge dans un cloître où une barque la conduit — est-ce un souvenir de Lérins? — elle prodige des guérisons miraculeuses. Le beau-frère touché de la lèpre va se prosterner à ses pieds. Florence repayant en chrétienne le mal qu'on lui a fait, guérit le félon. La fin du roman la réunit à sa famille dans une auréole de bonheur.

Cette anecdote inoffensive est racontée avec verve et sertie dans un cadre compliqué et romanesque. Pourtant, nous sommes frappés d'un accent réaliste qui prête du

(1) Ward II. p. 77. — Voir aussi *Hist. Litt.* t. xxvi. p. 339 et ss.

«vécu» à la narration. On nous apprend les noms des protagonistes :

Li filz rei d'Ungrie sist el chival gascun
C'est le frere Esmeré, s'il l'apelent Milun.

Le père des princes se nomme Philippe, Florence est la fille de l'empereur Othon. On nous donne des détails et on nous renseigne que le prince Esmeré est emprisonné par l'empereur de Byzance, qu'il s'engage dans une croisade contre les Sarrasins, etc.

Le nom d'Esmeré paraît d'être la transcription presque phonétique du nom bien hongrois d'Imre. L'auteur de *Florence* se rappelait-il le *planh* de Pierre Vidal, les paroles élogieuses «al bon rey» N. Aimeric? Ou bien voulut-il faire de l'histoire romancée en se servant de faits qui défrayaient la chronique scandaleuse de l'époque? En ce cas il aurait transposé les luttes menées entre Imre et Endre pour obtenir le suprême pouvoir, luttes qui ensanglantaient la Hongrie, en rivalité amoureuse, plus conforme à la tradition courtoise. N'oublions non plus que la veuve du roi Imre trouva un asile dans un cloître hors les frontières du royaume — tout comme Florence.

Nous nous garderons de donner une solution tranchante à ce problème. Ce qui est certain, que Florence, modelée sur un personnage historique ou non, jouit d'une popularité extrême pendant le Moyen Âge. Comme la profession de héroïne de roman mène à tout, sa vie ocellée d'épisodes assez profanes en somme, fut — si on ose s'exprimer ainsi — aspergée à la fin même de quelques gouttes d'eau bénite.

Certes, ce nom, Florence, d'une sonorité toute séculière, dut s'effacer devant un autre plus modeste; désormais on le prononcerait: Guillelmine. Il s'agissait sans doute de créer un pendant féminin à Guillaume de la Barre. Le vaillant chevalier construisit un pont vertigineux entre l'Angleterre et la Hongrie, Guillelmine le suivit avec sa légende.

Cette sainte est apocryphe. Il est possible néanmoins qu'elle ait eu son autel, peut-être dans une chapelle de Saint Guillaume du Désert, fameux lieu de pèlerinage sur la Via Tolosana.

Nous supposons que la légende germait dans cette Provence ou le troubadour mettait en rimes les aventures de Guillaume de la Barre. Nous ne connaissons que sa version tardive, italienne, écrite par un franciscain de Ferrare, par un Antonio Bonfadini.

Il serait inutile de résumer *Listoria de Santa Gulielma fiole delo Re danqalterra et moglie delo Re dungaria* ⁽¹⁾, elle est identique à celle de Florence, moins le riche encadrement et moins la veine poétique. Le talent de Bonfadini est d'ailleurs loin d'être méprisable, notre hagiographe raconte d'un style ingénu et gentil, avec un souci de chronologie: «Nel tempo che novamente seran convertiti gli Ongari alla fede cristiana» dit-il. Cette indication nous suggère le règne de saint Étienne ou ceux de ses successeurs immédiats, quand en effet la dynastie des Arpáds s'alliait avec la famille d'Edmond Ironside.

Dans les dernières années du xv^e siècle *Listoria* sera reprise et réarrangée en *Rapresentatione* par Antonia di Bernardo Pulci qui ajouta de son propre des dialogues et des chœurs et le doux parler toscan. Nous n'arrêtons pas d'analyser cette pièce qui est décrite par le catalogue de la Bibliothèque Apponyi ⁽²⁾: «Es ist mir nicht gelungen», note l'éminent bibliophile, «den Stoff dieser dramatischen Bearbeitung zu finden».

(1) Ed. G. Ferraro, Bologna 1878. — Bonfadini est mort en 1428.

(2) Voir n.º 450 et aussi n.º 311. — Nombreuses éditions au xvii^e siècle.

IV

Comme Florence et comme Guillelmine, Parise elle aussi appartient à la famille des reines chastes et outragées. Avec le roman qui chante ses vertus et s'attendrit sur ses vicissitudes nous revenons dans les pays où résonne l'*oc* (1):

Huimais porrez oir del riche dus Rammont (2)
 Qui fus dus de Saint Gile et fu moult gentilz hom,
 Il tenoit Vavenice et la terre anvirun
 Biaucaire et Taracon et Valence anvirun.
 Li dus prist une famme qui Parise avoit nom.

La crise qui se développe est prévue: Les cousins de l'exécré Ganelon dénigrent la duchesse, qui est condamnée de par son époux, chassée, exilée. Le voici maintenant la malheureuse, errante sur les routes, accompagnée d'un seul serviteur et ayant un enfant sous son cœur.

Ne cherchons pas querelle au poète: ses notions géographiques sont discutables. Mais cette défaillance n'empêche point Parise d'arriver un beau jour en Hongrie (3):

An la terre d'Ongrie sont ann un bois entré... ..
 Iluecques prist la dame de son ventre si mel
 Qu'ele n'alast avant per C mars d'or pesez.

Trois larrons qui vagabondent dans la forêt dérobent le nouveau-né à la mère et le portent, part de leur butin, au palais de Hugues, roi de Hongrie. Le grand monarque est un peu le complice des chenapans; les moeurs étaient

(1) *Parise la Duchesse*, ed, F. Guessard et L. Larchey, Paris 1860, p. 1.

(2) Selon la remarque de F. de Martonne, premier éditeur du roman / Paris 1836 / Raymond II. qui régna dans la première moitié du x^e siècle — au temps des invasions hongroises. La circonstance qu'on ne connaît pas le nom de sa femme, permit aux poètes de grouper autour d'elle des fables extraordinaires.

(3) P. 24.

patriarchales en ces temps-là. L'enfant est aussitôt baptisé au «grant mostier», il portera le nom de son parrain, Hugues.

À ce qu'il semble, les souverains de la Hongrie étaient des philanthropes, ayant sous la main des crèches et des orphelinats bien tenus. Par un arrêt de la justice poétique les ogres de naguère portent la queue du mandarin bienveillant: dans le roman de *Macaire*, un Louis de Hongrie, sans doute successeur en ligne directe du roi Hugues, ne recueille t-il pas lui aussi un garçonnet, le fils de Blanche-fleur, reine bannie de France?

Pour sur, les ombres ne manquent pas au tableau. Un autre français partage les faveurs du roi avec l'enfant Hugues, c'est Gontagles de Losane, encore un «cosin de Ganelon». Un mauvais caractère celui-là. Mais qu'importe! nous serions contents si le hasard nous charriait un roman, les mémoires de cet homme de qualité vivant dans la «cité maistre».

Les intrigues de Gontagles révèlent au jeune prince le secret de sa naissance. Hugues s'empresse de partir à la recherche de sa mère, non sans avoir dit toutefois ses adieux à Sorplante, fille du roi «au vis cler». Parise est retrouvée à Cologne. Elle et son fils se rendent ensemble à Aix où le duc Raymond peut enfin serrer les deux contre son cœur. Sur ces entrefaites le parrain aimable arrive aussi et rejoint la famille heureuse. Hugues épouse Sorplante, sera acclamé seigneur de Vauvenice et au surplus roi de Hongrie (1):

Hugues prist la pucelle qui tant ot de biauté
De la corone d'or fu moult bien coronez
Et fu en la chapelle de aut home portez . . .
Hugues et li rois Hugues sont en Ongrie alé
Hugues fu rois d'Ongrie et toz sire clamez
Et s'ot à son domaine puis xiv citez
Et fit xiv rois an sa cort asambler
Et tint puis Vauvenice en tote l'érité.

(1) P. 92.

Comment dater le roman? La mention à plusieurs reprises de Cologne, l'invocation du «glorios Sire Père» qui «les rois an Belléam faites vos aller» (1), nous éclairent sur ce point. C'est en 1162 que Frédéric Barberousse ayant dévasté Milan ordonna de translater les reliques des Rois Mages, gardées jusqu'alors dans la ville de saint Ambroise, à la métropole rhénane. Le roman serait postérieur de quelques années à cet événement qui fit resplendir Cologne d'une gloire neuve.

À cette époque c'est Béla III. qui règne en Hongrie. Sa vie a la force d'un symbole: ce prince qui a grandi auprès de l'empereur Manuel épouse une française, Anne de Chatillon, après la mort de laquelle il demande en mariage la soeur de Philippe Auguste. Son règne rassemble, comme un prisme les rayons de lumière, les influences qui viennent de l'Orient, qui viennent de l'Occident, puis les répand sur l'Europe Centrale. Quelques vers de *Parise*, les alexandrins maladroits qui décrivent l'éducation de Hugues, nous montrent ce tournant du siècle, coin mi-byzantin mi-français du Moyen Âge, avec la précision d'une enluminure (2):

Quant l'anfes ot xv. anz et complit et passez
 Premiers aprist à letres tant qu'il en sot assez
 Puis aprist il as tables et à eschas à joier
 Il n'a ome an cest monde qui l'en peust mater.
 Bien sot i cheval poindre et bien esperoner
 Et d'escu et de lance sot moult bien béorder . . .

V

L'état civil d'enfant trouvé n'est pas sans présenter des inconvénients parfois considérables. Si souvent un anneau ou un crucifix caché dans les linges permet que ceux qui

(1) P. 42.

(2) P. 29.

sont du même sang se reconnaissent, il peut arriver aussi que le destin se met à brouiller les intentions les plus saines: l'anagnorisis n'a pas lieu ou seulement bien tard, quand une rencontre fatale entrechoqua et entredétruisit déjà des vies humaines.

La légende de l'Oedipe hongrois était fortement répandue au treizième siècle ⁽¹⁾. En manière de présenter ses titres de noblesse, le troubadour Féraud énonce au début de sa *Vida de Sant Honorat*:

Cell que volc romanzar la vida Sant Alban

et avec cela greffe bien visiblement cette branche maudite sur le tronc de la « matière de Hongrie ».

Le poème de Féraud n'est pas parvenu jusqu'à nous. Heureusement la légende de *Monsieur Saint Albain, Roi de Hongrie et Martyr* est rapportée par de nombreux manuscrits, incunables ⁽²⁾ et livres dans plusieurs littératures ⁽³⁾. Nous la résumons en nous servant de la thèse déjà ancienne de L. Constans ⁽⁴⁾.

« In partibus Aquilonis » un empereur « potens et nobilis » enterre sa femme bien aimée. Il se console de cette perte en séduisant sa propre fille. Le fruit de l'inceste, un garçon, est exposé, revêtu de riches habits sur la grande route de la lointaine Hongrie. Le roi du pays / encore un philanthrope! / le recueille et charmé de la beauté du jeune homme le fait élever comme son fils et désigne enfin cet Albain

⁽¹⁾ Voir A. d'Ancona: *La Leggenda di Vergogna* (L'Introduction), Bologna, 1869; M. Haupt dans *Monatsberichte der Preussischen Akademie der Wissenschaften*, 1860, v. 24; R. Köhler: *Kleinere Schriften*, Berlin, 1900, t. II, p. 189 et ss.

⁽²⁾ A. Claudin: *Hist. de l'Imprimerie en France*, Paris, 1904, t. III, p. 197.

⁽³⁾ Dans les versions serbes Albain est exposé sur les flots du Danube; voir Vuk II. 14 et Talvj I. 71.

⁽⁴⁾ *La Légende d'Oedipe*, Paris, 1881, p. 115 et ss.

comme son héritier. L'empereur — celui de l'inceste — ayant appris par renommée la bravoure du jeune prince hongrois lui offre ce qui lui est le plus cher au monde, la main de sa fille. Le mariage a lieu et Albain vit avec sa mère jusqu'au jour où des objets précieux font découvrir l'horrible mystère. Les époux se séparent et Albain va finir ses jours terrestres dans une pénitence héroïque qui lui vaudra les honneurs de l'autel après sa mort.

Ce double inceste, «sibi fratrem, patri nepotem, utri-que filium infausto concubitu generavit» ne suffisait pas au Moyen Âge. La fantaisie corsa ce récit, un conte du *Gesta Romanorum* (1) y ajouta une séquelle: contrits, l'empereur, Albain, la mère-soeur-femme sont partis en pèlerinage. Le diable se mêle à cette famille bizarre et l'ensorcelle. Albain devien témoin de la rechute de ses parents; il les tue. Ce crime sanglant comble son péché involontaire, mais n'empêche pas que «ad finem inventus est sanctus». La grâce divine est inépuisable.

On serait tenté de rechercher ce qui pourrait être «historique» dans cette curieuse légende. Ne remonterait elle pas jusqu'aux temps des invasions? On racontait bien que les hongrois étaient nés d'accouplements hideux de monstres, ne les accusait-on pas aussi de commettre des fornications incestueuses?

Pour l'instant cette supposition parait gratuite. Mais si nous acceptons l'hypothèse soutenue par le savant C. Greith, (2) selon laquelle l'histoire de saint Albain serait une variante de la légende du pape Grégoire, nous ne faisons que déplacer le problème. La question se pose aussitôt, pourquoi le souverain pontife déposa-t-il sa tiare et se métamorphosa-t-il en prince hongrois?

(1) Ed. H. Oesterley, Berlin, 1872; n.º 244.

(2) *Spicilegium Vaticanum*, Frauenfeld, 1838, p. 157. — La légende se rattacherait à Grégoire VII. / 1073-1085 / dont le pontificat fut troublé par un courant hérétique dit «incestuosorum». Cf. aussi le *Liber Gomorrhianus* de Petrus Damiani.

Un filon d'histoire paraît percer dans les versions espagnoles de la *Vie* (1). La Sainte Trinité a bien voulu aider le poète anonyme de raconter «del Hungaro mas felice la santidad y milagros», mais ce sont les chroniques qui lui ont appris l'existence des tribus hongrois. Hisano (Ispán?) chef d'une de ses tribus, a menacé sa fille d'une dague, l'a violée. Le roi, *primus inter pares* des chefs a recueilli l'enfant exposé. Quand Albain atteint l'âge de vingt ans, le roi commande aux grands qu'ils lui envoient les portraits de leurs filles. Albain regardant celui de sa mère s'enflamme de passion. *Qué enorme y atroz pecado!* Le reste se déroule selon la nouvelle des *Gesta* et le pieux assassin de ses parents termine sa vie en anachorète (2).

VI

La *Manequine* est le récit d'un inceste qui ne va cette fois que jusqu'à la tentative. Le roman qui a ses racines dans le sol oriental, byzantin, fut «magyarisé» vers 1270 par Beaumanoir. Plut-il à l'auteur de rendre un hommage, assez équivoque au fond, à la patrie de la «tres-bonne Elysabel»? (3) Avait-il des protecteurs à flatter, là-bas à Fehérvár, à Esztergom? Nous ne saurions le dire. Nous n'avons pas la prétention de vouloir lire dans le cœur d'un poète, surtout si ce noble organe bat entre les côtes d'un légiste, tel que fut notre Philippe.

L'héroïne de Beaumanoir trouve un asile et sa seconde patrie dans une nuageuse Écosse. Mais déjà les Manequines du siècle suivant rétablissent la liaison traditionnelle et s'accordant mieux avec l'esprit de la «matière», entre la Hongrie et les bords de la Méditerranée. Sur ce

(1) Duran: *Romancero General*, Madrid, 1851, n.º 1302 et 1303.

(2) En plein XIX^e siècle parut une *Historia del Bienaventurado San Albano*, Madrid, 1855.

(3) Vers 5693.

point un manuscrit catalan est très explicite (1): «Comensa aquest libre del rey Dúngria he de sa fila» lisons nous, «la qual fo muler del comte de Proensa». Les noms de Marseille et d'Arles étoient le texte et on nous rassure concernant le sort des rejetons: «Ageren fills he files maridades de le quals files fo 1.^a muler del rei Darago e laltre del rey de France e laltre del rey de Castella e laltre del rey Danglaterra (2).

Signalons aussi une nouvelle française intitulée *De Alixandre Roi de Hongrie qui voulut espouser sa fille* (3). Elle commence: «Alixandre fut moult bel et amoureux chevalier. Il avoit à femme une moult belle et bonne dame, nommée Yole; elle avoit moult humble parole; et eurent une très belle fille nommée Fleurie». Cette princesse débarque après les calamités obligatoires au port de Marseille où elle devient la femme de Varon, comte de Provence. Leur fils se nommera Lamorad — comme le frère de Percival.

Mais de loin la plus importante des versions tardives est *l'Histoire Plaisante* (4) d'un auteur anonyme. Ce roman — ou faut-il dire cette légende? — rédigé à Lyon, pour un public disert et platonicien, trahit des préoccupa-

(1) Ed. P. Bofarull dans *Documentos Literarios en antigua Lengua Catalana*, t. XIII., p. 53 et ss.

(2) Raimond Béranger III. régnant vers le milieu du XIII.^e siècle avait quatre filles qui épousaient quatre rois.

(3) Ed. E. Langlois: *Nouvelles Françaises inédites du Quinzième Siècle*, Paris, 1908, p. 61 et ss.

(4) *Histoire Plaisante et Recréative de la belle Marquise fille de Saluste / sic! / roy de Hongrie. En laquelle on pourra voir la constance d'une dame vertueuse en ses infortunes et comme Dieu enfin guerdonne ceux qui mettent leur espoir en Lui.* — Lyon, F. Arnouillet le vieux, 1615. — L'exemplaire que nous connaissons se trouve à la Bibliothèque Nationale, Res. Y2 1559. — Barbier / *Dictionnaire des Anonymes* 11. 825 / note «c'est la traduction du latin de l'histoire de Griseldidis de Petrarque». On ne peut pas lire tout! Ajoutons aussi que Marquise sera la mère de Pierre de Provence, amant de la belle Maguelonne. La «matière» va s'élargissant!

tions d'ordre psychologique et moral. Les véritables protagonistes ce sont les mains «blanches et délicates», qui «pincetent avec dextérité» le luth, qui ressemblent à celles de la mère défunte. En coupant ses mains Marquise ne veut pas seulement échapper au désir amoureux du père, mais les veut faire participer à sa douleur et se venger sur elles. D'autre part, on traite à la manière du *Cortegiano* des points d'étiquette, des petits problèmes sociaux. On discute sur les mérites des Hongrois, leurs gentilshommes sont-ils plus courtois, «mieux appris» que ceux de la Provence? Toutes ces subtilités qui tiendraient à l'honneur d'un psychanalyste et toutes ces conversations qui témoignent de raffinement sont relevées d'ailleurs de remarques d'une ingénuité baroque. Les barons hongrois contredisent les projets incestueux du roi (1), car si c'est vrai «que nous pratiquerons en cela que notre ancienne loi», qu'on n'ignore pas «que Juppiter soit mari de Junon, sa soeur» et qu'enfin on peut espérer «que Dieu pardonnera cette offense puisqu'elle se fait avec une si bonne occasion», on n'est pas assuré encore «avec tout cela» d'avoir un légitime héritier. Le comte de Provence se consulte longuement avec sa mère sceptique à propos de la virginité probable ou seulement possible de la bien-aimée.

Ce conte bleu a une base géographique solide. On ne s'étonne pas que la carte de la Provence est tracée sans faute, avec les villes et les ilots et avec la mer sur laquelle vogue la nacelle de Manequine à la merci de saint Honorat! Quant à la Hongrie, l'auteur est redevable de ses connaissances aux guerres turques contemporaines. Il nous parle de Bude, de Vicegrade, de Varadin «contrée abondante de toutes sortes de gibier et de bêtes rousses» (2). Il décrit «les lieux périlleux à l'endroit desquels le fleuve Tisza entre dans le Danube» (3).

(1) P. 16.

(2) P. 55.

(3) P. 43.

Au dessous de cette couche superficielle il en existe une autre, plus ancienne. Il faut ajouter foi au libraire, personnage peut-être identique avec l'auteur anonyme, qui mentionne dans l'avant-propos «une vieille copie», contenant l'histoire de la belle Marquise, tombée entre ses mains. Tenant compte de l'ortographe de certains noms qui se rencontrent dans notre roman / Yeres, Albara /, de certains titres / infante /, d'un style qui sent la traduction, nous croyons pouvoir affirmer que cette source évoquée de l'*Histoire Plaisante* est d'origine espagnole.

Descendant encore plus bas nous nous heurtons à une phrase qui nous donna beaucoup à méditer. À la toute première page l'auteur nous communique un fait qui ne sert ni au développement de l'intrigue, ni à la casuistique morale, ni à la délinéation d'un caractère. Il nous dit que le roi de Hongrie, père de Marquise, «possédait la plus grande partie de Pologne». Il nous est impossible de ne pas nous rappeler que Louis d'Anjou (mort en 1380) porta lui aussi les deux couronnes et qu'il est mort sans avoir laissé un héritier mâle. Au début du xiv^e siècle un Jean Maillart rima le roman de *La Comtesse d'Anjou*, variante romanesque de *La Manequine*. Ne tiendrions-nous pas la la preuve d'une confusion entre deux Anjou?

On se souvient que Jeanne de Naples, complice de l'assassinat de son mari, frère de Louis d'Anjou, se refugia en Provence. Elle tenait une cour de muses à Avignon. Se défendant contre les accusations de Louis, qui la poursuivit, ne répondit-elle pas par une contre-attaque? L'épithète de l'incestueux se distribuait à cette aube de la Renaissance avec autant de désinvolture qu'au siècle de Benvenuto Cellini celle du «sodomitaccio». Un écrivain quelconque à la solde de Jeanne put profiter de la vogue de *La Manequine* pour placer sur les torsos vaguement modellés par Beaumanoir des têtes facilement reconnaissables, celle de Louis et celle de sa fille, Marie. C'était une «pièce justificative» que les bons amis se sont empressés

ensuite de faire circuler dans les chancelleries (1). Une phrase de la diatribe princière aurait survécu comme par miracle dans la modeste *Histoire Plaisante*.

En supposant l'existence d'un pamphlet de cette sorte nous n'envisageons qu'une possibilité. Nous n'échafaudons pas une hypothèse, tout au plus osons nous exprimer bien bas une idée.

VII

Le roman de *Floriant et Floréte* (2) marque les limites de la « matière ». Dans ce *chimérat* (3) la Hongrie n'est qu'un décor idyllique, un prétexte qui permet de parler d'amour.

La portée du roman est ailleurs: on nous montre comment les molécules de la matière de Hongrie tendent à s'infiltrer à la matière de Bretagne. Nous entrevoyons les contours d'une grande unité qui se prépare, d'une synthèse que le Moyen Âge fatigué n'avait plus la force de réaliser.

L'auteur de *Floriant et Floréte* ayant vécu dans la deuxième moitié du XIII^e siècle possède à fond tous les moyens à faire effet de la littérature romanesque, les rares et les autres. Il nous fait assister à une pompeuse revue de troupes; c'est l'empereur Filiménis de Byzance qui rassemble ses bataillons (4):

Les a trestouz en conroi mis...
La cinquiesme fist Geremie
Icil fu rois de Honguerie.

Ce Géréme a l'esprit pondéré, « quar sages est et sanz folie », circonstance qui fait supposer à l'éditeur

(1) Cf. *Andrias* mentionné par Nostredame.

(2) Ed. Francisque Michel, Edinburgh, 1873.

(3) Nous nous servons de la terminologie proposée par C. W. von Sydow.

(4) P. 109.

du poème que le nom dérive d'une épithète homérique de Nestor⁽¹⁾. Il aime la vie paisible et s'exprime comme une recommandation de la S. D. N., avec une forte dose de bon sens⁽²⁾:

Car je voldroie moult la pais,
Nos n'i gaaingnerions jamais,
Quant plus la guerre maintenrons
Sachiés et plus i perderons.

Ses excellents principes n'empêchent d'ailleurs pas qu'il fasse de la guerre joyeuse au roi Artus⁽³⁾:

Atant s'esmuet rois Geremie
Qui estoit sires de Hongrie,
Se bataille en l'estor conduit...
Sa gent le suient flérement
Qui moult l'amoient bonement.
En la bataille se ferirent,
Merveillox cox i departirent.

Lors d'une escarmouche qui se livre dans le voisinage de Palerme — ces preux de Bretagne ont la nostalgie des ciéux halcyoniens — Gauvain, parangon de toutes les vertus, comme il sied d'être au neveu du grand Artus, aperçoit la fille de Gérémie, Blanchandine, qui debout sur les murs d'une citadelle, suit le sort de l'assaut. C'est le grand frisson! Gauvain envoie un anneau d'or et confesse son amour⁽⁴⁾:

Il est vostre chevaliers,
De cuer et de cors tous entiers.

Les sentiments de la jeune fille répondent à la flamme de Gauvain et la fille du roi de Hongrie se rend au camp

(1) P. LXXXVIII.

(2) P. 177.

(3) P. 115.

(4) P. 153.

du beau chevalier, sans proférer des sophismes et sans ressentir des remords, comme si elle était une héroïne de l'Arioste.

Mais bientôt une basse insistant se lève et se met à accompagner le gazouillement des amoureux: des voix que les années et leurs automnes ont chargé de prudence, admonestent et reprochent. Artus demande raison à son «biaus niez» (1): «Cele dame que vous tenez, dont vient-ele, n'el me celez» et Gérémié qui surgit de temps en temps exprime ses doutes concernant les intentions honnêtes de Gauvain: il ne se rassérène qu'en entendant Blanchandine à affirmer «le matin serai espousée» et il repond (2):

Bele fille bien le créant
S'en ai le cuer lié et joiant.
Et sachiez, je ne vous ment mie
Le roiaume de Honguerie
Li otroi quite après ma mort.

Comme toujours, c'est la confiance des jeunes qui est justifiée: «Li arcevesques les sacra». La cérémonie terminée, Guinevere, suprême tutélatrice des moeurs et coutumes de la noble Bretagne, accueille avec affabilité la fille du roi de Hongrie (3):

Blanchandine entendez à mi,
Fait la roinne,
Douce suer
Je voil de vous fere ma suer
Et ma compaignete et m'amie.

Et voici notre compatriote qui prend place à la glorieuse table ronde. Décidément, nous n'avons pas espéré de voir autant!

(1) P. 174.

(2) P. 201.

(3) P. 229.

VIII

Nous n'avons pas la présomption de croire épuisé notre sujet; il n'est qu'effleuré. Que de scènes et personnages hongrois rencontrerait-on encore dans *Charles le Chauve*, dans *Cyperis de Vigneaux*, dans le roman prolix de *Messire Charles de Hongrie!* (1) que de « matière » se cache dans cette littérature romanesque du Moyen Âge français!

Et tout cela n'est qu'un premier chapitre. Une fois celui-là mené à bon terme, les cadres des recherches s'élargissent: quittant les bords de « la mer sonore » il reste à examiner ce que la Hongrie a « donné » en Alsace, au Brabant, dans l'Angleterre des Plantagenets! Nous nous contentons de mentionner, un peu pour la bonne bouche, une seule œuvre brabançonne, *Sone de Nansai* (2), et attirons l'attention à la dispute curieuse entre le bailli grognon et la jeune reine de France. Le mépris de l'aristocrate pour le paysan y perce ou peut-être seulement le dédain qu'un homme qui se plaît à boire du vin ressent envers celui qui vide des lourdes cruches de bière (3):

Dame, vo parent de Hongaie
Savent mieus joster au mouton
Quant il en ont cuit le crepon
Quant cascuns a bien encargié
Et demi grant mouton mangié
Et bu IIII pos de gondale...

Madame, qui a la langue bien déliée, riposte:

Dist la royne: Vous mentés
Faus traytres, mauvais prouvés,
Losengiers plains de trecherie,
Fille sui au roi de Hongrie
Fourre (1) qui mout fist a prisier
Ne li convint moutons mangier.

(1) Bibliothèque Nationale, ancien fond français n.º 1467.

(2) Ed. M. Goldschmidt, Stuttgart 1899.

(3) Vers 14081 et ss.

On devrait aussi prendre à tâche d'étudier les compilations en langues étrangères, les *Reali di Francia*, le poème diffus des *Nerbonesi*, d'observer le rayonnement de la « Hongrie » dans l'Empire Latin, en Catalogne, au Portugal ⁽²⁾, ainsi que de feuilleter — mais c'est un plaisir que nous nous réservons — les in-folios, ces *Amadis* et ces *Palmerins*, dans lesquels le mélancolique sire de la Manche s'absorva volontiers.

Il faudrait fouiller dans les archives des Guises, famille dont plusieurs membres furent abbés commendataires de Lérins à l'époque de la Renaissance, fouiller dans les archives des monastères et des universités; celles de « l'Athènes lusitanienne » n'auraient-elles pas, elles aussi, des trésors à nous révéler?

Il faudrait dépouiller la littérature latine du Moyen Âge, étudier les hagiographies qui ont célébré saint Louis de Toulouse, un petit-fils des Árpáds, et examiner aussi est-ce que les légendes des deux Élisabeths, celle de Portugal et celle de Hongrie, ne s'enchevêtraient elles pas au cours des siècles — comme les branches fleuries de deux arbres.

Il faudrait, il faudrait... ah, nous le savons, un sentier ardu reste à gravir. Un devoir qui incombe à une nombreuse équipe! L'auteur de ces présentes pages, que l'illustre Institut de Coïmbra honore en le faisant asseoir parmi ses élus, ne demande mieux que de continuer, perdu dans les rangs, ses recherches et en collaborant aux lettres servir ainsi la cause de la paix et le rapprochement des peuples.

SÁNDOR BAUMGARTEN

(1) Ce roi est nommé dans l'introduction en prose / p. 553 / «Floires de Hongrie» qui «avoit a femme la sereur de chelui duc» / de «Melone» — de Milan? / On nous offre une généalogie complète!

(2) Et même dans ses colonies!

LES NUAGES DE MAGELLAN: LEUR HAUTE SIGNIFICATION SCIENTIFIQUE ET POLITIQUE

VOYAGES DE FERDINAND DE MAGELLAN

D'abord il est à propos de rappeler qu'à l'époque où Ferdinand de Magellan a entrepris ses voyages, vers les années 1519-1522 avec l'intention de faire un voyage de circumnavigation, malheureusement signalé par l'assassinat du célèbre navigateur, commis le 24 Avril 1521 par un peuple de l'île Matapan, appartenant à l'archipel aujourd'hui appelé Philippines, se trouvait très oblitérée la mémoire des doctrines astronomiques professées par l'École Pythagorique, environ vingt siècles avant. Ses doctrines avaient acquis un grand prestige avec les travaux d'Aristarque et d'Hypparque, à qui appartient la gloire de la découverte de la précession des équinoxes et sa détermination avec une surprenante exactitude, et d'Érathostène qui a mesuré la longueur du méridien terrestre avec une remarquable précision.

Malheureusement l'influence d'Aristote, qui a vécu à cette époque, a troublé le développement scientifique, en même temps qu'il a fourni d'importantes découvertes scientifiques, à cause des fausses idées qu'il a introduites au sujet du mouvement de la terre, lesquelles ont persisté environ vingt siècles, adoptées par Ptolémée, qui les a répandues dans le premier siècle après J. C.

Pourtant Aristote disciple de Platon, avait déjà accepté la conception de la sphéricité de la terre prenant en consi-

dération la figure circulaire de la projection de la terre à l'époque des éclipses de la Lune et les positions où se présentent les étoiles lorsque l'observateur se déplace du nord vers le sud, ou au contraire.

On doit au savant astronome Copernic, né a Thorne en 1472 (ou 1473) de nationalité polonaise et qui a vécu jusqu'en 1543, la reprise de la doctrine de la science astronomique des Grecs sur des bases solides. Les dimensions de la terre bien qu'elle fût déjà définitivement considérée avec la figure sphéroïdale, étaient obtenues avec rigueur scientifique seulement au XVIII^e siècle, après les mesures des arcs de méridien faites à l'équateur et dans les régions polaires après l'initiative de l'Académie des Sciences de Paris.

Il est opportun de rappeler que la science astronomique était d'avis que pour fixer définitivement la doctrine de la sphéricité de la Terre il fallait qu'un voyage de circumnavigation fût fait. C'est a F. de Magellan que revint la gloire de la réalisation de cette entreprise et cette gloire appartient au Portugal et à l'Espagne, vu que ce voyage fut réalisé avec deux expéditions qui ont complété le circuit.

Dans la première F. de Magellan était au service de sa patrie à laquelle il a rendu des services de grande valeur, ayant subi de graves blessures et de rudes souffrances, entre lesquelles, sans doute la plus grande aura été l'insignifiante considération témoignée par le roi D. Manuel à propos des mesquines rémunérations refusées par lui.

Le fait que nous avons à signaler que D. Manuel n'ait pas voulu fournir la flotte demandée par F. de Magellan pour la réalisation de son projet, de suivre vers les Indes par la route de l'occident, est un sujet qui mérite des considérations spéciales.

F. de Magellan dont le nom complet est Ferdinand de Sousa de Magellan est né vers 1489. On n'est pas fixé sur l'endroit de sa naissance. Pourtant on peu supposer avec certitude que la version qui affirme que la nais-



Ferdinand de Magellan

sance de F. de Magellan a eu lieu à Sabrosa, province de Trás-os-Montes, n'a pas de fondement. C'est la conclusion à laquelle aboutissent les études méticuleuses de D. José de Noronha, perdu trop tôt pour la science, il est vrai après avoir démontré une capacité exceptionnelle pour les travaux historiques; par le Dr. António Baião; par le Vicomte de Lagoa et par Afonso Dornelas. Celui-ci qui a approfondi ce sujet dans les archives de Séville, a démontré d'une manière convaincante que cette opinion était inadmissible.

On constate que F. de Magellan était d'origine noble et qu'il s'est dévoué très tôt au service de sa patrie avec le plus grand zèle et de remarquables qualités.

Dans les *Lendas da Índia*, Gaspar Correia, contemporain de F. de Magellan, fournit les renseignements suivants:

«Ce F. de Magellan était élevé à la cour. Il est venu aux Indes avec le vice-roi D. Francisco, et il prit part à la bataille des «rumes» et toujours dans les flottes».

F. de Magellan possédait un caractère un peu rude et très énergique; en même temps il témoignait des sentiments de profond dévouement à sa patrie et à ses amis. Au sujet des armes dont il a fait usage on peut supposer qu'il a adopté celles de Magellan et celles des Sousas (Arronches) dans lesquelles on trouve les «quinas». A cause de cela on s'est trouvé avec un désagréable incident au moment du départ de la flotte commandée par F. de Magellan, qui, en toutes occasions, a démontré ses profonds sentiments religieux même dans les désignations qu'il a proposées pour les endroits qu'il a découverts. Au détroit, qui, à la fin, a reçu la désignation, *Estreito de Magalhães*, F. de Magellan avait donné la désignation de *Estreito de Todos os Santos*, parce qu'il y avait pénétré le premier jour du mois de Novembre. A l'archipel qu'il a découvert en Océanie, le 15 Mars 1521, plus tard appelé Iles Philippines, en hommage au roi Philippe II, celle d'archipel de St. Lazare qu'il avait découvert le jour consacré à ce saint.

*

Quelques mots au sujet des missions réalisées par F. de Magellan au service de sa patrie, avec la démonstration qu'il a parcouru dans cette situation environ la moitié d'un parallèle pris à partir de Lisbonne dans le sens oriental.

Il a initié sa vie maritime dans l'importante flotte qui a conduit au Indes le vice-roi D. Francisco de Almeida, laquelle fut composée par 2 bateaux (15 nefes et 6 caravelles) partie du Tage le 25 Mars 1509 avec 1500 hommes d'armes, 200 bombardiers et 400 marins.

A Mombaça cette flotte a vaincu le roi de cette région. Là il a construit la forteresse d'Angediva. D. Francisco de Almeida est arrivé à Cananor le 21 Octobre de l'année 1505. F. de Magellan a pris part à la bataille navale de Cananor, le 6 Mars 1506 comme simple soldat, malgré sa haute situation sociale.

Cette bataille a pris une importance particulière à cause de l'appui que Venise et l'Egypte ont apporté au roi de Cananor. F. de Magellan y fut blessé.

Cette même année F. de Magellan a pris part à l'expédition envoyée par D. Francisco de Almeida à Quilôa et Sofala. En 1503 il se trouvait aux Indes, où il a pris part à la bataille des «rumes» du 2 et 3 Février 1509, près de Diu, dont je me suis déjà occupé à propos des renseignements fournis par Gaspar Correia. Après quelque temps, F. de Magellan a pris part à l'expédition envoyée à Malacca, sous le commandement de Diogo Lopes, laquelle est arrivée à Cochim le 20 Avril 1509 avec 5 bateaux, un fourni aux Indes par D. Francisco de Almeida dans lequel se trouvait F. de Magellan.

Cette expédition est arrivée à Malacca le 11 Septembre 1509. F. de Magellan y a rendu de remarquables services dans la lutte contre les indigènes qui ont eu la prétention de détruire cette flotte. A cette occasion il a sauvé son compagnon Francisco Serrão, qui s'est conservé

toujours son ami dévoué. Aussi dans cette expédition F. de Magellan, avec sa grande énergie et, même, au péril de sa vie, a sauvé un bateau qui conduisait un grand nombre de Portugais.

Un autre remarquable acte d'abnégation et d'héroïsme est raconté par Castanheda dans les termes suivants:

«Estando assi, porquanto dali era perto a Cananor e com a bonança que fazia poderiam lá ir nos batéis determinaram os capitães de ir néles. E por que houve diferença sôbre quais viriam com êles disse F. de Magalhães, (aquêlê que descobriu o Estreito de Todos os Santos navegando de Sevilha para Moluco), que bem veriam que não podiam ir todos juntos, e por se escusarem brigas que estavam ordenadas, que fôsem os fidalgos e homens principais com os capitães, contando que lhes promettessem êles tornar com o governador que mandasse; o que êles juraram e com ficar Fernão de Magalhães quiz a gente baixa ficar, que doutra maneira houvera de haver brigas.»

Plus tard F. de Magellan a pris part à la conquête de Gôa. Après la capitulation de Malacca, vers août 1511, Afonso de Albuquerque a envoyé, sous le commandement d'António de Abreu une flotte chargée de l'occupation des Moluques et du Perioco dans laquelle s'est trouvé F. de Magellan d'après les renseignements des auteurs autorisés.

On peut supposer seulement certaine l'arrivée de Francisco Serrão aux Moluques. Celui-ci s'est fixé dans l'île de Ternate où il a acquis une grande influence.

À cause des raisons qui ne sont pas suffisamment connues, F. de Magellan est revenu à cette occasion au royaume, et il a pris part à l'expédition envoyée au Maroc sous la direction du duc de Bragança. Elle est partie de Lisbonne le 23 août 1513, et elle est arrivée le premier Septembre à Azamor, qui s'est rendue sans résistance.

Dans cette expédition F. de Magellan a subi déjà pour la troisième fois une grave blessure qui l'a privé du mouvement de la jambe gauche, fait qui n'a pas diminué son énergie ni réduit son initiative.

Revenant alors à Lisbonne il a sollicité du roi une amélioration de situation et une position où l'on pourrait profiter de son activité.

On dit que le Roi D. Manuel n'a pas pris en considération les raisons qui lui furent exposées et sans doute à cause des intrigues, il a renvoyé un homme qui avait rendu déjà de très remarquables services à sa patrie. Il est difficile d'apprécier jusqu'à quel point le Roi «Venturoso» fut rude, mais sans doute il fit preuve de trop de précipitation en brisant les liens qui retenaient F. de Magellan à sa chère Patrie, qu'il avait servie avec un très grand dévouement. On ne trouve pas pour le justifier les raisons qui, peut-être ont agi sur le Roi D. João II quand ce remarquable monarque a envoyé Christophe Colomb aux Rois Catholiques. On peut même admettre que D. Manuel a pris la meilleure résolution et ne voulant pas contribuer aux dépenses de l'expédition projetée par F. de Magellan pour le passage des Indes par l'Occident, sujet sur lequel je reviendrai.

Une fois écarté l'intérêt de faire un voyage aux Indes par l'Orient, chemin qui était resté réservé au Portugal, avec raison vu les sacrifices que les Portugais avaient réalisés pour obtenir le succès auquel ils ont abouti, en Espagne s'est manifesté, comme une aspiration impérative, le désir de chercher un autre chemin, dans la direction de l'Occident, et parvenir aux régions riches des pierres précieuses et des épices.

L'Amérique donnait l'impression d'une masse compacte qui s'opposait à la réalisation de cette aspiration. Pourtant il est vrai que les découvertes déjà réalisées étaient d'ordre à satisfaire largement les plus exigeantes ambitions de richesse, surtout après l'acquisition des vastes et riches territoires du Mexique et du Pérou.

Le nord se montrait impénétrable. Restait à essayer le sud, — un détroit à traverser, ou un cap à tourner. F. de Magellan aura eu ces deux mirages, mais sans doute il aurait une préférence pour la découverte d'un détroit qui

n'obligerait pas à faire un voyage trop allongé par les inhospitalières et orageuses régions antarctiques. Des renseignements dignes de crédit qui puissent avoir favorisé quelques unes de ces hypothèses, on peut être certain qu'il ne les a pas eus et vraiment ceux qu'il pourrait avoir eus auraient été fournis sans fondement. Il est plus probable qu'il aurait confié en ce que la fortune viendrait en aide à sa ténacité. C'est ce qui est arrivé, bien que le succès fût payé avec sa vie, et qu'il n'ait pas eu la compensation d'avoir joui du fruit de son triomphe.

Comme il n'a pas trouvé dans son pays l'appui indispensable pour la réalisation de son projet, d'arriver aux Indes suivant un chemin opposé à celui qui avait été parcouru, avec grande intelligence et résultat, providentiellement servi par le fait que les plages africaines n'allaient pas trop vers le sud, bien que dangereuses pour la navigation qui à cette époque était faite sur des bateaux surprénants (les premiers commandés par Bartolomeu Dias n'avaient pas un tonnage supérieur à 300 tonnes), il est naturel que F. de Magellan ait eu recours à un pays étranger et il est opportun d'observer qu'à cette époque-là on faisait cela couramment.

Ayant obtenu l'autorisation de son Roi pour s'expatrier et porté à servir l'humanité dans l'impossibilité de servir exclusivement sa patrie, il faut toujours rappeler ce fait, que F. de Magellan alla demander à la voisine Espagne les ressources indispensables à la réalisation d'une entreprise qu'il supposait d'exceptionnelle importance pour les rapports sociaux et économiques et, même, d'extraordinaire valeur scientifique.

Nuñez Valboa avait déjà découvert que la terre était limitée à l'Occident par la mer. L'océan, que F. de Magellan viendrait à désigner de Pacifique s'était déjà montré, et on pouvait s'attendre à ce que le parcourant dans le sens occidental on arriverait à la région convoitée des épices. Il fallait trouver le passage large ou étroit, pour passer de l'Atlantique au Pacifique.

F. de Magellan affirmait, comme s'il en était absolument convaincu, l'existence d'un passage entre les deux océans, mais il a été impossible aux investigateurs de connaître la raison de cette conviction. Il est admissible de supposer que F. de Magellan suggestionné par la disposition du continent africain et déjà certain de l'existence d'un océan au delà du continent américain, aurait acquis la conviction de l'existence d'une communication entre l'Atlantique et le Pacifique au moyen d'un détroit, ou faisant le tour du continent américain. A l'appui de cette hypothèse vient l'état d'incertitude, même de crainte, quand il s'est trouvé dans des régions très méridionales ayant encore en face la nature fermée à ses aspirations, qui se confondaient avec ses espoirs.

D'ailleurs pour donner suite à son plan et animé par la collaboration du cosmographe portugais, Ruy Faleiro, qui lui aussi se trouvait mal disposé avec la cour portugaise, mais qu'on supposait profond connaisseur de la science nautique, et même en possession de nouveaux procédés avantageux pour la navigation, F. de Magellan partit pour l'Espagne au mois d'Octobre 1517 et il est arrivé à Séville le 20 Octobre de la même année. Il a eu la fortune d'y trouver l'appui de Diogo Barbosa, aussi de nationalité portugaise, mais qui avait abandonné son pays et jouissait à Séville d'une haute considération. Les relations entre Diogo Barbosa et F. de Magellan sont arrivées à être très étroites à cause du mariage de F. de Magellan avec la fille, Barbara, de Diogo Barbosa lequel a converti en liens de famille les liens de nationalité.

F. de Magellan obtint très péniblement la flotte dont le commandement lui fut confié par la suite avec l'intention de trouver la communication entre les deux océans, et comme conséquence, de pouvoir découvrir le chemin par l'occident pour arriver aux richesses des épices. Il n'est pas de mon intention de m'occuper de ce sujet qu'on trouve largement traité par de savants historiens.

Le 10 août 1519 la flotte est partie de Séville et le 20 Septembre elle perdait de vue les côtes de la péninsule. Elle était destinée à un exploit merveilleux et cependant, ombre légère dans l'ampleur des mers, elle ne se composait que de cinq bateaux insignifiants lesquels, malgré les réparations subies, ne pouvaient pas cacher leur mesquin aspect. Leurs dimensions étaient vraiment microscopiques: le *Santo António*, qui était le plus grand, jaugeait 120 tonnes; la capitane *Trindade* était de 110 tonnes; le *Conception*, de 90; le *Victoria*, de 85; le *São Tiago* de 75 tomes. Cet ensemble de 480 tonnes constituait la célèbre *Flotte des Épices!* Des cinq bateaux ne sont arrivés aux Moluques que le *Vitoria* et le *Trindade* le 8 Novembre 1521. Mais celui-ci, ayant perdu le haut commandement de Magellan assassiné dans l'île de Maptan qui est aujourd'hui l'une des Philippines — a échoué; et seule le *Victoria*, justifiant son nom, a réussi à revenir en Espagne. Il est arrivé à Séville le 7 Septembre 1522; il n'avait à son bord que 19 marins estropiés sur les 265 qui étaient partis. Il convient de remarquer que quelques uns des hommes de cet équipage étaient rentrés dans le *Santo António*: celui-ci avait abandonné la flotte, de la façon la plus lamentable, quand elle se trouvait encore sur l'Atlantique. Mais Fernand de Magellan avait réussi — au bout d'un travail gigantesque, de luttes terribles de toutes les manifestations de génie, du courage et de la ténacité à pénétrer dans cet immense Océan qu'il nomma Pacifique; et pour cela il avait suivi le chemin de l'Occident.

Il a ainsi obtenu une gloire impérissable: son exploit, était de grande valeur pour les relations sociales; il a eu surtout de remarquables conséquences pour la science, celle-ci ayant acquis la preuve matérielle si désirée de la sphéricité de la terre.

Le détroit que Magellan a découvert entre les deux océans reste entre les parallèles 52 et 54 de latitude méridionale; il mesure 592 kilomètres de longueur, 445 en ligne droite; il a une largeur variable entre 5 et 6 kilomètres;

mais il s'élargit parfois en des baies qui s'amplifient jusqu'à 30 et 40 kilomètres.

Il est permis de supposer que les possibles renseignements d'investigations antérieures n'aient pas été de grande utilité. Même les informations scientifiques de Ruy Faleiro, qui du reste n'a pas partagé la gloire de Magellan, n'ont pas été d'une importance capitale: Magellan a réussi, en réalité, grâce à ses qualités foncières de pertinacité, de courage et de surprenante intuition.

Les circonstances dans lesquelles s'est réalisé le voyage de Magellan ont donné lieu à des discussions sur la priorité de la découverte de la sphéricité de la terre; cependant aucun doute n'est admissible.

Il est incontestable que Magellan, fut le premier qui a réalisé un voyage de circumnavigation; il a pour cela conquis une place exceptionnelle: Son nom après avoir été donné au détroit qu'il avait découvert, devait être inscrit par la science, comme nous le verrons, au firmament.

La découverte de l'extrémité méridionale de l'Amérique, par le capitaine anglais Horn, dont elle a reçu le nom, a eu lieu beaucoup plus tard: elle a été considérée comme un fait secondaire étant donné que le détroit de Magellan avait déjà résolu le problème de la liaison entre les deux Océans. Outre cela, le passage par le détroit de Magellan, malgré les dangereux écueils qu'on y trouve, est préférable: le chemin y étant plus court et la mer aux environs du Cap Horn étant souvent agitée par de terribles tempêtes.

Au delà du Cap Horn, à 55° de latitude sud, on trouve l'île nommée Terre de Feu; le détroit entre l'île et le cap a le nom de l'audacieux amiral anglais Drake. Celui-ci a pénétré dans le détroit de Magellan le 20 août 1578 presque 60 ans après le grand navigateur portugais. Cependant ce fut Drake qui — après les tentatives de Francisco Garcia Jofre Roacia réalisées en avril et mai 1526, de Alonso Camargo en octobre 1539 et de Jean Fernandes Ladrilleos en juillet 1558 — réussit à faire le deuxième voyage de circumnavigation.

Il est juste de rappeler à propos que la Providence a récompensé les admirables efforts des navigateurs portugais en leur accordant les trois clefs où au midi communiquent les océans. D'abord, ils ont possédé le cap de Bonne Espérance, grâce à l'heureuse inspiration de Jean II et la hardiesse de Bartolomeu Dias; ensuite le détroit de Magellan, entre l'Atlantique et l'Océan Indien; après le cap Comorin, entre l'Océan Indien et la mer de Chine, découvert par le brave Laurent d'Almeida, fils du grand vice-roi de l'Inde Francisco d'Almeida.

LES NUAGES DE MAGELLAN LEUR SIGNIFICATION SCIENTIFIQUE

Beaucoup de noms célèbres même parmi les rois et les Césars, sont destinés à disparaître plus ou moins rapidement dans la poussière du passé. Mais le nom de Ferdinand de Magellan, malgré le peu de temps que le hardi navigateur est demeuré parmi les hommes, restera indéfiniment gravé et sur la terre et dans le firmament.

Parmi les nombreux phénomènes avec lesquels le firmament éblouit notre esprit, le *Grand* et le *Petit Nuage*, désignés ainsi depuis une époque très lointaine, sont à cause de leur complexe composition, des plus intéressants. Il faut descendre vers 20° de latitude Nord pour commencer à découvrir ce spectacle des *Nuages* qui, selon les classifications des constellations, ayant appartenu autrefois à la constellation de la Dourade à 69° degrés de déclinaison sud et à 0^h 40^m d'ascension droite, ensuite à la constellation du Tucan à 74° de déclinaison Sud e à 0^h 40^m d'ascension droite, sont actuellement placés dans celles de l'Hydre.

Ces phénomènes avaient déjà été enregistrés par l'astronome persan Al-Sufi (903-986 d. C.) lequel a donné au grand nuage le nom d'El-Bake (Tache blanche). Au début du xvi^e siècle, les nuages ont été remarqués par l'astronome florentin Andrea Corsari. Ils sont mentionnés dans le volume *De rebus Oceano et orbe novo*, de Pedro Anghilne,

de 1515. Le sympathique Pigaffeta, qui accompagna Magellan dans son célèbre voyage et fut son chroniqueur, laissa une description des nuages.

On doit à Pigaffeta, chevalier de Rhodes, un sincère témoignage des exploits de Magellan; il a beaucoup contribué pour que la postérité puisse rendre la justice qui est due au célèbre navigateur. Il parle de ses éminentes qualités au début du remarquable livre qu'il a écrit sur la relation du premier voyage autour du monde par Magellan (1519-1522) — Edition par J. Demoncé, 1923:

«Ayant entendu qu'il y avait en la cité de Savigle une petite armée au nombre de cinq navires preste pour faire ce long voyaige. C'est anevoir pour treuve les Isles de Malucque d'on estoit capitaine general Fernand de Magaliones, gentilhomme portugaloys, commendeur de Saint Jacques de l'espée, qui avait fait plusieurs voyaiges en la mer oceane, ou il s'estoit porté treshonnestement, et en homme de bien. Je partiys avecq plusieurs lattres en ma faveur, de Barselonne, la on pour lors l'empereur estoit, et vins par mer jusques à Malegne.»

A pag. 31:

«Finablement, très illustre saigneur, apres toutes provisions faites et les navires en ordre, le cappitaine general homme saihe, vertueux, et ayamont sonhomeur ne voulut commencer son voyage sans faire premierement quelques bonne; et honnestes ordonnances, ainsi qu'est de bonne costume faire a ceuls qui vont sur mer.» (1).

A pag. 140:

Après avoir relaté la mort de Ferdinand de Magellan dans l'île de Mattan, Pigaffeta fait les considérations suivantes:

«J'ay esperance en vostre tresillustre seigneurie que la senommea d'un tal vaillant et noble capitaine ne sera

(1) Il est certain que ces appréciations ont la plus grande valeur documentaire, Pigaffeta ayant vécu tout près à Magellan jusqu'à l'assassinat de celui-ci dans l'île Maptan.

point extincte ne myse en oubly en nostre temps. Car entre ses aultros vertus il estait la plus constant en une tres grande fortune et grez affaires que jamais fut aultre. En l'art de la mer estait le plus expert et scavant qui fust au monde. Car jamays aultre n'avait en tout d'angier hardiesse ny scavoir di circuir una foys la monde comme il avoyt desia donné ordre. Mais cette bataille (em que Fernão de Magalhães rencontrou a morte) entrerompit sa tres magnanime entreprise. Laquelle bataille fut faüte a ung sabmady le vingt et septiesme d'avril mil cinq centz vingt et ung. Et la voulut le capitaine faire au jour du sabmedy, pource que c'estait son jour de devotion».

Malgré les offres tentantes qui leur furent faites à cette fin, les indigènes n'ont pas voulu rendre le corps de Magellan; Pigaffeta raconte à pag. 141:

«Lesquels respondirent qu'ils ne donnoyent pas ung tel homme comme nous pensions, et qu'ils ne le donnoyent pour la plus grande richesse du monde, mais le vouloyent garder pour leur perpetuelle mémoire.»

Au siècle dernier, le roi d'Espagne a fait ériger une colonne commémorative à l'endroit où Magellan est tombé; elle a été plus tard remplacée par un beau monument en corail.

Au sujet des nuages qui plus tard ont reçu le nom de Ferdinand de Magellan on trouve, à pages 82 du susdit volume de la description suivante:

«Le pol antarticque n'est point tout estellé comme l'articque. Car on y veoit plusieurs estoiles petites congreguées ensemble qui sont en guise de deux nulis ung peu separées l'une de l'autre, et ung peu obfusques. Au milieu desquelles sont deux estelles non trop grandes ne moult reluysantes, et petitement se mouvant. Et sont ces deux estelles le pol antarticque. Nostre calamite ung peu tiroit tousiours a son pol articque. Neont-moins n'avait point tant de force comme de son costé et sa bande.»

A propos de cette description, nous pouvons rappeler les informations suivantes: «Il s'agit des nuages de Magellan

(le grande et le petit nuage) qu'on supposait avoir été observé personnellement par l'immortel navigateur. Vicente Yañez Pinzon les avait déjà remarqués en 1499; Améric Véspuce les décrit aussi. Le grand nuage de Magellan est mentionné par un auteur arabe; il l'a décrit comme une tache blanche près de la Canopée; il est visible à Tchama sur la Mer Rouge, mais non pas en Nejd ni en Irak. Alexandre Humboldt pensait que ce grand nuage était visible, vers l'an 1000, à Aden, quelques degrés au-dessus de l'horizon.

Le spécial spectacle offert par les nuages de Magellan, signalé déjà par Pigaffeta, a été confirmé dans la suivante appréciation de Humboldt, publiée à pages 318 du volume III à la traduction de Faye: «Ils attirent l'attention par leur isolement, ils offrent dans le champ des phénomènes célestes un spectacle unique lequel augmente la pittoresque beauté du ciel austral et l'intérêt du voyageur».

A l'oeil nu on ne peut apercevoir que la partie centrale des nuages.

Il est opportun d'observer qu'ils ont été classés, en diverses époques, comme nébuleuses ou comme constellations, mais ils sont de grandioses agglomérations de tout ce qui existe dans le ciel; leur importance et leur aspect spécial et ne pouvant être confondu provient même de ce qu'ils constituent un ensemble varié. Leurs diamètres moyens mesurent respectivement 7°,2 et 3°,6; leur surface apparente est de 42 et 10 degrés carrés, le grand nuage ayant un disque supérieur à 224 fois celui de la lune. Ils sont de véritables univers. Ils contiennent des millions d'étoiles, parmi lesquelles de nombreuses céphéides; ils contiennent des agglomérés globulaires et des nébuleuses diffuses et planétaires.

Dans les observations faites au célèbre observatoire de Haward, miss Leavith a rencontré dans le grand nuage 808 variables et dans le petit 969. Le savant directeur de cet observatoire Mr. Shapley a trouvé pour la parallaxe du grand nuage $\pi = 0,000034$ et pour la parallaxe du petit

nuage $\pi = 0,000031$; ces chiffres donnent pour les distances les valeurs suivantes:

pour le grand nuage, 90.000 années — lumière,
pour le petit nuage, 100.000 années — lumière.

Quant aux diamètres on obtient:

pour le grand nuage, 15.000 années — lumière,
pour le petit nuage, 12.000 années — lumière (1).

La luminosité du grand nuage est trois cents millions de fois supérieure à celle du soleil.

Les vitesses sont les suivantes:

pour le grand nuage, 280 kilomètres
pour le petit nuage, 170 kilomètres.

Je puis ajouter la photographie du grand nuage faite, à ma demande, par l'ancien et savant directeur de l'Observatoire du Cap de Bonne Espérance, Mr. J. S. Hough qui lorsqu'il me l'a envoyée, m'a écrit la lettre suivante en témoignage de l'admiration que Ferdinand de Magellan inspire aux astronomes:

«Royal Observatory, Cape of Good Hope 14th December 1920 — Dear Sir — In reply to your request I have pleasure in enclosing herewith a print of the larger Cloud of Magellan taken at this observatory. The celebration in honour of the first circumnavigator of the world is an event

(1) Année — lumière c'est la distance parcourue par la lumière pendant une année, à la vitesse de 300.000 kilomètres par seconde c'est-à-dire environ 9467077792636, ou plus de 9467 milliards de kilomètres.



Grand Nuage de Magellan
Photographie prise à l'Observatoire du Cap exprès
pour cette publication

of considerable interest to Astronomers, and I am pleased to be able to associate myself with it by supply the enclosed print for reproduction. Yours faithfully I. S. Hough — H. M. Astronomer. — *Dr. F. M. da Costa Lobo*, Universidade de Coimbra, Portugal.»

L'étoile, variable irrégulière, S Douradus, qui existe dans le grand nuage de Magellan est considérée la plus lumineuse de toutes les étoiles connues, elle est 300.000 fois plus lumineuse que le soleil.

Ce fut à ces remarquables phénomènes célestes que la science astronomique a donné le nom de Magellan; elle l'a considéré digne de cette exceptionnelle consécration parce que, avec ses voyages maritimes, il avait fourni à la science la preuve incontestable de l'isolement et de la sphéricité de la terre.

Augustin Royer, au xvii^e siècle, dans le catalogue de 1579, considérait les deux nuages comme deux constellations. Ces constellations supprimées, les nuages furent inclus par Royer respectivement dans les constellations de la *Dourade* et du *Tucan* et plus tard réunis dans celle de l'Hydre.

En 1690, apparaît finalement dans le firmament le nom de Magellan, ce qui est une gloire exceptionnelle pour les deux nations de la péninsule. En effet bien rares sont les noms qui ont mérité une distinction semblable, et celui de Herschel même est disparu avec la suppression de la constellation qui le portait.

L'initiative de donner le nom de Magellan aux deux nuages en question est partie du célèbre astronome polonais Johan Hevelius (1611-1687) qui est né à Dantzic et a publié deux importants ouvrages *Firmamentum Sobescianum* et *Prodromus astronomiae*. Il est mort le 28 Janvier 1687, mais son catalogue de 1564 étoiles ne fut publié, accompagné d'un atlas de 56 feuilles, qu'en 1690. Il a décrit les nuages comme un ensemble de nébuleuses, étoiles et agglomérations situé dans le voisinage du pôle sud et ils ont reçu la désignation de Nuages de Magellan qui, selon

l'éclaircissement de Hevelius (Hevel ou Höwelecke) leur a été donné *en honneur du navigateur Ferdinand de Magellan* (1).

Plus tard les Nuages de Magellan furent inclus entre les nébuleuses extra-galactiques les plus importantes et en harmonie avec des observations récentes furent déterminées

(1) Il est de toute justice de donner ici quelques notes sur cet illustre astronome qui mérita la spéciale protection de Louis XIV, l'appui du roi de Pologne Jean III et celui du roi d'Angleterre. Il est curieux de remarquer que, étant fils d'un industriel et connaissant la technique d'un métier (la fabrication de la bière), il s'est consacré à l'astronomie. Il a connu profondément cette science; il y a réalisé un travail intensif et très utile non seulement dans sa partie spéculative comme dans la construction des instruments dont il se servait avec un si important résultat qu'il a causé l'étonnement des astronomes qui, comme Halley, les ont observés. À son époque, on avait déjà fait la découverte des lunettes, mais Hevelius ne s'en est jamais servi.

En 1641, Hevelius a installé pour son usage un observatoire particulier où il a réuni tous les éléments nécessaires pour l'observation et pour la publication de ses études. C'est ainsi qu'il avait des instruments fabriqués par lui-même et qu'il a pu graver beaucoup de pages de ses livres.

En 1647, il a publié la *Selenographia sive Lunae descriptis* in folio de plus de 600 pages; cette publication a beaucoup contribué pour l'étude du phénomène de la libration.

En 1665, il a publié la *Cometographia*, ouvrage dédié à Louis XIV. Son travail le plus remarquable est *Machina Caelestis*, dont le premier volume a été publié en 1673 et le deuxième, avec 1300 pages et 42 planches, a été publié en 1679.

Plus tard, il a publié *Prodromus astronomiae*, très remarquable parce qu'il contient des éléments pour un nouveau catalogue d'étoiles et les corrections pour les tables de toutes les planètes et du soleil, refractions et parallaxes; et *Firmamentum Sobescianum*.

Dans les Catalogues Hevelius a initié l'usage des coordonnées ascension droite et déclinaison, remplaçant les coordonnées longitude et latitude.

Il est intéressant de remarquer que Hevelius a joui des libéralités du roi de Pologne, France et Angleterre. Mais il n'a jamais rien reçu des empereurs d'Allemagne: on explique ce fait par la circonstance que Dantzig n'était pas considéré alors comme une ville allemande.

les caractéristiques suivantes respectivement pour le grand et le petit nuage :

Vitesses	280 km.	et	170 km.
Distances	90.000	et	100.000 années — lumière
Diamètres	18.000	et	12.000 années — lumière
Positions	5 ^h , -69°	et	1 ^h , -74°

Dans le récent catalogue Survey publié par le directeur de l'Observatoire de Harvard Mr. H. Shaphey on trouve la description du grand nuage de Magellan et du petit nuage de Magellan. Dans tous ces catalogues, il n'y a qu'un nom d'homme celui de Magellan.

Et le nom de Magellan résonne aussi dans les régions que l'Espagne possédait en Amérique du Sud toujours entouré de gloire et d'admiration : on l'a bien prouvé quand, en 1921, à l'occasion du quatrième centenaire de la mort du grand navigateur, le Chili a inauguré un monument grandiose à Punta Arenas, la capitale de la région que Magellan a désignée sous le nom de Patagonie et s'appelle aujourd'hui « Région de Magellan ». Dans cette commémoration le Portugal était représenté par l'ancien ambassadeur Alberto de Oliveira lequel a été l'objet d'attentions spéciales.

Au Portugal, on doit à l'Institut de Coïmbre l'initiative d'une brillante commémoration : elle a été décrite en de nombreuses pages de sa Revue et dans une édition spéciale. Le gouvernement portugais a chaleureusement appuyé cette commémoration ; il a délégué deux des ministres pour le représenter aux fêtes ; et l'un d'eux, le ministre de la marine, M. Fernando Brederode a alors prononcé un discours très érudit.

Nous avons déjà fait référence à l'audience dans laquelle le roi Manuel aurait refusé à Ferdinand de Magellan ce que celui-ci lui demandait sur l'amélioration de sa situation et sur la flotte qui devait découvrir le passage jusqu'aux Indes par l'occident. Ce problème préoccupa beaucoup l'Espagne

surtout depuis la signature du traité de Tordesillas lequel reconnaissait à ce pays la domination sur les terres qui seraient découvertes jusqu'à 180° à l'ouest du méridien, situé à 360 lieues du méridien des îles du Cap-Vert: Ferdinand de Magellan supposait que ce méridien incluait déjà les convoitées îles Moluques.

Je remarquerai, à propos, que l'insuffisance des moyens alors employés pour déterminer les longitudes a donné origine à une erreur. En effet, comme l'archipel des Moluques se trouve à l'intérieur du méridien de 130 degrés à l'occident du méridien de Greenwich on constate que ce méridien restait à 176° 20' vers l'orient de la ligne de division établie par le traité de Tordesillas, parce que, dans la pire des hypothèses, nous aurions à compter 25° 10' de longitude ouest de la partie la plus occidentale des îles de Cap-Vert et 21° 10' pour les 370 lieues, les lieues correspondant à 17,50 par degré selon le stipule le traité de Saragosse sur les Moluques. Ce sujet a été définitivement réglé par le traité de Saragosse dont je viens de parler; il avait été conclu le 28 avril 1529 après les difficiles négociations conduites par Jean III avec beaucoup de zèle et de talent diplomatique. En conséquence de ce traité a été reconnu au Portugal par l'empereur Charles V moyennant le paiement de 350.000 ducats d'or «tout droit, action, domination, propriété et possession que l'empereur pouvait avoir pour faire la navigation et le commerce avec les Moluques, les îles, les lieues, les terres adjacentes et plus loin déclarés». Et dans l'article II on lit textuellement: «que l'empereur par cette vente considère fermée la ligne de pôle à pôle: c'est-à-dire, du Nord au Sud par un demi-cercle qui soit distant de Moluco au nord-est quart lest dix-neuf degrés, auquel correspondent dans l'équinoxiale dix-sept degrés environ lesquels valent deux-cent quatre-vingt dix-sept lieues et demie, plus à l'orient des îles de Moluco comptant dix-sept lieues et demie par chaque degré equinoxial, dans ce méridien et dans la direction du nord-est sont situées les îles de Velas et Saint-Thomas où passent la susdite ligne et demi-cercle».

Sans doute Ferdinand de Magellan avait une impression précise de l'importance scientifique de son voyage de circumnavigation; cette importance — outre la possibilité des avantages économiques, indispensables pour acquérir les moyens nécessaires à la réalisation de l'entreprise qu'il se proposait — était immense.

Il n'est pas juste, cependant, de critiquer le roi Manuel; il était engagé dans une oeuvre de civilisation et dans l'agrandissement de son pays. On lui demandait un grand sacrifice d'hommes et d'argent pour une entreprise qui paraissait précaire. Le Portugal possédait déjà une solution qui satisfaisait complètement les aspirations nationales; selon les projets de Magellan il s'agissait de parcourir des territoires qui, d'après le traité de Tordesillas, se trouvaient dans la partie réservée à l'Espagne.

Qui pouvait donc tirer profit de cette expédition? D'une façon générale, l'humanité; d'une façon spéciale l'Espagne. En effet, celle-ci était dépourvue de communications maritimes pour les vastes et riches territoires qu'elle possédait déjà en Amérique et qu'elle pouvait élargir considérablement vers l'occident jusqu'à la rencontre des domaines qui avaient été assurés au Portugal, c'est-à-dire jusqu'à la proximité des côtes orientales de l'Asie.

Charles Quint a compris l'importance de la proposition de Ferdinand de Magellan; et, sans avoir l'intention d'offenser les droits du Portugal, recommandant même qu'ils fussent respectés, il employa toute son autorité pour que le projet de Magellan se réalise.

On pouvait penser avec un peu de chagrin qu'après ce voyage de circumnavigation l'Espagne prétendrait aussi faire valoir son droit sur les Moluques; mais, quand la domination du monde était en jeu, il ne fallait pas trouver là un motif de discordes; et du reste, comme j'ai déjà observé, cette affaire fut réglée amicalement.

Le Portugal doit se réjouir et s'enorgueillir de l'initiative de Ferdinand de Magellan. On était arrivé à un moment de grande agitation dans les recherches scientifi-

ques. Les surprenantes entreprises des Portugais, commencées d'une façon presque modeste, étaient couronnées par le plus extraordinaire triomphe. L'activité des forces européennes, jusqu'alors bornée aux luttes continentales pour la conquête de quelques arpents de terre, pouvait maintenant s'exercer sur de très riches et très vastes régions.

Les populations asiatiques n'ayant pas de tendance pour l'expansion territoriale, vivent heureuses avec leurs délicats travaux artistiques qui les maintiennent dans une existence très calme; mais l'esprit européen allait développer les immenses et importantes étendues jusqu'alors en stagnation et même désertiques.

L'humanité doit beaucoup à l'initiative des Portugais, à leur courage, à leur ténacité, à leur génie; il nous est très agréable que l'Espagne -- aussitôt qu'elle l'a pu, quand par la conquête de Grenade elle a complété le territoire qui devait lui appartenir dans la Péninsule -- ait complété notre oeuvre. Celle-ci était bien trop grande pour un seul peuple.

Si Charles Quint n'avait pas su comprendre les aspirations de Ferdinand de Magellan, il y aurait certainement un autre peuple qui, sans avoir à se préoccuper des stipulations du traité de Tordesilles, entreprendrait un jour le voyage de circumnavigation. L'attitude de l'empereur eut comme résultat que cet exploit grandiose réalisé par un Portugais -- la moitié du voyage ayant été faite au service du Portugal et l'autre moitié au service de l'Espagne -- compléta la gloire des deux nations de la Péninsule. Cette gloire la science l'a incrustée au firmament dans l'un des plus remarquables spectacles qu'il nous offre -- ces nuages de Magellan qui, de là haut, contemplant les très fleurissantes créations de l'Amérique du Sud, où les deux nations ibériques s'unissent dans une amitié sacrée.

GUERRA ANGLO-BOER DE 1899-1902
NA FRONTEIRA DE LOURENÇO
MARQUES E DE GAZA

I

CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

O serviço militar português na fronteira de Lourenço Marques, desde o começo da guerra anglo-boer, creio que por nós portugueses devermos ser neutros, nunca foi, nem relatado convenientemente até hoje, em documentos oficiais, conhecidos do público, e quasi nem mesmo nos jornais diários e boletins, por alguns que tinham o dever de o ter referido. Foram poucos os artigos que eu a pedido de alguns amigos escrevi e conferências que fiz, por ter nêles tomado parte pelo serviço que então desempenhava na Província de Moçambique, como director geral de Obras Públicas e, interino, do Caminho de Ferro de Lourenço Marques. Por isso o meu bom amigo João Perestrelo do Amaral Vasconcelos e Sousa, que foi uma grande inteligência, sempre instou comigo para que num pequeno livro juntasse tudo que tinha publicado sobre o assunto, embora resumidamente, para se poderem saber os nomes dos portugueses que nesta séria contingência trabalharam, não só mostrando a colónia ser bem portuguesa, como a favor de ambos os beligerantes, dentro dos limites da verdadeira neutralidade.

Tínhamos as mais cordiais relações de amizade com os nossos vizinhos boers, e éramos, como sempre fomos, amigos dos verdadeiros ingleses, de há séculos. Por isso mesmo a nossa posição era bastante difícil, para não merecer suspeitas de parte a parte. Contudo, soubemos merecer o respeito e

consideração, e boas referências de ambos os contendores, em tão difícil contingência.

Em todo êste serviço que vamos referir, muito trabalharam nos seus diferentes misteres os portugueses que a seguir e durante êste relato cito várias vezes. Houve contudo mais alguns, que não me foi dado conhecer ou recordar, por a isso me levar a minha já fraca memória, à parte aquêles de que tenho apontamentos, de há quarenta e dois anos.

Quando começou esta terrível guerra, era Governador Geral de Moçambique o Capitão de Mar e Guerra Álvaro da Costa Ferreira, inteligente e sério diplomata, que veio substituir o grande Mousinho de Albuquerque. Êste pedira a exoneração de Comissário Régio, por o Govêrno não fazer tudo que êle pedia, nem lhe dar fôrça para poder desempenhar como entendia o seu lugar. Em vista do que seguira para a Metrópole. Era sua ideia continuar com as campanhas necessárias para podermos ter a posse efectiva e real de todo o interior da Província, e com ela a importante cobrança do mussoco, que por isso, só muito mais tarde se veio a conseguir, embora não tão completamente como Mousinho desejava. Por Mousinho tinha eu sido nomeado Director Geral das Obras Públicas e Minas da Província, e na mesma viagem, tinha vindo com minha família para Moçambique. Quando pedi a exoneração, por êle sair para a metrópole, mandou-me dizer por seu cunhado João Gaivão, que o meu lugar não era político, e continuasse nêle ao serviço. Eu, esperando ainda que êle, depois do esplêndido lugar que tinha desempenhado, seria pelo Rei instado para voltar, fui continuando a servir como dantes. Seguiu-se como Governador Geral a Álvaro Ferreira o conselheiro Joaquim José Machado, regressado da Índia, onde tinha exercido com grande saber e inteligência igual cargo, mas que por muito conhecer os boers, os inglêses e o Transvaal, tinha sido escolhido para o substituir. Foi ao seu govêrno que correspondeu a parte mais séria da terrível guerra anglo-boer, de que se pode fazer uma perfeita ideia, vendo-se os mapas da *Illustrated London News*, de 1899-1900.

Foi devido à grande amizade que êle tinha a meu Tio, o Dr. Barbosa du Bocage, e a mim, que eu pude exercer com bom resultado o difícil serviço que me foi ordenado, tanto no Caminho de Ferro de Lourenço Marques, como nas Obras Públicas da Província. Seguiu-se-lhe o General Rafael Gorjão, que há muitos anos, com êle, tinha vindo para director de Obras Públicas: Machado, para Moçambique; e Gorjão, para Angola. Foi com êste último que eu continuei no serviço da fronteira, no tempo da guerra boer, como adiante relato, até ter retirado para a metrópole, por o ministro de então, Teixeira de Sousa, achar que o vencimento, que me dera Mousinho, era excessivo. Ainda assim, continuei por mais seis meses, com menos de metade do que antes recebia, que não chegava para as minhas despesas, mesmo as mais reduzidas, esperando resposta à minha reclamação, terminando por me retirar para a metrópole com dívidas, logo que findou o meu serviço da fronteira, e primeiro projecto da ponte-cais de Lourenço Marques, que apresentei ao Governador.

É sobretudo do serviço que fizeram os diferentes portugueses tanto militares como civis, tanto do Caminho de Ferro e Obras Públicas, como de outras repartições, que me recordam, ou de que tenho apontamentos, que vou aqui relatar o resumo seguinte.

Muito se admiraram sempre os meus amigos verdadeiros, e alguns meus conhecidos de Lourenço Marques, de nunca se terem descrito, a sério, os factos que se referiam ao que se passou então na fronteira portuguesa de Moçambique durante esta guerra. O mesmo sempre pensou o meu grande amigo João Perestrelo. Foi por isso que eu escrevi êste artigo, mencionando o que me recorda de tudo que êles fizeram, como bons portugueses que sempre foram, e depois de ter esperado 40 anos, a ver se alguém se lembraria de tal fazer. Citando algumas das pessoas que se deveriam lembrar dêstes sucessos passados nos distritos de Lourenço Marques e Gaza, e sua fronteira, recordo-me do sr. Engenheiro Vasconcelos e Sá, inteligente técnico ao

serviço das obras do pôrto de Lourenço Marques, e montador do célebre farol de Cokburn, obra difficilima, e que tanto serviço tem prestado até hoje na entrada e saída dos navios. Êste senhor deve ainda lembrar-se de tudo que a êste respeito se passou em Lourenço Marques, no tempo em que, morando ali, era já director das obras do pôrto. O bem conhecido almoxarife, José da Costa Fialho, falecido já depois de isto escrito, bastante comigo cooperou no recolhimento e entrega da pólvora e armas dos boers e cavalos aos inglêses. Desde o início desta guerra, esteve sempre ao facto de tudo que se passou, não só no que respeitou à entrada dos Boers, como aos fornecimentos que me fêz para todo o serviço de fronteira, a Sul e Norte de Ressano Garcia, que dirigi mais tarde. Já depois de aposentado, foi pelo seu valor nomeado secretário da comissão que erigiu o monumento ao grande Mousinho em Lourenço Marques.

O grande advogado Dr. Ângelo Ferreira, que residindo num magnífico *chalet* na Ponta Vermelha, perto da residência dos Governadores, por certo de tudo se recorda, especialmente da estada do Presidente Kruger e seus generais e comandantes na Ponta Vermelha, enquanto não seguiram para a Europa ou Portugal.

O engenheiro meu immediato nas Obras Públicas, Teodoro Monteiro de Macedo, depois do coronel Mateus Serrano, director das Obras Públicas do distrito, condutor de obras públicas, também meu amigo já falecido, ter sido nomeado governador interino, de Lourenço Marques. Respeitei esta nomeação, por saber qual o seu passado como pioneiro na limitação na fronteira com Freire de Andrade, havia alguns anos. Como grande amigo que era de António José Machado, por isso foi Governador quando êste capitão de fragata, irmão do Conselheiro Joaquim Machado, seguira para a metrópole. Êste sério e cumpridor engenheiro Macedo, que bastante me ajudou no serviço da construção dos quartéis, etc., por certo se recorda hoje de tudo que se passou com a chegada dos Boers e dos Inglêses, de Lord Kitchner à fronteira. Foi para mim um companheiro correctíssimo,

e mais tarde também Director das Obras Públicas da Província.

O coronel de infantaria Miguel Garcia, bem conhecido hoje pelos seus bons artigos sobre antigos factos históricos portugueses, que foi empregado do Governo Civil de Lisboa, hoje aposentado, comandante da policia de Lourenço Marques em todo o tempo que lá estive, muito me auxiliou. Forneceu, não só soldados e oficiais, para o meu serviço tanto em Ressano Garcia, como depois na fronteira, isso bem se deve recordar de tudo que lá se passou então. O Coronel de Engenharia, Lopes Galvão, distinto secretário geral da S. G. L., e meu particular amigo, apesar de ter vindo para Lourenço Marques posteriormente, foi o principal engenheiro do Caminho de Ferro quando era director o Lisboa de Lima, ainda no tempo do General Gorjão. Êle bem se deve recordar do que os empregados do Caminho de Ferro de Lourenço Marques lhe teriam contado do que lá se passou à chegada dos Boers. Finalmente, todos que ainda estão vivos, dos muitos a que me refiro no decorrer da descrição que segue, tanto do que se refere a boers e ingleses como aos serviços do Caminho de Ferro e para a escolha dos postos militares da fronteira, cuja primitiva colocação e construção fui forçado a dirigir, por ordem superior, à falta por certo de outro mais competente. Carlos Albers, director do Caminho de Ferro estava de licença em Lisboa.

Foi bastante difícil a neutralidade que pela fôrça das circunstâncias se viu forçado o Governo português a manter em Lourenço Marques, para com os beligerantes. Havia a nossa antiga aliança inglesa, que nos levava naturalmente a não sermos neutros com os ingleses. Havia a boa visinhança dos boers desde Comatie Poort até as grandes cidades do Transvaal, como Barbeton, Johannesburgo, Pretória, como Kimberley, com Lourenço Marques, Natal e Cabo, e com as quais estavamos sempre em contacto comercial, e de trânsito. O nome de Joaquim Machado era bem conhecido de todos os boers, havendo até uma cidade Machado Doorp, que lembrava a todos êles que a linha férrea de

Lourenço Marques a Pretória tinha sido estudada à custa de Portugal a pedido de Kruger. Por isso, naturalmente o nosso modo de ser bem compreendido por todos os portugueses, tendia naturalmente a levar-nos a tratar tão bem uns como outros, e a recebermos tão bem os boers como os ingleses. Foi isso que todos fizemos e que redundou em ficarmos, como disse, bem conceituados por uns e por outros. Isso fêz com que os jornais quasi não se referissem ao que se passou na fronteira. Apenas os dois principais chefes militares da recepção de boers e ingleses foram agraciados com distinções que na realidade bem mereceram, mas sem se dizer explicitamente por que motivo tais veneras tiveram. Vide nota da *Conclusão*.

É de tudo a que se refere o título dêste despretencioso resumo, que assevero nada indicar que *não tivesse sido verdadeiro* e passado no nosso serviço sem exagêro algum, que vou escrever, muito especialmente para se conhecer não só o que ordenaram os nossos governadores, como o que fizeram todos os militares e civis, que tanto trabalharam em tão atribulados dias. Dei ao meu relato a forma que melhor pode adaptar-se à veracidade dos factos, e à facilidade de serem lidos sem grandes sensaborias no meu dizer.

N. B. — Atrevo-me a apresentar aqui algumas fotografuras de construções feitas então na cidade e distrito de Lourenço Marques, porque sem se poderem comparar com as magníficas edificações que depois ali se tem feito, foram das primeiras que com mais feitiço de moradias sérias se fizeram então pelas Obras Públicas que eu dirigia. As fotografuras provêm quasi tôdas de fotografias tiradas por mim.

II

A ENTRADA DO PRESIDENTE KRUGER
EM LOURENÇO MARQUES, DE PASSAGEM
PARA A EUROPA

1900

Andava pelo ar um cheiro a pólvora e dinamite que trazia todos os ânimos sobressaltados. O caminho de ferro despejava diàriamente centenaes de pessoas de tôdas as classes e castas, que invadiam os hotéis, as ruas e os bares, provocando por vezes desordens ràpidamente apaziguadas pela polícia. A cadeia regorgitava de presos, brancos quási todos, que vinham do Transvaal, onde se dizia terem sido abertas ou arrombadas as portas das cadeias de Johannesburgo, Pretória e Barbeton. Passava-se isto em Julho de 1900.

Renhidas discussões políticas se ouviam entre os estrangeiros, abancados nos quiosques da Praça Mousinho de Albuquerque, antiga Praça Sete de Março, no restaurante Camilleri, no Wolf, ou nos outros que a circundavam. Dizia-se que Kruger e os principais do partido boer tinham abandonado Johannesburgo, e estavam em Nelspruit. O que era porém certo é que, se por um lado os africaners do Sul ganhavam terreno, perdendo muita gente, os boers vinham retirando para o Norte, deixando muitas famílias nas cidades e muitos mortos nas emboscadas.

O largo do Caminho de Ferro de Lourenço Marques, onde tinham estado as barracas de colmo da exposição preparatória da de Paris, abarrotava de gente, vinda do Transvaal, pela maior parte índios ou malgaches. No Mahé junto ao quartel da polícia, havia um enorme acampamento idêntico, e na Matola perto do Caminho de Ferro, outro com mais de 10.000 pretos fugidos da guerra, entre os quais começavam a aparecer, ainda que levemente, alguns sintomas de peste bubónica, devida à grande acumulação.

Dizia-se que vários influentes do partido africaner tinham pôsto a preço a cabeça de Kruger, para contrabalançar o que os do partido boer tinham querido fazer a Cecil Rhodes.

Os facínoras e ladrões que o Transvaal despejava, pelo caminho de ferro, na cidade de Lourenço Marques, eram tantos, que a polícia mal chegava para os capturar e levar



Famílias vindas do Transvaal dormindo no alpendre da antiga estação do Caminho de Ferro de Lourenço Marques, já demolida.

para bordo dos navios, indigitados por *particulars informers* ingleses.

Ao largo, fora da baía de Lourenço Marques e das águas portuguesas, uma divisão naval inglesa protegia o pôrto contra a invasão de qualquer esquadra aliada dos boers.

Dias depois corria a notícia de que Kruger estava em Hectorspruit e que ia retirar para a Europa, entregando o govêrno a Shalk-Burger.

Havia grande movimento e agitação no serviço do Caminho de Ferro português; não porque houvesse grande trânsito para o Transvaal, mas porque a quantidade de viajantes que vinha da fronteira era enorme, e a vigilância da linha tinha de ser feita muito amudadas vezes.

Na estação do caminho de ferro, a chegada dos comboios era muito curiosa. Famílias inteiras andavam à procura das malas que tinham perdido no Transvaal, com a pressa do embarque; outras, abandonando a bagagem na estação, seguiam logo para bordo. Os hotéis continuavam apinhados de gente e mesmo as casas particulares estavam cheias.

Aventureiras e cocotes de tôdas as classes, e de tôdas as côres, pediam, pelo amor de Deus, aos homens, que as acolhessem, para não terem que dormir na rua. Emfim, era um verdadeiro caos no meio do qual, contudo, houve sempre muito respeito pelas autoridades portuguezas.

O pessoal do caminho de ferro, sempre unido e correcto, estava sobressaltado. Na Matola, junto à ponte, o cantoneiro tinha encontrado, em 20 de Julho, uma caixa com dinamite e outra com explosores.

Em 28 de Abril já tinha saltado um pontão da linha neerlandesa para lá da fronteira, e tinha havido comunicação de tentativas inúteis para outras explosões. Em 1 de Agôsto o nosso chefe de via e obras encontrava junto ao pontão do k.º 86 uma caixa com dinamite e outra com explosores, estando já um entalado entre os rails, pronto a explodir. As providências dos governadores Geral e do Distrito, e as do pessoal do Caminho de Ferro, para o policiamento da linha, foram tais e tão rápidas, que não houve desastre algum a lamentar.

Foi no meio desta atmosfera de tempestade política, neste momento de crise real, não só para os beligerantes, mas também para as nações como Portugal, mais vizinhas do teatro da guerra, que, na noite de 10 de Setembro de 1900, o chefe do movimento da linha neerlandesa, Steinmetz, entra de repente em casa do director do Caminho de Ferro, interino, Carlos Roma Machado, acompanhado pelo administrador-secretário do Caminho de Ferro Monjardim Costa. Dizia-lhe que Kruger deixava a presidência, resolvendo retirar para a Europa, a pedir socôrro às nações aliadas, entregando o govêrno a Shalk Burger. Kruger

estava, nêsse dia, em Hectorsprvitt e desejava saber se podia entrar em Lourenço Marques. O assunto era momentoso e só o poderia resolver o Governador Geral da Província. Por isso o director do Caminho de Ferro foi expor-lho. Sua excelência, que já tinha recebido de Lisboa as respostas aos telegramas neste sentido, decidiu esperar o Presidente com tôdas as honras devidas à sua provecta idade, e à posição que occupava ao entrar a fronteira, isto é, sem as honras de Presidente da República Transvaaliana.

A dificuldade da entrada do Presidente era grande, porquanto, por mais cuidado que houvesse, com a exaltação dos ânimos, era fácil haver quem, num acidente propositado, o fizesse saltar pelo ar com tôda a sua comitiva. A responsabilidade era enorme para o pessoal do Caminho de Ferro, pois era indispensável que Kruger entrasse na cidade sem ser conhecido do público, especialmente dos influentes políticos estrangeiros contra êle, que podiam provocar uma desordem, muito prejudicial ao prestígio português.

Foram pelo Governador Geral, o então Coronel de Engenharia Joaquim José Machado, dadas enérgicas ordens, para, com o pessoal da confiança do Govêrno do Distrito e do Caminho de Ferro, combinar o serviço durante essa noite. E ficou resolvido que o Governador do Distrito se incumbiria da policia das estações, e segurança do Presidente, desde a saída da estação, e que o pessoal do Caminho de Ferro teria a seu cargo o transporte do Presidente de Ressano Garcia à cidade.

Voltando a sua casa, onde Steinmetz o esperava, o director do Caminho de Ferro assim lho comunicou. Combinou-se, ali, que o combóio que traria Kruger, chegaria a Ressano Garcia na fronteira, uma hora depois do combóio ordinário, e teria uma velocidade tal, que pudesse chegar a Lourenço Marques apenas dois minutos depois do primeiro. Que Kruger, em vez de vir no seu salão, viesse no de Steinmetz, para não despertar desconfiança.

Não se dormiu nessa noite; todo o pessoal do serviço do Caminho de Ferro trabalhou. Às cinco da manhã estava

organizado todo o serviço ferroviário da seguinte maneira, sem que ninguém, à excepção do director e do administrador-secretário, soubesse ao certo do que se tratava:

Junto a cada ponte havia dois guardas brancos à paisana, e dois guardas pretos da polícia. Em cada estação um destacamento da polícia ou da expedição militar, do comando de sargento ou cabo, excepto em Ressano Garcia, onde estacionava uma fôrça da expedição, de 40 praças, do comando de um capitão. De hora a hora os cantoneiros percorriam a linha do seu cantão, em trolis, acompanhados por polícias indígenas. Em Lourenço Marques, uma fôrça de polícia sob o comando directo do chefe daquêle serviço, o então Capitão Garcia, guarneceria a estação e a casa para a qual iria residir Kruger ao chegar. Dois combóios de socorro, um em Ressano Garcia, outro em Lourenço Marques, com 40 praças da expedição e um oficial cada um, estariam prontos ao primeiro sinal. Em Ressano Garcia, a melhor máquina esperaria o combóio de Kruger, e, adiante dela iria uma máquina-piloto. Por esta forma poderiam acudir a qualquer acidente da linha os dois combóios de socorro, logo que a máquina-piloto fôsse pelo ar, com qualquer explosão, e a fôrça, que ia no combóio do Presidente, protegia-o, enquanto não chegasse ao local qualquer dos combóios de socorro referidos.

Deu-se igualmente ordem para os combóios mistos do dia não pararem senão nas estações em que lhe fôsse ordenado, pois receava-se qualquer aviso vindo da fronteira, e que chegasse a Lourenço Marques, antes do Presidente.

Um telegrama de Steinmetz, com palavras combinadas, diria a hora da chegada de Kruger a Komaty-poort.

O director do Caminho de Ferro, logo de manhã, foi para Ressano Garcia. Cêrca do meio-dia, recebe-se em Ressano Garcia um telegrama de Lourenço Marques, dizendo estar na estação um estrangeiro, pedindo passagem urgente para a estação de Pessene, dizendo esperar ali uma carta da Namahacha, ponto importante da fronteira. Deu-se ordem para deixar entrar o indivíduo no comboio, e que êste não

parasse em Pessene. Isto para evitar qualquer cilada por desconfiança e não levantar suspeitas. Ordenou-se ao chefe da estação de Pessene, que não deixasse ninguém comunicar com êste combóio.

Pouco depois recebe-se um telegrama de Pessene, dizendo estar ali um estrangeiro, a cavalo, que trazia uma carta importante para Lourenço Marques. Recebendo-se algum aviso deu-se ordem para não deixar comunicar ninguém com o combóio descendente de Pessene, e que êste ali não parasse. Tudo assim se passou sem alteração alguma.

Às duas e dez minutos da tarde um telegrama de Steinmetz dizia que Kruger partia.

Às quatro da tarde chegou à fronteira o combóio correio. Permitiu-se ao estrangeiro que tinha, contra-vontade, vindo até Ressano Garcia, que seguisse nêle, e deu-se ordem para o combóio parar em tôdas as estações, pois já não havia tempo de fazer aviso algum, quando os passageiros chegassem a Lourenço Marques, apenas dois minutos antes do combóio que trazia Kruger. Às cinco e cinqüenta e cinco minutos outro telegrama de Steinmetz anuncia a chegada de Kruger a Komatypoort. À hora aprazada, cinco horas e trinta minutos, chegou o combóio do Presidente. Êste vinha acompanhado dos adidos militares francês, alemão e americano, com grande comitiva de boers, e muitas malas. No salão acompanhava-o um filho, o médico e o secretário. Vinha sempre fumando o seu cachimbo, e queria levantar tôdas as vidraças para ver onde estava, mas o secretário ia logo atrás fechando as persianas.

Durante o trajecto não houve novidade alguma. O combóio chegou a Lourenço Marques logo atrás do combóio correio, e, tomando a agulha do atêrro da Rua D. Carlos, Kruger foi-se apear diante da casa do cônsul da Holanda Gerard Poot, donde no dia seguinte saiu a hospedar-se na residência do Governador do Distrito, fronteiro ao edificio do Conselho do Govêrno Geral na Ponta Vermelha. O combóio, logo que deixou Kruger, recuou para entrar na estação, onde se apeou todo o pessoal. Ali já se tinha espalhado a

notícia sensacional, estava a estação cheia de pessoas admiradas de não ver o Presidente, que diziam ter desaparecido.

Desde então, o tão valoroso como desditoso ancião,



O Presidente Kruger, do Transvaal, sentado na varanda da residência do Governador do Distrito de Lourenço Marques quando ali refugiado

passava os seus dias sentado a ler, ou passeando na larga varanda da residência do Governador do Distrito de Lourenço Marques, acompanhado pelo secretário do Governador, o tenente José Francisco da Rosa, pelo seu secretário particular e seu médico, dois boers, e pelas interessantes filhas do Governador Geral, e director das Obras Públicas, que, com os seus risos de crianças, o faziam por vezes alegrar.

Era um carácter austero, patriarcal e muito ríspido.

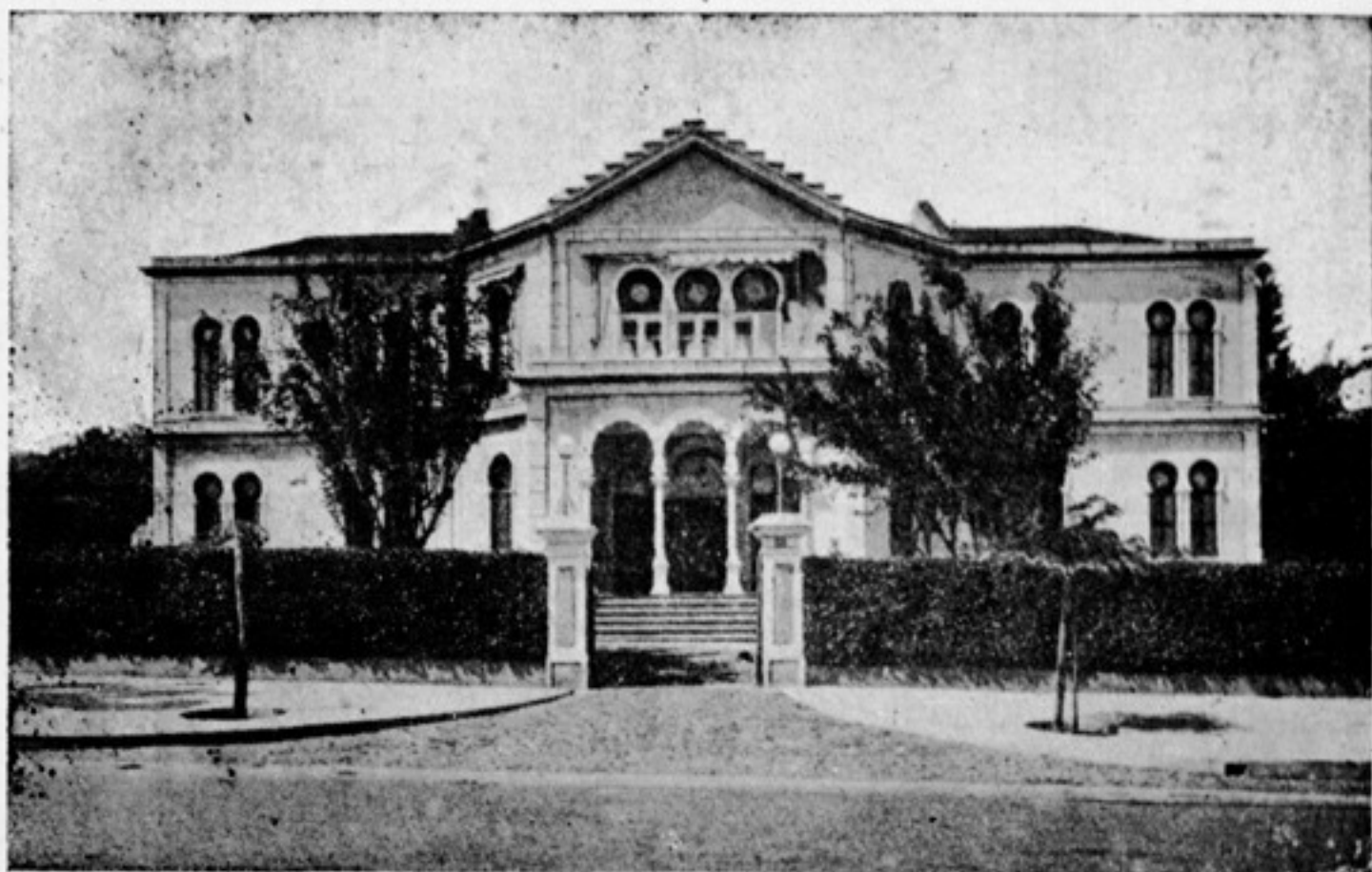
O susto em que estava a polícia para evitar qualquer tentativa de assassinato na pessoa do Presidente, era enorme. Os africânders ingleses que se encontravam em Lourenço Marques, ansiavam por haver alguém que quisesse apanhar



Bateria de salvas da Ponta Vermelha, Ordenada por Mousinho.

o anunciado prémio de 30.000 £, matando-o. Esperava se a todo o momento um cruzador holandês, que o conduzisse à Europa, e que, finalmente, chegou no dia 20 de Outubro. Foi recebido com uma salva dada pela bateria de salvas da Ponta Vermelha marcada pelo autor por ordem de Mousinho de Albuquerque, hoje demolida, e construída então pelos soldados de artilharia da expedição.

N. B. — Quando nomeado Director Geral das Obras Públicas da Província de Moçambique em 1897 seguiu viagem a bordo do Koenig com Mousinho, então Commissário Régio, que ia comigo e outros empregados, igualmente por êle nomeados, para o seu Commissariado de Moçambique, da segunda vez.



Edifício do Conselho e Secretaria do Govêrno Geral e Commissariado Régio de Moçambique. Construído pela Direcção das Obras Públicas segundo as indicações de Mousinho, tendo sido actualmente augmentado aos lados do 1.º andar como se encontra.

Em conversas a bordo recomendou-me especialmente duas coisas. «Uma bateria na Ponta Vermelha para salvar e defesa do porto, sendo preciso, e os edifícios do Governador Geral ou Commissário Régio no local e terreno onde já então havia o antigo edifício do Govêrno Geral». Para isso esboçou a lápis o que êle entendia deverem ser as construções em número de três. Um grande palácio estilo árabe, o que melhor se prestava para o clima e para as grandes recepções, tendo um grande Hall Central e salas em redor no rés-do-

-chão, e os quartos no primeiro andar. Podia o Hall servir para recepções e dança, e uma das salas para casa de jantar. Anexo à rectaguarda e como seu complemento, um edificio que servisse de cosinhas, arrecadações, garagem, cocheiras e quartos de ajudantes.

À frente e ladeando a porta de entrada, dois pavilhões igualmente em estilo árabe, um dos quais, o da direita, servindo de secretaria do Commissariado e salão para reuniões de Conselho do Govêrno. Do outro lado em *pendant* com êste, um edificio igual para residência de convidados e de autoridades da província, quando vindas a Lourenço Marques. De todos estes edificios indicados o único que pôde construir foi o segundo, que está servindo, e cujo salão superior, retrato de El-Rei D. Carlos, e ornamentação, me foram indicados pelo mesmo Mousinho.

Êste retrato foi executado no Funchal pelo professor Cândido Pereira, que igualmente pintou os painéis do teto do salão (1).

III

PAULO KRUGER

ALGUNS FACTOS SÔBRE A SUA VIDA E COSTUMES

Era tão simples como enérgico. As manhãs e as noites passava-as a ler a sua bíblia protestante, que nunca deixava de o acompanhar, como antigo descendente dos huguenotes holandeses, que era. Seus avós fizeram parte de uma das naus que, depois do Edito de Nantes, vieram com os seus intransigentes herois refugiar-se na África do Sul.

(1) Atrevo-me a apresentar aqui algumas fotografuras de construções feitas então na Cidade e Distrito de Lourenço Marques. Sem se poderem comparar com as magníficas edificações que ali se têm feito, foram das primeiras que com mais feitio de moradias sérias se fizeram então, pela Repartição das Obras Públicas que eu dirigia: As fotografuras provêm quasi tôdas de fotografias nossas.

Desde a sua mocidade passara o tempo no mato, caçando juntamente com seus pais e irmãos, em vida patriarcal, o mais pura e simples possível. A sua seriedade e modo de viver e a sua energia tornaram-no cada vez mais notado dos seus amigos, e criaram-lhe em tórno uma auréola de incorrupção e de prestígio, que o levou mais tarde à presidência da República. Já desde bem novo era como que o conselheiro dos que o rodeavam, que nada de mais sério faziam sem o consultar. E êle, sempre prudente, dava uns conselhos muito resumidos e justos, que todos acatavam e de muito lhes serviam para a sua vida e seu comércio com indígenas e brancos europeus. Conhecia a fundo a política do Transvaal. A sua opinião nêsse sentido era muito respeitada, e bastantes discussões teve, sôbre a governação, com o seu principal antagonista e grande político Hoffmeyr, e com outros.

A raça a que pertencia nunca se cruzara com o indígena, ao qual tinha uma justa aversão, intransigente. Servindo-se dos indígenas apenas para seus criados, *cow-boys* e *drivers*, tinha-os sempre em respeito, afastados, embora por vezes os tratasse como filhos. Dêste modo de ser provieram as homéricas lutas contra os zúlos de Lo Bengula, Ketiwaio, e outras, que por vezes fizeram de parte a parte grandes morticínios, não só em boers mas sobretudo em ingleses.

Um dia, estando no mato, e sem médico nem amigo enfermeiro perto, um dente furado causou-lhe enormes dôres, que quási lhe iam provocando delírio. Com uma grande chave que introduziu na boca, e entre êsse dente e outro, torcendo-a êle sòzinho, arrancou-o e a dor passou. De outra vez tinha uma grande ferida num dedo; estava igualmente no mato. Um amigo disse-lhe que a ferida estava tão má e as dôres que êle tinha eram tantas, que em pouco podia morrer com uma gangrena. Não quis ouvir mais: enrolou um cordel por baixo da parte do dedo ferido, como para estancar o sangue nas veias, e com um machado cortou o dedo repentinamente. Êsse dedo cuja falta

bem se notava quando pegava no seu grande e usado cachimbo. Dois factos que provam o seu carácter e a sua decisão:

Em tempos passados e durante o último império francês, em Paris, Lesseps era o homem do dia, e recebia principescamente nos seus salões. Estavam de passagem em Paris El-Rei D. Luís e o Presidente Kruger, que ao tempo fazia a sua primeira viagem à Europa, e tinha regressado da Holanda. Mostrava D. Luís desejos de o conhecer e de se relacionar com êle, atendendo a ser o Presidente da República Transvaaliana, nossa vizinha de Lourenço Marques, que começava a surgir então. Lesseps, sabendo do facto pelo nosso ministro em Paris, convidou os dois para um dos inúmeros jantares, que então costumava dar a testas coroadas, e Presidentes de Estados, Pachés, etc.. etc., enfim, à fina flor da alta sociedade de Paris. A sala de jantar estava profusamente ornamentada, e Madame Lesseps, sempre gentil e esplendidamente vestida, com um decote vasto, como então era já moda, veio receber o Presidente com a sua cara amável, e falando-lhe em inglês, língua que êle pronunciava ainda que mal, mas fazendo-se entender. Ao irem para a mesa, D. Luís ficou a uma das cabeceiras, e Kruger, fronteiro noutra, ou pelo menos a meio de cada lado, o que não sabemos asseverar: enfim, um fronteiro ao outro. Creio que era a primeira vez que Kruger assistia a um jantar que não fôsse de sérios protestantes, com quem convivia habitualmente. Madame Lesseps, ao ir sentar-se para jantar, convidou Kruger, que ficava à sua esquerda, para se sentar. Mas o austero Presidente, de pé e hirto, não se movia. Todos o olharam surpreendidos e, perguntando-lhe Lesseps se êle tinha alguma coisa que o incomodasse, Kruger acabou por lhe dizer que no seu país não era costume as senhoras virem para a mesa tão pouco vestidas. *Tableau!!!* — Todos se entreolharam surpresos, e alguns sorrindo, mas Madame Lesseps não se ressentiu, e, levantando-se rapidamente, foi buscar um lindo chaile de Tonquim, com que se embrulhou, cruzando-o sôbre o peito, até tapar o seu

belo colo, e voltando-se para o Presidente perguntou-lhe: «Assim estou bem?». «Iá», respondeu êle, e sentou-se.

Mas faltava ainda o mais. Apenas sentado, tanto êle como os seus dois companheiros boers puseram as mãos, e Kruger, alto e compassadamente, bateu com os nós dos dedos na mesa, começou as suas rezas, bem alto, em acção de graças. E, quando acabou, tornou a bater com os nós dos dedos na mesa e desdobrou o guardanapo, entabulando uma séria conversa com Madame Lesseps. Todos se entreolharam e o jantar continuou, até que no final, e olhando para D. Luís, a ver se tinha acabado, tornou a bater com os nós dos dedos na mesa, repetiu as suas rezas em acção de graças. E levantou-se sem se importar nem com Madame nem com os outros. Por ocasião da primeira visita que Kruger fez a Lourenço Marques era Governador do distrito Joaquim Mousinho de Albuquerque, o grande herói de Chaimite. Vivia então o Governador na cidade, na Praça 7 de Março, com sua espôsa a Ex.^{ma} Senhora D. Maria José Gaivão. Era antes da grande campanha da Magaia ou do Gungunhana. Kruger veio acompanhado, além das pessoas da sua comitiva, pelo Vice-Cônsul português, em Pretória, já então Mr. Wagner que eu conheci no tempo do Almirante Álvaro Ferreira, quando Governador Geral, por ocasião de uma visita que lhe fez, acompanhando o nosso Cônsul Geral do Transvaal, o comandante Xinaty. Ao irem para a mesa do jantar, no primeiro dia, Wagner disse baixinho a Kruger que era costume dar o braço à dona da casa. Hum?! dizia êle levando a mão ao ouvido. Hum?! repetiu à segunda vez que Wagner lhe falou. *Nein*, disse Kruger, *nein*. Só na minha vida dei uma vez o braço a uma mulher; foi quando trouxe do altar à minha, no dia do meu casamento. E seguiu sozinho para a casa de jantar, de cabeça erguida.

Por êsse tempo já êle se fazia por vezes um pouco surdo, para poder com segurança responder às perguntas difíceis de resposta, que lhe faziam, sendo necessário repetir-lhas, pois dizia não ter entendido bem.

Mais um exemplo do seu carácter e hábitos de presidente, embora um tanto egoístas, e das suas ponderadas respostas.

Mas era grato. Nos primeiros anos do seu govêrno, sendo, como sempre, êle quem, por assim dizer, tudo mandava no Transvaal, extremamente reconhecido ao Govêrno Português e, sobretudo, a Joaquim José Machado e seus auxiliares, que tinham acabado o estudo do difficil Caminho de Ferro ligando Lourenço Marques a Pretória, quis gratificá-los, todos, com uma grande quantidade de centenas de libras. Como aquêle nosso grande amigo, o General Machado, tal recusasse, *terminantemente*, dizendo ter sido êle e o seu pessoal bem pago pelo Govêrno Português, quis perpetuar êsse facto, e deu o nome de Joaquim Machado a uma das principais cidades em início, e pelas quais o Caminho de Ferro ia passar. «Machado-dorp», nome que se tem conservado até hoje e em cuja municipalidade é venerado o retrato daquele grande português, de quem todos os antigos ainda se recordam com saüdade. Foi ali que êle estacionou mais tempo com a sua célebre brigada de estudo do traçado.

Uma noite, ao sair de um jantar que lhe fôra dado por Kruger, Joaquim Machado, para chegar ao acampamento, que era então na entrada da cidade, muitas dificuldades teve no caminho por não haver luz alguma nas principais ruas, depois das 9 horas da noite. No dia seguinte frisou a necessidade de conveniente iluminação das cidades do Transvaal ao modo de tôdas as cidades da Europa, pelo menos com petróleo ou azeite.—«Não» lhe respondeu Kruger. Fui eu que não permiti a iluminação desde as 9 horas, para obrigar os homens a ficarem em casa, rezando a bíblia, junto às suas mulheres e seus filhos, evitando assim os jogos e os deboches que muitos dos rapazes novos fazem, imitando os inglêses das minas. Quero também que todos os rapazes trasvaalianos casem aos 18 anos o mais tardar, para começarem cedo a constituir família e não se estragarem com doenças». E assim faziam todos quási na genera-

lidade, casando os rapazes aos 18 anos e as raparigas aos 14, mesmo que não tivessem ainda emprêgo, e que permanecessem em casa de seus pais. «O casamento assim em novos, dizia êle, é mais um incentivo para êles saírem de casa de seus pais e da sua subordinação e irem longe constituir a sua nova família». E muitos dos pais com os máximos sacrifícios davam a cada filho já casado um carro boer e a competente *span*, alguns serviçais e carabinas: e os filhos, seguindo a sua nova família no próprio carro, iam para o interior e para a caça constituindo-se como que aviados de seus pais que recebiam e colocavam o produto das suas caçadas que faziam no interior. Daí provinha o aspecto curioso que tinha Johannesburg nos tempos de há 80 a 50 anos, no largo em frente da Town-Hall e outros, verem-se como que acampamentos de carros boers e seus bois e pretos, e sob toldos as respectivas famílias jantando ou lendo a Bíblia. Eram na maior parte os filhos casados que, com a sua caçada, regressavam à grande cidade para venderem o seu produto e comprando mantimentos seguiriam de novo para o mato. Anos depois cada grupo constituía *farms*, tornando-se menos nómadas que no início, e *farms*, que estão actualmente em grande prosperidade.

Hoje tudo isso acabou. Os carros boers já não passam dos arredores das grandes cidades, salvo excepcionalmente, mas as famílias boers continuam com a mesma seriedade de costumes. E assim por muitos anos, tendo feito à Europa algumas viagens, continuou Kruger a dirigir seriamente e com um enorme bom senso a sua gente e a sua República. Mas com a entrada de inglêses, alemães, americanos, e, em geral, de quasi tôdas as nacionalidades que invadiam as minas e as cidades principais, deram-se vários *raids*. A influência inglêsa ia aumentando dia a dia, a par da hegemonia e influência boer, e daí por certo proviria um grande choque. E com efeito êsse choque veio, tendente a fazer terminar as repúblicas florescentes do Transvaal, e do Orange, que pela sua crescente autonomia contrariavam os

interesses ingleses. Declarada a guerra e depois de as tropas inglesas terem recebido vários e grandes reveses, como o de Colenso e muitos outros, o Imperador da Alemanha, levado pelos interesses alemães do Transvaal favoráveis a Kruger, mandou-lhe vários telegramas de felicitações pelas vitórias alcançadas. Kruger sentia-se animado e como que apoiado. Mas o efeito desses telegramas de felicitações muito contrariou e irritou o espírito dos beligerantes ingleses, e o ódio começou entre as duas raças, cada vez mais forte, sobretudo proveniente dos desastres financeiros que essa guerra de parte a parte trazia. Chegou esse ódio ao cúmulo de porem a preço as cabeças de Kruger e de Cecil Rhodes, o seu opositor, do lado inglês, um antigo *clown*, com muita sorte, inteligência e astúcia.

O Imperador da Alemanha, levado pela influência diplomática inglesa e interesses dos seus financeiros de Berlim, telegrafou ao Governo Inglês e a Lord Roberts, felicitando-o também pelas últimas vitórias que tinha alcançado sobre os boers. O efeito do seu telegrama, depois dos mesmos antecedentes em sentido contrário, turvava o espírito dos principais boers, e com o deles, o do seu velho presidente que, ainda enérgico, a-pesar-dos anos, estava perfeitamente *hebéte*. Na sua ingenuidade ingénita, não percebia bem as reviravoltas da política mundial, tanto mais que nesse tempo as suas tropas não tinham enfraquecido, e continuavam ainda alcançando várias grandes vitórias, por vezes seguidas umas às outras. Isto obrigava a Inglaterra a enviar tropas sobre tropas, em número cada vez maior, e por fim o herói do alto Egipto, o célebre Lord Kitchner, para coadjuvar o velho Lord Roberts.

E com a vinda desse general e com a divisão sábia-mente organizada por ele e depois de o exército inglês ter conseguido tomar Pretória, Johannesburg e Bloemfontein, a capital de Orange, começou finalmente a debandada do exército boer para o Norte, abrindo as cadeias, soltando os presos. Já muito desmantelado, ia internando-se perseguido pela divisão de Lord Kitchner, que com os general

Paul Kareu e coronel Hamilton o escorraçava, ainda que com grandes perdas da sua parte.

Mas em alguns cercos os boers, se não fôsem tão fanáticos, teriam com certeza vencido, pois pelas suas certeiras pontarias faziam nos inglêses muito mais vítimas que êstes faziam nêles. Mas o seu fanatismo obrigava-os a guardar os domingos e dias santos com o máximo rigor. Nêsses dias, que passavam sem guerrear e rezando, os inglêses avançavam, reforçando muralhas, fazendo brechas, perfurando minas, enchendo fornilhos, e de tal forma que os boers acabavam sempre por ficar vencidos, mau grado a sua incomparável pontaria.

Então o velho Kruger, aflito e sem perceber bem a política europeia que o tinha prometido ajudar, especialmente a alemã, a holandesa e a francesa, resolveu ir em pessoa à Europa, ver se conseguia alianças e capitais, entregando o govêrno a Chalk Burger.

E um dia partiu de Hectorspruitt para Ressano Garcia, onde foi recebido na fronteira portuguesa e, por ordem do Govêrno Português, com tôdas as honras devidas à sua propecta idade, mas sem honras de presidente.

A sua partida tinha sido anunciada pelos empregados da Companhia Neerlandesa do Caminho de Ferro Z. A. S. M. Era uma emprêsa difficilima, pois estava no mais aceso a oferta da sua cabeça a preço, como a de Cecil Rhodes. Os ladrões e assassinos das cadeias de quási todo o Transvaal andavam à solta. Várias pontes, pontões e troços de linha férrea tinham já ido pelo ar com fornilhos e dinamite, o que rápidamente era refeito tanto de lá como de cá do Transvaal. O Presidente acompanhado pelo seu secretário, pelo médico, por um filho, e pelos adidos militares francêss, holandês, belga e alemão, que viam o desastrado fim da guerra ir em breve transformar-se em guerra de guerrilhas, fugiam também acompanhando-o oomo já dissemos. Daí o enorme perigo para nós portugueses, e para as relações diplomáticas com os países a que os passageiros pertenciam, se o combóio em que viria o presidente fôsse pelo ar.

Felizmente, com muito trabalho, e muita dedicação de todo o pessoal de tôdas as repartições portuguesas de Lourenço Marques, especialmente do caminho de ferro, polícia, obras



De uma fotografia oferecida pelo Presidente Kruger ao autor. Sentados: O Presidente Kruger e o Governador de Lourenço Marques, Comandante António José Machado. Em pé: o secretário do Presidente, o seu médico assistente Dr. Heyman, e o ajudante do Governador, o tenente José Francisco da Rosa

públicas e alfândega, e sobretudo os empregados do caminho de ferro, conseguiu-se que o combóio do presidente chegasse são e salvo, às 8 horas de 11 de Setembro de 1900, a Lourenço Marques.

As várias peripécias desta viagem vêm consignadas em dois artigos meus na Revista Colonial e Marítima, de 1906, e na Gazeta dos Caminhos de Ferro, de 1924.

Kruger veio todo o caminho no célebre salão *Platt*, do antigo chefe do movimento da Z. A. S. M. para não despertar suspeitas. E não parava quieto, querendo abrir as persianas do salão para ver onde estava.

Da estação, foi, como dissemos, alojar-se em casa de Gerard Poot, Cônsul holandês, donde seguiu, na manhã seguinte, para o «chalet» do Governador do Distrito, na Ponta Vermelha. Ali estava mais seguro, pois os contrários a êle, só devido à grande vigilância policial não conseguiram deitar-lhe a mão ou matá-lo, para evitar que seguisse para a Europa.

Êle a miúdo chegava à varanda, onde passeava entre o almoço e o jantar, fora o tempo em que lia a bíblia, ou escrevia as suas memórias. Nesses passeios acompanhavam-no três crianças que o alegravam no meio do seu grande infortúnio. Era a filha do general Machado, e duas filhas minhas, com as quais também almoçava e jantava, e às quais ouvia com agrado os seus cantos e danças acompanhadas ao piano pelo Dr. Sousa Ribeiro, que então era Secretário Geral do Govêrno. Por vezes olhava as sentinelas, a pé e a cavalo, que rondavam a casa, para evitarem a aproximação dos malvados, que o queriam liquidar. Muitos indivíduos ingleses de largo cadastro foram por elas presos. Dizia em boer, única língua que falava desde que se abstivera por completo de falar inglês, que mesmo dizia não entender: — «Parece que estou preso, é triste ver-me assim cercado de soldados, que passam o dia a olhar para mim» —. Ao ouvir a razão que levava o Governador a ter dado aquelas ordens para sua segurança, encolhia os ombros e pegava na sua bíblia.

E nunca abandonava o seu fato preto e o seu chapéu alto, que só tirava para comer ou na sala. Êsse hábito, como de um *attorney* ou contínuo da *city* de Londres, viera-lhe desde que vira os ministros protestantes assim vesti-

dos, e copiara-lhes a *toilette*, o célebre chapéu alto, a gravata preta e a sobrecasaca. E, desde que deixara de ser um particular e passara a Chefe de Estado, abandonara de vez o seu chapéu boer de abas largas.

Um dia, os boers refugiados, que, com o general Piernard e comandantes Moster e Grobler, tinham entrado a fronteira escorraçados pelas fôrças de Lord Kitchner, e que em número de uns 800 estavam aquartelados nas obras do Pôrto e Ponta Vermelha, quiseram fazer-lhe uma manifestação. Fazia êle 80 anos, e, depois da licença dos Governadores, entraram em forma no largo do Farol e vieram a quatro e quatro e em grande silêncio, olhando à esquerda, passar em frente da varanda onde êle, de pé, tirava o seu característico chapéu. E eu, que na extremidade da varanda o observava, vi-lhe de-

pois limpar com a mão uma lágrima que lhe caíra na face. Que imponente cerimónia muda!!!

Às horas do almoço e do jantar seguiam-se as mesmas cerimónias que já descrevi no jantar de Paris; a diferença era que fazia as rezas de pé e só se sentava depois. Quando acabava de jantar não se importava então que o Governador tivesse acabado ou não. Creio que como o não considerava chefe de Estado, depois de bater com os nós dos dedos



O Presidente Kruger
ouvindo o secretário ler as notícias
da guerra

e fazer as suas orações, levantava-se para, pegando no seu eterno cachimbo, ir sentar-se na sua poltrona còmodamente, e onde com os olhos meio fechados cismava na sua acidentada vida.

Depois de jantar e de ter fumado o seu cachimbo, pela volta das 9 horas e meia seguia para o seu quarto de cama.



O General Pienard e comandantes Moster e Grobler, únicos chefes da defesa Boer que entraram na fronteira Portuguesa como refugiados políticos

calou-se, bateu de novo com os nós dos dedos na parede, dizendo: — «agora podem continuar a fazer o barulho que quiserem, pois ajudam-me a dormir mais depressa». — E continuou de novo o canto e a dança das crianças alegres que o ajudaram a dormir.

Os paquetes ingleses e alemães que entravam no pôrto não desejavam conduzir o Presidente para a Europa, nem êle nem a sua comitiva também o desejavam. Feito o pedido por êle ao Govêrno Holandês, êste resolveu mandar um

Uma noite as três meninas cantavam, acompanhadas ao piano pelo Secretário Geral. O quarto de cama de Kruger era encostado à sala, e como as paredes eram de madeira os sons passavam bastante fortes até lá. O Secretário e o médico estavam na sala, ouvindo os cantos das crianças, quando êle bateu na parede com os nós dos dedos, dizendo em boer: — «Calem-se, que eu não posso com êste barulho ler a bíblia» — e, tudo ficou suspenso e mudo por um bocado, ouvindo-o rezar alto no quarto vizinho. Depois

cruzador, o *Gelderland*, comandado pelo capitão de mar e guerra da marinha real holandesa, Sweerts de Landus Wyborgh, que chegava no dia 20 de Outubro de 1900, sendo-lhe feitos os cumprimentos do estilo.

Desejava o referido comandante que Kruger viesse para bordo com tôdas as honras de Presidente e acompanhado por fôrça armada e tôdas as autoridades portuguesas. Mas o perigo era enorme; os facínoras que Transvaal expulsava eram cada vez mais. A cadeia de Lourenço Marques estava já cheia, e na véspera tinha sido preso um inglês que estava de carabina aperrada para liquidar Kruger, quando passasse para bordo, crendo que êle seguiria no mesmo dia. E esteve de espingarda engatilhada num maciço de árvores junto à sanzala dos indígenas na avenida que vem do Hospital para a baixa. Felizmente, foi visto por dois polícias, que conseguiram prendê-lo. Respondemos ao comandante, contando o sucedido e fazendo-lhe ver que deveria ir para bordo quando menos o esperassem. Fez-se, portanto, propalar que seguiria no dia seguinte ao meio-dia. Mas às 5 da manhã já êle estava, com todos os seus e bagagens, no *landau* do Governador do distrito, que o acompanhou até à Alfândega, em cujo escaler seguiu acompanhado pelo sr. Lencastre, Director da Alfândega, e por nós, que êle bem conhecia, e com o Governador e seu ajudante, e mais autoridades o fomos acompanhar a bordo, onde na realidade o comandante Wyborgh não o esperava àquela hora. Ficou furioso por não lhe poder fazer, como desejava, as honras da entrada. Mas nós, de acôrdo com os adidos militares de diversas nações, alguns dos quais também seguiam a bordo, e com o cônsul holandês, fizemos-lhe ver o grande perigo que corria se viesse a outra hora; eram 5 da manhã de 22 de Outubro de 1900.

Foi esta a sua última viagem entre o Transvaal e a Europa. Desiludido por não conseguir o apoio político internacional que ambicionava, tendo-lhe morrido sua espôsa de velhice e desgosto, o venerando Presidente acabou por se finar também, na Holanda, terra de seus antigos avós.

IV

O ÊXODO DOS BOERS E SEUS ALIADOS
PELA FRONTEIRA PORTUGUESA

Lord Kitchner com o general Paul Careu, coronel Hamilton, e suas tropas, apossavam dia a dia os sectários boers em combates sucessivos, encostando-os para o Norte, aos montes Libombos, e à fronteira portuguesa.

Já em 15 de Setembro de 1900 os comboios vindos da fronteira não podiam seguir horário nenhum certo, por causa da grande aglomeração de gente em Ressano Garcia (fronteira portuguesa). Entravam na estação na maior desordem, cheios de fugitivos, trazendo vagons abertos com famílias inteiras, e mulheres de tôdas as côres e feitios, abundando muito as cocotes, que fugiam dos grandes centros mineiros, e dos grandes povoados. Dezenas de homens em mangas de camisa, de grandes barbas, faca à cinta, apareceram; tinham tipos de mineiros alemães muito carregados de *whisky*, e que a custo a nossa polícia podia conter em respeito. Ao saírem da estação de Lourenço Marques, como já não havia casas para os abrigar, faziam as suas camas debaixo dos alpendres das repartições e das lojas, deitando-se nos passeios a dormir, como em suas casas.

Em 15 de Setembro, de tarde, um telegrama de Ressano Garcia declara estarem na estação mais de 3.000 pessoas sem dinheiro, pedindo transporte para Lourenço Marques, por ali não terem de comer, escorraçados da fronteira pelas tropas boers. Pediam de lá também transporte para os feridos, que vinham da fronteira, e mais gente da polícia, para manter a ordem, na estação. Um telegrama de Steinmetz dizia que seguiam os salões de Kruger e de Stein, Presidente do Estado de Orange, e todo o pessoal, arquivo e repartições da Companhia Neerlandesa do Caminho de Ferro. Que os inglêses avançavam, e Shalk Burger tinha seguido com os seus para o Norte; e que entre

Komati-poort e Barbeton o general Koetzer com o general Pienard, e comandantes Moster e Grobler, tinham mais de 5.000 homens que corriam a concentrar-se em Komati-poort, junto à fronteira, devendo haver ali grande batalha em oito dias, a qual certamente seria uma derrota para os boers. O telegrama pedia passagem urgente para todo o pessoal da Companhia do Caminho de Ferro Neerlandês.

Daí a pouco entravam os salões dos Presidentes, e os comboios com empregados da Companhia. Eram compostos



A Estação do C. F. L. M. de Ressano Garcia, na qual se passaram as terríveis cenas que aqui se descrevem

de vagons abertos regorgitando de homens, mulheres e crianças, que entoavam hinos religiosos, ou choravam. Entre êles alguns padres luteranos recitavam salmos da Bíblia. Muitos desgraçados tinham no rosto verdadeiros sinais de fome. Enchiam pouco depois o bar da estação, pedindo cerveja e pão, e faziam lá dentro um barulho ensurdecedor, com seus cânticos e lamentações.

A 16 de Setembro, às cinco da manhã, por tôda a parte onde se lançasse a vista na plataforma da estação, via-se uma massa humana dormindo promiscuamente, embrulhada em cobertores; crianças chorando, homens sonhando alto, mulheres sentadas puxando os cabelos. Depois veio clareando o dia; ouviu-se o silvo da locomotiva do primeiro

comboio, que seguiria para Lourenço Marques. Como um formigueiro, essa enorme massa de povo, que não entendia a nossa língua, e muitos nem sequer o inglês, enrolava as mantas e ia seguindo para o comboio. As mulheres e crianças para as carruagens e fourgons, os homens sem família para os vagons abertos. De um dos vagons abertos vindo da fronteira foi preciso tirar um boi morto já apodrecido; enfim, seguiu o primeiro comboio com cêrca de 600 pessoas.

Daí a pouco ouviu-se o silvo de uma locomotiva na fronteira. Era um grande comboio com empregados do Caminho de Ferro Neerlandês, que entravam entoando cânticos religiosos, e saüdando com hurràs a bandeira portuguesa.

Junto ao rio, a cêrca de 300 metros de nós, centenas de pretos portugueses vinham sempre em fila, fugindo do Transvaal e das minas, pela linha férrea, de sacolas às costas e mocas, entoando cantos vátuas. Atiraram-se ao boi morto, esfolaram-no, e estavam assando aquela carne fétida que comiam como verdadeiros canibais, para não morrerem de fome.

Cêrca de duas horas depois, alguns com bocados de carne às costas, seguiam pela linha fora, entoando cantos de guerra, na direcção do acampamento da Matola junto a Lourenço Marques.

Às duas horas da tarde estava de novo a estação apinhada de gente.

Ouvia-se do lado do Transvaal grande estralejar de bombas, e nuvens de fumo negro se elevavam no céu; Komati-poort ardia. Os boers do pôsto da fronteira diziam que tinha havido um grande combate, e que as fôrças inglêsas já estavam em Barbeton havia dois dias. Davam como certo que os Generais Koetzer e Pienard, com Stein, se estavam concentrando em Komati-poort, que era por assim dizer agora a base de operações dos boers.

Dizia-se mais que já tinham a retirada cortada, pois o general inglês Paul Careu avançava pelo Sul, Lord Kitchner pelo centro, e o coronel Hamilton pelo Norte, e que Stein

estava dispondo as coisas para atravessar a linha de operações, e ir juntar-se a Botha! O momento mais crítico aproximava-se.

Em 17, à uma hora da noite, um oficial boer a cavalo chega à fronteira, dizendo que o general Koetzer, de manhã muito cedo, viria falar com o comandante militar. Daí a pouco três soldados boers, entrando a fronteira sem armas, estavam aos pontapés ao bar da estação pedindo *whisky* e pisando várias famílias, que dormiam estendidas na plataforma. Foram presos pelas sentinelas, e entregues ao posto boer da fronteira.

Às três horas da manhã ouviam-se a grande distância detonações de tiros de artilharia. Pouco depois começavam a entrar a fronteira, a pé, mineiros americanos com trouxas de roupas às costas. Tinham caras patibulares, pediam *whisky*, e comboio para Lourenço Marques. Socorremo-los como pudemos e deu-se-lhes lugar para dormir, na casa das máquinas.

Quando o dia clareou mandaram-se pôr mais bandeiras portuguesas nos postos da fronteira, de um e outro lado do rio. Construíram-se palhotas para abrigar as guardas, abrindo-se carreiros de fácil comunicação entre os postos e a vila. Tôda a manhã se fizeram sucessivos comboios grátis, com fugitivos, pois já ninguém se podia mover na estação, tantos eram. Às 10 horas entra a fronteira um comboio da Companhia Neerlandesa com empregados, vindo, entre êles, feridos inglêses, e seis feridos boers. Dizia-se que em três dias as tropas inglêsas chegariam a Ressano Garcia.

Viram-se entrar então a fronteira uns seis rapazes de aparência muito diferente da dos outros, animados bastante, ainda que rotos e com a barba em desalinho, tendo no rosto a expressão da fome, e com aspecto de muito cansaço. Ao chegarem à fronteira um soldado pediu-lhes as armas, que entregaram, e se foram juntar ao enorme montão delas que já ali havia, e que se tinham mandado guardar num fourgon, que já delas estava quási cheio. O espanto das

sentinelas foi curiosíssimo, pois êles entendiam-nos; falavam portuguezs. Alguns dêles, porém, voltaram de novo ao Transvaal sem passarem a fronteira.

Os que entraram, e vieram pedir para serem conduzidos a Lourenço Marques, disseram, resumidamente, que tinham estado em combates em Belfast e Dalmanuta, e que últimamente tinham retirado de Machado-doorp, para Komate-poort. Tinham feito parte das fôrças do general Botha, e de Stein, combatendo de 22 de Julho a 27, e que depois nunca mais tinham entrado em fogo, e tinham estado acampados em Vater-valonden. Eram ao todo uns 20 portuguezes, entre êles Rebêlo da Silva, Abreu, Abel Maria, os três irmãos Ritas, Dias, Mendes e José Antunes Mateus. Disseram que os boers já não tinham tropas regulares, mas bandos de guerrilhas; que os burgers, estrangeiros, que faziam parte delas, eram muito desordeiros. Disseram mais que nem mesmo talvez os inglêses chegassem a combater, e que os verdadeiros boers eram unicamente os do general Koetzer que se preparavam a seguir para o Norte, e que os outros comandados por Pienard, em número de cêrca de 2.500, acabariam por entrar a fronteira.

E os montes de armas dos que iam entrando a fronteira cresciam dos dois lados dos postos, nossos e dos boers. Vinham muitos homens à formiga, a pé, especialmente americanos, irlandeses e alemães.

Afinal, o general Koetzer nunca apareceu. Continuavam a fazer-se comboios grátis, para se desimpedir a estação. Entrou na fronteira o comboio da Cruz Vermelha Holandesa; bastantes carruagens tôdas ligadas entre si com comodidade inexcedível, cheias de feridos. Algumas delas tinham vestígios de balas as terem atravessado de lado a lado. O médico, de longas barbas, distribuía charutos aos circunstantes, em charuteiras com o retrato de Kruger. Os feridos saüdavam com hurrás a bandeira portuguesa.

No dia 19, às duas da manhã, uma sentinela grita às armas. Era um grupo de burgers arrombando as cantinas dos monhés, e embebedando-se, depois de terem espancado

alguns asiáticos. Correu a força sobre eles, fizeram-se algumas prisões, e tudo serenou.

Chegavam à fronteira notícias cada vez mais sérias. As 4 da manhã Steinmetz, em carta, diz-me que às 3 da tarde devia entrar a fronteira portuguesa o último comboio da Companhia, e em seguida saltar com dinamite a ponte de Komate-poort. Um burger, que vinha como portador, dizia que o General Koetzer estava do lado de Komate-poort, na margem esquerda do rio, e o General Pienard, com os comandantes Moster e Grobler, do lado de cá da ponte. Que, a seguir ao último comboio da Companhia Neerlandesa, havia dois quilómetros e meio de vagons, com munições, explosivos e bocas de fogo. Do lado do Norte, e Sul, tinham possante artilharia assestada sobre a ponte de Komate-poort. Que a força do General Koetzer era de 1.000 homens e a de Pienard de 2.500, de infantaria. O exército inglês tinha o seu grôso em Barbeton, e do lado sul estava de 6 a 8 quilómetros da nossa fronteira. Precisava-se de mais força em Ressano Garcia, que foi pedida. Por isso recebeu-se comunicação de que a expedição do Major Seabra de Lacerda viria no dia seguinte.

Chegou finalmente a Ressano Garcia o anunciado comboio com o restante pessoal da Companhia Neerlandesa, cujos empregados saüdavam com hurrás a bandeira portuguesa. Vinham com eles Shreiber e Steinmetz. Houve sempre muito respeito para com as nossas forças. Era a última viagem que Steinmetz fazia no seu salão, o célebre salão Platt, que conduzira Kruger e tão conhecido era em Lourenço Marques. Shreiber dizia que pertencera ao Estado Maior do General Jubert, mas hoje tudo tinha acabado, era um simples particular, empregado de uma Companhia que já não tinha terreno onde pudesse exercer as suas funções.

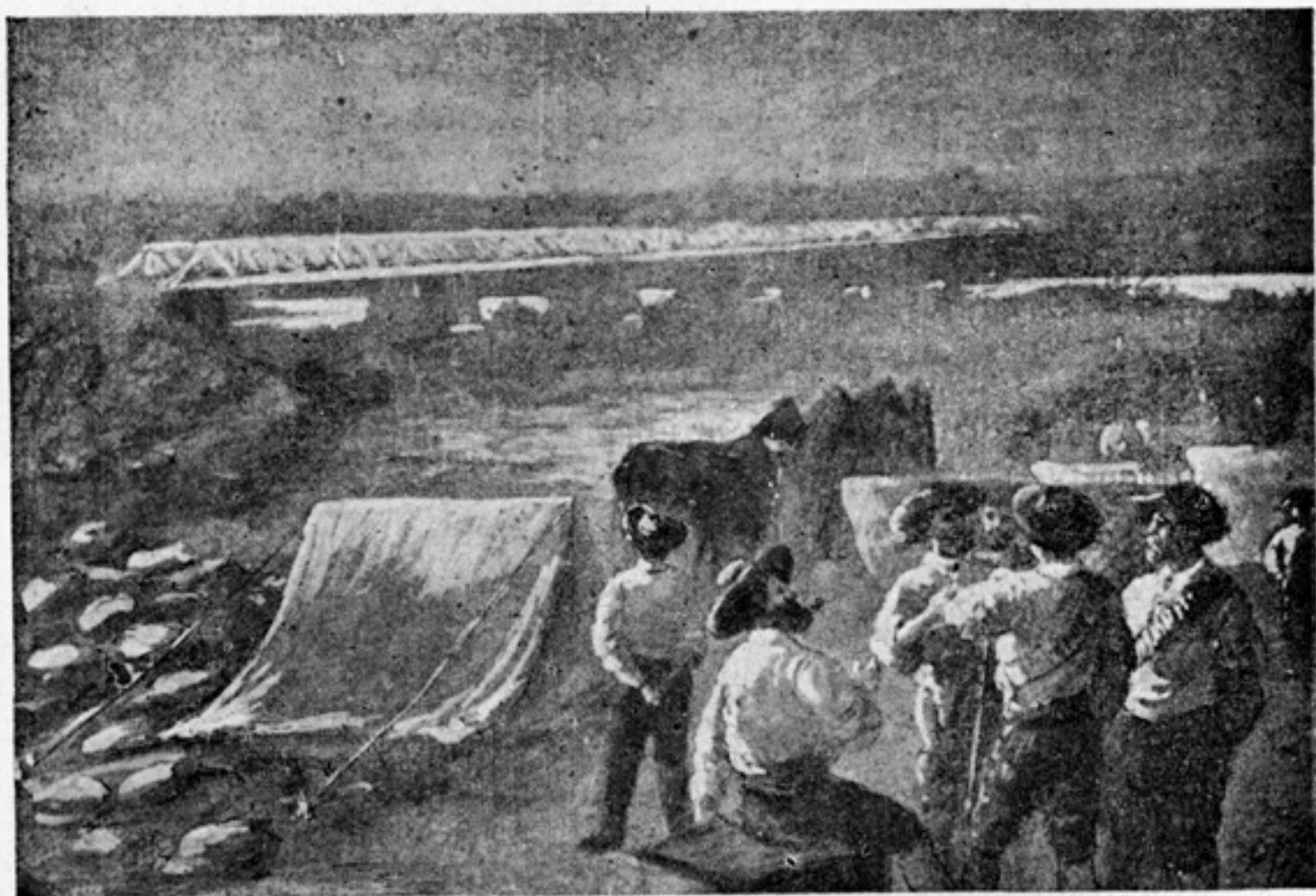
Um outro empregado, que vinha com êle, disse-nos que os 2.500 homens do General Pienard eram italianos do comando do capitão Richardi, irlandeses sob o comando do capitão Ó Conard; alemães sob o comando de um oficial de

reserva alemã; além de 26 portugueses e cêrca de 1.800 holandeses da polícia de Johannesburg. Não era uma fôrça organizada, cada grupo fazia o que queria. Disse mais que, além dêstes, o General Koetzer tinha consigo 1.000 dos boers antigos mais fanáticos, do outro lado do rio. Que esta fôrça de Pienard tinha a retirada cortada por todos os lados, e muitos eram assassinos saídos das prisões do Transvaal, e era perigoso recebê-los com tão pouca fôrça armada, pois já na véspera se tinham revoltado, arrombando um vagon cheio de vinho e embebedando-se dezenas dêles. Muitos tinham ùltimamente cometido roubos e assassinatos no Transvaal. Disse ainda que Stein partira havia 4 dias de Hectorspruit para o Sul, com o seu comando, na ideia de se juntar a De Wett, e ir na vanguarda do General Botha.

Sabido isto, o Governador Geral ordenou que se combinasse com o General Pienard as condições em que as fôrças Transvaalianas e Boers, em retirada, poderiam entrar na fronteira portuguesa. Nêsse dia 19 de Setembro chegara a Ressano Garcia o chefe do Estado Maior Português, o então capitão Domingos Silvestre Branco, sendo ordenada pelo Governador Geral a construção de uma ponte de ocasião ligando as duas margens do rio Incomati, em frente de Ressano Garcia. O autor construiu esta ponte com o pessoal e rails do Caminho de Ferro de Lourenço Marques, muito rápida e provisòriamente. O Governador ordenou ainda um reconhecimento para lá da fronteira para se ajuizar, *de visu*, do que havia sôbre as posições relativas das fôrças boers e do exército inglês. Mandou-se ainda construir outra ponte de ocasião para carros boers perto da estação de Incomati, mas a primeira cheia desfê-la antes de estar concluída.

Um oficial de Estado Maior e outro de engenharia, Roberto da Cunha Baptista, tenente de artilharia com o Curso Superior de Guerra, (que mais tarde esteve no *front* como General, hoje falecido), e o autor, ambos a cavalo, dirigiram-se ao vagon onde o General Pienard tinha o seu

Quartel General. Com um salvo conduto dêste, e com grande dificuldade, conseguiram, por a linha estar completamente pejada de vagon, em 2.500 metros, chegar ao referido General que os recebeu bem. Depois foram até à ponte, pela qual não foi possível transitar por estar igualmente pejada



Acampamento dos voluntários Boers junto à ponte de Komate-poort fazendo parte das fôrças do general Pienard perto de Ressano Garcia, na fronteira portuguesa. (Desenho do professor Cândido Pereira, de um croquis do autor).

de vagon. Numa avançada de 7 quilómetros, viram que logo depois da primeira curva estavam os comboios das munições. Dos lados da linha, pequenas barracas de campanha muito rôtas, entre as rochas da margem; e num *pêle-mêle* caótico, caixas, sacos de farinha, armas de todos os feitios, cantinas de rancho funcionando. Entre êste conjunto, acampavam as fôrças do General Pienard. Uns faziam comida em latas velhas, outros entoavam cânticos religiosos. Num

dos vagons o General, sentado a uma mesa de campanha, escrevia e dava ordens, dizendo aos officiaes portuguezes que estivessem descansados, que só iriam homens a Ressano Garcia com licença dêle (desta viagem resultou a carta em francês que foi enviada ao General Pienard e segue no fim dêste capítulo). Depois seguia-se a enorme fila dos vagons com mantimentos e munições. Numa encosta a sul, içavam para uma altura com grande custo e muitas juntas de bois, uma peça de 15, uma *Long Town* já célebre que servira nos combates desde Johannesburg. Mais adiante, num alto à esquerda antes da ponte, estavam em bateria umas 6 bôcas de fogo de tiro rápido, e nos altos a sul parecia distinguir-se ao longe a construção de redutos para infantaria, e o mesmo na encosta para norte do rio dos Crocodilos.

Perto da ponte, o caminho estava cheio de caixas de dynamite, à mistura de sacos de farinha e de café. Do outro lado do rio viam-se casas a arder e vagons cheios de comestíveis ardendo com muito fumo. Por entre êles, filas de carros boers, em grande alarido do pessoal, transportavam na direcção da linha do Cilati comestíveis, parecendo de longe sacos de farinha e açúcar. Em baixo, junto ao rio, inúmeros burgers banhavam-se na água amarela, e outros punham o fato a secar. Já que não era possível atravessar a ponte, decidiram retirar chegando a Ressano Garcia às 5 horas da tarde. Ficou-se sabendo o que havia para lá da fronteira.

No dia 20 tinham acabado de entrar todos os fugitivos da guerra; era conhecido que do lado do Transvaal só havia as fôrças dos Generais Koetzer e Pienard.

Às 10 da manhã chegava o combóio com o grosso da expedição do Major Seabra de Lacerda.

A única Expedição que recebeu os boers, do General Pienard, e pessoal da Z. A. S. M., em Ressano Garcia, era comandada pelo major de Infantaria António Vaz Correia Seabra de Lacerda, tendo como chefe de Estado Maior o tenente de Artilharia com o Curso Superior de Guerra, Roberto da Cunha Baptista (que mais tarde foi General e

esteve no *front*, na Grande-Guerra, hoje falecido). Compunham-na as seguintes unidades:

Artilharia:—Capitão Jaime de Sousa Figueiredo, tenente Alberto Almeida Teixeira, alferes Alexandre Herculano Garcia e Alfredo Balduino de Seabra.

Cavalaria:—Capitão Joaquim Augusto de Oliveira Valente, tenente José Vítor da Cal, alferes D. José de Serpa Pimentel de Sousa Coutinho (que mais tarde fêz o Curso Superior de Guerra e esteve no *front*, onde muito se distinguiu, e hoje falecido).

Infantaria:—Capitães José Rodrigues Laje, que já se encontrava em Ressano Garcia, quando eu, nos primeiros três dias antes da chegada do grosso da expedição, ali fui comandante militar de ocasião, e Manuel César Rodrigues, tenentes José Pereira David, Feliciano do Nascimento Pinto, Francisco Caetano Ribeiro Viena, António Vicente de Abreu, José Joaquim Teixeira, alferes António Campos Vidal, António da Silveira Lopes, Antero Eduardo Taborda de Azevedo e Costa e José Joaquim Canhão.

Médicos:—Tenentes Antero Augusto de Magalhães e Luís Ferreira.

Administração Militar:—Alferes José Júlio da Silveira Roquete.

Veterinário:—Conrado Artur Ribeiro de Melo.

A esta expedição juntou-se parte da guarnição dos nossos navios de guerra, comandada pelo 2.º tenente Manuel Barbosa da Silva Casqueiro.

Da Polícia de Lourenço Marques, como fiscalização da emigração dos indígenas, o alferes Antunes, com 12 soldados landis.

Engenharia:—Por ordem do Governador Geral, o capitão Carlos Roma Machado, ao tempo director, interino, do Caminho de Ferro de Lourenço Marques em acumulação, e os seus subordinados, os segundos sargentos de engenharia Domingos António Cepa e José Maria dos Reis, que ambos faleceram no serviço da construção dos postos ao longo da fronteira, mais tarde.

As primeiras fôrças que chegaram foram no princípio de Maio, 40 praças, dos sapadores de infantaria comandados pelo tenente Feliciano do Nascimento Pinto, e dos telegrafistas comandados pelo tenente António Vicente de Abreu.

Em 8 de Maio tinha seguido para Ressano Garcia o primeiro destacamento comandado pelo capitão Laje, com 140 praças de infantaria, muito antes dos dois antecedentes. Êste capitão Laje, que muito se distinguiu posteriormente na Campanha de Barue e creio na do Mataka, como não falava nem francês nem inglês e não conhecia nada do que se passava na fronteira dos dois lados, pediu superiormente para eu ficar como Comandante militar, e êle ao meu serviço, também atendendo a eu ser Director do Caminho de Ferro, embora êle fôsse mais antigo no pôsto que eu, ao que os Governadores acederam. Disso me deram parte, até à chegada do Chefe do Estado Maior da expedição. Foi mais um serviço que eu me vi forçado a fazer. Em Setembro, o tenente Roberto da Cunha Baptista seguiu para Ressano Garcia, a estudar as posições da fronteira, de que fêz um magnífico relatório, indo ao Transvaal acompanhado pelo Capitão Roma Machado.

No dia 19 de Setembro, às 10 horas, chegava a Ressano Garcia o capitão Domingos Silvestre Branco, o tenente de artilharia Almeida Teixeira e o alferes D. José de Serpa Pimentel, que constituíam o Estado Maior da Província, estando já lá desde 18 o tenente Roberto Baptista.

O serviço de etapas estava a cargo do tenente José Joaquim Teixeira.

Em 20 de Setembro, já depois da entrada dos primeiros boers, chegava a fôrça comandada pelo major Seabra de Lacerda, e ficou o destacamento com a seguinte fôrça:

Marinha, 1 oficial e 58 praças; Artilharia, 4 oficiais e 108 praças; Cavalaria, 2 oficiais e 22 praças; Pelotão da policia, 1 oficial e 16 praças; Infantaria, 6 oficiais e 233 praças. Total, 14 oficiais e 437 praças.

Foi esta a única fôrça que recebeu todos os boers. Tinha como ajudante o tenente António Ribeiro Viana.

A expedição do general Venceslau Teles, que se estava organizando em Lisboa, seguiu para Lourenço Marques mais tarde, quando os boers já todos estavam em Lourenço Marques. Tempo depois ficou dela apenas um destacamento, que se distinguiu muito na fronteira em Ressano Garcia e no guarneamento e polícia dos postos que mais tarde se fizeram, desde o Maputo ao Pafuri. Fêz parte dêste serviço o hoje general Eduardo Marques que, com o autor, capitão de engenharia, fizeram o reconhecimento do terreno para os postos militares da fronteira do Incomati ao Rio dos Elefantes; mais tarde, o actual general muito nêles se distinguiu.

Os refugiados boers vieram para Portugal acompanhados por um oficial de cavalaria, o Sr. Gama Lobo Demony, que os conduziu para o Convento de Alcobaça onde estiveram bastantes meses, mas creio que parte dêles estiveram ou no Convento de Tomar ou noutro perto de Lisboa, o que não asseveramos, *portando-se sempre bem.*

Cópia de alguns telegramas recebidos ou expedidos por Carlos Roma Machado como director do Caminho de Ferro de Lourenço Marques, em Ressano Garcia, e comandante militar de ocasião, quando da entrada dos Boers, fugindo dos inglêses, no tempo da guerra do Transvaal:

17 de Setembro de 1900 — De Roma Machado ao Governador Geral (Joaquim José Machado). Capitão Branco (Chefe do Estado Maior) polícia e cavalaria seguiram Sabié. Artilharia ficou Movene, uma muar morta no vagon. Parece não haver nada de cuidado, relativamente indígenas. Consta Stein (presidente da república do Orange) não pode retirar, e está com General em Komate Poort. Roma Machado.

17-9-1900 — Do Governador Geral (J. Machado) a Roma Machado. Ressano Garcia. Telegrafei Urgente Branco que para aí partirá logo puder. Se Stein vier, deve ser logo

mandado para L. Marques e vir para a minha casa. Não deve permitir que voluntários entrados no nosso território dêem a sair. Preparo transportes para feridos. Autorizo passagem gratuita a quem dela carecer, até desocupar estação. Estou aqui no seu gabinete para rapidamente responder a qualquer comunicação. Governador Geral.

17-9-1900 — Do Director Caminho de Ferro a Governador Geral. L. Marques. Estação em sossego. Partiram já para aí dois combóios cheios de estrangeiros. Ainda estão na estação cerca de 200 pessoas, e mais um combóio cheio. Difícil impedir passagens Transvaal, pois fogem montanha. Mandou-se estabelecer cordão lado sul. Vou esta tarde escolher posições para bandeiras portuguesas. Tenho aqui 4 bandeiras, mas conto apenas pôr só três. Os feridos são 4 ingleses e os restantes Boers. Creio que por hoje não haverá mais novidade. O grande perigo está daqui a 3 dias, contudo nada assevero. Está a partir terceiro combóio com passageiros grátis; vão alguns boers e americanos ligeiramente feridos. Preparo alojamento para força militar. Julgo Capitão Branco não poderá chegar aqui hoje. Peço 30 pretos para ajudar quartéis. Minha opinião toda a força disponível deve vir para aqui, qualquer maneira. Barracas de campanha, sentinelas na montanha. Só deve retirar força estação Incomaty quando artilharia boer não consentir aqui estacionamento. Vão seis voluntários portugueses com guia Governador distrito. R. Machado.

17-9-1900 — Do Governador Geral a Roma Machado. Ressano Garcia. Fique aí até julgar útil sua presença. Dou ordem para não retirar força, e que Branco e forças suas ordens marchem quanto antes para aí. Aprovo fazer vigiar a fronteira por praças desarmadas com bandeiras brancas. Governador Geral.

18-9-1900 — Do director C. Ferro Lourenço Marques ao Administrador Secretário do mesmo (Monjardim da Costa) Sr. Governador Geral ordenou que telegrafista Companhia Neerlandesa L. Marques não transmita mais telegramas sendo estes transmitidos pela nossa linha, até receber

notícia partida combóio da administração da mesma Companhia para L. Marques, findando o seu serviço. R. Machado.

18-9-1900 — Do Governador Geral ao Capitão Roma Machado, Ressano Garcia. Partem para aí combóio 4 horas da tarde 40 praças de infantaria G. Geral.

19-9-1900 — Do Governador Geral ao Capitão Roma Machado, Ressano Garcia. Disponha coisas de modo que refugiados venham sempre em combóios especiais ou separados dos passageiros, afim de evitar aqui dúvidas sôbre os que devem ficar detidos. Governador Geral.

19-9-1900 — Do Governador Geral ao Capitão Roma Machado, Ressano Garcia. Refugiados portugueses devem vir debaixo de vigilância, sendo previamente desarmados. Governador Geral.

19-9-1900 — 1 hora da tarde. De Roma Machado Ressano Garcia ao Governador Geral L. Marques. Por enquanto não há refugiados mas portugueses naturalizados Burgers, holandeses e irlandeses, voluntários, que sem armas võem comer e beber ao restaurante. Estão aqui para cima de 800 pessoas. Vou fazer dois combóios com feridos inglêses e carruagens da Cruz Vermelha Boer, e passageiros, e outro com pessoal da Companhia (ZASM). Estão fazendo saltar com dinamite a linha para lá da ponte de Komatiepoort. Peço transporte para feridos da Estação L. Marques ao Hospital. Dizem que os inglêses só chegam daqui a 8 dias, mas pelas aparências julgo o contrário. Por enquanto completo sossêgo, e muito respeito pela fôrça portuguesa. Há muita gente sem dinheiro. Peço autorize mais novo transporte grátis, para diminuir gente aqui. Roma Machado.

19-9-1900 — De Roma Machado, ao chefe de Estado Maior K-053 Movene. Estação agora sossegada. Ainda não apareceu General Boer. Preparo quartéis. Não reputo urgência imediata vinda de fôrça hoje, se houver grande dificuldade nisso. O combate final, calcula-se entre 3 a 5 dias contudo está vindo muita gente à formiga. Roma Machado.

19-9-1900 — Do Governador Geral ao Capitão Roma Machado Ressano Garcia. Em pouco mais de 15 dias estará aqui a fôrça da nova expedição. Se no entanto fôr aí necessária mais fôrça, irá tôda que existe em L. Marques. Que italianos e alemães sejam repatriados pelos respectivos cônsules. Governador Geral.

19-9-1900 — De Roma Machado ao Governador Geral L. Marques. Acaba de chegar fôrça vapor Herzogg, e tenente Baptista; fôrça Movene está a chegar. Tudo sossegado. Roma Machado.

19-9-1900 — De Roma Machado ao Governador Geral L. Marques. Parece conveniente não dar passagem ida e volta a gente do Transvaal. Peço resposta. R. Machado.

19-9-1900 — Do Governador Geral a Roma Machado. Aprovo. Convém saber se feridos inglêses estiveram a favor dos Boers ou contra Govêrno. Nada garanto voluntários portugueses. Farei por eles o que circunstâncias permitirem. Estando eles aí estação e sabendo que combateram do lado de um dos beligerantes, deve evitar tornarem a passar a fronteira, mandando-os o senhor presos, se tanto fôr preciso. Governador Geral.

19-9-1900 — De Roma Machado ao Governador Geral L. Marques. 20 voluntarios portugueses dizem que não tõem dinheiro e se govêrno lhes garante emprêgo largam de vez armas que deixaram na fronteira, estão aqui na estação vindo de passeio do Transvaal. Roma Machado.

19-9-1900 — De Roma Machado ao Governador Geral L. Marques. Nos três comboios acabam seguir L. Marques foram 100 passageiros não considerados refugiados militares por não virem armados até a fronteira, mas simples passageiros. Além dêstes foram cêrca de 250 empregados da Companhia (ZASM) e Cruz Vermelha e feridos, e 5 portugueses refugiados que deixaram as armas no Transvaal. Acabam de se apresentar mais 4 a que se tiraram as armas sem relutância e em sossêgo. Fez-se relação dêstes com nome e nacionalidade. Pode V. Ex.^a estar descansado que tõem sido integralmente cumpridas suas ordens. Segue

Movene comboio que foi buscar fôrça que deve chegar daqui a 2 horas. Só alguns refugiados que venham pelas montanhas fora do alcance da fôrça poderão entrar com armas. R. Machado.

19-9-1900 — Do Director do Caminho de Ferro ao Governador Geral L. Marques. Último vagon Companhia (Z. A. S. M.) chega aqui às 9 e meia. Em seguida deve saltar ponte Komate Poort. A 1 quilómetro da fronteira está um comboio boer descarregando munições de guerra para as alturas do sul, onde tem possante artilharia assestada sôbre Komate Poort. Fôrça Boer é cêrca de 2.500 homens de infantaria. Diz-se que parte do exército inglês está a sul a 3 horas de marcha daqui. Há pouco subiram para as alturas a sul do nosso lado 8 ingleses. Não me parece prudente tirar daqui fôrça. Eu e comandante destacamento somos de parecer que nas alturas próximas sejam postados soldados armados de traçado, cada um levando uma bandeira branca, que se fizeram cá, havendo já duas bandeiras portuguesas hasteadas em pontos dominantes, para evitar que as fôrças inglesas em perseguição dos Boers entrem no nosso território, o que talvez tenha más conseqüências, atendendo ao entusiasmo com que naturalmente virão. Pedimos resposta. General Boer ainda não apareceu. Julgo que devo ainda aqui ficar esta noite. Roma Machado. (depois de entregar o comando ao Branco).

19-9-1900 — Do Governador Geral a Roma Machado. Ressano Garcia. Fique aí se julgar util a sua presença. Vou dar ordem para não retirar fôrça e para que Branco e fôrça suas ordens marchem quanto antes para aí. Aprovo fazer vigiar fronteira com praças desarmadas, com bandeiras brancas, e colocação de bandeiras portuguesas em pontos dominantes. Prepare coisas para retirar para o Incomaty com seu pessoal, sendo preciso. Governador Geral.

19-9-1900 — Do Director do Caminho de Ferro ao Governador Geral Lourenço Marques.

Voluntários portugueses numero 26 estão Komate Poort, com comando do general Boer, que ainda não apa-

receu. Chamei um dos voluntários e fiz-lhe notar o embaraço em que nos podem pôr à chegada do exército inglês, se não recolhem imediatamente L. Marques. Deixei-o seguir para comunicar isso aos outros. Comandante do destacamento perguntou se devem seguir debaixo de vigilância ou prisão, caso entreguem armas. Disse-lhe as ordens de V. Ex.^a Segue no primeiro comboio Salão Kruger, Steinetz e pessoal superior da Companhia (ZASM). Roma Machado.

19-9-1900 — De Roma Machado ao Governador Geral L. Marques.

Inspector do Movimento ZASM Schreiber, que fêz parte do Estado Maior General Joubert no Natal acaba de dizer-me o seguinte: Os 2500 homens que estão em Komate Poort são italianos do Capitão Richardi, Irlandeses do capitão Ó Connard, alemães sob o comando de oficiais alemães e alguns portugueses. Não é fôrça organizada. Cada grupo faz o que quer. Não obedecem a uma só cabeça. O General é um Boer muito ignorante, bruto e cabeçudo. Tem a retirada cortada por todos os lados. A maior parte são assassinos. Na opinião dêle são precisos nestes 15 dias, mas vindo o mais urgentemente possível, 700 homens para os desarmar na fronteira, pois se passam com surpresa e sem vigilância fazem tôda a qualidade de roubos e assassinios, como já o têm feito últimamente no Transvaal. Diz mais como certo que Stein partiu para Sul há 4 dias de Hectorspruitt com o seu comando na ideia de se juntar a De Vetii, indo na vanguarda do General Botta. R. Machado.

19-9-1900 — Do director do C. de Ferro ao Chefe de Estado Maior, Movene (1). Segue imediatamente combóio buscar fôrças sob seu comando. R. Machado.

(1) Esta ida do Chefe do Estado Maior e da Expedição a Movene, liga-se com uma *suposta revolta dos indígenas, precisa para justificar para Lisboa a vinda da Expedição a Ressano Garcia*, como se depreende da minha nota na *Conclusão*.

19-9-1900 — Do capitão Roma Machado ao Governador Geral Lourenço Marques. Chegou Capitão Branco. Ordem chefe Estado Maior, a quem me apresentei, vou construir ponte ocasião sôbre rio Incomaty. R. Machado.

19-9-1900 — Do Governador Geral ao Capitão Roma Machado. Aprovo e autorizo construção de ponte ocasião sôbre rio Incomatie. Governador Geral.

CARTA QUE O DIRECTOR DO CAMINHO DE FERRO DE LOURENÇO MARQUES E COMANDANTE MILITAR DE OCASIÃO EM RESSANO GARCIA ESCREVEU AO GENERAL PIENARD, COMANDANTE DAS TROPAS BOERS E BURGERS, QUE SE VIERAM REFUGIAR EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS.

À MONSIEUR LE GENERAL COMMANDANT
DES TROUPES BOERS À COMATY POORT

Monsieur

J'ai l'honneur de vous communiquer de la part de Son Excellence le Gouverneur Général de la Province de Mozambique que dès aujourd'hui a cessé dans le territoire portugais, toute la communication de Chemin de Fer au delà de la frontière portugaise, avec le Transvaal, vu que le secrétaire du ZASM m'a communiqué officielement, que le service de la Compagnie Neerlandaise a cessé d'exister, et que avec permission du Gouvernement portugais, son administration, est à present à Lourenço Marques. À cause de ça, la Direction du Chemin de Fer de Lourenço Marques a resolu le suivant:

1.º — Ne plus admettre des wagons du Transvaal dans notre ligne.

2.º — Proteger toutes les voitures et une machine du ZASM qui sont sur notre voie.

3.º — Ne s'en servir d'eux qu'à la dernière extrémité, et pour conduire les fuiards et les personnes qui viennent du Transvaal.

4.º — Couper la voie *s'il en faut* à la frontière, pour empêcher que vos convois viennent ici encombrer notre ligne, qui n'en peut plus comporter des wagons.

5.º — Avoir une ambulance et un hospital monté à Ressano Garcia, avec des medecins militaires pour prendre garde de vos blessés, et les conduire à Lourenço Marques.

6.º — Ne pas donner des billets d'aller et retour, pour les personnes de votre territoire qui se présentent.

7.º — Conduire pour Lourenço Marques, accompagnés de soldats armés, vos fuiards après requisition du comandant militaire portugais, qui prendra leurs armes.

8.º — Couper la communication télégraphique de Ressano Garcia au Transvaal, parce qu'elle appartient à la Compagnie ZASM, qui a cessé d'exercer ses fonctions.

En plus je demande l'obligeance de ne pas mettre à moins d'un kilometre de distance de notre frontière le coton poudre et dynamite que vous avez à present plus près, parce que ça peut sauter et faire beaucoup de dégâts aux personnes et maisons de Ressano Garcia et du Chemin de Fer.

Agréez monsieur ma très haute consideration.

Ressano Garcia, le 19 Septembre 1900 (de manhã).

CARLOS ROMA MACHADO

Capitaine du Génie de l'Armée portugaise
Directeur du Chemin de Fer de Lourenço Marques
et des Traveaux Publics de la Province

A resposta a isto foi a entrada quasi imediata de todos os wagons com material de guerra e explosivos, que não

nos foi possível deixar de receber a não ser que com armas tal impedíssemos cortando a linha, o que faria ir pelos ares a região, materiais, e casas por completo. Ficámos nas melhores condições, devido a êste procedimento incorrecto e parecendo mais de inimigo, para entregarmos aos inglêses tôdas as armas, canhões, explosivos e cavalos, que foram pedidos quasi com intimação pelo consulado inglêz.

Esta carta foi por nós lida ao sr. Governador Geral, para o que, a-pesar-do serviço, viemos no meio da noite de 18 a Lourenço Marques, antes de ser passada a limpo. Com ela concordou, pois outra coisa não poderíamos ter feito, para tentar impedir que os nossos vizinhos Boers procedessem de modo a collocarem-nos na contingência de podermos ir pelos ares de um momento para outro com a explosão, o que por um enorme cuidado e um serviço de grande vigilância pudemos evitar. Verdade seja que os próprios boers não podiam fazer outra coisa. O que lhes valeu para evitar que as balas que de quando em quando vinham dos lados de Barbeton não pudessem provocar nestes vagons de explosivos uma fatal explosão, foi o facto de os combóios que os armazenavam estarem protegidos pela altura do lado sul que encobria a linha férrea desde a ponte de Komatie-poort até à nossa fronteira.

Os combóios a que nos referimos foram os seguintes:

Quartel General da Província

Requisita-se à Direcção do C. de Ferro a condução imediata dos vagons carregados com materiais de guerra, que atravessaram a nossa linha de fronteira, para Lourenço Marques. Quartel General Ressano Garcia.

23 de Setembro de 1900

O Chefe do Estado Maior

DOMINGOS S. S. BRANCO CAPITÃO

Está conforme com o original. R. Garcia, 24 de Setembro de 1900

O Chefe da Estação

G. PIZARRO

Material entregue pelo General Pienard em 22 de Setembro de 1900:

Vagons carregados com material de guerra — 16 (seguem os números).

Maquinas, duas (seguem os números), encerados, 2 com os números.

Material da Cruz Vermelha, 5 grandes carruagens (seguem os números). Em 23 de Setembro de 1900.

Material de guerra, 48 vagons (seguem os números).

Material da Cruz Vermelha, uma carruagem (segue o número).

Vagons de passageiros com bagagens, 4 vagons (seguem os números).

Encerados, 6 (seguem os números).

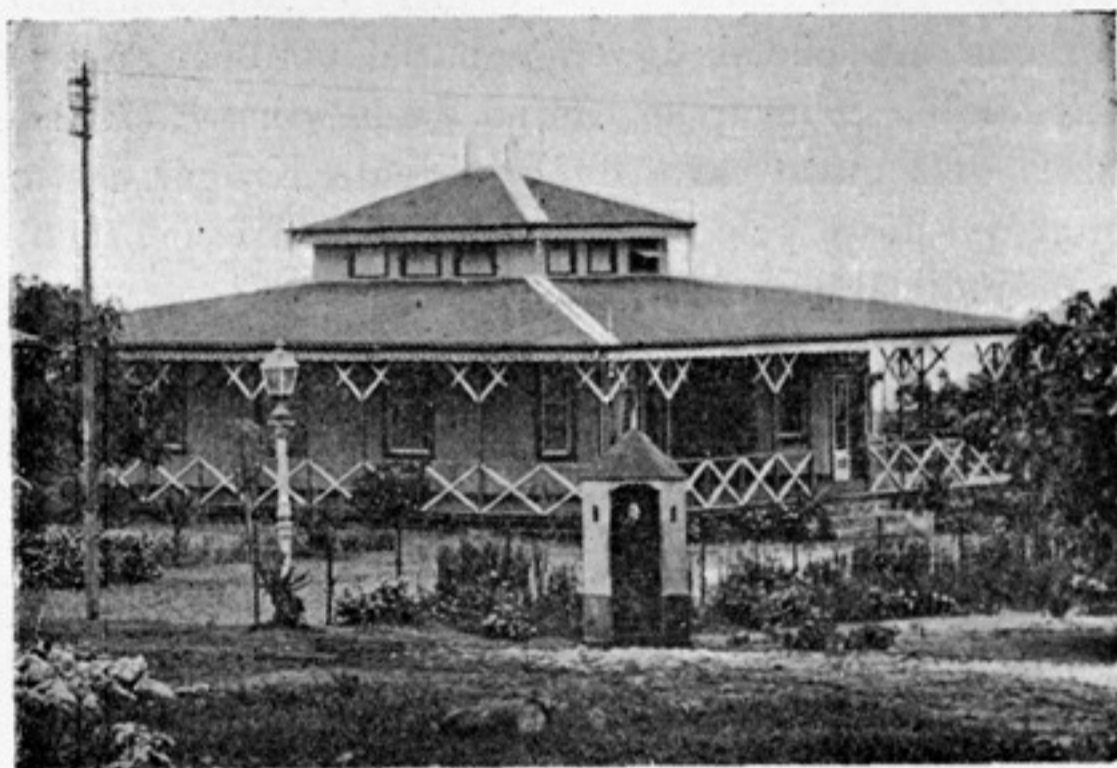
Máquinas, 2 (seguem os números).

O material era quasi todo da ZASM, excepto um vagon nosso, e outro do Cabo.

Êste material mandei-o, por ordem telegráfica do Governador Geral, para um desvio, e paiol feito à pressa no K-o 46, tudo que era armamento e explosivos. O resto veio para o terreno da ZASM, junto à estação de Lourenço Marques e bem assim os vagons que traziam cavalos, imediatamente desembarcados e entregues ao almoxarifado.

Os nossos soldados estavam muito animados, tinham a noção de que iriam servir para alguma coisa. Já se achavam enfadados de estar nos quartéis da Ponta Vermelha, onde tinham sido construídas, muito urgente e provisoriamente pelo autor, por ordem do Govêrno Geral, além de várias casernas, dois bungalós, um para secretaria e outro para *mess* dos officiais, que ainda há pouco lá estavam com poucas modificações, passados uns trinta anos. Tôdas as praças queriam trocar o serviço, para irem para os postos. Fraternalizavam os marinhas com os magalas, a camisa de alcaxa com o jaleco de brim, numa mistura

variegada de risos e ditos picarescos. Os marinhas, mais experientes em guerras de África, davam conselhos que os



Secretaria dos Quartéis da Ponta Vermelha construída pelas Obras Públicas. Serviu mais de 30 anos, até há pouco.



Mess de oficiais da Ponta Vermelha construída pelas Obras Públicas. Serviu mais de 30 anos, até há pouco.

outros ouviam atentos, e sem sombras de invejas ou emulações, numa fraternização que dispunha bem a todos.

Ao chegar, o major Seabra de Lacerda entregara, por ordem do Governador Geral e com officio do Governador do Distrito, uma carta para o director do Caminho de Ferro, que era official de engenharia, também ao serviço da expedição, ir levar ao campo de batalha e ao General Koetzer, uma outra carta do Presidente Kruger destinada a evitar que fôsse pelo ar a ponte de Komatie-poort, o que seria prejudicial acidente para todos.

Govêrno do distrito de Lourenço Marques.

Gabinete do Governador, 20 de 9 de 900

Meu caro Roma Machado

Vai uma carta muito importante, de combinação com o Governador Geral, Consul inglês e Kruger (cada um por sua vez, sem saberem um do outro) escrita pelo Presidente, dirigida ao General Koetzer, de grande vantagem para nós. O Presidente porém, deseja que o meu amigo Roma Machado, em quem êle já tem confiança, seja o próprio portador da carta, que aqui vai junta.

Portanto arranje-se de modo que a entregue em mão própria.

Seu amigo obrigado

ANTÓNIO JOSÉ MACHADO

Governador do Distrito

O referido official, obtido do general Pienard um salvo conduto, seguiu a cavallo, levando a carta no bôlso do dolman, bem resguardada. Sabendo do que se tratava, ia receoso não chegasse a tempo de evitar a explosão e o aniquilamento da ponte, a qual só com muita demora se poderia substituir por uma outra provisória, de madeira.

Se Koetzer não quisesse receber as ordens de Kruger, mas unicamente de Shalk Burger, que agora governava, talvez estivesse tudo perdido.

O espectáculo que no caminho se desenrolou à sua vista, era deveras curioso. Enormes montes de armas, Mauser, Martini e Lee, ardiam, dando por vezes estampidos de cartuchos rebentados. Alguns boers olhavam o oficial desconfiados. Mais adiante centenas de cavalos arreados pastavam a escassa verdura da margem do rio. Grupos de boers acorados, comiam apressados; tinham o fato rôto e esburacado, as caras sujas, com manchas de sangue. Na outra margem seguia uma longa fila de vagons carregados, para os quais muitos homens atiravam mantimentos a êsmo. Pienard disse ao oficial que Koetzer estava para lá do rio dos Crocodilos, pronto a marchar para o norte.

O oficial seguiu adiante, estonteado, com o forte cheiro a café e açúcar queimado, que empestava o ar, e, em breve, teve a explicação disso. Junto à linha, grandes montes de sacas de café ardiam, e sacas de açúcar ardiam também deixando escorrer uma enorme calda pelas valetas, como monumentais rebuçados. Os boers queimavam tudo que na sua fuga não podiam levar. Pretos dirigidos pelo célebre *fainéant* Ó Conard e alguns holandeses levavam em *trollys* caixas de dinamite para as avenidas da ponte que estavam já cheias de explosivos, tanto na parte superior, como nas encostas. A ponte tinha os fornilhos carregados também, e viam-se fios eléctricos, decerto em comunicação entre as espoletas e qualquer percutor Breguet.

Precedido por um boer a cavalo, para indicar o caminho, passou o oficial por cima destas perigosas caixas, resvalando aqui e acolá, até que conseguiu entrar na ponte. Escorregando por vezes na *passerelle* de ferro, conseguiu passá-la e achou-se na estação de Komatie-poort, cujo teto ardia. Aí descansou junto de um voluntário que se dizia conde austríaco, o qual lhe ofereceu almoço; e daí a pouco, o guia veio dizer-lhe que era preciso atravessar depressa o rio, se quisesse falar com o general. Passou um esquadrão boer, correndo a todo o galope para os lados da linha de Cilaty. Inúmeros boers deitavam fogo aos vagons que havia na estação e sob êles havia rails que já estavam em

brasa e torcidos. Ardiam pilhas de mantimentos de tãda a espécie, e umas quatro casas. Pouco depois ouviu-se um estampido. Era uma locomotiva que saltava com dinamite. O guia disse ao oficial que se dirigisse ao rio, e êste seguiu entre inúmeros carros boers, que iam para o vau carregados de farinha e outros mantimentos. De longe a longe parecia ouvir-se zunir do lado de Barbeton qualquer coisa que dava idéia de projecteis de artilharia. De repente o cavalo deu um grande salto e começou a coxear de uma perna; o oficial olhando, viu-lhe um buraco de uma bala numa nádega. De onde proviria? O cavalo nunca mais foi sossegado, tornando o montar muito inc modo e deixando escorrer um leve fio de sangue.

Quanto mais se aproximava do vau, maior era a confusão. Carros boers, homens, cavalos, tudo se dirigia para ali, atropelando-se uns aos outros em grande alarido; enfim, depois de meia hora de galope, chegava ao rio. Havia ali uns trinta carros carregados a quererem passar ao mesmo tempo. Zuniam pelo ar as chicotadas dos *drivers*, e os gritos estridentes dos boers, animando e chicoteando os bois. Êstes soltavam mugidos de dor, enterrando as patas na areia, fazendo enormes esforços para avançar.

Alguns carros, de rodas partidas, eram abandonados; noutros desatrelavam-se bois caídos de cansaço.

O boer f z sinal que era preciso atirar o cavalo   corrente, e  le, sem hesitar, começou a entrar na  gua. Pegou na carta e entalou-a por dentro do colarinho, junto ao pescoço, para evitar ser muito molhada, e avançou para o rio. Até que, perto do meio, o cavalo perdeu o p , mas o oficial l  foi avançando com  le a nado, até tomar p  na outra margem, num caniçal. O l do era muito, e custou-lhe imenso sair para a terra firme; estava totalmente empastado de lama. Do lado de l  do rio um dos carros seguia, puxando os bois da frente um que se afogou; era arrastado, prêso   corrente pelos canzis e pia as, que um *cow-boy* basuto tentava cortar.

Ainda andou uns vinte minutos pelo terreno que margina o rio na base dos Libombos. Aqui e acolá grupos de boers cosinhavam o seu parco almoço sentados no chão ao pé dos cavalos selados. Ao longe, num pequeno cêrro escaldado, divisou-se o General e seu Estado Maior, e alguns carros americanos puxados por duas parselhas de mulas cada um. Um pouco afastado dos outros e junto a um dos carros cheios de malas, o General estava sentado no chão. Perto dêle quatro homens de pé recebiam ordens; um dêles mais novo, parecia ser o ajudante.

O boer que acompanhava o oficial português, aproximou-se do General, disse-lhe a que vinha, e o secretário disse-lhe em inglês que entregasse ao General a carta.

Êste, depois de a ler, volveu ao português um olhar áspero; a meia voz conversou com os que o rodeavam, teve um gesto de desespero, amarfanhou a carta. Mas depois voltando-se para o oficial, disse, em boer, que o ajudante traduziu que descansasse enquanto êle escrevia a resposta; e mandando vir um banco de campanha, ofereceu-lhe a seguir um cálice de cognac.

Ditou duas cartas. Uma para o General Pienard, que entregou ao boer que seguiu à desfilada; levava ordem para suspender a explosão da ponte com dinamite. A outra para o oficial enviar ao Presidente Kruger. Quis o oficial retirar pelo mesmo sítio, mas só lhe permitiram retirar pelos Libombos, perto da portela do Sabié. Teve assim que passar duas vezes entre patrulhas boers da montanha, onde por pouco não correu perigo de receber uma bala dos soldados de Koetzer desconfiados e famintos, que depois de êle ter gritado «*Portuguese officer*» e o terem reconhecido, como tal, lhe pediram água e todo o comer que levava. Deixaram-o depois passar a fronteira conseguindo chegar a Resano Garcia cêrca das 6 horas da tarde, entregando ao Chefe de Estado Maior a carta para Kruger.

O dia 21 passou-se no grande silêncio que precede muita vez os grandes acontecimentos. Reforçaram-se os postos portugueses da fronteira, puseram-se mais bandeiras;

fizeram-se vários combóios com fugitivos retardatários do Transvaal. Veio a noite, ouviam-se explosões de quando em quando, gritos estridentes de animais que parecia estarem matando, e um grande clarão de incêndio. Dos altos divisavam-se fileiras de vagons a arder, e, de quando em quando, um ou outro fazendo explosão.

Magotes de voluntários entravam a fronteira, atirando as armas para os grandes montões delas, que havia aos lados da linha; vinha pelo ar um acre cheiro de café e açúcar queimado. Eram as sacas de café e de açúcar que ardiam.

No dia 22, às 4 da tarde, o comandante Grobler vem pedir licença para entrarem a fronteira os vagons para cá de Komatie-poort. Viera para isso acompanhado de um velho, de grandes barbas, que segurava uma lanterna apagada. Chegavam sôltas verdadeiras manadas de cavalos completamente arreados, que se estenderam a pastar na borda do rio, em frente da estação. Arranjou-se um combóio para os enviar para Lourenço Marques. Estavam tão acostumados a entrar nos vagons que mesmo alguns saltaram do chão para êles. Muitos eram cavalos bons, salgados, outros mostravam enormes assentaduras.

Às 8 da noite, o General Pienard e o seu Estado Maior, vem à fronteira pedir para conferenciar com o chefe do Estado Maior da Província. E, indo à sua presença, declarou-lhe que se não podia manter em Komatie-poort, e que dia seguinte começaria a retirar com as suas fôrças, para o território português, à excepção de uma fôrça de 250 homens, que se internaria pela portela de Sabié mais ao norte.

Seriam 9 da noite quando a sentinela do posto da fronteira junto à linha, deu o sinal de que vinha avançando uma massa negra, muito exquisita, acompanhada por muitas luzinhas que pareciam pirilampos, e trazendo à frente uma grande lanterna, que se movia à direita e à esquerda. Não parecia um combóio com máquina à frente; ouvia se o som dos rodados sôbre os rails, longínquo, mas monótono, e

como abafado. Ao aproximar-se parecia uma enorme centopeia, com milhares de pernas oblíquas, soltando gritos de esforço para avançar bem lentamente. A massa negra aproximou-se; e viu-se o vulto de um velho de barbas brancas balouçando a enorme lanterna, e dizendo ao oficial que estava de serviço na fronteira «sixteen wagons with shells powder and dynamit».

E a grande massa ia entrando empurrada dos dois lados por homens de sacolas às costas, e que, à luz da lanterna, se viam ser de raça holandesa.

«More again», disse o velho e retirou-se.

Passada uma hora, de novo surgiu o velho à frente de outra centopeia. Esta agora tinha uma máquina apagada no meio. Ao aproximar-se via-se que os homens faziam grande esforço para empurrar o conjunto.

«Guns and shells, powder and one engine» disse o velho.

E os pobres homens depois de parar o combóio lá se foram buscar outro. E assim entraram tôda a noite estas centopeias, que se iam arrumando nas vias de resguardo da estação, que havia ainda livres. Eram quinze wagons de caixas de dinamite misturados com sacos de farinha; 18 wagons com pólvora prismática, alguma a granel; eram 17 wagons com carabinas de vários feitios, predominando as Mausers, granadas com bala, e algumas bôcas de fogo de tiro rápido, de 7 1/2 centímetros. Ao todo 79 wagons; até que amanheceu.

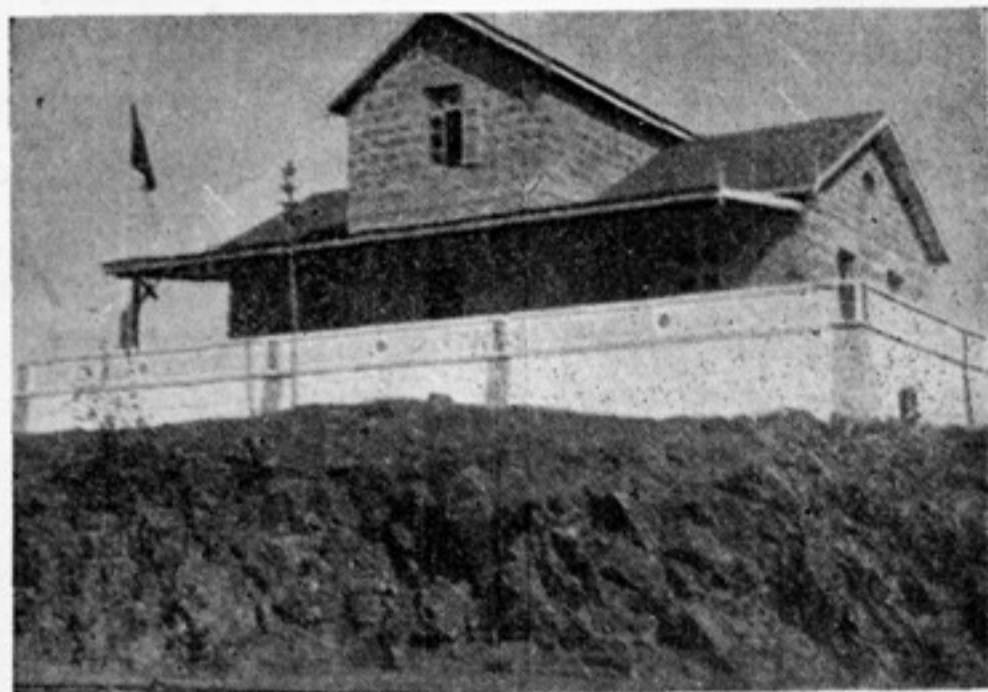
Logo ao amanhecer do memorável dia 23 de Outubro de 1900, alçando os olhos, estremunhados de tantas noites sem dormir, pela estação, o espectáculo que se desenrolava à nossa vista era curiosíssimo, pois, num caos inexcedível, viam-se wagons com farinha em sacos, dinamite em caixas, café, malas e armas a saírem dos wagons; balas de grandes e pequenos calibres, caixas de mantimentos, carros boers em cima de wagons, carros americanos em cima de carros boers; enfim, um *mare-magnum* de coisas sem nexos. Mais perto, no chão, um rasto preto e branco, em frisante con-

traste, ladeava um grupo de 5 vagons de plataforma rasa, dos quais pendiam sacos abertos, que, pela aparência, fizeram dar o alarme. Era pólvora misturada com farinha, que dêles fôra caindo pelo caminho, durante a noite. Bastaria uma ponta de cigarro para fazer ir tudo pelo ar com a enorme explosão de muitas toneladas de pólvora e dinamite. Correu-se logo a dar ordem para ninguém fumar.

Chegou à frente dos vagons a primeira das oito máquinas que havia prontas a marchar. Vinha descendo a encosta a primeira das escoltas de soldados, que devia policiar cada combóio de material de guerra.

Na estação apenas havia livre o mínimo espaço para as máquinas poderem manobrar. Os primeiros combóios a sair foram os da pólvora e dinamite. A seguir foram, durante todo o dia, os restantes, com material de guerra, homens e munições de bôca. Entre o grupo de refugiados que se encontravam na estação, via-se, além do comandante Grobler, o Conde austríaco, cujo nome nos não recorda e se dizia irmão de uma *nurse* da Cruz Vermelha. Loiro, alto, espadaúdo, com bolsos repletos de charutos e um kodak a tiracolo, em mangas de camisa e suspensórios; e um célebre holandês, em camisa, com um lenço encarnado ao pescoço, botas altas e um chapéu de sol aberto. Era tão alto que se destacava perfeitamente por sôbre a turba que se apinhava na estação. Entre os combóios que seguiam, ao formar-se aquêle a que correspondiam os vagons de plataforma com a pólvora a cair dos lados, coube-lhe uma escolta de artilharia e infantaria. Como para todos, entregava-se ao sargento uma guia com o número dos vagons e a designação aproximada do que cada um continha. Os soldados saltavam para cima dos oleados que cobriam os vagons abertos e outros iam à porta dos furgões. Para um dos primeiros, que era um vagon sem borda, sôbre o qual ia um grande carro boer sem toldo, subiu um desembaraçado cabo de artilharia. Para se fazer ideia dêste caos, diremos que a carga dêste vagon era assim disposta: sôbre a plataforma e segurando as rodas do carro, uma fiada completa de

caixas cheias de dinamite; sôbre estas uma outra de sacos de farinha, e, sôbre êstes, uma fiada de sacos de pólvora prismática, que se ia a espalhar pelo chão e a custo se mandou acondicionar melhor. Seguia-se a plataforma do carro boer, sôbre o qual ia mais farinha, com mais caixas de dinamite, com pólvora prismática à mistura, e, sôbre tudo isto, um pequeno oleado que não teria mais de 4 m. por 3 de largura. O cabo pavoneava-se sentado sôbre o oleado, quando o Conde austriaco lhe atirou com um charuto. Depois do



Edifício feito pelas Obras Públicas para residência dos comandantes das fôrças em Ressano Garcia; hoje, secretaria dos negócios indígenas.

combóio estar a andar, vimos o cabo acendê-lo e deitar dêle grandes fumaças. Foi um momento de horror. Fizeram-se-lhe sinais, e, depois de um bocado, quando o combóio começava a andar mais depressa, afinal apagou-o. Deu-lhe bastantes dias de castigo esta façanha, mas mostrou ser bem valente.

Às 10 horas ouviu-se uma grande explosão, para lá da fronteira, com um estrondo atroador, fazendo tremer o solo; sibilavam estilhaços por sôbre a montanha, caindo perto. As paredes de alvenaria, da casa da fiscalização dos indígenas, construída pelo autor, e que serviu de Quartel

General à expedição do Major Seabra de Lacerda, e, mais tarde, à do General Venceslau Teles, abriram fendas, e uma chaminé da fábrica de álcool oscilou bastante, a olhos vistos. Uns diziam ser a ponte de Komatie-poort que ia pelo ar; outros, que era uma grande granada inglesa rebentando sobre caixas de dinamite; ninguém sabia ao certo, mas em breve se teve a resposta.

Ouviu-se o silvo de uma locomotiva; appareceu um combóio na fronteira, dando o Chefe do Estado Maior ordem para poder entrar, o que fêz, parando no meio da estação. Era composto de duas carruagens, alguns furgões e bastantes vagons abertos; vinha cheio de burguers entoando hinos e sem armas. Num dos furgões appareceu o General Pienard com o seu Estado Maior; aparentavam tristeza e desânimo. Êste disse que os ingleses estavam muito perto; que as forças d'êle estavam indisciplinadas, que não podia resistir mais e se entregava nas nossas mãos. Disse ainda que tinha feito saltar com dinamite a célebre *Long Town*; que tantos combates tinha dado contra os ingleses e pouco depois um grande paiol com munições. Que ia entrar a fronteira segundo as ordens do General Koetzer, o qual seguira para o norte, atravessando o rio dos Crocodilos.

Quando o General acabava de pronunciar estas palavras, appareceu noutro furgão uma figura única, excepcional, que para sempre nos ficou gravada na memória. Era o célebre *fainéant* irlandês Ó Conard. Alto, de cabelo castanho caído até aos ombros, cabeça descoberta, e botas altas, em mangas de camisa, cara e mãos negras da pólvora, e olhos chamejantes.

«Hurrá!» gritava êle, «fui eu que fiz saltar a *Long Town*; não tínhamos gente nem tempo para a trazer, fizemo-la saltar. «Hurrá!» *come have la drink!* gritava para os officiaes portuguezes, que o olhavam admirados de tanta exaltação: e oferecia garrafas inteiras de Champagne.

Era já quasi noite; o combóio seguiu para Lourenço Marques, levando os últimos defensores militarizados, da grande guerra, que pugnavam do lado dos boers, e alguns

feridos ingleses. Perto de nós o Pendão das Quinas, a antiga bandeira portuguesa azul e branca, como um pedaço do céu, anunciava a uns e outros o descanso recíproco de longos meses de fadigas e de luta.

A estação ficava em completo sossêgo, e as nossas atenções voltavam-se para os lados de Komatie-poort, onde de um momento para o outro deviam aparecer os ingleses.

N. B. — Em 29 de Setembro de 1900, datada de Lourenço Marques, Ponta Vermelha, recebi do General Pienard a seguinte carta:

Son Excellence Machado Directeur du Chemin de Fer de Lourenço Marques.

Selon et en accordance avec votre requête, je suis entré dans cette colonie appartenant au royaume du Portugal. Les circonstances vous sont bien connues, aussi le fait qu'il y avait un wagon plein de choses appartenant à moi et à ma femme. De ces choses nous n'avons retrouvé qu'à plutôt la moitié. L'autre moitié est disparue. Madame ma femme avait chez elle une grande quantité de comestibles, mais le chef de Station ici, refuse de les livrer. C'est pourquoi je vous prie pour votre aimable assistance les articles en question, constant de (segue a relação das coisas de comida) (e termina dizendo) Madame mon épouse les a achetés elle-même, et en conséquence ne peuvent pas être considérés contrebande de guerre.

J'ai l'honneur de me nommer, Monsieur, Votre Humble serviteur

J. Pienard

General

Desta carta parece depreender-se que fui eu que lhe pedi para entrar na nossa fronteira, quando pelo que já está escrito se vê que foi ao contrário. A minha carta não pedia que entrassem, mas que pusessem as coisas que podiam explodir, mais longe ainda do que estavam, para não haver

perigo de explosão em Ressano Garcia. Quanto às coisas de comer que pedia, foram-lhe entregues depois que fiz ver ao Governador do Distrito não serem contrabando de guerra.

V

A CHEGADA DE LORD KITCHNER E SEU EXÉRCITO A KOMATIE-POORT

No dia 24 de Setembro de 1900, às 7 horas e 45 minutos da manhã, avistaram-se, no pôsto n.º 3 da fronteira, os exploradores ingleses, entrando em Komatie-poort. Às 9 horas e 45 minutos avista-se um grande comando inglês, a cerca de 4 milhas ao longe, do lado sul da linha férrea.

Pelas duas horas, pouco mais ou menos, chega junto às agulhas fora da fronteira, em Ressano Garcia, uma patrulha comandada por um oficial inglês, que pergunta ao oficial comandante do nosso posto principal, se não havia mais boers ali.

Era a extrema guarda avançada da ala esquerda do exército de lord Kitchner. O oficial tinha pouco mais atrás mandado alguns soldados atravessar o rio Incomati, e uns 6, de cada lado do rio, caminhavam com precaução. Ao aproximarem-se do nosso pôsto, ainda vinham com muito cuidado, olhando à direita e à esquerda. A quantidade de poeira que os cobria era tal, que apenas se divisavam distintamente os olhos azuis muito fixos para a frente. Por fim chegaram perto de nós.

Lord Kitchner avançava de Barbeton para Komatie-poort à margem do Incomati, na planície a sul do rio dos Crocodilos. (Komatie em boer, Incomaty em inglês).

Na margem direita do rio Incomati a ala direita comandada pelo general Paul Careu avançava encostada aos Libombos, vindo das alturas da Matalha e da frente da Namaácha ao largo. A ela pertencia a fôrça indicada; e ao

norte com a ala esquerda, aproximava-se o coronel Hamilton, pouco depois feito general, entre o rio dos Crocodilos e os montes da fronteira portuguesa.

Na resposta do nosso oficial ao oficial inglês, que perguntava se não havia mais algum boer ali, houve um pequeno qui-pro-quo, de que muito rimos, pois o oficial dizia vir da parte do General Paul Careu pronunciando Careu como Kru, ao que o tenente do nosso posto retorquiu, em inglês, que não podia ser, pois Paulo Kruger, já tinha entrado a fronteira havia muito, e não havia mais boers no Transvaal. Riso significativo do oficial, que insistiu que o seu general era Paul Kru, e depois de muitas perguntas e respostas, veio a saber-se a verdade, do que todos riram muito.

Pouco depois, vindo também encostado ao rio Incomati, chegava a vanguarda de Lord Kitchner igualmente cheia de poeira. E o oficial comandante ao ver a bandeira portuguesa gritou: «Aho! portuguese flag, no more boers hear, hip, hip, hurrah!». Pelas 12 horas o general Paul Careu ocupava Komatie-poort, tendo parte das suas forças atravessado o rio, depois de uma extensa marcha seguida, desde a parte sul de Barbeton.

Nessa mesma tarde o oficial inglês Captain Krukchank, veio da parte de Lord Kitchner, procurar o Director do Caminho de Ferro Português, afim de saber os termos em que se podia fazer o serviço combinado para a condução de feridos e tropas para Lourenço Marques. E muito especialmente para estabelecer as comunicações telegráficas, cortadas pelos boers, entre o Quartel General de Komatie-poort e o pôrto; e pedindo para serem utilizados até Komatie-poort os vagons e máquinas portuguesas, visto os do Transvaal estarem completamente descarrilados e inutilizados, serviço êste que o Governador Geral autorizou.

No dia 25 de manhã, o General Paul Careu apareceu na fronteira, nas alturas a sul, e foi convidado pelos nossos oficiais a visitar os postos e forças portuguesas, cujo aprumo muito elogiou, convidando por essa ocasião os oficiais a

ir ao seu acampamento no dia 28, aniversário dos nossos reis.

O General, a quem foram prestadas tôdas as honras devidas ao seu pôsto, esteve examinando as armas Kropatscheck e Manliker, que apreciou, e a ver fôrças de infantaria e marinha da nossa guarnição, prestando tôdas as honras à nossa bandeira. Pediu em seguida aos oficiais que, se fôsse possível, lhe obtivessem 3.000 forragens por 3 dias, pois não se encontrava em Komate-poort nada para sustento dos seus cavalos. Houve entre o General e os oficiais portugueses larga conversa, com respeito à Campanha, referindo-se também o mesmo General com muito affecto, ao seu amigo o Marquês de Soveral. Retirou-se agradecendo de novo a incumbência das forragens, que foram imediatamente autorizadas e enviadas por ordem do Governador Geral.

No dia 25, às 10 horas, vinha de Lourenço Marques um tenente de artilharia, empregado no Consulado Inglês, o qual foi à presença de Lord Kitchner, acompanhado pelo Director do Caminho de Ferro Português, que ia levar a Lord Kitchner as respostas do Governador Geral.

Lord Kitchner tinha acabado de chegar e, completamente coberto de poeira, passeava na plataforma da estação de Komatie-poort, vendo embarcar para Hectors-pruitt um combóio com tropas.

Ao longo do Incomati e a juzante da ponte viam-se centenaes de soldados ingleses, banhando-se. Do lado de lá da ponte ouvia-se o toque da clássica gaita de foles dos Highlanders e Scots-guards, e, na fileira das barracas do seu acampamento, os músicos marchavam em tórno das cantinas onde se cosinhava o rancho.

Mais adiante inúmeros carros boers puxados a mulas e a bois agrupavam-se num largo. Era um trem de munições de bôca que chegava. Junto à ponte, um trôço de tropas de engenharia restabelecia o telégrafo e diligenciava fazer funcionar uma bomba partida pelos boers, para alimentação do tanque da água das máquinas do caminho de ferro.

A estação de Komatie-poort, sem teto, ainda fumegava em virtude do incêndio; apenas tinham ficado as paredes e o alpendre muito estragado.

O movimento da estação era enorme. Lord Kitchner assistia ao primeiro embarque das tropas, acompanhado pelo seu Estado Maior e pelo General Paul Careu; eram aclamados pela multidão. Apresentado pelo oficial inglês aos dois Generais, o oficial português entregou a Lord



Dois dias depois da chegada dos ingleses, um combóio militar, seguindo para Hectorspruitt. Vê-se na plataforma o General Paul Careu, em mangas de camisa, assistindo ao embarque dos soldados.

Kitchner as suas mensagens, aproveitando o Lord a ocasião para fazer o elogio do Governador Geral Sir Joaquim José Machado, nomeado *Sir* pelo Govêrno Inglês.

O grande General, de fato de kaki de lã e képi, estava ainda coberto de pó da marcha. Falou-lhe num francês correctíssimo e perguntou de quantos homens se compunha a guarnição de Ressaño Garcia, que os seus oficiais já tinham elogiado pelo aprumo. Fêz algumas perguntas àcerca da nossa fronteira, do serviço telegráfico, que já tinha mandado montar de novo, por uma companhia de

telegrafistas, ligando a estação de Ressano Garcia ao Quartel General.

Pedi ao oficial português que enquanto não tivessem vagons disponíveis, viessem os do Caminho de Ferro português a Komatie-poort. E convidou-o obsequiosamente para o primeiro almoço, no seu quartel, que era uma pequena casa à retaguarda, que em parte tinha escapado ao incêndio.

Pelo trajecto, que fizeram juntos, divisavam-se soldados carrilando vagons, alguns dos quais tinham ainda o incêndio ateado.

À porta da casa que lhe servia de quartel, uma sentinela de Royal Scotsguards apresentou aprumadamente as armas.

A mesa do almoço estava montada na varanda. Era ela uma grande caixa vazia, de fundo para o ar; as cadeiras, caixas de rancho. O General, sacudindo o muito pó de sobre a sua farda, apenas se lavou à pressa, num lavatório de campanha, e, dizendo ao oficial que tinha tanto que escrever que só podia mais tarde pensar no seu banho, começou o almoço durante o qual ficou combinado o serviço do Caminho de Ferro, do Telégrafo, do transporte de feridos, das subsistências que tinham de vir de Lourenço Marques. Numa conversa animada, rápida e concisa, terminou referindo-se muito ao marquês Soveral, seu amigo. Discutiu a colocação dos quartéis, perguntando a êsse respeito e por causa das febres a opinião do oficial português; disse que pensava em colocar os abarracamentos dos quartéis nas encostas, para ficarem mais longe das ferroadas dos mosquitos.

Finda a conferência, com o primeiro almoço despediu-se o oficial de Lord Kitchner, que o mandou acompanhar à estação pelo seu ajudante.

Esperava-o na estação o trolley, e o mesmo oficial inglês, empregado no consulado, com quem viera.

De volta a Ressano Garcia, seguindo de vagar, encontraram dois repórteres de importantes jornais ingleses que se dirigiam, de kodak e binóculo a tiracolo, para Ressano

Garcia. Ao passarem disseram ao oficial inglês, com um riso de mofa (sic): «Vamos ver na fronteira os mulatinhos portugueses» (half cast).

O oficial português riu-se para êle, ufano, porque sabia bem que entre as duas tropas não havia grande diferença no aprumo e na côr. Êste repórter, mais tarde, encontrando o oficial português em Ressano Garcia, veio pedir-lhe desculpa do dito, e dizer-lhe que estava deveras surpreen-



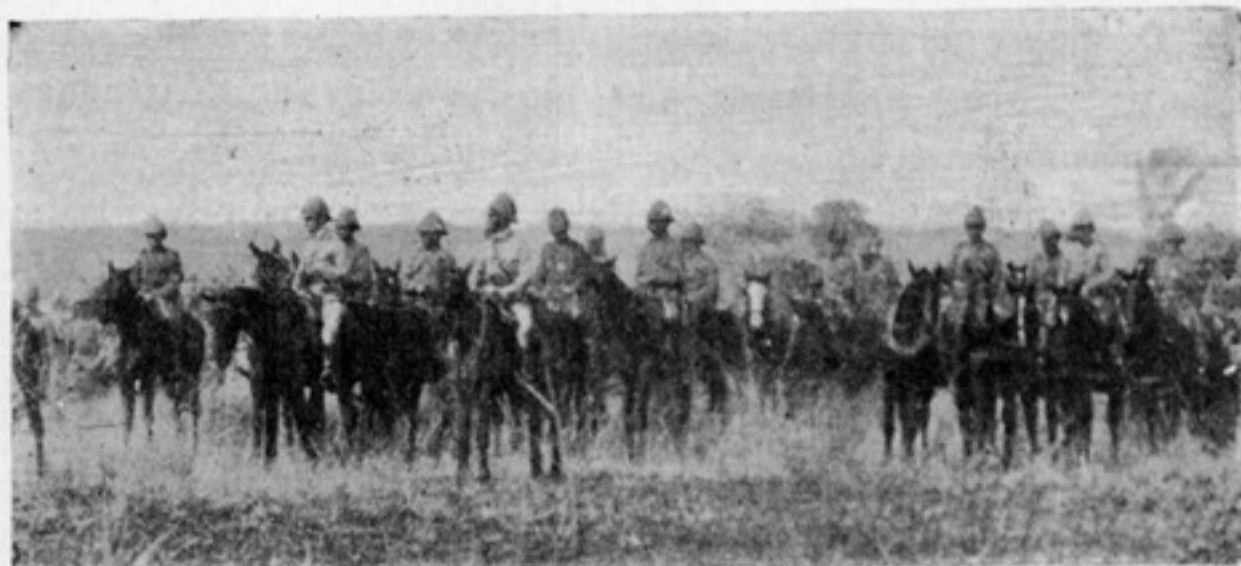
Um pôsto do exército inglês na fronteira dos Libombos, perto e a sul de Ressano Garcia.

dido pela maneira distinta como as nossas tropas se mostravam. E não dizia mais que a verdade.

No dia 28 de Setembro, às 10 horas da manhã, recebia o director do Caminho de Ferro Português um amável convite do General Paul Careu para assistir à parada da sua divisão em honra dos Reis Portugueses, por ser o dia do seu aniversário. Mas os muitos afazeres oficiais impediram-no de comparecer, pois nesse dia tinha outra conferência com Lord Kitchner.

Juntamente com os outros oficiais da expedição portuguesa, convidados, seguiu para Komatie-poort o director do Caminho de Ferro Português; êstes dirigiam-se ao acampamento do general Paul Careu.

Segundo o relatório do comandante da expedição, Major Seabra de Lacerda, a cerimónia passou-se do seguinte



Artilharia da guarda avançada do General Paul Careu ao chegar aos Libombos, ao sul de Komatie-poort e pouco a norte da portela da Matalha.

modo: À entrada do acampamento esperava-os o General inglês para passarem revista aos seus 8.000 homens.

As tropas estavam assim dispostas: Na direita uma



O grosso e artilharia da guarda avançada do General Kitchner ao chegar a Komatie-poort.

bateria a cavalo, a seguir dois regimentos de infantaria montada, a estes seguiam-se dois regimentos escoceses de infantaria da guarda, um grupo de baterias de campanha,

uma bateria de sítio, com duas peças de marinha e duas de sítio, sendo os grandes canhões puxados cada um por 12 juntas de bois. As tropas formavam em linhas de colunas de regimentos, cada regimento com dois batalhões contíguos; viam-se Irish guards, Royal guards, Highlanders, Scotch guards, London guards, artilharia, infantaria e infantaria a cavalo.

Os nossos oficiais de artilharia examinaram detidamente as peças. Depois foram postar-se todos os oficiais no meio



Revista passada em Komatie-poort pelo General Paul Careu aos seus 8.000 homens. Vêem-se as duas bandeiras portuguesa e inglêsa, perante as quais desfilaram as tropas. Fotografia oferecida pelo Sr. Adriano Maia, que assistiu a esta parada com muitos oficiais portugueses.

do campo, onde estavam dois postes com as bandeiras das duas nações entrelaçadas, a portuguesa à direita da inglêsa. A um sinal dado foi desfraldada a bandeira portuguesa, e as fôrças apresentaram armas, tocando-se o hino nacional português. Seguiu-se a mesma formalidade com a bandeira inglêsa. Então, dirigindo se todos ao flanco direito, viram desfilar as tropas que, como sempre, iam no máximo aprumo, e com a firmeza de marcha que dão longos meses de campanha. O major Seabra de Lacerda agradeceu em nome de Portugal a imponente manifestação.

Finda a cerimónia, o General Paul Careu, seguido de alguns oficiais e de um pelotão de cavalaria de escolta, veio

a Ressano Garcia saüdar a nossa bandeira, e, sendo cumprimentado com a salva de estilo, passou revista aos nossos 400 homens em parada, que se apresentaram com um aprumo e asseio inexcedíveis, sendo muito elogiados pelo General que num improvisado *speech* frizou a amizade que ligava os dois países, de há longos anos aliados.

Retirou-se, depois de ser de novo saüdado, notando bem o nome dos dois primeiros oficiais portugueses que conhecera; e, passadas duas horas, mandou de presente 15 caixas de cerveja para as nossas tropas e 15 garrafas de Champagne para os oficiais brindarem à saúde de SS. MM.

Foram três oficiais nossos ao campo inglês agradecer tão amável gentileza e, no dia seguinte, o Major Lacerda mandava ao general inglês 10 caixas de vinho do Pôrto *Lacrima Christi*, que se requisitaram imediatamente a Lourenço Marques.

Assim se passou a cerimónia, que foi a síntese da nossa moderna e durável aliança.

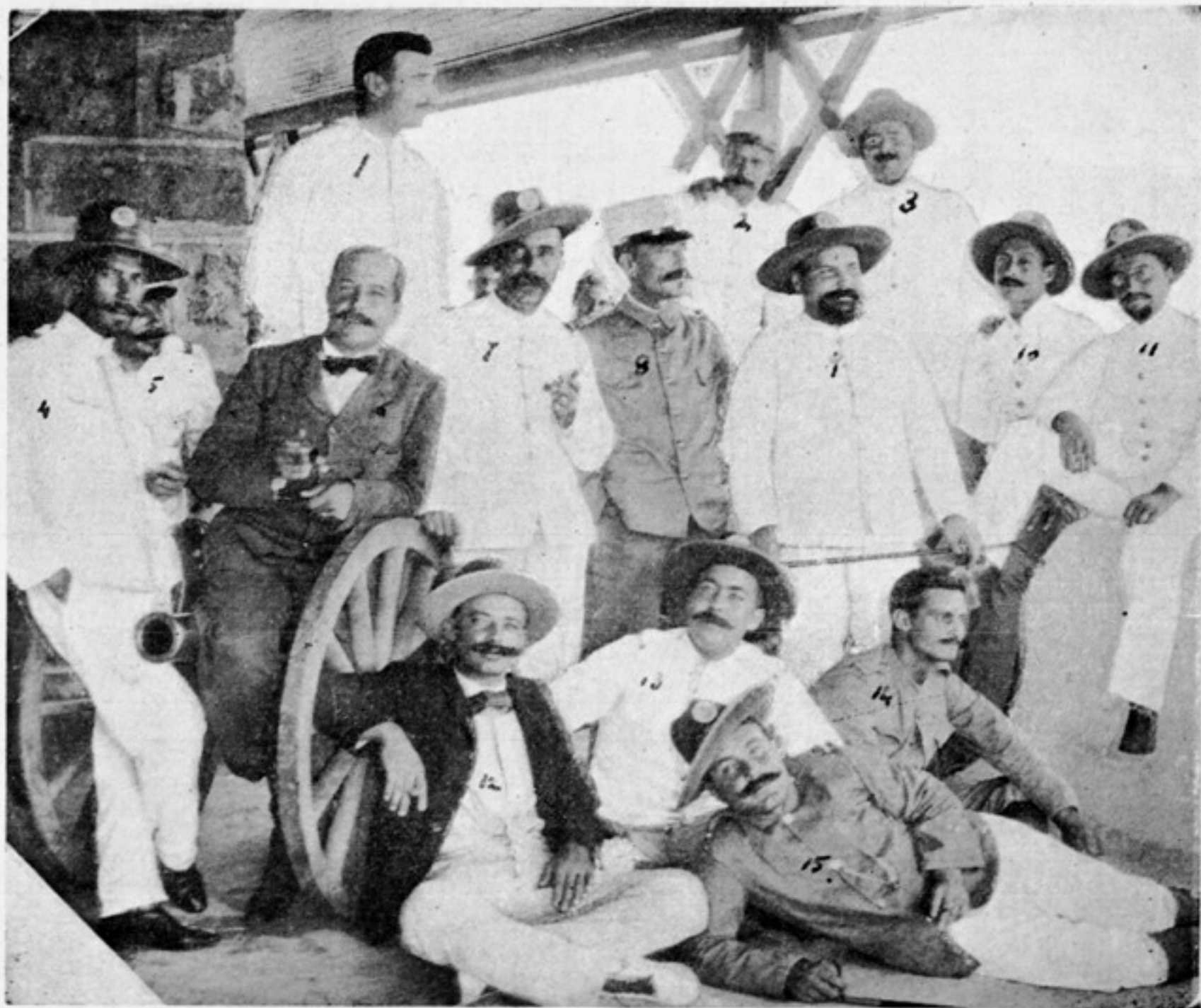
O director do Caminho de Ferro, oficial de engenharia, cujo dever o impediu de assistir a esta emocionante manifestação, depois de meia hora de conferência com o General Kitchner, sôbre assuntos oficiais da parte do Governador Geral e depois dêste Lord lhe ter feito muitas mais perguntas sôbre a salubridade dos Libombos e sôbre o Caminho de Ferro, foi convidado pelo Estado Maior do Coronel Hamilton para almoçar.

Numa alegre palestra de rapazes finos, valentes e espi-rituosos, se passaram as horas até às 3 da tarde. Depois foi despedir-se do grande General, de quem levou, para sempre, gravada no seu ânimo, uma saüdosa recordação, a qual permaneceu, apesar-das grandes diferenças de vida dos dois: tendo sentido profundamente o terrível acidente naval que na sua viagem marítima à Índia como Governador Geral fêz morrer numa terrível explosão propositada tão grande herói.

N. B. — Termino êste capítulo relatando uns factos que se passaram na fronteira de Ressano Garcia mais tarde. Depois de ter retirado de Komatie-poort o exército inglês, ficando apenas ali um pequeno destacamento, continuou ainda em Ressano Garcia, até à sua retirada para Lisboa com o General Venceslau Teles, um destacamento mixto de artilharia, cavalaria e infantaria, para policiar a entrada do Caminho de Ferro em território português, por onde sempre vinham alguns viajantes de categoria, e mesmo outros que era necessário policiar.

Nos fins do mês de Dezembro de 1900, uns dias antes de seguirmos para o estudo dos postos de fronteira a norte do Incomati, e já depois de entregue ao seu director efectivo o meu serviço no Caminho de Ferro, fui despedir-me dos officiaes que estavam com a sua fôrça em Ressano Garcia, tendo sido convidado a almoçar com êles. Tirámos depois esta má fotografia que passados 41 anos veio a servir para a fotogravura presente. Nela estão comnosco os 14 officiaes dêste destacamento, alguns dos quais não seguiram para Lisboa então. Entre êles vêem-se os Srs: 1.º o Capitão Jorge Perestrelo Velosa Camacho, meu grandé amigo; herói que foi, posteriormente, das Campanhas do Barue e do Mataka, e mais tarde vítima de um terrível assassinato, feito pelos facínoras do 19 de Outubro, no Terreiro do Paço.

Os números 2, 3, 4 e 5 eram officiaes de infantaria 8 cujos nomes me não recordam. O n.º 6 a minha pessoa. O n.º 7 o Capitão Côrte Real, do mesmo regimento de infantaria. O n.º 8 o Major Passos e Sousa, que era comandante da expedição que ficou ao serviço, depois da retirada de parte das fôrças do General Teles. Foi um dos combatentes, com Mousinho, em Macontene, e mais tarde comandante das fôrças em serviço nos postos da fronteira. O n.º 9 era o Tenente de artilharia Júlio Octávio do Rêgo Chagas, destemido official, que infelizmente, vitimado por uma biliosa, não pôde seguir comnosco para o norte do rio Incomati, regressando a Lisboa. O n.º 10 era o médico



Os oficiais do destacamento de Ressano Garcia em fins de Dezembro de 1900 depois de um almôço por êles dado ao autor.

do destacamento de nome, creio eu, Teles. O n.º 11 o tenente de artilharia João Carlos Côrte Real Machado, que tinha feito comigo o serviço da fronteira a sul do rio Incomati. O n.º 12 o mais tarde coronel de cavalaria, Alberto Bivar de Sousa, meu amigo que anos depois vim a reconhecer quando comandava o Regimento de Lanceiros em Belém. O n.º 13 o hoje coronel da reserva José Augusto Rodrigues. O n.º 14 o hoje coronel José Estêvão Cacela Vitória Pereira, igualmente meu amigo, com quem fiz alguns passeios à volta de Ressano Garcia, e seguiu para Lisboa com o General Teles. Êste oficial é hoje insigne desenhador e construtor de mapas em relêvo, e azulejos que bem notáveis foram na exposição de Paris de 1931, e em outras posteriores. O n.º 15 o tenente veterinário Braz Serra. Foram os meus dois amigos os coroneis Vitória Pereira e Bivar, que me ajudaram a lembrar quasi todos êstes nomes, de companheiros de África, e mais o que segue.

Em Dezembro de 1900, o então tenente de Cavalaria Alberto Bivar de Sousa, por ordem do Estado Maior português foi em reconhecimento à fronteira do Transvaal, para ver o local em que os Boers, com bilhete de residência passado pelo Governador do distrito de Lourenço Marques, tinham na fronteira estabelecido um Kraal para guardar bois. Êstes boers foram atacados por uma patrulha inglesa, que atravessando a nossa fronteira matou um deles, fugindo outros dois para Lourenço Marques, a protestar por tal acto ao govêrno português, ao qual fizeram uma reclamação, que foi enviada para o comando dos ingleses na África do Sul. Diziam os boers estarem internados em território português, fora daquêle país.

Foi resolvido por aquêle Govêrno e autoridades inglesas, saber se, ao certo, o referido local estava ou não em território do Transvaal, ou no nosso território. Nomeou-se uma comissão composta da parte do Govêrno português por dois oficiais, o referido tenente Bivar de Sousa e o tenente veterinário Fajardo, e pelo lado inglês por dois oficiais do Estado Maior de Kitchner, que deviam vir ao nosso ter-

ritório para acompanhar os outros dois, a ver o local exacto onde estava. Dirigiram-se os officiaes portuguezes ao Comando Militar de Komatie-poort para verem em que lado estava. Encontraram-o dentro do nosso território e a sul, um pouco, do local que os boers tinham indicado, perto da Matiquana, e do seu pôsto, onde os boers tinham um acampamento. Os officiaes portuguezes a cavallo atravessaram o rio Sabié a nado, pois a cheia tinha impedido que houvesse nesse local uma passagem a vau. Esperaram alguns dias os do Estado Maior inglêz, que nunca compareceram, e communicado o facto ao General Kitchner, êste mandou pagar ao Govêrno portuguez, e portanto aos boers, a indemnização que êstes tinham pedido, por esta morte e transgressão; uns 40 contos de réis. Enorme talvez devia ter sido o castigo que Kitchner daria aos seus subordinados, por não terem cumprido as suas ordens, ríspido e autoritário como êle era (ou talvez tal não fizesse, por demais saber a verdade, e por isso teria deixado de enviar os officiaes). Êste facto e outros idênticos, foram o motivo principal pelo qual o Governador Geral da Província, e seu Estado Maior, ordenaram em Fevereiro de 1901 o estudo e construção dos postos militares, a que mais adiante nos referimos. Êste facto do Kraal dos bois organizado pelos boers, parece ligar-se à marcha que o General Koetzer fizera com seu comando para fugir às fôrças do General Kitchner, seguindo para Pilgrins-Rest e Spirloquein. Necessitava bois, para alimentação, e seus carros, e estava em comunicação com os boers internados em Lourenço Marques. Isto fêz também com que o Govêrno portuguez mandasse para Portugal os boers refugiados o mais depressa possível. Parece que êste facto fêz ordenar a primeira viagem de alguns officiaes de Ressano Garcia, e entre êles o tenente Bivar de Sousa e o então alferes Vitória Pereira e outros, a reconhecer os marcos de fronteira, a norte de Ressano Garcia, não tendo encontrado quasi nenhuns, por serem de pedra solta, e muitos já não existirem. Isto antes do mês de Dezembro de 1900.

VI

INTERRUPÇÃO E FIM FORÇADO DO SERVIÇO
FERRO-VIÁRIO TRANSVALIANO (ZASM)
POR MOTIVO DA GUERRA ANGLO-BOER

Em 24 de Setembro de 1900, às 8 horas da manhã, chegaram à fronteira os exploradores do exército inglês. Nessa tarde o capitão de engenharia Krukchanck veio a Ressano Garcia, da parte do seu general procurar-nos para combinar connosco os termos em que se podia restabelecer o serviço ferro-viário e telegráfico, com Lourenço Marques e o pôrto. Comunicado isto por nós ao Governo Geral, foi-nos respondido poder restabelecer tudo no mesmo regime anterior.

No dia 25 veio o General Paul Careu à fronteira cumprimentar a nossa bandeira e as nossas tropas. Nós, recebíamos ordem do Governador Geral para irmos em seu nome cumprimentar Lord Kitchner, que tinha acabado de chegar e pedia para ser combinado *com elle próprio* o serviço ferro-viário e telegráfico a cargo então do Caminho de Ferro. Fomos por êle, como já dissemos, convidado para almoçar dentro da sua casa que era uma edificação que ainda ardia em parte, e não tinha já teto, e a nossa mesa e cadeiras foram caixas de géneros, vazias. Ali se combinou todo o serviço que mais tarde foi confirmado pelo comandante da Imperial Militar Railway (I. M. RY). O Grande General tinha acabado de chegar e, apenas apeado, e cheio de pó, a primeira coisa que fez foi tratar connosco das comunicações ferro-viárias e telegráficas com Lourenço Marques, com o cônsul inglês e o hospital de sangue, navio grande que no pôrto fundeava.

No dia 28 foi a parada do exército inglês, em honra dos nossos reis, pelo seu aniversário natalício a que já me referi. 8.000 homens em formatura com o máximo aprumo; festa a que assistiram os oficiais da expedição portuguesa

enquanto Lord Kitchner comnosco combinava o serviço dos combóios dos feridos e doentes. Nêsse dia uma máquina do Transvaal *por sport* tripulada por dois officiaes inglêses, veio rebocar o combóio dos convidados para a parada, o qual tinha chegado de Lourenço Marques a Ressano Garcia.

Na volta, pela tarde, vindo o combóio a recuar com a máquina atrás, para a fronteira portuguesa, um boi surdo e cego atravessado na linha junto à ponte de Komatie-poort provocou um descarrilamento em que houve dois feridos e três carruagens partidas. Porém, tendo-se dado o accidente no Transvaal, e sendo a maioria dos passageiros inglêses, Lord Kitchner mandou-nos entregar galhardamente um cheque de 1.000 £, valor em que computámos os estragos das *carrosseries*, já muito antigas.

Desde 28 de Setembro a 23 de Outubro, data em que Kruger embarcou para a Europa, tendo sido hospedado na residência do Governador do Distrito como já descrevi, deram-se apenas os seguintes factos. Em 30 de Setembro a expedição portuguesa regressou a Lourenço Marques; em 6 de Outubro, era-nos enviada pelo major Brakley, representante da I. M. RY um projecto de acôrdo provisório para o serviço combinado do CFLM e IMRY, aliás já discutido por nós dois, ao qual se respondeu a 8, concordando-se com êle. Êste acôrdo ficou vigorando até termos entregue o nosso serviço ao sr. Engenheiro Albers.

A 12 de Outubro no vapor Benguela chegava a expedição do General Venceslau Teles, e com ela o General Gorjão que tomou conta do Govêrno Geral das mãos do sr. Conselheiro Machado. Esta seguia pouco depois para Lisboa com a expedição do sr. major Seabra de Lacerda, que tinha completado o seu tempo de serviço, e grande parte da expedição do General Teles, por já não ser necessária, visto ter chegado muito tarde para o serviço que houve a fazer. O General Teles regressou também.

Seja-nos relevada a imodéstia, de tanto no que precede como no que vai seguir-se termos de nos referir a serviços nossos, mas o acaso quis que nestes factos tivéssemos inter-

ferência directa, e se a êles nos referimos não é por prurido de falar na nossa pessoa, mas porque sem os citarmos não se pode fazer bem idéia do ocorrido, nem queremos deixar de tomar inteira responsabilidade do que nos vimos obrigado a fazer, mesmo contra as ordens dos nossos superiores, directos. Côncios de que se assim procedemos foi com o fim de evitar situações difíceis ou obedecermos a ordens e contratos anteriores, que sem ordens em contrário, por quem dê direito, não podiam verbalmente ser derogadas, sem grande compromisso moral e pecuniário para o govêrno central como depois se provou.

Renovamos aqui o que já dissemos àcerca do nosso admirável pessoal superior do Caminho de Ferro, cujo proceder e coadjuvação foram, sem dúvida alguma, a razão de termos podido, o mais correctamente possível, desempenhar o nosso mandato.

Era administrador secretario do Caminho de Ferro o sr. Monjardim da Costa já falecido, empregado ferro-viário bem conhecido, homem de grande honestidade e zêlo pelo trabalho, e que à *Gazeta dos Caminhos de Ferro* prestou em tempo grandes serviços. Era Chefe do Movimento o sr. Almeirim; Chefe de Via e Obras, o sr. Pais da Silva, já falecido em África; Chefe de Tracção e Oficinas, o sr. Fernandes, desembaraçado engenheiro maquinista naval que muito trabalhou depois também com o sr. almirante João Coutinho na Zambézia. Foi sem dúvida alguma devido a êstes nossos colaboradores de *élite*, e sempre muito unidos e cumpridores, e ao bom restante pessoal, que devemos que o serviço do Caminho de Ferro de Lourenço Marques não tivesse dado desgosto grande ao Govêrno Português nesta difícil quadra, ajudando em tudo, o mais que todos pudemos, o árduo serviço dos srs. Governador Geral, Conselheiro Joaquim José Machado e do Distrito, seu irmão o Capitão de Fragata António José Machado, sendo nós, como director de Obras Públicas, subordinado directo do primeiro, e como Director do Caminho de Ferro, do segundo,

Quando no princípio de Outubro, já regressado de Ressano Garcia, descansando no nosso gabinete das grandes fadigas da fronteira, e refeito das 15 noites quasi sem dormir, dávamos, nós e o administrador secretário, balanço ao estado das finanças da nossa repartição, vimos que por termos feito durante 15 dias combóios grátis, ter sido interrompido o tráfego e o movimento para o Transvaal, nem tínhamos dinheiro para pagar os ordenados dos funcionários, já vencidos, nem muito menos as contas dos fornecedores da cidade. E requisitando à repartição da Fazenda 10 contos para pagamento dos vencimentos em dívida, foi-nos respondido que, por ter parado o serviço da alfândega, o dos cais, e por as circunscrições não terem podido receber os impostos das palhotas, visto os indígenas terem na maior parte fugido das minas sem receber os seus salários, não nos podia suprir quasi dinheiro nenhum.

Mas, examinando as contas da Companhia Neerlandesa, davam-nos uma dívida a nós de muitas centenas de libras, devidas ao serviço junto à Ponte Neerlandesa, e importâncias do transporte das mercadorias em trânsito para o Transvaal em território português. Concordámos em chamar Mr. Steinmetz, que estava em Lourenço Marques, esperando vapor para seguir para a Holanda, e vindo este acompanhado de Mr. Schreiber disseram-nos que só nos poderiam pagar em parte, se aceitássemos uma barra de ouro das minas do Transvaal que a referida companhia ZASM conseguira salvar da grande derrocada. Era a providência. Consultado o escrivão da fazenda, disse-nos que isso era contra as praxes, pois só se podia e devia receber o dinheiro em ouro esterlino, contra documentos, em que viria bem explicada a sua proveniência, e a escrituração da importância da dívida, etc., o que tudo já nós sabíamos, e não sendo assim só com licença do Governador do Distrito, que por certo iria receber ordens do Governador Geral, o qual, por ser questão contra os regulamentos pediria autorização em telegrama para Lisboa, e Deus sabe quando cá estaria a resposta, sendo quasi certo só depois do pessoal

superior da ZASM ter seguido para a Europa. Fiquei perplexo, mas tendo a consciência de que se não recebesse aquela barra de ouro, nunca mais o Governo receberia importância alguma de uma Companhia que não tinha no presente recursos quasi nenhuns, e seria em breve cancelada, resolvi sujeitar-me às conseqüências. Mandei dizer a Steinmetz que trouxesse dali a uma hora a barra de ouro. Assim se fez. Trazida a barra, que por tal sinal era verde e toda enrugada, e que só rapada a canivete deixava aparecer a côr do rico metal, seguimos em dois «zrintchars» Schreiber com a barra, nós, Monjardim da Costa e Pais da Silva, para o Banco Ultramarino, de que era então director o Conselheiro Sr. Baltazar Cabral, e aí se lavrou o auto assinado por todos, e recebemos um documento, pelo qual o Banco se responsabilizava a negociar a barra e nos estabelecia um crédito, dentro do seu seguro valor, segundo o pêso que mostrou ter, importância que daria para as despesas do Caminho de Ferro nos dois meses mais próximos, em que a crise continuaria, a qual recebemos.

Munido dêste documento fui apresentar-me ao Governador do Distrito que já estava informado do caso, e que, dentro do seu papel, nos deu uma repreensão que ouvimos em posição de sentido, e em seguida, mandando-nos ao Governador Geral, esperávamos repreensão maior, mas aí, pelo contrário, o sr. Conselheiro Joaquim Machado louvou o nosso procedimento, tanto mais que já sabia pelo cônsul inglês que o serviço da ZASM tinha de todo caducado, e o Governo inglês pensava em adquirir da Holanda para si aquela via férrea com todos os seus pertences.

Passada uma semana depois dêste facto, somos um dia procurados pelos srs. Major Brakley e Captain Legett, que em nome do Captain Crowe, Cônsul Geral da Inglaterra, vinham elogiar o nosso procedimento, por ocasião da chegada das tropas inglesas, e dizendo que o Cônsul estava tão satisfeito comnosco, que tinha proposto para nós uma das primeiras condecorações inglesas, e vinha da sua parte pedir para enviarmos ao General Kitchner, o mais rápida-

mente possível, os salões de Kruger e Stein e mais 800 vagões que estavam resguardados na *Yard* da ZASM, e os vagões das linhas do Cabo e Natal, que em serviço tinham vindo para a estação de Lourenço Marques.

Respondemos que depois de ordem dos nossos superiores da melhor vontade lhes seriam enviados os vagões do Cabo e Natal, em número de 50, e que seguiriam imediatamente para a Ponte Neerlandesa, para serem cheios de géneros e munições de bôca, para o exército inglês, como o combinado, seguindo 40 vagões por dia logo que estivessem carregados. Enquanto aos restantes só os poderíamos entregar depois de ordens expressas e escritas do Govêrno Geral. Agradecemos-lhe penhorados as palavras do sr. Cônsul, e pedíamos para lhe dizerem, que não tínhamos feito mais que o nosso dever, em harmonia com as ordens superiores. Ficámos de pé atrás, e pensando que a condecoração oferecida representaria qualquer dificuldade que estava na nossa alçada resolver, mas que seria para nós difficil, senão pouco correcta.

Passava-se isto de manhã, às 11 horas do dia 15, e às 3 da tarde, quando voltámos ao gabinete, fomos chamados pelo telefone, e um ajudante do Governador Geral, o Conselheiro Gorjão, dizia-nos que S. Ex.^a ordenava *que entregássemos imediatamente* ao Cônsul Geral Inglês, para seguirem para Komatie-poort, os dois salões de Kruger e Stein, e mais 100 vagões.

Chegava a ordem que receávamos. Respondemos que já tínhamos entregado os vagões do Cabo e Natal, segundo o regime anterior à guerra, e quanto ao restante material, estando nós ligados à ZASM por um contrato referendado por Governadores, e já antigo, segundo o qual o guardávamos nas nossas linhas, só poderiam sair da estação do Caminho de Ferro com um documento que invalidasse êste contrato. Responderam-me em pouco tempo que S. Ex.^a estava *zangadíssimo*, e intimava-nos que entregássemos imediatamente os vagões. Dissemos que os não entregávamos sem *ordem escrita*, a que nos tínhamos refe-

rido. Daí a pouco era o próprio Governador Geral que nos perguntava se queríamos mandar mais do que êle, e que seguissemos imediatamente ao palácio a falar-lhe. Assim fizemos, e passando primeiro por nossa casa, fardámo-nos, e levámos a cópia do contrato com a ZASM.

S. Ex.^a recebeu-nos de pé, por detrás da sua mesa de trabalho, e pousando os punhos cerrados sôbre ela, verbeou-nos numa terrível repreensão, à qual respondemos apresentando-lhe a cópia do referido documento, que êle passou a ler depois de dizer *que nos considerássemos prêso*.

Depusemos imediatamente a espada sôbre a mesa, e esperámos perfilado.

Leu o documento, passou a mão pela testa, e êsse homem tão sério como inteligente, e bastante nosso amigo, disse que nos retirássemos, que não estávamos prêso, que seguissemos para a nossa repartição e esperássemos a resposta. Assim fizemos.

Passada mais uma hora dêsse dia, 15 de Outubro de 1900, comunica-nos o Governador do Distrito de ordem do Governador Geral, o Conselheiro Gorjão, *em nota* «que entregássemos imediatamente ao Cônsul inglês todo o material circulante do Cabo e Natal e da ZASM existente *nas nossas linhas*» (Notas n.^{os} 3801 do G. Distr. e 1197 do G. Geral).

Não resolvia completamente o assunto, e com ela a própria responsabilidade do Govêrno Geral não estava totalmente ilibada, visto haver 800 vagões da ZASM fora das linhas e a êles se não referir.

Esperámos a respectiva requisição do Cônsul Geral Inglês e, como a não recebêssemos, mandámos ao consulado o administrador secretário, com a relação do material, para dizerem o que preferiam primeiro, e passarem um recibo do que fôsse. Responderam que não davam recibo algum, nem requisição: e que devíamos receber as ordens dos nossos superiores.

No dia 18, em resposta à nossa confidencial de 17, em que dizíamos ao Governador do Distrito que tínhamos

entregue o material do Cabo e do Natal, perguntávamos se podíamos entregar o material da ZASM, que estava sob a nossa guarda, mediante um contrato bilateral referendado por governadores, e se dividia em três partes. A saber: material que entrou com passageiros e mercadorias durante o serviço ordinário; material que entrou depois de ter cessado o serviço do Caminho de Ferro do Transvaal, tinha sido entregue pelas forças beligerantes, e estava como o antecedente todo carrilado nas nossas linhas; material que foi descarrilado dentro da *Yard* da ZASM, recinto pertencente a uma companhia particular, que tinha ainda então existência legal, em território português ou considerado como neutro, e que tinha os seus escritórios oficiais em Lourenço Marques, de há anos. Perguntávamos se podíamos entrar à força nesse recinto. Se devíamos fazê-lo acompanhado de força armada, saltando por cima de um contrato tão sério, como antigo. Respondia-nos o Governador do Distrito, dizendo que entregássemos o material circulante do Cabo e Natal (já estava entregue) e *todo o mais que estava na posse do Governo Português*. Era uma resposta ambígua, e que interpretámos mandando entregar os vagões que tinham entrado com as forças refugiadas, e que estavam sob a posse das autoridades militares portuguesas, às quais comunicámos a resolução do Governador. Nesse material não se compreendiam nenhuns dos salões de Kruger e Stein. Pedimos urgente resposta ao Governo do Distrito da nossa confidencial de 17, a qual nunca veio.

A 24, o chefe do Movimento da ZASM reclama contra o facto de ter sido o seu material entregue ao Governo Inglês. A sua nota era um modelo de seriedade e lógica; mandámo-la por cópia ao Governador do Distrito.

A 28, recebemos finalmente uma nova nota do Governo do Distrito, em nome do Governo Geral, mandando entregar todo o material da ZASM ao Cônsul Inglês, sem ter respondido às nossas considerações.

E afinal só mais tarde soubemos como as coisas se tinham passado.

O General Kitchner falou pelo telefone de Komatie-poort ao Cônsul Inglês, pedindo as carruagens-salões e os vagões. Êste pedira-os também pelo telefone ao Governador Geral, e êste por intermédio do Governador do Distrito pedia-nos igualmente o mesmo, pela mesma forma.

Finalmente chegou-nos às mãos uma ordem do Governador Geral, que sem ser completamente o que precisávamos, era suficiente para salvaguardar a nossa responsabilidade.

De 28 de Outubro a 5 de Novembro fui à *Yard* acompanhado por uma fôrça de oficial em vista de não ter sido aceite o meu pedido de exoneração, por Lourenço Marques estar em estado de sítio e eu ser engenheiro militar da expedição, em serviço oficial no Caminho de Ferro, por ordem do Governador Geral. Acompanhado pelos Major Brakley e Capitão Legett, dirigimos o carrilamento dos 800 vagões da ZASM, que com os salões e as carruagens da Cruz Vermelha foram seguindo para o Transvaal, aos 40 vagões diariamente, e mandando ao Cônsul Inglês uma guia com a sua designação e quantidade. Conseguí finalmente que fôsse dela cobrado recibo. Não saberei dizer o que nos custou êsse serviço levado a cabo pelo nosso exímio pessoal, debaixo das vaias e insultos dos Boers empregados da ZASM, que não queríamos prender. Foram noites e dias de terrível fadiga, num serviço árduo para se poderem carrilar diariamente 40 vagões com uns 100 indígenas.

Mandei tirar cópias autênticas de tôdas as notas nossas e dos Governadores, da ZASM, IMRY e Consulado, e com um circunstanciado relatório, enviei tudo à repartição dos Caminhos de Ferro Ultramarinos em Lisboa, ressaltando assim a minha responsabilidade.

Quanto à condecoração inglesa, nem a desejávamos nem no-la deram, e nunca mais pensámos nela.

Passados quatro meses, terminado o serviço da fronteira, regressámos a Lisboa, deixando o serviço de Obras Públicas, depois de termos, em 12 de Dezembro de 1900, entregue o

do Caminho de Ferro ao Engenheiro Albers, seu proprietário, que regressara de licença.

Um dia indo, entregar o relatório de Obras Públicas ao Conselheiro Dias Costa, Director Geral do Ministério do Ultramar, e um nosso grande amigo, diz-nos êste: «Sabe Você, estamos bastante contrariados, pois o Govêrno da Holanda acaba de nos mandar hoje pelo Ministério dos Estrangeiros, uma reclamação de 30.000 £ pelas carruagens e vagões da ZASM que estavam a guardar na nossa estação de Lourenço Marques ao abrigo de um contrato, e que entregámos ao comando das fôrças inglêsas no Transvaal. Explicámos-lhe detalhadamente o caso; fomos buscar o processo. Êle telegrafou ao General Gorjão e soubemos depois, por êste nosso amigo, que o Conselheiro Gorjão tinha em seu poder uma requisição, em forma, do Cônsul Inglês, e em vista disto pouco tempo depois soube-se que o Govêrno Inglês pagava ao Govêrno Holandês, e portanto à ZASM, as 30.000 £ pedidas. E assim acabou então o serviço da ZASM, no que respeitava às relações comnosco neste ingrato período de interferências officiais entre nós portuguezes e os nossos vizinhos já então senhores do Transvaal.

N. B. — Para nossa salvaguarda, possuimos ainda hoje a cópia de tôdas as notas e telegramas que recebemos e transmitimos a tôdas as autoridades sôbre êste assunto, e poderemos mostrar a quem se interesse por esta questão, já bem antiga, como documentação histórica. ZASM é abreviatura de Zuid Africanische Sporverg Matchapigg (Caminho de Ferro da África do Sul). IMRY quiere dizer Imperial Military Railway (Caminho de Ferro Imperial Militar).

VII

ESTABELECIMENTO DOS POSTOS DE POLÍCIA
PORTUGUESES
NA FRONTEIRA DO TRANSVAAL

Entrados os comandos boers do General Pienard na cidade de Lourenço Marques, e tendo seguido para Portugal como se referiu; tendo seguido a fôrça do General Hoetzer por norte, ao longo da fronteira portuguesa; tendo retirado de Komatie-poort as fôrças do General Lord Kitchner, a não ser um pouco importante destacamento, ficou apenas em Ressano Garcia uma pequena fôrça portuguesa, para policiar a fronteira e a estrada do Caminho de Ferro agora chamado Impirial Military Ralway, que veio substituir a ZASM que terminara o seu serviço. Começara a estação das chuvas em que é bastante perigoso viajar pelo interior do território português africano, pelas febres, biliosas e perniciosas, que todos se arriscam a sofrer.

Mas era indispensável policiar tôda a fronteira nossa. Impedir através dela a passagem de armas e munições de guerra, o trânsito de homens armados, apreender as armas aos fugitivos e revistar os passaportes dos viajantes que entrassem ou saíssem, pelos atalhos e caminhos a sul e a norte da nossa via férrea de Lourenço Marques a Komatie-poort.

Como eu já tinha, havia alguns meses, apresentado ao Conselheiro Joaquim Machado o meu estudo sôbre a *Organização Defensiva da Cidade e Distrito de Lourenço Marques*, fui naturalmente indicado para ir dirigir a escolha do local e construção dos postos de fronteira que policiariam êsses caminhos e carreiros que a atravessavam. Apesar do meu serviço de Obras Públicas me dar muito que fazer em tôda a Colônia, não pude esquivar-me a esta nomeação, pedindo apenas ao Governador Geral, então o General Gorjão, que se eu em tal serviço falecesse, tivesse isso em consideração

para auxiliar o mais que fôsse possível a ida de minha família para a Metrópole.

De Novembro de 1900 a Abril de 1901 as brigadas que comandámos percorreram a fronteira desde Macassane ao sul do Maputo até ao rio Limpopo em Gaza, ficando em Junho de 1901 ocupados os seguintes postos que correspondiam às posições em que a urgência do policiamento era maior. Êstes postos foram guarnecidos e abastecidos inteligente e zelosamente pelos oficiais e praças que compunham a expedição comandada então pelo sr. Major Passos e Sousa, servindo de Chefe de Estado Maior, o sr. Capitão Eduardo Augusto Marques, que foi incansável na sua conclusão, organização e policiamento. De sul a norte da fronteira portuguesa, foram êles os seguintes; correspondendo os da fronteira especialmente ao policiamento e os intermédios aos aquartelamentos de passagem das nossas fôrças idas de Lourenço Marques e ao trânsito e guarda de provisões para a tempo serem enviadas para os postos de fronteira. Foram êles:

A sul de Ressano Garcia —

1.º *Manhoca*. — Posição média central do lado da Zuluândia, a 20 quilómetros da costa num pequeno alto; guarnecida pela polícia do Maputo e por ela feitas espaçosas palhotas.

2.º *Catuane* — Perto da portela do rio Maputo, 40 quilómetros a oeste da antecedente; antigo pôsto da circunscrição, aumentado e construído em parte por pessoal das Obras Públicas. (Conductor Alferes Amorim).

3.º *Manhangana*. — Junto à portela do Matata — Primeiro, 30 quilómetros a norte do antecedente: edifício de madeira e zinco, construído pelas Obras Públicas (conductor Alferes Amorim).

4.º *Estatuene*. — Situado na fronteira junto à portela do Mac-Nab, na estrada da Suazilândia, perto de Josane, 35 quilómetros a norte do antecedente, igualmente de madeira e zinco, construído pelas Obras Públicas (conductor Alferes Amorim).

5.º *Umbeluzi*. — Junto à portela dos Libombos, onde passa êste rio; para vigiar o vau onde atravessa a estrada carreteira que segue para o sul e para Estatuene; a 25 quilómetros para norte do antecedente, igualmente de madeira e zinco. Construído pelas Obras Públicas (conductor Alferes Amorim). Por esta portela devia mais tarde passar o Caminho de Ferro da Suazilândia (1).

(1) O *Parecer àcerca da situação actual de Moçambique*, da Sociedade de Geografia, datado de 1917, refere tudo que se passou a respeito do estudo, construção e necessidade do ramal ferro-viário, entre o C. F. Lourenço Marques e a Suazilândia, e bem assim as discussões que houve no Transvaal e no Cabo, àcerca do serviço, vantagem e desvantagens, desta ligação ferro-viária, com o C. de Ferro, que passando pelas minas de carvão da Suazilândia, e pontos próximos, ligaria Lourenço Marques com Pretória e Joanesburgo, e com o Cabo. Foram feitos estudos pelos engenheiros portugueses Lisboa de Lima, e Lopes Galvão, e por engenheiros da União Sul Africana, e principalmente do Transvaal, e de combinação, o nosso ramal de C. de Ferro começou a ser construído ligando Lourenço Marques com a fronteira, no vale do Umbeluzi, junto à Suazilândia.

Fui eu próprio em 1910 ver o lançamento da magnífica ponte do rio Umbeluzi em território português, e a linha passando desde o entroncamento na Machava no C. F. L. M., e seguindo às estações de Estevel, Boane, Mailana e Goba, já no vale do Umbeluzi a sul. Mas nesta altura grandes discussões se levantaram no Transvaal e Cabo a respeito do inconveniente da saída do carvão desde Breyten para Lourenço Marques, tendo-se construído entretanto o ramal de Springs a Breiten na Suazilândia, e em resultado disto o carvão passou a sair de Breyten por Springs, para o lado do Cabo e territórios da União, e a nossa linha passou a ficar «um beco sem saída» apesar da distância ferro-viária ao mar ser, das minas de Breyten a Lourenço Marques, 60 milhas, e das mesmas minas da Suazilândia ao Cabo, mais de 10 vezes esta distância. É tão grande a diferença que com tarifas excepcionalmente reduzidas, a favor do Cabo, não podia haver compensação. E para nós, além do carvão da Suazilândia ser melhor, poupava-se a diferença entre 60 milhas e 270 milhas, tal a distância entre as minas de Wuitbank e o nosso pôrto.

Ficou portanto Goba, último ponto do nosso território onde esta linha chegou, um beco sem saída, «sem ser por nossa culpa». Custou esta linha bastante dinheiro ao Governo Português, e em que

6.º *Namahacha*. — Quartel para um esquadrão de cavalaria, já então construído por nós e Obras Públicas quando era Governador Geral o Conselheiro Álvaro da Costa Ferreira, no princípio da guerra Boer, e escolhido então por mim o campo da Namahacha, junto do monte Imponduine, para a formação da Vila D. Amélia, que eu marquei, destinada a servir de refúgio a famílias que fugiam do Transvaal e da guerra. Fica junto à estrada de Bermesdrop, pela qual vêm muitas famílias em automóvel para a estação de banhos de mar em Lourenço Marques. Hoje é uma estância amena de verão para muitas famílias de Lourenço Marques e tem um razoável hotel. Fica a 30 quilómetros a norte do posto antecedente, e a 90 quilómetros de Lourenço Marques, permitindo que por boa estrada os negociantes de Lourenço Marques venham diariamente de automóvel jantar e passar as noites com suas famílias. Fui lá em 1929.

7.º *Matalha*. — A 48 quilómetros a NO do antecedente, na portela do rio Matingatinga junto ao antigo caminho de Lindenburg, em edificação de madeira e zinco, igualmente construída pelas Obras Públicas (conductor o mesmo).

8.º Finalmente *Ressano Garcia* a 20 quilómetros a norte do antecedente junto ao caminho de ferro para o Transvaal e sua estação terminus, portuguesa. Construímos três edificações, sendo uma de alvenaria e duas de madeira e zinco, de há algum tempo, no princípio da guerra, pelas Obras Públicas, podendo aquartelar duas companhias

muito trabalharam os engenheiros Lisboa de Lima e Lopes Galvão. Era preciso *dourar a pílula* ao público de Lourenço Marques, em parte maldizente, e justificar êste trôço de C. de Ferro e para isso tornar Goba superior à Namahacha, pois por ambas as estradas entravam de verão os banhistas para a Ponta Vermelha, vindos do Transvaal e terras próximas. Por isso se construiu em Goba, local ameno e agradável, uma pequena hospedaria, e várias casas, para onde de verão vêm passar a pior estação dos mosquitos várias famílias portuguesas, e estrangeiras, de Lourenço Marques, e por onde passam, bem como pela Namahacha, as famílias do Transvaal que vêm aos banhos da Ponte Vermelha.

mixtas e tendo depois aquartelado grande parte da expedição comandada pelo Major Seabra de Lacerda que recebeu os refugiados boers.

Para norte de Ressano Garcia os postos de fronteira construídos então sob a nossa direcção foram os seguintes:

9.º *Matiquana*. — A 30 quilómetros para norte do antecedente, junto à portela do Rio Sabié. Organizado pelas Obras Públicas (conductor Sargento Cepa de Engenharia) para policiar o carreiro de pretos, que seguia para o Transvaal. Mais tarde fêz-se outro na margem direita do rio, com 9 palhotas.

10.º *Bonganine*. — A 40 quilómetros para norte do antecedente junto à portela do rio Manzimtonto, construído de palhotas cercadas de muros de pedra sêca. (Sargento Cepa).

11.º *Uanetzy*. — A 25 quilómetros a NE do antecedente, no monte Munchi, antigo forte do tempo da segunda campanha de Gaza, já no antigo distrito dêste nome (hoje distrito de Lourenço Marques) de parapeitos de terra com fôso diamante: quadrangular. Ampliado então com arrecadações feitas pelas Obras Públicas (conductor sargento Cepa). Mais tarde o Capitão Eduardo Marques mandou fazer ali um grande depósito de géneros e uma enfermaria com 8 palhotas.

12.º *Minhamane*. — A 28 quilómetros a norte do antecedente, junto à portela do rio Uanetzi, construído de palhotas pela guarnição. Indicámos apenas o local perto de um caminho de pretos para o Transvaal.

13.º *M'Suazi*. — A 40 quilómetros a NO do antecedente, no planalto de Malsobane. Construído de palhotas em forma circular. Mais tarde chegou a ter 9 palhotas construídas pelos pretos do comando.

14.º *Stanhana*. — A 43 quilómetros a N do antecedente, na margem do rio dos Elefantes, perto da portela do mesmo rio. Local indicado por nós junto a um caminho de pretos através da fronteira; construído de palhotas pelos pretos da guarnição.

15.º *Massingiri* ou *Mazizigani*. — A 5 quilómetros a norte do rio dos Elefantes, junto a um caminho cafreal que atravessa a fronteira. De palhotas construídas pela polícia de Gaza. Local escolhido por nós.

16.º *Mapingo*. — A 30 quilómetros a NE do antecedente; na margem do rio Singuedzy em palhotas construídas pela polícia de Gaza.

Foram êstes os últimos postos de polícia na fronteira que nós indicámos. Mas o Capitão Eduardo Marques com as fôrças de polícia e expedição construíram ainda outros que foram importantes.

Em postos intermédios e por assim dizer de segunda linha, estudámos o local e construímos os seguintes, com pessoal das Obras Públicas.

A sul de Ressano Garcia:

17.º *Macassane*. — Junto à missão de Santo António, na margem do rio Maputo, construído no tempo em que o Major Mousinho pacificou a região, servindo de escala para o pôsto da Manhoca; vasta construção de madeira e zinco mandada reparar e aumentar por nós.

18.º *Pôrto Henrique*. — Antigo pôsto mandado construir em anos anteriores pelo Conselheiro Joaquim Machado, no limite navegável do rio Tembe, para serviço da estrada do Mac-Nab, para postos de Manhangana e Estatuene; reedificado em parte e ampliado pelas Obras Públicas.

19.º *Pequenos Libombos*. — Junto aos montes Pequenos Libombos, perto do sítio onde passa a estrada da Matola à Matalha. De madeira e zinco, com um grande curral. Construído pelas Obras Públicas. Local escolhido por nós.

20.º *Pessene*. — Junto à estação do Caminho de Ferro, recebendo dela o abastecimento para os postos atrás citados, e para o da Matalha, igual ao antecedente e construído também pelas Obras Públicas (alferes Amorim).

A norte de Ressano Garcia, construímos e indicámos o local dos seguintes postos intermédios:

21.º *Incomaty*. — Na margem direita do rio Incomaty, em frente da estação do Caminho de Ferro que é do lado

oposto. Construído pelas Obras Públicas; de pedra sêca, e barro com teto de zinco, podendo aquartelar uma companhia de infantaria no máximo. A 300^m da margem, num alto que domina a aldeia de Incomaty, servindo de abastecimento para os postos de Matiquana, Bongabine e Uanetzy. Pela sua proximidade da fronteira, servia também de policiamento e foi ampliado depois com mais outra casa idêntica, e mais umas 8 palhotas.

22.º *Magude*. — Sede de circunscrição; serviu para depósito de abastecimentos de Uanetzy, Minhamane, M'suazi e Stanhana, e ali se fizeram algumas obras de ampliação necessárias, pelas Obras Públicas.

23.º *Guijá*. — Finalmente o último do nosso tempo, já no distrito de Gaza, serviu para estabelecimento dos postos de Massingiri, e de M'Pingo; recebendo os fornecimentos do Chibuto. Era já antigo. Fizeram-se-lhe reparações.

Damos adiante uma resumida e imperfeita designação de alguns dos oficiais que ocuparam estas posições, depois de nós termos saído dêste serviço, e que comandaram alguns dêstes postos, por um apontamento com fotografias que nos deu o então Capitão Sr. Eduardo Marques, hoje General e ex-ministro, etc., e que tive a honra de ter por companheiro nestes trabalhos (1).

(1) Algumas das posições dêstes postos foram criticadas pelos oficiais que depois os guarneceram; contudo, os locais marcados por nós foram escolhidos o melhor que pudemos, para obedecerem aos seguintes preceitos:

1.º Verem o melhor possível as estradas que defendiam, e em locais que melhor se podiam defender do provável inimigo.

2.º Ficarem junto às estradas carreteiras que comunicavam a fronteira com Lourenço Marques.

3.º Terem perto um rio ou ribeiro, ou local de boa água.

4.º Serem local arejado, e com poucos mosquitos, para se impedir o mais possível o desenvolvimento das febres.

Todos foram marcados por nós com morros de pedra sêca e marcas nas árvores próximas, mas é possível que naqueles que não

A) COMPOSIÇÃO DA BRIGADA A SUL DE RESSANO GARCIA
E DESCRIÇÃO DE VIAGENS

Foi no princípio de Novembro de 1900 que o General Gorjão nos ordenou este serviço que se resumia em reconhecer a fronteira a sul de Ressano Garcia e tôdas as estradas e caminhos que a atravessavam e marcar o local dos postos de polícia. A guerra anglo-boer já tinha começado de há muito, e desde o seu princípio estes caminhos foram tão transitados por tantos boers e inglêses, que fugiam à guerra, ou eram espiões, e vinham a Lourenço Marques, que para policiar todos era urgente fazer mais postos de madeira e zinco, junto às estradas e portelas da fronteira, além dos que já por nós tinham sido feitos no ano anterior, quando a guerra começou, e obedecendo então às ordens do nosso Governador Geral Álvaro Ferreira.

Foram êsses primeiros postos, entre os construídos, o dos Pequenos Libombos, o da Namahacha e o de Estatuene, aos quais já me referi.

Acêrca do seu estabelecimento vou aqui relatar algumas peripécias que me sucederam desde o princípio da sua construção.

Havia a construir três quartéis no alto da Namahacha, com muita urgência, e várias vezes fui até lá ver as obras, a cavalo, no meu Boy, acompanhado do inseparável meu

voltámos a ver tivesse sido escolhido outro local que não o marcado exactamente por nós.

No princípio dêste trabalho disse que nunca se tinha escrito e publicado até hoje, que eu saiba, nada que se referisse a êstes factos além dos meus artigos a que já me referi. Apenas o Sr. Dr. António de Soveral, facultativo de 2.^a classe no quadro de saúde de Moçambique, que esteve como médico nos postos da fronteira a sul do Incomaty, escreveu um folheto muito curioso intitulado *Os Libombos e a sua Colonização*, que se refere ao estado em que êstes postos e povoações estavam em 1905, isto é, três anos depois de ter terminado a guerra boer.

cão Sky e do Macua Tassalino, que levava a mala. Tomando o combóio até à estação de Pessene, onde o desembarque do cavalo durava cêrca de meia hora, seguíamos depois pela estrada carreteira em direcção aos Pequenos Libombos, rio Impomputo, Mabenga, os 60 quilómetros até chegarmos ao planalto da Namahacha, que fôra o melhor local escolhido para o quartel de cavalaria, a sul imediatamente do monte



O cavalo Boy do autor, dois boers da família Roberts da Namahacha e o seu carro atravessando o rio Impomputo.

Imponduine, nos Grandes Libombos, e junto à residência do bispo inglês.

O monte Imponduine, onde íamos passar as horas de calor, fazia-nos lembrar muito Sintra e o Buçaco, com a floresta densa, água férrea, e a fresca e copada sombra. Tinha na sua parte superior uma vista lindíssima, abrangia-se tóda a região até ao pôrto de Lourenço Marques, o Maputo, e para oeste a Suazilândia, e os seus profundos e alcantilados vales.

A primeira vez que lá fomos acompanhava-nos o alferes Praça, da polícia. Chegados ao planalto, onde

acampámos, dormimos, nessa noite, numa pequena barraca de lona, onde mal cabiam as nossas camas de campanha. Não havia ali ainda palhota alguma.

A atmosfera anunciava grande temporal. Os cavalos tinham sido atados a uma corda de piquete, e as malas e selins postos no chão perto da fogueira para fazer a comida.

De repente, cêrca das nove horas da noite, desencadeia-se um enorme tufão acompanhado de relâmpagos, trovões e chuva intensa. A barraca acachapa-se sôbre nossas camas, e passámos tôda a noite ali metidos, encharcados e com dôres nos ossos, sem nos podermos mexer, por recearmos que, se o vento pegasse na barraca, nos levasse com ela pelos ares. Valeram-nos bastante as grandes pedras a que as cordas da barraca estavam ligadas.

Quando clareou o dia, e o vento acalmou, não se viam nem cavalos, nem malas, nem selins, nem fogueira, nem cantina, nem os pretos. Tudo tinha rebolado pelo planalto fora, e fomos encontrar os cavalos emmaranhados numa ravina, e as malas e selins na encosta, encostadas a umas pedras.

O Sky, o meu cão, estava como morto, segurando o meu capote, que eu tinha pôsto debaixo da cama ao deitar-me, e que fôra levado pelo vento, planície fora. O Sky, sem o largar, com êle rebolou até uma pequena árvore, ali o encontrámos como morto, sem querer largar o capote, que tinha passado a noite a puxar, a puxar, e se via todo rasgado dos dentes e dos troncos.

Alguns meses depois do sucedido, saíamos um dia da Namahacha, eu montado no meu Boy, o Tassalino com a mala, e o Sky saltando ao focinho do cavalo, seriam umas duas da tarde, tomando o Tassalino por atalhos e nós pela estrada carreteira em direcção a Pessene.

Ao descer do planalto para o rio Impomputo encontrámos várias famílias boers que, com velhos e crianças nos seus carros, fugiam do Transvaal e da guerra.

A vista da extensa planície até Lourenço Marques era encantadora, dominando ao longe e a sul a serra da Inhoca, junto ao traço verdejante do rio Umbelosi.

Cêrca das cinco horas fomos tomar chá com o James Forbs, proprietário das minas de carvão da Suazilândia, que estacionava com os seus carros e seus *prospectors* e três mil cabeças de gado, junto aos pequenos Libombos, fugido da guerra e do Transvaal, por ser inglês. Estive ali perto de uma hora, dei de comer ao cavalo e ao cão, e segui viagem, apesar do aviso do Forbs para ficar, por se esperar grande trovoada. Era sina minha apanhar trovoadas naquele sítio.

Montei a cavalo, e segui pela ampla e plana estrada, passando na garganta dos Pequenos Libombos, no mesmo local onde um ano mais tarde tinha de me defender, no pôsto que então ali se fizera, contra dois leopardos, que queriam atacar os nossos cavalos, eu e o tenente de artilharia, Côrte Real Machado, por espaço de três horas.

Começou a relampejar e a trovejar, e a seguir uma chuva torrencial, obrigando-me a segurar ao pescoço do cavalo para não cair com o vento. Como pudemos, fomos seguindo pela larga estrada, iluminada de quando em quando pelos relâmpagos, e via o Sky à minha direita dando latidos, a chapinhar na água da chuva.

Os relâmpagos e trovões sucediam-se, e a chuva cada vez era mais forte. Assim andámos cêrca de uma hora, chegando à margem do rio Matingatinga, que era necessário atravessar, rio em geral sêco, mas que agora levava uma torrente tal que deixava ouvir o som cavo dos calhaus rolados debaixo dela batendo uns nos outros. Era um precipício. Mas que fazer?

Meti o cavalo à cheia num local que sabia ter o fundo de pedra lisa, e, muito feliz, passei o váu, com água pela barriga do cavalo, sem que um só calhau desse nas pernas do animal, embora por várias vezes receasse desequilibrar-me.

Achei-me, não sei bem como, na outra margem, mercê dos relâmpagos que bem me alumiam o caminho. Um intervalo dos trovões trouxe-me os latidos do Sky, muito ao longe, aos quais eu e o Boy respondemos com um assobio e um relincho. Seguimos a passo a estrada larga e, em

pouco, o cão saltava ao focinho do cavalo. O valente Sky atirara-se à corrente de salto, atrás do Boy, mas esta pegou nêlo com tanta fôrça que o arrastou até perto de 300^m a juzante onde conseguira alcançar a margem.

Agora a trovoadá cessara e seguíamos calados, ouvindo-se o chapinhar das patas do cavalo, e o dos grandes saltos que o Sky dava na água da estrada que, por vezes, lhe chegava quási ao pescoço.

O silêncio da marcha trouxe-me a recordação do que, meses antes, naquele local, me tinha sucedido, indo a cavalo também, mas acompanhado do Tassalino. Começara a ouvir uns latidos, como de cão pequeno, depois outros à direita, e à esquerda, e mais à frente, e muitos à retaguarda. Daí a pouco apareceu-me um animal, que parecia tal e qual uma raposa grande. E ri-me de ter tido receio. Eram cães do mato ou mabecos, como chamam na outra costa. Nunca os tinha visto até então, mas o Tassalino só me dizia, correndo junto a mim, a passo ginástico, com a mala à cabeça: «Senhor, não é bom, senhor!» Eu ria-me e dizia-lhe: «Então és medroso?»

«Senhor, não é bom, senhor!» — repetia muito apressado. E dizia-me para seguir mais depressa. Eu ria-me. Êle então, apontou para todos os lados, e efectivamente estávamos rodeados por aquêles animais.

«São muitos, são muitos! Se paramos, vamos morrer!» — dizia êle. E, mesmo a andar, apanhava pedras que, com mão certa, atirava aos mais próximos, acertando-lhe quási sempre. E lá ficavam para trás, ganindo e os outros à roda dêles, mas de novo voltavam à carga.

Eu armei o revólver e comecei a fazer fogo, atirando a alguns que iam adiante, e cada vez mais perto de nós. Seriam uns quarenta, não menos. Iamos já preocupados, e eu já não ria. Assim andámos cêrca de uma hora, quando ouvimos ao longe uma chicotada de carreiro boer. Era uma caravana de carros que se aproximava, e, como por encanto, tôda aquela canzoada desapareceu. Dei uma funda respiração de alívio.

Mas agora a chuva era muita, e não aparecia animal nenhum. Escurecera completamente. Seriam dez horas. De repente, a cabeça do cavalo bate numa árvore. Volto-me para a direita, uns ramos impedem-me a marcha, volto-me para a esquerda, o mesmo sucede. Tentei acender um fósforo, impossível. A chuva todos apagava. Como sair daquele labirinto?

Estava fora do caminho, emaranhado no mais denso bosque. Apeei-me para apalpar o chão com os pés, a ver se percebia o trilho da estrada.

Sentia-me no meio do mato. Que fazer?

A região era infestadíssima de leopardos e mabecos. Receava mais os bandos destes, que os outros. Apalpei uma árvore, e notei que tinha uma pernada a que podia subir, para passar ali a noite. Comecei a desatar a corda da cabeçada do cavalo, e a tirar a carabina do arção da sela, para atar o cavalo à árvore, e, de espingarda em punho, passar a noite escarranchado no tronco. Se viesse algum bicho, primeiro comeria o cavalo e o cão, que a minha pessoa. Sempre havia alguma garantia. Cessara a chuva finalmente, e havia um silêncio lúgubre e fatigante. A escuridão era cada vez maior, e os fósforos estavam todos molhados. Nisto ouço o Sky ladrar muito, de longe. Pensei logo nalguma fera. Chamo-o, êle vem, salta ao focinho do cavalo e volta de novo a ladrar de longe no mesmo sítio. O cavalo como que queria segui-lo. Decidi montá-lo; largo-lhe as rédeas, abai-xo-me até ao pescoço do animal e ponho as mãos à frente segurando a arma. O Sky vinha saltar ao focinho do Boy que começou a segui-lo, cheirando e roncando. E eu, arranhando-me nas acácias de espinhos, rasgando a capa e o calção, e, picando-me por vezes, deixei seguir o Boy que daí a pouco levantava o pescoço, começando a andar com segurança.

Achava-me finalmente seguindo a estrada trilhada, até que, meia hora depois, via-se a luz da estação de Pessene. Estava descansado, devido ao meu bom cão.

Na manhã seguinte, seriam 6 horas, ao levantar-me, no quarto da estação, onde dormira sôbre o colchão do chefe.

deparei à porta com dois grandes amigos, atravessados diante dela. Eram o Tassalino, encharcado e extenuado, por ter trazido a mala 60 quilómetros à cabeça, sem dormir, e debaixo de chuva, e o Sky, com as patas inchadas, a ganir, a ganir.

Mas estava escrito que tinha que perder o meu cão.

Nos terríveis dias que seguiram a entrada dos boers de Komatie-poort, na fronteira portuguesa, em Ressano Garcia, o Sky fizera-me muita companhia sem me largar um momento. Quando me chegou ordem do Governador Geral para ir ao acampamento inglês por causa dos combóios de feridos para Lourenço Marques onde os esperava o navio hospital de sangue, fui em trolley a Komatie-poort, onde tinha chegado o exército inglês, comandado por Lord Kitchner.

Este Lord e o general Paul Careu assistiam à partida de um dos muitos combóios de tropas para Hectors-pruit. Nesta ocasião apareceu-me o Sky, vindo de Ressano Garcia, e, tendo passado a ponte do caminho de ferro, apesar de o ter deixado prêso e entregue ao Tassalino.

«Fine dog indeed!», disse o Lord quando o viu. Os soldados e sargentos que embarcavam, faziam-lhe grandes festas, achavam-no muito inglês, o que na realidade era. Mas eu não tinha ninguém ali que olhasse por êle. Convidado para o primeiro almoço dos oficiais, ainda vi o cão quando o Lord passava revista à Royal Scots Guards; por tal sinal que se pôs a ladrar bastante ao tocador da gaita de foles, de pernas nuas, e embirrou também com a sentinela do quartel general, que era do mesmo corpo, quando, com movimento ultra *saccadé*, apresentou as armas ao general.

Acabado o almoço e depois de uma das conferências sôbre o serviço que ali nos levava, despedi-me, voltando para a estação. Fiz o possível para saber o que era feito do meu cão. Nunca mais o vi. Debalde um dos soldados me dizia tê-lo visto nas ruas de Komatie-poort, mas quem se podia importar com um cão naquele tempo de guerra? E fantasiava o Sky a fazer festas a um soldado que lhe

pegou, e saltou com êle para o combóio de tropas que seguia para Hectorspruit.

Assim perdi o meu fiel Sky, um dos melhores amigos que tenho tido até hoje.

Era filho de um casal *Fox-terrier* que tivera o 1.º prêmio numa exposição em Joannesburgo, e pertencia ao hoje distinto Almirante Sr. Ivens Ferraz.

Resumindo a formação da brigada de estudo dos postos de polícia a sul de Ressano Garcia, diremos o seguinte:

Capitão de engenharia Carlos Roma Machado.

Tenente de artilharia João Carlos Côte Real Machado.

Alferes de reserva Antero José de Amorim, condutor de Obras Públicas, antigo sargento de engenharia.

2 ordenanças montadas da Polícia de Lourenço Marques.

1 ordenança de artilharia.

1 indígena de Catembe com 12 carregadores landins.

2 cavalos das Obras Públicas.

1 cavalo e uma muar da expedição.

2 cavalos da Polícia.

6 tendas abrigos que armavam formando uma só barraca.

3 camas de campanha.

3 carabinas Manliker e 200 cartuchos.

3 revólveres Abdie.

Rancho para 15 dias muito resumido.

3 malas com roupas e trem de cozinha muito reduzido.

Bússola, barómetro, podómetro e relógios.

2 cartas antigas e uma reduzida botica.

Tínhamos a consciência de não poder ser a impedimenta mais reduzida, e sendo dado 28 carregadores para cada oficial, levávamos apenas 12, tanto mais que tínhamos de caminhar depressa, e devíamos recorrer, para comida dos indígenas e mesmo para nós, ao que pudéssemos comprar aos pretos nas povoações, e ao que pudéssemos caçar.

A ordem era mandar retirar em maca ao ponto habitado todo aquêles que adoecesse, e seguirem os outros sem parar.

O diário da marcha vem detalhado no livro que publicámos, já referido, o que seria demasiado descrever aqui. Apenas mencionamos algumas considerações e descrições verídicas dos pontos mais notáveis porque passamos.



Acampamento na Portela da Matalha.
Vêm-se o Tenente Côrte Real Machado,
o Alferes Amorim e dois cavalos

Os caminhos de fronteira que estudámos já vêm atrás designados.

Sáimos de Ressano Garcia para sul junto à fronteira em 3 de Dezembro de 1900 acompanhados por um guia indígena. Seguimos pela povoação de Manzini até a portela da Matalha, onde dormimos.

Às 8 horas da noite, depois de jantarmos, dormimos na nossa barraca, e os pretos e cavalos à roda de uma fogueira, e perto os soldados brancos noutra barraca, ficando cada 4 horas um de sentinela.

E assim fomos seguindo até perto de Namahacha, sem novidade alguma, recordando-nos que ali perto já nos tinha tempo antes acontecido o que passo a descrever:

Vínhamos em viagem da Namahacha, onde estávamos acabando a construção do quartel, para Pessene, a cavalo,

acompanhado apenas por um preto, levando a mala, quando às 6 horas da tarde fomos pedir pousada ao acampamento do James Forbs para passar a noite. Vínhamos apreensivos, pois o comandante do posto da Namahacha recebera a notícia de que em Barbeton os presos boers e burgers tinham arrombado a cadeia, e, roubando cavalos aos *farmers* vizinhos, formaram um comando, que se dirigia à fronteira portuguesa, no intuito de roubar gados e por isso Forbs pedira urgentemente um pelotão de cavalaria da polícia ao Governador do Distrito, que era ao tempo o capitão de fragata António José Machado. Ao chegar ao acampamento era já perto da noite. Notámos um movimento desusado, e um grupo de ingleses, uns 17 homens, todos de carabina em punho, e o *Kraal* cheio de gado, estando à roda d'ele uns 15 carros boers bastante grandes, dispostos com a retaguarda para fora, e a frente encostada à vedação do *Kraal*. Forbs veio dizer-nos que os seus espiões indígenas tinham visto o comando boer já encostado ao Imponduine, do outro lado da montanha, dizendo ser de 100 homens, e que êle mesmo mandara um próprio a Lourenço Marques ao Governador, pedir socorro contra a incursão que julgava inevitável; que os boers vinham armados de *rifles* e receava ser atacado naquela noite. Fomos jantar, e disse-me que a sua pousada não era segura e que se quisesse seguisse para diante, mas que, com o pouco pessoal que eu levava, corria o risco de ser de noite atacado pelos leopardos, pois não havia povoação alguma perto.

Enquanto jantávamos, alguns ingleses faziam sentinela e os seus pretos armados estavam em guardas avançadas, asseverando-me que tinha três *cow-boys* basutos, perto da fronteira, bem montados, a espiar o comando boer. Decidi ficar com êles, que eram na maior parte *prospectors* das minas de carvão da Suazilândia, de que Forbs era proprietário, e que vieram com os seus carros e instrumentos refugiar-se em território português. Passámos tôda a noite de sentinela, dormindo pouco, dentro de um carro, havendo três falsas alertas, e ao romper da manhã vimos correr um

cow-boy a cavalo gritando em inglês *eles aí vêm*. Puseram-se todos a pé! Subindo acima dos carros, ou entre as árvores, divisávamos do lado de lá do rio da Matalha, que servia de fôssco, uns pontos negros, descendo ao longo dos Libombos, e a seguir estendendo-se pela encosta e cada vez mais perto. A perplexidade era grande, uns queriam fazer fogo, outros diziam que era melhor esperar, que se aproximassem mais, pois tinham confiança nos seus tiros. Os boers cada vez mais próximos, já não distavam mais de uns 2 quilómetros de nós. De repente, vimos todos êles voltarem-se e fugirem na direcção do Imponduine e, admirados, olhávamos uns para os outros, sem compreender, pois nem sequer um tiro haviam disparado. Porém meia hora depois tínhamos a explicação ao ver surgir a norte na estrada entre rolos de poeira o pelotão de cavalaria da polícia, que a meio galope se dirigia para a Namahacha, por ordem do Governador, e que recebemos daí a pouco bem alegremente.

Tudo isto já se tinha passado havia mais de um ano.

Desta vez eram 7 horas e meia, quando começámos a marcha na direcção da Namahacha, passando a ribeira do Imbomputo e a povoação de Mabenga e já na subida encontrámos em carros umas famílias inglêsas com muitos velhos e crianças e bastante gado que tinham entrado em território português, dirigindo-se a Lourenço Marques. Mais acima encontrámos outro *Kraal* do Forbs, com muito gado e, tendo percorrido desde manhã 30 quilómetros, fomos nos hospedar no quartel da Namahacha que acabávamos de construir.

Passámos o dia seguinte vendo os caminhos que seguiam por ali, atravessando a fronteira e, de regresso ao quartel, comprámos um cabrito do mato de que demos metade aos nossos pretos.

No outro dia desde manhã, seguindo ao longo da fronteira e depois de várias povoações, descemos a encosta do rio Calichane, que se vê correr lá muito ao fundo, e atravessando-o na largura de uns 10 metros, subimos às povoações da Rainha indígena Maquanasi. E tomando por guia o filho da rainha seguimos até à portela do rio Umbeluzi, e à povoa-

ção do chefe Navelane, onde ficámos numa limpa palhota, e as ordenanças ao lado na nossa barraca, e perto em corda de piquete os cavalos e muares. Notámos o caminho que atravessa a fronteira.

No dia seguinte atravessámos os ribeiros de Changelane e Chapegate, e vimos a uns 3 quilómetros a cumiada, que é uma



Data de água do pelotão de cavalaria do pòsto de Estatuene. Vê-se o Alferes Casqueiro, o sargento, e o quartel dos oficiais e praças, feito pelas Obras Públicas.

alcantilada portela muito abrupta e rochosa do lado da Suazilândia. Daí passámos à estrada que de Pôrto Henrique vai a Estatuene e Suazilândia, tendo percorrido desde Umbelusi 20 quilómetros na direcção de SE e S, com sinais de grande trânsito. Subindo a encosta em lacetes e rampas de 18⁰/₀, chegámos à portela do Mak-Nabb, nome proveniente de um facínora que ali morou e atacava os viajantes, que vinham da Suazilândia e Transvaal. Subimos até à montanha onde habita a família Dupont, indo descansar no pòsto militar que ali já em tempos havíamos construído, por ordem do Conselheiro Álvaro Ferreira. Tínhamos percorrido 36 quilómetros desde manhã. O pòsto era ocupado por um oficial e 16 praças de cavalaria da polícia. O oficial era o alferes

de cavalaria João Barbosa da Silva Casqueiro, destemido e valente, que depois comandou um posto a Norte do Incomaty e mais tarde pertenceu às fôrças que com João Coutinho estiveram no Barue, fêz parte da campanha dos Namarrais, e foi Governador de Tete.

No dia seguinte de manhã, fomos ver os montes da fronteira e os caminhos, e depois seguimos com Carlie Dupont, que ali morava, para Catuane e deu-nos um preto seu para de lá nos guiar até Maputo.

Saimos nesse dia às 6 e meia da manhã de Estatuene, por um carreiro indígena. Descemos para a bacia hidrográfica do rio Tembe e sua portela, nascendo êste do lado da Suazilândia. Passámos a povoação de Pepegane e começámos a descer para o rio, que neste local é denominado Manzamhama (água suja) pela sua côr amarela. Continuando pelo carreiro na falda da serra, passámos à povoação de Jogote, na base dos montes Poy e Tifonhos, cruzando outro carreiro que atravessa a fronteira, na portela do Matata Primeiro. Dava serventia a carros boers. Seguindo êste ribeiro fomos desembocar na estrada que do vale do Tembe e serra de Echisa, segue à Suazilândia, deixando à direita o monte Obene. A estrada tem sinais recentes de trânsito, e soubemos que por ali passara, havia pouco, um fornecimento de víveres para a fôrça inglêsa. A estrada que vem da Mabenga termina no rio Maputo, perto de Catuane. Dormimos na povoação da Maissa, em palhota que parecia boa e demos a barraca aos nossos pretos.

Passámos uma noite horrorosa. A palhota estava cheia de bichos e galinhas empoleiradas. Seria uma hora da noite, ouvimos como um enorme tropel perto. De repente os cavalos partem a corda de piquete, e vem para junto de nós a resfolgar muito. O Chibalo vem a correr pedir fósforos, e a gritar *Senhor, leão*. Engatilhámos as armas e os pretos em grande alarido acenderam uma fogueira. Viemos cá fora saber o que era, e mandámos acender mais fogueiras, para proteger os cavalos. Soubemos que era uma manada enorme de antílopes perseguida pelo leão, que passara

perto. Não havia perigo algum, pois a manada era a salvaguarda dos cavalos.

Logo de manhã fomos ver as pègadas do leão, que parecia enorme. Fomos em seguida escolher o local para o pôsto, que ficou marcado, no cruzamento das duas estradas, vendo bem a que se dirigia à portela, e a que se dirigia ao vale. Seguimos depois à povoação do Régulo da Manhangana.

Depois de algumas horas de marcha, encontrámos uma estrada carreteira que nos levou à outra portela, onde habitara um inglês havia pouco, de nome Cristian Crunan, portela vasta, com bastantes machambas e algumas povoações. Descendo novamente encontrámos à direita o monte Mahelicune e um carreiro na falda da serra que se dirige ao pôsto de Catuane, e entronca com a estrada carreteira, que ao longo do vale vai ao do rio Maputo, no sítio do Matata Segundo, para cá da portela dos Libombos. A vegetação é viçosa, o país tem um aspecto rico. Junto à portela do Maputo há um carreiro que atravessa a fronteira. Esta é muito acidentada, e tem alturas dominantes do lado da Suazilândia e Zululândia. Às 6 horas da tarde chegámos ao pôsto de Catuane onde pernoitámos, tendo percorrido 25 quilómetros na direcção sul.

10.º dia, 12 de Setembro de 1900. Já na véspera tínhamos mandado de madrugada o alferes condutor Antero de Amorim, em marcha forçada a cavalo, pela estrada do vale, seguir aos postos dos Pequenos Libombos, donde a meio galope podia chegar à noite à estação de Pessene. Ali deviam estar as casas de madeira e zinco, que mandáramos fazer, e o pessoal chinês dirigido pelo macaísta Francisco Inácio da Cunha, para as montar nos locais já escolhidos, e os pretos para trazerem as respectivas peças quer à cabeça, quer a dois e dois à pinga.

Logo de manhã, fomos visitar o forte e a povoação do régulo Catuane a uns 6 quilómetros a E S E, e a povoação do baneane Pasmene, junto ao rio. O forte que é de terra e quadrado, dentro tinha edificações regulares, onde morava o

comandante, sargento da polícia, casado com a filha mulata do inglês atrás referido, e dêle saem a estrada da Bela Vista, que atravessa a floresta do Jabende, a estrada para a Manhoca, e fronteira da Amatonglândia, e a S E encostada ao rio a estrada que vai à povoação do baneane Pasmene; para S E o carreiro que vem da portela, e a N W o carreiro que vai à portela dos Libombos. Dormimos no forte, e alugámos uma chata ao baneano, para descermos o rio até ao mar, tendo mandado por terra os nossos cavalos e muar, pretos e os soldados, directamente para Lourenço Marques, acompanhados pelo tenente Côrte Real Machado, e por telegrama da Bela Vista, mandámos pedir o rebocador General Silvério à Capitania para nos levar de regresso.

11.º dia, 13 de Dezembro de 1900. Acompanhados por um português que estava no forte, e 6 pretos com as malas, as nossas camas de campanha e armas, seguimos pelo rio, em manhã lindíssima; de margens baixas, muito arborizadas e verdejantes. E assim fomos empurrados à vara até à entrada do rio Pungolo, onde com a minha Winchester de bala explosiva matei um grande cavalo-marinho, tendo os pretos fugido para o mato com medo.

Êstes, por fim, começaram a aparecer, primeiro um, depois outro, e, quando viram o bicho morto, vieram todos a correr, e, com as suas afiadas facas, estiveram, até à noite, a cortar tiras de pele, tendo-se primeiro arrastado o bicho para o areal. Cortou-se e enterrou-se a cabeça, para mais tarde se vir buscar, tirou-se o lombo e os pés para um grande pitéu que se viria a fazer no dia seguinte. Eram perto das 8 da noite quando navegámos rio abaixo, e os pretos com muita pena de deixar ali o bicho quási inteiro. Mas escurecera; o rio agora era mais largo e fundo. O mangal, sobretudo da margem norte, cada vez mais espesso e alto; estávamos junto à floresta do Jabende, muito povoada de elefantes, leões e leopardos.

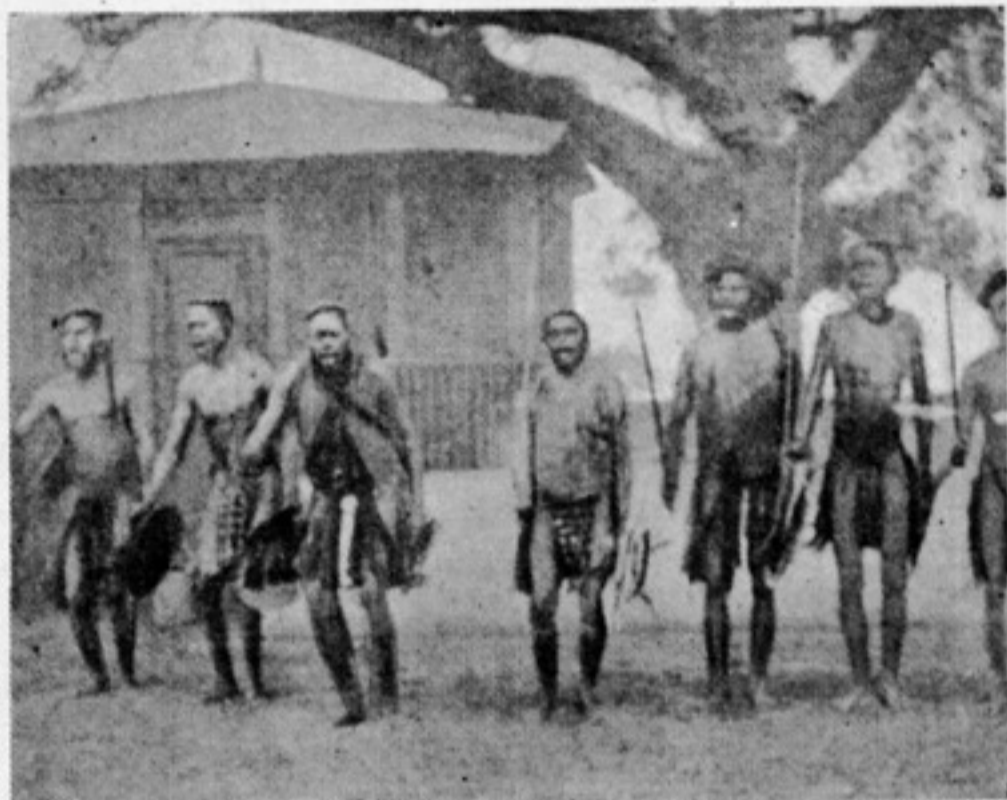
Cêrca das 9 horas pensámos em dormir, mas no rio não se podia parar com os mosquitos, e era muito fundo. Quisemos vir para terra, mas os pretos diziam que havia

muito chacal e leão, e, na verdade, os chacais faziam uma cantilena ensurdecidora. Do lado oposto ouvia-se o grito do elefante, e o miar rascante do leopardo. No rio chorava um jacaré, e os seus gritos incomodavam-nos muito. De repente um cavalo-marinho, subindo o rio, adorna a chata de tal maneira que ficou meia de água; o perigo era enorme. Um jacaré veio dar perto de nós uma forte sapatada com a cauda. Que fazer?

«Se um dia lá em Lisboa contarmos o que nos sucede agora, hão-de dizer que mentimos ou exageramos» dizia o meu companheiro.

Nisto, vimos uma preta velha, sobraçando uma cabaça, e uma pequena, com um tronco em brasa, que espalhava faúlhas, descerem por um carreiro para ir buscar água ao rio, o que, diziam os pretos, era de estranhar àquela hora da noite. Preguntámos-lhe se havia povoação perto. *Iá balungo*, disse ela «podem vir que se arranja palhota para passar a noite; de mais está cá o Régulo, que chegou agora». Ficámos satisfeitos; atracou-se o barco, levámos as camas de campanha, cantina e tóda a comida e caça, deixando a chata bem amarrada, com corrente, a uma árvore, e os remos e mais apetrechos na margem, para o caso de algum animal a virar. Fomos seguindo a velhota pelo carreiro até pararmos no largo de uma povoação de gente do Régulo M'Pobobo, dos Amatongas. Daí a pouco, a velha e a pequena, tendo varrido e acendido lume numa vasta palhota, disseram-nos que entrássemos; que era a palhota para os indunas do Rei, que passavam. Eram umas 10 horas da noite, quando, sentados nas camas de campanha, fumando nos nossos cachimbos, recordávamos as peripecias do dia, enquanto se preparava a ceia. Começaram a entrar na palhota pretalhões enormes, armados em guerra; de rodela, manjovo, armas e olhar altivo, dizendo «bayete!» e acorrendo-se, a seguir, uns aos outros, até que entrou um mais encorpado, e alegre, um tanto barrigudo, com um velho casaco, umas grandes botas, um sebento boné na cabeça e um saco de lona a tiracolo.

Então uma pequena veio pôr diante de nós 5 cabaças com sura de palmeira brava. Era o presente que o Régulo nos fazia. Mandando primeiro o meu cozinheiro coá la, pois tem sempre muitos bichos, que para êles são bom manjar, comecei a fazer-lhe as honras, mas o meu companheiro logo ao primeiro gole atirou tudo fora.



O régulo M'Pobobo e os seus indunas cantando na Missão de Macassane.

(Fotografia do Sr. A. Neuparth)

Veio o meu moleque dizer-me que era o Régulo M'Pobobo dos Amatongas, a sul do rio Maputo, que vinha em viagem de caça e tinha chegado naquela noite à povoação.

Então o Régulo, acompanhado do secretário, que se sentou à esquerda, disse em mau português: «Sabia que vinha, *melungo maputiela*» (o meu nome entre os pretos) e, depois de uma pausa, continuou: «Já viu Lisboa e Rei Luís, êle deu isto», e mostrou-nos, no braço, uma pulseira de ouro; «estive lá muito tempo». Recordei-me, então, de uma embaixada do sul de Lourenço Marques que, no tempo da rainha Zambia, viera a Lisboa, se hospedara no Hotel Mata, da Avenida, no 3.º andar, quando ainda havia o Passeio

Público, e fizera sensação. Nela havia pretos que passavam a tarde empoleirados em cima da borda da varanda, a olhar para a rua, e outros, que, só de rojos, se atreviam a deitar a cabeça de fora da janela.

O Régulo, a quem demos aguardente e tabaco, e com quem bebi a sura quasi tôda, acompanhado dos seus indunas, tirou do sacco, que trazia a tiracolo, os retratos muito sujos do Rei D. Luís, do Luciano Cordeiro, do Dr. Bocage, então Presidente da S. G. L., do Fontes, emfim, de pessoas importantes de Lisboa, na época em que lá tinha estado.

Depois de um bocado de cavaco curioso, e indicando ao M'Pobobo o sítio em que ficara o cavalo-marinho morto, o que muito o alegrou, partindo logo dali muitos pretos para o ir esquartejar, disse que tinha sono e saíram todos. Finalmente ceámos descansados e dormimos até às 8 horas do dia seguinte.

Tomámos então a chata que nos levou à Missão de Santo António de Macassane e, naquele conjunto de casas de madeira e zinco, passámos o dia, fazendo presente aos padres da nossa caçada.

Na manhã seguinte largámos para Lourenço Marques, a bordo do rebocador General Silvério, trazendo como recordação última uma curiosa história que o bom padre Rafael nos contou, muito indignado com o chefe indígena da região. Êste missionário foi há dias encontrado morto num banco do Parque Eduardo VII em Lisboa, onde vivia depois de reformado. Tinha-lhe pedido os filhos, e tôdas as crianças dos dois sexos, para virem à Missão aprender a rezar, a cantar no côro, a ler, escrever, e officio. Elas vieram tôdas, mas o chefe, passados três meses, apresentou-se, com um pausinho cheio de riscos, pedindo a importância do salário dos pequenos que tinham estado a fazer serviço com os padres. Como o padre não o quis atender, ameaçou-o de que não mandava mais as crianças, e que se ia queixar à Chilonguine (Lourenço Marques) ao Molungo Grande!!...

Não quero esquecer o auxílio que nos prestaram dois grandes amigos. O Sr. Miguel Pais, herói do combate de

Magul, administrador da Manhiça, e o Sr. coronel Roque de Aguiar, herói do combate de Marracuene, administrador de Maputo, pelo auxílio que nos deram para o estudo da organização defensiva do distrito.

B) COMPOSIÇÃO E SERVIÇO DA BRIGADA
A NORTE DE RESSANO GARCIA

Nos primeiros dias de Fevereiro de 1901 foi-nos ordenado pelo General Gorjão fazer-se o reconhecimento da fronteira para Norte de Ressano Garcia, até ao Rio dos Elefantes, nas mesmas condições, e com o mesmo intuito, isto é, escolhendo-se os locais para postos de policiamento. Não havendo ao tempo na Província oficial algum do Estado Maior, nem outro qualquer engenheiro militar, estando os oficiais da expedição todos ao serviço, e ainda um destacamento de capitão em Ressano Garcia, era a nós que competia êste reconhecimento. Da região a percorrer, pouco ou nada se conhecia; apenas a carta que tínhamos feito quasi dois anos antes, quando estudámos a organização defensiva do distrito, dava uma idéia da extensão que tínhamos a transitar e que calculávamos em 600 quilómetros entre o rio Incomati e o dos Elefantes, e volta.

Sabia-se que os comandos do General Boer Koetzer, que fugiram dos inglêses de Komatie-poort para norte, estavam então para os lados de Pilgrins-Rest Spirlonguein e Monte Mundoe, que no mapa do Transvaal denominam Pelgrimsrust, Spitskop e Bufelskop, e foi por isso que os inglêses pediram ao Governador da Companhia de Moçambique para uma fôrça daquela nação seguir contra êles, subindo o Buzi e de lá passando para sul de Melseter a encontrá-los. Era por isto que o Govêrno Geral receava que os boers se quisessem internar pelo nosso território, talvez em armas. Daí a urgência de fazer postos de fronteira, bem policiados nas portelas dos rios e junto a todos os carreiros indígenas que as atravessavam. Mas êste serviço começava no mês de Fevereiro, mês de chuva e de biliosas, bem perigoso para viagens no mato.

Em todo êste percurso de fronteira até ao rio dos Elefantes, havia primitivamente apenas os postos de Incomaty, o da Matuganhana, um pôsto de polícia de sargento. No distrito de Gaza antigo, havia um oficial e 16 praças da polícia, no forte de Uanetzy; uma fôrça de sargento no forte do Guijá, e sabia-se que um judeu de nome Leonel Cohen, ao serviço do govêrno do distrito, como informador, tinha um pôsto de palhotas para norte do rio dos Elefantes. Sabia-se vagamente que a região era árida, e que poucos ou nenhuns recursos tinha para sustento das tropas.

Calculou-se a impedimenta, a comida para brancos e pretos e gado, num mês, em 4 toneladas de pêso, e feitas as contas, saía muito mais barato levarmos um carro boer com pelo menos 8 juntas de bois, em vez dos 160 carregadores que seriam precisos se levássemos tôda a impedimenta às costas de pretos. Soubemos que perto da povoação do Incomaty, na margem esquerda do rio dêste nome, estava um carro boer de um inglês de nome Mac-Arthur, ainda forte, embora usado, e 10 juntas de bois, que mandámos comprar pelo Almojarifado, de modo que organizando o carro com um bom tôlido, serviria para nosso quarto de cama, em dois andares, e na parte da rectaguarda um quarto para jantarmos, com uma boa mesa, para podermos desenhar, e ter os nossos cadernos e mapas. Faríamos a viagem a cavalo de dia, indo dormir e comer ao carro, que seguia a estrada ao longo da fronteira, e os pretos necessários seguiriam a pé. Era uma marcha morosa, mas dando por isso tempo para estudarmos tôdas as alturas da fronteira, e todos os caminhos que a cruzavam na direcção do Transvaal. Em todo o caso, como tivéssêmos encontrado um carro ainda melhor no almojarifado, levámo-lo também, pois não seriam de mais dois carros, para tôda a impedimenta e rancho. Êste carro grande e novo, foi acondicionado nas Obras Públicas, para nossa moradia, em todo o percurso, e bem assim se fizeram as cangas, chicotes, piaças e canzis. Três dias antes de partirmos fôra-nos mandado apresentar o Capitão do Estado Maior Sr. Eduardo Augusto Marques, aca-

bado de chegar de Lisboa. Apesar-de por isso eu já não ser necessário a êste serviço, o que comuniquei ao Governador Geral, êste, a pedido do capitão Eduardo Marques, exigiu que nós devíamos ser o chefe desta expedição, tanto mais que o mesmo capitão dizia que era para êle a primeira vez que seguiria viagem no mato, onde, e na realidade mais tarde, tão notável foi no seu serviço, não só em Lourenço Marques como no Sul de Angola.

A brigada ficou composta do seguinte pessoal e material:

Carlos Roma Machado, capitão de engenharia, director das Obras Públicas.

Eduardo Augusto Marques, capitão de Estado Maior.

Júlio Octávio Rego Chagas, tenente de artilharia.

José Felipe dos Reis, sargento de engenharia, com o curso de condutor, chefe do pessoal menor.

Ernesto, cabo de marinheiros da reserva, pedreiro, futuro encarregado da construção dos postos, e rancheiro.

Duas ordenanças da secção de cavalaria da polícia de Lourenço Marques, o 15 e o 8. O primeiro, o célebre *Chico*, que entrou com Mousinho em Chaimite, era condecorado com a Tôrre e Espada, e o segundo, o 8, tendo entrado em quási todos os combates da campanha contra o Gungunhana.

O boer Paulo Bester, *driver* do carro, contratado por 10 libras mensais.

O Leonel Cohen, judeu informador, residente no Mazi-zigani, que veio ao nosso serviço.

O pessoal indígena, era o seguinte: o zulo Tomás, abegão; o macambúzio bauto *Cleen Boy*; o macua Tassalino, meu criado; o macua Pedro, tratador dos cavalos; um induna da Matolla, com 12 landins; um induna da Mahota, com 13 landins. Além do pessoal, havia mais:

5 cavalos, sendo 1 das Obras Públicas, 2 da Expedição e 2 da Polícia, montadas das ordenanças; um carro boer e 10 juntas de bois; 2 cães; rancho para o pessoal branco para um mês; rancho para os pretos; 5 carabinas Manliker

e 300 cartuchos; uma caçadeira de 2 canos, calibre 16; uma Mauser e 100 cartuchos; 2 revólveres; 2 barracas de campanha, cónicas; 2 mesas de tesoura e 4 bancos; 5 malas com roupa dos brancos; 5 camas de campanha e 2 malotes com mantas e lonas de oleado; uma bússola; uma bitácula; 4 relógios; 2 cartas do território; 2 máquinas fotográficas e seus pertences; caixa de expediente e botica; 2 sacos para água; 20 machados e 4 lanternas; trem de mesa e de cozinha; 2 caldeirões, cordas e cabos.

Assim se compunha a brigada que no dia 24 de Fevereiro de 1901 partiu para a estação do Incomaty, tendo na véspera sido enviado pelo Caminho de Ferro o carro melhor, os seus pertences e tôda a mais impedimenta da brigada.

Sem entrarmos em detalhes desta marcha, que se podem ver na separata da antiga *Revista de Engenharia Militar* de 1906, passaremos contudo a descrever o que de mais notável se passou no nosso serviço, especialmente no que se refere à nossa marcha e escolha dos melhores locais para o estabelecimento dos postos. Quem primeiro tinha reconhecido êste caminho da fronteira portuguesa, foi a missão de delimitação presidida pelo Engenheiro Freire de Andrade, e à qual pertenceram entre outros o tenente de engenharia Álvares, médico Rola, o capitão Mateus Serrano, e meu primo o engenheiro civil Raul Machado Faria e Maia, no ano de 1894-1895.

Em 24 de Fevereiro chegou à estação de Incomaty a brigada, tratando de atravessar o rio. Êste apresentava-se com cêrca de 200 metros de largura, e com cheia de 3 metros acima do seu leito natural, e grande corrente, pois tinha chovido nos últimos tempos quási todos os dias. Só se encontrou um dos 5 barcos que se dizia que os monhés ali tinham para a passagem do rio, manobrado por um valente preto, de nome Mapond. Não podíamos por isso passar o grande carro boer sôbre 4 barcos, correspondendo cada um a cada uma das respectivas rodas, como era costume. Resolvemos fazer uma jangada, mandando buscar a Lourenço

Marques vigas, barrotes e barris vazios. Fizemos quartel numa das casas da estação, ficando os soldados e pretos em palhotas, e os cavalos num telheiro. E assim se passou o primeiro dia. No dia seguinte, chuva miudinha. O pedreiro Ernesto e os pretos adiantaram a construção da jangada que às 3 horas estava pronta: pôsto sôbre ela o carro, flutuava muito bem. Como a corrente era muito intensa, ligámos um moitão bastante resistente a uma árvore a 300 metros a montante, e tendo-se feito uma tentativa para atravessar um cabo de vai-vem no rio, a corrente não deixava o barco do Mapond chegar com êle à outra margem. Lançou-se a montante, a meio do rio, uma âncora, mandada vir de Lourenço Marques, para, ligado a ela o moitão, poder, com êle prêso à jangada, atravessar esta o rio. Tudo foi baldado, e depois de vários ensaios, a jangada com o carro quási se afundou sem se conseguir levá-la à margem oposta. Teve de se abandonar o carro grande e seguir o Mapond no barco unicamente com o tôlido, e mais pertences do carro e os bancos, mesas, etc. À noite estávamos literalmente encharcados, e o tenente Chagas com muita febre, e muito amarelo, era já a segunda noite que parecia ter uma séria biliosa.

No terceiro dia, 26 de Fevereiro, o tenente Chagas é enviado doente para Lourenço Marques, e com êle o impedido e o cavalo.

Às 9 da manhã estava tudo transportado para a outra margem, indo os cavalos a nado presos ao bote do Mapond. O tôlido tinha custado muito a passar. O Bester asseverava que o carro do Mac-Artur que estava no posto do Incomaty era suficientemente resistente ainda, para agüentar a viagem. Arvorámo-nos todos em carpinteiros, e de martelo e chave inglêsa em punho, armámos o tôlido e bancada. Carregou-se o carro, era da mesma largura que o outro, e apenas mais curto meio metro.

Às 2 horas da tarde mandámos jungir os bois e vimos que faltavam duas juntas, que o sargento do pôsto do Incomaty mandara com um pequeno carro de duas rodas levar

viveres ao destacamento da Matiquana, o que fêz muita falta por serem as juntas do tronco e de guia. A povoação do Incomati fica a 300 metros do rio; meia duzia de casas de madeira e zinco, na base dos montes Libombos. E começámos a nossa marcha por se atolar o carro num pântano, do qual custou muito a safar-se, tendo de esperar pelo regresso das duas juntas que faltavam.

A designação dos postos atrás referida, dá uma aproximada idéia de quais foram e dos que construímos com o pessoal das Obras Públicas (1).

Em tôda esta região limitada do nosso lado pela fronteira e montes Libombos, desde o rio dos Crocodilos, afluente do Incomati, até ao rio dos Elefantes, afluente do Limpopo, é hoje (1940) o célebre Parque Zoológico, *Kruger National Park*, onde residem em grande quantidade feras em liberdade; leões, leopardos, mabecos, antílopes, girafas, elefantes, javalis e avestruzes, etc., e que se pode atravessar de automóvel, sem contudo dêle se poder sair, a não ser em certas estações policiadas. É hoje muito visitado êste *Park*.

Os sargentos de engenharia Reis e Cepa, como tinham o curso de construções da arma, serviriam de condutores, e o cabo de marinheiros, que era também perito nas passagens dos rios, serviria de mestre de obras e apontador, de forma que, marcado o local de cada pôsto, já êles sabiam onde tinham de os montar, e as casas de madeira, que se

(1) Para se reconhecerem mais detalhadamente os locais ao longo da fronteira de Lourenço Marques e Transvaal, aqui referidos, recomendamos que se examine a carta do distrito de Lourenço Marques, que se pode obter ou na antiga repartição da Cartografia do Ministério das Colónias, hoje, creio eu, chamada Direcção dos Serviços Diplomáticos e Geográficos, do mesmo ministério; ou obtê-la na Livraria Bertrand, onde estes locais devem vir bem designados quási todos; ou ainda na biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa. Vem igualmente no estudo que fizemos relativo à organização defensiva da cidade e distrito de Lourenço Marques e descrição dos postos militares da fronteira entre Lourenço Marques e o Transvaal, na *Revista de Engenharia Militar*, de 1903.

estavam a construir em Lourenço Marques, em breve viriam a caminho, enviadas por uma brigada de condução comandada pelo alferes de reserva de engenharia, Antero José de Amorim, que dirigiria a sua remessa, desde a estação do Incomati para montante. O empreiteiro chinês macaísta Francisco Inácio da Cunha, e uma *troupe* de carpinteiros chineses, vinha já em marcha para a construção dos postos de pau a pique, e para a armação das referidas barracas de madeira.

Os oficiais e sargentos que compunham a brigada eram quasi todos novatos em marchas no interior de África, especialmente na terrível quadra das chuvas em que iam fazer êste arriscado serviço. A base de abastecimentos da brigada era o já citado carro boer, dividido interiormente em dois espaçosos compartimentos. No lado da frente, em dois andares, iam as camas, nas quais podiam caber à vontade quatro pessoas, duas em cada andar, e à retaguarda, e separado do primeiro compartimento por uma lona, ficava um espaço, com assentos dos lados, e ao centro como dissémos uma comprida mesa, que servia para trabalhar e para as refeições, e sob os assentos ficavam os compartimentos em que iam armas, mantimentos, munições, botica, etc.

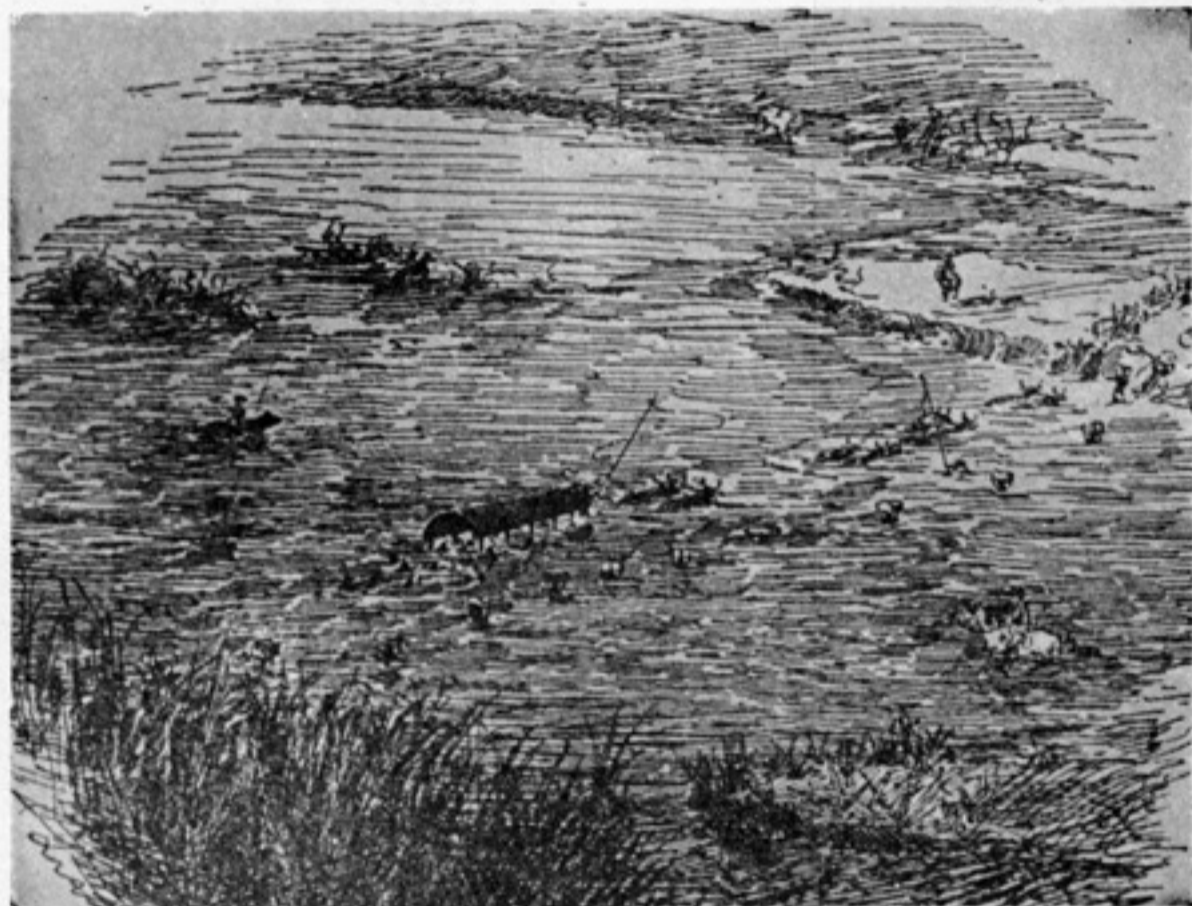
Quando ao fim do dia de marcha parava a caravana, que seguia sempre ao passo lento dos bois, indo os oficiais a cavalo à frente, com tempo bastante para estudar as alturas dominantes, as linhas de água, as passagens da fronteira, e todos os caminhos e carreiros, desatrelava-se o carro. Presos os cavalos à corda de piquete, espalhando-se a pastar os bois guardados por um pequeno *cow-boy*; acesas quatro fogueiras, tinham os oficiais a sua casa junto a êles, e por vezes quando o tempo estava bom, e para maior amplitude, estendia-se uma lona entre o toldo do carro e as árvores fronteiras, sob a qual repousavam nas suas cómodas cadeiras de lona, enquanto os criados punham a mesa trazida de dentro do carro.

Em tôda a viagem foram quatro os precalços maiores pelos quais a sua casa ambulante passou.

O primeiro foi antes da marcha, na passagem do rio Incomati.

Ali, como dissemos, tiveram de deixar o primeiro carro, e só puderam passar o rio o tóldo, as bancadas, a mesa, caixas, malas e trem de cosinha, comida, caldeiros, etc.

Três dias, como já dissemos também, durou esta terrível passagem, tendo tido de regressar a Lourenço Marques



Passagem do rio Sabie na Matiquana

(Desenho do prof. Sr. Cândido Pereira, de um *croquis* do autor)

um dos oficiais, afectado com uma séria biliosa. Quantas tentativas de cabos de vai-vem, quantas de empurrar à vara a jangada, com o carro em cima, tudo fracassou, felizmente sem mais acidente sério que alguns banhos forçados de pretos e de brancos.

O segundo precalço foi à passagem do rio Sabie, na Matiquana. Aí, depois do Bester com os pretos do carro sondar o rio, e as margens, e falar com os pretos da margem oposta, em grandes gritos, soube-se que um dado local dava vau, excepto uns quatro metros de percurso, com água de

dois metros de fundo, em que era preciso passar nadando com cuidado, por a corrente ser bastante forte nos duzentos metros de largura do rio, que corria silencioso entre alto capim, fóra do leito natural, e elevando o seu nível de momento a momento. Passaram primeiro as camas, as malas, o rancho, as armas, tudo — já se vê — encharcado, para a outra margem, indo os pretos os quatro metros com as cargas elevadas nos braços e de cabeça mergulhada.

Felizmente, as malas da fotografia, livros e roupas, eram estanques e de fôlha. Seguiram flutuando atadas umas às outras; por fim, arregaçando o tôlido do carro, cheio êste de calhaus grandes para poder ir com as rodas pelo fundo, sem receio de ser carregado pela corrente; ligados e jungidos os bois com uma cadeia suplementar, para mais fàcilmente e sem terem de puxar atingirem a outra margem, lá passou tudo completamente encharcado, indo os oficiais a nado sôbre as suas montadas.

O terceiro percalço foi a passagem do rio Manzintonto; aí os obstáculos eram o lôdo do rio e a enorme rampa de saída da margem norte, que impediam o carro de avançar. O rio era estreito, e quando o carro já estava na margem os bois começaram a subir a encosta oposta. A água não era muita, felizmente, dava a meio da corrente pelo pescoço dos pretos.

Descarregou-se o carro, e passou-se tudo para lá às costas. Mas as rodas e os bois começaram a enterrar-se no lôdo, chegando alguns a pousar nele as barrigas com as patas completamente atoladas. Quando o Bester ia começar a fazer avançar o carro, com o seu grito estridente e a sua grande chicotada estalejante, os bois mal se podiam mover. Os pretos todos empurravam o carro, mas êste cada vez se afundava mais no lôdo. Soltou-se a segunda junta de bois que nadava, e foi ligada à frente das outras com uma canga suplementar, e como último recurso o Bester e os dois *cow-boys*, empunhando fortes chicotes pequenos, começaram a fustigar barbaramente os pobres animais que davam mugidos de dor, mas acabaram por sair do atoleiro, e quando os

viu mais sossegados, com um forte e estridente grito «Ah! Ah! Ah!» e uma estalejante chicotada, começou tudo a mover-se, a princípio muito devagar e com grande esforço dos animais e grandes arrancos, e por fim foi tudo subindo a íngreme encosta, de cêrca de 30 % de inclinação, parando no terreno plano, os bois fumegando e alguns caindo no chão, de cansados.



Passagem do rio Manzintonto na Makaissa
(Aquarela do prof. Sr. Cândido Pereira, de um *croquis* do autor)

Finalmente, o último precalço foi já na volta do forte do Uanatzi para Magude, ao atravessar o rio Manzimechope, no momento em que os oficiais se dispunham a seguir adiante a cavalo, por falta de mantimentos, para todos, deixando o carro e o resto do pessoal para trás. Seguiu a caravana pachorrentamente para o caniçal do rio, no rasto do carreiro indígena. O rio não chegava ali a mostrar água alguma; corria inferior ao lôdo da planície quási todo o ano, por entre grandes calhaus. De repente o carro começa a enterrar-se pelo terreno dentro, até assentar a plataforma sôbre o capim, todo por igual, e os bois estavam enterrados

e de barriga já sôbre o chão, fazendo vãos esforços para se levantarem. Os oficiais a cavalo seguiam perto o carreiro dos pretos trilhado e duro, que, embora com o som ôco, tinha suficiente resistência para poder com o seu pêso, e o das montadas, desde que não parassem ou fôsem devagar. E olhavam para aquêle excepcional espectáculo, aflitos por verem sumir-se tudo pelo chão abaixo.

Descarregou-se imediatamente o carro, seguindo os pretos com tudo para a margem oposta pelo citado carreiro. O Bester e os dois *cow-boys*, com grande cuidado, foram soltar os canzis dos bois sem se atolarem, e estes livres, e depois de um grito e uma chicotada estalejante, lá se levantaram e seguiram à encosta fronteira, atolando-se muitas vezes, mas esta era pouco alta. Apenas os dois bois do tronco cada vez se enterravam mais, com o pêso da canga e da lança do carro. Só tinham as cabeças fora do lôdo. Transportados para a margem de lá os canzis, as cangas e a corrente suplementar, ligou-se esta à lança do carro e jungiram-se os bois na margem oposta. Agora era preciso safar os dois bois do tronco, atolados. Com grandes precauções para se não atolarem também, estendendo sôbre o lôdo já mexido grandes molhos de capim, pôde o Bester ligar duas grandes e fortes peças aos chavelhos dos bois, que só os mostravam fora do lôdo, e, atando uma das peças à corrente principal, foi o primeiro boi arrastado pelos outros da margem até que, no terreno resistente e quando já o imaginavam morto, pois chegou a desaparecer completamente, levantou-se, vomitando grandes porções de lôdo. Fez-se o mesmo para o segundo boi e felizmente foram ambos salvos e jungidos com a sua canga. Tratava-se agora de puxar o carro. Enganchada de novo ao tronco a corrente principal, e com grande fôrça e grandes gritos do boer, que se foi colocar com mais dois pretos sôbre a retaguarda da plataforma do carro, seguiu êste lavrando o lôdo, deixando atrás de si um flácido rio de lama até chegar à margem oposta, onde levou bastante tempo a limpeza do capim que envolvia por completo as rodas e os travões. Os oficiais

pasmavam da placidez do Bester, no meio dêsses percalços, e sobretudo da quási indiferença dos bois, para os quais esta cena era como que usual manifestação instintivamente ancestral de séculos de vida nómada no sertão africano, que tinha para isso adaptado gerações de homens e de animais.

Como o carro boer não tivesse estradas suficientemente largas para poder seguir para o norte do forte do Uanetzi,



Saída da brigada do forte do Uanetzi

Da direita para a esquerda: o comandante do forte, o oficial de estado maior capitão Marques, o sargento Reis, o Chico e o intérprete Leonel Cohen. Atrás: os pretos com as cargas

e uns três bois estivessem doentes ou feridos no cachaço, decidiu-se adaptar um carro alentejano, que ali ficara desde a campanha de Maginguana comandada por Mousinho, para carro de bois, e foram-lhe atreladas quatro juntas, depois de o Bester ter modificado a lança acrescentando-a.

Marcados os locais dos postos de Matiquana, casa Barnet e Bonganine, o que levou alguns dias, e começando-se a construção dos mesmos, saíram os oficiais do forte do Uanetzi em Fevereiro de 1901; isto é, no período mais forte das chuvas, inundações, mosquitos e febres, atraves-

sando os rios Uanetzana e Uanetzi, dirigindo se para o vale da nascente do rio Manzimechope. Ficaram a segunda noite na povoação de Uanclavane, e na manhã seguinte chegaram à povoação do velho Mussuazi, à qual noutro local nos referiremos.

A caravana era composta de 40 pretos à frente, com machados e podoadas, para abrir caminho ao carro alentejano, dirigido pelo Bester, o qual, puxado por quatro juntas de bois, conduzia mantimentos, malas, barracas e apetrechos de acampamento etc. Seguiam os sargentos a cavalo, em mulas requisitadas ao forte de Uanetzi, e, atrás de todos, oficiais e ordenanças a cavalo, estudando os caminhos, fazendo itinerário, tirando fotografias, e indagando por meio do indígena Mussuazi, intérprete, o que se sabia do local, a respeito dos indígenas de além fronteira, e dos boers do Transvaal. Como havia muitos espiões boers, que sempre tentavam passar com cartas, munições e mantimentos, êsse serviço de informações era de suma importância.

Saídos da povoação do Mussuazi, acompanhados, como dissemos, por êste antigo caçador de elefantes, seguimos à fronteira, tentando ir até ao rio Lepalule ou dos Elefantes. A lagoa Pembe, no alto de Malsobane, e junto à qual ficava a pirâmide da delimitação marcada e feita em tempos pelo grande colonial e depois governador, Freire de Andrade, estava com uma água pôdre e salgadiça que os bois e cavalos não puderam beber. Seguiu-se durante todo o dia a lomba de uma serra cheia de acácias espinhosas, a que os boers chamam *Varrambique* e os ingleses *wait-a-bit* («espere um pouco»), pois têm os espinhos em forma de unha de gato que se agarram ao fato, rasgando-o por qualquer pequeno movimento que se faça. Anoiteceu sem se ter encontrado água potável todo o dia, tanto para homens como para animais. A região era o mais selvagem possível, viam-se manadas de avestruzes e de zebras, que se sumiram por uma passagem tão estreita que os bois, quando soltos, se recusaram a seguir, e o capitão Marques, que desejava ir

ver a portela daquêle rio, voltou pouco depois com uma capa de oleado, que vestira, tôda às tiras, dos espinhos dos *varrambique*. Pôde-se ainda, ao jantar, beber a última água de Vidago, que levávamos; os sargentos despejaram os seus cantis, mas os animais e os pretos estavam com muita sede.

Morreu nessa noite um cavalo dos oficiais, com *horse-sickness* quási de repente. Na manhã seguinte, bem aborrecidos e extenuados, seguimos a procurar o caminho para a povoação de Sombane, perto da lagoa Forreni, onde só chegámos à noite, mas a sede era tanta, que com archotes, mesmo de noite, mandámos os pretos com o gado à lagoa Forreni para beberem.

Infeliz e desgraçada marcha, como o Mussuazi previra, pois a lagoa só tinha água salgada.

Morreu na manhã seguinte o cavalo de outro oficial, mordido pela môsca *tzé-tzé*. Os cavalos mortos foram substituídos por muares do forte Uanetzi. Não se dormiu nada nessa noite em Sombane, mas o Mussuazi dava a esperança de o rio Curbane, junto à povoação Xixuquane, ter água doce. Nessa última manhã, extenuados os pretos, com as bôcas negras pela sede, o cavalo e muares de olhos esgazeados, os bois babando-se e de olhos em sangue, lá seguimos todos desiludidos para o rio, indo o Mussuazi na frente a dirigir o caminho.

Felizmente, não havia mata densa ou floresta em que fôsse preciso abrir caminho a machado, o que tornaria a marcha tão morosa como nos dias antecedentes, e cêrca do meio-dia chegámos a um vale aberto e verdejante, onde se via lá em baixo correr um pequeno regato de água cristalina!

Não foi possível conter os animais, cujo instinto os levava a correr para o rio, e galopando as montadas, apesar-de as refrearem bastante, para evitar quedas. Os bois, como doidos, arrastavam o carro alentejano que infelizmente não tinha travão. Todos a gritar correndo para a *meba*, para a água salvadora, e daí a uns dez minutos estávamos de braços à borda do rio, bebendo, sem nos importarmos com mais coisa alguma.

A água felizmente era deliciosa, e muito limpa; quando nos desalterámos olhámos em roda; no meio do rio, o carro voltado de rodas para o ar, ainda girando, tinha debaixo de si, metida dentro da água completamente, tôda a carga, de rancho, malas e barraca. E as rodas ainda continuavam a girar, atirando salpicos em derredor.

Os pretos e o Bester conseguiram jungir e desmaranhar os bois, virando o carro de banda para poderem sair as cargas, que se iam pondo à margem do rio sôbre o capim verde, ao sol. Abertas elas viu-se que tudo estava encharcado, a roupa tôda alagada, o açúcar em calda, o macarrão em papa, a farinha estragada. Um cáos enorme que se mandou pôr ao sol pelo cozinheiro e pelos criados, conforme puderam.

Mas sol era quentíssimo, as núvens acumulavam-se no horizonte, grandes trovões se ouviam. Passada meia hora escureceu a atmosfera e poucos instantes depois, precedida de um trovão enorme, desaba uma tremenda carga de água antes que houvesse tempo de secar a roupa e os mantimentos. A chuva continuou todo o resto do dia e da noite.

Estávamos completamente encharcados. Debaixo de chuva se armou a barraca; tentou-se em vão acender o lume, mas na lenha não pegava o fogo, tão molhada e verde estava naquela estação e com aquela chuva. E passámos a noite acorados na barraca, chegados uns aos outros, os brancos. O pouco álcool desnaturado que levávamos, apenas deu, o da única garrafa que não se partira, para na manhã seguinte fazer café, que tomámos com bolacha e manteiga. A bolacha felizmente escapou em parte, que vinha em uma lata ainda não aberta, e a restante tôda ensopada serviu para fazer uma açorda, quando, apesar-da chuva, se pôde acender uma pequena fogueira, dentro da barraca, mercê de um resto de petróleo que havia.

Durante três dias sem podermos mudar de fato, pois o que ia nas malas estava encharcado, sem podermos dormir em cama sêca, mas sim vestidos como estávamos, seguimos sempre debaixo de chuva até à margem do Lepalule (ou rio

dos Elefantes), onde pela primeira vez raiou o desejado sol, ao chegarmos à povoação do Stanhana, na qual os indígenas felizmente forneceram bastante comida para todos.

Mas estávamos tolhidos de reumatismo, e com febre. Ao cabo de marinha declarara-se-lhe uma biliosa hematúrica, que se transformou em anúrica, sendo necessário recambiá-lo para Uanetzi, em maca, e daí para o hospital



Passagem do rio Lepalule, ou dos Elefantes.
O pessoal menor da brigada atravessando
o rio de Sombane para o Mazizigani

de Lourenço Marques, onde, devido a uma injeção de sôro fisiológico, chegou com vida, e se restabeleceu suficientemente, para poder seguir para Portugal. O sargento Reis teve uma biliosa hematúrica, sendo necessário enviá-lo também urgentemente para Lourenço Marques, onde faleceu no hospital. O sargento Cepa que ficara atrás com o material para a construção dos postos, também não escapou às febres provenientes das molhas, vindo a falecer por seu turno no mesmo hospital. Os oficiais escaparam com duas biliosas, apesar-de sempre continuarem a sua viagem e o seu serviço a cavalo. Finalmente, o alferes da reserva de engenharia Antero José de Amorim, que não passara do Incomati com o material para os postos, também adoeceu, de modo que depois de feito o seu serviço, e com uma grande pneumonia,

seguida de uma biliosa, tendo ainda em serviço ido a Tete, foi embarcado para Portugal, morrendo três dias depois de ter regressado a Manteigas, sua terra natal. O macaísta e os chineses construíram os postos onde se tinham marcado.

A ordem do comandante da brigada era seguir esta sempre para diante, só regressando aquêles que a doença não permitia continuar no serviço. Era duro, mas o serviço militar estava primeiro que tudo. Ainda os dois oficiais, com o Bester e pessoal menor, conseguiram num dongo passar o rio dos Elefantes indo marcar no Mazizigani o pôsto junto ao carreiro que atravessava a fronteira e mandando marcar pelo Cohen o pôsto de M'Pingo. Mas estávamos de tal modo transtornados com as febres, que quási sem podermos montar, nem tendo rancho para seguir mais ao norte, e sendo já o Mazizigani bem afastado para o norte dos pontos onde estavam as fôrças dos Transvaalianos em guerra, segundo souberam pelo Mussuazi, resolvemos descansar ali uns dias, e regressámos depois. Tanto mais que o Governador Geral tinha dado ordem para, enquanto não viesse melhor tempo, não seguirmos mais a norte. No local da fronteira ficou só em serviço o Mussuazi e sua gente, em comunicação com o forte do Uanetzi.

Assim acabaram o serviço, vítimas das intempéries e da estação, quási todos os que compunham esta marcha tão arriscada, numa época em que é uma verdadeira temeridade andar no mato na África Oriental Portuguesa.

E durante muitos anos o chefe da brigada lembrava o seu pobre companheiro de trabalhos, o sargento Reis, que com êle viera de Lisboa e do serviço do Regimento de Engenharia, vindo só com 3 pretos, de machila, para Lourenço Marques delirando, com a febre biliosa, que obrigou a mandá-lo para o hospital numa marcha soturna de moribundo, almejando, nos momentos lúcidos, por chegar depressa, chamando por êle em altos gritos, gritando ao cipai preto de Sena, que o acompanhava desde o Uanetzi: — «Vá depressa» — ao que o pobre preto aflito retorquia, levan-

tando as mãos ao céu: — «Deus é grande, Deus é grande» — e chegando já quasi morto ao local, onde êle julgava encontrar a sua salvação (1).

O VELHO MUSSUAZI

Voltavam os oficiais de Mazizigani, ou Massingiri, na margem esquerda do rio Lepalule ou dos Elefantes, afluente do Limpopo, com o qual se encontra perto de Guijá. Vencidos pelas febres e biliosas, seguiam para o sul, parando oito dias depois na povoação do velho Mussuazi, antigo caçador de elefantes que fora do grande sertanejo Mafambacha (Diocleciano Fernandes das Neves).

Ao seguir para o norte tinham, no desempenho da sua missão oficial, encarregado o Mussuazi, dois filhos e dois sobrinhos, de policiar a fronteira, apanhando todos os indígenas com mucandas (cartas) que tentassem atravessá-la, e comunicando ao forte de Uanetzi qualquer presença de branco suspeito, quer boer, quer alemão ou inglês, que por ali andasse.

Foi uma velha preta, mãe de Mussuazi, quasi centenária, a única criatura que encontraram na povoação, pois as mulheres e crianças tinham tódas fugido para o mato à aproximação dos brancos.

Por ela souberam que o filho, e sua gente, tinham ido em caça a um preto do Transvaal, que passara, portador de cartas para os brancos de lá. Assentaram arraiais por uns dias junto à povoação, esperando o Mussuazi para saber notícias. As mulheres, raparigas e petizes apareceram logo com cara de os conhecerem, e a rirem muito do seu susto, e daí a pouco tinham à roda de si duas boas fiadas de cherundos cheios de farinha de milho, mapila, mandioca, batata

(1) Os dois sargentos nunca se serviram das caixas nas quais eu lhes tinha dado todos os remédios necessários contra as febres!

dôce, maçarocas e amendoim, que regalaram os carregadores que vinham bastante esfomeados. Entretiveram-se os oficiais caçando juntamente com os seus dois caçadores, que apanharam pouco longe dali, no vale de Mansimechope, uma zebra e um cudo enormes, trazidos ao acampamento com grande grita e entusiasmo, e tôda a noite os pretos, com a gente da povoação, passaram o tempo comendo as tripas e a carne assada com sal, dançando o batuque e bebendo pombe, que as pretas lhes levaram.

No segundo dia matou-se um grande avestruz, e pela primeira vez comeram bifes da perna daquele animal, que é tão gelatinoso como coriáceo, e só se come para se dizer que já se comeu uma vez. Em compensação, as penas que trouxemos eram lindíssimas, e enormes. O animal era tão alto que posta uma perna quási descarnada, de pé, a cabeça do fémur ficava à altura da do oficial. Nesse dia a caça tinha-os levado longe e andaram mais de quatro léguas a cavalo. Foi encontrado o avestruz na mananga a sul do forte de Uanetzi, onde corriam oito em fila, e atirando-lhe a 300 metros de distância. Fugiam a trote largo, com as asas em maromba, e o pescoço estendido por entre o Xinati, bauínia que por ali abunda.

No dia seguinte, de manhã, entre grande barbaré e gritos das pretas que davam punhadas na cabeça, apareceu um cortejo que conduzia o velho Mussuazi numa tôsca padiola, mas gravemente ferido, e, ao chegar ao pé dos oficiais, êle mesmo erguendo-se entregou um grande maço de cartas, que apanhara ao preto que o ferira, e com as quais se fêz um atado seguro, mandando-o imediatamente por um preto ao Governador Geral.

O Mussuazi, havia dias, encontrara no vale do rio Uanetzi, já perto da fronteira, um preto de Spirloquein, caçador seu conhecido, que levava espetadas numa cana várias mucandas, e seguia a passo gymnástico, com a sua Martini e uma azagaia. Êle chamou-o, mas o preto ainda mais fugiu; Mussuazi não quis saber de histórias, envia-lhe uma bala a uma perna, unicamente para evitar

que fugisse, e caiu sôbre êle, que rebolava pelo chão, tentando fugir. Apoderou-se das cartas, mas nisto o outro preto que ficara sem a espingarda ao cair, ergueu-se e espeta-lhe a zagaia numa perna. Mas o Mussuazi não o largou, e, mesmo com a zagaia na perna, subjugou-o; depois arranca de si a zagaia, crava-lha no peito e rebola-o pela rocha da margem do Uanetzi, até cair lá em baixo no rio.

Acudiram-lhe os filhos, mas estava muito ferido para poder andar, e trouxeram-no parte do tempo às costas, parte em padiola.

O pobre velho pedia mèzinha, e lá se lhe tratou da ferida, que já estava cheia de bichos, e lhe deixámos parches, compressas, ligaduras, água de sublimado, e algum salol, explicando-lhe como devia tratar-se.

Tôda a pretalhada da povoação olhava admirada a farmácia portátil, e até à noite não houve preto que tivesse uma ferida num dedo que não viesse pedir mèzinha. A todos atenderam os oficiais com pachorra, especialmente aos carregadores, que se queixavam, com uma pança enorme cheia de carne de zebra e cudo, de que tinham «inhoca na barriga», por não poderem digerir. Despejou-se um frasco de sal amargo e na manhã seguinte estavam todos lépidos para a marcha.

Daí seguimos por norte, pelo vale de Lepalule abaixo, passando perto do forte dos Elefantes, abandonado, e indo duas noites depois pernoitar na mesma povoação em que em tempos trucidaram o alferes Chamusca.

O terreno era fertilíssimo, abundando as machambas de milho, e mapira. Encontraram muita batata doce, e muita melancia cafreal, que compraram a trôco de pequenos copos de aguardente. Com elas matavam a sêde, pois a água era terrível, cheia de bichinhos e esverdeada.

Viajava-se em bem críticas condições; o rancho tinha acabado no Mazizigani e o que esperavam nunca chegou por ter sido roubado pelos pretos do Transvaal. De forma que tinham de se sustentar de galinhas do gentio, batata

doce, mandioca, maçaroca de milho e alguma farinha de milho do gentio, de que faziam papas, e mesmo pão. Estavam a mais de 200 quilómetros de qualquer povoação de brancos. O local em que decidiram dormir era muito húmido, e as árvores em volta muito copadas; o capim tão alto à roda que não viam as suas três montadas dentro dêle. Ao longo do caminho cafreal, que seguiam, havia muitas *trapas*, alcapões de caça de antilopes, e alguns animais compraram ao gentio apanhados nêles. Na manhã seguinte à noite que passámos na povoação em que trucidaram o alferes Chamusca, estava um dos oficiais, seriam 5 horas da manhã, acordado, de costas na cama, entre os cobertores de lã, mas vestido com meias, ceroulas e camisola Jeger, completamente forrado de lã, como era seu costume dormir no mato, e sem lençóis. Pensava na sua vida e no que seria dêles sem víveres para tantos dias, quando sentiu uma coisa a raspar, encostada ao corpo, junto ao braço. Era um raspar amiudado, e por vezes uma pequena picada como que de ponta de alfinete, ou espinho, ao de leve. Devia ser bicho, com certeza! Que bicho seria? E como se livraria dêle, sem ser mordido? Foram as naturais perguntas a si mesmo. Deitou o braço direito fora da roupa e pegando na manta de lã pela borda, puxou-a com fôrça levantando-a um pouco para os pés da cama e olhou!!! Quási ia desmaiando com a comoção. Era um terrível e enorme escorpião, que, ao ver-se assim sacudido, levantou o ferrão da cauda, abriu as duas mandíbulas, em ademanes provocadores, e deu uma ferroadada para a frente, que felizmente não lhe atingiu a camisola. Era na realidade enorme, tinha o corpo amarelo côr de palha, e as mandíbulas e ponta da cauda azulóias claras: que horrível bicho!!! Começou a pensar como afastá-lo sem ser mordido, e lembrou-se de dar com o punho direito uma grande punhada do lado de fora da cama de campanha, e assim fêz. O lacrau ainda se levantou mais, correu por cima do *Jeger* e da barriga para o lado direito. Dá uma enorme ferroadada na cama, e salta para o chão, sendo ali esmagado com uma das botas ferra-

das. Depois o oficial deixou-se cair desfalecido na cama, quasi que ia desmaiando. O escorpião tinha 0,^m16 de comprimento; entregou-o mais tarde no Museu Bocage, onde se encontra na sala de África. Era o principio das misérias e privações por que iam passar, até chegar a Lourenço Marques.

Não me alongarei contando aqui tôdas. Já me referi à morte dos três desgraçados companheiros dos officiaes, a quem a biliosa vitimou; apenas me referirei às agonias por que passámos com a falta de sal, dinheiro e fazendas, para comprar o indispensável mantimento.

Durante 8 dias, depois de terem atravessado o Limpopo tendo ido ao forte de Guijá, voltaram a caminho de Magude a cavallo, sustentando-se apenas do que os seus caçadores apanhavam de caça, com as suas armas, para viverem e sustentarem os pretos e os brancos, que eram ao todo 40 pessoas. Pela única vez na sua vida de official, quem isto descreve, caçou com os seus pretos para viver, andando dias no mato e com fome até se encontrar uma antílope ou gazela.

Depois de se servirem de carne, era esta dividida pelos pretos, e como não tinham mais nada de comer, especialmente na parte árida e deserta que atravessavam, levavam-a às vezes durante três ou quatro dias até acabar. E, apesar-de mandar sempre os carregadores da carne a sota-vento, por vezes o cheiro da podridão era horrível e fazia-os vomitar. Para os pretos isso nada queria dizer, pois muito apreciam a carne ultra *faisandée*.

E quando o sal faltou? A principio ainda se puderam comer as galinhas, perdizes, e galinhas de mato, com o caldo de batata doce, e por último temperadas com lama salgadiça, que se encontrava, mas por fim era sabido que tudo que comiam tudo vomitavam. Únicamente aquêles que passou por esta aflicção é que pode avaliar bem o que sejam 10 dias sem sal, a comer a carne adocicada de antílope, galinha ou lebre, que enjoa tanto, que não se pode conservar no estômago nem meia hora. Por fim chegaram ao forte

de Magude, tão extenuados, tão pouco acostumados aos fofos colchões de molas, que não dormiram quási nada nas boas camas a primeira noite.

Na sua triste situação muito lhes valeram as duas ordenanças que tinham trazido para esta viagem. Dois desempenados rapazes da polícia de Lourenço Marques, que, à parte alguns castigos, eram desembaraçadíssimos e valentes. O cabo 15, o Chico, antigo impedido de Mousinho, um dos 25 heróis do Chaimite, condecorado com a Tôrre e Espada, e o 8, que, embora não fôsse tão classificado como herói, valia bem o primeiro pela sua seriedade, resistência e bom humor constante, tendo sido ordenança permanente de vários governadores do distrito. Êste foi sempre acompanhando o carro. Em tôdas as marchas para o interior o oficial que isto escreve tem-se sempre, nas ocasiões críticas, encontrado de preferência com os soldados mais desembaraçados, que geralmente em África são os que mais castigos têm. E, desde que êsses castigos não atinjam a sua honradez, são preferíveis aos bons meninos, de comportamento exemplar, que, salvo algumas frisantes excepções, não servem para nada no mato, e estão sempre a puxar pelo regulamento, e pelos seus direitos, não suportando as fadigas que aos outros pouco custam. O Chico, louro, de olhos azuis, sempre sério e alegre, que há pouco ainda se encontrava em Lourenço Marques, segundo me disseram, teve primeiro de ceder o seu cavalo ao oficial de Estado Maior, e passou a seguir a pé, por todos os outros cavalos terem morrido, de *horse-sickness*. Depois, como o preto da única mala tivesse fugido, era êle que ainda por cima na volta a trazia às costas, e que, chegando aos altos para o almôço, ou passar a noite, cozinhava a nossa comida. Ê claro que feita ela os oficiais obrigavam-no a sentar-se perto dêles e a comer ao mesmo tempo, pois tinha honras de oficial por ser condecorado com a Tôrre e Espada, honras das quais era excepcionalmente modesto. Oxalá o Govêrno tivesse utilizado êste herói, que em certas condições podia ter sido muito útil em serviço no mato.

Quando chegávamos às povoações em que havia monhés, como era muito devoto do deus Baco, pedia sempre licença para tomar a sua tertúlia, o que em terras de ingleses não seria nada reparado. E lá andava, com autorização superior, pelas lojas dos monhés, cantando e aos bordos, até que, ao fim de dois dias, vinha apresentar-se tão satisfeito como estafado, e de novo era o melhor auxiliar para a viagem. Em Magude deixámos o carro o Bester e os pretos quási todos. Mas de Magude ao Incomati ainda passámos tormentos, pois o preto, com a caixa da comida que o administrador nos dera, fugiu também, e passámos a trocar as galinhas, batata, mandioca, maçarocas e sal, por camisas, camisolas e calças e até por um espelho de fazer a barba, e se a viagem durasse mais dois dias chegaríamos a Lourenço Marques, não sem camisa, como na realidade chegámos, mas quási nus. E durante muito tempo, quando o oficial fazia a barba no mato, em frente do seu espelho portátil, recordava-se sempre da pena com que trocara as três partes de um espelho idêntico por três galinhas, em dias sucessivos, para não morrer de fome. De Magude seguimos ao comando de Sabié, passando o rio em barco e o cavalo e muar a nado; e de lá à estação do Incomati, regressando a Lourenço Marques.

Passados dois meses recebia na minha repartição, a visita do velho Mussuazi, que, ao chegar, ajoelhou como pôde, apesar da ferida na perna, já então cicatrizada, e estendeu diante de mim uma linda pele de leão, que trazia como saguate pela cura das feridas. Eu agradeci-lhe. E voltou para casa, passados dias, carregado de presentes, capulanas, berimbaus, gaitinhas, uma arma Martini, etc., e bêbado, mas contente, feliz. Dizia êle que não tinha voltado a Chionguine (Lourenço Marques) desde que acompanhara pela última vez o Mafambacheca, para embarcar para Lisboa, havia uns 25 anos.

CONCLUSÃO

Termino êste despretencioso relato dos serviços que alguns oficiais portugueses das expedições, polícia e pessoal do Caminho de Ferro de Lourenço Marques e das Obras Públicas da antiga Província de Moçambique, fizeram a bem da Pátria Portuguesa, durante a Guerra Anglo-Boer, depois das ordens dos Governadores Gerais e do Distrito. Por motivos que digo em nota, bem pouco conhecidos foram do nosso país então. Embora não tivessem sido feitos com armas na mão, nem por isso alguns deixaram de ser importantes e difíceis (1).

(1) N. B. — Nunca qualquer dos Governadores Gerais ou do Distrito nos disseram que devíamos ser neutrais, nesta guerra do país vizinho, o que achávamos bem curioso e invulgar. Mas todos tínhamos a consciência de que assim devia ser, desde que, igualmente amigos dos boers e dos ingleses, não queríamos entrar em guerra. E por isso, mesmo sem os nossos superiores nos dizerem nada, assim tínhamos procedido, manifestando a neutralidade, tratando e socorrendo tanto uns como outros, sem manifestações para qualquer dos lados, o que apesar-de bem difficil sempre conseguimos, como neste relato deixamos mencionado.

Só muito mais tarde, anos depois, por termos estado sempre afastados do meio de Lisboa e dos assuntos diplomáticos, é que vimos as razões que a isso levaram os nossos Governadores. Se a nossa tendência natural nos levava a favorecer os ingleses, o procedimento da Alemanha, e os perigos para nós de nos manifestarmos contrários a esta nação, e a uma grande parte da política portuguesa de então, nos levava a não devermos manifestar o que para nós parecia mais natural, afim de não exacerbar os alemães, que então, por todos os modos queriam achar um pretexto para se apossarem das nossas colónias. Daí a grande dificuldade da política dos nossos Governadores. Se era verdade que o *tratado secreto* de 1661 (segundo mencionava Salisbury) dizia (*o rei da Grã-Bretanha promete e obriga-se a defender e proteger as conquistas e colónias portuguesas contra todos os inimigos no futuro e no presente*.) também era certo que a *declaração secreta anglo-portuguesa de 1899* (14 de Outubro) confirma o artigo 1.º do tratado do 1642, e o artigo final do tratado de 1661 e

Descrevemos os serviços das duas expedições; a primeira comandada pelo Major Seabra de Lacerda, a que correspondeu a entrada dos boers fugitivos no distrito de Lourenço Marques. A segunda era parte da expedição do General Venceslau Teles, que ficou na Província, e comandada pelo então Major Passos e Sousa, o qual já tinha feito parte da segunda campanha de Gaza com Mousinho,

por ela (declaração) se comprometia Portugal a não consentir na passagem *de armas e munições destinadas ao Transvaal, e a não declarar a sua neutralidade na guerra entre a Grã-Bretanha e a República Sud-Africana*. (Vieira de Castro, *D. Carlos I*, 2.^a ed., págs. 160-161). Por outro lado esta *declaração* vinha invalidar o convénio de 1886 (Barros Gomes-Schmitztals) pois (certificava-o o Príncipe Bulow) *está em flagrante contradição com o espírito do acôrdo anglo-inglês sobre as colónias portuguesas* (*idem*, pág. 162). Além disso a guerra anglo-boer, tinha desencadeado na imprensa de Lisboa um còro de vociferações contra a Inglaterra. Os republicanos que já em 1898 tinham aplaudido o telegrama do Kaiser a Kruger, renovavam a sua dilecta política anti-britânica, com cumplicidade dos sectores monárquicos (*idem*).

A manifestação do exército de Kitchner em Komatie-poort, no dia dos anos dos nossos Reis, a favor de Portugal, e dos seus monarcas, era resultado da acção do nosso Rei D. Carlos e do Marquês de Soveral, em Londres por êsse tempo.

Do que deixo escrito se conclui, vendo a disparidade dos convénios que resumi, referidos no livro citado, e das variadas opiniões dos políticos de então, em evidência em Lisboa, umas contrárias à Inglaterra, e a favor das opiniões da Alemanha, e outras em sentido oposto, parece que não convinha aos Ministros que se dissesse que a expedição do Major Seabra de Lacerda fôsse para Ressano Garcia, saindo de Lourenço Marques. A tal revolta dos indígenas nunca passou de um insignificante distúrbio, devido, cremos, a pagamentos de imposto de palhotas, que se apaziguou e terminou com meia dúzia de polícias da própria circunscrição, e de modo nenhum *precisava* duma tão grande fôrça como a da expedição que foi para Ressano Garcia. Serviu êste facto contudo ao Govêrno da Província para justificar, para Lisboa, a ida da mesma expedição para junto à fronteira portuguesa, onde foi unicamente para evitar distúrbios dos transeuntes estrangeiros, e fazer respeitar a Nação Portuguesa a uns e a outros.

além de outros serviços importantes nas colónias. Correspondeu esta ao policiamento da fronteira junto ao Transvaal, no fim da guerra anglo-boer. Acêrca da primeira expedição, já no decorrer dêste relato o seu serviço ficou a meu ver bem consignado.

Quanto à segunda expedição, especialmente depois que a brigada que eu fui obrigado a comandar, tendo podido com bastante dificuldade, sôbretudo pela época das chuvas, em que serviu, marcar e construir vários postos da fronteira, atrás indicados, e, embora não tenha apontamentos completos do seu serviço posterior não me sendo possível, senão de memória, detalhar alguns dêles, tenho a dizer o seguinte: O chefe e, por assim dizer, a alma dêste serviço foi, sem contestação alguma, o então Capitão do Estado Maior do Exército, ao serviço do Estado Maior da Província, Sr. Eduardo Augusto Marques, que anteriormente tinha sido meu companheiro, em todo o serviço já indicado, a norte de Ressano Garcia. Os postos que depois êle organizou e de que ordenou o guarnecimento, felizmente, foram todos construídos ou ampliados na estação sêca, pelos officiais que as guarneceram, ficando assim prolongado o policiamento da fronteira até ao rio Limpopo e feitos cafrealmente de varas e capim, o que além de ser mais económico, os tornou de mais rápida e fácil construção.

Foi o mesmo Senhor já então General, Eduardo Marques, que, anos mais tarde, me ofereceu uma série muito interessante de fotografias, dos postos de fronteira, no seu tempo, a norte de Incomati, terminados quando êle deixou êste serviço. Infelizmente depois de ter voltado de África, pela última vez, fui examiná-los e encontrei as fotografias tôdas estragadas pelo hiposulfito, e de tal maneira que, com grande desgosto meu, não puderam servir para fotogravuras. Mas do que nelas estava escrito pude ler o que segue.

Foram por êle mencionados os seguintes postos: pôsto de Cochimine, perto de Incomati; de Mabale entre Cochimine e o rio Sabie; de Mabeane entre o rio Sabie e Camatonga, a caminho de Bonganine; de Jongela, perto da povoação dêste

nome, a caminho de Bonganine; da Casa Barnet a caminho de Bonganine; de Bingo (a norte do rio dos Elefantes) na margem do rio Singuedzi, em substituição de M'Pingo.

O pòsto de Magagane a norte do rio Singuedzi, que foi comandado pelo alferes de artilharia Guerra.

O pòsto de Godzane perto de Tchambue, a norte do anterior, que foi estabelecido pelo alferes Ferreira da Silva.

O pòsto de Gaba na margem esquerda do rio Limpopo, a norte do antecedente foi guarnecido pela polícia de Gaza, bem como o pòsto de Muchacha, a norte do antecedente guarnecido pela mesma polícia.

O pòsto de Bonganine, veio a ser construído pelo tenente de artilharia Côrte Real Machado, depois que fêz serviço comigo no sul de Ressano Garcia na fronteira.

O antigo pòsto de Minhamane, ampliado, foi comandado pelo tenente Van-Zeller, e o de Masingiri pelo alferes de cavalaria Casqueiro.

O antigo forte do Uanetzi, do tempo de Mousinho, comando militar, depois de no meu tempo ter sido comandado por um antigo e distinto oficial da polícia de Gaza, que muito me coadjuvou, mas de cujo nome me não recordo, foi comandado algum tempo pelo capitão Carcassa, tendo sido aumentado com uma enfermaria, e um grande depósito de géneros.

Houve um novo pòsto da Matiquana, na margem direita do rio Sabia, e o pòsto de Mussuazi foi ampliado.

A sul de Ressano Garcia e do rio Incomati, foi apenas depois do meu tempo instalado o pòsto de Gerez na fronteira, entre Matalha e Namahacha, distância na realidade grande, no local pelo qual entrara o comando boer dos prisioneiros fugidos, no meu tempo, a que já me referi, mas de pouco servio e foi abandonado. Foi êste o colossal trabalho que em postos se fêz depois que deixei êste serviço.

Além dêstes oficiais atrás mencionados, encontro nos meus apontamentos que também estiveram neste serviço o Capitão Pessoa, e o tenente Brusco, o qual depois de já ser tenente coronel, e creio eu reformado, desenhou umas

engraçadas caricaturas de vários oficiais, que com êle na fronteira fizeram serviço. Sinto muito não ter conhecimento do nome dos outros oficiais.

O serviço dêstes postos estendeu-se até ao rio Pafuri, afluente do rio Limpopo, e por assim dizer até ao limite sul dos terrenos da antiga Companhia de Moçambique, para se vigiarem os refugiados boers, que tendo fugido às tropas do General Kitchner, desejavam, cremos que por falta de alimentos de bôca, internar-se nas terras da nação portuguesa, o que não convinha, tanto mais que por informações, cremos do nosso informador Cohen, viriam armados.

Termino êste meu trabalho transcrevendo uma nota que tenho nos meus apontamentos, relativa ao então capitão do Estado Maior Sr. Eduardo Marques, que mais tarde tanto se distinguiu, com Roçadas no sul de Angola, onde também foi seu chefe de Estado Maior, e depois foi Governador de Macau, da Beira, e Ministro das Colónias, e hoje ocupa um bem alto lugar não só no Parlamento como Presidente da Câmara Corporativa, e na União Nacional.

Embora as suas palavras no que vou referir pudessem ter sido outras, a sua ideia cremos firmemente deve ter sido a mesma.

Êste distinto oficial salvou a Província de uma invasão de refugiados boers em armas, que nos podia ter sido muito nociva. Contaram-me o caso do seguinte modo, o que aliás não me admirou, sabendo bem qual o valor, seriedade, coragem e decisão dêste ilustre oficial.

Estava perto do rio Singuedzi, afluente do Limpopo, a fôrça do General Koetzer a que já anteriormente me referi, como comandando os boers, que não querendo com Pienard atravessar a fronteira de Ressano Garcia, tinham seguido com êste General para Norte, constado que se dirigiram aos comandos de Pilgrins-Rest e Spirlonquein, perto do monte Mundoe ao Norte do Transvaal. Por informações dos nossos espiões brancos e pretos, e especialmente pelo nosso informador Leonel Cohen, soube-se que um dos seus

comandos, uns 100 homens, se dispunha a invadir o território português em armas, cremos à procura de comida que não tinham no Transvaal, ou com receio das forças inglesas, que tinham entrado pela Beira, e se dirigiram a Melseter. Isto dizia-se quasi imediatamente. E não havendo tempo nem para informar o nosso Governador Geral em Lourenço Marques, nem têmos ali no forte as forças suficientes para de pronto os receber, o capitão Sr. Eduardo Marques, acompanhado por duas ordenanças a cavalo, e bem uniformizadas, atravessou a fronteira, e dirigindo-se ao Comando Boer disse ao seu chefe, creio em inglês, *o nosso general que está perto, com as nossas tropas, manda-me comunicar a V. Ex.^a que desde que deixe as suas armas na fronteira, poderá entrar em território português, que será bem acolhido e seguirá refugiado com os seus para Portugal.*

No forte do Uanetzi havia apenas ao tempo 4 oficiais, e 10 soldados brancos!!! O general ou comandante ouvindo isto respondeu *que seguiria no seu território para sul e não atravessava a fronteira*, e agradeceu a comunicação. E por êste rasgo de *astúcia*, para não dizer de *audácia*, nos livrámos de poder ter tido uma séria contingência, em defesa da honra e integridade de Portugal.

Derrotados os Boers depois do successo inglês do combate de Tiveebosch em 7 de Março de 1902, já desde então a fronteira portuguesa estava sossegada, e sem trânsito algum. Apenas houve combates contra o aguerrido Metherven, mais ao sul, e alguns ingleses. E terminaram os boers aceitando na reunião de *Verreniging* o tratado de paz, que foi assinado em 21 de Maio de 1902, com a Inglaterra, tornado o Transvaal e o Orange possessões britânicas. Hoje pertencem ao domínio inglês da União Sul-Africana.

Neste despretençioso relato ficam consignados os factos mais importantes desta situação movimentada, e difícil para as autoridades portuguesas e seus subordinados, civis e

militares, e peço para ser relevado o facto de me ter referido a serviços meus. Mas se tal fiz, apesar-da pessoa que escreve não dever falar de si, foi porque todos ficam documentados e provados terem sido ordenados superiormente, não tendo culpa de, pela minha posição oficial, ter sido obrigado a fazê-los, e sem os referir (à parte alguns acontecimentos verídicos pessoais que descrevi para amenisar o meu dizer), não se poderia saber ao certo como grande parte dessas coisas se passaram.

Lisboa, 2 de Janeiro de 1943.

CARLOS ROMA MACHADO DE FARIA E MAIA

Coronel de Engenharia reformado.

GENÈSE DES TACHES SOLAIRES

Les observateurs de l'Univers sidéral ont éprouvé une étrange surprise lorsqu'un jour on a constaté que la conviction de l'incorruptibilité de l'astre qui nous éblouit avec sa grandeur et son intensité lumineuse était une fausse croyance.

La surface éblouissante qui en même temps nous brûle et repand la vie sur la terre, n'échappe pas aux influences qui déterminent dans la nature des transformations plus ou moins profondes. Et, parfois, dans quelques régions du Soleil, son éclat se trouve obscurci par des ombres, et même troublé par des cataclysmes, parfois violents, qu'on nomme des *taches solaires*.

D'ailleurs dès qu'ils ont été découverts, ces phénomènes ont acquis une grande importance et même on les a pris comme les responsables des graves accidents dont la Terre serait victime, provocateurs de tempêtes, et perturbateurs de la tranquillité atmosphérique, qui serait paradisiaque s'il n'y avait pas cette influence inattendue et même des troubles physiologiques éprouvés par l'humanité.

Il appartient au Père Scheiner la responsabilité d'être le premier à venir troubler la confiance qu'on avait dans l'incorruptibilité du Soleil, car les observations antérieures qui pourraient mettre en cause ce fait n'étaient pas de nature à faire perdre la confiance existante. Vraiment seulement après 1610 c'est qu'on se trouve avec des obser-

vations d'ordre scientifique faites par Fabricius, et par le célèbre savant italien Galilée qui a abouti des lors à de remarquables découvertes, entre autres celle de la rotation du Soleil.

La hardiesse dont s'est rendu coupable le Père Scheiner en atteignant avec sa découverte le prestige de l'*astre royal*, fut immédiatement corrigée par les admoestations de son supérieur. On raconte que le provincial de son ordre a dit au Père Scheiner «J'ai lu plusieurs fois mon Aristote tout entier, et je puis vous assurer que je n'y ai rien trouvé de semblable. Allez, mon fils, tranquillisez-vous, et soyez certain que ce sont des défauts de vos verres ou de vos yeux que vous prenez pour des taches dans le Soleil».

D'autres investigateurs ont éprouvé des souffrances plus graves. Plusieurs ont été atteints dans les organes de la vision, et Galilée même s'est trouvé complètement aveugle, ce qui n'a pas diminué son enthousiasme scientifique et son activité.

Pourtant il est à propos de signaler qu'on a à regretter d'autres conséquences fâcheuses car les explications de ces phénomènes en même temps qu'elles ont mis en relief de puissants génies et de vastes connaissances, ont produit des doctrines incompréhensibles, parfois même d'étranges fantaisies, qui, il est vrai, témoignent du génie de ses auteurs.

Il n'est pas dans mon intention de faire des critiques qui exigeraient de larges considérations et il est de justice constater que, le manque d'observations, enfin réalisées quand les génies de Deslandres en France, et de Hale aux Etats Unis ont abouti aux merveilleuses images monochromatiques du Soleil, était un obstacle insurmontable pour qu'on puisse fournir des explications acceptables. Aussi mon propos n'est pas de faire des critiques, qui en tout cas devraient être tempérées par la considération des connaissances existantes, mais exposer une explication qui me paraît satisfaisante et qui repose exactement sur les dernières connaissances acquises. Alors en regardant le passé je me restreindrai à de rapides évocations.

De droit on doit rappeler d'abord le savant et infatigable investigateur W. Herschel qui, ayant proposé une explication simple, mais difficilement justifiable, a trouvé un bon accueil, qui a subsisté jusqu'au milieu du siècle dernier, ce que demontre la puissante influence d'une autorité basée sur des découvertes de haute valeur.

L'hypothèse proposée par W. Herschel qui remonte à l'année 1795 est vraiment séduisante: il a voulu faire du Soleil une terre délicieuse. Le soleil serait un astre possédant les caractéristiques de la terre, mais avec une végétation luxuriante et une nombreuse population, ayant pour le protéger contre la radiation des couches supérieures, une épaisse couche de nuages. Pour les facules, celles-ci seulement entrevues, on admettait qu'elles étaient des éminences de la photosphère.

Les taches seraient produites par un excès d'émission lumineuse des régions limitrophes. On supposait aussi que le Soleil possédait un noyau d'où partirait un gaz très ténu, lequel produirait les pores qu'on observe et les taches seraient produites par une intense production de ce gaz mélangé avec les gaz incandescents des couches supérieures.

Lalande a envisagé les taches comme des montagnes projetées dans une mer de flammes. La pénombre représenterait les côtes de ces montagnes.

En harmonie avec les conceptions successives qu'on a proposées pour la structure du Soleil on a proposé des explications pour les phénomènes plus remarquables qu'on observe dans son atmosphère, et spécialement pour les taches, facules, protubérances et pour les filaments.

Zöllner a émis l'avis que la photosphère serait une couche liquide assise sur un noyau solide. Les taches seraient la conséquence d'un refroidissement local produit par l'irradiation. Il a supposé que le noyau des taches était constitué par des scories solides, qui seraient une conséquence de ces radiations, et que la périodicité était une conséquence de l'activité générale du Soleil. Cette doctrine

ayant pour base l'existence d'une atmosphère liquide est par ce fait inadmissible vu qu'on a constaté que la température à la surface du Soleil est, au moins de l'ordre de cinq mille degrés centigrades.

Parmis les observateurs plus profonds et consciencieux on trouve le P. Secchi, qui s'est dérobé à donner des explications, mais qui avait en tout cas émis des opinions très exagérées sur la température du Soleil.

Vers la même époque, au milieu du siècle dernier l'astronome français Faye, qui s'est occupé beaucoup des doctrines cosmogoniques, sujet qui est étroitement relié à la structure du Soleil a émis l'opinion que le Soleil est une colossale machine thermique qui irradie de l'énergie, conception généralement admise.

Il suppose la photosphère gazeuse et qu'il y existe des condensations produites par des refroidissements. Les spectres d'émission seraient produits par des particules solides ou liquides incandescentes.

Les protubérances observées alors seulement aux époques des éclipses n'ont pas mérité à Faye une grande considération et il suppose les taches produites par des courants verticaux, ascendants et descendant en traversant la photosphère. Plus tard il a supposé que ces phénomènes étaient produits par des cyclones provoqués par les différentes vitesses qu'on observe dans le Soleil selon les latitudes, et il a voulu établir une explication pour l'ensemble des taches et des facules. D'ailleurs Faye reconnaît qu'il ne trouvait pas d'explication pour les limites des taches en latitude, ni la raison de leur périodicité et l'existence des protubérances partout. Les différences qu'on observe dans les vitesses ne peuvent pas justifier sa théorie cyclonique.

Lokyer et Egon d'Oppolzer, vers 1886, ont pensé, pour l'explication des taches, à des chutes de matières venant des régions polaires sur les régions équatoriales.

Oppolzer et Spörer ont supposé les taches comme des régions de haute pression.

Brester s'est manifesté contre toutes les explications basées en analogies avec des phénomènes de l'atmosphère terrestre, avis très admissible vu que dans ces phénomènes résultant déjà en grande partie de l'influence du Soleil, naturellement inexistent quand on s'occupe de cet astre. Brester suppose les taches des régions d'excessive radiation, et par conséquent de considérable refroidissement; les facules seraient la conséquence des pressions exercées autour des taches par les masses centrales.

Les difficultés auxquelles se sont déjà heurtées les explications qu'on vient d'exposer, se trouvent actuellement considérablement augmentées, à cause de considérations d'ordre très subtile comme celles de Julius basées sur la dispersion anormale, et celles de Mr. Deslandres basées sur des phénomènes électriques. Leur discussion et même leur exposition exigent de longues considérations, qu'elles méritent, et pourtant elles n'aboutissent pas à des résultats qu'on puisse considérer incontestables. Alors je me restreindrai à de rapides références.

La première de ces théories est de nature très différente de celles que nous avons déjà mentionnées car elle a pour base l'interprétation des phénomènes lumineux.

Il est connu que l'indice de réfraction d'un milieu est une fonction de la longueur d'onde. Pourtant il y a exception quand on a affaire à des vapeurs métalliques pour les radiations voisines d'une raie d'absorption, et alors on se trouve avec le phénomène qui a la désignation de *dispersion anormale*.

Prenant cette doctrine pour base, Julius a émis l'opinion que les tâches sont la conséquence d'irrégularités dans la densité de la matière gazeuse solaire. Cette explication est invalidée à sa base par le fait que les observations de Mrs. Hale et Adams n'ont pas découvert des signes de dispersion anormale dans le Soleil.

Pour Mr. Deslandres on trouve dans le Soleil, au dessous de sa surface, une couche profonde possédant un mouvement de rotation analogue à celui d'un corps solide, et

il suppose qu'il s'y trouve vingt quatre volcans, uniformement distribués autour de l'axe de rotation, et qu'ils sont des véhicules de la matière électrique des masses intérieures. On devrait voir dans cette radiation corpusculaire la cause initiale de tous les phénomènes qu'on observe dans le soleil, — taches, facules, polarités magnétiques, etc. Aussi on aurait des régions d'émission changeantes et de moindre activité.

Mr. Deslandres admet que les corps projetés, quand ils sont de longue période, possèdent une grande réserve d'énergie laquelle est dépensée lentement et, à cause de cela Mr. Deslandre exprime l'avis suivant: «ils donnent, après un certain temps, les taches et facules, qui se déplacent sur la surface et persistent parfois pendant des mois. Les taches sont aussi des centres d'émission secondaires; quand aux facules je les ai présentées déjà comme dues à la diffusion dans les couches solaires de corps radioactifs particulièrement volatils et à rayonnement positif; car les vapeurs au dessus ont une forte ionisation positive. On comprend pourquoi les orages ne sont pas toujours en accord avec les taches et comment un orage est possible lorsque le soleil n'offre près du centre aucune tache ou facule.»

Enfin Mr. Deslandres précise sa pensée dans les termes suivants: «Le rayonnement corpusculaire a donc le rôle principal; on peut aussi lui rapporter la formation des protubérances et des filaments, et l'on s'accorde déjà pour lui attribuer les formes caractéristiques de la couronne solaire.»

*

D'après la rapide exposition qu'on vient de faire, on vérifie que malgré tant d'explications sur la formation des taches solaires avec des bases très variées, toutes considèrent comme indépendants les deux phénomènes, — les taches et les facules, bien qu'on veuille parfois les rapporter à la

même origine. Pourtant, exactement ce qui est capital en ma doctrine, c'est le fait qu'elle est basée sur la circonstance que le phénomène des taches est une conséquence de l'existence du phénomène des facules, et que leurs causes n'ont rien de commun.

Pour exposer l'explication qu'à mon avis donne entière satisfaction aux phénomènes qu'on observe, et dont elle résulte immédiatement d'une manière claire et concluante, je vais d'abord rappeler ces faits, en commençant par celui-ci qui domine ces phénomènes: — la corrélation entre l'existence des taches et des plages faculaires, laquelle se trouve pleinement prouvée dans les images que pendant plusieurs années j'ai obtenues avec le spectrohéliographe que j'ai installé à l'Observatoire Astronomique de l'Université de Coïmbre, profitant de tous les jours où le Soleil s'est montré (environ deux cent cinquante chaque année) lesquelles se trouvent pour les années 1929 et 1930 dans deux volumes des *Annales* dont j'ai inauguré la publication, laquelle a obtenu l'applaudissement du monde astronomique ce qu'on trouve constaté dans les appréciations qu'elle a méritées.

Maintenant je me restreindrai à appeler les appréciations faites à l'*Académie des Sciences de Paris* par Mr. Deslandres, au Congrès de l'*Union Internationale Astronomique* réalisé à Harvard en 1932.

A la page 2263 du vol. 194 des *Comptes rendus des séances de l'Académie des Sciences de Paris* séance du 27 juin 1932 on trouve: «Mr. H. Deslandres présente le premier volume des observations solaires poursuivies à l'Observatoire de Coïmbre (Portugal) par son directeur, le Dr. da Costa Lobo. On sait que cet observatoire portugais travaille en collaboration avec notre Observatoire de Meudon, pour l'étude et enregistrement des couches de l'atmosphère solaire.

Les deux observatoires ont les mêmes appareils solaires, et les épreuves de Coïmbre sont envoyés à l'Observatoire de Meudon qui publie avec une subvention internationale des cartes synoptiques de l'atmosphère du Soleil.

Ce premier volume réunit les observations de l'année 1929. Il reproduit les épreuves de la couche supérieure et les protubérances obtenues chaque jour à Coïmbre, et ajoute un dessin très original qui par une méthode de projection nouvelle, présente tous les détails du Soleil, en conservant les surfaces. Enfin les coordonnées de tous les points intéressants sont données dans des tableaux particuliers.

Cette publication fait le plus grand honneur à l'Observatoire de Coïmbre et à son directeur».

A la page 263 du vol. iv, pour 1932, des *Transactions of the International Astronomical Union* on trouve le voeu émis par la commission 12 au sujet de l'apreciation de cette publication: «They were submitting a resolution emphasizing the value of the work carried at the Coimbra Observatory. The resolutions were aproved and Prof. da Costa Lobo thanked commission 12 and the General Assembly for their support. The raport of the commission was adopted». Le rapport fut publie dans les pages 282: «La *commission de physique solaire* a examiné les publications de l'Observatoire de Coimbra au sujet de l'activité solaire: elle reconnaît la valeur de ces travaux et elle est d'avis qu'il est nécessaire pour la continuation des recherches internationales que l'Observatoire de Coimbra envoie ses résultats à Meudon et à Zürich afin que les cartes synoptiques et les nombres caractéristiques soient rendus plus complets. La commission espère bien que l'Observatoire de Coïmbra pourra continuer ses publications importantes et sa collaboration internationale».

Je tiens toujours à temoigner ma profonde reconnaissance à l'appui qui m'a été acordé par Mr. Deslandres et son illustre collaborateur Mr. d'Azambuja. Il m'a permis d'établir une installation originale et à ne pas être réduit à un appareil d'ordre commercial, bien que scientifique. L'Observatoire Astronomique de Coimbra a acquis des pièces précieuses que les constructeurs se sont disposés à fournir le plus parfaites, entre autres, un train de prismes

capable d'isoler la raie k_3 du calcium, miroirs plans de 40 centimètres de diamètre, des fentes, des mécanismes, un objectif achromatique de 25 centimètres de diamètre. Aussi j'ai obtenu un réseau de diffraction, lequel examiné à l'Observatoire de Meudon fut reconnu égal à ceux construits par Rowland, qu'on suppose irremplaçables. Et il est vrai que plusieurs réseaux m'ont été offerts par de remarquables constructeurs que on a reconnu, comme n'étant pas suffisamment parfaits pour ce genre de travaux.

Mais à la fin d'un travail persévérant, j'ai eu la satisfaction d'en obtenir un que l'Illustre Professeur Wood, directeur du Laboratoire de physique de l'Université de Princeton, à qui je témoigne ma gratitude, a voulu construire personnellement pour satisfaire le désir que je lui montrais de posséder à l'Observatoire Astronomique de l'Université de Coïmbra une pièce irréprochable.

Je dois ajouter que dans cette installation j'ai introduit, entre autres; une disposition originale pour obtenir des images du Soleil de 40 centimètres de diamètre, que je considère indispensables pour l'enregistrement des taches, lesquelles avec cette disposition peuvent être obtenues photographiquement en grandeur correspondante, sans être obligé a une considérable dépense avec l'emploi de plaques de grandes dimensions. Ce dispositif, un appareil que j'ai fait construire pour obtenir une rapide transformation des coordonnées sphériques, et une projection originale des images du Soleil, qui est signalée par Mr. Deslandres, permettent de faire l'étude métrique des phénomènes de l'Atmosphère solaire avec grande facilité.

Aussi j'ai ajouté à cette installation une disposition originale qui fournit les spectres d'une région quelconque du Soleil, et aussi l'adaptation indispensable pour qu'on puisse profiter du réseau de diffraction pour obtenir des images monochromatiques avec une raie quelconque du Soleil et pour qu'on puisse profiter de l'appareil comme spectrohélioscope. Aussi je tiens à enregistrer que j'ai profité de l'aide de collaborateurs intelligents et dévoués.

Poursuivant l'énumération des faits je dois mentionner la disposition suivant laquelle on trouve les facules, et conséquemment les taches, parallèlement à l'équateur, leur réduite fréquence dans la région équatoriale et le fait qu'elles se trouvent entre des limites qui exceptionnellement sont à plus de 40° de latitude. Aussi j'ai signalé pour la première fois que la surface des plages faculaires se montre parfois accidentée, ce qu'on peut observer dans leur passage par le bord du Soleil, et la circonstance de ce qu'on ne trouve pas des protubérances éruptives en face des facules, mais que parfois, et exceptionnellement on y voit des protubérances de nature spéciale, que j'ai appelées *explosives* évidemment constituées par de la matière faculaire, et de dimensions très réduites; des manifestations éruptives et tourbillonnaires à l'intérieur des taches, et même sur le contour; des phénomènes électriques signalés surtout par l'existence des phénomènes observés par Zeeman; enfin la périodicité parallèle entre l'existence des taches et des plages faculaires.

La dépendance entre les phénomènes des taches et des plages faculaires est incontestable dans toutes les images (et pourtant on pensait encore dernièrement que les taches suivaient ou précédaient les plages faculaires). D'après cette étude reste acquise la certitude que les taches se montrent toujours au dedans du contour des plages faculaires, et qu'elles disparaissent avant que la plage faculaire disparaisse, ou au plus quand la plage faculaire se dissout.

Dès qu'on a vérifié que le phénomène des facules est plus fréquent généralement entre les limites de 40° de latitude, et en nombre réduit dans la région équatoriale, on comprend qu'aussi les taches se montreront dans les mêmes conditions. Ainsi de la corrélation qu'on constate entre les deux phénomènes doit resulter le parallélisme de sa périodicité.

Il est vrai qu'on n'a pas une expression exacte pour cette périodicité qui varie entre des limites très larges. Pourtant l'examen des moyennes a autorisé le Congrès de

Stockholm, de 1938, à faire, à la page 40 des *Transactions* respectives, l'affirmation suivante qui implique une opinion sur la cause de la périodicité:

«Bruno Hanish uses the method of autocorrelation introduced by W. Pollack in geophysics for the discovery of periods in the frequency series of sunspots from 1794 to 1925. Dividing the whole interval into three sections, he finds an eleven — and an eight-year period common to the three sections, whereas other periods found in three sections differ widely from each other. The new method gives for the length of the main period 11.8 years for the interval 1880-1925. This result agrees strikingly with the revolution period of Jupiter.»

L'intensité lumineuse est remarquable dans les plages faculaires et parfois, quand on observe son passage par le bord du Soleil on trouve une surface accidentée, ce qu'on trouve dans la fig. 1 prise avec la raie k_3 . Aussi dans l'image prise avec le même raie fig. 2 on voit un point de matière faculaire dans le secteur NO en face d'une plage faculaire: c'est le phénomène que j'ai déjà signalé et auquel j'ai donné la désignation de éruption explosive. D'ailleurs on reconnaît qu'en général on ne trouve pas de protubérances éruptives au dessus des plages faculaires.

Prenant en considération les faits que je viens de constater et appelant l'attention sur la fig. 3, je crois pleinement justifiée l'explication suivante pour la formation des taches Solaires.

Ces phénomènes sont produits par l'action des courants ascendants (qui produisent les protubérances éruptives) sur les plages faculaires.

Les plages faculaires ont une cause extérieure au Soleil, et seront produites par la transformation en masses de densité très supérieure à celle des masses photosphériques, de corps qui tombent sur la surface photosphérique, et y éprouvent pendant quelque temps l'influence de la haute température qui y existe dans ces régions qu'on suppose de l'ordre de cinq mille degrés centigrades, jus-

qu'au moment où elles se trouvent fondues dans la masse photosphérique. Ces masses persistent parfois quelques jours et atteignent l'épaisseur de quelques centaines de kilomètres.

D'ordinaire les courants ascendants trouvent la surface

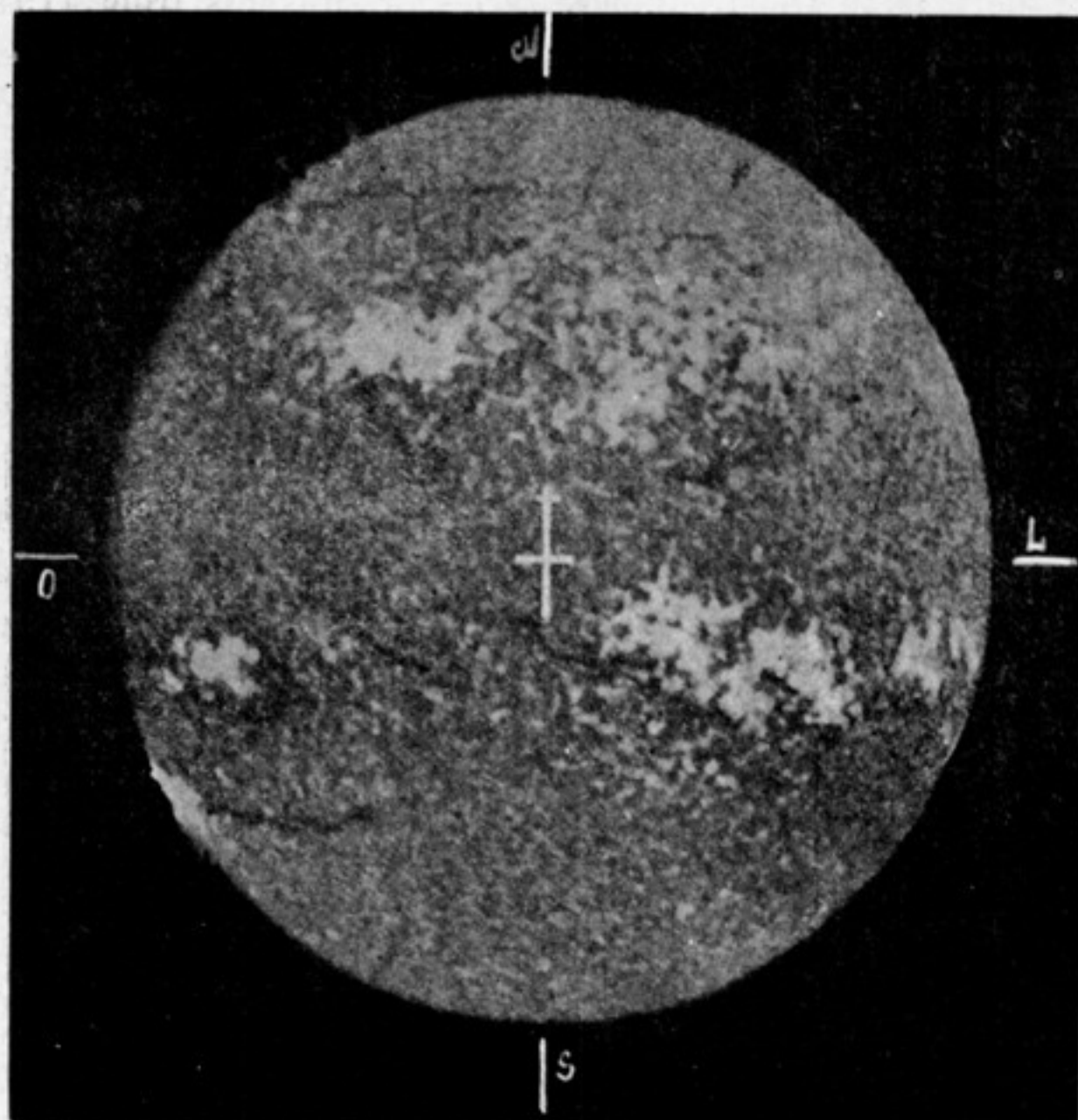


Fig. 1

libre de la photosphère et produisent les protubérances éruptives qu'on trouve partout. Mais lorsqu'elles rencontrent une plage faculaire on peut se trouver en présence de phénomènes d'aspects divers dépendant de l'intensité des courants et de la résistance des couches faculaires. D'abord si l'intensité du courant n'est pas très grande ou la résistance est considérable on se trouvera avec une sur-

face un peu agitée comme on a observé, parfois, au passage des facules par le contour. Si l'action est suffisamment grande un déplacement d'une petite quantité de matière de facule pourra se produire laquelle se présente avec la forme de petits points en face des facules. Mais quand

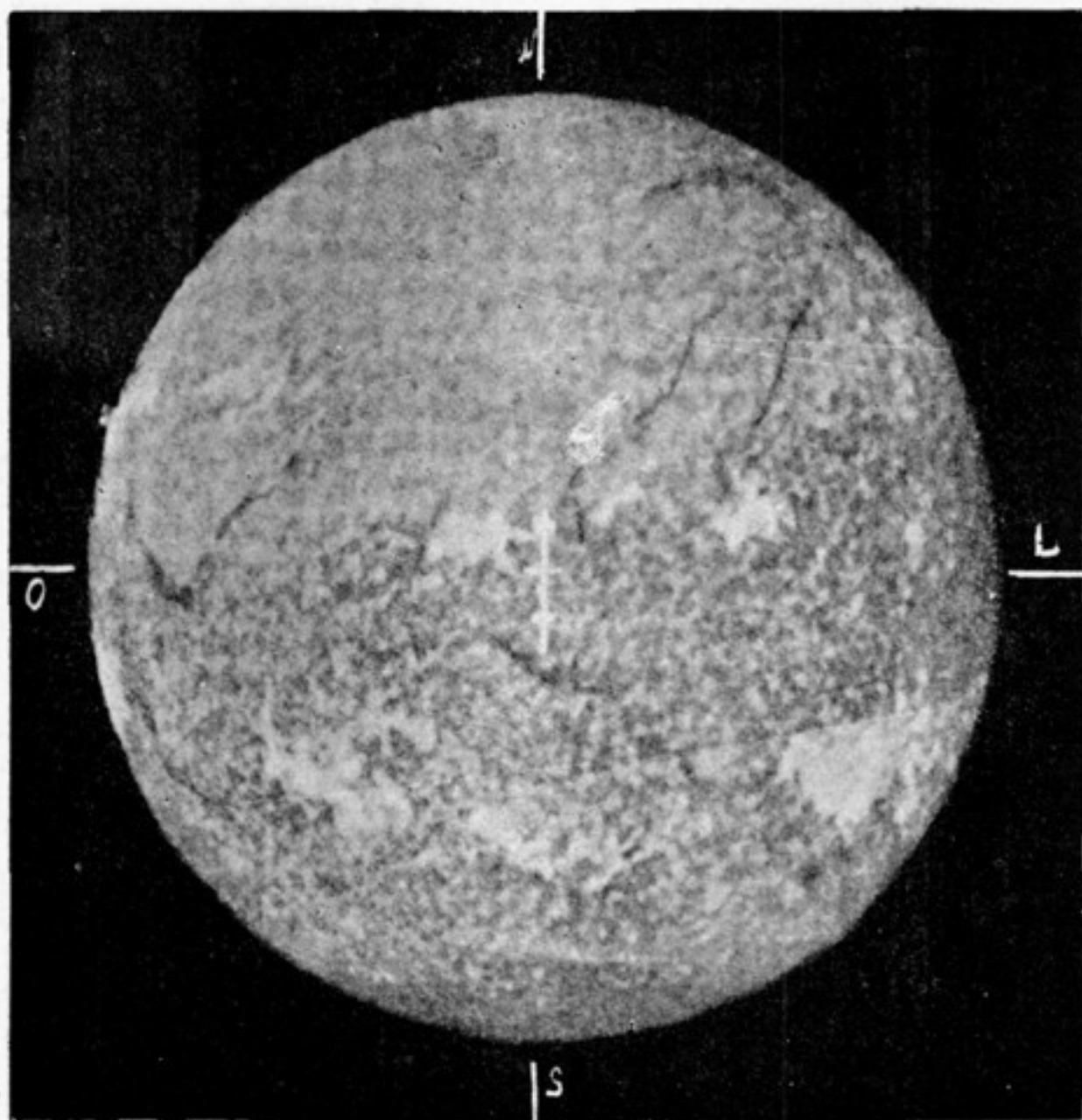


Fig. 2

l'action intense est très grande et capable de vaincre la résistance des facules, l'éruption traversera les facules et les taches seront produites avec une disposition plus ou moins tourbillonnaires, et parfois on observera même des protubérances. En même temps on doit s'attendre à la production des phénomènes électriques provoqués par le frottement des masses et mis en évidence surtout par les phé-

nomènes découverts par Mr. Zeeman. Aussi on suppose que ces phénomènes pourront atteindre une valeur capable de produire sur la Terre des tempêtes magnétiques. Pourtant malgré l'existence de coïncidences saisissantes, surtout à l'occasion du passage d'importants groupes de taches par

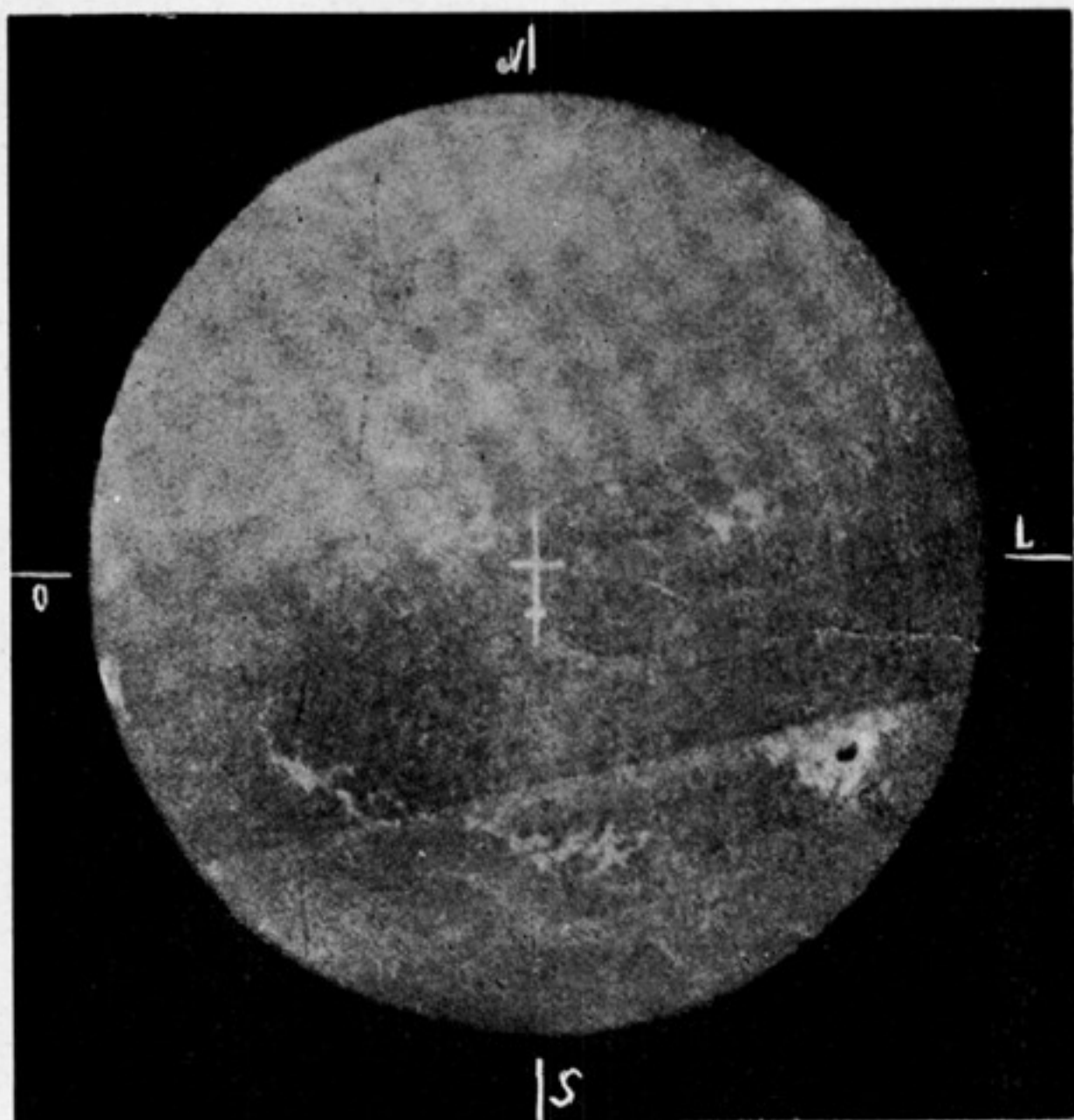


Fig. 3

le méridien central du Soleil cette influence n'est pas encore indiscutable.

Quant à la périodicité des taches il est évident que considérant la cause de leur production, l'existence des facules et des protubérances, on devra trouver leur raison d'être dans ces phénomènes. Mais comme les protubérances se présentent partout et sans une fréquence péri-

dique, c'est aux facules qu'on doit attribuer la cause de cette périodicité. Mais comme la périodicité des facules présente des variations remarquables on doit supposer que plusieurs causes pourront intervenir et, à cause de cela on n'a pas encore trouvé des explications précises. Pourtant il y a des faits qu'on peut considérer constatés. D'abord qu'on a affaire à des causes extérieures au Soleil, lesquelles se manifestent dans l'aspect des plages faculaires, et que l'intervention des protubérances est accidentelle.

Dès qu'on est conduit à admettre une action extérieure pour la formation des facules, il vient à l'esprit que ces phénomènes soient la conséquence de chutes de masses sur la photosphère, opinion très plausible considérant l'influence que la masse considérable du Soleil devra exercer sur les éléments matériels vagabonds. Mais comme on reconnaît l'existence d'une périodicité moyenne, bien que basée sur des périodes très flottantes il est naturel de supposer l'existence d'une cause prédominante. D'ailleurs en observant que la période moyenne est de 11,80 ans, et que la révolution sidérale de Jupiter, planète de masse considérable, est de 11,86 on est conduit à supposer que la responsabilité qu'on cherche appartient à cette planète. Cet avis est aussi appuyé par le fait que la distance moyenne de cette planète par rapport au Soleil est très petite relativement aux distances des planètes extérieures environ 5,202561 prenant la distance de la Terre pour unité; la distance de Neptune est de 30,10957.

Et quel serait le mécanisme de l'action sur ces masses? Captant dans son trajet des masses qui resteraient subordonnées à la masse de Jupiter mais qui, à l'occasion du passage de cette planète par le périhélie, passeraient sous le domaine du Soleil.

Cette opinion est appuyée par le fait que les plages faculaires se montrent au long des zones royales. Et cette circonstance justifiera aussi la petite fréquence de facules dans la région équatoriale du Soleil.

On ne doit pas être surpris que les faits ne se trouvent par toujours en correspondance exacte avec cette explication, en considérant la probabilité de multiples causes, bien que de moindre importance, et même au fait possible que la récolte faite par la planète qui devra servir pour faire la distribution au passage par le périhélie est parfois très réduite. À l'appui de cette explication existe déjà l'hypothèse de la capture des comètes par la planète Jupiter.

Il est intéressant d'observer que les images monochromatiques du Soleil obtenues avec des raies spectrales appartenant à des atomes de corps divers présentent des aspects très variés lesquels démontrent la variation des compositions qui existent, et cela se produit même avec des raies appartenant au même atome. Les aspects obtenus avec la raie C, qui mettent en évidence des tourbillons très agités autour des noyaux des taches, démonstratifs de fortes protubérances qui ont provoqué la tache qu'on trouve à l'intérieur des plages faculaires très agitées sont remarquables. Il est aussi intéressant d'observer que la visibilité des taches dans les images monochromatiques est très variable selon les raies que l'on utilise, même quand elles appartiennent au même atome. Il arrive, par exemple, que leur présence est très nette dans les images fournies par la raie k, du calcium, et qu'elles ne se montrent pas dans les images fournies par la raie k_3 , dans lesquelles on trouve les protubérances. Ces faits démontrent que les éléments des atomes se trouvent inégalement distribués dans les couches de l'atmosphère solaire.

Pour le moment je ne m'occuperai pas plus longuement de cet important sujet sur lequel je reviendrai bientôt, mais je crois que j'ai proposé une explication qui se trouve justifiée par les phénomènes dont quelques-uns sont signalés pour la première fois, et comme est encore acceptable l'appréciation qu'au sujet des doctrines antérieures on trouve à la page 341 de l'étude profonde que le savant directeur de l'Observatoire de Marseille Mr. Bosler a fait

à ce sujet dans sa publication: «Les théories modernes du Soleil».

«Il faut bien convenir, en effet, qu'aucune des théories proposées jusqu'ici ne les explique (les taches) d'une manière tout à fait satisfaisante; il semble que plus on avance dans l'étude de la question, plus elle s'obscurcit. De toutes les théories émises, celles qui paraissent le mieux s'accorder avec les faits sont celles de Faye et d'Oppolzer; mais comme nous l'avons laissé entendre, elles ne font que déplacer la difficulté: tout revient à expliquer, dans le premier cas, les cyclones solaires, dans le second cas, les courants polaires en spirales.»

F. M. DA COSTA LÔBO

BIOGRAFIA LITERÁRIA DE MANUEL DA SILVA GAIO (1)

I

Nasceu o Dr. Manuel da Silva Gaio em Coimbra, a 6 de Maio de 1860, na casa n.º 18 da Rua Larga, hoje Rua de Almirante Reis. Morreu no dia 11 de Fevereiro de 1934. Era filho de D. Emília Augusta de Campos Paredes e do Doutor António de Oliveira Silva Gaio, Professor Catedrático da Universidade de Coimbra, Comendador da Ordem de S. Tiago, Cavaleiro da Ordem de Carlos III, de Espanha, autor do romance *Mário*.

Está ainda iluminada na memória dos que o viram a sua figura de estirpe, tão fácil de evocar como difícil me parece uma clara interpretação biográfica da sua *humanidade social*.

Alto, bem proporcionado, inclinava, levemente, a cabeça e o tronco, adiante e à esquerda e quando andava punha habitualmente as mãos atrás das costas ou só a esquerda, fechada, e marcava, com a dextra, o ritmo do passo, nem apressado nem lento.

Daquela «*rapaz vigoroso e esbelto, de bigode erquido, de cabelo curto e ondado, de olhos castanhos, de face morena e corada*» descrito na página 100 dos *Torturados* restava, não o septuagenário, mas um espírito inquieto de serena juventude, num corpo que não chegou a sofrer o desgosto da senilidade.

Não conheci conversador mais atraente.

(1) Conferência pronunciada no Instituto de Coimbra em 8 de Maio de 1938.

As palavras saíam-lhe, fluentes, ao sabor do pensamento e do raciocínio sem esforço; a frase recortava-se, elegante, pontuada com delicado mover de dedos aristocráticos.

Muitas vezes fechei os olhos e tive a ilusão de que êle não conversava, mas lia um trecho de prosa musical, num salão da côrte ou numa praça da velha Atenas, como se reproduzisse certas passagens do *Banquete de Platão*.

Se o assunto merecia o seu entusiasmo, a voz, em oitava alta, um tanto feminina — não afeminada — ora subia ora quebrava, num *smorzando* suave, a que uma ressonância quási de instrumento de corda dava tonalidades de melopeia. Encantava-se ouvindo a sua própria voz. Dava, por vezes, a impressão de se escutar, quando os sentidos, sempre tão acordados para o mundo de fora, se voltavam para si próprio, não a procurar a expressão adequada ao pensamento, mas extasiado de se ouvir. Tal narcisismo se justificava em si. Não é de estranhar que um Artista ame a Beleza que irradia do mundo para a sua sensibilidade, e lhe seja indiferente quando a consegue transpor e revelar depois de a ter revivido com o sangue das suas veias.

Poderemos dizer de Silva Gaio o que André Gide (1) disse de Oscar Wilde: «Pareil aux philosophes de la Grèce, Wilde n'écrivait pas mais causait et vivait sa sagesse, la confiant imprudemment à la mémoire fluide des hommes, et comme l'inscrivant sur de l'eau. Que ceux qui l'ont plus longtemps connu racontent sa biographie; un de ceux qui l'auront le plus avidement écouté rapporte simplement ici quelques souvenirs personnels».

Mais do que simples recordações pessoais, tentarei fazer uma pequena biografia literária, em que apareçam: as causas da sua tendência à dispersão; o seu intelectualismo, origem da falta de popularidade; o seu novolusismo e a sua constante aspiração a escrever obras de carácter universalista.

(1) Oscar Wilde — *In Memoriam*, pág. 13.

Durante a infância recebeu Manuel da Silva Gaio a influência dum meio escolhido, na família e no círculo de relações de que seu pai era a figura central, homem de superior inteligência, conversador atraente e de singular dandismo nas maneiras e no traje.

Em sua casa cultivava-se a literatura e a música.

Foi no tempo em que viveu, em Coimbra, Pedro Gastão Mesnier — espécie de Fernão Mendes Pinto daquela época — viajante curioso, de múltiplas aptidões científicas e artísticas e pianista notável. Como então tivesse vindo estudar para Coimbra Bernardo Moreira de Sá, o Dr. António da Silva Gaio reunia os dois em casa, e foi dado ao pequeno Gaio começar a ouvir, executados ao piano, por Mesnier e ao violino, por Moreira de Sá, trechos da melhor música clássica.

O pai de Silva Gaio possuía um afinado ouvido musical e, sem conhecer uma nota de música, tocava piano de modo a encantar e revelava talento de compositor.

Era tendência herdada. Sua avó paterna fôra uma *cravista* notável (1).

Ao lado destas impressões de arte que cedo contribuíram para a educação de sentidos tão afinados e vibráteis, outras recebeu, outras se fixaram, para sempre, no seu espírito. Via, em dois dos seus tios maternos — Alexandre e António Paredes — elegantes Cavaleiros, como o era ainda e o seria, até depois dos setenta anos, seu tio-avô, antigo companheiro do vélho Conde de Resende, de Ricardo Brown e de outros dos portuenses mais luzidos da época.

(1) Era tão grande o amor de Silva Gaio pela música, que chegava a salientar-se, entusiasmado, quando nas sessões da Sociedade de Concertos os seus *bravos* e palmas explodiam e estoiravam no camarote, no final duma boa peça bem executada.

E contou-me um dia:

«Ainda vagamente me lembro de ter visto o vélho Castilho, uma noite, na casa que habitávamos na Rua da Sofia. Algum tempo depois, ali foi o moço estudante Guerra Junqueiro visitar meu pai já bastante doente.

Quando íamos para o Buçaco — estância dilecta de meu pai (1) — ali tínhamos por hóspedes, num ou noutro verão, Teixeira de Vasconcelos, Manuel Pinheiro Chagas e, todos os anos, o nosso querido Manuel de Arriaga. Arriaga e Tomás Ribeiro eram os mais íntimos amigos de meu pai.

Eu adorava meu pai.

Contava a minha mãe que dera um dia comigo lavado em lágrimas, (devia eu ter sete ou oito anos...) e que, perguntando-me ela porque chorava tanto, eu lhe respondera:

— Porque não sei falar como o meu pai!

Tive a minha mãe por educadora até à idade em que comecei a ser um homemzinho. O pouco de bom que em mim possa haver, a ela o devo; o muito de mau que em mim haja é só meu.

A minha infância foi muito doentia e precária. Atravessei crises graves de saúde. Mais de uma vez me julgaram perdido. Devi o salvar-me ao carinho inteligente da minha avó materna, — D. Ana Augusta de Campos Vale — e sobretudo aos desvelos maternos. Pela idade dos onze anos (parecia ter oito ou nove, tão débil era) tive uma terrível crise moral de carácter religioso, com requintes assustadores. Insultava as imagens sagradas, soltava as maiores blasfêmias, para depois me penitenciar, no meio de protestos de arrependimento, chorando lágrimas amargas.

A minha mãe, ao seu fino tato, devi o ver-me salvo dêsse estado, pois me distraíu, chamando-me a atenção, sobretudo, para as coisas de arte e convencendo-me a visitar

(1) E depois sua. Silva Gaio ia últimamente, no verão, para o Buçaco com a família.

um velho pintor nosso amigo, por cujos trabalhos não tardei em interessar-me.»

Sabia minuciosa notícia do meio e das figuras que em pequeno conheceu. As influências então recebidas explicam o facto de se encontrar mais à vontade, como em ambiente próprio, quando descrevia cenários aristocráticos e figuras cultas (*V. Torturados*). «Mas creio que, (escreveu) ao tratar cenários e figuras do campo, também acusarei a influência que recebi dos quadros e da gente rústica entre a qual passei algumas épocas da infância e da juventude, numa herdade nossa do vale Semide.» — Nos *Torturados*, a quinta de Carnide.

Supunha-se incapaz de descrever tão facilmente cenários e figuras do mundo burguês.

Contou-me que, quando em 1900 tomou posse do cargo de Secretário Geral da Universidade, teve, até certo ponto, a impressão de que entrara num meio familiar.

«Compreende-se, visto terem sido ali professores homens da minha família e ter feito lá o meu nada brilhante curso de Direito, que de pouco ou nada serviu para a modesta cultura do meu espírito. O contrário me sucederia, se tivesse feito um curso de Ciências Naturais.

Sabia eu, além disso, que havia na minha família diplomados pela Universidade, a contar do século dezassete.»

O seu bisavô materno, Conselheiro Doutor António Joaquim de Campos do Vale, — antigo físico dos reais exércitos na guerra de defesa contra os franceses, foi um grande clínico e mais tarde Lente de Prima da Faculdade de Medicina.

Orgulhava-se dessa *dinastia* de catedráticos e silenciosamente sofria a mágoa de se ver simples Secretário, a redigir officios e a fazer salamaleques nos doutoramentos da Sala dos Capelos, ao toque da charamela. Não porque julgasse indigno o cargo que desempenhava com a elegância de um cortesão, mas porque se adivinhava dotado para o nobre exercício da cátedra, onde estaria como o peixe na água.

Vendo gorado êsse sonho, comprazia-se, já na aposentação, em se fazer ouvir, quási tôdas as tardes, na livraria Cunha, por uma roda de amigos jóvens: Manuel Lopes de Almeida, Sílvio Lima, César Abranches, o poeta António de Sousa, Adriano Vaz Serra, Manuel dos Reis, Vitorino Nemésio, Manuel Esteves, Luís Casanovas, etc. A nossa admiração por êle alegrava-o. Sentia-se nosso Mestre e nosso camarada, animado pelo influxo da nossa mocidade, e nós ficávamos ali presos e encantados pela magia do seu verbo e, mais ainda, pela vivacidade da sua inteligência.

II

Tantas vezes falámos dos *Torturados*, sôbre que eu lhe prometera escrever um artigo intitulado «Um romance na sombra» e nunca Silva Gaió me confidenciou ter-se auto-retratado em Miguel de Gouveia.

Esperou primeiro que o descobrisse e identificasse. Quando dei pela sua existência na figura do Poeta de Maria do Resgate, mostrou-se contente. Era êle, em alma e sangue, evocado, arrancado do ambiente em que deu os primeiros passos no caminho da Vida, à procura da Beleza serena, embora Carlos da Mota simbolizasse um tipo ideal de homem de acção e de filósofo que correspondia à sua aspiração inteligentemente esclarecida.

Vou transcrever o seu auto-retrato dos *Torturados*. Leio, nas páginas 101 e seguintes: «Filho dum professor naturalista, o doutor António de Gouveia — orador vivo, escritor sentido, homem dotado de extrema sedução pessoal, com o seu tipo moreno e sêco, a ironia fácil, todo o seu espírito largo e flexível, tôda a generosa bravura do temperamento varonil, que uma susceptível nervosidade não quebrantava — Miguel recebera logo de pequeno raras impressões da existência eleita — no meio dominado pelos dotes do pai. A casa do professor artista, a meia encosta da cidade, era realmente um centro de reunião singular, onde

seria mais fácil encontrar um ou outro estudante dado ao cultivo da música e da literatura, do que ver representado o velho lente, hirtamente didático, da Coimbra de então ».

Completavam êsse resumido mundo alguns parentes, uns dois companheiros de ensino do Dr. Gouveia, meia dúzia de figuras antigas — da terra ou de quintas próximas.

Às vezes, de Lisboa, da alta Beira — torrão de António de Gouveia — vinha um amigo ou patrício, que não resistia a visitar aquela casa ao mesmo tempo grave e festiva de espírito e de arte, onde se discutiam idéias novas, e se executavam, pressurosamente, criações e trechos de todo inéditos para ouvidos de província. Criança franzina, facilmente impressionável, Miguel mais sensível fôra à acção de semelhante meio: à influência das maneiras primorosas, ao aspecto prestigioso de certas figuras, às sessões de pura arte, à excitação heróica de histórias repetidas pelos velhos, lembrados ainda da guerra civil, que tinha feito vítimas na sua própria família. Acima de tudo à sugestão do pai, que já queria seguir e imitar em tudo, chegando a sofrer porque *não falava como ele*. Ali se iniciara, pois, num verdadeiro culto da superioridade, ouvindo celebrar, a cada instante, tôdas as formas de talento e de valor: como se no mundo pouco lugar devesse restar aos maus e aos medíocres. Isto não teria sido indiferente para a sua quási superstição da intelectualidade, mais tarde crescentemente revelada. E também não teria deixado de contribuir para o feitio garbosamente corajoso do futuro rapaz o entusiasmo despertado pelas façanhas e perigos lá contados.

Para mais, o que tudo isso podia ter de excessivamente exaltante, e de passageiro portanto, corrigia-lho o equilíbrio sereno da mãe, Maria Emília de Lima, favorecendo-lhe assim, com educá-las e animá-las a uma moderada luz de possibilidade, as instintivas e herdadas tendências de vida superior a realizar um dia: na acção, no mundo do pensamento ou da Arte.

.

«A mudança de ares (depois da morte do pai) espalharia também a nuvem lutuosa que os envolvia, e seria o melhor remédio para o estado de Miguel, a quem o drama daquela morte, ferindo de chofre a sua susceptibilidade precoce, viera, abatendo-o muito, complicar ainda a crise de espírito e de nervos que atravessava havia algum tempo.

Uma crise de devoção religiosa anormal numa criança e sem relação sensível com as sugestões do seu meio de família, equilibrado e discreto nos hábitos e práticas da fé: crise em que a preocupação do *pecado* a cada passo o dominava e tolhia, desdobrando-se êle, por fim, num blasfemo e num aterrado de escrúpulo, a martirizar o segundo de remorsos e penitências por desconto das constantes impiedades do primeiro. Mais duma vez a mãe o fôra encontrar soluçando, prostrado em atitudes de imploração propiciadora, depois de ter insultado barbaramente pacíficas imagens da Virgem e do Cristo.

.....
«Entre os doze e os dezasseis anos, o seu aspecto, a-pesar-de tudo, era ainda o duma criatura débil, a quem as tarefas do estudo, sempre irregulares, as leituras ociosas e os inquietos segredos da puberdade comprometiam o equilíbrio. Já se davam nêle, com freqüência, alterações de actividade resoluta e de vencidos desalentos.

Além disto — a par da sua expansibilidade natural e da sua receptividade pronta — manifestava uma particularidade que o hábito temporão da literatura lida não deixaria de nutrir: a facilidade extrema de criar-se situações imaginárias, em que se visionava envolvido, como se tudo fôsse real, e em que envolvia os outros, atribuindo-lhes idéias ou estados seus; facilidade que, se por um lado era causa de gratuitas torturas, lhe fazia, por outro, ver desejados mundos onde dominavam a arte e as belas criações do espírito, e lhe abria largos campos a heróicas aventuras sonhadas, a alucinantes cenas de entre-advinhado amor.

A faculdade de se desdobrar, que revelara na crise religiosa, havia de ser cada vez mais afirmada, implicando

com o resto. Mas a natureza e a vida eram por êle contempladas a olhos de enternecido panteísta de instinto, encaminhado já para essa vaga religiosidade que se confunde com a sagrada emoção do Infinito — mar largo onde tôdas as religiões cabem e podem encontrar-se.

No período seguinte, na viagem plena, mantiveram-se tôdas as particularidades das preexistentes: as alternativas, por diversa tonalidade emocional, a singular faculdade de desdobraimento, a facilidade imaginativa.

Desenvolvia-se-lhe a própria tendência à interrogação universal, dantes despertada. Agora, porém, com o vigor crescente, a existência agitava-se-lhe sobretudo no sentido da inquieta curiosidade amorosa, de preferência mesmo aos impulsivos sonhos da acção. O intelectual precoce, traído-se sempre, era, no entanto, retomado e absorvido pelo instinto, unificado todo na renascente demanda do que lhe fôra um dia revelado em condições de inolvidável embriaguês física.

.....
 «Entrando, enfim, no período viril, o *intelectual* emergia de novo ao lado do *emotivo*».

Ninguém o retrataria com maior fidelidade!

Sublinhou, intencionalmente, as palavras *intelectual* e *emotivo*, pois elas são o traço mais vincadamente interpretativo do seu carácter psicológico.

A obra de Silva Gaio nunca poderia lograr as graças da popularidade, porque o seu intelectualismo transcendia a média da cultura nacional.

Só com um romance medíocre, mas acessível, o pai conseguiu a nomeada jamais alcançada pelo filho! Suponho que êle ignorava que, quando se falava no seu nome, se dizia:

— Silva Gaio?! Ah, bem sei, é o autor do *Mário!*

Mesmo entre as camadas superiores, Silva Gaio é apenas conhecido e admirado por um número muito restrito.

III

Manuel da Silva Gaio pertenceu à geração coimbrã de 1880 a 1885.

Não eram, na maior parte, excelentes escolares os rapazes dessa geração, que começava a interessar-se por coisas literárias.

Compreende-se. Ao magistério da época, pelo menos na Faculdade de Direito, e salvas excepções raras, escasseavam qualidades que tornassem atraente o ensino. Daqui — a par da natural inclinação dos que se davam às letras — o desvio da sua curiosidade e da sua atenção para leituras estranhas aos morosos tratados e frios códigos, aos expositores recomendados pelos mestres, às inapetecíveis *sebentas*.

Lia-se muito, tumultuariamente, sem método nem ordem — o que concorreu para agravar a tendência à *dispersão*, nociva de conseqüências, como de futuro se reconheceu, em relação a alguns, no meio dos quais Silva Gaio se contava.

Em contraste com essa tendência, — nunca, afinal, por êle corrigida de vez — sentia-se, desde então, possuído de uma contínua *aspiração à unidade* — aspiração explicável, sem dúvida, por nativa disposição, mas ainda pela influência ordenadora e mentalmente concentrativa das suas diletas e freqüentes leituras filosóficas.

Não é pois de admirar, dada essa forte e constante aspiração — princípio já de real actividade unificadora —, que êle viesse a poder sempre integrar, *unificar* em conceitos gerais os múltiplos dados e impressões da diversidade; que tudo sempre se lhe resolvesse ou dispusesse numa envolvente curva de conciliação. Não é de admirar que — embora *dispersado* por quasi todos os géneros literários, êle tivesse logrado revelar, nessa variedade, uma determinada e comprehensiva maneira sua de ver e sentir em face do mundo, dos homens e das próprias modalidades do seu espírito — tanto vivendo a vida como revivendo-a na Arte —

nem de admirar será que êle houvesse conciliado o *nacionalismo* de grande parte dos seus trabalhos com a sua visão *universalista* dos interêsses e problemas do Pensamento.

Para estranhar é, pelo contrário, que, não obstante essa possibilidade, — ingénita e cultivada, de reduzir as diversidades e oposições a integrantes conceitos gerais de rever o *Existente* sob a espécie de ideais construções amplexivas, só começasse a produzir relativamente tarde, quando é certo tal possibilidade nêle se ter revelado cedo.

Porque tal possibilidade constitui a primeira condição para que se concebam e criem obras de arte, visto implicar o segredo de lhes dar centro de irradiação e convergência, de nelas tudo fazer derivar de um núcleo de idéias e emoções ao qual tudo se refira e reverta; de, numa palavra, lhes dar unidade estrutural.

Explicar-se-á contudo êste caso de tardia revelação, talvez pela circunstância dessa possibilidade ou faculdade haver exigido certo tempo para se desenvolver; se é que o não explica simplesmente um tardio desenvolvimento das suas outras aptidões de escritor.

O facto é que não foi temporão.

Só realmente começou a escrever quando já entrava na maioridade.

Datam dos vinte anos feitos os seus primeiros versos e não os haviam precedido muito as suas primeiras prosas, que pretendiam ser ensaios de crítica. «E a contar dessa idade, confessa êle mesmo, tenho, afinal, pensado mais do que lido, e lido mais do que escrito». E acrescenta: «Não, não fui temporão, embora nascido num país de meninos prodígios, que é, por isto mesmo, um país de velhos precoces».

Poderei ainda, a-fim de explicar o seu tardio despêrto para a actividade literária, invocar também, ao lado dessas causas, outra de grande influência. Refiro-me à sôfrega e omnímoda curiosidade do seu espírito: solicitado, desde a infância, quási em todos os sentidos, dos domínios do pen-

samento. Curiosidade originária, mas alimentada, exacerbada a cada leitura — pois o que lia sugeria-lhe a tentação de novas coisas ler. De umas derivava para outras mais ou menos divergentes no assunto e na espécie. Exacerbada sobretudo pelas condições e pela acção daquele meio a que deveu a sua formação mental.

No grupo que freqüentava, dia a dia, lhe era suscitado, pelas citações ouvidas, o irreprimível desejo de conhecer quantas publicações e livros aparecessem, com decidida preferência pelas obras de carácter filosófico. E, além das leituras provocadas, igualmente o prendiam, o absorviam, e lhe enchiam o tempo as palestras e discussões dêsse grupo — grupo de admiráveis *conversadores*, na sua grande maioria. Não lhe sobravam, assim, horas e momentos que dedicasse, desde logo, a tentativas de produção própria.

Sendo, como foi, um estudante pouco seguro, moço mais dado às musas, na larga acepção da palavra, do que às *sebentas* feito, vivia numa preocupação da aula e do *Lente*, pouco propícia a semelhantes tentativas. Conquanto, por vezes, lhe mordesse o desejo de escrever prosa ou verso e lhe cedesse voluntariamente — não produziu com regularidade nem persistência. Ia adiando, no meio das leituras e palestras que tanto o encantavam, através dos espinhos escolares que tanto lhe doíam e o irritavam.

Explicando-nos, a par das outras causas invocadas, a relativa tardança do seu surgimento literário, — essa curiosidade irrestrita do mesmo modo explica o agravamento, em si, da tendência de comêço apontada como pecha da geração a que pertenceu: o agravamento da tendência *dispersiva*.

Não podia, com efeito, ser indiferente, deixar de vir a influir no sentido da *dispersão* por vários géneros de produção literária uma tão despertável e digressiva curiosidade de espírito, — a despeito daquela realizada possibilidade de integrar os aspectos do *diverso* em compreensivos quadros-sínteses, de reduzir o particular ao geral e de tudo ver referido a centros de derivação conseqüente.

Mas uma coisa é a aptidão a unificar, por parte do escritor, e outra coisa é a unidade que a obra apresente ou não como série de produções — conforme estas pertençam ao mesmo ou a diferentes domínios, ao mesmo ou a diferentes géneros.

Em vista das circunstâncias expostas, concebe-se que êle só viesse a publicar o primeiro livro no ano de 1887, quasi dois anos depois de terminada a sua vida escolar.

Durante o curso limitara-se a imprimir um ou outro artigo de circunstância, uma ou outra efémera poesia. É o livro que figura na relação dos seus trabalhos sob o título de *Primeiras Rimas* que, como primícia, alcançou lisonjeiro acolhimento.

Silva Gaio, a-pesar-disso, tencionava excluí-lo das suas edições definitivas, olhando à ingenuidade de algumas peças nêle contidas e à técnica menos perfeita da maior parte.

Colhia, entretanto, impressões que viriam, passados quatro anos, a dar o volume das *Canções do Mondego*, cuja primeira edição enfeitada logo, foi realmente publicada em 1891 e compreendia poesias datadas, no maior número, desde 1886.

Se as *Primeiras Rimas* enfeixavam composições de variada inspiração, independentes umas das outras quanto aos temas, sem fio de determinada idéia ou sentimento que as ligasse segundo um sentido comum, — as *Canções do Mondego* representavam já, sob a espécie de notas e descritivos *regionalistas* os primeiros passos do *nacionalista*.

Devo indicar, como pertencendo a esta fase ou período, a pequena novela intitulada *Pecado Antigo*, acabada de imprimir em 23 de Junho de 1893. Mas a partir do ano de 1886 até 1888, pode dizer-se que não escreveu.

Durante êsse ano de 1886, achando-se, enfim, livre das torturantes preocupações escolares, pôde melhor entregar-se à contemplação da paisagem e dos costumes da Coimbra de então, visitar e admirar com vagar tranqüilo os seus monumentos e museus históricos, e, sobretudo, deixar-se possuir e penetrar do encanto e magia do *divino Mondego* — verda-

deiro motivo central e conjugante de tudo quanto à volta o impressionava e êle tentava transpor em valores de poesia.

Foi nesse ano que, tendo terminado as *Primeiras Rimas*, compôs quasi tôdas as *Canções do Mondego*.

Entre 1886 e 1888, porém, ver-se-ia forçado a sair de Coimbra, para, depois de desempenhadas vagas comissões administrativas, acabar por se fixar em Lisboa. E em Lisboa viveu desde os fins de 1887 até Maio de 1894. Como, em princípio, não tinha cargo em que exercesse a sua actividade, empregava a maior parte do tempo a visitar museus e interiores decorados; relacionava-se com escritores e artistas; assistia a leilões de arte; frequentava um pouco a sociedade, mais do que os teatros, menos porém do que as livrarias e certos centros de cavaco, como o Café Leão e o Martinho, onde conheceu ou ia encontrar de novo, sobretudo, pintores e homens de letras e jornalistas — moços ainda quasi todos. Logo nos últimos meses de 87 e nos primeiros de 88 se lhe oferecera, pois, o ensejo de colher variadas notas sobre a vida múltipla da capital.

As primeiras dessas notas deram-lhe ligeiros artigos sobre exposições e certamens de arte que saíram nas *Novidades* e foram o pé da sua entrada para a redacção daquele jornal, a convite de Emídio Navarro.

As *Crónicas da quinta-feira* ali publicadas e outros artigos insertos no *Repórter*, vieram a formar o volume a que deu o título de *Um ano de crónicas* (1888), editado pela livraria Bertrand em 1889.

A propósito dêste livro, confessou-me um dia: — «Não subscreveria hoje muitas das suas páginas, escritas, a maior parte, quasi de improviso e sobre o joelho, por vezes com o piquete à espera do original para a tipografia. Negar-me-ia especialmente a manter determinadas apreciações relativas a alguns dos nossos pintores».

Não deixo, contudo, de transcrever certo período do prefácio dêsse livro, pois o que Silva Gaio notara com relação a uma dominante disposição do seu espirito, mostra que

ela já então se revelava sensivelmente: «Não será difícil ao leitor perceber — percorrendo essas breves crónicas, em que se apontam factos ou se indicam obras de literatura e arte — o intuito de, através dos casos, dos sucessos, dos incidentes, ascender à lei que os domina, à fôrça moral ou social com que se prendem, e, através do quadro, da estátua ou do livro, definir o artista, o autor que lhes deu vida, no seu carácter e na sua maneira própria».

Relegado por muitos anos êste livro, modesto na sua apreciação, composto de espécies efémeras, readquiriu no entanto um pouco da sua estima de autor, assim que Agostinho de Campos transcreveu justamente algumas páginas no terceiro volume dos *Paladinos da Linguagem*.

Silva Gaio esteve precisamente 3 anos na redacção das *Novidades*: de 18 de Fevereiro de 1888 a 18 de Fevereiro de 1891.

Neste meio tempo foi convidado por Eça de Queiroz para secretário da Redacção da sua *Revista de Portugal*.

Depois veio a burocracia. De 1894 a 1928, data da sua aposentação, viveu sempre em Coimbra, onde mais se dedicou ao estudo e à produção literária, a-pesar-de desempenhar o cargo de Secretário Geral da Universidade.

Últimamente preocupava-o muito a circunstância de se ver numa idade avançada, pois desejava ainda compor e publicar obras de carácter *universalista* ao ter transposto, como transpôs, o ciclo do *novolusismo*.

— Se estivesse mais novo, dizia-me algumas vezes, realizaria os meus planos de *universalista*, aquêles que mais poderiam interessar-me.

Eis a confissão do precursor do movimento novolusista da literatura portuguesa:

«Cedo fui nacionalista, sem que, por isso, notasse qualquer desânimo na minha precoce e viva curiosidade cosmopolita das idéias nem no meu sonho platónico do *longe*,

nem na minha simpatia intelectual pelo ideal clássico, acordado, desde a primeira infância» (1).

Contava êle três fases no desenvolvimento do seu nacionalismo (2).

1.^a: de 1891 a 1894: Em notas vagas e impressões regionalistas, nas *Canções do Mondego* e *Pecado Antigo*;

a 2.^a — de 1898 a 1905 — «Manifesta-se na escolha de motivos nacionais pela evocação de personagens e heróis da história Pátria, pela preferência concedida a lugares e aspectos do País, na inspiração de sentimentos da alma portuguesa, a exploração literária das nossas lendas, crenças, costumes tradicionais, etc.

Pertencem a esta 2.^a fase o drama histórico: *Na volta da Índia, Mondego* e *Últimos Crentes*, — 1904 — espécie de poema em prosa — cujo motivo é a vida isolada duma pequena aldeia de pescadores, entre os quais figuram sobreviventes dos nossos sebastianistas que esperam sempre a vinda do *Messias* nacional.

3.^a fase — 1905: Aqui acentua-se e desenvolve-se o seu nacionalismo.

«Se, na verdade, não poderíamos classificar o da 1.^a fase senão de manifestação de puro instinto poético sob o aspecto de notas regionalistas; se na segunda fase devêssemos talvez representá-lo como um movimento de regresso à terra, à Pátria, regresso precipitado e de certo modo antagónico, em si, com as suas tendências universalistas manifestadas de 1895 a 1898, durante esta 3.^a fase, quando êle houvesse, de novo, dado a volta ao mundo em pensamento, no desejo de aumentar o património do seu espírito de português, o seu nacionalismo conciliava integralmente os dois aspectos: nacional e cosmopolita. Recorre-se de novo, ou antes, continua a recorrer-se ao Universal, para se ilu-

(1) De uma carta dirigida a Mr. Hubert Gillot, Professor da Universidade de Estrasburgo, 18-10-1922.

(2) A *Águia*, números 160/8, Out.^o a Dez.^o de 1920, pág. 127 e carta citada.

minar; mas tudo o que se lhe peça será de futuro encarado sob um ângulo de espírito lusíada, assimilado por êle, transmutato na sua própria substância.»

Vendo o particular no geral, já não receava que êste absorvesse ou ofuscasse aquêle. Com efeito, Silva Gaio conseguiu conciliar, quer revelando-se directamente, quer pelas suas personagens, «o lado nacional e o lado humano».

Pertencem a esta terceira fase os *Novos Poemas*, *Envelhecendo*, *Torturados* e *Chave Dourada*.

Como foi recebido êste último poema?

Formaram-se duas correntes de opinião à volta dêle: Luís de Almeida Braga, na *Idéia Nacional*, de 20 de Abril de 1916, escrevia: «*Chave Dourada* é o título do poema que Manuel da Silva Gaio lançou agora a lume; *Chave Dourada* era o nome da linda nau em que a lenda sebastianista fazia tornar o rei sempre desejado, sempre encoberto e sempre esperado. *É o poema do momento, a voz da saúde e da esperança da Raça dormente.* É um dos mais belos livros de todos os tempos. Escrito por um poeta crescido sob o olhar atento de Deus, êle tem o poder de cobrir de claridade as paredes negras do cárcere em que nos aferrolharam. A língua forte dos Quinhentistas enche-se aqui de brandas transparências e *cuidar-se-á ouvir a própria alma do povo soluçar e cantar nas redondilhas destas décimas.*

Manuel da Silva Gaio é o poeta mais intensamente dramático entre todos os poetas portugueses.

Dentro das linhas dos seus versos sólidos palpitam os sentimentos, as aspirações, os desejos da Raça...

A Grei desceu das tábuas de Nuno Gonçalves e o Poeta, adiantando os braços e abrindo a alma, recebeu nela e nela moldou a imagem augusta da Pátria...

E é então que a saúde espalha à roda de Manuel da Silva Gaio a ternura magoada do seu perfume, e lhe deixa entrever, na névoa que ondula diante dos seus olhos como um fumo místico de incenso, o sentido lusitanista das vidas portuguesas.

Todos os portugueses devem ler e meditar este novo poema. E com a mesma exaltação que me tomou, hão-de sentir a mesma veneração pelo Poeta ardente que, num momento de energias quebradas, animou de esperança a alma triste de Portugal!».

A crítica de Luís de Almeida Braga, essencialmente lírica, interpreta o sentimento admirativo da geração nacionalista.

Por outro lado, os rapazes da *Revolta*, periódico republicano que tinha a sua redacção na Rua das Covas, em casa do estudante de Direito Zacarias Guerreiro, receberam o poeta com apupos e artigos irreverentes de hostilidade inflamada.

Foi então posta a correr uma anedota a propósito da leitura do poema, feita, antes da sua publicação, a um grupo eleito de amigos (1). Contava-se que, quando Silva Gaio acabou de ler a longa fala do Vélho do Restelo, o filho lhe preguntara:

— Ó pai, e o tal vélho disse isso tudo?!

— Disse, sim, meu filho...

— Apre... Sempre tinha um fôlego!...

Sem receio de levantar testemunho falso, atribuo a anedota a certo poeta humorista muito conhecido em Coimbra, já levado pela morte.

A verdade é que Silva Gaio, enquanto uns o recebiam com doestos e *magoavam a sua elegância*, era por outros compreendido e venerado.

Veiga Simões, «a cabeça mais bem organizada da sua geração», no dizer do poeta de Monforte, já em 1909, num artigo publicado nos *Serões* (2) — *A nova geração do neo-lusitanismo*, afirmara que «a Manuel da Silva Gaio cabia a primasia do movimento — primeiro a ressurreição integral

(1) O manuscrito foi lido pelo autor na oficina do escultor Teixeira Lopes, em Janeiro de 1916.

(2) Segunda série, vol. IX, pág. 201.

das formas quinhentistas; depois, tomada a consciência do movimento com a continuação do sentimento da raça, bebido ora nas contemplações melancólicas de Bernardim e Cristóvão Falcão, ora na firmeza plástica de Sá de Miranda e Camões. Buscava-se um novo fundo, inexaurível, o fundo sentimento da raça achado em documentos artísticos de plena palpitação nacional e projectados numa adaptação rigorosa às necessidades artísticas contemporâneas. Foi êste poeta o precursor da actual geração, de que hoje constitue o ponto central; foi êste poeta o único da sua camada que sentiu e palpou o verdadeiro fundo renovador de uma literatura, indo buscá-lo à tradição nacional, reatando-a e amoldando-a, da aspiração subjectiva que envolvia o lirismo quinhentista, à consciente e nacional unificação da arte».

Mas o mais entusiástico incitamento e o apoio mais carinhoso vinham do lado dos moços nacionalistas. António Sardinha chegou a julgá-lo *um permanente pão para a boca*. Testemunham-no as cartas seguintes:

Excerpto de uma carta de António Sardinha para Manuel Gaio:

.

« Há dias em Lisboa o Hipólito contou-me do seu projecto de edição integral. Ainda bem. Será então chegada a hora da minha geração o reivindicar bem para si e de o erguer como o seu mais clarividente mentor. A justiça chega e o meu querido Amigo há-de ver como nós resgataremos a culpa dos que nos antecederam, consagrando-lhe o melhor da nossa compreensão e do nosso carinho. O meu Amigo vive numa época de pedantocratas e de ultra-românticos. De sorte que a fria aceitação que êsse momento lhe dispensou, — momento de frivolidade e aparência, é seguramente a pedra de toque do seu valor altíssimo. Acredite que eu sinto-me feliz por poder servir com o maior entusiasmo a glória justíssima de quem é, como o meu Amigo, a figura mais representativa do actual pensamento português ».

.

11-VI-913

Cópia integral de outras:

« Meu muito prezado Amigo:

Eu creio que não terá pensado mal de mim pelo longo silêncio que guardei sobre tantos e tantos obsequios. Não ensaio inúteis escusas que só cançariam e limito-me a dizer-lhe a inteira absorpção mental em que vivo, roubado a tudo o mais que não seja a cegueira em que todo eu me consumo. Com o meu concurso os bocados que me sobravam dos trabalhos literários são agora empregues na elaboração do respectivo título de candidatura. O resto do tempo vai-se-me, e mais que fosse! — nos estudos preparatórios do nosso movimento e no cumprimento das minhas necessidades creadoras. O que eu tenho alcançado, o que a penna me realisa e o pensamento apreende e depura dentro em pouco o meu querido Amigo o verá. Além das notas e monografias que iram saindo na revista, conto para os fins de maio pôr na rua um voluminho que é como o officio-meudo das nossas devoções. Ali defino e vinco meia duzia de idéas-madres que nos conduzem e inspiram.

Na dissertação o meu Amigo encontrará um aspecto bem curioso do problema lusitanista qual é o das origens nas suas relações com o ocidentalismo triunfante.

Cuido haver conseguido uma interpretação da nossa história debaixo do ponto de vista étnico que responde plenamente às dúvidas que se alevantem sobre as deficiências colectivas da Raça. É um hino à terra e ao município, cujos tópicos principais o meu Amigo observará, se se der ao incómodo de me ler, na segunda parte do meu artigo *Teófilo mestre da Contra-Revolução*.

Sabe que tenho concrecionado todo o nosso pensamento político a partir do século xvii, chegando à consoladora conclusão de que possuimos uma doutrina monárquica em

que os melhores argumentos de Maurras sam extraordinariamente antecipados?

O conceito que o nobiliarquista Álvaro Ferreira de Vera fazia da genese do facto monárquico é o mesmo que se encontra em Taine. Como em Luiz Mendes de Vasconcelos o homem do livro do *Do sítio de Lisboa* já se produzia à entrada de seiscentos o reparo convencedor de que o « *Rei que acrescenta a República a si mesmo acrescenta grandeza e reputação* ». A identificação do interêsse geral com o interêsse do Rei perscruta-se ali magnificamente. E então a plenitude filosófica atinge-se nos escritores legitimistas. Em José Agostinho de Macedo prevêem-se e estabelecem-se puros enunciados de demopsicologia. Há um, bem ignorado por sinal, que é poderoso de penetração e exame. Chama-se Faustino José da Madre de Deus. Eu tenciono deduzir a sua attitude anti-revolucionária e organizadora em monografias sucessivas que reünirei ao depois em volume debaixo do título — *Os nossos preceptores*. Não só os miguelistas serem analisados; Alexandre Herculano e Oliveira Martins ham-de ter lá um lugar de atenção, tanto mais que é um trabalho convidativo e inédito a destriça das qualidades positivas dos dois — que as tiveram! do nihilismo romântico em que se lhe abafou o esfôrço e a obra. Não concorda? Lá virá um capítulo — *Manuel da Silva Gayo professor de energia nacional*. Mas que tagarela, meu Deus! A falar de mim, a falar de mim, sem lhe perguntar pelas suas disposições, pelos seus escritos! Que não se esqueça nunca que do meu Amigo descendemos todos nós. Por isso não deserte do seu pôsto. Ansiosamente aguardamos palavras novas, novos dictames, horisontes novos. Repito-lhe os dizeres da minha última carta em que não ia o sentir dum amigo e dum discípulo, mas o voto unânime duma geração. Conte-me, pois, muito de si, dos seus projectos. E aquele retrato prometido e com tanta febre desejado? Oxalá a Páscoa lhe tivesse corrido benéfica e que em casa do meu Amigo a paz e a alegria se dêem mãos e tenham cadeira. Tomei a liberdade de lhe enviar umas gulodices com des-

tino aos seus Pequenos — desculpe-me. Permita que eu cumprimente com as minhas melhores homenagens as senhoras de sua Ex.^{ma} Família e com um abraço muito estreito, muito cingido, disponha do que é

amigo certo e admirador gratissimo

(a) *António Sardinha* ».

Monforte, 1. de 10. 1914

P. S. Escrepta ontem de serão esta carta mal contava eu com a onda de jubilo que me entraria hoje de manhã pela casa adentro. Obrigado, meu Amigo, pelo que lhe mereço e por todo contentamento em que o espírito se me inundou ao contacto da sua bondade, bem pródiga para comigo! Quando dúvidas houvesse acêrca da identidade do nosso pensamento, reclamando-se da mesma extração occidental, a carta hoje recebida com o que ao mesmo tempo quasi escrevia atestam soberanamente a comunhão de vistas e de intuitos em que nos tocamos. O que não lhe aceito é esse péssimismo injustificavel. Eu considero toda a incerteza presente como uma longa prova de capacidade a que a Raça se sujeitou e da qual, creia, sairá victoriosa. Farta de sofrer experiências exóticas, panaceias de aclimatação, no desfazer da última mèsinhice, um pouco no desvairamento da perdição, olhou de subito para si e como Gonçalo Mendes Ramires, achou-se, descobriu-se. *Sursum corda!* Um povo não morre quando possui por elle o ardor duma geração que se enche de finalidade com a idéa aglutinadora de lhe servir os destinos.

Eu por mim lhe asseguro, meu Amigo, que cada vez me inflamo mais na minha mística lusitanista. Nesta revivencia de instinctos históricos que se nota por todo o mundo, Portugal bem depressa se afirmará com a riqueza organica do seu tradicionalismo já bem instalado na alma dos moços. E depois, de dia para dia, os motivos de fé

aumentam tangidos por uma vara de prodígio. Sabe a tese que se alevanta sôbre as origens provençalescas? A Gaya sciência parece entroncar nos cancioneros árabes de Córdova, nos quais predominam as vozes dialetais do noroeste da Península. Aqui estamos nós com os nossos tesoiros líricos colocados à cabeceira da poesia medieva, se assim fôr, em verdade.

Do seu concurso é que se precisa absolutamente. Deliro pelo poema que será uma apologia quente ao sangue e à Terra na desgarrada simbólica para a Africa. Que a «Chave Doirada» nos traga o Encoberto com uma lava de resgate aurorescendo por sôbre a courela amada da Pátria. Eu compreendo o papel condensador que atribue à *Educação clássica* e como ela é um formidável agente de intensificação nacional. Nós combatemos o romanismo histórico no seu aspecto juridico e económico, mas recebemos-lhe a *regra mental*, o *preceito pedagógico* como higiene de pensamento e cultura nobre da Língua. Pois não é assim?

O meu estudo sôbre Teófilo alonga-se ainda. Na parte que irá agora ha esboçada a traços largos uma teoria do Município, para a qual chamo o seu esclarecido juízo. É ao *Portugal Contemporâneo* que eu vou procurar a attitude anti-revolucionária de Oliveira Martins. Elle compreendeu a falsidade, o patológico do romantismo nas suas detestáveis applicações politicas, é aí que excede a Teófilo, envolvido miserandamente nas ideologias ridiculas do *Contracto*. Meu Deus, o que há para realisar e como a vida é curta e exiguas as nossas possibilidades!

Desvaneceu-me o seu retrato que eu preferiria a qualquer outro. Transparece nele a *elegancia maquada*, o *olimpismo cristianisado* (1) que é a essencia da sua bela obra. Sabe? Tem em minha mulher uma admiradora dos *Torturados*.

(1) Estas palavras foram sublinhadas a lápis vermelho, talvez por Silva Gaio.

Renovo as minhas homenagens às Ex.^{mas} Senhoras de sua família e com lembranças minhas aos seus pequenos, sou com segundo abraço amigo certo e admirador fervoroso,

Monforte, s. c. 11. iv. 914

António Sardinha ».

«Meu querido Amigo:

Por Deus, não desalente! Quando lhe chega a hora de ver aclamada a sua obra e tóda ela erguida como uma regra soberana de Acção e Entusiasmo pela geração que sobe, o gesto cansado de renúncia que ora me anuncia era como que renegá-la, creia, — era roubar ao seu esforço que nas letras portuguezas é o mais nobre e o mais consciente dos últimos vint'annos aquelle profundo sentido creador que nesta maré-montante de adivinhações o torna um como que permanente pão para a bôca, um grande vento e fecundo donde emanam, sempre novos, sempre inspiradores, os mais belos motivos da nossa caminhada contente. Alto professor de lirismo, — do que de transfigurador, de vivido e genesíaco se desprende da actividade poética da nossa existência subliminal, o meu Amigo alia ao poder estranho do bruxo que deslinda os ritmos secretos do ser a disciplina espectral e gostosa duma equilibrada visão latina em que o revivalismo dionisíaco se consorcia e ajunta, através da alma contemplativa do ocidente, com a norma serena da serena Deusa d'olhos glaucos deante da qual mais dum sofista scéptico tem caído de joelhos sôbre os degraus da acrópole impassível. Por este casamento a sua obra oferece-nos a nós, os que assomamos, a chave maravilhosa dos enigmas que nos hajam de modificar. Por um lado abraza-nos uma sede infinita de Infinito, que nas filosofias iluminadas da intuição satisfaz a ardencia devoradora. Por outro lado, o nosso dever presente avisa-nos por um instinto de milagre que é preciso agir, que é preciso opor ao 89 da Liberdade o 89 da Autoridade.

Possue-nos o espírito viril da contra-revolução que nos previne a tempo dos excessos encantadores do pragmatismo. E assim, pela necessidade da ordem, sem a qual todo o anseio é vão, toda a empreza é nula, — assim pela necessidade dum fim que nos unifique e subordine, expurgando de nós os tumultuários caprichos egotéticos com que o romantismo nos envenenou, nós reconhecemos e aceitamos a direcção clarificadora do preceito mental, exercido agora dentro das funções próprias da Inteligência, já sem os abusos da Razão-Pura, actuando já em limite que lhe concretisarão o alcance. É com esta síntese incitadora que nos atiramos para a luta, proclamando a tradição e a fé — é com êste viatico de jornada que conciliamos com a consulta das nossas potencias improvisadoras os ditames supremos da anterioridade histórica. « Ao comêço era a Ação » — já lá dizia Fausto. E apelando para os exemplares de resignação jubilosa, de heroismo gerador que é todo o segredo da sua obra, nós, os moços portuguezes, o saudamos como o grande perscrutador do movimento que hoje se entra a definir e a empolgar-nos. As páginas gritadas que nos comunicam a dôr gostosa duma maternidade como que a espectação mística da alvorada que já se desenha. O entendimento da acção com a idéa o meu Amigo o palpitou, como em solução positiva a nós hoje se representa. Cada livro que nos dá é um reservatório borbulhante de energia, — um versículo a mais do genesis novo que entra a amanhecer para a terra portuguesa. Para que desertar, pois? Oh, não nos atire com êsse desmentido de quanto em si bebemos. Finque-se mais do que nunca no lindo posto que lhe pertence! Lembre-se que dos do seu tempo é o único parente que nós invocamos. Não se recolha lá porque um desastre editorial tam explicavel nos tempos que correm o exaspera e magoa. Aguarde e não desanime. Talvez que depressa soe a hora da minha geração, já em plena actividade social, lhe prestar a homenagem pública a que tem direito. O que eu desejo é possuir o *Moniz Barreto*, *A volta da India*, *O mundo vive de ilusão* e *As três ironias*. Pode ser que num

futuro próximo eu me deite a escrever um estudo sobre os preparadores da verdadeira energia nacional. Recordo-lhe também o seu retrato, para ficar ao lado do do Eugénio e do Conde, comemorando os meus cinco anos de Coimbra.

Deve estar já de posse da importância da minha carta de formatura. Agradeço-lhe todos os incómodos e peço para m'apressar. E com os meus melhores cumprimentos para sua Excelentíssima Esposa; muito Senhora minha, receba abraços apertados e agradecidos do seu amigo e admirador

Monforte, s. c. 29. xl. 913

António Sardinha ».

Em 1892 e 1895, já António Nobre, nas cartas seguintes—dois documentos tão isentos de literatura como cheios de humanidade—confessava a Silva Gaio a maior admiração pelo seu talento e pela sua obra.

« Sabbado — 1. x. 1892.

41, rue des Ecoles, Pariz.

Meu Amigo,

Quando, ha alguns mezes, me enviou a sua carta de cumprimentos sobre o *Só*, pedia para me chamar seu amigo. E assim encimo a minha primeira carta d'hoje com essa doce palavra. Se o meu livro me fez sympathico a seus olhos, sympathico era já o Manuel Gayo aos meus, de tanto e tão bem que de si me disse o meu amigo Alberto. E a leitura do seu livro ⁽¹⁾ foi mais um nó no laço desta sympathia. Que temperamento doce, tão cheio de melancolia! Ainda não há muito que retomei o seu livro para conversar com a sua Coimbra e, ao poder dessa evocação, eu vi

(1) *Canções do Mondego*.

passar vagamente diante de mim, uma por uma, quantas e quantas recordações da sua terra! E se soubesse a impressão que faz um livro portuguez lido e scismado, n'este banal Pariz embirrento de civilização, creia que isso lhe serviria porventura de estímulo para vir até cá ler-se a si.

Comecei a amar Portugal depois que o deixei, se é na ausência que se conhece o amôr. Perdida a ilusão do estrangeiro, voltei-me para a nossa terra e é lá que moram as minhas predilecções e para lá vão as minhas saúdaes. Quantas me deu o seu livro do tempo de Coímbra! E, perfeitamente, tal qual como n'esse dia, vejo-o ao Manuel Gayo, ao lado duma senhora, descendo a Sé Velha, enquanto eu, arrastando a capa e de pernas magricellas esticadas nas meias pretas, ía passando lentamente. «Vai fazer acto», disse baixinho... Não faço a crítica das suas *Poesias*, pois não quero ser inoportuno: quiz somente dizer-lhe as impressões que tive da leitura do seu santo livro, que não abandonei pela vida adiante, se o seu poder evocativo é tamanho e tão consolador. Não me atrevo a pedir-lhe perdão da demora desta carta: creia, no entanto, que o mereço. Depois dos meus actos na Universidade, cahi numa inacção completa, fatigado de jurisprudência: para mais, dolorosas novas de Portugal vieram abater-me de todo. Ah que dia triste, hoje! Comêço de inverno pariziense, chuvisquento de pontinhas d'alfinete, apetece-me ir a Nôtre-Dame ouvir matinas ou fugir, fugir, fugir... Agradecendo-lhe a sua amabilidade, aperta-lhe a mão seu amigo

António Nobre».

«Jeudi, 21. III.º 1895.

41, rue des Ecoles, Pariz.

Meu caro Gayo.

Não é para o imitar no seu longo silêncio que só hoje lhe respondo. Mas olhe: recebi a sua carta nas vésperas angustiosas do meu acto de *licence*, e era-me então impos-

sivel dedicar aos meus amigos uma hora de cavaco, embora em pensamento, quando, à noite me ia deitar, muitas vezes fosse passear de braço dado com elles. Depois caí doente com uma anjinita, e depois os meus dias via-os correndo sem que o meu humor encontrasse uma aberta de bom tempo... E assim é que tenho diante de mim um masso de cartas que o Portugalzinho me ia mandando, sempre bom rapaz! e assim é que só hoje começo a responder-lhes. Já vê que tem de desculpar. Cheguei, há pouco, dos *boulevards* de assistir ao *défilé* da cavallhada da *mi carême*, festa de estudantes e *blanchiseuses* mas eu, que já não sou estudante, fui apenas espectador como os demais parizienses! Não imagina o que era, ha algumas horas, esse *boulevard* dos Italianos! Cheguei a ter medo que elle abatesse: com certeza estavam lá um milhão de vertebrados, ou estariam mais? Mas deixemos isso. Cheguei da *mi-carême*, jantei e, aqui me tem, ao seu lado. Agradeço-lhe o *envoi* do seu *Moniz Barreto*. Gostei sinceramente. E eu que de crítico tenho apenas o «instincto dos poetas» que esse nosso amigo tantas vezes me tem assignalado, em intermináveis palestras de dias inteiros, diante do seu livro, nada mais lhe quero dizer do que aquelas palavras. Gostei muito. E o Barreto gostou também. Notamos com prazer, como seus camaradas e seus amigos, a perfeição que o seu talento, obra a obra, vae attingindo e que nos leva a crer que o seu talento lhe reserva a doce consolação de que não foi inutil a sua passagem na terra. Como vê, o seu abandono de Lisboa, a que o Moniz Barreto tem um horror physico, tamanho elle é! só lhe faz bem, só bem lhe fará. Na verdade, meu caro Gayo, unicamente o trabalho nos pode fazer felizes. O trabalho a mais a natureza e o amor. E não tem V. tudo isso? Eu, por mim, estou bastante mudado, e talvez porque trabalho mais: este ano de Pariz tem-me ensinado muita coisa que ignorava. Sinto-me melhor de saude da alma e já não amo tanto a morte. O Moniz Barreto é, dentre os portuguezes, o meu mais intimo companheiro, o único talvez. Temos passado até às 5 da manhã a conver-

sar, a conversar sempre, sem um minuto de silencio, sem um segundo de fadiga. E em nossas conversas tudo percorremos: arte, philosophias, almas e o Manuel Gayo muitas vezes é por nós evocado d'entre as sombras dêste velho Bairro Latino. O Barreto merece tudo quanto se diz d'elle. Merece talvez ainda mais. Nunca encontrei um homem tão intelligente, que é ao mesmo tempo tão sábio. Infelizmente a nossa conversa vae breve acabar: elle e eu vamos partir, cada qual para o seu destino. Rezervar-lhe-ei sempre no meu coração (e tambem no meu espirito) uma meiga recordação. E decerto (elle já lho disse, não é verdade?) que vae ser publicada uma *Carta a Manuel Gayo* em que o Barreto discutirá sobre alguns pontos do seu estudo. E não o demorará muito. Vou terminar e só lhe peço que não deixe de vir de quando em quando ter com este seu exilado: será sempre para mim um prazer. À Nicha envio um beijo, enquanto que lá não vou eu próprio dar-lhe mais do que um, *si ça plait a Mademoiselle...* Adeus. Creia-me sempre o seu dedicado amigo, que o abraça,

António Nobre.

Em 9 de Junho de 1906 escrevia D. Carolina Michaelis esta carta ao Poeta:

«V. Ex.^a teve, há ano e meio, a delicada lembrança de dedicar à editora de Sá de Miranda um seu poema, em que, com admirável maestria, *renova, refinando-o, o estilo ingénuo dos três primitivos, do bucolismo nacional.*

E só hoje é que venho agradecer essa distinção. Porquê? Mais de uma vez tive entre mãos o exemplar com que fui mimoseada, no acto de conversar, ou depois de ter conversado com estrangeiros ilustres (como Karl Larssen e Unamuno) a respeito da intensa vida intellectual de Coímbra. Mas só agora abri e percorri o volume inteiro (Mondego) a fim de poder esboçar, em meia duzia de linhas, a biografia de V. Ex.^a para a enciclopedia de Meyer, e reparei então

na homenagem significativa, que muito e muito lhe agradeço. Julgo que a devo à simpatia e ao carinho com que tento compreender e definir a alma portuguesa, embora não tenha berço neste torrão abençoado, e em particular ao meu vivo interesse pelos lindos campos do Mondego, «tão de geito para seara de amores», e por quantos o cantaram e cantam.

O poema tripartido, sobrescritado com o nome de V. Ex.^a (anagramizado), agrada-me de veras. Que ternura e suavidade nessa composição *em que a flauta pastoril, quer perdida, quer escondida intencionalmente, simboliza os cantares velhos, abandonada pelo introdutor da Arte Nova* (Sá de Miranda) mas só temporariamente, visto como na ermida da Tapada, voltou de novo aos seus primeiros amores: aos metros e temas predilectos da Musa pátria ».

Vejam os agora como um escritor sem popularidade no seu país era apreciado no estrangeiro.

No «Journal des Débats» de 10 de Março de 1895, lê-se: «Enfin, il (M. P. L. P. de Brin-Gaubast) déclare que Eugenio de Castro n'a point subi l'influence des *sptentri-naux* et qu'il a seulement été en Portugal le promoteur d'une sorte de *neogoethisme*, en opposition avec le *mouvement littéraire nationaliste*, dont M. Manuel da Silva Gayo fut l'initiateur à Coimbra.»

No «Courrier de la Presse» de Paris, com data de 2 de Novembro de 1895, escreveu também Brinn-Gaubast:

«Un délicat petit roman (Pecado Antigo) des articles de critique d'art, des poemes à la gloire des rives du Mondego (refere-se às *Canções do Mondego*), avaient non seulement consacré, aux yeux de ses compatriotes, le robuste talent, mâle et tendre à la fois, de M. da Silva Gayo, mais fait de lui, pour ainsi dire, l'évident *initiateur* d'un jeune groupe d'écrivains surtout *nationalistes*... Je regrette de ne pouvoir insister davantage sur les mérites qui font de Manuel Gayo, — comme on le nomme familièrement — l'une des plus sympathiques figures du Portugal contemporain. C'est à peine si je dispose ici, d'assez de place pour expli-

quer qu'il a entrepris d'étudier, en une série de *Monographies*, sous le titre: « *Os novos* » (les Jeunes), l'oeuvre et la vie de ceux de ses compatriotes qui, dans les quinze dernières années, lui semblent s'être révélés les plus dignes d'admiration...; ... il était comme pour un excellent écrivain: sur ce point sa *monographie* « *Os novos: I — Moniz Barreto* » n'avait rien à nos révéler; mais ce que nous ignorons et ce qu'elle nous apprend c'est qu'à son beau talent l'auteur joint un fier et beau caractère. De combien d'hommes de lettres en peut-on dire autant? »

De « *La Fraternité* », de Paris, de 10 de Fevereiro de 1897, transcrevo: « ... Manuel da Silva Gayo ..., qui dirige à Coimbra, avec Eugenio de Castro, le *mouvement littéraire*, vient de donner un poème de dialogues « *Le Monde vit d'illusions* » — Rappelons, parmi les précédentes oeuvres de M. da Silva Gayo: les « *Chansons de Mondego* » les « *Rimes escoliers* » (*Primeiras Rimas*) et un livre de critique sur *Moniz Barreto* ».

Além do alento que lhe vinha de raros, ⁽¹⁾ colhia estas provas de compreensão admirativa de certo modo compensadoras da falta de entusiasmo com que os seus livros eram recebidos entre o grande público do país.

Carlos Malheiro Dias considerava a « figura intelectual de Silva Gayo — poeta, romancista, dramaturgo e crítico de arte, das mais interessantes sob o ponto de vista da multiplicidade de aptidões e das mais eminentes pelo seu culminante mérito literário, da mentalidade portuguesa contemporânea. Mas lamentava que « *a sua obra estivesse injustamente sequestrada da convivência das maiorias* » ⁽²⁾.

(1) Afora os nomes aqui citados devo lembrar, entre outros, os seguintes que escreveram sobre Silva Gaio: Jaime de Magalhães Lima, Hipólito Raposo, Alberto Monsaraz, Luiz de Magalhães, Doutor Joaquim de Carvalho, Sílvio de Lima, Fidelino de Figueiredo, Júlio Brandão, etc.

(2) *Ilustração Portuguesa*, n.º 42, de 10 de Dezembro de 1906.

IV

Pela documentação apresentada, pela própria confissão do escritor, demonstrou-se que êle foi, em Portugal, o precursor do novolusismo literário.

Mas Silva Gaio, inteligência insatisfeita, alma inquieta em face da universalidade dos problemas, cheio de « *viva curiosidade cosmopolita das ideas, iluminado pelo sonho platónico do longe* » não podia fechar-se no círculo estreito do regionalismo e do *nacionalismo* literário.

Veiga Simões fez uma decomposição analítica do poema — « O Mundo vive de ilusão » e enfileirou-o ao lado das obras de feição e essência *universalistas* (1).

Embora « *um pouco vago e menos lógico nalgumas observações e conclusões* » (2) não deixa, no entanto, de explicar subtilmente a concepção ideológica do poema que o autor mais tarde enjeitou « aproveitando, porém, para outras produções, esta ou aquela passagem, como quem aproveitasse, para construções novas, pedras tiradas de velhas ruínas » (3).

Os Torturados — o romance de que êle mais gostava, apareceu « a tomar um lugar raro e de destaque na nossa literatura... sólido e formoso romance que vos há-de atraír profundamente, e comover, e fazer pensar, qualidade esta das melhores e mais sedutoras que pode ter um livro » (4).

Vieram depois outros livros que obedeciam ao seu plano de universalista: *O Santo, D. João* (5) e a *Sulamite*.

A propósito da *Sulamite*, editado em 1928, refiro aqui

(1) *A Nova Geração*. Estudo sobre as tendências actuais da Literatura Portuguesa. Coimbra, F. França Amado, Editor, 1911, pág. 145 e segs.

(2) Palavras de Silva Gaio, in *Águia*, n.ºs 106-108, pág. 134.

(3) *Magazine Bertrand*, Setembro de 1933.

(4) António Sérgio.

(5) Raymond Bernard traduziu êste poema. Société d'Éditions «Les Belles-Lettres», Paris, 1929.

o triste caso do seu insucesso comercial. Um dia interroguei o proprietário da casa editora — Livraria Atlântida — sobre a venda do livro. — Oh! não calcula! Venderam-se, em oito anos, pouco mais de 100 exemplares! O resto está naquele *monte!* E mostrou-me a ruma de livros esquecidos, abandonados a um canto, talvez à espera do trapeiro que os irá misturar com ossos ou peles de coelho!

Alguém considerou a *Sulamite* « uma das obras de maior encanto da nossa moderna literatura em verso » (1).

Era tão inquietante a sua preocupação de ficar na história da literatura apenas como escritor estritamente regionalista que, aos elementos por êle fornecidos para esta simples biografia, acrescentou:

« Insisto em pedir-lhe que acentue o aspecto universalista do meu espirito e da minha obra, de acôrdo com esta observação, tão inteligente, de Castelo-Branco Chaves:

« O nacionalismo de Manuel da Silva Gaio, tão acima e tão diferente dêsse outro que teve por messias A. Nobre e por evangelista Alberto de Oliveira, preconizando, (o de Silva Gaio) *uma expressão e uma interpretação nacionais* como meio de tornar a literatura portuguesa *característica* no seu *universalismo*, afigura-se-me que até certo ponto se documenta neste magnífico estudo (*Bucolismo I — Bernardim Ribeiro*) e nos que se lhe seguem como partes da mesma obra (*Bucolismo II — Cristovão Falcão; Menina e Moça*).

Castelo Branco Chaves vinca a ideia de que a minha obra *tem, no seu conjunto, uma unidade íntima, através dos seus variados aspectos* ».

« Preocupa-me a circunstância de me ver numa idade avançada, pois desejaria ainda compor e publicar obras de carácter *universalista*, ao ter transposto, como transpuz, a *étape* do *novolusismo*.

(1) António Sérgio, *Ensaaios*, t. III, pág. 85.

Só agora, livre de preocupações burocráticas, que durante tantos anos me estorvaram a actividade literária, me seria dado, se estivesse mais novo, realizar os meus planos de *universalista*—aquêles que mais poderiam interessar-me. Entre os meus planos, acarinho, de há muito tempo, o do *Romance dum Filósofo* (1) que compreenderá ou *compreenderia* duas partes: a primeira, dedicada à história, à vida dêsse Filósofo; a segunda, à exposição das suas ideas sob a forma de *cartas* dêle e de diálogos em que êle figurasse.

«Creio, porém, que não chegarei a realizar o que será o meu *livro-sonho*; pois não me sobejará vida para o compor e escrever e porque ainda não coordenei, de maneira a *construir*, seguro, o seu edifício ideológico, os dados colhidos um pouco desordenadamente. Emfim...

É esta a grande altura de manifestar a mágoa de não me ter feito uma verdadeira *educação científica*—base firme de tãda a educação filosófica. Se, por impossível, voltasse aos vinte anos, não seria, com certeza, como sou, infelizmente, um *bacharelloide* em Direito. Dar-me-ia realmente ao estudo das ciências, na medida em que êsse estudo me pudesse habilitar para o da Filosofia (2). Não me dispersaria pelas espécies literárias que cultivei e teria, na medida das minhas fôrças, todo o prazer de integrar-me numa das correntes filosóficas modernas, com o pensamento orientado segundo uma compreensão global do Existente e do Humano.

De há muito me aflige o facto de tanto me ter transviado e dispersado » (3).

(1) No poema *Chave dourada* anuncia, entre os livros em preparação (nunca publicados) *As idéias de Álvaro Bruno*. Suponho que já pensava no *Romance dum filósofo*.

(2) Já depois dos 70 anos, tentou estudar matemática com o professor do Liceu Dr. Dias Pereira e desejou conhecer a física moderna junto do Doutor Manuel dos Reis.

(3) O Senhor Doutor Agostinho de Campos num artigo publicado no *Comércio do Pôrto* depois da morte do Poeta, escreveu: «Manuel da Silva Gaio, cujos dons e talentos eram amplamente variados, não pôde ou não soube defender-se da dispersão.»

O Mundo vive de ilusão e os *Novos Poemas* — de onde o poeta extraiu material de construção para o *Santo*, *D. João* e a *Sulamite* (1) constituem a base sobre que assenta o seu plano de universalista.

Ideias não lhe faltavam e às vezes eram tantas que levava «grande trabalho a erguer diques capazes de se oporem à violência da torrente» (2).

Os Torturados — pode classificar-se um romance de ideias, embora prejudicado por certa prolixidade de descritivo denso que, talvez, houvesse contribuído para o deixar mais ou menos na sombra.

Embora Luís de Magalhães afirmasse o contrário, Silva Gaio era melhor prosador do que poeta (3).

No entanto, Carlos de Mesquita dizia, num artigo: (4) «E lembrar-se a gente de que êste poeta, êste admirável poeta, há uns bons 14 anos se convenceu de que a poesia não era a sua vocação e tomou, e imprimiu até a resolução de abandonar para sempre o verso!»

A nossa falta de senso crítico, apontada por um estrangeiro, (5) contribuiu para desorientar, para desviar do seu norte um escritor que começava a saber escolher o verdadeiro caminho.

Mas porque não reagiu o criticado contra as sugestões de fora e se deixou transviar no sentido da dispersão, êle

(1) *D. João* é o primeiro poema dos *Novos Poemas*. *O Santo* e a *Sulamite* tiveram a sua nascente em *O Mundo vive de ilusão*.

(2) C. de F., *Poemas do Instante e do Eterno*, pág. 8.

(3) «... maior prosador ainda do que grande poeta». Carlos Malheiro Dias, *Ilustração Portuguesa*.

(4) *O Dia*, Dezembro de 1906.

(5) Aubrey F. G. Bell, *Alguns aspectos da literatura portuguesa*. Tradução e prefácio, por Agostinho de Campos, págs. 25-26, 36.

cuja visão crítica alumiaava tão inteligentemente o caminho dos outros?

Por necessidade sentimental de ceder ao desejo de traduzir em verso certos estados de alma que a prosa não exprimia? Talvez.

No verão de 1899 morreu-lhe a segunda mulher. Suponho que o *Mondego*, (Poema a jeito de écloga) publicado em 1900, seria inspirado no desgosto causado por essa morte.

Escrito na *medida velha*, ao sabor de certas estrofes de Bernardim e de Cristovão Falcão, é, sem dúvida, o seu livro mais cheio de poesia, aquêle em que o sentimento poético não intelectualizado encontrou mais adequado meio de expressão.

O *Romance dum Filósofo*, o seu livro-sonho, não ficou escrito, mas vivido. A conversa de Silva Gaio foi, na verdade, o *romance dum filósofo*.

Nela se realizou o sonho do poeta, a aspiração do pensador, o ideal de Miguel de Gouveia.

O Homem era mais comunicativo do que o poeta.

Em Silva Gaio, acima do romancista, do poeta, do dramaturgo, do investigador erudito, estava a estrutura de um crítico, de um ensaísta de largos recursos. Prova-o o seu ensaio sobre Moniz Barreto, o 1.º e único da série *Os Novos*, publicado em 1894, e os prefácios das *Poesias Escolhidas* e da segunda edição das *Horas*, de Eugénio de Castro.

Direi de Silva Gaio o que êle disse de *Moniz Barreto*:

« É como crítico que êle se nos impõe. ... Na sua crítica, a sua sensibilidade e a sua imaginação vão solidárias com a sua inteligência e a sua análise. Êste crítico tem, para poder merecer tal designação, além de tudo o mais, a visão dinâmica das almas e das obras » (1).

(1) *Moniz Barreto*, págs. 52 e 53.

Se em vez de «visão dinâmica» escrevesse: *visão cósmica*, o retrato do crítico seria de inteira fidelidade. O que predomina sobretudo na obra de Manuel Gaio é a curiosidade de estreitar o Universo num abraço de pensamento, não dolorosa, mas serenamente interrogativo. O leitor não sofre o desespero de não encontrar solução aos seus problemas metafísicos. Silva Gaio encarrega-se de lhe dar a chave dos segredos e de responder às suas e nossas interrogações. A sua visão crítica é feita em profundidade, e de tal modo extensiva que chega a antecipar juízos valorativos em face da obra criticada. Biografando Moniz Barreto e analisando a sua obra, tentou mostrar a um país quasi alheio à riqueza dêsse extraordinário valor, a grandeza rara de um dos mais conscientes e inteligentes comentadores da nossa literatura do século dezanove. Na verdade, o que Moniz Barreto escreveu há 50 anos «*está como na hora*».

Se é manifesta a nossa pobreza de uma literatura crítica, porque se não colocou até hoje Manuel Gaio no verdadeiro lugar que lhe compete como ensaísta e crítico?

É certo que a sua obra de crítico e ensaísta não chegou, mercê da sua *pecha dispersiva*, a alcançar aquela densidade e qualidade que o elevem à altura de um Sainte-Beuve, de um Taine, de um Thibaudet ou mesmo de um Moniz Barreto. Mas o que deixou merece tanta admiração, que julgo sacrílega qualquer alusão menos respeitosa à sua obra de crítico.

Por isso ousou aconselhar a sua leitura atenta a alguns intelectuais da nossa terra, carregados de responsabilidades. Por isso termino lamentando que a obra dêsse Homem extraordinário que foi Manuel da Silva Gaio continue sequestrada, não do convívio das maiorias, mas da intimidade de uma grande parte das élites intelectuais de Portugal.

NOTA

Porque se relacionam com a actividade literária de Manuel da Silva Gaio, publicam-se as seguintes cartas de Fialho de Almeida e de Ramalho Ortigão.

Considero-as inéditas, excepto a datada de 1895, já inserta na *Revista de Portugal* dirigida por Vitorino Nemésio.

Meu amigo

O teu livro era magnifico: muito obrigado pela dedicatória da *Zeynab*, e mais agradecido ainda por te haveres lembrado do meu nome para o mosaico de artigos-criticos das *Primeiras Rimas*. Ahi vae essa rapida noticia que sobre o volume escrevi: Tu me perdoarás, meu caro Gayo, a celeridade e ao mesmo tempo a insignificancia do artigo. O teu volume merecia mais, se acaso eu não trouxesse agora entre mãos umas poucas de coizas que me fazem em agua a cabeça, e me roubam o melhor do tempo em que eu posso escrever

Abraça-te o teu Amigo e camarada

Fialho d'Almeida

V.ª de Frades 1 de maio de 1887

Cuba 18 d'Outubro de 1894

Meu querido Gayo:

Tu já conheces a horrivel hora que eu atravessei, e por isso as tuas palavras acendem na minha tristeza um calor enternecido a teu favor.

Agradeço as tuas generosas condolencias e peço me conserves viva sempre a tua amisade.

Abraça-te o teu velho amigo e camarada

Fialho d'Almeida

Cuba (Alemtejo) em Março do Anno de 1895

Meu querido amigo.

Recebi pelo correio o teu livro sobre o Moniz Barreto, que lerei quando a influenza me deixar, e um pouco de socego descer ao meu espirito, atribulado por complicações de vida domestica, já agora sem anjo da guarda.

Vejo que estás são e forte novamente, porque fazes projectos de trabalho e encaras a vida com coragem. É o que eu invejo, os que ainda julgam da utilidade de qualquer esforço isolado, num meio hostil às obras d'intelligencia. Eu apodreço na Cuba, e para sempre já agora, e como nada me sugere nada, fechei os livros, e deixo-me acabar de aze-dar para embirraça do meu semelhante. É provável que nos não vejamos tão cedo; mas eu me alegrarei sabendo que és feliz, e trabalhas para o monte. Agora, como sempre, meu caro Gayo, o meu espirito acompanha-te.

Adeus do

Fialho d'Almeida

Cuba, Alemtejo, 1 de Julho de 1904

Meu caro Manuel Gayo.

Os meus afazeres não me deixam andar em dia com a leitura dos livros que me enviam; razão por que te suplico não estranhes que só agora te agradeça a *Dama da Ribadalva*, que há bastantes mêzes me enviaste.

Esse volume é o estadio novo d'um escritor já outro, pelas rijezas de estylo, do que eu conheci ha quinze annos, a ensaiar timidamente as suas côres.

Ha paginas dum travo esplendido, com o sabor á vida livre das ideias e dos campos; e só estes destacarei paysagem e fantazia, como n'essa narrativa das *Montanhas* e na água forte que tem o titulo de *Noturno*...

Foi com jubilo intenso que acabei de ler o teu volume. Elle, me recorda a convivencia antiga d'um amigo leal e delicado, e me faz ter fé n'um escriptor de geração perto da minha, tanto monta dizer, pelas afinidades d'ideal, um proximo parente.

Manda sempre o teu amigo e desolado camarada.

Fialho d'Almeida.

Cuba 25 de Dezembro de 1907

Meu caro Silva Gayo.

Você consentirá que eu lhe diga que só agora pude lêr a sua novela « *Ultimos Crentes* » que ha tres anos recebi. Na minha agitada existencia de homemsinho sem residencia fixa, como o Judeu Errante, de poucos ócios demorados disponho para o prazer das leituras emotivas, e d'ahi o ter de expôr a paciencia dos escriptores meus amigos, a estes crimes de leza delicadeza que tenho fé quasi todos me perdoarão, pois que os não cometo para propositadamente os maguar ou irritar.

O romancinho « *Ultimos Crentes* » é a sua melhor obra, a mais luminosa, a mais igual, e aquella que verdadeiramente marca uma fase definitiva de novelista, que V. faz mal em não cultivar com mais insistencia e livre iniciativa, porque poderia dar alguém de muito pessoal e interessante.

A prosa mesmo, n'este livro, ganhou plasticidade e musica cantante, e certos bocados de descrição são aparições de admiravel côr e modelado. Grande prazer me deu vê-lo em tão opulento acrescimo de dons, e melhor seria se novos livros defenissem (sic) o escritor insinuante e vigoroso que aparece a continuar a novela portuguesa, tão pobrementemente e mal colaborada.

De novo lhe peço perdão de só agora lhe agradecer a remessa dos « *Ultimos Crentes* ». Mando-lhe um saudoso

abraço de boas festas, e os votos que faço para que lhe seja propício o anno novo.

Velho amigo e admirador

Fialho d'Almeida

Lisboa 11 nov 906

Meu bom amigo.

Passei em Biarritz o mes d'agosto e nos Pyreneus uma parte de Setembro, — estive depois sucessivamente em casa de uma das minhas filhas em Linda-a-Pastora, e em casa d'outras na Ericeira. Só no principio d'este mes me reinstalei na minha casa dos Caetanos, e aqui encontro hoje extraviada entre outros papeis a sua carta de 5 de Setembro.

Que teria pensado do meu tão longo silencio! Poucas noticias lhe poderia dar, que desconhecesse do grupo dos Vencidos — todos — creio eu — mais ou menos intimamente seus amigos. Se ainda é tempo de lhe ser util, a informação que me pede, rogo-lhe q̄ precise bem os pontos q̄ deseja esclarecer e disponha do seu dedicado confrade e amigo

Ramalho Ortigão.

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO (1)

O meu livro *D. Francisco Manuel de Melo, esboço biográfico* foi publicado em 1914; de então para cá, têm-se averiguado e foram registados por Teófilo Braga e outros investigadores novos factos concernentes à sua vida, foram publicadas outras edições das suas obras e descobertas algumas antigas edições, anteriormente desconhecidas.

Na impossibilidade de presentemente fazer sair uma segunda edição devidamente corrigida da minha obra, resolvi reünir aqui êstes novos informes, com referências às páginas da primeira edição, aproveitando ao mesmo tempo a oportunidade de fazer algumas emendas ao texto primitivo.

Menendez y Pelayo considerava D. Francisco Manuel de Melo um «grande homem» e propunha-se escrever a sua vida, propósito que, infelizmente para nós, não pôde levar a efeito (vide uma colecção de suas cartas no *Boletim da Academia das Ciências, de Lisboa*, XII, 1174, 1180, 1186 [p. XIX]).

No título da obra de Buckle deve ler-se *Europe* e não *England* [p. 23, n. (2)].

O resultado da Batalha das Dunas (2) foi sumariamente exposto, logo após o sucesso, por Lord Baltimore, numa carta

(1) Tradução, devidamente autorizada, por Amadeu Ferraz de Carvalho do artigo publicado em *The Modern Language Review*, July, 1942, Number 3.

(2) É denominação consagrada; porém ao nome geográfico *The Downs* (altura, eminência) não corresponde *dunas* no actual sentido restrito de termo em português. Nesta parte da costa inglesa não há *dunas*. — (N. do trad.).

de 17 de Novembro de 1639, conservada nos arquivos de *Somerset House*, Londres, e impressa no Suplemento Literário do *Times* em 15 de Maio de 1930.

«A armada espanhola não foi totalmente aniquilada, como geralmente se diz. O navio-almirante de Espanha com mais dez chegaram a salvo a Dunquerque; uns vinte e quatro encalharam perto de Dover. O navio-almirante de Portugal foi incendiado, explodiu e novecentos homens pereceram na explosão, depois de ter combatido valorosamente e metido a pique alguns dos holandeses, que perderam vinte e cinco navios.

Escaparam quatro navios espanhóis, que entraram em Plymouth. Do resto da armada espanhola, certas unidades foram apre-sadas, outras afundadas, incendiadas ou dispersas, não se sabendo ainda se mais algumas conseguiram salvar-se. Há grandes queixas dos espanhóis contra o capitão Pennington, que acusam de tê-los traído, não obstante também dizerem que êle «muito corajosamente» fugiu, se por ordem superior ou não, ainda se não sabe; crê-se em geral que êle terá de ser interrogado. Tem de fazer-se alguma coisa para dar satisfação aos espanhóis; foi despachado há quatro dias um mensageiro extraordinário.

Êste terrível combate foi na sexta-feira passada, eram sete (?) da noite (p. 126).

Foi De Ruyter e não Tromp quem queimou os navios ingleses no Medway, isto no ano de 1667 (p. 127). Em vez de «Blake» leia-se «Monk» (p. 128).

T. Braga (*Os Seiscentistas*, p. 155) sugere duas alternativas razoáveis, nenhuma delas desonrosa para D. Francisco Manuel de Melo, afim de explicar o seu procedimento depois que se viu solto da prisão de Madrid no comêço de 1641: uma, que procurava evitar uma pena mais severa e conseguir a saída de Espanha; a outra, que desejava salvar-guardar o seu futuro no caso da possível perda da independência de Portugal, que, tão recentemente conseguida, era ainda muito instável (p. 153).

Em quatro passagens fui indeliberadamente injusto para D. Francisco Manuel ao aplicar-lhe as expressões *versatil* e *versatilidade*, quando com elas queria significar que êle era dotado de muitos e variados talentos.

A mesma palavra tem sentido diferente em português e em inglês (pp. 156, 183, 410, 585).

O Tratado de 12 de Junho de 1641 entre Portugal e as Províncias Unidas foi, evidentemente uma mera suspensão de hostilidades e não uma paz permanente (p. 157).

A esquadra que, sob o comando de D. Francisco Manuel, saiu da Holanda para Portugal em Agosto de 1641, foi forçada pelo mau tempo a refugiar-se em Falmouth, e foi ali e não noutra parte, que elle se encontrou com o Almirante Tromp. A seguinte descrição do encontro, extraída do *Diário* do Almirante, foi traduzida do MS. original holandês existente na Haia pelo meu amigo Major C. R. Boxer:

«17 de Setembro de 1641. [Tromp entrou em Falmouth para querenar o navio almirante]. Vim encontrar em Vaelmut, no navio de Hendrik Geurssen de Amsterdam, D. Francisco Manuel de Melo, almirante da armada portugueza que deixou o nosso país no fim do mês passado com onze navios de guerra e vinte e dois navios fretados. Tinha atingido os 48º de latitude a cerca de 40 milhas de terra; ali o Embaixador (1) se mudou do navio Tétis, por este ter água aberta, para a fragata de Symon Sijssen. Começou a soprar vento fresco de oeste e assim o Embaixador com alguns navios separou-se dos restantes, pelo que o Almirante veio para aqui a fim de se encontrar com o dito Embaixador; tinha com elle os navios indicados à margem (2), assim como os que estavam em Plymouth.

Saúdo-nos, içando a bandeira e salvando a tiros de canhão, o que retribuimos; passando-se isto com bom tempo... Dia 18, idem... Fui visitar pessoalmente o almirante de Portugal, que me recebeu com grandes honras... 21 de Setembro... Veio a bordo o intérprete do Almirante com um official da corte do Rei de Portugal, que me declarou ser-lhe impossível obter aqui crédito a fim de comprar as provisões necessárias, sem as quais não podia largar com o vento favorável que soprava; carecia do meu auxílio

(1) Tristão de Mendonça Furtado.

(2) Encontro em Vaelmut o Almirante de Portugal no navio de Hendrik Geurssen de Amsterdam. O jovem Cop de Amsterdam. Losvaes van Colster. A barca Longa. Um transporte de cavalos. Dois navios de carga. Estava também em Plymouth o navio Tétis, a fragata e um transporte de cavalos.

para poder tratar com segurança com os ingleses e para esse fim deu-me de presente uma cadeia de ouro de meia libra de peso aproximadamente e uma fita de chapéu ornada de pérolas. Respondi-lhe que eu próprio poderia adiantar 800 guilders ao Rei de Portugal; dei-lhe logo 800 guilders em troca do quê me entregou duas letras de câmbio sobre Salvador Rodrigues, português residente em Amsterdam. Fiquei com a cadeia de ouro e com a fita do chapéu... Dia 23, idem.

De manhã, brisa fraca com bom tempo. O Almirante de Portugal fez-se ao mar com os navios indicados à margem (1). (Rijksarchief: Admiraliteits Colleges, XLVII, 1, fol. 151).

O Major Boxer forneceu-me também uma notícia da acção da armada holandesa enviada em auxílio de Portugal em 1641; esta notícia baseada em biografias holandesas de Ruyter e em fontes francesas e espanholas é do teor seguinte:

«Compunha-se a armada de vinte navios, com 2500 homens, sob o comando do Almirante Arnout Gysels (que tinha servido nas Indias Orientais e fôra Governador de Amboim de 1631 a 1633), do Vice-Almirante Jacob Pietersen Tolck e do Contra-Almirante Michiel Adriaanz de Ruyter. A armada saiu da Holanda a 12 de Agosto de 1641 e chegou a Lisboa em Setembro, depois da esquadra franco-portuguesa ter largado para Cadiz. Gysels deixou Lisboa a 18 de Setembro, mas não encontrou a esquadra aliada que se tinha batido com a armada espanhola a 11 de Setembro e cruzou durante o mês de Outubro entre o Cabo de S. Vicente, Ayamonte e Cadiz, à espera dos navios de Havana.

A 4 de Novembro encontrou a armada espanhola comandada pelo Duque de Ciudad Real, a qual era composta de nove galeões, dez navios de Dunquerque, quatro fragatas e uma caravela; vinte navios ao todo. Os holandeses perderam dois navios; o seu Vice-Almirante e a maioria dos outros pouco se empenharam na acção, cujo choque foi principalmente sustentado por Gysels, Ruyter e pelos dois

(1) Os mencionados na nota precedente. Os navios de Plymouth tinham-se juntado aos do Almirante no dia 21.

navios que foram afundados. Ainda assim proclamaram-se vencedores e alegaram que os espanhóis tinham perdido 1100 homens entre mortos e feridos, além de dois navios que depois soçobraram. Isto porém não é provável; a vitória coube aos espanhóis, porque os holandeses viram-se forçados a voltar para Lisboa, aonde chegaram a 6 de Novembro. A esquadra francesa já tinha voltado ao seu país e os portugueses não se mostraram dispostos a sair novamente.

A cada um dos comandantes holandeses foi dada uma medalha de ouro. No dia 20 vieram novas de que a armada espanhola, agora na força de vinte e sete navios, estava de novo no mar, mas Gysels não conseguiu que os portugueses saíssem, e sem êles, não quis atacar os espanhóis. Farto de esperar, içou o sinal da partida a 4 de Janeiro de 1642, mas foi retido pelo mau tempo até ao dia 7, em que dez navios portugueses se aprestaram a fazer-se ao mar com os holandeses.

Eram porém numerosas as deserções nos navios holandeses, escasseavam as provisões e num conselho reunido a 6 foi decidido voltar à Holanda, o que se efectuou a 11. O mau successo da expedição attribuiu-se à inferioridade das tripulações, tanto oficiais como marinheiros, à falta de soldados a bordo, à fraca construção dos navios e à inacção dos portugueses.

A esquadra de Gysels que da Holanda largara com rumo a Lisboa, chegou a este pôrto a 11 de Setembro de 1641, mas D. Francisco Manuel só entrou no Tejo a 16 de Outubro» (pp. 160, 161).

François Lanier serviu como presidente francês em Lisboa por duas vezes entre 1640 e 1650. Era íntimo de D. João IV e os seus numerosos relatórios officiais, bem como as suas cartas são de grande valor pelos seus minuciosos informes sobre os negócios públicos de Portugal naquele tempo e bem mereciam ser publicados.

Devem encontrar-se na *Correspondance du Portugal* no Ministério dos Negócios Estrangeiros em Paris (p. 210, n. 1).

A primeira nota a p. 231 deve ser eliminada.

O relato da estada no Tejo dos Príncipes Palatinos, Roberto e Maurício com os seus navios necessita provavelmente de ser modificado em vista de um artigo de R. C. Atkinson em *Mariner's Mirror* vol. xvii; e também *England in Mediterrean*, 1, 206, de J. Corbett e Hodgkin MSS. x, ii, p. 120, Hist. MSS. com. (p. 242).

Não há dúvida de que a quinta pertencente a D. Francisco em Alcântara era a Quinta do Cabrinha. Dos *Rois de Desobriga* da freguesia da Ajuda datados de 1692, descobertos e estudados pelo Sr. Mário de Sampaio Ribeiro, vê-se (segundo êste senhor amavelmente me informa) que até ao primeiro quartel do século dezoito, a quinta era ainda conhecida pelo nome de D. Francisco Manuel, (p. 265). Uma fotografia de 1938, em meu poder, mostra-nos uma grande casa da construção irregular do séc. xvii (?) com muitas geiras de terra cultivada.

Entre os papéis do Dr. Arruda há, ou havia, nove cartas de D. Francisco Manuel, numa das quais, datada de 25 de Fevereiro de 1656, da Baía, êle declara que a sua saúde ia «cada vez mais falida» (p. 281).

São necessárias algumas alterações a p. 285 em vista dos artigos de D. Carolina Michaëlis no *Boletim Bibliográfico da Universidade de Coimbra*, II, 1 e 2.

A carta a p. 286 era dirigida a Brito Freire e foi reproduzida duma cópia incorrecta. Quatro ou cinco palavras terão de ser substituídas, sem alteração substancial do texto.

A doença e conselhos de amigos levaram D. Francisco Manuel a deixar o Brasil sem a devida autorização, sujeitando-se às conseqüências. A situação política em Portugal tinha mudado. D. João iv havia falecido e a sua viúva, a Rainha-Regente, não se impunha com a mesma autoridade. Porventura alguns dos seus inimigos tinham perdido a sua influência, ao mesmo tempo que outros teriam sido aplacados. Em qualquer dos casos, tinha amigos altamente colocados que trabalharam a seu favor e, que o saibamos, não foi molestado na sua volta a Portugal; graças a êsses amigos e pelos seus próprios esforços, logrou chegar a acôrdo com

os queixosos no seu processo e satisfez a pena pecuniária a que tinha sido condenado (p. 291).

A respeito de D. Jorge Manuel e das razões que teriam levado seu pai a nomear um simples criado seu testamenteiro e tutor do menor, Teófilo Braga (*Os Seiscentistas*, pp. 341, 354) formula várias hipóteses (mas vide J. J. Vilhena, *As Dívidas de D. Francisco Manuel*, adiante citado) (pp. 296, 401).

O Alvará de perdão de D. Francisco Manuel, de 30 de Julho de 1662 foi encontrado por Teófilo Braga na Chancelaria da Ordem de Cristo, vol. XLVII, fol. 261, e por êle publicado em *Os Seiscentistas*, p. 370 (p. 329).

O falecido J. Lúcio de Azevedo, autor, entre outras, da valiosíssima obra *Os Cristãos Novos em Portugal*, disse-me uma vez que duvidava ter D. Francisco Manuel recebido instruções para tratar em Roma da questão dos Judeus conversos, porque o Conde de Castelmelhor opunha-se às suas reclamações e não queria solicitar um perdão geral. Era de parecer que os judeus ignoravam o verdadeiro objecto da sua missão ou que D. Francisco Manuel os poderia ter iludido com o fim de obter o seu auxílio naquilo de que realmente ia tratar. Não obstante, o falecido Luciano Wolf, Presidente da Sociedade Histórica Hebraica de Inglaterra, parece ter tido provas em contrário, segundo me declarou numa carta de 14 de Novembro de 1927:

«Êle (D. Francisco Manuel) estava nas melhores relações com os principais marranos, como Fernão Mendes da Costa, Duarte da Silva e Gomes Rodrigues, e colaborou largamente com êstes três judeus e com vários políticos esclarecidos de Portugal em 1661-5 para conseguir a remoção das dificuldades com que lutavam os Judeus naquele país (p. 348).»

D. Francisco Manuel parece ter voltado a Portugal em Janeiro de 1666, e faleceu de morte súbita, segundo um seu criado — «foi Deus servido leva-lo para si apressadamente», a 24 de Agôsto do mesmo ano, na freguesia de Nossa Senhora

da Pena em Lisboa. O assento do óbito foi impresso a p. 154 do vol. x da *Revista de História*.

Pelo que sabemos do seu carácter, custa a crer que os seus criados tenham sido obrigados a reclamar judicialmente as soldadas em dívida ao testamenteiro e a sua filha; um dêles queixou-se de nada ter recebido durante nove anos.

D. Francisco Manuel era senhor de uma grande casa e durante as suas missões diplomáticas parece ter recebido do Govêrno a remuneração mensal de 250.000 reis, soma muito avultada para aquêl tempo (vide J. J. de Vilhena, op. cit. in *Instituto de Coimbra*, vol. LXXXIV, p. 135) (p. 391).

O segundo dos versos franceses (p. 408) deve ler-se « Bien fol est qui s'y fie » e a p. 477 n. onde está « Walmer » leia-se « Falmouth ».

Numa obra de medicina em latim, *Stadium Apollinare*, por Fernão Mendez, médico da Rainha D. Catarina de Bragança (Lovaina, 1668) vê-se uma bela gravura em cobre com o retrato de D. Francisco de Melo; o Museu Britânico possui um exemplar. O retrato de D. Francisco de Melo na edição de 1826 da *História de los movimientos, separación y guerra de Cataluña* evidentemente reproduzido daquela gravura, foi inserto por lapso do editor que confundiu os primos devido à semelhança dos seus nomes (p. 573).

Alguns escritores não portugueses, como o académico espanhol Jacinto Octávio Picón, dão o apelido de Melo a D. Francisco Manuel, o que não é exacto. Êle dava preferência ao apelido mais nobre de Manuel, naturalmente porque esta família pretendia descender de S. Fernando III, Rei de Castela; usou-o no frontispício das suas obras impressas e era assim tratado pelos seus contemporâneos, como o mostra a minha biografia, mas costumava assinar-se em breve « D. Fran.^{co} M.^e ». É possível que Picón considere Manuel nome de baptismo; comigo se deu o mesmo equívoco num folheto que publiquei em 1905, o que foi corrigido pelo meu amigo o genealogista Anselmo Braamcamp Freire.

Picón deu notícia do meu livro no *Boletín de la Real Academia Española*, 1 (1914) 619,-23, notícia que só vim a ler em 1940.

É lícito supor que, quando D. Francisco Manuel em várias ocasiões pôs a pena ao serviço de D. João IV durante o seu longo cativeiro em Lisboa e nas imediações, o fêz na esperança de obter o seu perdão. Estava trabalhando na vida do Rei, *Tácito Português*, em 1650; mas vendo improcedentes os recursos contra a sentença e os Memoriais ao monarca, parece que não continuou a ocupar-se da régia biografia, de que apenas restam os fragmentos que possuímos agora. Morto o Rei, não havia motivo para prosseguir na tarefa; na volta do degredo e nos últimos seis anos da sua vida, quando não ocupado em missões no estrangeiro, consagrou-se ao trabalho de reeditar os seus mais importantes escritos. É de notar que muitos destes tinham sido publicados durante a sua prisão, que não devia por isso ter sido muito rigorosa. Durante a sua permanência de quasi um ano em Roma, em 1664, viu sair do prelo uma nova edição dos seus estudos de Santo Agostinho e de S. Francisco de Assis juntamente com uma obra até aí não impressa, *Vitoria del Hombre nas Obras morales* (dedicadas à Rainha D. Catarina de Bragança) e, no ano seguinte em Lião, onde fêz uma longa estada, apareceram as *Obras métricas*, com grande quantidade de matéria nova. É digno de nota que este livro de mais de 350 páginas, escrito em português e espanhol, e impresso em França, tão poucos erros contenha.

Embora a letra do autor seja muito legível, como se vê nos manuscritos existentes, deve atribuir-se este facto em parte a dois notáveis Jesuítas, ambos poetas, que, apesar de franceses, seriam capazes de corrigir os seus versos castelhanos, e provavelmente o ajudaram na revisão das provas. O papel empregado no livro é muito fino, mas no meu exemplar e noutros que tenho visto, está ainda muito bem conservado (p. 583).

BIBLIOGRAFIA

Devem fazer-se as seguintes adições à lista do meu livro:

EDIÇÕES

(1) *Historia de los movimientos, separacion y guerra da Cataluña*, 3 vols., Madrid, 1904-17. (Biblioteca Universal, vols. 46, 47, 49).

(2) Idem, pp. xxxix + 393, Madrid, 1914. (Biblioteca Clásica, vol. LXV).

(3) Idem, 2 vols., Madrid, 1928. (Bibliotecas populares Cervantes, série ia; Las Cien mejores Obras da la Literatura Española, vols. LI, LII).

(4) *Relaçam dos successos da Armada, etc.*, in *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, xx, (1898), 158-65.

(5) *Carta de Guia de Casados*, Lisboa, 1826, 8.º, pp. iv + 170 + ii.

(6) Idem, *com um estudo crítico, notas e glossario* por Edgar Prestage, Pôrto, 1916, 8.º, pp. 225.

(7) Idem, 2.ª ed. da precedente. Pôrto, 1923, 8.º, pp. 205.

(8) *Epanáforas de várias histórias portuguesas*, 3.ª ed., revista e anotada por E. Prestage. Coimbra, 1931, 8.º, pp. xxi + 463.

(9) *Demonstracion porque el Reyno de Portugal, etc.*, Lisboa, António Craesbeeck de Mello, 1664, 4.º fols. 17.

(10) *Apologos dialogaes, anotados e precedidos de um esboço bibliographico* por Fernando Nery, Rio de Janeiro, 1920, pp. xxvii + 16 + 464 + cxii + 19 + 2.

(11) *Feira dos Anexins*, Lisboa, 1916, 4.º, pp. 255.

(12) *Tacito português, Vida, morte, ditos e feitos de El-Rei D. João IV, segundo apografo inédito da Biblioteca Nacional; com introdução, informação e notas de Afrânio Peixoto, Rodolfo Garcia e Pedro Calmon*, Rio de Janeiro, 1940, 8.º, pp. xxx + 293, com fac-similes.

O texto da cópia do Rio (assim como o das cópias de Portugal) é corrupto e por vezes de sentido muito dúbio. O estilo, como o das *Obras morales*, tem os defeitos (ou que agora consideramos como tais) que caracterizam a maioria dos prosadores peninsulares do século dezassete, defeitos que raro se encontram nas *Epanáforas* e propositamente foram evitados na *Carta de Guia de Casados*. É surpreendente como todas estas obras foram escritas pela mesma mão, o que é mais uma prova de *versatilidade* de D. Francisco Manuel.

(13) *O Fidalgo Aprendiz*, com prefácio e notas de António Correia de Almeida Oliveira (Colecção de clássicos Sá da Costa), Lisboa, 1942.

SELECÇÕES

(14) *Versos inéditos de D. Francisco Manuel de Melo* in *Revista de História*, xiv, 258-65.

(15) *O poeta Melodino. D. Francisco Manuel de Melo: Rimas portuguesas, sonetos, églogas, cantares, poesias várias. Farsa do Fidalgo Aprendiz e Oração académica*, rev. e anot. por José Pereira Tavares, Pôrto, 1921, 8.º, pp. 304.

(16) *D. Manuel de Menezes — da Epanáfora trágica, prefácio e notas de António Sérgio*, Lisboa, 1936, 8.º, pp. 35.

(17) *Cartas familiares, ordenadas por M. Rodrigues Lapa* (Colecção dos Clássicos Sá da Costa). Lisboa, 1937, 8.º, pp. xxviii + 289.

(18) *Relógios falantes, prefácio e notas de António Sérgio*. Lisboa, 1936, 8.º, pp. 61.

(19) *Idem*, Lisboa, 1938, 2.ª ed. do n.º 18, pp. 61.

(20) *Idem*, Lisboa, 1940, 3.ª ed. do n.º 18, pp. 72.

(21) *Idem, prefácio e notas de Rodrigues Lapa*. Lisboa, 1909, 8.º, pp. 68.

(22) *Idem*, Lisboa, 1940, 2.ª ed. do n.º 21.

(23) *Idem, prefácio e notas de Joaquim Ferreira*. Pôrto, 1942, pp. 105.

(24) *D. Francisco Manuel de Melo; Trechos escolhidos por Mário Gonçalves Viana*. Porto, 1940, pp. 300.

(25) *Relógios falantes, prefácio e notas de António Correia de Almeida Oliveira*. (Colecção dos clássicos Sá da Costa), 1942.

(26) *Poesias escolhidas, com notas de António Correia de Almeida Oliveira*. (Colecção dos clássicos Sá da Costa) Lisboa, 1942.

TRADUÇÕES

(27) *Il primo scuoprimento dell'Isola de Madera fatto da Roberto Macico inglese... tradotta dal Portoghese nell'Italiano e molto accresciuta dal P. Teodoro de Pavia, etc.* Tortona, 1705, 8.º, pp. viii + 190-2, (tradução da terceira *Epanáfora*).

ESTUDOS

(28) *D. Francisco Manuel de Melo*, por E. Prestage, 1928, 8.º, (Hispanic Notes and Monograph Portugueses; séries, n.º 3).

(29) *Idem*, Coimbra, 1933 (Versão portuguesa da anterior).

(30) *El historiador Melo*, por J. N. Roca, in *La España Regional*, I (1886), 596-93.

(31) *D. Francisco Manuel e a Inquisição*, por Pedro de Azevedo, in *Archivo Histórico Português*, vol. III.

(32) *A visita das Fontes de D. Francisco Manuel de Melo*, por Mário Brandão. Coimbra, 1925.

(33) *O conceito da poesia no século XVIII; D. Francisco Manuel de Melo*, por Hernani Cidade in *Boletim de Filologia*, 1 (1933), fasc. 3-4.

(34) *D. Francisco Manuel de Melo e o descobrimento da Madeira*, por António Gonçalves Rodrigues. Lisboa, 1935, pp. 82.

(35) *As dívidas de D. Francisco Manuel de Melo*, por João Jardim de Vilhena, in *Instituto de Coimbra*, vol. LXXXIV, n.º 2.

(36) *Uma comédia inédita de D. Francisco Manuel de Melo: De burlas haze amor veras*, por António Correia de Almeida Oliveira, in *Ocidente*, IV e V, (1939) n.º 10, 12.

(37) *O Fidalgo aprendiz*, «*Le bourgeois Gentilhomme*» e «*La Cortigiana*», por António Correia de Almeida e Oliveira, in *Ocidente*, vol. 1, 1938, p. 190, cont. nos n.ºs 5 e 8: O tema de «*Le Bourgeois Gentilhomme*» no teatro antigo e moderno.

(38) *D. F. Manuel de Melo e a 3.ª edição das Epanaphoras* por Alcides Bezerra in *Boletim de Ariel*, Fevereiro, 1932, Rio de Janeiro.

(39) «*Le Bourgeois Gentilhomme*» et le «*Gentilhomme apprenti*», por Afrânio Peixoto in *Hommage à Ernest Martinenche*, prof. de Lit.^a Espanhola na Sorbonne. Paris, s. d.

(40) *Carta de Guia de Casados*, (notas filológicas) pelo Dr. Antenor Nascentes, *Revista de Cultura*, Fevereiro e Março de 1938, XII, n.ºs 134, 135.

Apenas me foi dado ver metade das obras acima mencionadas; quanto às restantes baseio-me na autoridade alheia. O Coronel Costa Veiga, Director da Biblioteca Nacional de Lisboa e o Dr. Henry Thomas, do *British Museum*, amavelmente me enviaram informações de muitas delas.

OBRAS INÉDITAS

No *Catálogo dos Manuscritos da Casa Cadaval*, por Martinho da Fonseca, vem a p. 28 registado o seguinte MS.:

Historia propria y universal del Reyno de Portugal y sus conquistas en Europa, Africa, Asia y América, por D. Francisco Manuel, 1648, fol.

LYME REGIS

EDGAR PRESTAGE

ÍNDICE POR AUTORES

	Págs.
ALMEIDA (João de) — <i>Roteiro dos monumentos de architectura militar do concelho da Guarda</i>	10
BAUMGARTEN (Sándor) — <i>Matière de Hongrie</i>	265
CAMPOS DE FIGUEIREDO — <i>Biografia literária de Manuel da Silva Gaio</i>	468
CORDEIRO RAMOS (Gustavo) — <i>A cultura e a fé</i>	113
COSTA LÓBO (F. M. da) — <i>Genèse des taches solaires</i>	451
COSTA LÓBO (F. M. da) — <i>Les nuages de Magellan: Leur haute signification scientifique et politique</i>	289
CUNHA (Alfredo da) — <i>O célebre soneto de Felix Arvers</i>	5
EDGAR PRESTAGE — <i>D. Francisco Manuel de Melo</i>	509
RAPOSO (Luís) — <i>Sindromas hiperérgicos pós-operatórios</i>	198
ROMA MACHADO DE FARIA E MAIA (Carlos) — <i>Guerra anglo-boer de 1899-1902 na fronteira de Lourenço Marques e de Gaza</i>	312
SILVA CARVALHO (Luís da) — <i>Soluto injectável de amilocaína</i>	129
SIMÕES (J. M. dos Santos) — <i>Sansovino em Portugal</i>	172
VILHENA (João Jardim de) — <i>Considerações sobre a partida do Príncipe Regente D. João para o Brasil</i>	158

ÍNDICE POR ARTIGOS

	Págs.
<i>Biografia literária de Manuel da Silva Gaio</i> , por CAMPOS DE FIGUEIREDO	468
<i>Célebre (O) soneto de Felix Arvers</i> , por ALFREDO DA CUNHA	5
<i>Considerações sobre a partida do Príncipe Regente D. João para o Brasil</i> , por JOÃO JARDIM DE VILHENA	158
<i>Cultura (A) e a fé</i> , por GUSTAVO CORDEIRO RAMOS.	113
<i>Francisco (D.) Manuel de Melo</i> , por EDGAR PRESTAGE	509
<i>Genèse des taches solaires</i> , por F. M. DA COSTA LÓBO	451
<i>Guerra anglo-boer de 1899-1902 na fronteira de Lourenço Marques e de Gaza</i> , por CARLOS ROMA MACHADO DE FARIA E MAIA	312
<i>Matière de Hongrie</i> , por SÁNDOR BAUMGARTEN	265
<i>Nuages (Les) de Magellan: Leur haute signification scientifique et politique</i> , por F. M. DA COSTA LÓBO	289
<i>Roteiro dos monumentos de arquitectura militar do concelho da Guarda</i> , por JOÃO DE ALMEIDA	10
<i>Sansovino em Portugal</i> , por J. M. DOS SANTOS SIMÕES	172
<i>Síndromas hiperérgicos pós-operatórios</i> , por LUÍS RAPOSO.	198
<i>Soluto injectável de amilocaína</i> , por LUÍS DA SILVA CARVALHO	129



